

- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 005, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Centro Educacional Clériston Andrade, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Extraordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, do Centro Educacional Clériston Andrade escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME


Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.

Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Documento assinado digitalmente
 MARIZANE LIMA MARTINS
Data: 18/09/2024 11:14:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>



CENTRO EDUCACIONAL CLÉRISTON ANDRADE - CECA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BARRA DA ESTIVA – BA

2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	8
1.1 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PERFIL IDENTITÁRIO.....	11
1.2 AS MARCAS NO TEMPO: A HISTÓRIA INSTITUCIONAL.....	12
1.3 PERFIL DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	15
1.4 O DIAGNÓSTICO ATUAL DA INSTITUIÇÃO.....	15
1.5 DIAGNÓSTICO ESCOLAR – ESTUDANTES.....	17
1.6 DIAGNÓSTICOS ESCOLAR – FUNCIONÁRIOS.....	32
1.7 INDICADORES EDUCACIONAIS.....	35
1.7.1 RENDIMENTO E MOVIMENTO ESCOLAR.....	35
1.7.2 DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE- 2021.....	36
1.7.3 IDEB.....	36
1.7.4 CAED – AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS E FORMATIVAS.....	40
1.8 CONSELHO ESCOLAR.....	43
1.9 OS PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR.....	45
1.10 OS PERFIS ESPERADOS DO ALUNO.....	45
2. ATO CONCEITUAL.....	46
2.1.1 SOCIEDADE QUE DESEJAMOS CONSTRUIR.....	46
2.1.2 SER HUMANO QUE DESEJAMOS FORMAR.....	46
2.1.3 FINALIDADES QUE DESEJAMOS PARA NOSSA ESCOLA.....	47
2.2 CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS.....	47
2.2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	47
2.2.2 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO.....	48
2.2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	50
2.2.4 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA.....	50
2.2.5 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE.....	51
2.2.6 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	54
2.2.7 EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DA PAZ E O COMBATE AO BULLYING E CYBERBULLYING.....	57

2.3. AVALIAÇÃO.....	57
2.3.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	57
2.3.1.2 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	58
2.3.1.3 A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	59
2.4. ETAPAS DO ENSINO.....	69
2.4.1 DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	69
2.4.2 DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	70
2.5 POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO	72
2.5.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	72
2.6 OS TEMAS INTEGRADORES.....	75
3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA (ATO OPERACIONAL).....	77
3.1 PLANEJAMENTO.....	77
3.2 TRANSIÇÃO.....	80
3.2.1 TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O E. FUNDAMENTAL.....	81
3.2.2 TRANSIÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	82
3.3 CONSELHO DE CLASSE.....	83
3.4 RECUPERAÇÃO.....	84
3.5 AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	85
3.6 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PPP.....	85
3.7 PLANO DE AÇÃO.....	87
REFERÊNCIAS.....	93

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro Educacional Clériston Andrade tem como pressupostos orientadores as concepções apresentadas pelos estudiosos Macedo (2016), Vasconcelos (2012) e Veiga (1995), ancorado numa perspectiva etnoconstitutiva de constante “reconstrução de sentidos, significados e valoração e perspectivas sobre a formação da escola.

Para Vasconcelos (2012, p. 169) o PPP representa “o plano global da instituição [...] que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar” (VASCONCELOS, 2012). Em completude, Veiga (1995, p.9) traz à luz a ideia de que

“o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.”

Assim, o presente documento buscou sistematizar o movimento de reflexão-ação-reflexão do processo educativo do CECA, na perspectiva democrática, valorizando o coletivo, e contando com a participação de representantes de todos os segmentos (estudantes, professores, responsáveis pelos(as) estudantes, funcionários e comunidade local) que compõem a escola.

Para que o documento chegasse ao estado em que se encontra, várias etapas foram realizadas. Tivemos o momento de escuta ativa dos(as) estudantes e funcionários, em que puderam avaliar a escola em suas diferentes dimensões e apresentarem sugestões de melhoria para o que não estava bom. No segundo momento, reunimos o segmento de Responsáveis pelos(as) estudantes e discutimos forças, fraquezas, ameaças e oportunidades da escola. Em seguida, comentamos sobre a avaliação realizada pelos(as) estudantes e, colhemos sugestões de cada grupo de ações a serem desenvolvidas. No terceiro momento, foi realizada uma assembleia com todos os segmentos para definição de ações que deveriam ser inseridas no Plano de Ação da Escola. No quarto momento, foi feita uma reunião

pedagógica com os(as) Professores para escrita/ajustes de textos. Por fim, foi realizada a Assembleia Geral para apreciação do presente Projeto Político Pedagógico.

Procuramos, o máximo possível, desenvolver um planejamento participativo e real, passível de realização e um PPP objetivo e sistematizado de forma clara, para facilitar a leitura e compreensão do mesmo.

Com esse propósito, este Projeto encontra-se dividida em três seções. A primeira, intitulada *Identidade e organização institucional - identificação e caracterização da escola* apresenta informações sobre a Unidade Escolar: Caracterização; Localização; Estrutura física; Quadro de Profissionais. Na subseção 1.1 *Organização Institucional e Perfil Identitário*, discorremos sobre a função social, a missão, os valores, a visão e os objetivos da escola. Na subseção 1.2 *As Marcas no Tempo: A História Institucional*, apresentamos brevemente a história do Centro Educacional Clériston Andrade, incluindo o nome das pessoas que fizeram parte dessa história e o público que atende. Na subseção 1.3 *Perfil da comunidade escolar*, expomos algumas características da comunidade local, baseadas em dados fornecidos em enquetes enviadas às famílias via Google Forms. Na subseção 1.4 *O Diagnóstico atual da Instituição*, registramos a síntese do diálogo e da escuta da reunião com toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, dupla gestora, coordenadoras pedagógicas e demais funcionários da escola) sobre as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças que estão presentes no CECA. Por sua vez, na subseção 1.5 *Diagnóstico Escolar – Estudantes*, apresentamos o resultado do diagnóstico escolar realizado com turmas do ensino fundamental do 1º ao 9º ano, abordando questões sobre amizade e solidariedade, alegria, combate à discriminação, disciplina e tratamento adequado aos conflitos que ocorrem no dia a dia da escola, respeito aos direitos das crianças e adolescentes, formas variadas e transparentes de avaliação, indicadores oficiais de avaliação da escola e contextualização e as respostas e comentários em gráficos. O diagnóstico foi complementado pelas informações da subseção 1.6 *Diagnósticos Escolar – Funcionários*. Nela, apresentamos o resultado da avaliação escolar dos funcionários, realizado por meio do Google Forms com questões sobre habilitação, suficiência, estabilidade e assiduidade da equipe escolar. Na subseção 1.7 *Indicadores educacionais*, expomos alguns indicadores que foram subdivididos em 1.7.1

rendimento e movimento escolar, 1.7.2 Distorção idade/série- 2021, 1.7.3 Ideb e 1.7.4 Caed – avaliações diagnósticas e formativas. Na subseção 1.8 *Conselho escolar*, na qual é abordado do que se trata o conselho escolar e as atribuições dos membros. Em 1.9 *Os perfis esperados do professor*, falamos sobre as características que esperamos dos professores. E em 1.10 *Os perfis esperados do aluno*, as características que esperamos dos mesmos.

Na seção 2, intitulada *Ato conceitual* apresentamos conceitos e concepções. Nas subseções 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3 abordamos, respectivamente, sobre *Sociedade que desejamos construir, Ser humano que desejamos formar, Finalidades que desejamos para nossa escola.* A subseção 2.2 *Concepções, princípios e fundamentos*, foi subdividida em, 2.2.1 *Concepção de educação*, 2.2.2 *Concepção de currículo*, 2.2.3 *Concepção de gestão democrática*, 2.2.4 *Concepção de infância*, 2.2.5 *Educação para as relações de gênero e sexualidade*, 2.2.6 *Educação para as relações étnico raciais*, 2.2.7 *Educação para a cultura da paz e o combate ao bullying e cyberbullying.* Em 2.3. *Avaliação*, discorremos sobre como deve ocorrer a avaliação da aprendizagem, tanto na educação infantil, como no ensino fundamental. Na subseção 2.4. *Etapas do ensino*, explicamos sobre a educação infantil e o ensino fundamental. Em 2.5 *Políticas e modalidades do ensino*, dissertamos sobre a educação especial em uma perspectiva inclusiva.

A seção 3, intitulada *Diretrizes para a prática pedagógica (ato operacional)* está voltada para a prática escolar. Em 3.1 *Planejamento* discorremos sobre a importância e a necessidade do planejamento para uma boa prática pedagógica. Em 3.2 *Transição* propomos ações de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, dos anos iniciais para os anos finais e dos anos finais do fundamental para o ensino médio. Em 3.3 *Conselho de classe* abordamos sobre a importância do conselho de classe para reunir informações a respeito dos alunos, bem como a partir disso intensificar ou modificar as práticas pedagógicas. O Conselho de Classe deve ser participativo (com presença de alunos) ao longo do ano e com propósito de aprovação e reprovação (alunos não participam) no fim do ano letivo. Na subseção 3.4 *Recuperação* refletimos sobre como o processo de recuperação deve ocorrer. Acontecerá de forma paralela ao processo de ensino-aprendizagem, sem data pré-determinada, devendo ocorrer logo após a verificação do rendimento dos estudantes, assegurando a eles novas oportunidades de aprendizagem, bem como estudos de recuperação final para

estudantes que não alcançarem a média anual. Em 3.5 *Os temas integradores* são mostrados o temas que devem fazer parte da educação básica. São 10 os temas integradores considerados, pelas Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia, acrescido de mais um pelo Referencial Curricular de Barra da Estiva: Educação em Direitos Humanos, Educação para a Diversidade, Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade, Educação para as relações étnico-raciais, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação Ambiental, Educação Financeira e para o Consumo, Cultura Digital, Educação Fiscal, Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.974/2009). As atividades complementares são direito do professor, por isso apresentamos um breve texto a respeito na subseção 3.6 *As atividades complementares*. O PPP deve ser avaliado e monitorado a cada ano, sendo assim elaboramos a subseção 3.7 *Avaliação e monitoramento do PPP* que trata a respeito disso. Por fim, em 3.8 *Plano de Ação*, apresentamos uma tabela com as ações que necessitamos efetivar/melhorar no ano seguinte em nossa escola. Tais ações foram pensadas/sugeridas por toda a comunidade escolar, alunos, pais, professores, coordenadoras pedagógicas e gestores.

Em suma, esta versão atualizada do PPP tem a finalidade de explorar conceitos e concepções que permeiam a educação, bem como propor ações a serem realizadas no ano letivo de 2024.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Unidade Escolar

- Centro Educacional Clériston Andrade

Localização

- Avenida Antônio Carlos Magalhães, Bairro São Félix, Barra da Estiva – Bahia.
- CEP 46.650-000

CÓDIGO INEP

- 29212910

Entidade Mantenedora

- Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Ato Criação

- 2239

CNPJ

- 01. 949.401/0001-55

Equipe Dirigente

- Diretor: Carlos Roberto de Souza Farias
- Vice- Diretora: Mirian Ribeiro Caires

Coordenação Pedagógica

- Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Simara Silva Pereira Carreiro
- Anos Finais do Ensino Fundamental: Liliane Cheles Bento

Recursos Humanos

- Professores: 24
- Coordenadora Pedagógica: 02
- Agentes Administrativos: 08
- Merendeira: 02
- Apoiadores de turma: 05

Etapas do Ensino

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais

Jurisdição

- DIREC 19

Estrutura Física

- Salas de aula: 10
- Sala de leitura: 01
- Sala de informática/vídeo: 01
- Sala Ambiente: 01
- Sala de Professores: 01
- Diretoria: 01
- Cantina: 01
- Pátio Coberto: 01
- Sanitário dos funcionários: 01
- Sanitário dos alunos: 02 - Masculino e Feminino.
- Depósito: 01
- Quadra Poliesportiva Coberta: 01
- Acessibilidade: rampa de acesso, guias indicadores para deficientes visuais.

Quadro de Profissionais - 2024

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Admilson Novais Castro	Professor	Licenciatura em Matemática/ Pós em Metodologia da Matemática e Física.
Adriana Carvalho de Novais	Professora	Licenciatura em Pedagogia/ Pós em Educação Infantil.
Alcione L. Novais Cruz	Auxiliar de Serviços Administrativos Educacionais	Licenciatura em Pedagogia
Ana Paula Caires Baleeiro	Auxiliar de Serviços Administrativos Educacionais	Licenciatura em Pedagogia
Ana Lúcia Jardim Nascimento	Apoiadora de turma	Ensino Médio Completo (Magistério)
Augusta da Silva Caires	Professora	Licenciatura em Pedagogia/ Pós em Psicopedagogia.
Carina Lago Santos	Professora	Licenciatura em Pedagogia
Carlos Roberto Souza Farias	Diretor	Licenciatura em Pedagogia/ Pós em Educação Física.
Clélia Luz Caires	Professora	Licenciatura em Pedagogia Pós em Gestão Escolar
Cristiane da Silva Pereira Guimarães	Professora	Licenciatura em Pedagogia Pós em Educação Especial Inclusiva Pós em Anos Iniciais e Educação Infantil
Deilson Nascimento Dantas Santos	Apoiador de turma	Ensino Médio Completo e Curso de Informática e de Auxiliar Administrativo e Informativo

Dercineia Aguiar e Silva	Apoiadora de turma	Ensino Médio Completo e Curso Básico de auxiliar de Enfermagem.
Ederval Caires Barbosa	Professor	Licenciatura em Pedagogia/Matemática Pós Gestão Escolar Pós Gestão do Esporte e Lazer
Edilene Ribeiro Pina	Apoiadora de turma	Magistério e Pedagogia (em curso)
Elisângela Macedo dos Santos	Auxiliar de Serviços Administrativos Educacionais	Licenciatura em Pedagogia
Elísia Cândida da Silva	Professora	Licenciatura em Pedagogia
Gilda Barbosa Caires Santos	Professora	Licenciatura em História Pós em História e Geografia
Isabel Pereira Batista	Auxiliar de biblioteca	1º grau completo.
Jicelmo Silva Luz	Professor	
Jonas Lima Araújo	Porteiro	2º grau completo.
Josias Santos de Almeida	Professor	Licenciatura em Pedagogia
Leiliane Novais Bento	Merendeira	Ensino Médio Completo
Liliane Cheles Bento	Professora e Coordenadora Pedagógica	Licenciatura em Letras Vernáculas/ Pós em Leitura, Linguística e Produção de Texto/ Pós em Literatura Brasileira/ Pós em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar.
Maria do Carmo O. Souza	Auxiliar de Serviços Administrativos Educacionais	Licenciatura em Pedagogia
Marinês Rocha Santana	Auxiliar de Serviços Administrativos Educacionais	Licenciatura em Pedagogia
Maristelia Ribeiro dos Santos	Professora	Licenciatura em Pedagogia/ Pós em Psicopedagogia.
Mirian Ribeiro Caires	Vice-diretora	Licenciatura em Pedagogia/ Pós em Psicopedagogia.
Naria Pires Silva	Merendeira	Ensino Médio Completo
Natália das Neves de Souza Silva	Professora	Licenciatura em Matemática;Licenciatura em Pedagogia; Pós em Docência do Ensino Superior e Pós em Administração Financeira em andamento
Neiane Rocha Gonçalves	Professora	Licenciatura em Pedagogia Pós em Educação Infantil e anos iniciais
Paulo Antonio Jesus Silva	Professor	Pedagogia e Filosofia Curso de Metodologia de Ensino de Filosofia para Criança
Paulo Roberto Aguiar e Silva	Professor	Licenciatura em Pedagogia Pós em Séries Iniciais
Rita Soares da Silva	Professora	Pedagogia e Especialização Educação Infantil e Anos Iniciais
Rosimar Souza Paixão Pires	Professora	Licenciatura em Pedagogia Pós em Psicopedagogia
Sarani Monai Novaes Caires	Apoiadora de turma	Curso técnico de Farmácia

Silene Freitas Silva Alves	Professora	Licenciatura em Pedagogia/ Pós Educação Infantil.
Simara Silva Pereira Carreiro	Professora e Coordenadora Pedagógica	Licenciatura em Letras / Pós em Língua, Linguística e Literatura/ Mestrado em Letras pelo PROFLETRAS.
Valdete Barbosa Alves Tinôco	Professora	Licenciatura em Pedagogia / Letras Pós em Educação Infantil e Séries Iniciais
Verônica Pereira de Souza	Professora	Licenciatura em Pedagogia Pós em Educação Inclusiva
Virgílio Santana de Oliveira	Professor	Licenciatura em Educação física
Viviane Amaral Santos	Professora	Licenciatura em Letras
Wesley Rocha Santana	Secretário	Ensino Médio Completo

1.1 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PERFIL IDENTITÁRIO

• FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Possibilitar, ao aluno, acesso ao conhecimento sistematizado, de forma a oportunizar a produção de novos conhecimentos, contribuindo com a formação de um cidadão autônomo, crítico, consciente e participativo no meio em que está inserido.

As metodologias e os conteúdos curriculares devem ser significativos e contextualizados, permitindo ao aluno a melhoria do seu desempenho e utilização dos conhecimentos adquiridos em sua vida cotidiana.

• MISSÃO

Propor uma educação de excelência, contribuindo para a autonomia e o senso crítico do educando.

• VALORES

RESPONSABILIDADE: consciência de seus deveres e atribuições, compreensão que cada um deve responder pelas próprias ações.

RESPEITO: para uma convivência agradável é essencial que se respeite o próximo, do mesmo modo como é de direito ser respeitado.

HONESTIDADE indispensável àquele que preza pela justiça e dignidade humana.

EMPATIA: se colocar no lugar do outro antes de tomar alguma decisão é importante para uma relação mais saudável e harmoniosa.

- **VISÃO**

Propiciar aos estudantes uma formação de qualidade que lhes permita vivenciar o futuro de forma digna e responsável, buscando sempre os seus lugares tanto na vida acadêmica, quanto na vida profissional e social.

- **OBJETIVO**

Ofertar aos alunos conhecimentos fundamentais para sua formação, colaborando para o desenvolvimento de habilidades e competências diversas, que os possibilite envolvimento consciente e inteligente nas diversas esferas da sociedade.

1.2 AS MARCAS NO TEMPO: A HISTÓRIA INSTITUCIONAL

O Centro Educacional Clériston Andrade é uma das particularidades do município de Barra da Estiva

Inicialmente denominada Escola de 1º Grau Clériston Andrade, iniciou seu funcionamento no mês de maio de 1983 e pertencia à Rede Estadual de ensino. Nessa época contava apenas com um pavilhão com 02 salas de aula, 01 cantina, 02 banheiros e 01 diretoria.

A instituição recebeu esse nome em homenagem a um candidato a governador do Estado da Bahia – Clériston Andrade – que, além de político era pastor da Igreja Batista. Como político, começou como procurador-geral do município de Salvador na administração do então prefeito Antônio Carlos Magalhães (1967-1970). Quando ACM deixou a prefeitura da capital baiana para se candidatar a governador do Estado da Bahia por via indireta, em 1970, Clériston assumiu a prefeitura da cidade. Em 1971, ACM, já como governador, o confirmou como prefeito de Salvador, garantindo a sua permanência até 1975. Clériston Andrade morreu em um acidente de helicóptero ocorrido no período de sua campanha eleitoral em 01 de outubro de 1982.

Em sua homenagem foram erguidos o Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana, o Estádio Clériston Andrade, em Itagimirim, o Monumento Clériston

Andrade, na Avenida Garibaldi em Salvador e a Escola de 1º Grau Clériston Andrade, em Barra da Estiva.

De 25 de julho de 1997 a 02 de março de 2000 a escola foi dirigida por Nilson da Rocha Silva, nomeado pela Secretaria Estadual de Educação.

Em 03 de março de 2000, a escola foi municipalizada pela portaria Nº 2543, do Diário Oficial de 03/03/2000 e Delcina Andrade foi nomeada como Diretora, exercendo o cargo até o ano de 2004.

Em 2005, Carlos Roberto Souza Farias foi nomeado Diretor pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Em 2006, a unidade escolar passou a se chamar Centro Educacional Clériston Andrade. Durante o ano de 2009, Carlos Roberto se afastou da direção, sendo substituído por Josias Santos de Almeida por um período de seis meses, reassumindo o cargo após esse período.

No ano de 2011 a escola passou pelo processo de gestão democrática e houve a eleição para o cargo de Diretor. Nesse processo, Carlos Roberto Souza Farias foi eleito para o cargo de Diretor, por um período de quatro (04) anos, sendo reeleito em 2015.

A unidade escolar atendeu à Educação de Jovens e Adultos no período de 2006 a 2011.

Nesta vasta caminhada de 41 anos, muitos profissionais da educação fizeram parte da história da Unidade Escolar: Augusta da Silva Caires, Alcilene Novais Ferreira, Anália Santiago de Souza, Anésia Hermelina dos Santos, Ana Santana Santos, Admilson Novais Castro, Adriana Carvalho de Novais, Aline Silva dos Santos, Ana Camila Souza Silva Bento, Ana Cleide Lima da Silva, Ana Gonçalves Santana, Adriano Alves Freitas, Adriana Pereira Novais, Aline Silva de Souza, Antônio Manoel Nogueira, Cairo Ferreira Coelho, Carina Lago Santos, Carlos Roberto Souza Farias, Cleide Cordeiro Santos, Cristiane da Silva Pereira, Clélia Luz Caires, Camila Amorim N. Santos, Creuza Santos Ribeiro, Cacilda Novais Freire, Delcina Andrade Santos, Deltino José da Silva Filho, Durvalina Teixeira, Denívia Almeida Fiuza, Denise Novais Lima Bertassoni, Elaine Caires Luz Silva, Eva Carvalho Pereira, Eva Castro de Carvalho, Edmilson Andrade do Carmo, Edna Sofia Pina, Eliana Aguiar Siles, Eduardo Caires Luz, Elisângela Nascimento Luz, Elísia Candida da Silva, Euzito Medeiros Freitas, Ederval Caires Barbosa, Eliene Machado Ribeiro, Ediná da Silva Pires, Fernanda Nogueira Santos, Francisco Rocha Novais, Fabiana Caires de Oliveira,

Geany Caires Bento, Giliard dos Santos Luz, Gilda Barbosa Caires Santos, Graciela Freitas Novais, Girléia Santana Silva, Graciele Candido dos Santos Caires, Hélio Gonçalves Santana, Helena do Carmo Freitas, Ilvete Silva Bento, Inácio José Santos Neto, Iêda Luz Souza, Isac de Andrade Santos, Inês Gonçalves, Josias Santos de Almeida, Jicelmo Silva Luz, João Ribeiro de Souza, Jocimar Silva Luz, Julio César Santos Oliveira, Janete Cordeiro Franco, Josivelton Junior Gomes Leão, Juciene Santos Almeida de Moraes, Joseane Ribeiro Cordeiro, Lindinalva Rosa Santos, Luciene Dias Lima, Lucinete Braga Luz, Leila de Oliveira Caires, Liana Batista Sena da Silva, Liliane Cheles Bento, Leonarda Santana Cruz, Maisa Aguiar Rocha, Marcia Ribeiro Silva de Oliveira Almeida, Maria da Conceição Ribeiro Alves, Maria Ribeiro da Silva, Maria Valda Gonçalves Freitas, Maurina Caires Rocha, Meire Caires Pereira, Miralva Dias Silva Andrade dos Santos, Meire Novais Rocha, Michelle Arianne da Silva Caires, Maria da Glória Rocha Silva Araújo, Mirian Ribeiro Caires Pires, Marinalva dos Anjos, Maria Selma Nascimento Ribeiro, Magnane Ribeiro de Castro, Maristelia Ribeiro dos Santos, Maria Zélia Miranda Rosa, Marizete Pereira Caires, Marcos Antônio Caires Pires, Normalúcia Caires Carvalho, Nadjane Novais Lima, Natália das Neves de Souza Silva, Nazir Santana Dias Barreto, Neiane Rocha Gonçalves, Nilson Rocha Silva, Poliana Santos Souza, Patrícia Silva Borges, Patrícia Silva Aguiar, Patrícia Santana Sizilio, Patrícia Silva Soares Santos , Paula Barbosa dos Santos Viana, Paulo Antonio Jesus Silva, Paulo Roberto Aguiar e Silva, Paula Angélica Santos Silva, Rita Rosa Santos, Rita Soares da Silva, Rogério Pires Alves, Rosimar Souza Paixão Pires, Silene Freitas Silva Alves, Simara Silva Pereira Carreiro, Tania da Rocha Silva, Viviane Dutra Amorim , Valdenice Medeiros Novais, Verônica Pereira de Souza, Valéria Silva Oliveira Pires, Valdete Barbosa Alves Tinôco, Vilma Santos Miranda Pires, Valquíria Santos Miranda, Vagne Caires Ribeiro, Viviane Amaral Silva Santos, Vivian Maria de Almeida Gomes, Vandalinda Ribeiro Silva, Zeliê Silva Luz e Willian Alves Santos.

Com o objetivo de promover a educação de qualidade dos cidadãos do município e da região, atualmente a escola atende a um grande número de cidadãos barrestivenses da Educação Infantil ao 9º Ano do Ensino Fundamental.

1.3 PERFIL DA COMUNIDADE ESCOLAR

O alunado atendido pelo CECA, em sua maioria, vem de famílias de baixa renda, as quais, em boa parte, apenas um de seus representantes possui emprego. Pais, mães, ou responsáveis, que possuem emprego estável geralmente trabalham em firmas de lavoura como IGARASHI, casa de família, supermercados, salões de beleza, oficinas, ou na agricultura com suas próprias roças de morango ou café. Aqueles que trabalham por diária, geralmente são pedreiros, serventes, faxineiras, ou então laboram em roças de morango, por dia, e café, por produção. Apenas uma parte muito pequena dos pais possuem empregos públicos como professor, agente comunitário de saúde e enfermeiro.

Apesar de ser considerada uma comunidade de baixa renda, boa parte dos estudantes relataram ter celular e fazer uso do aparelho frequentemente como forma de distração. Mas, boa parte dos que possuem o telefone móvel, não tem acesso à internet em casa, necessitando, assim, usar wi-fi de parentes ou vizinhos.

Das poucas áreas de lazer oferecidas pelo bairro, a quadra poliesportiva é a que mais agrada toda a comunidade, crianças, jovens e adultos usam-na constantemente. A quadra é a mesma que durante o dia é utilizada pela escola.

A comunidade se desenvolveu bastante nos últimos tempos, mas em alguns locais de bairros atendidos pela escola ainda necessitam de serviços básicos, principalmente saneamento em algumas casas e asfaltamento nas ruas.

1.4 O DIAGNÓSTICO ATUAL DA INSTITUIÇÃO

O diálogo e a escuta fazem parte do processo de reelaboração do PPP. Em momento de reunião com toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, dupla gestora, coordenadoras pedagógicas e demais funcionários da escola) foram observadas as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças que estão presentes no CECA, as quais seguem pontuadas abaixo:

FORÇAS

- Boa imagem da escola junto aos alunos, pais e comunidade;
- Bom sistema de informações gerenciais;

- Liderança forte e atuante;
- Cultura de planejamento;
- Qualidade de ensino;
- As decisões são tomadas coletivamente;
- A escola utiliza com responsabilidade a autonomia outorgada pela legislação;
- O diretor é encontrado com frequência na escola e tem ciência do que ocorre na Unidade Escolar;
- A escola faz bom uso do recurso financeiro recebido, conforme define a Lei;
- A equipe escolar realiza reuniões pedagógicas frequentemente para discutir a situação da escola e dos estudantes.

OPORTUNIDADES

- Possibilidade de atualização profissional por parte dos professores, oferecida pela SEMEC ou outras instituições;
- Recursos financeiros do PDDE e/ou de programas estaduais e/ou federais para desenvolver projetos na escola;
- Disponibilidade de novas tecnologias para a escola;
- Facilidade de acesso às novas tecnologias;
- Disponibilidade de maior volume de recursos para a escola;
- Maior preocupação dos pais e da comunidade com a qualidade dos estudantes.

FRAQUEZAS

- Ausência de objetivos e metas claras;
- Desmotivação dos alunos;
- Desmotivação dos professores
- Ausência de um sistema de informações gerenciais;
- Liderança fraca;
- Acompanhamento deficiente dos estudantes;
- Sistema de Avaliação deficiente;
- Pouca criatividade com relação às práticas de ensino em sala de aula;
- Inexistência de um Programa de Formação Continuada para os profissionais da escola;

- Inexistência de um Sistema de Avaliação da Equipe Escolar;
- Inexistência de um sistema de pesquisa de satisfação das comunidades para com a escola;

AMEAÇAS

- Greves;
- Falta de autonomia para tomada de decisões;
- Baixo nível de preparação dos alunos que ingressam na escola;
- A escola está situada em região de grande migração;
- Excesso de projetos implantados pelas Secretarias de Educação.

É importante salientar que em relação às forças e fraquezas citadas, nem todos os pontos foram unânimes aos que participaram da reunião, mas por se tratar de um documento participativo e democrático todas as opiniões foram ouvidas e registradas. Com base nesse registro, a escola pode tomar medidas para desenvolver ainda mais o que nela há considerado bom (forças e oportunidades), bem como procurar meios de agir para amenizar as fraquezas e ameaças que permeiam o ambiente escolar. Com base nos pontos que foram levantados por toda a comunidade escolar, o plano de ação do Centro Educacional Clériston Andrade foi construído.

1.5 DIAGNÓSTICO ESCOLAR – ESTUDANTES

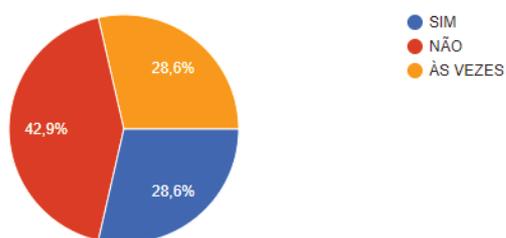
O diagnóstico escolar foi realizado com turmas do ensino fundamental do 1º ao 9º ano. Abaixo estão as perguntas que dizem respeito a: *amizade e solidariedade, alegria, combate a discriminação, disciplina e tratamento adequado aos conflitos que ocorrem no dia a dia da escola, respeito aos direitos das crianças e adolescentes, formas variadas e transparentes de avaliação, indicadores oficiais de avaliação da escola e contextualização* e as respostas e comentários em gráficos.

ANOS INICIAIS

Foram registrados abaixo, a avaliação dos itens mais críticos da nossa escola, segundo os estudantes do Ensino Fundamental anos iniciais.

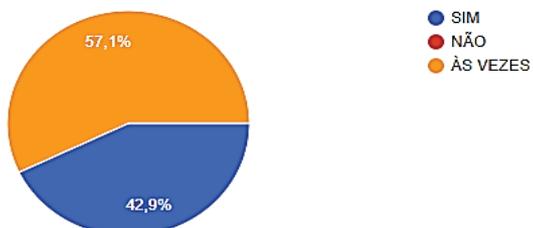
1. AMIZADE E SOLIDARIEDADE

1.5. A escola tem grupos de WhatsApp ou Instagram e faz uso dessas redes sociais virtuais para fortalecer os laços de amizades entre os alunos, entre professores e alunos?



2. ALEGRIA

2.2. A escola faz festas e eventos com a participação de pais, alunos, professores e funcionários?

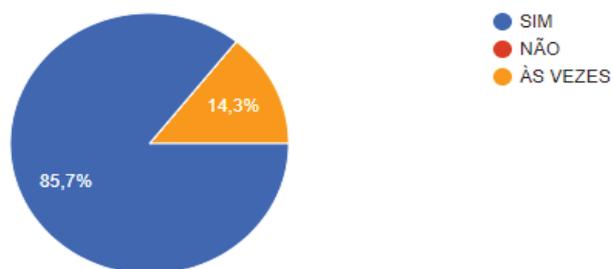


COMENTÁRIOS

Datas comemorativas. Gostaria que tivesse mais festas e eventos na escola; Fazer uma comemoração melhor no Dia das Crianças no turno matutino.

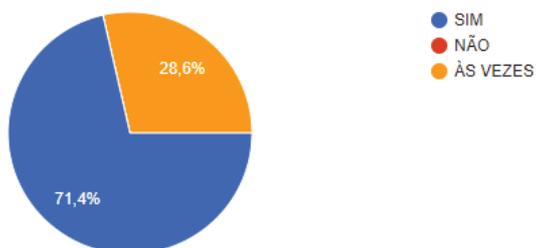
3. RESPEITO AO OUTRO

3.4. Seus familiares respeitam as pessoas que trabalham na escola?

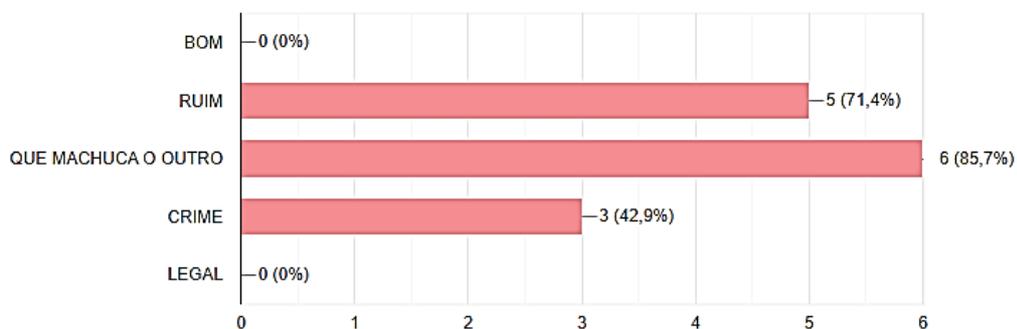


4. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

4.1. Na escola, os alunos negros, brancos, amarelos, pessoas com deficiência, ricos ou pobres, homens ou mulheres, são tratados da mesma forma etc.?

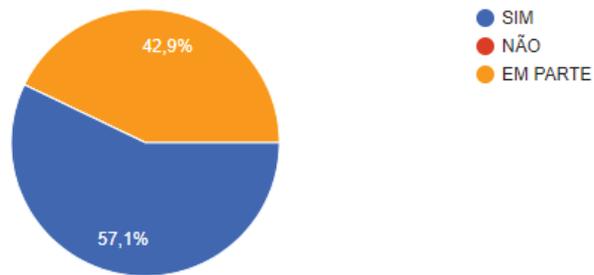


4.3. Os professores falam que discriminação é algo

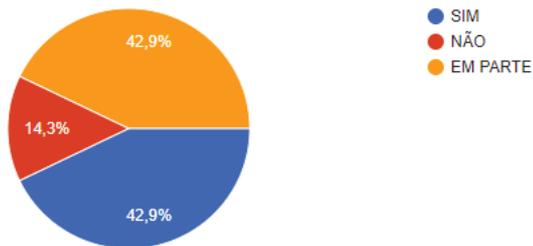


5. DISCIPLINA E TRATAMENTO ADEQUADO AOS CONFLITOS QUE OCORREM NO DIA A DIA DA ESCOLA

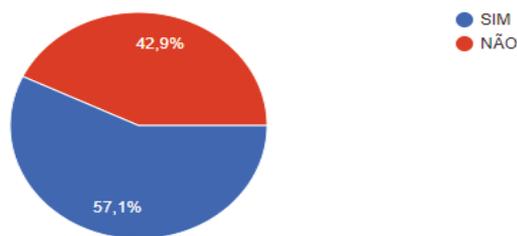
5.1. Você sabe o que pode ou o que não pode fazer na escola?



5.2. Os alunos participam da elaboração das regras de convivência na escola?



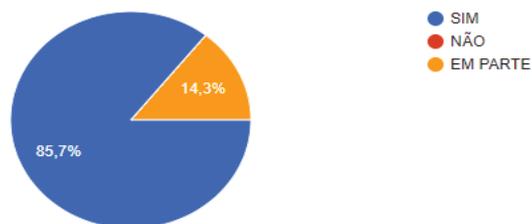
5.3. Vocês gostariam de elaborar algumas regras para a nossa escola?



Se sim, quais?

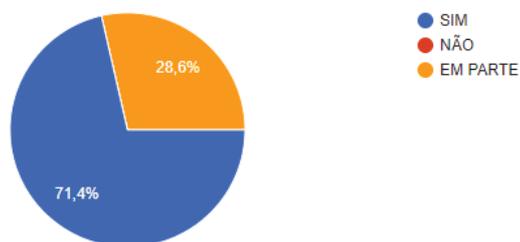
- Não haver mais brigas.
- Não comer na sala de aula no horário da aula.
- Não discriminar e nem brigar.
- Não joga lixo no pátio.
- Brinquedos;
- Aumentar o horário do recreio para que fique como no turno vespertino;
- Proibir que os alunos fiquem correndo na hora do recreio.

5.4. Os profissionais da escola (diretor, coordenador, professores etc.) procuram resolver brigas e discussões entre alunos, com base na conversa?

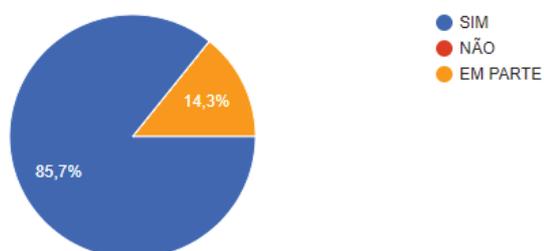


6. RESPEITO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

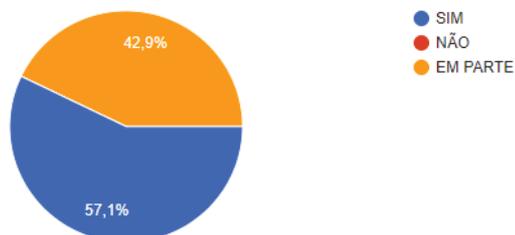
6.2. Os professores permitem que o aluno que tem dificuldade para fazer a atividade demore um pouco mais até que termine a atividade?



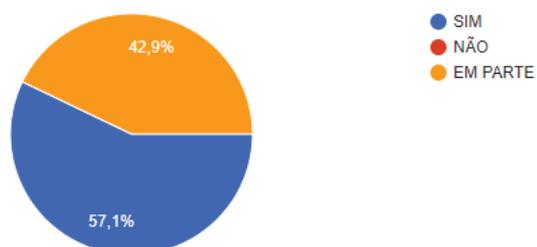
6.3. Na sala de aula, os professores dão atenção individual aos alunos com dificuldades de aprendizagem?



6.4. A escola passa atividades diferentes para alunos que têm dificuldades de aprendizagem?



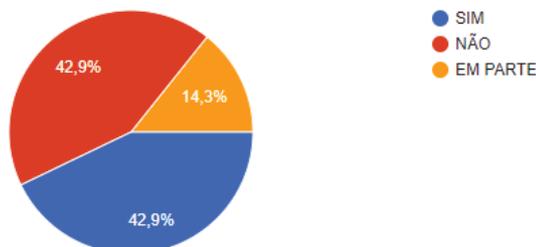
6.5. A escola faz algum tipo de agrupamento especial para atender alunos com alguma dificuldade?



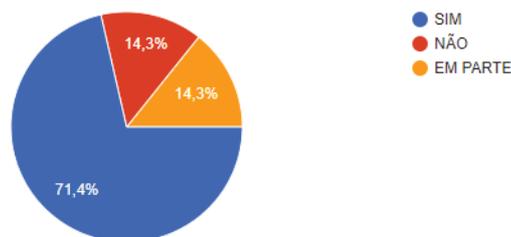
PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO

7. FORMAS VARIADAS E TRANSPARENTES DE AVALIAÇÃO

7.2. Os alunos sugerem tipos de atividades a serem realizadas pela escola?

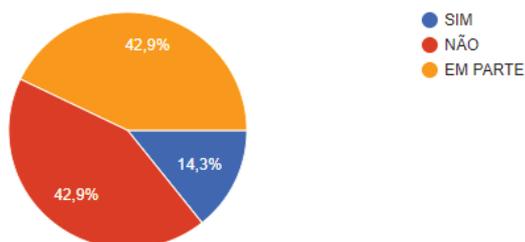


7.3. Os alunos são orientados pelos professores a fazer autoavaliação (falar, escrever, desenhar, expressar o que aprenderam utilizando diferentes linguagens como música, dança, desenho, pintura, teatro)?

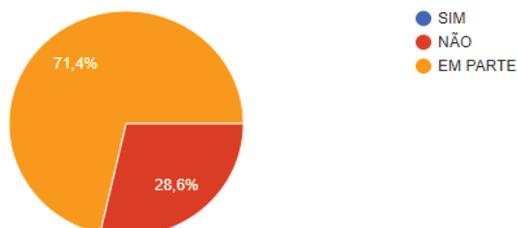


8. CONTEXTUALIZAÇÃO

8.1. Professores e alunos realizam atividades de estudo do ambiente próximo à escola?



8.2. A escola promove visitas no bairro e na cidade para que os alunos conheçam e aprendam sobre sua cidade?



8.4. Sobre o que você gostaria de estudar?

Inglês, seres vivos, música, francês, matemática avançada;

Respeito e Educação. Frases. Aula de ginástica. Higiene. Frações.

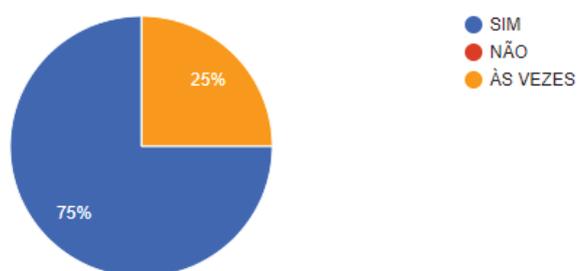
Dança; Balé;

A maioria respondeu que quer estudar para ter uma profissão e ajudar os pais;

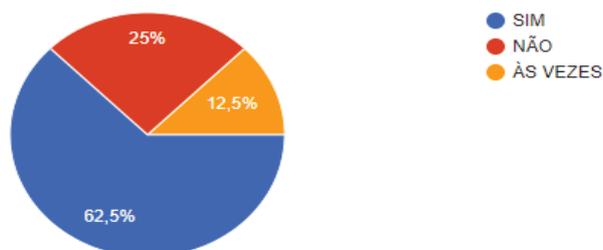
ANOS FINAIS

1. AMIZADE E SOLIDARIEDADE

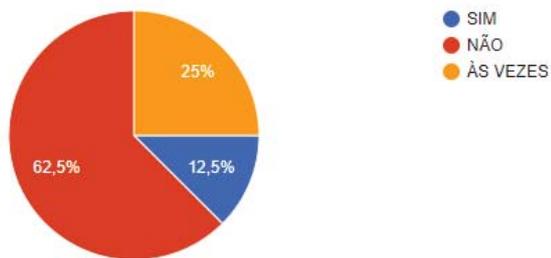
1.1. Quando alguém (professor, funcionário ou aluno) chega à escola com algum problema pessoal encontra pessoas dispostas a conversar?



1.2. O ambiente da escola favorece a amizade entre todos (entre os alunos; entre professores e alunos; entre os professores etc.)?



1.3. A escola faz uso de redes sociais virtuais para fortalecer os laços de amizade entre os alunos, entre professores e alunos, entre os professores e entre os demais profissionais da escola?

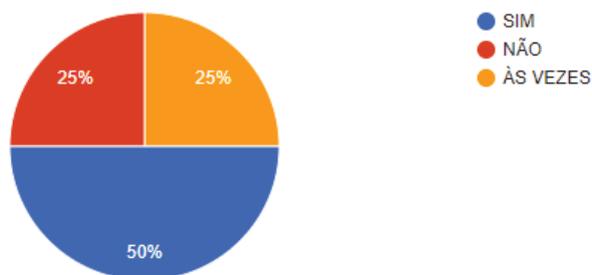


COMENTÁRIOS

- A escola possui redes sociais (Instagram e WhatsApp), mas são pouco divulgadas. Deveria se promover momentos interclasses para aproximar os estudantes, bem como passeios culturais. Liberar o espaço externo (próximo à quadra) da escola na hora do recreio.
- A escola deve seguir o perfil de todos os alunos. Divulgar o perfil da escola no ambiente escolar. Disponibilizar um roteador ou plano de internet para uso dos alunos. Capacitar a comunidade escolar para aprender a lidar com os alunos que apresentam crises de ansiedade e outros transtornos.

2. ALEGRIA

2.2. A escola promove festas e eventos com a participação de pais, alunos, professores e funcionários?

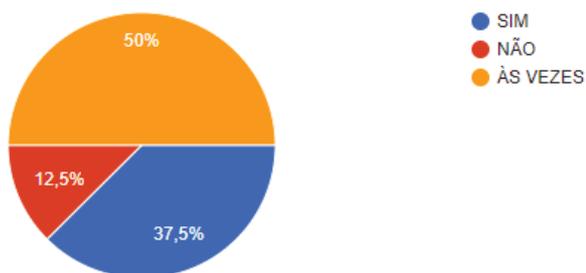


COMENTÁRIOS

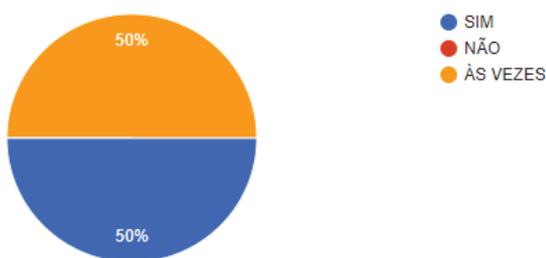
- Para a escola ficar mais alegre, deveria se construir um parquinho; melhorar a internet e disponibilizá-la aos estudantes; Promover o recreio cultural; Ofertar aulas à noite; Ativar a horta; Organizar uma lanchonete escolar em que o dinheiro iria para a escola.
- Alguns alunos reclamaram da "ignorância e arrogância" por parte de alguns professores.
- Os eventos ou festas na unidade escolar deveriam ser realizados à noite. Promoção de eventos nos finais de semana e de viagens.

3. RESPEITO AO OUTRO

3.2. Os professores tratam bem, são respeitosos e afetuosos com os alunos?



3.3. As pessoas que trabalham na escola se sentem respeitadas e valorizadas por pais e alunos?

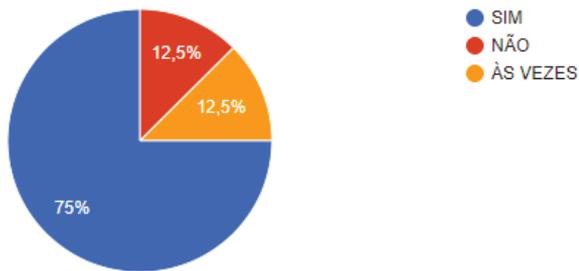


COMENTÁRIOS

- O respeito acontece por parte de alguns professores. Outros são ignorantes e sem paciência, não se preocupando com o bem-estar (principalmente psicológico) dos estudantes.
- Alguns alunos reclamaram da "grosseria" por parte de alguns professores.
- Na questão 3.2 os alunos que responderam o NÃO como opção disseram ser referente a um professor e não aos professores de maneira geral.
- Item 3.3 os alunos afirmaram sim, mas não souberam responder, pois, nunca conversaram a esse respeito.

4. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

4.1. Na escola, todos são tratados com respeito e mantêm laços de amizade, não importando se são negros, brancos, amarelos, indígenas, pessoas com deficiência, ricos ou pobres, homens ou mulheres, homossexuais, bissexuais etc.?

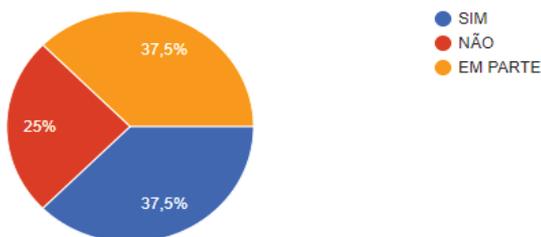


COMENTÁRIOS

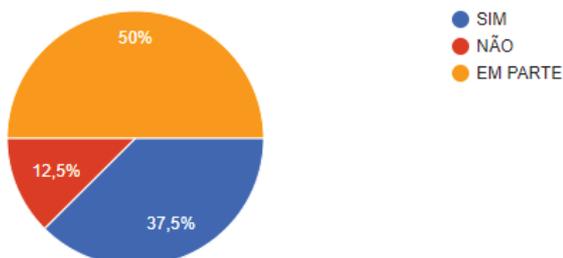
- Fazer pesquisas e divulgação de situações de discriminação na escola; Eleger líder e vice-líder para representar estudantes frente à gestão escolar; Definir regras de convivência coletivamente e torná-las públicas por meio de cartazes afixados nas salas.
- Principalmente nas aulas de Ensino religioso.
- Sempre são lembrados
- Geralmente esse assunto é abordado, principalmente, na disciplina de Projeto de Vida, demais disciplina, direção e coordenação;
- Os alunos afirmaram que alguns professores falam a respeito.

5. DISCIPLINA E TRATAMENTO ADEQUADO AOS CONFLITOS QUE OCORREM NO DIA A DIA DA ESCOLA

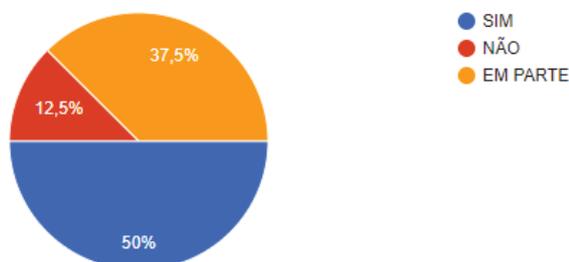
5.1. As regras de convivência adotadas pela escola são claras, conhecidas e respeitadas por toda a comunidade escolar?



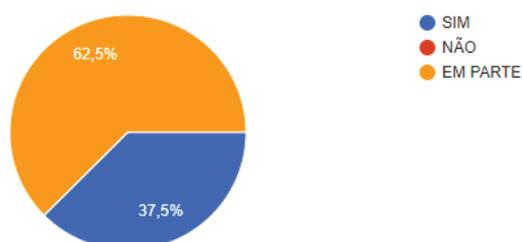
5.2. Os alunos participam da elaboração das regras de convivência na escola?



5.4. As consequências para aqueles que não cumprem as regras são aplicadas a todos, independentemente se se trata de alunos, professores, diretor ou demais profissionais da escola?



5.6. Os professores desenvolvem atividades para que os alunos aprendam a dialogar e negociar?

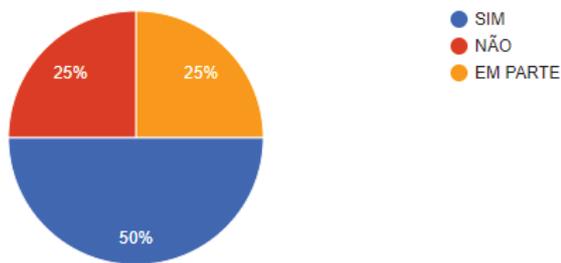


COMENTÁRIOS

- Realizar assembleias para elaboração de regras com os alunos e divulgá-las na sala de aula (cartazes).
- Pedir a opinião dos alunos para elaboração das regras e deixa-las mais esclarecidas a todos.
- Item 5.6 os alunos falaram que alguns professores.
- As consequências para aqueles que não cumprem as regras devem ser aplicadas a todos, independentemente se se trata de alunos, professores, diretor ou demais profissionais da escola.

6. RESPEITO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

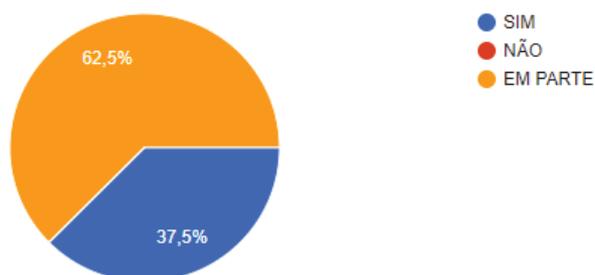
6.1. Os alunos, pais, mães ou responsáveis conhecem o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)?



6.2. O ECA é seguido pela escola e nas salas de aula?



6.5. No dia a dia, os professores dão atenção individual àqueles alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem?



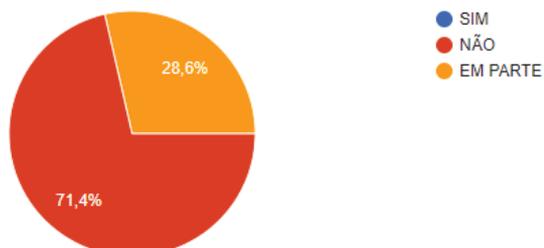
COMENTÁRIOS SOBRE RESPEITO

- Realizar monitoria entre alunos.
- Sim, os alunos trocam de turma e sala algumas vezes na semana.
- Recomposição de turma
- Dar atenção individual aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Reforço para os alunos com dificuldades em qualquer componente curricular. Organizar uma reunião explicar e mostrar como funciona o ECA. Fazer agrupamento especial para atender os alunos com defasagem.

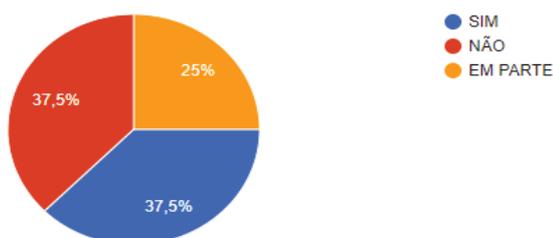
PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO

7. FORMAS VARIADAS E TRANSPARENTES DE AVALIAÇÃO

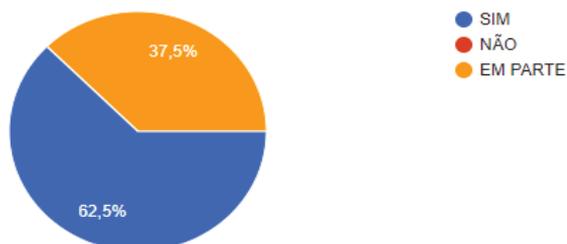
7.2. Os alunos participam da definição e da organização dos meios de avaliação utilizados pela escola?



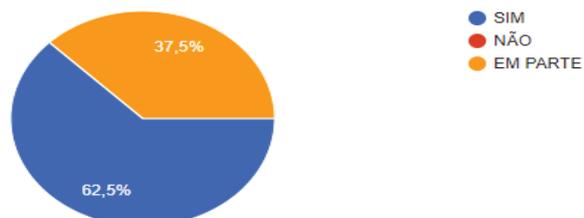
7.3. Os alunos são orientados pelos professores a fazer autoavaliação (falar, escrever, expressar o que aprenderam utilizando diferentes linguagens como música, dança, desenho, pintura, teatro)?



7.5. Os alunos são informados das razões pelas quais tiram esta ou aquela nota ou por que foram aprovados ou reprovados?

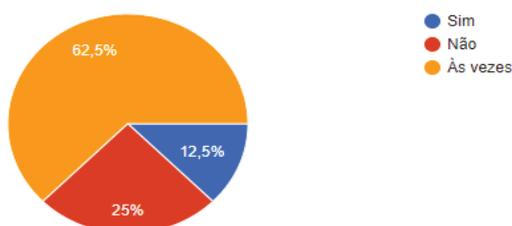


7.6. Os alunos são informados sobre os conteúdos nos quais progrediram e em quais precisam estudar e avançar mais?

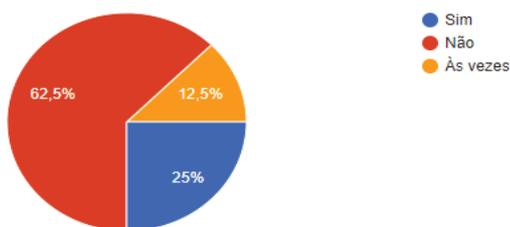


INDICADORES OFICIAIS DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA

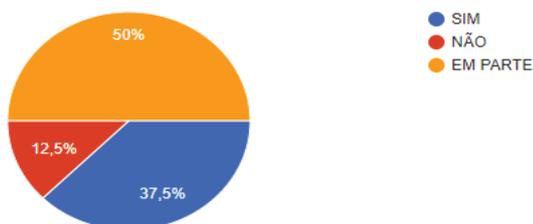
7.8. A comunidade escolar (pais, diretores, demais funcionários, alunos, etc.) é informada sobre as estatísticas educacionais produzidas pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação) ou pelas Secretarias de Educação sobre o desempenho da escola e da rede escolar da qual faz parte (tais como evasão, abandono, distorção idade-série, avaliações de aprendizagem, etc.)?



7.9. O significado desses indicadores é discutido na escola (sala de aula)?

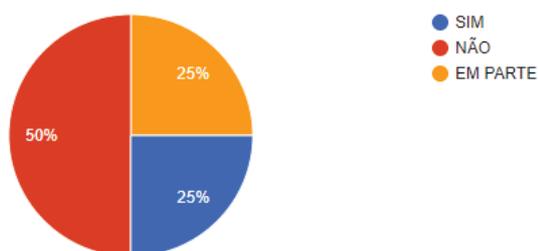


7.10. A comunidade escolar busca compreender as causas das reprovações?

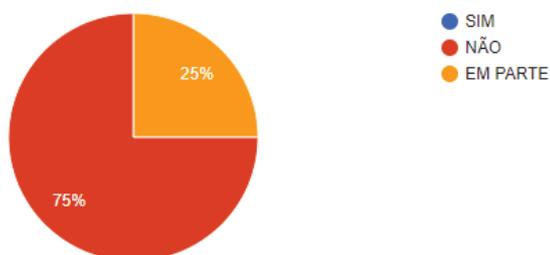


8. CONTEXTUALIZAÇÃO

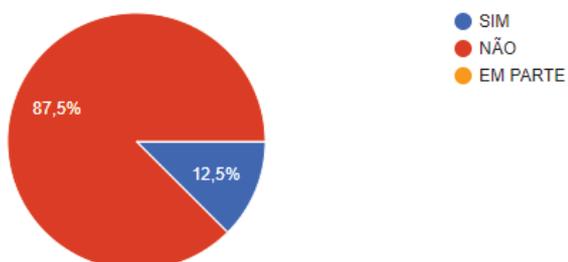
8.1. Professores e alunos realizam atividades de estudo do ambiente do entorno da escola?



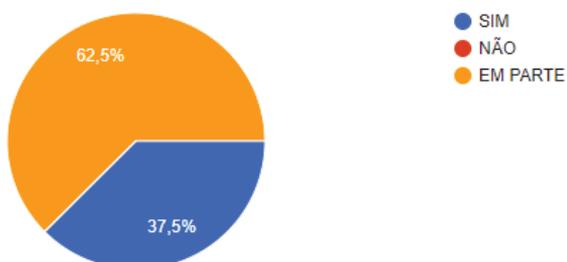
8.2. Professores e alunos desenvolvem atividades para resolver problemas que percebem no entorno da escola?



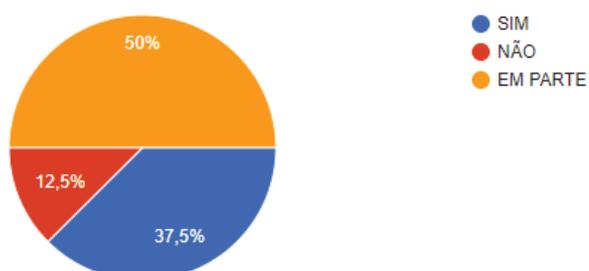
8.3. A escola promove visitas no bairro e na cidade para que os alunos conheçam e aprendam a usar os equipamentos públicos da região?



8.4. Os professores relacionam os conteúdos a serem trabalhados na sala de aula com a vida cotidiana dos seus alunos?



8.5. Temáticas importantes para o processo educativo de crianças, adolescentes e jovens são tratadas na escola com os alunos que estão nessa fase da vida?



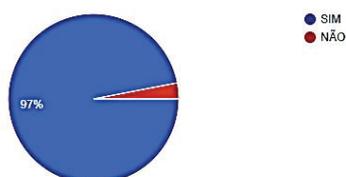
1.6 DIAGNÓSTICOS ESCOLAR – FUNCIONÁRIOS

O diagnóstico escolar dos funcionários foi realizado por meio do google forms com questões sobre: *habilitação, suficiência e estabilidade da equipe escolar e assiduidade da equipe escolar.*

HABILITAÇÃO

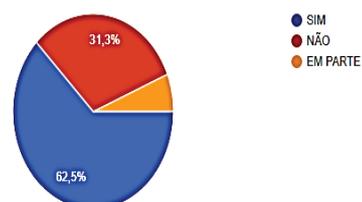
1.1. Você tem habilitação (formação inicial) necessária para o exercício de sua função?

33 respostas



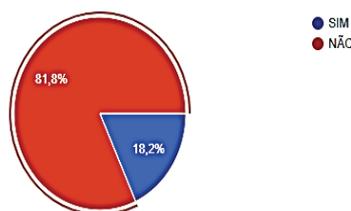
1.2. Você leciona na sua área de formação?

32 respostas



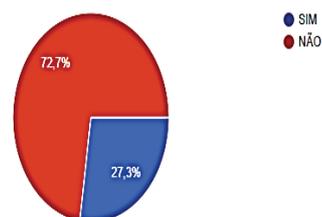
1.2. A escola ou a Secretaria da Educação oferecem permanentemente cursos ou ações de formação em sua função?

33 respostas



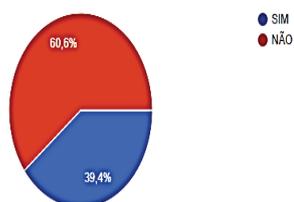
1.3. Você tem participado de cursos de formação oferecidos virtualmente?

33 respostas



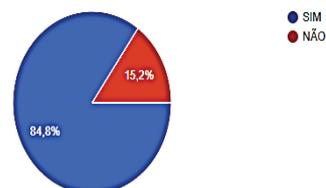
1.4. Nestes cursos ou ações de formação, há vagas suficientes para a participação de todos?

33 respostas



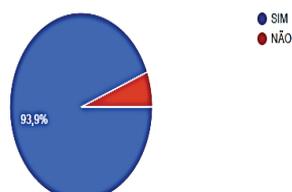
1.5. Os professores e coordenadores pedagógicos sempre se reúnem para a discussão dos planos de aula, para a avaliação da prática e para estudos (reuniões pedagógicas)?

33 respostas



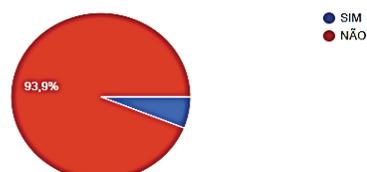
1.6. As reuniões pedagógicas ajudam de fato a melhorar a prática pedagógica?

3 respostas



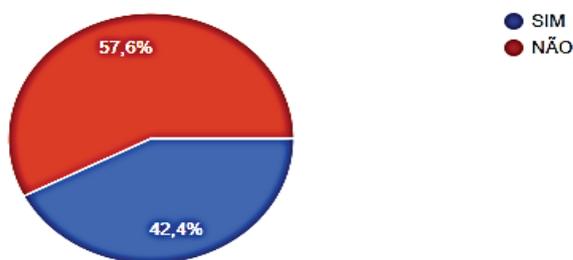
1.7. Você participa de formações que o ajuda a trabalhar com alunos com deficiência?

33 respostas



1.8. A escola utiliza portais educacionais (como EducaRede, Portal do Professor do MEC, entre outros) para subsidiar a formação dos seus professores?

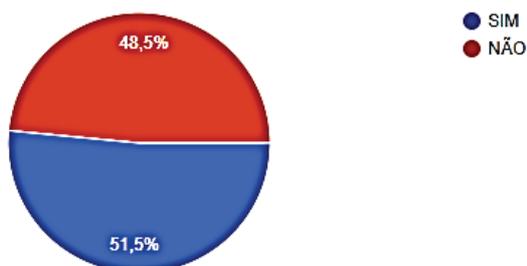
33 respostas



SUFICIÊNCIA E ESTABILIDADE DA EQUIPE ESCOLAR

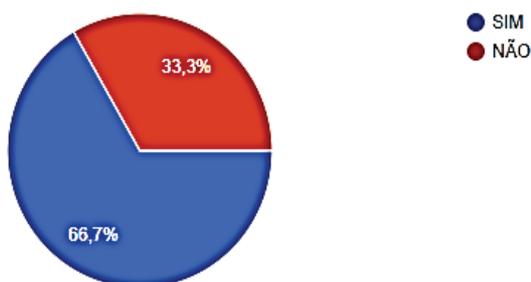
2.2. A escola possui profissionais de apoio pedagógico (exemplos: coordenador, supervisor, psicopedagogo, técnicos das áreas de ensino) em quantidade suficiente?

33 respostas



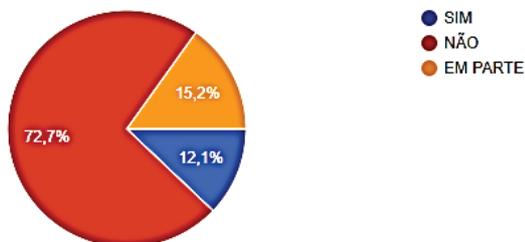
2.1. O número de funcionários é suficiente para o bom funcionamento da escola?

33 respostas



2.3. O número de mudanças e substituições de professores e demais profissionais da escola é calculado a cada ano ou semestre e discutido pela comunidade escolar, incluindo pais e alunos?

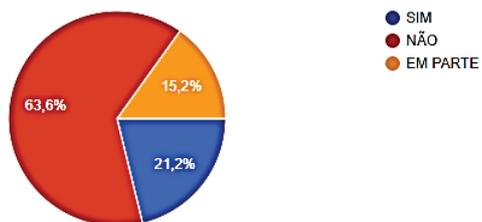
33 respostas



ASSIDUIDADE DA EQUIPE ESCOLAR

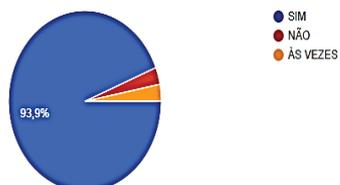
3.1. As faltas de diretor, professores ou funcionários são um problema discutido por toda a comunidade escolar, incluindo pais e alunos, quando dificultam o aprendizado e o andamento das atividades educativas?

33 respostas



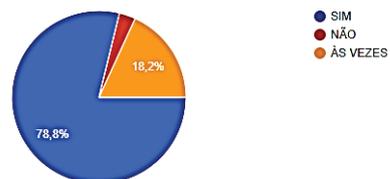
3.2. Os professores começam e terminam as aulas pontualmente?

33 respostas



3.3. Os demais profissionais da escola também cumprem sua jornada com pontualidade?

33 respostas



1.7 INDICADORES EDUCACIONAIS

1.7.1 RENDIMENTO E MOVIMENTO ESCOLAR

ESTATÍSTICA DO RESULTADO FINAL - 2022						
Ano	Total de estudantes matriculados	Número de aprovados	Número de aprovados pelo Conselho Escolar	Número de reprovados	Número de evadidos	Número de transferidos
1º	39	36	-	-	-	3
2º	56	49	-	-	1	6
3º	30	17	-	11	-	2
4º	41	24	-	7	-	10
5º	51	32	-	17	1	1
6º	61	43	2	12	3	2
7º	38	27	1	10	1	-
8º	45	36	2	7	1	1
9º	30	23	2	5	-	2

ESTATÍSTICA DO RESULTADO FINAL - 2023						
Ano	Total de estudantes matriculados	Número de aprovados	Número de aprovados pelo Conselho Escolar	Número de reprovados	Número de evadidos	Número de transferidos
1º	50	49	-	-	1	-
2º	41	41	-	-	-	-
3º	66	48	-	14	-	4
4º	25	17	-	7	-	1
5º	38	31	-	5	-	2
6º	40	38	2	-	1	1
7º	40	37	-	3	-	-
8º	33	32	3	1	-	-
9º	33	30	3	1	2	-

1.7.2 DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE- 2023

Ano	Total de estudantes	Total de estudantes em distorção idade/série	Índice
1º	50	0	00%
2º	41	2	4,9%
3º	66	9	13,6%
4º	25	9	36%
5º	38	11	29%
6º	40	14	35%
7º	40	13	32,5%
8º	33	9	27,3%
9º	33	14	42,4%

1.7.3 IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador educacional utilizado para monitorar o desempenho das escolas e das redes de ensino construído a partir dos resultados de aprendizagem apurados no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação aferidas no Censo Escolar.

Para compreendermos os resultados do IDEB a partir da Pandemia do Covid-19, algumas considerações devem ser feitas.

No ano de 2021, o IDEB do Centro Educacional Clériston Andrade para os anos iniciais não foi calculado, pois faltaram dados suficientes, já que houve pouca participação dos alunos na realização da Prova SAEB. Por seu turno, os anos finais alcançaram nota 5, ultrapassando a meta prevista de 4,9, porém, essa nota indica uma pequena queda do IDEB, que em 2019 foi de 5,1.

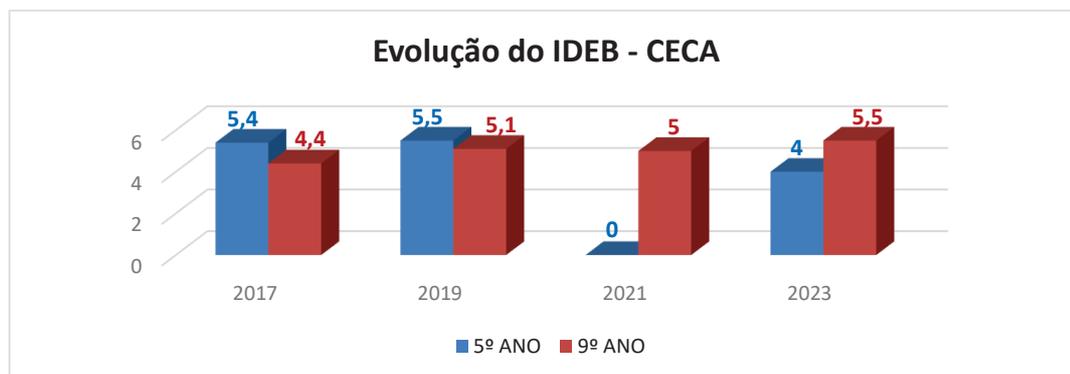
O IDEB do CECA, superou a meta proposta, porém, algumas ressalvas do INEP merecem nossa atenção:

Um dos impactos importantes já identificados nas duas últimas edições do Censo Escolar foi o crescimento abrupto das taxas de aprovação da rede pública entre 2020 e 2021, quando comparadas com o período pré-pandemia (2019). [...]

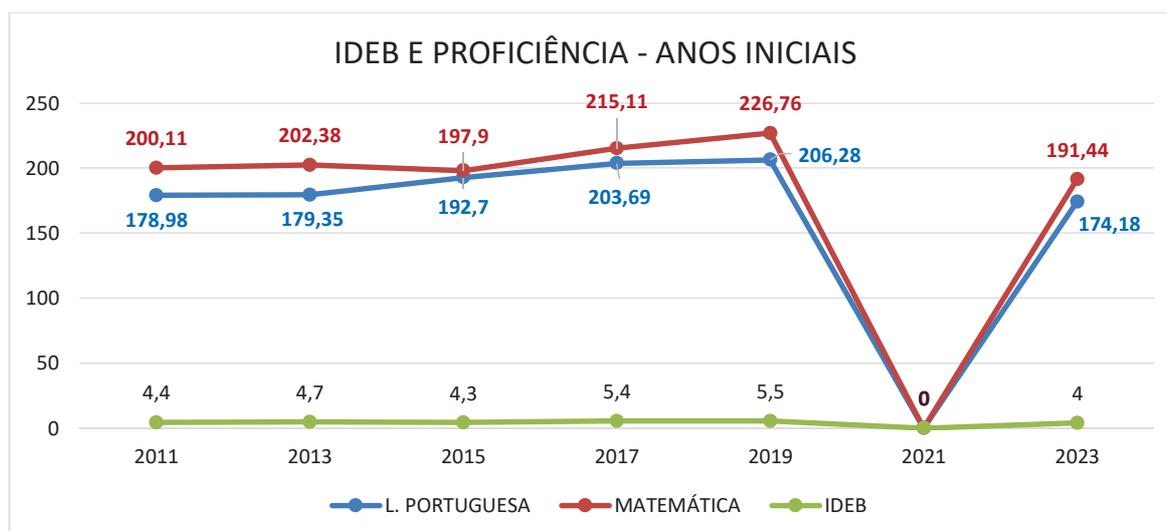
Conforme indicado anteriormente, o aumento das taxas de aprovação está, provavelmente, relacionado a ajustes nos critérios de aprovação e à adoção do *continuum* curricular, já que essas estratégias foram recomendadas e adotadas por parte das escolas. Cabe destacar, ainda, que, [...] o aumento não associado a uma elevação da proficiência média nas

avaliações, pode não assegurar uma efetiva melhora no desempenho do sistema educacional.

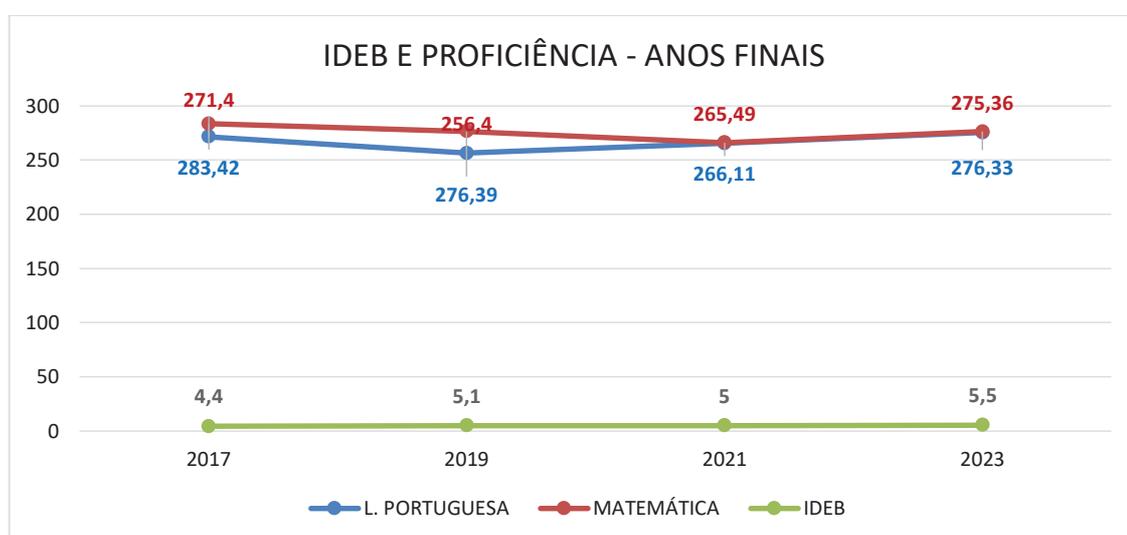
Isso é o que fica evidenciado no gráfico abaixo, que mostra a nota do CECA na avaliação do SAEB. Vejamos:



Apesar de não ter cálculo do IDEB para os anos iniciais no CECA em 2021, é possível acompanhar a oscilação do nível dos estudantes, de forma que se enquadraram, em 2019, no nível proficiente tanto em Língua Portuguesa (nível 4: 200 a 224) quanto em Matemática (nível 5: 225 a 249), conforme dados fornecidos pelo INEP, mas em 2023 houve redução na proficiência tanto em Língua Portuguesa (Nível de proficiência 2), quanto em Matemática (Nível de proficiência 3), conforme se observa:

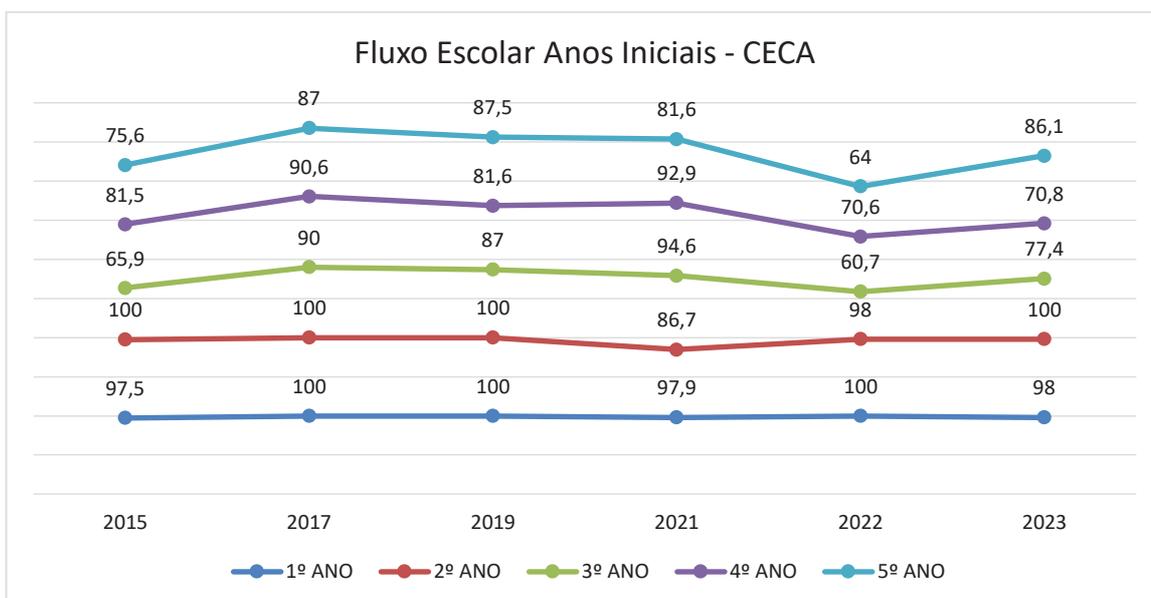


Quanto ao Ensino Fundamental Anos Finais, percebe-se que houve um declínio na nota das provas tanto de Língua Portuguesa quanto de Matemática em 2021, demonstrando que era necessário intensificar o ensino de algumas habilidades/descriptores em nossos estudantes que se encontravam no nível 3 (básico - com pontuação de 250 a 274). Já em 2023, as notas de proficiência se elevaram (Língua Portuguesa - 275,36 e Matemática - 276,33) com ascensão para o nível 4, como se observa no gráfico abaixo:



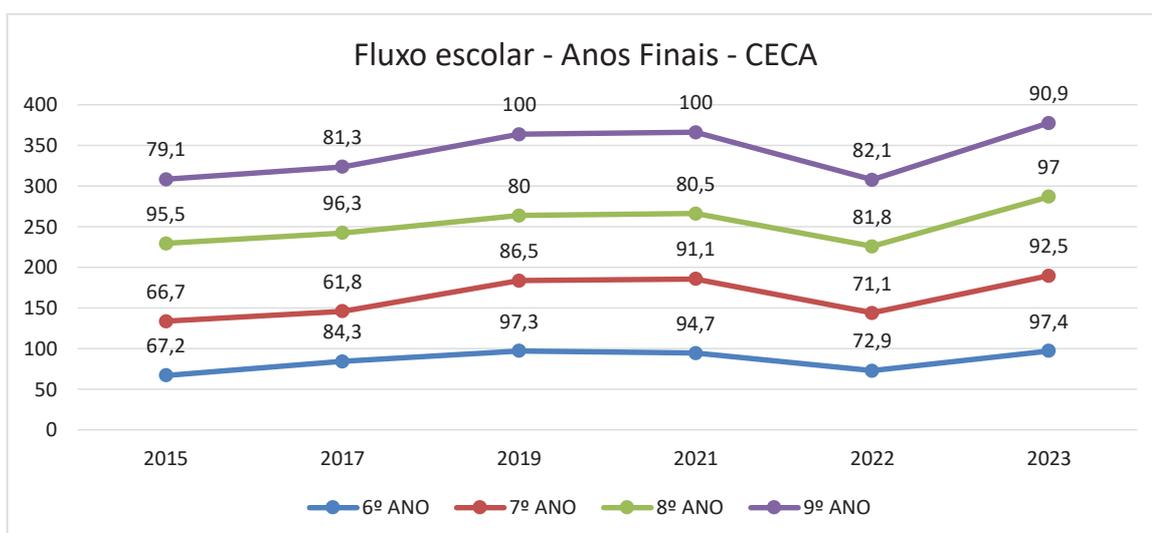
MOVIMENTO DO FLUXO ESCOLAR

Quanto ao fluxo (taxa de aprovação) no Ensino Fundamental Anos Iniciais, verifica-se que em 2015 as taxas de aprovação não eram as mais adequadas, principalmente no 3º Ano (65,9%) e no 5º Ano (75,6), mas aumentaram em 2017 e se mantiveram estáveis nos anos subsequentes, até 2022, onde houve uma redução na aprovação, como se verifica no gráfico a seguir:



Observa-se que, em 2022, respeitando à legislação vigente relacionada ao ciclo de alfabetização, o 1º Ano não apresentou reprovação e 2º Ano houve 1 evasão. Infelizmente, muitos estudantes não participaram das aulas síncronas e/ou assíncronas durante o período da pandemia pelo Covid-19 (2020-2021), períodos caracterizados pela “quase” aprovação automática, exceto em casos de não participação total das aulas, e retornaram à escola com uma defasagem enorme na aprendizagem. Atividades de Recomposição de Conteúdos foram desenvolvidas, mas, mesmo assim, alguns estudantes não conseguiram adquirir as habilidades mínimas para a aprovação em 2022. Em 2023 já houve uma melhora no índice de aprovação dos estudantes no CECA.

Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, verifica-se um aumento na taxa de aprovação de 2015 para 2017 em todas as turmas, exceto no 7º Ano. Nos anos subseqüente, houve elevação da referida taxa em quase todas as turmas até o ano de 2021, mas em 2022, houve uma redução considerável na aprovação, pelos mesmos motivos apresentados nos anos iniciais. Em 2023 houve diminuição na reprovação e na evasão como é possível observar na tabela Rendimento e movimento escolar supracitada.



Observa-se que a taxa de aprovação está intimamente ligada às consequências da pandemia do Covid-19. Temos ciência que os danos foram muitos, e que, talvez demorem para conseguir reverter a defasagem na aprendizagem de nossos/as estudantes. Uma coisa é certa: precisamos repensar a prática e as estratégias a cada momento para alcançarmos resultados satisfatórios.

1.7.4. CAED/CNCA – AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS E FORMATIVAS

O Centro Educacional Clériston Andrade faz uso da Plataforma Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA/CAEd), do Ministério da Educação e Cultura, doravante MEC, pois essa plataforma busca apoiar redes públicas de ensino na aplicação e no uso de avaliações educacionais, realizadas a cada bimestre letivo, com o objetivo de orientar professores e gestores no planejamento e acompanhamento de ações que tenham como foco minimizar os principais problemas relacionados à aprendizagem.

Conforme orienta o MEC, via plataforma CNCA,

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tem como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do 2º ano do ensino fundamental e foca na recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia.

Ainda conforme orientações da própria plataforma,

Numa avaliação, o indicador de desempenho é extremamente importante: a partir dessa informação, é possível observar se as crianças estão desenvolvendo as habilidades previstas para o ano letivo e, em Língua Portuguesa, leitura e escrita, para a etapa do desenvolvimento da alfabetização em que é esperado que estejam. Esses resultados devem ser entendidos à luz da Escala de Desenvolvimento da Aprendizagem, que indica, por meio da medida de proficiência, em qual padrão de desempenho estudantes que participaram da avaliação se situam. Dessa forma, é possível identificar quem está com defasagem, com aprendizado adequado ou caminhando para alcançá-lo, ou seja, com aprendizado intermediário.

É essencial observar a distribuição de estudantes nos níveis de aprendizagem, pois ela indica se as expectativas de aprendizagem têm sido cumpridas no âmbito da escola ou da rede. (PLATAFORMA CNCA, 2024)

Nas tabelas a seguir, é apresentado o detalhamento do desempenho dos estudantes nos testes realizados em 2024, desde o diagnóstico até a 2ª avaliação formativa, em Língua Portuguesa (leitura, escrita e fluência leitora) e Matemática. Vejamos:

I) LÍNGUA PORTUGUESA

Ensino Fundamental Anos iniciais

A) LEITURA

Turma	Previstos		Avaliados		% participação		Defasagem		Aprendizado intermediário		Aprendizado adequado	
	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2
1º A	24	25	24	25	100%	100%	42%	16%	46%	36%	13%	48%
1º B	23	25	23	25	100%	100%	65%	32%	30%	36%	4%	32%
2º A	24	24	24	24	100%	100%	21%	21%	13%	15%	67%	54%
2º B	24	22	24	22	100%	100%	25%	9%	17%	23%	58%	68%
3º A	25	26	25	26	100%	100%	68%	62%	12%	15%	20%	23%
3º B	24	25	24	25	100%	100%	88%	92%	8%	8%	4%	0%
4º A	20	20	20	20	100%	100%	20%	0%	40%	0%	40%	100%
4º B	17	18	17	18	100%	100%	24%	33%	53%	39%	24%	28%
4º C	19	20	19	19	100%	95%	42%	16%	21%	26%	37%	58%
5º A	21	22	21	21	100%	95%	19%	14%	38%	33%	43%	52%

B) ESCRITA

Turma	Avaliados	% particip.	Nota média	CATEGORIAS				
				Inadeq	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto
1º A	-	-	-	-	-	-	-	-

1º B	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º A	24	100%	7,3	13%	0%	4%	4%	79%	
2º B	22	100%	6,6	0%	9%	9%	23%	59%	
3º A	26	100%	5,6	0%	12%	23%	12%	54%	
3º B	0	0%	-	%	%	%	%	%	

Turma	Avaliados	% part	Nota média	CATEGORIAS					
				Inadeq.	Insuf.	Insatis.	Interm.	Satisf.	Avanç.
4º A	19	95%	2,9	0%	21%	58%	21%	0%	0%
4º B	18	100%	1,0	6,1%	0%	39%	0%	0%	0%
4º C	19	95%	1,8	58%	5%	16%	16%	0%	5%
5º A	22	100%	2,9	23%	23%	23%	18%	14%	0%

C) FLUÊNCIA LEITORA

Turma	Prev.	Aval.	% particip	CATEGORIAS						
				Pré-leitor total	Pré-leitor nível 1	Pré-leitor nível 2	Pré-leitor nível 3	Pré-leitor nível 4	Iniciante	Fluente
1º A	-	-	-		-	-	-	-		-
1º B	-	-	-		-	-	-	-		-
2º A	24	24	100%	3	3	0	0	0	21	0
2º B	22	22	100%	5	1	0	0	4	17	0
3º A	26	26	100%	7	1	1	4	1	0	0
3º B	25	9	36%	5	1	2	1	1	3	1
4º A	20	20	100%	0	0	0	0	0	2	18
4º B	18	18	100%	4	1	0	0	3	9	5
4º C	20	19	95%	0	0	0	0	0	8	11
5º A	22	22	(100%)	3	2	0	0	1	19	0

II. MATEMÁTICA

Ensino Fundamental Anos iniciais

Turma	Previstos	Avaliados	% participação	Defasagem	Aprendizado intermediário	Aprendizado adequado
-------	-----------	-----------	----------------	-----------	---------------------------	----------------------

	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2
1º A	24	25	24	25	100%	100%	29%	12%	58%	32%	13%	56%
1º B	23	25	23	25	100%	100%	9%	8%	70%	16%	22%	76%
2º A	24	24	24	24	100%	100%	21%	4%	38%	21%	42%	75%
2º B	23	22	23	22	100%	100%	30%	18%	39%	23%	30%	59%
3º A	25	26	25	26	100%	100%	60%	69%	36%	31%	4%	0%
3º B	22	25	22	24	100%	96%	86%	58%	9%	38%	5%	0%
4º A	20	20	20	20	100%	100%	45%	35%	20%	25%	35%	40%
4º B	17	18	17	18	100%	100%	65%	89%	24%	11%	12%	0%
4º C	19	20	19	19	100%	95%	47%	58%	26%	21%	26%	21%
5º A	21	22	21	22	100%	100%	52%	36%	14%	27%	33%	36%

Os resultados demonstram avanços em algumas habilidades/categorias e retrocessos em outras, de forma que é necessária a elaboração de um plano de ação com estratégias para desenvolvimento de habilidades em nossos estudantes.

1.8 CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é o órgão maior poder para a tomada de decisões realizadas na escola e é formado por representantes de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar (Estudantes, Responsáveis pelos/as estudantes, Professores e funcionários).

O Conselho Escolar do Centro Educacional Clériston Andrade tem suas ações respaldadas através da Lei Municipal Nº 010/2011, que dispõe sobre a regulamentação da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Barra da Estiva, Estado da Bahia e que normatiza o funcionamento, o caráter e a quantidade de membros (6 e, no máximo, 14) do Conselho Escolar.

Dentre as atribuições do Conselho, estão as seguintes¹:

¹ Lei Municipal Nº 010/2011, Barra da Estiva, Ba. Disponível em: <file:///C:/Users/SIMARA/Downloads/Lei%20municipal%20n%20010-2011%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20gest%C3%A3o%20democratica.pdf>

- I – elaborar e/ou reformular o regimento do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário de acordo com as normas da legislação vigente; seu regimento;
- II – organizar, modificar e aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da unidade de ensino, sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à manutenção e à conservação da escola, com base em seu PPP;
- III – criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do projeto político administrativo financeiro e pedagógico da unidade de ensino;
- IV – divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, qualidade dos serviços prestados e resultados obtidos;
- V – coordenar o processo de discussão para encaminhamento de propostas, elaboração ou alteração do regimento escolar;
- VI – convocar a assembleia geral escolar dos segmentos;
- VII – propor e coordenar a discussão junto aos segmentos da comunidade escolar e votar alterações no currículo escolar, no que for atribuição da unidade, respeitada a legislação vigente;
- VIII – propor e coordenar a discussão junto aos segmentos e votar as alterações metodológicas, didática e administrativa da unidade de ensino respeitada a legislação vigente.
- IX – estruturar o calendário escolar de acordo com os horários, no que competir à unidade de ensino, observada a legislação vigente;
- X – fiscalizar a gestão da unidade de ensino;
- XI – elaborar, aprovar, acompanhar e avaliar o projeto político pedagógico administrativo da Instituição Escolar;
- XII - Zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base na Lei n.8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na definição das questões pedagógicas, deverão ser resguardados os princípios constitucionais, as normas e as diretrizes do Conselho Municipal de Educação de Barra da Estiva.

As eleições para o Conselho Escolar referente ao biênio 2022-2024, realizadas no período de 18 a 27 de outubro, elegeram os seguintes representantes:

CONSELHO ESCOLAR 2022-2024		
Segmento	Conselheiro(a)	Função
Estudante	Amanda da Silva Aguiar	Titular
	Camile Caires de Carvalho	Suplente
Pais e/ou Responsáveis	Gilza da Silva Souza Carvalho	Titular
	Nilzete Jacobina	Suplente
Funcionários	Marinês Rocha Santana	Titular
	Maria do Carmo de Oliveira Sousa Rabelo	Suplente
Professores	Elísia Cândida da Silva	Titular
	Valdete Barbosa Alves Tinôco	Suplente

1.9 OS PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR

O professor é um profissional que auxilia no processo de construção de conhecimentos, nesse sentido se faz necessário que o mesmo acompanhe os avanços e as mudanças educacionais, estar sempre se atualizando, além de possuir habilidades para ensinar utilizando diversas metodologias.

Levando em consideração a realidade da comunidade escolar, é de suma importância que o professor seja criterioso no planejamento, bem como no processo avaliativo, buscando organizar a estrutura de ensino que atenda as individualidades/particularidades de seus alunos, visando melhores resultados. O mesmo precisa ter uma visão ampla, na qual busque realizar um trabalho dinâmico com aulas prazerosas e atrativas, possibilitando ofertar um ensino com excelência e qualidade.

Cabe ressaltar que o educador precisa manter uma boa relação com os familiares, estabelecendo uma comunicação construtiva visando criar estratégias que favoreçam o ensino aprendizagem, através de ações que promovam uma participação e um maior envolvimento dos mesmos no processo educativo.

A relação do profissional com a instituição precisa ser construída por meio do diálogo, confiança, respeito, dedicação e conhecimento sobre os pontos relevantes nos quais favoreça um trabalho contínuo e colaborativo de forma comprometida com a cultura escolar.

1.10 OS PERFIS ESPERADOS DO ALUNO

Nos dias atuais espera-se que os nossos alunos sejam críticos, sendo capazes de mobilizar seu desejo em conhecer mais sobre cada conteúdo ou tema, fazendo as conexões do conhecimento com a prática, tornando a aprendizagem mais significativa e que ele possa colaborar para a boa convivência entre todos no ambiente escolar. Seus gestos, sua linguagem e suas ações devem ser respeitadas para promover o bom andamento de todas as atividades pedagógicas. Estando atualizados, tendo as tecnologias, que já fazem parte da rotina e lazer do estudante, cada vez mais integradas às práticas de aprendizagem.

Esperamos, ainda, que o nosso aluno seja cada vez mais autônomo, proativo, protagonista de sua aprendizagem. É aqui que se destaca a importância de desenvolver o pensamento e raciocínio tecnológico, bem como as relações socioemocionais e interativas.

2. ATO CONCEITUAL

2.1.1 SOCIEDADE QUE DESEJAMOS CONSTRUIR

Há uma necessidade urgente de transformação da sociedade atual. É preciso que esta seja justa, empática, participativa, atuante e autônoma. Uma sociedade capaz de posicionar-se de forma crítica, frente às situações de desrespeito aos direitos humanos e sociais. Uma sociedade onde todos tenham as mesmas oportunidades, onde o sonho de uma criança de classe baixa possa ser realizado, onde a educação transforme mentalidade do ser humano, aguçando seu senso crítico para que, assim, possa lutar contra as disparidades atuais. Por fim, uma sociedade que cobre seus direitos, bem como cumpra seus deveres.

2.1.2 SER HUMANO QUE DESEJAMOS FORMAR

Todo ser humano é formado por aspectos físicos, cognitivos, emocionais, sociais e espirituais. O ser humano possui a sua complexidade e integralidade e, a escola por si só não consegue forma-lo em todos esses aspectos, porém enquanto segmento responsável, colaborativo, espaço participativo e interativo pode contribuir, assim como as demais instituições sociais para efetivação da construção e/ou formação desse ser humano socialmente desejado: Íntegro, crítico, reflexivo, ativo, respeitoso, consciente, solidário, empático, capaz de reconhecer e se posicionar positivamente frente aos seus direitos e deveres, e que, sobretudo, saiba o seu valor,

pois é isso que o fará transformar a si e ao mesmo tempo, ser espelho para que a mudança que desejamos na sociedade se torne de fato realidade.

2.1.3 FINALIDADES QUE DESEJAMOS PARA NOSSA ESCOLA

Toda vez que falamos da construção de uma escola devemos estar atentos para uma sociedade reflexiva, autônoma e participativa. Desejamos uma escola funcional que sirva como fonte de construção do conhecimento, do desenvolvimento humano e de uma convivência mais próxima da comunidade escolar, onde haja troca de conhecimentos, experiências. Objetivamos formar pessoas críticas e questionadoras, contribuindo para a formação de uma sociedade na qual o ser humano seja construtor de um conhecimento que atenda não só suas particularidades, mas interesses comuns a todos.

2.2 CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

Todos têm direito a educação, por meio da dela, conhecimentos são adquiridos e repassados de uns para outros. As concepções de educação podem variar de acordo com a sociedade e o momento histórico em que se está inserido, depende da cultura, da economia, da história de determinado povo. No ambiente escolar, muitas podem ser as concepções de educação, já que não é algo único, nem estático. Uma das vertentes utilizadas em nossa escola é a Concepção Cognitivista, a qual se baseia nos conhecimentos construídos ao longo da história do estudante, buscando sempre explorar o cognitivo das crianças e adolescentes. O aluno passa por muitas fases ao longo do seu crescimento e em cada uma dessas desenvolve aspectos que corroboram para seu progresso. Nesta concepção, considera-se que As pessoas estão sempre aptas a aprender e tal processo é único e subjetivo. O professor tem papel fundamental de mediador e pode sempre instigar os alunos para o desenvolvimento de responsabilidade, criatividade e criticidade.

2.2.2 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A concepção de Currículo para nossa escola está em consonância com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva, por isso, segue o texto retirado do Documento sobre a Concepção de Currículo.

“Elaborar currículo é ouvir diversas vozes, pois há uma multiplicidade de ideias, interpretações. Não há um consenso teórico sobre o que ele vem a ser, não há uma definição que seja neutra, mas é importante destacar que o currículo é uma construção social (GOODSON, 1997), reflete um momento histórico, político, econômico, cultural.

Pensado dessa forma, o Currículo não é meramente uma prescrição, mas, acima de tudo, um campo de lutas e tensões que traduz a escola e a sociedade que se pretende construir (SILVA, 2002). Compreendido como fruto de uma construção coletiva e democrática, ele não visa aqui apenas definir os conhecimentos a serem aprendidos e ensinados, mas permitir práticas educativas críticas, reflexivas e contextualizadas, que estejam pautadas na dialogicidade como ato primordial na busca do conhecimento daqueles que fazem o processo educativo no seu dia a dia (FREIRE, 1987).

Para essa construção, foram utilizados como referência, sobretudo, os documentos normativos nacionais e locais, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB no 4/2010), dos Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia, da Base Nacional Comum Curricular (2017) e Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que dispõem sobre a inclusão nos currículos, das Redes de Ensino da Educação Básica, a obrigatoriedade dos estudos da “História e Cultura Afro-Brasileira” e os estudos da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, respectivamente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos definem currículo como “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos” (Resolução CNE/CEB no. 7/2010, p.3).

Assim, o currículo é aqui posto como o fruto de uma construção coletiva, envolvendo diversos sujeitos, buscando a escuta sensível, com intenções e finalidades. Pode-se assim dizer que ele traduz a escola, norteia as relações que são

estabelecidas dentro e fora dela e se constitui como um dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar. A BNCC foi uma referência imprescindível para a elaboração curricular, assim como as Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia. A BNCC e as DCRBs definem uma série de orientações que direcionaram os partícipes na elaboração do Currículo de Barra da Estiva. Assim, a Base Nacional Comum Curricular e as DCRBs são documentos normativos de referência que tiveram por objetivo direcionar as redes de ensino e as escolas para o desenvolvimento de práticas que conduzam à construção de competências, habilidades, atitudes e valores humanos na perspectiva de uma formação integral dos estudantes. O documento curricular de Barra da Estiva para a Educação Básica elege princípios e práticas que norteiam o trabalho nas unidades escolares. O foco é no processo de aprendizagem, entendendo o saber como algo falível e provisório que deve ser submetido a uma constante problematização por parte dos estudantes e compreende que o conhecimento tem poder emancipador e deve ser aplicado na intervenção em realidades diversas e complexas.

Dessa forma, deseja que o currículo:

- 1 Promova o aumento da ação reflexiva da equipe escolar;
- 2 Ofereça referenciais teórico-metodológicos capazes de subsidiar o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na BNCC;
- 3 Possibilite o desenvolvimento de práticas pedagógicas nas unidades escolares que sejam significativas aos estudantes;

Os princípios preconizados na BNCC, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica orientaram a construção desse documento:

- 3.1 igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, atendendo à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade;
- 3.2 adoção de práticas pedagógicas que assegurem os direitos de aprendizagem dos estudantes, rompendo com estruturas fragmentadas do conhecimento;

- 3.3 formação integral do sujeito por meio de um processo de gestão da aprendizagem ancorado em valores éticos, políticos e estéticos;
- 3.4 valorização da experiência extraescolar e dos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela; vinculação entre a educação escolar, as práticas sociais e o mundo do trabalho; • gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino.”

2.2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática presume atuação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, alunos, pais e professores e demais funcionários da escola. Todos devem participar nas tomadas de decisões do ambiente escolar. É essencial a participação de todos no projeto pedagógico da escola, na eleição de direção e também no conselho escolar.

A contribuição de todos os segmentos na tomada de decisões é imprescindível para uma escola mais justa e democrática. É importante que todos tenham voz e possam se envolver nas ações propostas pela escola.

2.2.4 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva:

A concepção de infância que possuímos hoje foi uma invenção da modernidade, sendo constituída historicamente pelas condições socioculturais determinadas. “A infância seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns a diferentes crianças” (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 28). Partindo desse princípio, podemos considerar que a infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais. Portanto, as crianças de hoje não são iguais às dos anos passados, nem serão as mesmas que virão nos próximos anos.

Conforme se apresenta nas Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, a criança é

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010)

Sendo reconhecida como sujeito social, inserida na coletividade, a criança passa a ter um tratamento diferenciado. Considerada um ser competente, com suas necessidades, seu modo de pensar e agir, modos próprios de viver o sentimento de infância. O sentimento de infância, conforme Ariès, “corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto [...]” (ARIÈS, 1981, p.156). Nesse sentido o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia da do adulto, portanto, merece um olhar específico.

2.2.5 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva:

A Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade perpassa pela compreensão de que Gênero e Sexualidade se referem a duas importantes dimensões humanas que estão intimamente relacionadas. Nesse sentido, todos os seres humanos se identificam na construção sociocultural do gênero e da sexualidade genótipo em determinado momento, uma vez que as “identidades são sempre construídas, elas não são dadas e acabadas”.

No que se refere aos estudos de gênero, faz-se necessário compreender alguns conceitos básicos sobre: sexo, gênero, identidade de gênero, papéis/estereótipos de gênero e identidade sexual ou orientação sexual.

Sexo: refere-se aos aspectos biológicos, anatômicos, as características fenotípicas/características externas: genitálias, órgão reprodutores internos, mamas, barba, entre outros e genotípicas/características genéticas: genes masculino e feminino, assim, o sexo pode ser masculino ou feminino.

Gênero: embora contemple as mesmas categorias, masculino e feminino, é designado como “as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres” (ALVES et al., 2014, p. 21). Ainda pode-se dizer que “é o conjunto das relações, atributos, papéis, crenças e

atitudes que definem o que é ser homem ou mulher na vida social” (BRASIL, 2011, p. 17). Dessa forma, a identificação sociocultural de pertencer a um determinado gênero é aprendida, incorporada, intencionalmente ou não, “com os amigos (as), a família, nas instituições culturais, educacionais e religiosas e ainda nos locais de trabalho” (BRASIL, 2014, p. 16).

Identidade de Gênero: segundo Louro,

“Refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo biológico de cada pessoa. A identidade de gênero inclui a consciência pessoal do corpo, no qual podem ser realizadas por livre escolha, modificações estéticas e anatômicas por meio médicos, cirúrgicos e outros. Lembremos, em especial, das pessoas transexuais, masculinas e femininas e travestis. Todos (as) nós temos nossa identidade de gênero, pois trata-se da forma como nos vemos e queremos ser vistos, reconhecidos e respeitados, como homens ou mulheres.” (BRASIL, 2011, p. 16).

Na segunda metade do século XX, os estudos das Ciências Sociais instituíram outro conceito importante, o de papéis de gênero ou estereótipos de gênero, para circunscrever o conjunto de representações, posições e valores culturalmente atribuídos à mulher e ao homem, reforçando o ideal de sociedade que favorece marcos de uma tradição patriarcal que, até então, vem predominando em boa parte do mundo ocidental.

A mesma lógica das práticas excludentes ao feminino recai sobre os homens e mulheres homossexuais, pessoas trans e travestis, pois a expressão das suas identidades de gênero e de orientações sexuais (orientação afetiva e do campo erótico do desejo para com o outro), vai de encontro aos referenciais legitimados pelos “padrões masculino, cristão e heteronormativo” (LOURO, 2014, p. 37).

Diante do exposto, os currículos escolares e as práticas pedagógicas dos profissionais da educação, em todas as etapas e modalidades de ensino, devem considerar as diversidades sexuais presentes nas representações e relações sociais existentes na escola.

Os currículos escolares da Educação Básica, respeitando os devidos ciclos de vida e com as devidas adequações de linguagens, metodologias e materiais didáticos, devem auxiliar a comunidade escolar na construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes para o fortalecimento da autoestima, promoção da alteridade, autonomia, do autocuidado, autoconhecimento, da afetividade pessoal e entre pares, independente das expressões das identidades

sexuais ou de gênero; da compreensão do funcionamento do próprio corpo, respeitando seus limites e do outro, da autoproteção e proteção dos pares contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e/ou gravidez não planejada; do compartilhamento de responsabilidades, frente a uma gravidez não planejada; da compreensão sobre a alienação parental; dor e conhecimento e combate à exploração sexual e às diversas formas de violências contra as meninas e mulheres, sobretudo as negras e os grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Queers (LGBTQT+), incluindo feminicídio e homicídio da população LGBTQT+.

A temática da sexualidade na escola vem sendo tratada desde 1994 com as Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade e tratada nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal, conforme trecho abaixo:

“A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros.” (BRASIL, 1997).

A Resolução nº 4, do Conselho Nacional de Educação, de 13 de julho de 2010, que estabelece as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, no parágrafo 3º, art. 43, capítulo 1, define as questões de gênero, entre outras, como componente integrante dos PPPs escolares:

“A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.”

No PNE (2014), bem como no PEE (2016), a “promoção dos princípios do respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” é uma das diretrizes apresentadas no documento.

Além disso, o PEE na meta 7, estratégia 7.1, no que diz respeito a violência doméstica e sexual, garante:

“Políticas de combate à violência na escola, por meio do desenvolvimento de ações destinadas a capacitar profissionais da Educação Básica para detecção dos sinais de suas causas, dentre estas a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.” (BAHIA, 2016).

2.2.6 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva:

As temáticas concernentes à Educação para as Relações Étnico-raciais demandam uma abordagem enfática no Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, tendo em vista a necessidade urgente do enfrentamento ao racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira e baiana.

A pluralidade sociocultural na Bahia é bastante expressiva e muito simbólica para o contexto nacional, uma vez que foi nesse estado que a história do Brasil começou. Essa diversidade, oriunda dos povos precursores dessa nação, indígenas, portugueses e africanos, recebeu ao longo da história novos sotaques e contornos culturais dos imigrantes e descendentes de europeus, africanos, asiáticos, latino-americanos, ciganos, entre outros. Diante desse fato, seria coerente e legítimo que a coexistência desses povos, bem como as suas tradições culturais, dos seus ancestrais e descendentes, convivessem harmônica e pacificamente em respeito e igualdade de oportunidades. Ou seja, vivendo efetivamente a famigerada “democracia racial”. No entanto, não é isso o que se observa,

“No Brasil, após quase quatrocentos anos de escravidão, o Estado Republicano não estabeleceu um projeto de reparação para os povos ‘libertos’ e alijados de acesso a direitos, no sentido de garantir as condições mínimas de inserção social, como acesso à terra, à moradia, à educação e à saúde. Tampouco houve o reconhecimento e valorização da pluralidade cultural desses povos; dessa forma, a identidade nacional tornou-se frágil, existindo, até os dias de hoje, a intolerância e desrespeito à diversidade. Não houve uma preocupação em se construir um conceito de povo, uma identidade nacional e tampouco de garantir aos trabalhadores acesso a direitos, mesmo os mais elementares como alimentação e moradia.” (Distrito Federal, 2010).

Na contemporaneidade, os números das desigualdades, exclusão e violações de direitos desses povos estão expressos, diuturnamente, nas mais diversas mídias de comunicação do país e do mundo.

As desproporções nas estatísticas dos indicadores sociais entre brancos e negros se revelam também o acesso, rendimento e permanência na Educação Básica, do acesso e permanência no Ensino Superior; na produção científica, literária e artística, entre outras. Elas também aparecem na relação entre brancos e outros grupos étnicos e raciais, como os indígenas, ciganos, entre outros. E tendem ainda a se repetir nas intersecções de identidades sociais como mulheres, LGBTTQ+, pessoas com deficiência, entre outras.

Os valores, atitudes e práticas que envolvem as questões étnico-raciais na sociedade brasileira e baiana não diferentemente se fazem presentes na comunidade e no contexto escolar. Demarcadas pelo preconceito, discriminações, racismo, machismo, sexismo, LGBTfobia e xenofobia, a todos os grupos sociais que ali convivem e que fogem às intersecções das identidades sociais, histórica e culturalmente validadas e valoradas, pela sociedade brasileira, o homem, branco e cristão.

Na busca pelo combate às violações de direitos e o (re)conhecimento das reais contribuições desses povos, na constituição social do país, diversos normativos legais vigentes, no Brasil e na Bahia, foram sancionados, a exemplo da LDBEN/96, o Estatuto da Igualdade Racial/2010, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religião no Estado da Bahia/2014, o PNE/2014 e o PEE/2016. Esses normativos abordaram o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos e a redução das desigualdades étnico-raciais em seus textos.

Contudo, a partir das lutas dos movimentos sociais, as Leis nºs 10.639/03 e 11.645/08 foram sancionadas como formas mais contundentes para o rompimento das fronteiras do preconceito étnico e racial partindo da escola. Essas leis versam sobre a inclusão nos currículos, das Redes de Ensino da Educação Básica, a obrigatoriedade dos estudos da “História e Cultura Afro-Brasileira” e os estudos da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, respectivamente.

Sobre a Lei nº 10.639/03, Pinheiro e Rosa se posicionam da seguinte forma:

“Entendemos que a lei é importante para assegurar que, em um país que se intitula o ‘paraíso da democracia racial’, as escolas discutam a história

de nossos ancestrais africanos a partir de uma ótica diferente daquela apresentada pelo colonizador, mas conferindo direito a voz às pessoas que efetivamente construíram esse país, objetiva e subjetivamente, por meio de seu trabalho, da socialização da sua cultura e dos seus conhecimentos.” (Pinheiro e Rosa, 2018)

Ainda de acordo com o Currículo Bahia,

O “lugar de fala”, da expressão e manifestação dessas “minorias”, com tonalidades de pele, texturas dos cabelos, religiões e culturas diversas, precisa ser considerado na elaboração e na materialização dos currículos. A partir disso, a execução de ações e estratégias didático-pedagógicas de valorização e (re)conhecimento das produções culturais, científicas, literárias e tecnológicas africanas, afro-brasileira, indígenas, dos povos itinerantes, como os ciganos, entre outros grupos sociais que transitam o universo escolar. Segundo Silva “é necessário haver descolonização didática.” (SILVA apud PIREZ et al., 2018).

Diante do exposto, é imprescindível que a diversidade humana seja vista como subsídio para a formação dos estudantes, uma vez que a escola, como instituição democrática, deve atuar na desconstrução de todos os estereótipos arraigados nas práticas educacionais e sociais. Toda a produção cultural, literária, científica e tecnológica africana, indígena, dos povos itinerantes, entre outros, precisa ser considerada de forma estruturante nos currículos escolares, e não de uma forma vazia, caricatural e/ou pontual.

O Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, dessa forma, constitui-se em uma referência para que as unidades escolares tratem a Educação para as Relações Étnico-Raciais na perspectiva de incorporar a diversidade em toda a sua complexidade, compreendendo a dinâmica da ação educativa como prioritária para eliminar as discriminações, emancipar grupos historicamente discriminados, valorizar socioculturalmente o sujeito, demarcando a importante contribuição das ações pedagógicas na construção de identidades.

Ciente da importância de oferecermos uma educação antirracista, desenvolvemos o plano **Educação para as Relações Étnico-raciais**, apresentado na seção Plano de Ação.

2.2.7 EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DA PAZ E O COMBATE AO BULLYING E CYBERBULLYING

Infelizmente a Cultura da Violência é real e crescente no ambiente escolar. Segundo pesquisa realizada em maio de 2023 pelo DataSenado, quase 7 milhões de estudantes sofreram violência na escola brasileira. Conforme a pesquisa,

Os dados revelam que 6,7 milhões de estudantes sofreram algum tipo de violência na escola nos últimos doze meses, o que representa 11% dos quase 60 milhões de alunos matriculados. Perguntados se já sofreram violência na escola, plano mesmo que atualmente não estejam estudando, o índice do que disseram sim sobe para 22% e quanto ao bullying, o percentual vai para 33%. (BORGES, 2023)

Esses dados são inaceitáveis, uma vez que o ambiente escolar tem como premissa a Cultura da Paz e da Equidade. O assunto em questão foi contemplado recentemente com a Lei Nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que “institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Em seu Artigo 3º, a lei versa que

É de responsabilidade do poder público local desenvolver, em conjunto com os órgãos de segurança pública e de saúde e com a participação da comunidade escolar, protocolos para estabelecer medidas de proteção à criança e ao adolescente contra qualquer forma de violência no âmbito escolar prevista no parágrafo único do art. 2º desta Lei, com ações específicas para cada uma delas.

Parágrafo único. Os protocolos de medidas de proteção à violência contra a criança e o adolescente nos estabelecimentos educacionais ou similares, públicos ou privados, deverão prever a capacitação continuada do corpo docente, integrada à informação da comunidade escolar e da vizinhança em torno do estabelecimento escolar.”

Considerando a importância de um trabalho de prevenção e combate ao bullying e cyberbullying na escola, elaboramos um plano de ação que contempla tal temática, o qual está presente na seção Plano de Ação deste documento.

2.3. AVALIAÇÃO

2.3.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação faz parte da natureza humana. O tempo todo avaliamos e somos avaliados. Constantemente, impregnamos de sentido e de valor o que nos cerca, o

que nos afeta, seja de forma positiva ou negativa. No âmbito escolar, a avaliação deve ser vista como “parte integrante da Proposta Curricular” e do Projeto Político-Pedagógico da escola e deve ser compreendida como processo relevante, construído e consolidado a partir de uma cultura de “avaliar para garantir o direito da aprendizagem” (DCRB, 2019, p.99). É salutar observar que, como processo, ela não pode ser pontual, ao fim de uma atividade, e sim processual e contínua, que possibilite a reflexão e que norteie o planejamento de novas ações.

2.3.1.2 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em relação à Educação Infantil, a concepção de aprendizagem como algo indispensável ao longo da vida do indivíduo e que possibilite o desenvolvimento integral do ser humano é a mesma do Ensino Fundamental, no entanto, há algumas considerações a serem feitas:

“A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 trouxe algumas mudanças significativas para a Educação Infantil que devem impactar, também, a maneira como as crianças são avaliadas. Entre as diretrizes da Base estão a definição de seis direitos de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e uma nova organização do currículo que coloca a criança como protagonista do processo educativo.

[...] Com a BNCC, professores e coordenadores terão mais clareza do papel da Educação Infantil de acordo com cinco campos de experiência, que trazem objetivos de aprendizagem e habilidades que as crianças devem desenvolver (dos 0 aos 5 anos).” (RCMBE, 2020, p.128/29)

Em relação ao Ensino Fundamental, a Educação Infantil apresenta uma particularidade: os processos avaliativos não interferem na progressão da criança, não tem caráter de retenção nem de seleção dos estudantes, como As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), publicadas por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE-CEB nº05-2009.

Durante essa etapa da educação, o professor deve construir relações que transmitam segurança, valorização, aceitação, afetividade, contribuindo para a formação da identidade e a autonomia nas relações estabelecidas.

De acordo com a Resolução Nº 001, de 13 de março de 2024 em seu Art. 8º – A avaliação na Educação Infantil será realizada das seguintes formas: I – Registro Individual de Acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento da Criança,

realizado frequentemente pelo corpo docente, de acordo com o disposto nas Diretrizes Curriculares Municipais da Educação Infantil; II – Parecer Descritivo Trimestral emitido pelos Professores Regentes.

Alguns passos são importantes na hora de se avaliar na Educação Infantil, como mostra o recorte abaixo do RCMBE, intitulado Cinco importantes passos para a ação avaliativa dos professores.

1. PLANEJAR – Enxergar a avaliação como meio para novas aprendizagens, tanto do professor, quanto das crianças.
2. OBSERVAR – A partir da observação e reflexão da própria prática, o professor deve pensar, avaliar suas ações e dar continuidade ou propor mudanças no planejamento.
3. REGISTRAR – Ressaltar, ouvir e registrar crítica e cuidadosamente as pesquisas da meninada, atividades propostas, brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.
4. REFLETIR – Utilizar múltiplos instrumentos de registros (diários de bordo, cadernos de anotações, planejamento, fotos, vídeos, entre outros recursos que o professor sentir necessidade de utilizar para dar visibilidade às aprendizagens)
5. COMUNICAR – O professor deve propor a criação coletiva de documentação pedagógica que permita a criança e as famílias reconhecer os processos de desenvolvimento e aprendizagens na educação infantil. (RCMBE, 2020, p.)

Assim, a avaliação na Educação Infantil se fundamenta na observação, no registro do desenvolvimento da criança e na reflexão de novas práticas para ampliar ainda mais esse desenvolvimento.

2.3.1.3 A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

O Centro Educacional Clériston Andrade considera a avaliação consonante documentos oficiais (BNCC, DCRB, RCMBE, ECA). Conforme o Referencial Curricular de Barra da Estiva,

A Base Nacional Comum Curricular BNCC orienta que as ações das instituições escolares devem concorrer para o desenvolvimento das dez competências gerais que visam a garantia da aprendizagem e desenvolvimento do educando. Competência é entendida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, BNCC, 2017)

Nessa perspectiva, os instrumentos avaliativos devem contemplar competências e habilidades tanto cognitivas quanto socioemocionais, com vistas ao desenvolvimento integral do estudante.

É importante observar que a avaliação, de fato, começa com a coleta e análise de dados oriundos dos instrumentos utilizados pelo docente. Ele é um indicador da aprendizagem que possibilita reflexão e intervenção, com o intuito de orientar para um (re)planejamento de ações pedagógicas intencionais para superação das dificuldades apresentadas, das resistências, bem como a valorização dos avanços e identificação das possibilidades tanto dos alunos quanto dos docentes.

Considerando esses pressupostos, a avaliação servirá, inicialmente, como um diagnóstico orientador e impulsionador para a atuação de professores e alunos, pois “informa o quanto conseguimos avançar e ajuda a pensarem como impulsionar novas ações educativas e projetos, e definir novas políticas públicas” (DCRB, 2019, p. 99).

É oportuno ressaltar que a avaliação diagnóstica aponta para novas ações que ganharão sentido com a avaliação formativa que visa o “reajuste constante do processo de ensino” e que tem como principais funções “Inventariar, harmonizar, tranquilizar, apoiar, reforçar entre outras [...]” (Weiss; Coelho, 2015, p. 9).

Nesse sentido, assim como preconiza o RCMBE, “consideramos a avaliação formativa como eixo norteador do processo de ensino e aprendizagem, por ser interna ao processo e mais centrada no estudante.” (RCMBE, 2020, p.99) E reiteramos que

“A avaliação da aprendizagem, bem como todo processo educativo, deve considerar e problematizar os princípios norteadores do currículo: identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade, contextualização, permitindo avançar no processo de aprendizagem do aluno e uma reflexão da práxis pedagógica pelo professor, por meio de uma educação formal que parta do plano real das vivências e ações cotidianas. (RCMBE, 2020, p.100)

Essa, também nossa, visão sobre avaliação, pode ser resumida pelo texto das DCRB, quanto indica que o processo de avaliação deve tornar possível:

a criação de políticas públicas, o planejamento de intervenções pedagógicas focalizadas nas reais necessidades das escolas e dos estudantes, a identificação dos estágios de aprendizagem, a definição de materiais didáticos, a formação de educadores, a (re)elaboração de currículos, a detecção da distância ou a proximidade entre o que o ensino é e o que deveria ser. (DCRB, 2019, p. 100).

Somente assim, a avaliação deixa de ser um mero instrumento para aprovar ou reprovar os estudantes e passa a ser significativa, passa a ter “valor”, essência de sua etimologia latina.

No CECA, utiliza-se tanto as avaliações internas quanto as externas (realizadas pelas instâncias maiores da organização dos sistemas de ensino, estadual ou federal), a exemplo das avaliações diagnósticas e formativas do CNCA/CAED, da Prova SAEB e OBMEP. Os resultados geralmente são discutidos em Jornadas Pedagógicas ou em momentos de Atividades Complementares (AC's) e servem como um indicador a mais para a reflexão da prática pedagógica e para a tomada de algumas decisões acerca do currículo em sala de aula.

Temos ciência de que, embora forneça alguns dados, tais avaliações não são suficientes para orientar e conduzir o fazer pedagógico. Como bem define o DCRB, elas “não dão conta da amplitude e complexidade do trabalho em sala de aula, não detalham dificuldades, não apresentam, de forma clara, informações que permitam intervenções imediatas durante o processo pedagógico” (DCRB, 2019, p. 101), de forma que é importante que a existência das avaliações internas da escola, mais próximas ao contexto e à realidade de nossos estudantes.

No que se refere à quantificação, ou seja, a atribuição de notas e conceitos, o CECA adotará a legislação municipal vigente, ressaltando que os aspectos qualitativos devem se sobrepor ao quantitativo, como propõe a LDB em seu Artigo 24, inciso V, alínea “a”: “**a**) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

No que se refere a quantificação, ou seja, a atribuição de notas e conceitos, nosso município adotou, a partir de março de 2024, a organização do sistema de ensino em três unidades letivas, divididos em períodos de tempo aproximadamente iguais e com pontuação máxima de quarenta (30) pontos e mínima de vinte (15) pontos, para efeito de aprovação durante o ano letivo.

I Primeiro trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

II Segundo trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

III Terceiro trimestre – valor máximo de dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação pontos.

(Diário Oficial do Município, Resolução nº 001, de 13 de março de 2024, p. 18).

A concepção de avaliação qualitativa é importante para a avaliação de estudantes da Educação Especial, já que a mesma deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, conforme a necessidade do estudante.

Em relação à nota mínima para aprovação ou reprovação dos estudantes, a escola seguirá a legislação municipal vigente. É importante ressaltar que, além da nota mínima definida aprovação, o aluno deve ter, no mínimo, 75% de frequência escolar, como garante a LDBEN, em seu Artigo 24, inciso VI “o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas para aprovação”.

É importante observar aqui, que a avaliação realizada no Centro Educacional Clériston Andrade obedece ao que está disposto na Resolução Nº 001, de 13 de março de 2024. Em relação ao Ensino Fundamental Anos Iniciais, não há reprovação dos estudantes de 1º e 2º ano, em consonância ao Artigo 14, da referida resolução, como se observa a seguir:

Art. 14º – Avaliação no Ciclo de Alfabetização e Letramento – 1º ao 3º ano.

§1º – A alfabetização e letramento deverão ser garantidos ainda no Primeiro Ano do Ensino Fundamental, de acordo com os Direitos de Aprendizagem, previstos em legislações vigentes (conforme LDB).

§2º – Para garantir a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no ciclo de alfabetização como um todo, o estudante não será reprovado.

§3º – A avaliação nos três primeiros anos do Ensino Fundamental será expressa na forma de Critérios Avaliativos com a seguinte composição:

I – Os objetivos da aprendizagem previstos no planejamento de cada trimestre nos componentes curriculares devem ser de acordo com a legislação vigente;

II – Os conceitos SIM, ÀS VEZES, NÃO ou NÃO OBSERVADO indicarão a aprendizagem do estudante nas disciplinas curriculares, sendo:

a) VERDE – SIM.

b) AMARELO – ÀS VEZES.

c) VERMELHO – NÃO.

d) BRANCO – NÃO OBSERVADO.

[...]

§4º – Deverão ser consideradas as múltiplas formas de aprendizagem dos estudantes, cabendo aos professores adotarem metodologias diferenciadas que lhes proporcionem maior desenvolvimento das habilidades e o levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens.

§5º – O aluno poderá ser retido no terceiro ano do Ensino Fundamental se não estiver sido alfabetizado, contudo no terceiro ano o rendimento do aluno será registrado por notas e não mais conceitos (primeiro e segundo ano de escolaridade).

Como forma de avaliação do CECA, poderão ser utilizados critérios e instrumentos sistematizados no Barema abaixo, elaborado pelas equipes Pedagógica e Docente no ano de 2019 e revista em 2022.

MODALIDADE ESCRITA

CRITÉRIOS DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA – PRODUÇÃO TEXTUAL

- Produzir textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade etc.);
- Expressar as ideias com clareza (coerência e coesão);
- Adequar a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura;
- Elaborar argumentos consistentes;
- Produzir textos respeitando o tema;
- Estabelecer relações entre as partes do texto;

ASPECTOS TEXTUAIS

I - CLAREZA

a) Informações completas	b) Sequência cronológica ou de ideias
c) Pontuação adequada	d) Organização do texto
e) Paragrafação	f) Legibilidade do texto

II - COERÊNCIA

a) Título coerente com o texto	b) Ideias sem contradições
--------------------------------	----------------------------

III – COESÃO REFERENCIAL E SEQUENCIAL

a) Emprego dos pronomes	b) Emprego de sinônimos
c) Evita repetições	d) Emprego das conjunções

ASPECTOS SINTÁTICOS

a) Concordância verbal	b) Regência verbal (E. Fundamental II)
c) Concordância nominal	d) Regência nominal (E. Fundamental II)
e) Conjugação verbal	

ASPECTOS ORTOGRÁFICOS

a) Letra de forma X cursiva	b) Segmentação/junção das palavras
c) Traçado da cursiva	d) Acentuação
e) Uso de maiúscula/minúscula	f) Separação de sílabas
g) Evita transcrição fonética	h) Disposição da escrita e margens regulares
i) Uso indevido de letras	j) Uso da variação linguística
k) Ortografia correta	l)

RELATÓRIO INDIVIDUAL

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Conteúdo		• Escrita/redação – aspectos gramaticais	
• Estrutura		• Cumprimento dos itens estipulados em Roteiro pelo(a) professor(a)	
• Organização do texto			

ENTREVISTAS ESCRITAS

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Perguntas adequadas ao tema proposto (contextualizadas)		• Estrutura adequada ao gênero Entrevista (Manchete ou título,	

		apresentação, perguntas e respostas).	
• Escrita/redação – aspectos gramaticais		• Objetividade e clareza nas perguntas.	

SÍNTESES/RESUMOS

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Capacidade de análise de conteúdo e síntese de ideias (Responde com adequados fundamentos as perguntas orientadoras.)		• Clareza e objetividade da mensagem.	
		• Escrita/redação – aspectos gramaticais	

RELEITURA DE OBRA DE ARTE

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Demonstra conhecimento sobre a(s) obra(s)		• Conhece a biografia do(a) artista	
• Identifica cores e as classifica adequadamente		Organização, criatividade, estética	
• Apresentação (coleta) dos materiais nos prazos estabelecidos para a produção da arte		• Cumprimento dos prazos estabelecidos	

PRODUÇÃO DE LIVRETO TEMÁTICO

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
Estrutura: Capa ;Orelha Folha de rosto Dedicatória Sumário Apresentação (prefácio)		Escrita/redação – aspectos gramaticais	
Conteúdo (corpo/miolo do livro)		Apresentação oral da obra	
Organização do texto		Legibilidade	

LISTAS DE EXERCÍCIOS - MATEMÁTICA

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Identificar informações importantes no enunciado;		Fazer a utilização correta das regras matemática;	
• Interpretar dados e identificar qual operação deve ser aplicada na situação-problema;		Resposta correta conforme solicitado;	

MODALIDADE ORAL

TUTORIAL

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Domínio de conteúdo	50%	• Acrescenta informações às já dadas.	
• Clareza e coerência na exposição		• Conduta adequada (Uso de palavras, gestos, tratamento respeitoso e tolerante aos colegas e à pluralidade de discursos e opiniões emergentes, agindo de forma crítica e ética).	
• Ouve atentamente as informações passadas pelos colegas, sem repeti-las apenas.			

PALESTRAS/APRESENTAÇÃO ORAL

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Conhecimento do conteúdo		• Argumentos selecionados	
• Adequação da linguagem		• Sequência lógica e clareza na apresentação	
• Produção e uso de recursos		•	

DEBATE			
CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Coleta de material		• Respeito ao tempo estipulado	
• Relação lógica entre os argumentos apresentados		• Coerência entre argumento, réplica e tréplica	
• Domínio de conteúdo: - Qualidade dos argumentos utilizados; - Capacidade de análise do conteúdo e síntese das ideias; - Adequação das respostas às perguntas apresentadas; - Agregação de inquietações, experiências de vida, bem como contribuições advindas de pesquisas a partir de várias fontes (Internet, Literatura, etc); - Realização de comentários pertinentes sobre as informações apresentadas pelos colegas de turma, interagindo e fazendo intervenções a fim de dinamizar o debate.	50%	• Conduta adequada (Uso de palavras, gestos, tratamento respeitoso e tolerante aos colegas e à pluralidade de discursos e opiniões emergentes, agindo de forma crítica e ética).	
• 1. Aceitar a lógica da confrontação de posições, ou seja, existem pensamentos divergentes; • 2. Estar dispostos e abertos a ultrapassar os limites das suas posições pessoais; • 3. Explicitar racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a sua posição; • 4. Admitir o caráter, por vezes, contraditório, da sua argumentação; • 5. Buscar, na medida do possível, por meio do debate, da persuasão e da superação de posições particulares, uma posição de unidade, ou uma maior aproximação possível entre as posições dos participantes; • 6. Registrar, por escrito, as ideias sugeridas no debate.		•	

MODALIDADE MULTIMODAIS OU MULTISEMIÓTICOS

SEMINÁRIOS			
CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Coleta de material		• Planejamento e organização durante a elaboração e a apresentação do seminário.	
• Domínio do conteúdo: - Qualidade dos fatos e argumentos utilizados;		• Conduta adequada (Uso de palavras, gestos, tratamento respeitoso e tolerante aos colegas e à pluralidade de discursos e	

<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de análise do conteúdo, síntese, organização e exposição das ideias; - Agregação de inquietações, experiências de vida, bem como contribuições advindas de pesquisas a partir de várias fontes (Internet, Literatura, etc); - Realização de perguntas e/ou comentários pertinentes sobre as informações apresentadas pelos colegas de turma, interagindo e fazendo intervenções ao final, com o intuito de enriquecer o trabalho. 		opiniões emergentes, agindo de forma crítica e ética).	
		• Uso adequado do tempo	
		• Formulação de perguntas e observações criativas. (OPCIONAL)	
		• Qualidade argumentativa/síntese - habilidade das respostas pós-apresentação OPCIONAL	
		• Clareza e objetividade	
		• Postura (gestos, movimentação, olhar, voz, roupa)	
	• Qualidade dos recursos		

ÁLBUM SERIADO

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Respeita os pontos principais (tema a ser abordado).		Coerência das imagens com o texto.	
• Respeita a estrutura do gênero.		Escrita/redação – aspectos gramaticais	
• Síntese das informações.	50%	Clareza e objetividade nas apresentações (OPCIONAL).	
• Criatividade/originalidade.			

CARTAZES, MURAI

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Qualidade visual (design, equilíbrio “texto” x “imagem”, alinhamento do texto)		Adequação de título e/ou subtítulo	
• Conteúdos científicos (domínio do conteúdo)		Autoria do conteúdo textual, fontes e citações	
• Originalidade/criatividade		Escrita/redação – aspectos gramaticais	
• Facilidade de leitura do texto (fonte grande)			

DIÁRIO DE BORDO

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Organização		• Adequação ao conteúdo proposto	
• Cronologia dos fatos		• Utilização adequada do referencial teórico (fontes de pesquisa)	
• Descrição dos procedimentos adotados e dos equipamentos utilizados (em caso de experiências)		Escrita/redação – aspectos gramaticais	
• Tomada de nota de problemas e contradições encontradas, bem como as ideias para resolvê-los		• Considerações finais	
		• Ilustração (opcional)	

COREOGRAFIA

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
• Escolha da música em coerência com o tema proposto		• Explanação sobre o compositor e sobre a motivação na escolha da música a ser coreografada.	

<ul style="list-style-type: none"> Desenvoltura na apresentação: Ritmo, sintonia e harmonia dos gestos e movimentos do grupo. 		<ul style="list-style-type: none"> Conduta adequada (individualmente e em grupo) nos ensaios 	
<ul style="list-style-type: none"> Adequação do Figurino 		<ul style="list-style-type: none"> Criatividade na produção da coreografia 	

MAPA DE CONCEITOS/MENTAL

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
<ul style="list-style-type: none"> Registro de conceitos mais importantes. 		<ul style="list-style-type: none"> Síntese de informações 	
<ul style="list-style-type: none"> Hierarquização das ideias 		<ul style="list-style-type: none"> Existência de ramificações 	
<ul style="list-style-type: none"> Adequação nas ligações estabelecidas 		<ul style="list-style-type: none"> Escrita/redação – aspectos gramaticais 	

DRAMATIZAÇÃO

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
<ul style="list-style-type: none"> Produção de Roteiro com coerência 		<ul style="list-style-type: none"> Cenário 	
<ul style="list-style-type: none"> Figurino adequado 		<ul style="list-style-type: none"> Narração 	
<ul style="list-style-type: none"> Desenvoltura das personagens 		<ul style="list-style-type: none"> Organização e harmonia do grupo 	

PRODUÇÃO DE ESCULTURA

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
<ul style="list-style-type: none"> Coleta de material 		<ul style="list-style-type: none"> Pintura (opcional) 	
<ul style="list-style-type: none"> Atendimento ao tema proposto na modelagem 		<ul style="list-style-type: none"> Apresentação da obra produzida 	
<ul style="list-style-type: none"> Criatividade e desenvoltura na técnica da modelagem 		<ul style="list-style-type: none"> Produção de legenda coerente e adequada à obra 	
<ul style="list-style-type: none"> Postura adequada na apresentação/exposição 		<ul style="list-style-type: none"> 	

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
<ul style="list-style-type: none"> Originalidade/criatividade 		<ul style="list-style-type: none"> Uso adequado dos tipos de balões 	
<ul style="list-style-type: none"> Qualidade visual (design, equilíbrio “texto” x “imagem”, alinhamento do texto) 		<ul style="list-style-type: none"> Uso de onomatopeias 	
<ul style="list-style-type: none"> Adequação de título e/ou subtítulo 		<ul style="list-style-type: none"> Escrita/redação – aspectos gramaticais 	
<ul style="list-style-type: none"> Adequação ao conteúdo proposto 		<ul style="list-style-type: none"> Facilidade de leitura do texto 	

MAQUETES

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
<ul style="list-style-type: none"> Respeito ao tema 		<ul style="list-style-type: none"> Escalas proporcionais e a ornamentação da maquete 	
<ul style="list-style-type: none"> Qualidade visual 		<ul style="list-style-type: none"> Qualidade dos materiais empregados e seus respectivos acabamentos 	
<ul style="list-style-type: none"> Fidelidade às especificações impostas 		<ul style="list-style-type: none"> 	

EXPERIMENTOS

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR

<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do experimento. 		<ul style="list-style-type: none"> • Explicação (oral) com clareza conforme o entendimento do(s) alunos(s) a respeito do fenômeno descrito pelo experimento. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade e funcionamento do experimento. 		<ul style="list-style-type: none"> • Entrega de um relatório simples contendo descrição do material utilizado no experimento, bem como o desenvolvimento das etapas realizadas. 	

PRODUÇÃO EM VÍDEOS

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
<ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao tema proposto. 		Trabalho de edição do vídeo	
<ul style="list-style-type: none"> • Criatividade. 			

JORNAIS (FALADO E ESCRITO)

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
<ul style="list-style-type: none"> • Participação em todas as etapas do projeto 		Respeito ao gênero textual	
<ul style="list-style-type: none"> • Coerência dos textos 		Divulgação do jornal	
<ul style="list-style-type: none"> • Postura (dramatização) e figurino adequados para jornais orais. 		Escrita/redação – aspectos gramaticais (jornal escrito)	

PORTIFÓLIOS

CRITÉRIOS	VALOR	CRITÉRIOS	VALOR
<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamento do material solicitado; 		<ul style="list-style-type: none"> • Organização e capricho na montagem; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Escrita/redação – aspectos gramaticais 		<ul style="list-style-type: none"> • 	

TESTES, PROVAS E SIMULADOS

Quando discursiva: verificar se o aluno teve habilidades para construir uma resposta de forma coerente e bem escrita.

Quando objetiva: verificar se o aluno soube julgar o item certo.

EQUIPE DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO BAREMA - 2019

Admilson N. Castro, Adriana C. de Novais, Augusta da S. Caires, Clélia L. Caires, Creuza S. Ribeiro, Cristiane da Silva P. Guimarães, Ederval C. Barbosa, Elísia Cândida da Silva, Graciele Cândido S. Caires, Iêda L. Souza, Jícélmo S. Luz, Jocimar S. Luz, Josias S. de Almeida, Liliane Cheles Bento, Magnane R. de Castro, Maristelia R. dos Santos, Neiane R. Gonçalves, Paulo Roberto A. e Silva, Rosimar S. Paixão Pires, Silene Freitas Silva Alves, Valdete B. Alves Tinôco, Verônica P. de Souza, Virgílio S. de Oliveira, Viviane A. Silva Santos, Carlos Roberto S. Farias, Mirian R. Caires Pires, Simara Silva Pereira Carreiro.

Barra da Estiva, 15 de março de 2019 – 1ª versão.
Barra da Estiva, 28 de outubro de 2022 – 2ª versão.

2.4. ETAPAS DO ENSINO

De acordo com a RESOLUÇÃO CEE N.º 137, de 17 de dezembro de 2019

2.4.1 DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 11. No que concerne à Educação Infantil, as instituições escolares e as redes de ensino devem reafirmar o disposto no Art. 30 da LDB, a respeito das faixas etárias correspondentes, contemplando nas suas propostas pedagógicas as ações seguintes:

§ 1º Fazer referência aos direitos de aprendizagens, assim especificados:

I- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

II- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

III- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades, propostas pelo educador, quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando em relação a eles.

IV- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: a arte, a escrita, a ciência e a tecnologia.

V- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

VI- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas

diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

§2º Explicitar a indicação dos Campos de Experiências, definidos como os organizadores do currículo, que instituem os componentes curriculares que colocam em ação os direitos de aprendizagens na forma a seguir:

I- O eu, o outro e o nós.

II- Corpo, gestos e movimentos.

III- Traços, sons, cores e formas.

IV- Escuta, fala, pensamento e imaginação.

V- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Art. 12. Os projetos pedagógicos correlatos à Pré-Escola devem realçar os modos de proceder na transição entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental, como marca do reconhecimento da formação da criança em ambiências de cuidado e de experiências organizadas para educá-la.

Parágrafo único. Deve-se registrar que o cuidar e o brincar, no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, implica no reconhecimento e na atenção às suas características etárias, sociais e psicológicas, acentuando que o cuidar deve ser objeto da mediação das aprendizagens e das interações cognitivas, afetivas, artísticas e linguísticas, em destaque para a transição entre a Educação

2.4.2 DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 13. No que tange ao Ensino Fundamental, as instituições escolares, com assentimento de seus sistemas e redes de ensino, devem organizar seus projetos pedagógicos com os currículos estruturados pelas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

Parágrafo único. Os projetos pedagógicos deverão apresentar as respectivas competências e habilidades para as áreas correspondentes, devidamente organizadas para os períodos de aula implícitos na divisão do ano letivo em unidades de ensino.

Art. 14. Na implementação da BNCC nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os sistemas e redes de ensino, bem como suas instituições escolares, apontarão as formas de articulação com as práticas e experiências pedagógicas realizadas na

Educação Infantil, no intuito de concernir à consolidação do êxito escolar, a partir dessas práticas e experiências.

Art. 15. Cabe aos sistemas de ensino, responsáveis pela organização do Ensino Fundamental, o entendimento de que o seu início, a partir do sexto ano de idade cronológica, não significa antecipação do antigo modelo escolar do ensino fundamental de oito anos, reiterando que o objetivo de um maior número de anos de ensino obrigatório é o de assegurar, a todas as crianças, maior tempo de convívio escolar, ampliando oportunidades de aprender.

Art. 16. Ao longo dos dois primeiros anos do ensino fundamental, será priorizada a alfabetização, de forma a oportunizar que todos os estudantes realizem experiências de sucesso com:

- I- Apropriação do sistema de escrita alfabética.
- II- Desenvolvimento da fluência leitora.
- III-Produção escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária.
- IV-Prática da aquisição do senso numérico.

§ 1º Priorizar-se-ão, nesse período, os procedimentos que reforcem o desenvolvimento da competência em leitura e escrita, bem como os relacionados com a aquisição do senso numérico, por meio de estratégias que fortaleçam o uso eficaz da escrita, a fluência leitora e a desenvoltura com as competências da cognição numérica.

§ 2º Os sistemas, redes e unidades escolares devem tratar, nas suas propostas pedagógicas, dos processos e procedimentos para a garantia da passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro, com o uso competente da leitura, da escrita e do senso numérico.

§3º Considerar-se-á o terceiro ano, como o período a partir do qual se deve reiterar, seguidamente, o desenvolvimento da alfabetização na perspectiva do letramento, considerando-se sua importância para o desempenho dos estudantes em todas as áreas de conhecimento.

Art. 17. Na implementação da BNCC no Ensino Fundamental, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem garantir aos estudantes o acesso e vivência a diversas formas de consolidar os múltiplos alfabetismos, nos seus diferentes matizes: alfabético, visual, artístico, espacial, gráfico, matemático,

simbólico, científico, e apresentar o planejamento docente, de cada período letivo, no transcurso dos seus nove anos.

Art. 18. As propostas pedagógicas das instituições escolares do Ensino Fundamental devem explicitar a integração entre as duas fases do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais –, considerada essa integração como medida que visa assegurar aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens.

Art. 19. As propostas pedagógicas das instituições escolares dos Anos Finais do Ensino Fundamental devem apresentar o delineamento do projeto de vida dos estudantes, seja com o vínculo prospectivo em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio.

2.5 POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

2.5.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva, a Educação Especial estrutura-se em um “tripé”: A construção de um arcabouço político para regulamentar esta modalidade; A institucionalização de políticas de financiamento para subsidiar a oferta de recursos e serviços para tais atendimentos; E orientações específicas para que haja avanços nas práticas pedagógicas inclusivas.

Numa perspectiva de construção de políticas públicas, práticas pedagógicas com o foco principal no direito de todos à educação e a educação para todos, como reza a nossa Carta Magna;

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (BRASIL, 1988)

A Educação Especial não é sinônimo de Educação Inclusiva. A Educação Especial está inserida na Educação Inclusiva. Ela é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente, na rede de Ensino Regular (LDB), bem como afirma a Constituição Federal de 1988 “o dever do

estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”.

Vale destacar que a lei nº 9394/96 Art. 58 e 59, ressalta a importância do professor especializado em nível médio ou superior, trazendo bons resultados e melhorias para o ensino voltado a educação especial inclusiva, através de recursos como: currículos; métodos e técnicas, para uma organização eficaz de ensino, proporcionando uma educação especial que esteja disposta a inserir pessoas no mercado de trabalho, para a sua participação justa no meio social.

A Educação Especial tem público-alvo os alunos diagnosticados como: pessoas com deficiência com impedimentos, sejam eles, físicos, mentais ou sensoriais de longo prazo que impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de oportunidade com as demais pessoas; transtornos globais de desenvolvimentos, que apresentam alterações qualitativas das interações sociais e na comunicação, incluindo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil; e, altas habilidades ou superdotação, pessoas que demonstram potenciais elevados em quaisquer áreas, sejam elas intelectuais, acadêmicas, liderança, psicomotricidade e artes, como também, pessoas que apresentam grandes criatividade e potenciais em aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

De acordo o Capítulo V, da LDB, no que se refere ao atendimento educacional especializado (AEE), é necessário identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especiais.

Conforme o Art. 59 do referido capítulo,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: [...]III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Outro documento importante eu trata sobre essa temática no município é a Resolução N°002, de 04 de agosto de 2023, do conselho municipal de educação. Essa resolução dispõe sobre as normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica.

No Centro Educacional Clériston Andrade não há uma sala específica para Atendimento Educacional Especializado(AEE), por isso, contamos com a parceria do NUPI (Núcleo de Psicologia Integrada), o qual faz o atendimento de nossos estudantes no turno oposto ao ensino regular.

Outra demanda importante para o melhor atendimento dessas crianças e adolescentes é a elaboração do PEI (Plano de Ensino Individualizado).

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) é um documento essencial no contexto escolar, ele é fundamental para assegurar que alunos recebam uma educação que atenda às suas particularidades e necessidades específicas, garantindo a inclusão e a equidade dentro da escola.

O PEI está relacionado à sua função de planejar e orientar as estratégias educacionais para cada aluno, levando em consideração suas habilidades, dificuldades e potencialidades.

Além disso, o PEI promove a colaboração entre diferentes profissionais da escola, como professores, psicopedagogos, terapeutas, e também envolve a família do aluno. Essa colaboração é essencial para criar um plano que realmente atenda às necessidades do estudante, garantindo que todos estejam alinhados em relação aos objetivos educacionais e às estratégias a serem utilizadas.

Outro aspecto relevante do PEI é que ele permite o acompanhamento contínuo do progresso do aluno. O documento deve ser revisado e atualizado periodicamente, o que possibilita ajustes conforme evolução do estudante. Isso assegura que o aluno não fique estagnado e que seu desenvolvimento seja acompanhado de perto.

Portanto, o PEI é uma ferramenta crucial para a promoção da inclusão escolar, pois assegura que cada aluno tenha a oportunidade de aprender e se desenvolver de acordo com suas capacidades e necessidades. Ele contribui para uma educação mais justa e equitativa, onde todos os alunos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Nós, enquanto escola, estamos cientes da necessidade e importância da elaboração e execução do Plano de Ensino Individualizado para nossos estudantes.

A educação inclusiva tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela almeja garantir a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais,

intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Quando falamos em projetos voltados a inclusão, principalmente em uma realidade local, é preciso um pouco mais de reflexão, pois é muito difícil trabalhar com Educação Especial na prática. A princípio entendemos que o professor pode fazer um trabalho lindo com um aluno especial, mas se ele não envolver toda a turma, esse trabalho pode não ter tanta eficácia. Sendo assim, percebemos que é necessário mais profissionais para acompanhar os professores e também desenvolver mais atividades para o atendimento a esses estudantes. São muitos alunos a serem atendidos e apenas um educador em sala de aula não consegue atender a demanda. Vale ressaltar também que inclusão é um trabalho de equipe, apenas o acompanhamento com o psicólogo não resolve, assim como atividades rotineiras sem levar em consideração a especificidade do aluno também não é relevante. É preciso entender que nem todo aluno com necessidade especial terá o mesmo comportamento. Duas pessoas podem ter o mesmo diagnóstico, mas isso não significa que uma atividade que dá certo para um, dará certo para o outro também.

Para fazer a inclusão de verdade e, garantir a aprendizagem de todos os alunos, é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com necessidades educacionais especiais.

2.6 OS TEMAS INTEGRADORES

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva:

Os temas integradores entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o Currículo de Barra da Estiva e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta

da formação sócio-política, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades. Devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticados no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos. São 10 os temas integradores considerados pelo Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia: Educação em Direitos Humanos, Educação para a Diversidade, Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade, Educação para as relações étnico-raciais, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação Ambiental, Educação Financeira e para o Consumo, Cultura Digital, Educação Fiscal.

O Currículo de Barra da Estiva ao pensar a BNCC e as DCRB como referenciais para a elaboração de uma proposta que considera singularidades, novos problemas e questões a serem incorporadas, de acordo com as especificidades regionais, surgiu a necessidade de acrescentar um novo tema integrador: Educação alimentar e nutricional. Nesse sentido, no processo de elaboração do documento, surgiu a necessidade de acrescentar um novo tema integrador. O novo tema integrador incluído pelo Currículo de Barra da Estiva foi: Educação alimentar e nutricional.

É importante ressaltar que os temas integradores são vistos como essenciais e perpassam por todo o currículo, enquanto nos PCNs eles eram recomendações facultativas, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) sinalizaram a sua obrigatoriedade, conforme as Resoluções CNE/CEB Nº 7/2010 e Nº 12/2012, na BNCC eles passaram a ser considerados como conteúdos essenciais para a Educação Básica, em função de sua contribuição para o desenvolvimento das habilidades vinculadas aos componentes curriculares.

3 DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA (ATO OPERACIONAL)

3.1 PLANEJAMENTO

O planejamento é, grosso modo, uma bússola que orienta a caminhada no processo ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que traz mais segurança ao professor, fugindo do improviso. Ao planejarmos, sabemos quais habilidades queremos alcançar e quais percursos teremos que seguir para alcançar o objetivo projetado.

Planejar o ano letivo, cada bimestre e cada aula sempre é uma necessidade pedagógica e uma prática já realizada pelos professores. Nos últimos anos, porém, essa prática encontrou alguns entraves dadas as dificuldades oriundas da pandemia. Houve muitos impactos de ordem cognitiva, como também na relação socioemocional e afetiva, de forma que o planejamento se baseia em diagnósticos realizados frequentemente pelos docentes para verificação de habilidades já desenvolvidas. Outra consideração importante para o planejamento diz respeito às avaliações processuais, pois os resultados das mesmas também indicam o que fazer no (re)planejamento.

Nesse contexto pós-pandemia, alguns conceitos são relevantes para o desenvolvimento do planejamento, como os apresentados pela Revista Nova Escola:

Intencionalidade pedagógica: intervenção do educador com base em princípios e objetivos definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo currículo e pelo projeto político-pedagógico da escola. A intencionalidade permite que o professor atribua sentido à sua ação, sabendo o que, para quem, como e quando deve propor cada atividade.

Aluno no centro do processo: quando o aluno está no centro do processo de aprendizagem, ele desempenha um papel ativo na construção do seu conhecimento. Assim, o planejamento, as habilidades que serão priorizadas e o comportamento de todos os agentes da escola devem ter como foco garantir as condições necessárias para que essa aprendizagem aconteça de forma significativa para o estudante. A prioridade não é repassar conteúdos pré-estabelecidos, mas verificar constantemente as necessidades do estudante.

Priorização curricular: como nem todas as habilidades puderam ser desenvolvidas integralmente durante a pandemia, por uma série de dificuldades e impossibilidades no ensino remoto, é preciso mapear as aprendizagens essenciais a serem garantidas e reorganizadas. O desenvolvimento de todas as habilidades é importante, mas será preciso elencar prioridades.

Flexibilização curricular: o currículo contínuo permite que habilidades e conteúdos estabelecidos pela BNCC e pelos currículos estaduais e municipais, que não puderam ser contemplados, sejam retomados no ano seguinte.

Embora haja documentos orientadores, a exemplo da BNCC, das DCRB, do RCMBE, é importante que o professor considere, ao elaborar seu planejamento, primeiramente, as características específicas da comunidade escolar e da turma e/ou Componente Curricular em que leciona, para, em seguida, adaptar as propostas vindas de fora da escola.

Outro fator importante a ser observado ao se planejar as aulas é o interesse da turma e como os alunos aprendem. Para Nairim Bernardo, 2021

é importante que o professor contemple em seu planejamento estratégias e momentos para que os estudantes reflitam e compartilhem o que estão aprendendo e como. Caso os objetivos não sejam alcançados, ele e também o próprio aluno devem entender o porquê. Em alguns casos, a dificuldade pode ser uma consequência da falta de autogestão, de engajamento com os outros, de resiliência emocional ou de outras competências socioemocionais. O desenvolvimento dessas competências também precisa ser o foco da intencionalidade pedagógica de cada professor de acordo com a faixa etária da turma e o componente curricular. Esse trabalho precisa fazer parte do planejamento geral da escola, e não apenas de um docente específico.

Percebe-se que o ato de planejar não deve ser isolado. Quanto mais interdisciplinar ele for, mais habilidades podem ser desenvolvidas e mais significativa a prática se torna. Quando a Unidade Escolar possui uma identidade em projetos, dinâmicas coletivas, propósitos/objetivos comuns, o processo ensino-aprendizagem se fortalece.

É importante observar que ao se planejar uma aula/atividade, o professor reflete sobre qual habilidade pretende desenvolver em seus alunos, e elenca objetivos menores que o permite chegar à habilidade a ser desenvolvida. Esses objetivos servirão como forma de mensurar/avaliar se o aluno está conseguindo, ou não, avanços positivos para se chegar ao domínio da habilidade (que geralmente são bem amplas), apontando para uma avaliação contínua, processual, diretamente ligada ao planejamento docente.

Igualmente importante para o bom planejamento é a seleção de diferentes metodologias, estratégias e referências. Não raro, o planejamento é norteado somente pelo livro didático, de forma que a prática docente acaba por se limitar a ele. Essa visão é, por certo, reducionista e cada vez mais menos eficiente diante da educação que se apresenta.

O planejamento na Educação Infantil, além dos aspectos acima citados, deve partir dos eixos estruturantes (interações e brincadeiras) da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contemplar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se) e o trabalho com os campos de experiência (O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações).

Em relação aos campos de experiências, os mesmos devem ser pensados de forma complementar e não isoladamente. É importante evidenciar, no planejamento, quais objetivos se pretende atingir e quais estratégias necessárias para atingi-los, considerando sempre que a criança aprende por meio de experiências e que as mesmas possibilita o protagonismo infantil em sua aprendizagem.

Segundo Dimíttria Coutinho, as atividades livres permitem ao professor valorizar o “currículo que emerge das crianças” e ajustar o seu planejamento conforme a necessidade, para que as crianças possam experimentar diferentes contextos conforme os seus interesses. Além disso, salienta que é importante, antes de se

organizar uma vivência, planejar “materiais e espaços que vai utilizar para conseguir alcançar determinado objetivo”, bem como planejar as intervenções.

3.2 TRANSIÇÃO

Todos nós, seres humanos, estamos em constante e permanente processo de aprendizagem, antes mesmo do nascimento. É sabido que passamos por transformações sejam elas físicas, intelectuais, socioemocionais, afetivas, sociais, dentre outras. No processo escolar, não é diferente. A criança adquire conhecimentos ao longo da vida por meio de observações, experimentações, vivências, imitações. A prática para tais ações deve ser garantida no ambiente escolar, local em que ela passará boa parte de seu dia.

Embora a infância deva ser considerada em todos os seus aspectos, há uma divisão estrutural entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Segundo a BNCC,

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (BNCC, 2019 p.53)

Assim, é importante esse olhar acolhedor, orientador na prática pedagógica das séries iniciais do Ensino Fundamental, principalmente do 1º Ano, para que não haja uma ruptura, não só de um ciclo escolar, mas na ideia de infância e direitos de aprendizagem sejam garantidos como o brincar, o interagir, o cuidar e o aprender, dentre outros.

3.2.1 TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Sugestões de ações:

1. **Escuta ativa das crianças:** Neste momento é importante questionar às crianças sobre o que esperam do 1º Ano, como elas imaginam que é, quais são suas dúvidas sobre a nova etapa; o que já aprenderam na Educação Infantil;
2. **Momento interativo entre estudantes:** Convidar alunos do 1º Ano para dialogar com a turma sobre a rotina e outros pontos suscitados pelos estudantes; Entregar às crianças do Pré II, desenhos e bilhetinhos de boas-vindas produzidos pelas crianças do 1º ano;
3. **Momento interativo com professoras subsequentes:** Convidar as professoras do 1º Ano para realizar uma roda de conversa com os estudantes do segundo período da Educação Infantil. Durante esse momento, realizar uma roda de conversa com as crianças do 1º ano junto com o Pré II para saber como acontecem as rotinas de ambas as turmas, o que mais gostam de fazer, o que aprendem, do que brincam. Se possível, realizar brincadeiras entre os alunos do Pré II e do 1º Ano;
4. **Reprodução de práticas e brincadeiras comuns da Educação Infantil:** O brincar, o explorar e o lúdico devem fazer parte da rotina do 1º Ano;
5. **Intercâmbio docente:** Realizar momentos de trocas de materiais e conversar sobre o percurso desenvolvido, projetos realizados, bem como algumas particularidades dos estudantes. Nesse momento é importante realizar a leitura de relatórios, fichas e apresentação dos portfólios;
6. **Formação continuada – grupos de estudos:** Promover em AC's ou Reuniões pedagógicas momentos para refletir sobre a etapa de transição, bem como sobre o que a BNCC traz sobre as aprendizagens e quais as melhores estratégias para se atingi-las;
7. **Reunião de Responsáveis pela criança:** Inserir na pauta de reunião de final de ano considerações sobre a “passagem” da turma da Educação Infantil para o 1º Ano do Ensino Fundamental;
8. **Organização do espaço:** Manter a organização/disposição sala de aula o mais próxima possível da Educação Infantil, com espaços para roda;
9. **Proporcionar momentos com dinâmicas e interação entre as crianças, a família e os professores:** Promover, na primeira sema, brincadeiras e jogos com o

objetivo de mostrar para a criança que a escola é um lugar seguro, prazeroso, e onde a ludicidade irá ter continuidade.

10. **Ficha de Transição:** Analisar a síntese de cada campo de experiência que foi trabalhado na Educação Infantil, com base em Ficha de Transição;

11. **Atendimentos individuais:** Organizar atendimentos individuais, sempre que necessário, com os pais, para minimizar o impacto na transição das crianças.

3.2.2 TRANSIÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Sugestões de ações:

1. **Escuta ativa dos estudantes:** Neste momento é importante questionar aos estudantes sobre o que aprenderam e o que esperam do Ano seguinte, como eles imaginam que será, quais são suas dúvidas sobre a nova etapa;
2. **Momento interativo entre estudantes:** Convidar alunos do Ano subsequente para dialogar com a turma sobre a rotina e outros pontos suscitados;
3. **Momento interativo com professores subsequentes:** Convidar alguns professores do Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio para realizar uma roda de conversa com os estudantes do 5º e do 9º Ano, respectivamente; Se possível, realizar brincadeiras com os alunos do 5º Ano;
4. **Intercâmbio docente:** Realizar momentos de trocas de materiais e conversar sobre o percurso desenvolvido, projetos realizados, bem como algumas particularidades dos estudantes ou da turma;
5. **Formação continuada – grupos de estudos:** Promover em AC's ou Reuniões pedagógicas momentos para refletir sobre a etapa de transição, bem como sobre o que a BNCC traz sobre as aprendizagens e quais as melhores estratégias para se atingi-las;
6. **Reunião de Responsáveis pelo estudante:** Inserir na pauta de reunião de final/início de ano considerações sobre a “passagem” da turma dos 5º e 9º Anos;
7. **Atendimentos individuais:** Organizar atendimentos individuais, sempre que necessário, com os pais, para minimizar o impacto na transição dos estudantes.

O processo de transição, quando planejado e executado, é um meio de se garantir que a aprendizagem ocorra de forma mais “leve”, sem as temidas “pressões”.

3.3 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é o órgão colegiado fundamental para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem da escola em assuntos didático-pedagógicos e o órgão de maior poder para tomada de decisões da escola.

Dada a sua natureza consultiva e deliberativa, compete ao Conselho de Classe analisar informações e dados apresentados por diferentes segmentos (professores, alunos e responsáveis por alunos) e propor ações interventivas imediatas, visando a melhoria do estudante e/ou da turma durante o processo escolar, incluindo aspectos metodológicos, quando for o caso.

O Conselho de Classe é constituído pelas equipes diretiva, pedagógica e por todos os docentes da turma. Como proposta de Conselho de Classe Participativo, os líderes e vice-líderes de cada turma também constituirão o Conselho e terão oportunidade para discutir alternativas e contribuir para sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem de seus colegas e turma.

As reuniões de Conselho de Classe deverão ocorrer ao final de cada unidade letiva e serão sempre lavradas em livro ata, como forma de registro.

O Conselho de Classe será organizado em duas categorias:

I – Conselho de Classe Participativo: momento em que todos os envolvidos no processo discutem os dados e informações existentes sobre cada turma e se posicionam frente a esses dados, propondo e definindo ações que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

II – Conselho de Classe com propósito de Aprovação e Reprovação: Será realizado ao final do ano letivo, envolvendo apenas as equipes diretiva, pedagógica e docente, com a finalidade de avaliar as habilidades desenvolvidas pelos estudantes que não obtiveram bom desempenho nos estudos e avaliações de recuperação desenvolvidos, com o propósito de aprovar ou reprovar os referidos estudantes.

Alguns critérios devem respaldar as decisões do Conselho como: os avanços obtidos pelo estudante no período letivo em discussão e o seu interesse pelas aulas/atividades; as estratégias e metodologias adotadas para melhorar a aprendizagem dos estudantes, bem como os critérios e instrumentos de avaliação

utilizados; o desempenho do aluno em todos os componentes curriculares; as questões estruturais que podem interferir na aprendizagem; e outros.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação, mediação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, assegurando a participação de todos os segmentos presentes.

3.4 RECUPERAÇÃO

Diante do contexto pandêmico vivenciado nos anos de 2020 e 2021, a aprendizagem de nossos estudantes ficou comprometida, o que exige um olhar diferenciado para esses discentes por parte de toda equipe pedagógica. Nesse sentido o *Decreto 11079/22 | Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022 que Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica* intensifica a ideia de que é preciso trabalhar no processo de recomposição e recuperação da aprendizagem. Portanto, cabe a escola seguir a orientações do Decreto 11079/22(em anexo), bem como buscar estratégias que valorizem cada vez mais os conhecimentos já adquiridos pelos alunos e estimule-os na busca de novas aprendizagens.

Conforme a LDB, em seu Artigo 24, inciso V, alínea “e”: “**e**) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;”

A recuperação é entendida pelo CECA como um aspecto importante do processo ensino-aprendizagem que permite ao professor refletir sobre a metodologia e os instrumentos utilizados, os avanços/desenvolvimentos obtidos, bem como o interesse e participação dos alunos, a partir disso, reorganizar suas aulas para retomada das aprendizagens não efetivadas e realizar uma nova avaliação. É importante se pensar em metodologias diversificadas durante a retomada, para que as possíveis lacunas na aprendizagem sejam preenchidas.

Nessa perspectiva, a recuperação acontecerá de forma paralela ao processo de ensino-aprendizagem, sem data pré-determinada, devendo ocorrer logo após a verificação do rendimento dos estudantes, assegurando a eles novas oportunidades de aprendizagem. A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e deve ser

oportunizada a todos (as) os (as) estudantes. Em relação à nota, prevalecerá a que o aluno obtiver o maior valor atribuído, devendo ser desconsiderada a menor.

Além do processo de recuperação paralela, ainda é assegurado, conforme ao calendário municipal, estudos de recuperação final para estudantes que não alcançarem a média anual.

O processo de avaliação e as estratégias de recuperação de estudos devem estar explícitos no planejamento.

Convém ressaltar que a educação é uma ação coletiva, um ato político e como tal, deve ser pensada, refletida e construída por todos os sujeitos que a compõe. O mesmo vale para a avaliação. Somente com a união de todos os envolvidos, conseguiremos fazer a educação realmente acontecer.

3.5 AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A Atividade Complementar (AC) consiste na ocupação pedagógica do professor destinado ao preparo e programação de suas atividades. A AC é direito que faz parte do trabalho do professor, além disso, presume o comprometimento e a responsabilidade de cada docente com o aperfeiçoamento das atividades elaboradas na escola, tanto no que se refere ao planejamento específico do seu trabalho com o seu componente curricular, como também na junção com demais educadores para execução de um trabalho colaborativo, em prol da consolidação das aprendizagens dos alunos.

Os momentos de AC são apropriados para planejamento, avaliação, participação de formação continuada, além disso, constitui-se de ocasião ideal para análise, troca de experiências/vivências, diálogo e reflexão.

3.6 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PPP

O planejamento e execução do PPP da escola devem ser amparados por um acompanhamento constante da equipe gestora com a colaboração da comunidade escolar. A avaliação, monitoramento e acompanhamento do PPP deverão ocorrer no início de cada ano letivo. Deve ser analisado, sobretudo, o plano de ação da instituição, a fim de verificar o que foi executado e o que ainda necessita de mais

atenção, é importante também perceber se surgiram novas demandas para que sejam acrescentadas no novo plano. Nesse momento, é essencial a discussão sobre a efetividade do projeto pedagógico, quais foram os pontos mais problemáticos e o que levou determinadas ações não serem realizadas. Após identificados os problemas, é essencial que a equipe consiga propor maneiras diferentes de tratar tais ações, com o propósito de que elas possam ser efetivadas.

3.7 PLANO DE AÇÃO

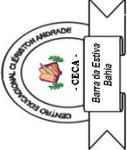


CENTRO EDUCACIONAL CLÉRISTON ANDRADE PLANO DE AÇÃO - ANO DE REFERÊNCIA 2024

		Dimensão: Gestão de Resultados Educacionais - Avaliação e Monitoramento					
Problema a ser superado	Metas a alcançar	Ações	Responsáveis	Resultados	Período de realização	Monitoramento	
Rendimento escolar baixo em quase todas as turmas do Ensino Fundamental.	Aumentar o desempenho dos alunos.	Mapear e acompanhar as avaliações (internas e externas) a serem realizadas durante o ano letivo de 2024.	Equipes diretiva, pedagógica e docente	Mapeamento e acompanhamento das avaliações internas e externas	Durante todo o ano letivo		
		Realizar avaliações diagnósticas e formativas.	Equipes diretiva, pedagógica e docente	Avaliações realizadas e resultados analisados.	Ao início da unidade letiva		
		Discutir, em AC's ou Reuniões Pedagógicas, resultados de avaliações (internas/externas) e definir habilidades/descriptores críticos que necessitam de maior acompanhamento e de intervenções;	Equipes diretiva pedagógica e docente	Planejamento de intervenções para sanar as dificuldades de descritores/habilidades críticos.	Após divulgação dos resultados das avaliações		
		Planejar e organizar Projetos de Recuperação de estudos;	Conselho Escolar	Melhoria no rendimento por meio da recuperação dos conteúdos	Início do ano letivo		
		Realizar projetos pedagógicos (Caminhada Cultural: Semana da Criança; Gincana Estudantil; Passeios Culturais; Xadrez na Escola, dentre outros) visando a melhoria do processo educativo por meio de ações específicas (intervenções) para as dificuldades apresentadas pelos alunos;	Toda a comunidade escolar	Melhoria no rendimento dos alunos e criação de um ambiente cultural e estimulante.	Durante todo o ano letivo		
		Dimensão: Gestão de Resultados Educacionais - Avaliação e Monitoramento					
Problema a ser superado	Metas a alcançar	Ações	Responsáveis	Resultados	Período de realização	Monitoramento	
Rendimento escolar baixo em quase todas as turmas do Ensino Fundamental.	Aumentar o desempenho dos alunos.	Elaborar estratégias e procedimentos voltados para as necessidades dos alunos deficientes ou com dificuldades de aprendizado em diferentes áreas do conhecimento;	Secretaria de Educação, NUP, equipe diretiva, pedagógica e docente	Aumento no desempenho de estudantes com dificuldades.	Durante todo o ano letivo		
		Aderir e acompanhar Programas Educacionais como Escola Conectada, Educação e Família, Cantinho da Leitura, buscando apoio da SEMEC para a formação do profissional;	Equipes diretiva e pedagógica	Melhoria no rendimento dos alunos	Quando ofertados		

	Organizar cantinhos de leitura da Unidade Escolar;	Equipes pedagógica e docente	Ambiente leitor organizado, produtivo	Novembro	
	Direcionar mais leituras para casa.		Atividades de leitura encaminhadas	Durante todo o ano letivo	
	Realizar aulas envolvendo o lúdico no E. Fundamental anos iniciais e finais.	Equipes pedagógica e docente	Desenvolvimento de aulas atrativas e significativas	Durante todo o ano letivo	
	Promover uma avaliação trimestral da Equipe Escolar, via Google Forms;	Todos	Avaliação da Equipe escolar	Cada trimestre	
Estudantes com alteração comportamental que interfira no desenvolvimento	Melhorar o desenvolvimento escolar e/ou social dos estudantes	Equipe Pedagógica, Direção e Professores.	Desenvolvimento psicológico, escolar e social melhorado.	Quando necessário	
Alunos faltosos	Redução ao máximo das faltas dos alunos.	Equipe diretiva	Alunos frequentando as aulas	Quando necessário	
Dimensão: Gestão de Resultados Educacionais - Avaliação e Monitoramento					
Problema a ser superado	Metas a alcançar	Ações	Resultados	Período de realização	Monitoramento
Grande quantidade de estudantes ainda sem autonomia nas salas de Educação Infantil.	Desenvolver a autonomia de crianças pequenas.	Solicitar monitores para auxiliar os professores de Educação Infantil;	Monitores para Educação Infantil atuando	Início do ano letivo	
Dimensão: Gestão Pedagógica – Prática Pedagógica e Formação Continuada de Professores					
Problema a ser superado	Metas a alcançar	Ações	Resultados	Período de realização	Monitoramento
Dificuldades com as TIC's	Qualificar a equipe da escola	Alimentar a página do Instagram da escola.	Conhecimentos adquiridos e Páginas criadas.	Durante todo o ano letivo	

Falta de participação e autonomia dos alunos em seu processo avaliativo	Ampliar a participação dos alunos em seu processo avaliativo	(Re)Organizar e realizar o Conselho de Classe Participativo e Assembleias na perspectiva democrática oportunizadora da ação-reflexão-ação do trabalho pedagógico, exceto em momentos de decisões para aprovação ou reprovação de estudantes.	Coordenação Pedagógica e Secretário Escolar	Equipe formada para manuseio de novas tecnologias.	Durante todo o ano letivo	
	Aperfeiçoar o conhecimento tecnológico dos estudantes	Reestruturar o Laboratório de Informática para uso frequente dos estudantes;	Equipes diretiva, pedagógica e docente.	Laboratório de Informática disponível aos estudantes	Novembro	
		Desenvolver atividades que envolvam uso das TIC's.	Equipes diretiva e pedagógica;	Aulas com as TIC's realizadas	Durante todo o ano letivo	
Legenda: Parâmetros de atenção/Qualificação dos resultados						
Em execução/encaminhado			Paralisado / Comprometido		Concluído	

	<p>CENTRO EDUCACIONAL CLÉRISTON ANDRADE</p> <p>DIRETOR: Carlos Roberto Sousa Farias VICE DIRETORA: Mirian Ribeiro Caires Pires COORDENADORAS: Simara Silva Pereira Carreiro e Liliane Cheles Bento</p>	
---	--	---

PLANO DE AÇÃO PARA PROMOÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA						
Problema a ser superado	Metas a alcançar	Ações	Responsáveis	Resultados	Período de realização	Monitoramento
	<p>Sensibilizar alunos e professores sobre questões étnico-raciais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Realizar campanhas permanentes contra o racismo, incluindo palestras, debates, filmes, exposições e atividades culturais; Celebrar datas importantes, como o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e o Dia dos Povos Indígenas (19 de abril), com atividades escolares, além dos estudos cotidianos e permanentes sobre as relações étnico-raciais; Realizar intervenções/mediações pedagógicas em caso de discriminação e racismo no ambiente escolar; Analisar se os livros didáticos e paradidáticos utilizados estão adequados e atualizados quanto a temática racial e história da África e dos afro-brasileiros e dos povos indígenas; Ampliar o acervo escolar com a aquisição de materiais didáticos, livros, brinquedos, instrumentos que contemplem as questões raciais e os conteúdos da história da África e dos afro-brasileiros e indígenas; Otimizar o uso de murais, cartazes e painéis sobre a diversidade, incluindo as etnias que compõem o povo brasileiro 	<p>Secretaria de educação; coordenação pedagógica e professores;</p>		<p>Durante todo o ano letivo</p>	
<p>Incorporar a temática das relações étnico-raciais nas disciplinas, conforme as diretrizes da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008.</p>		<ul style="list-style-type: none"> Especificar, no planejamento trimestral, como será o trabalho sobre a temática étnico-racial (por ano/turma ou coletivamente); Incluir a história e a cultura africana, afro-brasileira e indígena em disciplinas como História, Literatura, Artes e Geografia. Realizar debates, rodas de conversa, palestras relacionados à temática; Desenvolver projetos interdisciplinares que abordem as contribuições das culturas afro-brasileiras e indígenas. 	<p>Professores;</p>		<p>Durante todo o ano letivo</p>	

			<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a produção de materiais pedagógicos que valorizem a cultura afro-brasileira e indígena Oferecer cursos para professores e funcionários sobre educação das relações étnico-raciais, combate ao racismo e promoção da diversidade. Capacitar os educadores para reconhecerem e abordarem o racismo e outras formas de discriminação, criando um ambiente de apoio para todos os alunos. Cuidar para que esteja inserido o quesito raça/cor nos formulários de identificação dos estudantes; Revisar e atualizar o Projeto Político Pedagógico (PPP), inserindo a implementação de trabalho pedagógico com as Leis 10.639/03 e 11.645/08; Elaborar, protocolos de procedimentos a serem adotados em casos de discriminação e racismo; Socializar o protocolo junto aos vários segmentos da comunidade escolar; Elaborar estratégias de medidas de acolhimento para discriminados e discriminadores; Inserir as medidas de acolhimento e de procedimentos antirracistas nos documentos escolares. 	Secretaria de Educação; coordenação pedagógica	Equipe formada e preparada para atuação direta com os alunos	Durante todo o ano letivo	
especial	Atualizar regimento da escola			Conselho escolar Equipes diretiva, pedagógica e docente			

PLANO DE AÇÃO SOBRE BULLYING E CYBERBULLYING

Problema a ser superado	Metas a alcançar	Ações	Responsáveis	Resultados	Período de realização	Monitoramento
	Reduzir os Casos de Bullying no ambiente escolar	<ul style="list-style-type: none"> Implementar projetos de conscientização sobre (cyber)bullying: inclusão de pesquisas diagnósticas para verificação da existência ou não do problema na escola; palestras sobre a temática; exposição de cartazes nos ambientes da escola, entre outros Inserir temas relacionados ao (cyber)bullying e à convivência social nos conteúdos curriculares, discutindo temas como empatia, diversidade, resolução de conflitos e convivência respeitosa. 	Toda a equipe escolar, sobretudo os professores;	Ambiente escolar respeitoso, livre de violência e discriminação	Durante todo o ano letivo	
	Capacitar a Comunidade Escolar	<ul style="list-style-type: none"> Oferecer formação continuada para professores e funcionários sobre prevenção e intervenção em situações de (cyber)bullying 	Coordenadores pedagógicos e secretaria de educação	Equipe formada, atenta e atuante no combate e prevenção ao (cyber)bullying	Durante todo o ano letivo	

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2019. 475p.

BAHIA. **Diário Oficial do Município**. Portaria N° 021, de 31 de outubro de 2018 Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino em três unidades de ensino, e dá outras providências. Barra da Estiva – Bahia.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. **Concepções sobre a Avaliação Escolar. Estudos em Avaliação Educacional**. V. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

ESTEBAN, Maria Teresa. **A avaliação no processo ensino/aprendizagem: os desafios postos pelas múltiplas faces do cotidiano**. Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002, nº 19.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

INEP. **MEC e Inep divulgam resultados do Saeb e do Ideb 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-saeb-e-do-ideb-2021>

NOVA ESCOLA. BERNARDO Nairim. **Planejamento: como construir e desenvolver esse instrumento de forma mais assertiva?** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21153/planejamento-como-construir-e-desenvolver-esse-instrumento-de-forma-mais-assertiva>, acesso em 27/10/2022

NOVA ESCOLA. **Especial planejamento**. Disponível em: <https://especial.novaescola.org.br/planejamento/> Acesso em 03/10/2022

REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA. 2018/2019
WEISS, Cláudia Suéli; COELHO, Aline Leandra. Avaliação da aprendizagem na educação: Uma reflexão dos conceitos e funções.

PLATAFORMA CAED. **Plataforma de avaliações diagnósticas e formativas.** Disponível em: <https://plataformadeavaliacaoemmonitoramento.caeddigital.net/?code=3xAi0T&state=1666203229795#!/testes-objetivos-2022?> Acesso em 19/10/2022.

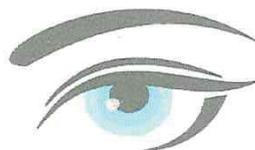
SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2. ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BORGES, Iara Farias (RÁDIO SENADO). **Pesquisa do DataSenado revela que quase 7 milhões de estudantes sofreram violência na escola.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/07/04/pesquisa-do-datasenado-revela-que-quase-8-milhoes-de-estudantes-sofreram-violencia-na-escola#:~:text=Pessoas%20de%2016%20a%2029,%E2%80%93%2090%25%20contra%2076%25.> Acesso em 09/08/2024

BRASIL. **Lei Nº 14.811**, de 12 de janeiro de 2024. Institui a Casa Civil. Brasília, 12 de janeiro de 2024. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA. **Resolução Nº 001, de 13 de março de 2024.** Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação institucional nas Unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva – BA. Barra da Estiva: Diário Oficial do Município, Ano II, Edição nº 00239, Caderno 1, 2024. Disponível em

BARRA DA ESTIVA. Conselho Municipal de Educação. **RESOLUÇÃO Nº002, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.**



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 006, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi, e dá outras providências correlatas".

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Extraordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME


Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.

Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Documento assinado digitalmente
 MARIZANE LIMA MARTINS
Data: 18/09/2024 11:17:57-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>



Instrumento norteador das diretrizes pedagógicas do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi, construído coletivamente, com o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar.

DIRETORA: **Prof^a. Leiliane dos Anjos Cordeiro**

VICE-DIRETORA: **Prof^a. Karina Rocha Novaes Santana**

COORD. PEDAGÓGICA: **Prof^a. Líliliana Pires Frerreira dos Santos**

SECRETÁRIA ESCOLAR: **Rosenete Souza Soares Carvalho**

Barra da Estiva-BA
Agosto de 2024

“Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A ‘cara da escola’ decorre da ação conjunta de todos esses elementos”.

(LUCKESI, 2007, p. 15).

COLÉGIO MUNICIPAL PADRE VERGÍLIO ZOPPI

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Aprovado em ___/___/___.

PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA

João Machado Ribeiro

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEC

Prof.ª Marizane Lima Martins

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME

Prof.ª Alexandre Rosa

DIRETORA

Prof.ª Leiliane dos Anjos Cordeiro

VICE – DIRETORA

Prof.ª Karina Rocha Novaes Santana

COORDENADORA PEDAGÓGICA

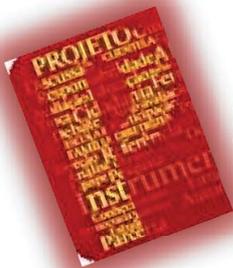
Prof.ª Liliana Pires Ferreira dos Santos

SECRETÁRIA ESCOLAR

Rosenete Souza Soares Carvalho

Barra da Estiva-BA

Agosto de 2024



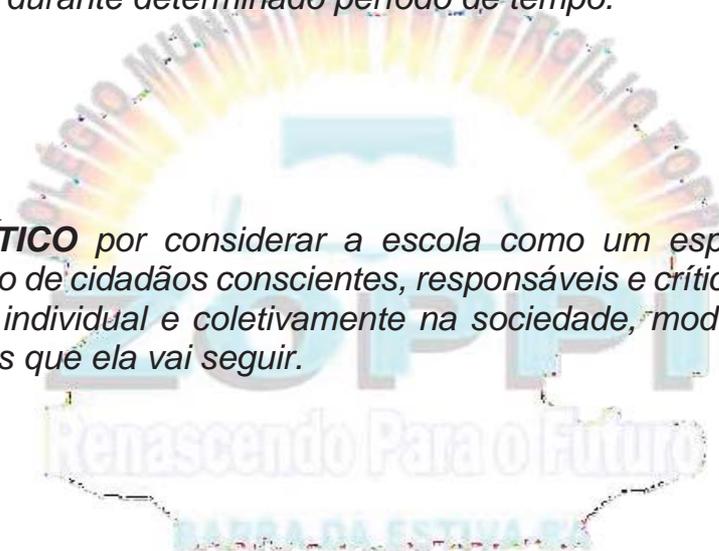
É **PROJETO** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.



É **POLÍTICO** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.



É **PEDAGÓGICO** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.



SUMÁRIO

1.0 APRESENTAÇÃO.....	08
2.0 JUSTIFICATIVA.....	09
3.0 OBJETIVO GERAL	11
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
4.0 IDENTIFICAÇÃO	12
5.0 BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP.....	14
6.0 MARCO SITUACIONAL.....	20
6.1 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	20
6.2 Missão, Visão e Valores da Escola	20
6.3 ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR	21
6.4 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR.....	21
6.4.1 Constituição de Turmas	22
6.4.2 Distribuição do Tempo Escolar:.....	23
6.4.3 Distribuição da Atividade Complementar AC.....	24
6.4.4. Distribuição Semanal e Diária dos Funcionários.....	31
6.5. FORMAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	33
6.6 SECRETARIA ESCOLAR: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	34
6.7 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	34
6.8 AMBIENTE SOCIAL, CULTURAL E FÍSICO	35
6.9 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE.....	36
6.10 HISTÓRICO DA ESCOLAR.....	38
6.11 DIAGNÓSTICO	41
6.11.1 Aspectos Físicos.....	41
6.11.2 Ambiente Escolar.....	42
6.11.3 O Diagnóstico Atual da Instituição.	43
6.11.4 Recursos Humanos do Ano Letivo de 2024.....	46

6.11.5	Modalidades de Ensino dos Anos Letivos de 2022 a 2024.....	46
	Cálculo Anual dos Índices da Escola Evolução das Taxas de Matrícula.....	47
6.11.6	IDEA – Anos Finais.....	48
6.12	CONSELHO ESCOLAR.....	49
6.13	OS PERFIS ESPERADO DO PROFESSOR.....	52
6.14	OS PERFIS ESPERADO DO ALUNO.....	52
7.0	MARCO CONCEITUAL.....	53
7.1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	53
7.2	CONCEPÇÕES TEÓRICAS QUE SUSTENTAM A PRÁTICA PEDAGÓGICA..	58
7.3	CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS.....	61
7.3.1	Princípios Educativos.....	61
7.3.2	Concepção do Currículo.....	63
7.3.3	Fundamentos Pedagógicos.....	67
7.3.4	Compreensão do Ser Humano; Infância e Adolescência.....	67
7.3.5	Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade.....	69
7.3.6	Educação para as Relações Étnico Raciais.....	71
7.3.7	Compreensão da Sociedade.....	76
7.3.8	Compreensão de Educação.....	77
7.3.9	Concepção de Processo Ensino Aprendizagem.....	78
7.3.10	Concepção de Avaliação da Aprendizagem.....	79
7.3.11	A Avaliação no Ensino Fundamental.....	81
7.3.12	Concepção da Gestão Democrática.....	84
7.3.13	Etapa de Ensino que a Escola Oferta.....	85
7.3.14	Metodologia.....	86

7.3.15	Os Temas Contemporâneos Transversais.....	87
7.4	POLÍTICAS E MODALIDADES DE ENSINO.....	90
7.4.1	Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva.....	90
8.0	MARCO OPERACIONAL.....	97
8.1	PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	97
8.2	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	99
8.3	ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE.....	99
8.4	AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS.....	99
8.5	RECOMPOSIÇÃO DAS APREDIZAGENS.....	101
8.5.1	Objetivos.....	101
8.6	PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE A EVASÃO ESCOLAR.....	103
8.7	AÇÕES PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES A PARTIR DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS.....	104
8.8	PROPOSTA PARA TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS FINAIS E DOS ANOS FINAIS PARA O ENSINO MÉDIO.....	105
8.8.1	A Saída dos Anos Finais e Preparação para o Ensino Médio.....	106
8.9	Ações de Combate ao Bullying e ao Preconceito.....	107
8.10	CONSELHO DE CLASSE.....	110
8.11	RECUPERAÇÃO.....	111
8.12	OS TEMAS INTEGRADORES.....	112
8.13	PLANO DE SUPORTE E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	113
8.14	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, ESTRATÉGIAS E METAS.....	114
8.15	PLANO DE AÇÃO.....	116
8.16	PROJETOS E AÇÕES DA ESCOLA.....	126
8.17	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP.....	129
9.0	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130
10.0	ANEXOS.....	132

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do **COLÉGIO ZOPPI – Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi**, é entendido como um processo de mudança e Considerando o próprio nome deste documento, **Projeto Político Pedagógico – PPP** um plano político e ao mesmo tempo, pedagógico da escola; **Projeto**, porque deve reunir propostas de ação concretas; **Político**, pois deve oferecer uma dimensão de participação concreta a todos os envolvidos na escola com intuito em formar cidadãos aptos para viver em sociedade de forma consciente, crítica e participativa; **Pedagógico**, já que precisa contemplar as atividades e projetos educacionais necessários ao processo de ensino aprendizagem; dentro e fora da sala de aula, na forma de gestão, na abordagem curricular e na relação comunidade/escola, por isso, entende-se que a sua construção nunca acaba.

A sua elaboração foi fundamentada nos princípios da Gestão Democrática, prevista nos art. 101 e 102 da Lei Orgânica de Barra da Estiva — BA, no inciso VI do art. 206 da Constituição Federal e pelos art. 3º, 12, 13 e 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), e em consonância com a Lei Municipal nº 010/2011 da Gestão Democrática do Ensino Público de Barra da Estiva, e contou com a colaboração de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar (funcionários, alunos, pais e comunidade).

Apresenta de forma explicativa a concepção pedagógica da escola, as bases teórico-metodológicas da organização didática, o contexto sociocultural, político-econômico da instituição de ensino, missão, objetivos, metas e estratégias permanentes (tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas), projetos da escola, plano de ação e calendário escolar, a proposta pedagógica da unidade escolar, os processos de avaliação de aprendizagem e de desempenho do alunado e da avaliação institucional, estrutura organizacional e administrativa, formação continuada.

Assim, o presente documento, além de possibilitar a unificação teórico-metodológica das atividades escolares, visa assegurar, acima de tudo, o sucesso dos alunos e o atendimento das necessidades educativas da comunidade. Nesse sentido, o objetivo principal da elaboração deste documento, não está ligado apenas às exigências legais

ou aos aspectos ligados ao cumprimento de sua formalização textual, mas sim, à qualidade conseguida ao longo do processo de sua elaboração, uma vez que o PPP tem um compromisso definido de forma coletiva, acessível a todos os inseridos na comunidade escolar e deve ser vivenciado a todo instante, assim, garantir uma educação de qualidade e inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com finalidade do pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. (LDB/1996)

2. JUSTIFICATIVA

Quando se trata da educação sistemática na sua grandeza e complexidade torna-se admissível um trabalho democrático que garanta unidade e poder de organização, procurando cada vez mais autonomia nas decisões relativas ao fazer escolar. Dessa forma, surge a necessidade de um documento referencial, um plano norteador sobre/para a própria escola, alicerçado na reflexão do real para a concretização do ideal, através de uma construção coletiva e bem fundamentada.

Neste contexto, o **Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi** tem como preocupação diagnosticar dificuldades existentes na comunidade escolar a fim de elaborar propostas de ação que amenizem ou sanem os problemas detectados, melhorando assim a qualidade do ensino.

Tem sido notório a necessidade de um instrumento considerado o plano global escolar, um **Projeto Político Pedagógico – PPP** que revele a identidade, as opções, visão e julgamento da escola existente. Além disso, toda e qualquer instituição de ensino, nível nacional, deve estar respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB n° 9394/96, que vem exigindo a autonomia da escola para criar e agir segundo a sua realidade, quando afirma no seu artigo 12 que:

“Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

A escola democrática fundamenta-se no diálogo, na discussão, na reflexão, na participação e na construção conjunta, proporcionando situações que permitam o pensar e o realizar do fazer pedagógico coerente com a proposta educativa da escola. Desta

forma, a construção do PPP na escola deve ser vista como planos intencionais do fazer, como arremessar para frente/futuro. É antever um amanhã diferente do que se tem hoje de forma harmoniosa, como diz Gadotti:

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p.579)”.

É evidente a importância do Projeto Político Pedagógico no que se refere aos novos desafios que a instituição deverá enfrentar e almejar de forma contínua as mudanças pertinentes ao contexto social em que esteja inserida.

Baseia-se na construção de um conhecimento que não é pronto e acabado, mas que está em permanente avaliação e reformulação, de acordo com os avanços sociais e paradigmas educacionais segundo as demandas atuais e outras alterações que se fizerem necessárias. Não deseja ser, portanto, um manual de ação pedagógica, mas um caminho aberto para ser enriquecido pela dinâmica da prática, tanto nos aspectos estruturais, como nos conteúdos e metodologias educacionais praticados.

Entende-se que cabe à escola tornar-se um dos agentes de mudança social e constituir-se num espaço democrático, garantindo ao educando o direito de usufruir da construção do seu conhecimento, oferecendo aos professores e demais funcionários formação continuada no sentido de se sentirem comprometidos com a qualidade da educação, viabilizando uma gestão (direção e coordenação) mais democrática e atuante, criando propostas alternativas para uma possível superação de problemas escolares.

Para tanto, este PPP coloca-se não como um documento pronto e estático, mas como um referencial capaz de apontar concepções que possam ser discutidas, reconstruídas, reorientadas e apontadas para a busca de uma educação de qualidade social para todos, rumo à construção de uma Escola democrática e participativa, na qual, os atores sociais possam, de forma autônoma e autoral, construir os conhecimentos necessários para responder às demandas educacionais, sociais, políticas e culturais construídas historicamente ao longo da vida de toda comunidade escolar. Enfim, este documento vem para contribuir, impulsionar e conduzir o bom desempenho da comunidade escolar no alcance das metas e objetivos no trabalho educativo que a educação requer.

3. OBJETIVO GERAL

Promover um espaço educativo no qual toda a comunidade escolar seja desafiada a construir suas aprendizagens e conhecimentos, orientada pelos princípios da gestão democrática, reforçando valores e atitudes de respeito, tolerância e solidariedade.

3.1. Objetivos Específicos

Envolver a comunidade Escolar – alunos, professores, pais ou responsáveis de alunos, funcionários, Conselho Escolar e demais órgãos colegiados – em ações que visem à busca de parcerias que possibilitem uma educação de qualidade;

Promover uma escola justa, inclusiva, fraterna, solidária, transformadora, comprometida, democrática, responsável, em que os atores e autores sejam capazes de lutar por seus direitos de cidadão crítico e autêntico;

Desenvolver um ambiente favorável ao desenvolvimento da consciência crítica, com agentes ativos preparados para a transformação social;

Garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais condições de acesso aos diversos ambientes escolares com uma formação que leve em consideração suas dificuldades;

Manter o corpo administrativo, funcionários, direção, docentes e equipe pedagógica unidos com objetivos comuns;

Promover o conhecimento da cultura Afro, em seus aspectos diversificados;

Criar condições para que os educadores e educandos reflitam sobre suas práticas cotidianas, resgatando a intencionalidade das suas ações, ressignificando o trabalho desenvolvido e apontando caminhos para a prática pedagógica;

Possibilitar a vivência de valores nos diferentes espaços sociais;

Estabelecer referencial teórico adequado ao contexto situacional da escola.

Apoiar os governos federal, Estadual e municipal na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.

Propor reflexões sobre fundamentos, costumes e valores das diferentes religiões existentes na sociedade, explorando os conteúdos de maneira interdisciplinar, com atividades que estimulem o diálogo e o respeito entre religiões.

4. IDENTIFICAÇÃO

Unidade Escolar: Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi.

Código: 29426570

CNPJ: 05473781/0001-55.

Ato de criação: Decreto Mun. Nº 010/02, de 15/03/02

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal

Endereço: Rua Mário Augusto Teixeira de Freitas, nº 76, Centro,

CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - Bahia.

Telefone: (77)9.9959-9727 / (77)3450-1220

E-mail: colegiozoppi@hotmail.com / colegiozoppi10@gmail.com

Equipe Dirigente

Diretor: Leiliane dos Anjos Cordeiro

Vice-diretora: Karina Rocha Novaes Santana

Coordenadora Pedagógica: Liliana Pires Ferreira dos Santos

Secretária: Rosenete Souza Soares Carvalho.

Nível: Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino

Modalidades: Ensino Fundamental - Anos Finais (do 6º ao 9º ano).

Horários de Funcionamento:

Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi

- MATUTINO: das 07h40min às 11h45min;
- VESPERTINO: das 13h00min às 17h00min.

Número de sala de aula:

- 13 salas de aula

Número total de alunos

- 510 alunos

NOME DOS FUNCIONÁRIOS E FUNÇÕES

NOME DOS FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES
1. Adriana Caires Dutra	Professora/Secretária (desvio de função)
2. Adriana Silva Moreno	Aux. de Serv. Adm. Educacional
3. Adriana Castro de Carvalho	Aux. de Serv. Adm. Educacional
4. Alexandre Rosa	Professor
5. Alice Adiele Silva Caires	Profissional de apoio escolar/monitora
6. Ana Camila Souza Silva Bento	Professora
7. Antônio Carlos Coqueiro Pereira	Professor
8. Bruno Ribeiro Silva	Professor
9. Carla Macena Caires Almeida	Professora
10. Cléa Cátia Luz Silva	Professora
11. Cléa Silva Santos	Profissional de apoio escolar/monitora
12. Cleide Cordeiro Santos	Professora
13. Cleide Dutra Silva Rodrigues	Professora
14. Daiane Caires de Novais	Professora
15. Delcina Hermelina dos Santos Caires	Professora
16. Denise Dias Alves	Professora
17. Dulcilene Ribeiro da Silva	Profissional de apoio escolar/monitora
18. Elane Moutinho Silva Carlos	Aux. de Serv. Adm. Educacional
19. Edna Lessa Santos Pinheiro	Professora
20. Eliane dos Santos Batista	Aux. de Serv. Adm. Educacional
21. Elienai Silva Santos de Sousa	Professora
22. Estéfane Carvalho dos Anjos	Professora
23. Elza Aparecida Braga	Merendeira Escolar
24. Erneval Rodolfo da Silva	Professor
25. Eva Castro de Carvalho	Professora
26. Gilberto Dutra Silva	Aux. de Serv. Adm. Educacional /Porteiro
27. Ivete Silva Bento	Professora
28. Jailson Freitas Santos/Arleide da Silva Costa	Professor
29. Janiedes Almeida Caires	Professor
30. Jaqueline Caires de Silva	Profissional de apoio escolar/monitora
31. José Souza Silva	Professor
32. Karina Rocha Novaes Santana	Vice-diretora
33. Leiliane dos Anjos Cordeiro Santos	Diretora
34. Liliansa Pires Ferreira dos Santos	Coordenadora Pedagógica
35. Luana Silva Amorim	Aux. de Serv. Adm. Educacional
36. Lucilene Freiras Caires	Professora
37. Márcio José de Oliveira	Professor
38. Maria Aparecida Dias Lima Silva	Professora
39. Maria Castro de Carvalho	Aux. de Serv. Adm. Educacional
40. Maria Conceição Novais Aguiar	Aux. de Serv. Adm. Educacional
41. Maria da Glória Rocha S. Araújo	Professora
42. Maria do Alívio Dias Lima Vieira	Professora
43. Maria do Carmo Novais Braga	Merendeira Escolar
44. Naelza Pires Ferreira	Aux. de Serv. Adm. Educacional
45. Raulina Souza da Silva	Aux. de Serv. Adm. Educacional(porteiro)
46. Romário Caires Freitas	Aux. de Serv. Adm. Educacional(porteiro)
47. Rosenete Souza Soares Carvalho	Secretaria

48. Roseni Silva Luz dos Santos	Professora
49. Rosiane dos Santos Caires	Professora
50. Sandra Carvalho dos Santos Carneiro	Aux. de Serv. Adm. Educacional
51. Selma Silva Carvalho Pires	Aux. de Serv. Adm. Educacional (Afastada)
52. Soraia Caires de Carvalho	Professora
53. Taize Souza Lima Silva	Professora
54. Telma Silva Barbosa	Vice diretora
55. Vagne Caires Ribeiro	Professor
56. Valtermi Santos Rocha	Professor
57. Weleson Ribeiro Martins	Aux. de Serv. Adm. Educacional/Monitor

5. BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP

O Projeto Político Pedagógico do **Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi** faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso a exigência da participação de todos no seu processo de elaboração.

As bases legais para a criação e vivência do PPP dentro desta proposta se encontram em várias leis, como: Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, apresenta a gestão democrática da escola como um dos princípios constitucionais.

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI Fundamenta a responsabilidade de reflexão e expressão sobre a intencionalidade educativa da escola. Estabelece como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Artigo 12 “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

Artigo 13 “Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.”

Artigo 14 “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências - Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Resolução CNE/ CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica - Artigo 42 “São elementos constitutivos para a operacionalização destas diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.”

Artigo 43 “O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.”

§ 1º “A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.”

§ 2º “Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação — nacional, estadual, municipal —, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.”

§ 3 “A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica”.

Artigo 44 “O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social devem contemplar”:

I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimento-cultura-professor-estudante e instituição escolar;

IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII - o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX - as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica — Saeb, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da educação básica), incluindo dados referentes ao Ideb e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X – “a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional”.

Resolução CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos - Artigo 20 “As escolas deverão formular o projeto político pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

§ 1º “O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.”

§ 4º “O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.”

§ 5º “Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016 - Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências —

Meta 8, Estratégia 8.11 “Estimular a oferta de componentes curriculares que tratem do ensino e da aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação em licenciatura.”

Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta a profissionais da educação, a estudantes e aos seus familiares para a formulação dos projetos político-pedagógicos, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais e mães na avaliação do funcionamento da escola e no cumprimento do seu papel na formação das crianças e jovens.”

Resolução CEE nº 60, de 5 de junho de 2007 - Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos,

iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

Artigo 3º “As Unidades de Ensino deverão elaborar ou reformular seus projetos pedagógicos, para efeito de implantação do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, definindo, quando for o caso, os procedimentos indispensáveis à gradual transição do regime de 8 (oito) anos para o novo regime, de que trata esta Resolução.”

Artigo 5º “As unidades escolares, no prazo mínimo de 120 dias antes da implantação do novo regime de que trata esta Resolução, deverão submeter à aprovação do órgão competente do sistema de ensino o seu regimento escolar e seu projeto pedagógico, de que é parte a proposta curricular.”

Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019 - Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino na educação básica do Estado da Bahia e dá outras providências

Artigo 12 “Os projetos pedagógicos correlatos à pré-escola devem realçar os modos de proceder na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, como marca do reconhecimento da formação da criança em ambiências de cuidado e de experiências organizadas para educá-la.”

Artigo 13 “No que tange ao ensino fundamental, as instituições escolares, com assentimento de seus sistemas e redes de ensino, devem organizar seus projetos pedagógicos com os currículos estruturados pelas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.” Parágrafo Único “Os projetos pedagógicos deverão apresentar as respectivas competências e habilidades para as áreas correspondentes, devidamente organizadas para os períodos de aula implícitos na divisão do ano letivo em unidades de ensino.”

Artigo 19 “As propostas pedagógicas das instituições escolares dos anos finais do ensino fundamental devem apresentar o delineamento do projeto de vida dos estudantes, seja com o vínculo prospectivo em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no ensino médio.”

Portaria nº 904/2019 - Homologa o Parecer CEE/CP nº 196/2019, do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, que autoriza a implementação do Documento

Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB).

Artigo 4° “Os municípios que não possuem sistema próprio de ensino e as instituições de ensino devem proceder às adequações e atualizações necessárias, nos seus projetos político-pedagógicos (PPP), regimentos e currículos escolares, de acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e com as normativas do CEE/BA.”

Artigo 5° “O DCRB será operacionalizado nas unidades da rede estadual de ensino com as diretrizes emanadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia norteando os projetos político-pedagógicos (PPP) (re)elaborados pelas unidades escolares”. “As instituições de ensino públicas e privadas que ofertam educação infantil e ensino fundamental devem reformular seus projetos político-pedagógicos, de forma a garantir todos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de competências e habilidades instituídos no DCRB.”

6. MARCO SITUACIONAL

6.1 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Possibilitar, ao aluno, acesso ao conhecimento sistematizado, de forma a oportunizar a produção de novos conhecimentos, contribuindo com a formação de um cidadão autônomo, crítico, consciente e participativo no meio em que está inserido.

As metodologias e os conteúdos curriculares devem ser significativos e contextualizados, permitindo ao aluno a melhoria do seu desempenho e utilização dos conhecimentos adquiridos em sua vida cotidiana.

6.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES DA ESCOLA.

MISSÃO

Oportunizar uma educação alicerçada na conservação de valores humanísticos e éticos, em um ambiente dinâmico e integrador para formar alunos com autonomia intelectual e condições de prosseguir na vida acadêmica.

VISÃO

Ser reconhecida como referência educacional pelo trabalho com compromisso e competência através do fazer educativo baseado constantemente na qualidade que satisfaça as exigências e/ou necessidades de nossos alunos nas dimensões políticas, morais, sociais e emocionais.

VALORES

Buscar os princípios de Igualdade, liberdade, respeito, responsabilidade, honestidade, paz, solidariedade, flexibilidade, diálogo, condutores do desenvolvimento, da atuação ética e harmoniosa do ser humano e conseqüentemente, da sociedade.

6.3. ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A gestão democrática nos possibilita a discussão e decisão de vários assuntos que envolvem desde a organização do espaço pedagógico, até questões relacionadas à tomada de decisões em assuntos diversos, desde que seja de interesse do coletivo escolar.

Dessa forma, o COLÉGIO MUNICIPAL PADRE VERGÍLIO ZOPPI se encontra organizado de forma a atender a maioria das ansiedades dos educadores e demais profissionais deste meio, buscando diminuir suas aflições com relação ao trabalho administrativo e pedagógico.

6.4. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR



A organização escolar compreende todos os órgãos necessários ao funcionamento da Unidade Escolar, abrangendo os seguintes serviços:

6.4.1. Constituição de Turmas

O Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi, neste ano de 2024 possui um total de 510 alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais. As classes são organizadas de acordo com anos cursados pelos alunos, adotando como regra o agrupamento heterogêneo.

TURMA	TURNO (HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO*)	MODALIDADE	ETAPA	QTD. DE ALUNOS
6º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 6º ANO	22
6º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 6º ANO	22
6º ANO "C"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 6º ANO	23
6º ANO "D"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 6º ANO	21
6º ANO "E"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 6º ANO	23
7º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 7º ANO	23
7º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 7º ANO	25
7º ANO "C"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 7º ANO	27
7º ANO "D"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 7º ANO	22
7º ANO "E"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 7º ANO	18
7º ANO "F"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 7º ANO	19
8º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 8º ANO	30
8º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 8º ANO	26
8º ANO "C"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 8º ANO	15
8º ANO "D"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 8º ANO	25
8º ANO "E"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 8º ANO	24
9º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 9º ANO	24
9º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 9º ANO	23
9º ANO "C"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 9º ANO	24
9º ANO "D"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 9º ANO	24
9º ANO "E"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental – 9º ANO	24
9º ANO "F"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental –	26

			9º ANO	
--	--	--	--------	--

*HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: MATUTINO: (7h40min às 11h45min) e VESPERTINO: (13h às 17h)

6.4.2. Distribuição do Tempo Escolar

O tempo e o espaço são categorias que sempre estiveram no centro da preocupação humana com a vida. O ser humano reconhece no tempo a sua existência finita. Com o avanço científico-tecnológico, o tempo e o espaço passaram a ser dimensionados em função de novas possibilidades criadas pelo homem.

O calendário escolar é de extrema importância, pois ele é um elemento constitutivo da organização do currículo escolar. É ele que mostra a quantidade de horas que os professores de cada Componente curricular terão para usar em sala de aula, as avaliações, cursos, os feriados, as férias, períodos em que o ano se divide, os dias letivos, as atividades extracurriculares (como campeonatos interclasse, festa junina, entre outros) e as atividades pedagógicas (como trabalho coletivo na escola, conselho de classe e paradas pedagógicas).

Comentando sobre esse assunto e sobre o resultado imediato no desenvolvimento escolar dos alunos, Enguita (1989) diz:

A sucessão de períodos muito breves — sempre de menos de uma hora — dedicados a matérias muito diferentes entre si, sem necessidade de sequência lógica entre elas, sem atender à melhor ou à pior adequação de seu conteúdo a períodos mais longos ou mais curtos e sem prestar nenhuma atenção à cadência do interesse e do trabalho dos estudantes; em suma, a organização habitual do horário escolar ensina ao estudante que o importante não é a qualidade precisa de seu trabalho, a que o dedica, mas sua duração. A escola é o primeiro cenário em que a criança e o jovem presenciam, aceitam e sofrem a redução de seu trabalho a trabalho abstrato. (ENGUITA, 1989, p.180)

Desse modo, vários autores, como Veiga (p. 30) concordam que é necessário reformular a forma em que o tempo escolar é organizado, para alterar a qualidade do trabalho pedagógico.

A organização do tempo e do espaço é importante para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, pensando nisso que temos o tempo de rotina escolar trabalhada em equipe, para que possamos transmitir comodidade aos nossos estudantes como também os espaços que favorecem o crescimento, a identidade e a sua autonomia.

Sendo assim, o tempo escolar do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi é planejado

no calendário escolar, na distribuição semanal e diária dos Componentes curriculares e atividades, nos horários das classes e na hora-atividade, ofertando o nível de Ensino Fundamental Anos finais.

6.4.3. Distribuição da Atividade Complementar – A.C.

Frequência Semanal da Atividade Complementar – ACMatutino – 2024

PROFESSOR(A)	ÁREAS	CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES.
1. Alexandre Rosa	Linguagem	04 horas
2. Antônio Carlos Coqueiro	Linguagem	04 horas
3. Carla Macena Caires Almeida	Ciências da Natureza	04 horas
4. Cléa Cátia Luz Silva	Linguagem	05 horas
5. Cleide Cordeiro Santos/Bruno Ribeiro Silva	Ciências da Natureza	04 horas
6. Cleide Dutra Silva Rodrigues	Ciências Exatas	04 horas
7. Delcina Hermelina Caires	Ciências Exatas	05 horas
8. Edna Lessa Santos Pinheiro	Linguagem	04 horas
9. Elienai Silva Santos de Souza/Rosiane dos Santos Caires	Ciências da Natureza	04 horas
10. Erneval Rodolfo da Silva	Ciências Humanas e Linguagem	04 horas
10. Eva Castro de Carvalho	Ciências Exatas	04 horas
11. Ilvete Silva Bento	Linguagem	04 horas
12. Jailson Freitas Santos/Arleide da Silva Costa	Ciências Exatas	04 horas
13. Lucilene Freitas Caires/Estéfane Carvalho dos Anjos	Linguagem	03 horas
14. Maria Aparecida Dias Lima Silva	Ciências Humanas	04 horas
15. Maria do Alívio Dias Lima Vieira	Ciências Humanas	04 horas
16. Márcio José de Oliveira	Ciências da Natureza e Humanas	04 horas
17. Roseni Silva Luz dos Santos	Linguagem	04 horas
18. Soraia Caires de Carvalho	Linguagem	03 horas
19. Taize Souza Lima Silva	Linguagem	04 horas
20. Telma Silva Barbosa	Linguagem	04 horas
21. Vagne Caires Ribeiro	Ciências Humanas	04 horas
22. Valtermi dos Santos Rocha	Ciências Humanas e Linguagem	04 horas

ÁREAS DO CONHECIMENTO: Ciências Exatas e Suas Tecnologias (**EXATAS**), Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias (**LINGUAGEM**), Ciências da Natureza e Suas Tecnologias (**NATUREZA**), Ciências Humanas e Suas Tecnologias (**HUMANAS**).

OBSERVAÇÃO: Quando houver necessidades, as possíveis **REPOSIÇÕES** das Atividades Complementares – AC serão feitas mediante

autorização da Coordenação Pedagógica ou Direção.

Frequência Semanal da Atividade Complementar – AC Vespertino – 2024

PROFESSOR(A)	ÁREAS	CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES.
1. Alexandre Rosa	Linguagem	04 horas
2. Ana Camila Souza Silva Bento	Ciências Exatas	04 horas
3. Daiane Caires de Novais	Ciências Exatas	04 horas
4. Delcina Hermelina dos Santos Caires	Ciências Exatas	05 horas
5. Denise Dias Alves	Linguagem	04 horas
6. Erneval Rodolfo da Silva	Ciências Humanas e Linguagem	04 horas
7. Estéfane Carvalho dos Anjos	Linguagem	04 horas
8. Janiedes Almeida Caires	Ciências Exatas	02 horas
9. José Souza Silva	Linguagem	04 horas
10. Maria da Glória Rocha Silva Araújo	Ciências Humanas	04 horas
11. Maria Aparecida Dias Lima Silva	Ciências Humanas	04 horas
12. Maria do Alívio Dias Lima	Ciências Humanas	04 horas
13. Roseni Silva Luz dos Santos	Linguagem	04 horas
14. Telma Silva Barbosa	Linguagem	04 horas
15. Valtermi Santos Rocha	Linguagem e Ciências Humanas	04 horas

ÁREAS DO CONHECIMENTO: Ciências Exatas e Suas Tecnologias (**EXATAS**), Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias (**LINGUAGEM**), Ciências da Natureza e Suas Tecnologias (**NATUREZA**), Ciências Humanas e Suas Tecnologias (**HUMANAS**).

OBSERVAÇÃO: Quando houver necessidades, as possíveis **REPOSIÇÕES** das Atividades Complementares – AC serão feitas mediante autorização da Coordenação Pedagógica ou Direção.

Distribuição dos Professores por dia das AC – Matutino – 2024

DIAS DA SEMANA	PROFESSOR(A)	ÁREAS	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
SEGUNDA-FEIRA	Cleide Dutra Silva Rodrigues	Ciências Exatas	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Daiane Caires de Novais	Ciências Exatas e Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Jailson Freitas Santos	Ciências Exatas	04 horas	das 07:40h às 11:40h
TERÇA-FEIRA	Alexandre Rosa	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Cléa Cátia Luz Silva	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Edna Lessa Santos Pinheiro	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h

	Estéfane Carvalho dos Anjos	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 10:40h
	Roseni Silva Luz dos Santos	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Taize Souza Lima Silva	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Telma Silva Barbosa	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h
QUARTA-FEIRA	Carla Macena Caires Almeida	Ciências da Natureza	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Cleide Cordeiro Santos	Ciências da Natureza	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Elienai Silva Santos de Souza	Ciências da Natureza	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Márcio José de Oliveira	Ciências da Natureza e Humanas	04 horas	das 07:40h às 11:40h
QUINTA-FEIRA	Antônio Carlos Coqueiro Pereira	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Erneval Rodolfo da Silva	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Lucilene Freitas Caires	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Maria Aparecida Dias Lima Silva	Ciências Humanas	04 horas	das 07:40h às 11:40h
	Maria do Alívio Dias Lima Vieira	Ciências Humanas	04 horas	das 07:00h às 12:00h
	Soraia Caires de Carvalho	Linguagem	04 horas	das 07:40h às 11:40h

Distribuição dos Professores por dia das AC – Vespertino – 2024

DIAS DA SEMANA	PROFESSOR(A)	ÁREAS	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
SEGUNDA-FEIRA	Ana Camila Souza Silva Bento	Ciências Exatas	04 horas	das 13:00h às 17:00h
	Delcina Hermelina Caires	Ciências Exatas	05 horas	das 13:00h às 17:00h
	Daiane Caires de Novais	Ciências Exatas	05 horas	das 13:00h às 17:00h
	Janiedes Almeida Caires	Ciências Exatas	02 horas	das 13:00h às 14:30h
TERÇA-FEIRA	Alexandre Rosa	Linguagem	04 horas	das 13:00h às 17:00h
	Denise Dias Alves	Linguagem	04 horas	das 13:00h às 17:00h
	Roseni Santos Luz	Linguagem	04 horas	das 13:00h às 17:00h
	Telma Silva Barbosa	Linguagem	04 horas	das 13:00h às 17:00h
QUARTA-FEIRA	Cleide Cordeiro Santos	Ciências da Natureza	05 horas	das 14:00h às 15:00h
QUINTA-FEIRA	Erneval Rodolfo da Silva	Linguagem	04 horas	das 13:00h às 17:00h
	José Souza Silva	Linguagem	04 horas	das 13:00h às 17:00h
	Maria da Glória Rocha Silva Araújo	Ciências Humanas	04 horas	das 13:00h às 17:00h
	Maria do Alívio Dias Lima Vieira	Linguagem	04 horas	das 13:00h às 17:00h
	Maria Aparecida Dias Lima Silva	Linguagem	04 horas	das 13:00h às 17:00h
	Valtermi Santos Rocha	Linguagem	04 horas	das 13:00h às 17:00h

Base Legal

A Lei nº 11.738/2008.

Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A lei 11.738/2008 determina, em seu artigo 2º, § 4º, que na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o

desempenho das atividades de interação com alunos. Desta forma, no mínimo 1/3 da jornada de trabalho deve ser destinado às chamadas atividades extraclasse.

RESOLUÇÃO CME Nº 003, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010: “Dispõe sobre a organização da Grade Curricular do Ensino Fundamental de 08 (oito) e 09 (nove) anos, da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, e dá outras providências correlatas.”

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno do CME em Sessão Extraordinária, realizada no dia 13 de dezembro de 2010 e com fundamento na LDBEN nº 9.394/96.

RESOLVE:

ART.1º - Fica estabelecida a organização da Grade Curricular da Rede Pública Municipal de Ensino, do município de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme os ANEXOS 01 A 06, que integra esta Resolução.

ART. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 14 de Dezembro de 2010.

□ GRADES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS:



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES E LAZER



ANEXO III

GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Dias letivos: 200.	Semanas letivas: 40.	Dias Semanais: 05.	Horas/Aula: 45min
--------------------	----------------------	--------------------	-------------------

TEMAS INTEGRADORES	COMPONENTES CURRICULARES										
	BASE NACIONAL COMUM									PARTE DIVERSIFICADA	
	Língua Portuguesa	Arte	Educação Física	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	Matemática	História	Geografia	Ciências	Ensino Religioso	Projeto de Vida	Redação
Educação em Direitos Humanos	X					X	X		X	X	X
Educação para as relações étnico-raciais	X					X	X		X	X	X
Educação para o trânsito	X	X	X	X	X			X			X
Saúde na escola			X					X		X	X
Educação Ambiental		X	X				X	X		X	X
Educação Financeira e para o consumo				X	X		X			X	
Educação Digital	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação Fiscal		X			X	X	X				
Educação Alimentar e nutricional			X					X		X	X

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, n° 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br



GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

ÁREA DE CONHECIMENTO		COMPONENTE CURRICULAR	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
			Q.A	C.H.	Q.A	C.H.	Q. A	C.H.	Q.A	C.H.
BASE COMUM	Área de Linguagens	Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80
		Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área da Matemática	Matemática	05	200	05	200	04	160	04	160
	Área de Ciências Humanas	História	02	80	02	80	02	80	02	80
		Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área de Ciências da Natureza	Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120
	Área Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40
PARTE DIVERSIFICADA	Projeto de Vida	01	40	01	40	01	40	01	40	
	Redação	**	**	**	**	01	40	01	40	
CARGA HORÁRIA TOTAL			25	1000	25	1000	25	1000	25	1000

6.4.4. Distribuição Semanal e Diária dos Funcionários.

□ RELAÇÃO DOS PROFESSORES COM SUAS CARGAS HORÁRIAS SEMANAIS – ANO: 2024

Nº	NOME	FUNÇÃO	VÍNCULO Efetivo(a) ou Contratado(a)	Carga Horária Semanal
1.	Adriana Caires Dutra	Professor a	Efetivo	40h
2.	Alexandre Rosa	Professor	Efetivo	40h
3.	Ana Camila Souza Silva Bento	Professora	Efetiva	20h
4.	Antônio Carlos Coqueiro Pereira	Professor	Efetivo	20h
5.	Carla Macena Caires Almeida	Professora	Efetiva	20h
6.	Cléa Cátia Luz Silva	Professora	Efetiva	25h
7.	Cleide Cordeiro Santos/Bruno Ribeiro Silva	Professora	Efetiva	25h
8.	Cleide Dutra Silva Rodrigues	Professora	Efetiva	20h
9.	Daiane Caires de Novais	Professora	Efetiva	20h
10.	Delcina Hermelina dos Santos Caires	Professora	Efetiva	25h
11.	Denise Dias Alves	Professora	Reda	20h
12.	Edna Lessa Santos Pinheiro	Professora	Contrato	20h
13.	Elienai Silva Santos de Sousa/Rosiane dos Santos Caires/Eva Castro de Carvalho	Professora	Efetiva	40h
14.	Erneval Rodolfo da Silva	Professor	Efetivo	40h
15.	Estéfane Carvalho dos Anjos	Professora	Contrato	15h
16.	Ilvete Silva Bento	Professora	Efetiva	20h
17.	Jailson Freitas Santos/Arleide da Silva Costa	Professor	Efetivo	20h
18.	Janiedes Almeida Caires	Professor	Efetivo	20h
19.	José Souza Silva	Professor	Efetivo	25h
20.	Karina Rocha Novaes Santana	Vice-diretora	Efetiva	40h
21.	Leiliane dos Anjos Cordeiro	Diretora	Efetiva	40h
22.	Liliana Pires Ferreira dos Santos	Coordenadora Pedagógica	Efetiva	40h
	Lucilene Freitas Caires	Professora	Contrato	15h
23.	Márcio José de Oliveira	Professor	Efetivo	20h
24.	Maria Aparecida Dias Lima Silva	Professora	Efetiva	40h
25.	Maria da Glória Rocha Silva Araújo	Professora	Efetiva	20h
26.	Maria do Alívio Dias Lima Vieira	Professora	Efetiva e REDA	40h
27.	Roseni Silva Luz dos Santos	Professora	Efetiva	40h
	Soraia Caires de Carvalho	Professora	Efetiva	15h
28.	Taize Souza Lima da Silva Santos	Professora	Efetiva	20h
29.	Telma Silva Barbosa	Professora	Efetiva	40h

30.	Vagne Caires Ribeiro	Professor	Efetivo e REDA	40h
31.	Valtermi Santos Rocha	Professor	Efetivo	40h

• RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – ANO: 2024

Nº	NOME	FUNÇÃO	VÍNCULO Efetivo(a) ou Contratado(a)	Carga Horária Semanal
1.	Adriana Castro de Carvalho	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Contratada	40h
2.	Alice Adiele Pires Caires	Profissional de apoio escolar-Monitora	Contratada	20h
3.	Adriana Silva Moreno	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Contratada	20h
4.	Cléa Silva Santos	Profissional de apoio escolar-Monitora	Contratada	20h
5.	Dulcilene Ribeiro da Silva	Profissional de apoio escolar-Monitora	Contratada	20h
6.	Elane Moutinho Silva Carlos	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Efetivo	40h
7.	Eliane dos Santos Batista	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Efetivo	20h
8.	Elza Aparecida Braga	Merendeira Escolar	Efetivo	40h
9.	Gilberto Dutra Silva	Aux. de Serv. Adm. Educacional-Porteiro	Efetivo	40h
10.	Jaqueline Caires de Silva	Profissional de apoio escolar-Monitora	Contratada	20h
11.	Luana Silva Amorim Costa	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Efetivo	40h
12.	Maria Castro de Carvalho	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Contratada	20h
13.	Maria Castro de carvalho	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Contratada	40h
14.	Maria Conceição Novais Aguiar	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Efetivo	40h
15.	Maria do Carmo Novais Braga	Merendeira Escolar	Efetivo	40h
16.	Naelza Pires Ferreira	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Efetivo	40h
17.	Rosenete Souza Soares Carvalho	Secretária Escolar	Efetivo	40h
18.	Sandra Carvalho dos Santos Carneiro	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Efetivo	40h
19.	Selma Silva Carvalho Pires	Aux. de Serv. Adm. Educacional	Efetivo	40h

20.	Weleson Ribeiro Martins	Profissional de apoio escolar-Monitora	Contratado/Reda	40h
-----	-------------------------	--	-----------------	-----

6.5. Formas de atendimento aos estudantes com Deficiência

Inclusão social é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático em que vivemos. Nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecidos por um grupo que é a maioria. E diante dos olhos deles, também somos diferentes.

E é bom lembrar que as diferenças se fazem iguais quando colocadas num grupo que as aceita e considera, pois nos acrescentam valores morais e de respeito ao próximo, com todos tendo os mesmos direitos e recebendo as mesmas oportunidades diante da vida. A escola atende uma demanda de aproximadamente 25 alunos diagnosticados com Relatório Médico, entre crianças e adolescentes, com Autismo, TDAH, quadro de deficiência intelectual, múltipla e física. Para melhor acolher e proporcionar um ambiente inclusivo, a escola conta com uma sala de recursos multinacionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinada a atender as necessidades específicas desses alunos, promovendo a inclusão de forma efetiva.

Alguns desses alunos recebem atendimento psicológico em horário oposto no Núcleo de Psicologia Integrado (NUPi), sendo atendidos individualmente ou em grupos, dependendo da deficiência ou dificuldade. No entanto, infelizmente, pela ausência de recursos e, muitas vezes, pela falta de formação dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, o ensino a esses alunos ainda enfrenta desafios, comprometendo sua capacidade de avançar com qualidade no

processo educativo.

6.6. Secretaria Escolar: Organização e Funcionamento

A escola é uma organização que, como muitas outras, lida com pessoas. Sua peculiaridade está em ser a primeira instituição que os cidadãos, ainda crianças, conhecem depois da família. Mais ainda, uma instituição que, em complemento às famílias, tem a missão de educar. A experiência na escola pode desenvolver ou não os sentimentos de confiança e satisfação de pertencer à sociedade e de exercer a cidadania.

A Secretaria Escolar tem a seu cargo a execução do plano letivo e de funcionamento da atividade escolar, bem como a gestão e atualização do processo administrativo-pedagógico individual dos alunos. Assegura, neste âmbito, o atendimento e o esclarecimento dos alunos em matérias da área administrativo-pedagógica, tais como as relativas a classificações, avaliações, transição de ano curricular e justificação de faltas, entre outras. A Recepção assegura, em geral e em primeira instância, o atendimento e o esclarecimento dos alunos sobre todos os assuntos de carácter administrativo e escolar que lhes digam respeito, ou promove o seu encaminhamento para outros serviços quando a natureza das questões postas, por estar fora do seu âmbito de competências, assim o determine. Organiza e mantém os processos individuais dos alunos.

6.7. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A escola é uma organização que essencialmente lida com pessoas. Sua peculiaridade está em ser a primeira instituição que os cidadãos, ainda crianças, conhecem depois da família. Mais ainda, uma instituição que, em complemento às famílias, tem a missão de educar. A experiência na escola pode desenvolver ou não os sentimentos de confiança e satisfação de pertencer à sociedade e de exercer a cidadania. Escolas funcionam mais ou menos organizadas e capazes de atender às necessidades de suas comunidades interna e externa, dependendo, em boa medida, de seus secretários escolares e auxiliares de secretaria. Como um administrador, o secretário escolar e auxiliares de secretaria deve estar capacitados para:

- Organizar racionalmente o trabalho;

- Aproveitar os talentos e motivações da equipe;
- Simplificar processos e métodos de trabalho;
- Aproximar-se de seu público antecipando as suas necessidades;
- Trabalhar com eficácia, reduzindo os desperdícios;

O Secretário é um dos elementos a quem a Diretoria delega poderes. Sua posição é tão importante que um dos requisitos para a autorização de funcionamento de uma escola é a existência de um secretário credenciado.

6.8. Ambiente Social, Cultural e Físico.

O **Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi** tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Barra da Estiva, administrada pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Legislação em vigor e regidos pelo Regimento Interno Escolar. Sendo que esta tem por finalidade, atender ao disposto nas Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica do Município e na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, ministrar o Ensino Fundamental II — Anos Finais.

A referida Unidade Escolar está localizada no centro da cidade de Barra da Estiva, na Rua Mário Augusto Teixeira de Freitas, nº 76, onde se localizava o antigo **Centro Educacional Cenecista Monsenhor Fernando Santana - CECMFS**, instituição de ensino privado, que era uma escola de grande porte que oferecia o ensino Infantil, fundamental I, II e curso de magistério, formando a sua última turma de professores no ano de 2001. Com a extinção do CECMFS, surgiu em 2002 o Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi, implantado na administração do Sr. Dante Gutemberg Xavier de Castro (ex-prefeito) e administrado pelo Diretor Iran da Silva Almeida na época.

O Colégio Zoppi, funciona em prédio próprio, tendo uma área construída de aproximadamente 3.500m², sendo 13 (Treze) salas de aula, 01 (Um) pátio coberto, 01 (uma) sala para diretoria, 01 (uma) sala para coordenação pedagógica e sala de professores, 01 (uma) sala para secretaria, 01 (uma) sala de computação, 01 (uma) cantina, 04 (quatro) banheiros masculinos e 04 (quatro) banheiros femininos para o uso dos alunos, 01 (um) banheiro para uso dos funcionários, 01 (um) almoxarifado e 01 (uma) quadra poliesportiva em mau estado de conservação e uma despensa para acondicionar os produtos alimentícios.

Atualmente, o Colégio Zoppi é administrado por Leiliane dos Anjos Cordeiro e a vice-diretora Karina Rocha Novaes Santana, atende a crianças e jovens de alguns bairros da cidade, bem como de várias Comunidades Rurais tornando-se, hoje referência para a educação do município.

Com o crescimento populacional, tornou-se uma das maiores escolas do município, atendendo o Ensino Fundamental Anos Finais, modalidade de ensino em 09 (nove) anos e conta com um quadro de profissionais com alto nível de escolaridade e experiência profissional.

A escola recebe alunos de diferentes níveis econômicos, sociais e religiosos, atende a uma clientela formada basicamente por filhos de agricultores, comerciantes e assalariados municipais. A escola tem como tradição comemorar eventos e projetos como o Carnaval, São João, Futzoppi, Dia da Família, Sete de Setembro e Conclusão de Grau do 9º ano. Quanto ao lazer, os alunos não possuem muitas opções, geralmente se divertem nas aulas de Educação Física, no pátio, jogando ping-pong, dama e na quadra da escola.

A escola é de fácil acesso para os estudantes da área urbana, contudo, os alunos da área rural enfrentam problemas em épocas chuvosas uma vez que grande parte deles pertencem a esta área e fazem uso de transporte escolar para chegar a escola. O sistema de comunicação da unidade escolar possui laboratório de informática tendo acesso à internet (devido à falta de manutenção os aparelhos não estão funcionando em sua totalidade). A instituição ainda conta com recursos audiovisuais como data show, aparelhos de DVD, caixa amplificadora, TVs, máquina fotográfica, impressoras multifuncionais, aparelho celular, microfones e copadoras. Conta ainda com o PDDE - Programa Educação Conectada com oferta de internet banda larga para fins pedagógicos, administrativos e educacionais.

6.9. Situação Socioeconômica e Educacional da Comunidade

A escola atende uma clientela de pais e alunos de classes sociais diversificadas, principalmente média-baixa, que, aparentemente vive bem e tem disponibilidade para exercer suas atividades econômicas, porém distante do contexto escolar.

A comunidade escolar reside na área urbana e rural, alguns fazem uso de transporte próprio e a maioria, utiliza transporte público. A Unidade é formada por pessoas que trabalham em áreas diversificadas como, produção agrícola, comércio local, pedreiros, mecânicos, artesãos, professores, atividades domésticas, alguns são autônomos e ainda existem os que sobrevivem com a ajuda de alguns programas do governo.

Impulsionados pela demanda do mercado de trabalho, não só os filhos, como também os pais, estão em busca de um melhor nível de escolaridade, pois, veem esta opção como única saída para garantir uma melhor qualificação profissional e sustento para suas famílias, enquanto isso, outros permanecem estagnados dificultando o acompanhamento do rendimento escolar de seus filhos.

O governo tem incentivado a frequência e a permanência do aluno na escola, através dos Programas da Bolsa Família, isto tem contribuído para que o índice de crianças e jovens fora do ambiente escolar venha diminuindo gradativamente, garantindo assim, a inclusão social dos menos favorecidos, ainda que necessite maior conscientização das famílias referente ao acompanhamento acadêmico dos mesmos.

O estabelecimento escolar oferece uma merenda de ótima qualidade e saudável, uma vez que, possui um cardápio nutritivo com alimentos provenientes da agricultura familiar, como: café, aipim, banana, laranja, maracujá, morango, entre outros, a escola conta ainda com a orientação e supervisão de 02 (dois) nutricionistas que fazem o acompanhamento periódico da merenda.

Apesar de Barra da Estiva ser um município desenvolvido, o Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi, atende uma clientela carente de recursos tecnológicos, pois, a maior parte dos estudantes não possui computadores, livros de pesquisa e materiais didáticos básicos (dicionários, atlas, revistas, jornais, etc.). Além de não ter tais recursos, “o principal” meio de acesso ao conhecimento é a televisão, porém, esse recurso tem sido utilizado de uma forma inadequada, desviando assim, a atenção dos conteúdos educativos para os programas sensacionalistas e de baixo nível.

A Unidade de Ensino conta com o serviço de Psicologia da Secretaria Municipal de Educação. Os psicólogos educacionais desenvolvem seu trabalho em conjunto com os educadores e com o Núcleo de Psicologia Integrada (NUPI) de modo a tornar o processo de aprendizagem mais efetivo e significativo para aqueles alunos com

dificuldades de aprendizagem. A Instituição, conta ainda com parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde SMS, inclusive de Agentes Comunitários de Saúde ACS, que contribui para o bem estar dos educandos, oferecendo palestras sobre diversas temáticas, entre elas: a dengue, sexualidade, drogas, cidadania, meio ambiente e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, entre outras, além disso, pode-se contar com o apoio de outros órgãos municipais como: Secretaria Municipal de Agropecuária, Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, CAPS, CREAS, CRAS, Conselho Tutelar e Equipe do Busca Ativa Escolar — BAE.

Apesar da escola não possuir uma área de lazer adequada, pode-se afirmar que esta tem uma grande preocupação em construir/improvisar um espaço apropriando-o para a realização de atividades recreativas e esportivas.

6.10. Histórico da Escola

No início do ano 2002 circulou na comunidade barrestivense a informação de que a CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade), tradicional instituição de ensino da cidade por várias décadas, criada em 10 de março de 1969, encontrava-se em processo de venda para a iniciativa privada.

Considerando a importância histórica da CNEC, que foi fundada graças ao apoio comunitário, com a participação de líderes católicos, como o Pe. Vergílio Zoppi, Pe. Nercy Antônio Duarte e Irmã Neuza Duarte, viu-se um anseio popular para que a escola não fosse definitivamente vendida à iniciativa privada, sendo este anseio corroborado pelo poder público municipal que, através de impetração de recurso junto ao Poder Judiciário, anulou a venda da escola, que por força de liminar, foi repassada à Prefeitura Municipal de Barra da Estiva em março daquele ano.

Paralelamente a esse acontecimento, a Secretaria Municipal de Educação arquitetava a criação de uma nova escola, que funcionaria nas dependências da antiga Cesta do Povo. Como estas instalações não estavam ainda prontas, essa escola ainda sem nome começou a funcionar no edifício da Escola Estadual Iracy Silva Cangussu, no turno vespertino, sendo convidado a assumir sua organização e direção o Prof. Iran da

Silva Almeida, que prontamente aceitou o desafio. Outro grupo de alunos desta nova escola, pertencente à EJA (Educação de Jovens e Adultos) encontrava-se provisoriamente estudando na Escola Municipal Moisés Franco, no turno noturno.

Com a posse do edifício da antiga CNEC, a Secretaria Municipal de Educação rapidamente decidiu que a escola projetada para a antiga Cesta do Povo migrasse para as instalações da CNEC, oportunizando a oferta de mais turmas, inclusive a continuidade do Curso de Magistério oferecido pela antiga escola.

A essa altura dos acontecimentos, faltava definir um nome para a nova escola, que tivesse relação com todo o contexto histórico sobre o qual era constituída. Assim, em reunião na Secretaria Municipal de Educação, o diretor Iran da Silva Almeida em conjunto com a então secretária municipal de educação, Elzita Dutra Luz, decidiram que a escola chamar-se-ia Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi, em homenagem ao referido sacerdote que no passado havia grandemente contribuído para o fortalecimento educacional da comunidade barrestivense.

Desta forma, por força de Decreto Municipal nº 010/2002, de 15 de março de 2002, publicado pelo então prefeito Dante Gutemberg Xavier de Castro, nascia oficialmente o Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi.

Como o ano letivo de 2002 já havia começado, foi necessário que a direção do Colégio Municipal Pe. Vergílio Zoppi agisse rapidamente a fim de organizar a escola para o seu pleno funcionamento, o que ocorreu em apenas uma semana. Cadeiras, livros, mesas, foram cedidas de outras escolas, assim como também professores e funcionários. Em poucos dias, a escola estava aberta à comunidade, oferecendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio na modalidade Normal (antigo Magistério).

A princípio, poucos foram os alunos e grandes os desafios. Naquele ano de fundação, houve turmas que funcionaram com apenas 06 alunos. Entretanto, não demorou muito para que a escola passasse a ser referência na oferta de educação de qualidade, havendo crescimento exponencial em todos os níveis de ensino e séries.

Assim, se em 2002 o Colégio Municipal Pe. Vergílio Zoppi começou com pouco mais de 220 alunos, em 2004, último ano da gestão do Prof. Iran da Silva Almeida, a escola já contava com mais de 1.400 alunos e mais de 60 funcionários, dos quais mais de 30

eram componentes do quadro docente.

Com a saída do Prof. Iran da Silva Almeida, a prefeita Ana Lúcia Aguiar Viana, com a Portaria nº 012/2005, de 26 de abril de 2005, nomeou a Prof^a. Madalena Netto de Paula, para ocupar o cargo de diretora do colégio, que exerceu o cargo por apenas 1 (um) ano.

Diante disso, com o seu bom funcionamento, vem gozando de boa reputação perante a comunidade e, nos últimos anos, vem crescendo em qualidade de ensino e quantidade de alunos. A prefeita Ana Lúcia Aguiar Viana, nomeou para diretor, através da Portaria nº 005/2006, de 05 de abril de 2006 o professor Carlos André de Oliveira Almeida, as professoras Maria da Glória Rocha Silva Araújo (Turno Matutino), Neida de Fátima Vieira Wobeto (Turno Vespertino) e Delcina Hermelina dos Santos Caires (Turno Noturno) para assumir a vice-direção da Instituição.

Para garantir uma gestão democrática e participativa, assegurados pela Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual de 1989 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB nº 9.394/96, e em consonância com a Lei Municipal 010/2011, a prefeita de Barra da Estiva, Estado da Bahia, Ana Lúcia Aguiar Viana, no uso de suas atribuições legais fez saber e sancionou o que a Câmara Municipal de Vereadores de Barra da Estiva, aprovou na Sessão Ordinária do dia 17/06/2011, em seu capítulo III, ART. 6º que dá autonomia administrativa às unidades escolares e garante a escolha dos seus gestores por meio de eleição direta pela comunidade escolar. Então no Colégio Municipal Pe. Vergílio Zoppi essa eleição ocorreu através da Complementar que foi realizada em junho de 2012, sendo eleitos Carlos André Oliveira Almeida (Diretor) e Telma Silva Barbosa Alves (Vice-diretora), que passaram a assumir o cargo no dia 03 de julho de 2012 para o mandato de 2012 a 2016, com as Portarias nº 013 e 014, de 03 de julho de 2012 respectivamente. Foram reeleitos para o mandato de 2016 à 2019 com acréscimo de mais um vice-diretor Maciel Correia Caires, sendo ele desvinculado da Unidade Escolar, no início do ano de 2018, pela SEMEC através da Portaria nº 000 de 00 de janeiro de 2018.

No final do ano letivo de 2019 com nova eleição de diretor, Carlos André Oliveira Almeida (Diretor) e Telma Silva Barbosa Alves (Vice-diretora) foram reeleitos para o mandato de 2020 à 2023 com as Portarias nº 17 e 18 de dezembro de 2019 respectivamente.

Em 2023, o diretor de longa data, Carlos André de Oliveira Almeida, surpreendeu a comunidade escolar ao anunciar sua retirada do cargo que ocupou por impressionantes 18 anos no Colégio Zoppi. Este anúncio marcou o fim de uma era e abriu espaço para uma nova liderança. Neste mesmo ano, a Coordenadora pedagógica Leiliane dos Anjos Cordeiro e a Professora Karina Novaes Santana, motivadas pelo desejo de contribuir com a evolução da Instituição, decidiram candidatar-se aos cargos de Diretora e Vice, respectivamente. Hoje, assumem com dedicação e visão as rédeas da escola, trazendo consigo um desejo de Gestão inovadora, participativa e democrática.

E com base na fala de (Paulo Freire) *“NÃO SE PODE FALAR EM EDUCAÇÃO SEM AMOR”*, a dupla gestora assumiu a direção do Colégio Municipal Pe. Vergílio Zoppi para o quadriênio de 2024 a 2027.

A dupla gestora, coordenadora pedagógica, professores e demais servidores vem trabalhando em parceria com a Comunidade escolar na atuação e participação dos conselhos, ações e projetos que são promovidos pela Instituição. Para tanto, a escola procura estabelecer vínculos com egressos, buscando parcerias e integração nas atividades, com a Prefeitura Municipal de Barra da Estiva, Secretaria Municipal da Educação, dentre outras.

6.11. DIAGNÓSTICO

6.11.1. Aspectos Físicos

O Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi está localizado na Rua Mário Augusto Teixeira de Freitas, nº 76, Centro de Barra da Estiva-BA, CNPJ: 05473781/0001-5 CÓDIGO INEP: 29426570, e-mail: colegiozoppi@hotmail.com. É uma escola pública da Rede Municipal de Ensino, tendo como entidade Mantenedora a Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA e conta atualmente com uma modalidade de ensino: Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), distribuído em dois turnos: matutino e vespertino, com um total de 510 (quinhentos e dez) alunos.

No que se refere aos Recursos Humanos, a escola possui atualmente 59 (cinquenta e

nove) funcionários, dentre eles 01 (uma) Diretora, 01 (uma) Vice-Diretora, 01 (uma) Coordenadora Pedagógica, 02 (duas) Secretárias, 10 (dez) Auxiliares de Serviços Administrativos Educacionais, 02 (dois) Auxiliares de Vigilância Escolar, (02) Porteiro, (02) merendeiras, 01 (um) Aux. de Secretaria, 33 (trinta e três) professores, 01 (um) inspetor e 05 (cinco) monitores.

Na área física dispõe de quatorze salas de aula, Coordenação Pedagógica, Secretaria, Direção, Cantina, quadra de esportes, a Instituição é cercado com muros e possui pátio coberto.

6.11.2. Ambiente Escolar

O **Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi** vem ao longo do tempo buscando aprimorar a sua prática pedagógica enquanto instituição responsável pela formação de indivíduos capazes de exercer plenamente a sua cidadania. Para que isso ocorra, vem promovendo ações e fazendo intervenções que possibilitem uma transposição das barreiras que levam toda comunidade escolar a uma plena ação democrática e participativa. A escola procura envolver toda a sua comunidade num processo educativo, de modo que venha valorizar, entre outros aspectos, as relações interpessoais, necessárias para que o indivíduo desenvolva habilidades de convivência tanto no âmbito escolar quanto no meio social em que vive. A escola está consciente da importância de seu papel para a formação integral do ser, em todos os aspectos, inclusive para as exigências do mercado de trabalho.

O Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi, busca sempre trabalhar de maneira democrática e participativa, em que todos os envolvidos façam parte do ambiente escolar, não havendo distinção entre os mesmos dentro de seus parâmetros, considerando-se todos importantes educadores na missão de contribuir para a formação de uma sociedade justa, digna e interativa. Desta forma a unidade escolar pode ser considerada um ambiente de trabalho prazeroso, mas isso não é o suficiente para que ela cumpra seu papel perante a sociedade. É necessário que essas relações interpessoais se tornem mais fortalecidas e que todos se encontrem engajados na busca de um trabalho coletivo e espontâneo, que favoreça a todos com resultados positivos, diante de uma sociedade com necessidades diversas e que está em

constantes transformações.

Nos dias atuais está cada vez mais difícil a relação entre o ser humano, mas se todos da unidade escolar caminham em uma única direção, que é a do crescimento e a da democracia, cria-se um ambiente favorável, onde prevalece a união, a humildade, a responsabilidade e o comprometimento. Entendemos que essa é a melhor maneira de se alcançar o sucesso. Sendo uma unidade escolar bem-conceituada, que busca atender às especificidades de cada um, há uma preocupação muito grande por todos da mesma, em se tratando da indisciplina de alguns alunos, pois seu público alvo são crianças e adolescentes, o que requer cuidados e atenção. Diante das exigências do mundo globalizado, não basta apenas qualificar os professores e sim todos da unidade escolar, em busca de um tratamento adequado para os discentes, pois só assim terão grandes chances de se tornarem alunos críticos, questionadores, reflexivos e capazes de exercer sua cidadania onde quer que esteja.

6.11.3. O DIAGNÓSTICO ATUAL DA INSTITUIÇÃO

O diálogo e a escuta sensível fazem parte do processo de reelaboração do PPP. Em momento de reunião com toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, dupla gestora, coordenadora pedagógica, Comitê Escolar e demais funcionários da escola) foram observadas as FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS e AMEAÇAS que estão presentes no COLÉGIO ZOPPI, as quais seguem pontuadas abaixo:

A) FORÇAS

- Boa imagem da escola junto aos alunos, pais e comunidade;
- Bom sistema de informações gerenciais e transparência;
- Escola acolhedora que respeita e apoia os estudantes e a família;
- Liderança forte, presente e atuante;
- Cultura de planejamento;
- Recomposição da aprendizagem
- Qualidade de ensino, profissionalismo, receptividade e valorização humana;
- As decisões são tomadas coletivamente;
- A escola utiliza com responsabilidade a autonomia outorgada pela legislação;
- O diretor é encontrado com frequência na escola e tem ciência do que

se passa na Unidade Escolar;

- A escola faz bom uso e gerenciamento do recurso financeiro recebido, conforme define a Lei;
- Faz-se cumprir as normas disciplinares conforme determinado pelo conselho escolar;
- Escola limpa acolhedora, com qualidade na educação e transparente nas informações;
- A merenda escolar é de qualidade e suficiente para os estudantes;
- A equipe escolar realiza reuniões pedagógicas frequentemente para discutir a situação da escola e dos estudantes.

B) OPORTUNIDADES

- Possibilidade de Formação Continuada /Reciclagem para os profissionais da educação e professores, oferecida pela SEMEC ou outras instituições;
- Maior recursos financeiros do PDDE e/ou de programas estaduais e/ou federais para desenvolver projetos na escola;
- Maior interesse em participação na OBMEP, OBA e outras Olimpíadas ou projetos ofertados pela SEMEC;;
- Interesse em participação em feiras, exposições, eventos e conferências;
- Participação em intercolegiais, amistosos e apresentações em outras instituições,
- Facilidade de acesso às novas tecnologias;
- Maior diálogo entre a comunidade escolar;
- Roda de conversa e oficinas envolvendo a Família e a Escola;
- Famílias estruturadas e atuantes na vida escolar dos estudantes;
- Reforma geral na Instituição Escolar;
- Maior preocupação dos pais e da comunidade com a qualidade dos estudantes.

C) FRAQUEZAS

- Desmotivação e desinteresse por parte dos alunos;
- Desmotivação de alguns professores;
- Falta pontualidade nas reuniões de pais e mestres;
- Falta de Profissional para atendimento na Proinfo e controle dos livros de leitura;
- Sistema de Avaliação deficiente;
- Falta de espaço / ateliê para confecção e exposição de artes produzidas pelos estudantes;

- Inexistência de um Programa de Formação Continuada para os profissionais da escola;
- Falta de organização na distribuição da merenda escolar;
- Inexistência de um Sistema de Avaliação da Equipe Escolar;
- Ausência de uma biblioteca na escola. Proinfo desativada;

D) AMEAÇAS

- Drogas lícitas e ilícitas e más companhias dos estudantes no entorno da instituição;
- Falta de segurança no entorno da escola (policiamento);
- Trânsito intenso no perímetro da escola em horários de pico (entrada e saída de estudantes);
- Poluição sonora por parte de veículos de publicidade;
- Baixo nível de preparação dos alunos que ingressam na escola;
- Falta de monitores no transporte escolar;
- Falta de manutenção regular no transporte Escolar;
- Ausência da família no acompanhamento escolar;
- Famílias desestruturadas emocionalmente;
- Excesso de projetos implantados pelas Secretarias de Educação.

É importante salientar que em relação às FORÇAS e FRAQUEZAS citadas, nem todos os pontos foram unânimes aos que participaram da reunião, mas por se tratar de um documento participativo e democrático todas as opiniões foram ouvidas e registradas. Com base nesse registro, a escola pode tomar medidas para desenvolver ainda mais o que nela há considerado bom (FORÇAS E OPORTUNIDADES), bem como procurar meios de agir para amenizar as FRAQUEZAS e AMEAÇAS que permeiam o ambiente escolar. Com base nos pontos que foram levantados por toda a comunidade escolar, o plano de ação do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi foi construído.

6.11.4. Recursos Humanos do Ano Letivo de 2024.

☐ Pessoal atuante de acordo com a formação

CARGO / FUNÇÃO	QUANTI-DADE	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO			ENSINO SUPERIOR			PÓS-GRADUAÇÃO	
		Completo	Incompleto	Habilitação Magistério		Outra Habilitação	Com Licenciatura		Sem Licenciatura	Completa	Incompleta
				Completa	Incompleta		Completa			
Diretora	01	01	01
Vice-diretora	01	01	01
Coordenadora Pedagógica	01	01	01
Secretária Escolar	02	01 completo	01	01
Assistente Administrativo	01	01	01
Aux. de Serv. Administrativo Educacional	11	02	01	0 completo	01
Merendeira Escolar	02	02
Aux. de Vigilância Escolar	01	01	01	01
Docentes do E.F. Anos Finais de 6º ao 9º ano	29	29	27

6.11.5. Modalidades de Ensino dos Anos Letivos de 2022 a 2024.

• MODALIDADES DE ENSINO DO ANO DE 2022:

SÉRIE / ANO	ANO: 2022					
	MATUTINO		VESPERTINO		TOTAL	
	TURMAS	ALUNOS	TURMAS	ALUNOS	TURMAS	ALUNOS
6º ANO	02	60	02	65	04	125
7º ANO	04	106	02	53	06	159
8º ANO	04	116	02	56	06	172
9º ANO	03	71	02	50	05	121
TOTAL	13	353	08	224	21	577

• MODALIDADES DE ENSINO DO ANO DE 2023:

SÉRIE / ANO	ANO: 2023					
	MATUTINO		VESPERTINO		TOTAL	
	TURMAS	ALUNOS	TURMAS	ALUNOS	TURMAS	ALUNOS
6º ANO	03	77	02	58	05	135
7º ANO	02	63	03	63	05	126
8º ANO	04	105	02	44	06	149
9º ANO	04	91	02	49	06	140
TOTAL	13	336	09	214	22	550

• MODALIDADES DE ENSINO DO ANO DE 2024:

SÉRIE / ANO	ANO: 2024					
	MATUTINO		VESPERTINO		TOTAL	
	TURMAS	ALUNOS	TURMAS	ALUNOS	TURMAS	ALUNOS
6º ANO	03	66	02	43	05	109
7º ANO	03	76	03	58	06	134
8º ANO	03	68	02	55	05	123
9º ANO	04	94	02	50	06	144
TOTAL	13	304	09	206	22	510

6.11.6. Cálculo Anual dos Índices da Escola

• TAXAS DE MATRÍCULA

ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
6º	259	244	213	150	103	178	150	125	135	109
7º	225	237	229	216	72	127	179	159	126	134
8º	207	192	236	212	218	99	126	172	149	123
9º	206	168	173	215	158	178	103	121	140	144
EJA	157	164	206	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	1.054	1.005	1.057	793	551	582	558	577	550	510

6.11.7. IDEB – Índice da Educação Básica do Ensino Fundamental – Anos Finais de Barra da Estiva

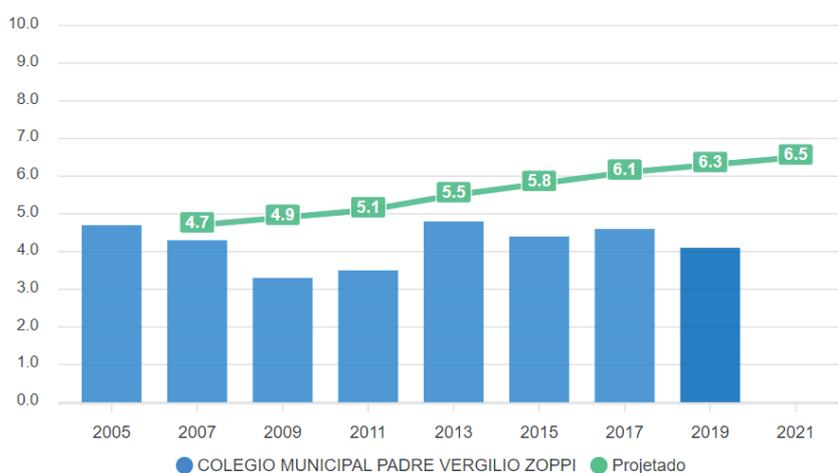
Evolução do IDEB



Fonte: IDEB 2021, INEP.

IDEB – Índice da Educação Básica do Ensino Fundamental – Anos Finais do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi

Evolução do IDEB



Fonte: IDEB 2021, INEP.

6.2. CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é o órgão maior poder para a tomada de decisões realizadas na escola e é formado por representantes de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar (Estudantes, Responsáveis pelos/as estudantes, Professores e funcionários).

O Conselho Escolar do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi tem suas ações respaldadas através da Lei Municipal Nº 010/2011, que dispõe sobre a regulamentação da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Barra da Estiva, Estado da Bahia e que normatiza o funcionamento, o caráter e a quantidade de membros (6 e, no máximo, 14) do Conselho Escolar.

Dentre as atribuições do Conselho, estão as seguintes:

- I** – elaborar e/ou reformular o regimento do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário de acordo com as normas da legislação vigente; seu regimento;
- II** – organizar, modificar e aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da unidade de ensino, sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à manutenção e à conservação da escola, com base em seu PPP;
- III** – criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do projeto político administrativo financeiro e pedagógico da unidade de ensino;
- IV** – divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, qualidade dos serviços prestados e resultados obtidos;
- V** – coordenar o processo de discussão para encaminhamento de propostas, elaboração ou alteração do regimento escolar;
- VI** – convocar a assembleia geral escolar dos segmentos;
- VII** – propor e coordenar a discussão junto aos segmentos da comunidade escolar evotar alterações no currículo escolar, no que for atribuição da unidade, respeitada a legislação vigente;
- VIII** — propor e coordenar a discussão junto aos segmentos e votar as alterações

metodológicas, didática e administrativa da unidade de ensino respeitada a legislação vigente.

IX – estruturar o calendário escolar de acordo com os horários, no que competir à unidade de ensino, observada a legislação vigente;

X – fiscalizar a gestão da unidade de ensino;

XI – elaborar, aprovar, acompanhar e avaliar o projeto político pedagógico administrativo da Instituição Escolar;

XII - Zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base na Lei n.8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

PARÁGRAFO ÚNICO — Na definição das questões pedagógicas, deverão ser resguardados os princípios constitucionais, as normas e as diretrizes do Conselho Municipal de Educação de Barra da Estiva.

³ **Lei Municipal Nº 010/2011, Barra da Estiva, BA. Disponível em:**
file:///C:/Users/SIMARA/Downloads/Lei%20municipal%20n%2010-
2011%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20gest%C3%A3o%20demo
cratica.pdf

As eleições para o Conselho Escolar do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi foi referente ao **triênio de 08/11/2022 a 08/11/2025** e os conselheiros tomaram **posse em 09 de novembro de 2022**, elegendo os representantes de cada segmento.

Com a nova eleição para escolha do diretor e vice-diretor, fez-se necessário a alteração de alguns membros da caixa escolar conforme descrito abaixo.

Leiliane dos Anjos Cordeiro

(PRESIDENTE – Diretoria e Conselho Deliberativo)

(Membro nato – Diretor Escolar)

Elane Moutinho Silva Carlos

(SECRETÁRIA – Diretoria e Conselho Deliberativo)

(Representante de Pais/Responsável de alunos)

Liliane Pires Ferreira dos Santos

(TESOUREIRA - Diretoria)

(Representante de Professor ou Professor/Suporte Pedagógico)

Marquilene da Silva Mineiro

(CONSELHO DELIBERATIVO)

(Representante de Pais / Responsável de Alunos)

Adriana Castro de Carvalho
(CONSELHO DELIBERATIVO)
(Representante de Pais / Responsável de Alunos)

Cleide Cordeiro Santos
(CONSELHO DELIBERATIVO)
(Representante de Professor ou Professor/Suporte Pedagógico)

Erneval Rodolfo da Silva
(TITULAR/ CONSELHO FISCAL)
(Representante de Professor ou Professor/Suporte Pedagógico)

Sandra Carvalho dos Santos Carneiro
(TITULAR/ CONSELHO FISCAL)
(Representante de Pais / Responsável de Alunos)

Maria Conceição Novais Aguiar
(TITULAR/ CONSELHO FISCAL)
(Representante do Pessoal de Apoio e Administrativo)

Maria do Alívio Dias Lima Vieira
(SUPLENTE/ Conselho Fiscal)
(Representante de Professor ou Professor/Suporte Pedagógico)

Eliane Aguiar Caires
(SUPLENTE/ CONSELHO FISCAL)
(Representante de Pais / Responsável de Alunos)

Telma Silva Barbosa
(SUPLENTE/ CONSELHO FISCAL)
(Representante de Professor ou Professor/Suporte Pedagógico)

6.3. OS PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR

O professor é um profissional que auxilia no processo de construção de conhecimentos, nesse sentido se faz necessário que o mesmo acompanhe os avanços e as mudanças educacionais, estar sempre se atualizando, além de possuir habilidades para ensinar utilizando diversas metodologias.

Levando em consideração a realidade da comunidade escolar, é de suma importância que o professor seja criterioso no planejamento, bem como no processo avaliativo, buscando organizar a estrutura de ensino que atenda as individualidades/particularidades de seus alunos, visando melhores resultados. O mesmo precisa ter uma visão ampla, na qual busque realizar trabalho dinâmico com aulas prazerosas e atrativas, possibilitando ofertar um ensino com excelência e qualidade.

Cabe ressaltar que o educador precisa manter uma boa relação com os familiares, estabelecendo uma comunicação construtiva visando criar estratégias que favoreçam o ensino aprendizagem, através de ações que promovam uma participação e um maior envolvimento dos mesmos no processo educativo.

A relação do profissional com a instituição precisa ser construída por meio do diálogo, confiança, respeito, dedicação e conhecimento sobre os pontos relevantes nos quais favoreça um trabalho contínuo e colaborativo de forma comprometida com a cultura escolar.

6.4. OS PERFIS ESPERADOS DO ALUNO

Nos dias atuais espera-se que os nossos alunos sejam críticos, sendo capazes de mobilizar seu desejo em conhecer mais sobre cada conteúdo ou tema, fazendo as conexões do conhecimento com a prática, tornando a aprendizagem mais significativa e que ele possa colaborar para a boa convivência entre todos no ambiente escolar. Seus gestos, sua linguagem e suas ações devem ser respeitadas para promover o bom andamento de todas as atividades pedagógicas. Estando atualizados, tendo as tecnologias, que já fazem parte da rotina e lazer do estudante, cada vez mais integradas às práticas de aprendizagem.

Esperamos, ainda, que o nosso aluno seja cada vez mais autônomo, proativo, protagonista de sua aprendizagem. É aqui que se destaca a importância de desenvolver o pensamento e raciocínio tecnológico, bem como as relações socioemocionais e interativas.

7. MARCO CONCEITUAL

7.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O projeto tem a escola como uma das instituições responsáveis pelo **desenvolvimento global do cidadão**, então deve propiciar oportunidades ao educando para adquirir competências e habilidades na condução e construção do próprio saber e assim, enfrentar os desafios e buscar soluções. A escola tem um papel bem mais amplo do que passar conteúdos, e para isso precisa modificar a prática, quando fragmentada e individualista. Pois a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional — LDB nº 9394/96, no seu Artigo 2º aborda que:

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Todo preparo para a cidadania requer um trabalho que permita além do aprender a conhecer, sendo assim faz-se necessário centrar-se também no aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver como sugere Jacques Delors nos quatro pilares da educação, no seu relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

Para isso, Gardner vem alargando a visão do cérebro humano defendendo a ideia de que não existe apenas uma inteligência, ou melhor, não existe homem completo ou nulo de inteligência. Demonstra a existência de várias inteligências: espacial, musical, naturalista, entre outras, todos tem alguma ou várias, sendo que ocorrem em condições e necessidades diferentes para o desenvolvimento de qualquer uma. Porém a escola veio se apresentando, como instrumento que valoriza e se organiza, prioritariamente, em prol de duas inteligências: linguística ou verbal e lógico-matemática, devido à influência de cultura educacional mais ampla e determinante.

Tratando-se de visão de sujeito tanto para Piaget quanto para Vygotsk, **o homem é um ser individual, dotado de estrutura cognitiva que possibilita sua interação com o meio para a produção do saber.** Porém O Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi prioriza a pedagogia progressista, a teoria crítica, inclusive quando **Lev S. Vygotsky** mostra que o papel da escola é possibilitar que o desenvolvimento cognitivo ocorra a partir da experiência, na relação do homem com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente. Tem a concepção de que a construção do conhecimento é um processo sócio-histórico que ocorre através da **mediação**.

Enfatiza, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, a prática contextualizada, o conhecimento prévio, a diversidade, a singularidade e a interação em prol de um trabalho qualificado, e acima de tudo, possibilita a aprendizagem significativa para o desenvolvimento do aluno.

A inclusão escolar é um conceito que está relacionado com o acesso e permanência dos cidadãos nas escolas. O principal objetivo é tornar a educação mais inclusiva e acessível a todos, respeitando suas diferenças, particularidades e especificidades. Seja deficiências físicas ou motoras, altas habilidades, déficits cognitivos, autismos e outras condições sociais, emocionais e psíquicas devem ser levadas em consideração. Essas condições particulares, que influenciam na forma como os alunos podem ser educados, são chamadas de "necessidades educacionais especiais" (NEE).

A Constituição brasileira propõe a obrigatoriedade do Estado sobre a educação. Seja etnia, raça, credo, gênero, condição social ou quaisquer outras formas de discriminação. Muitos são os desafios da inclusão escolar. Dessa forma, algumas ferramentas são criadas para superar o desafio de educar a todos de forma integral e efetiva e reduzir o número de excluídos e marginalizados pelos sistemas educativos.

Com isso, não se deve criar espaços completamente separados que possam servir como forma de segregação e exclusão dos portadores de necessidades especiais. Para a pedagoga Maria Teresa Mantoan, incluir é dividir o espaço, é conviver.

Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro. (Maria Teresa Mantoan). Sendo assim, todos os alunos participam de todas as atividades, recebendo, quando necessária, uma atenção voltada para suas questões. Deste modo, a Inclusão Escolar torna-se um desafio para além da

universalidade do acesso. Torna-se uma tarefa de integrar e criar condições para a permanência de todos dentro do sistema educacional e a promoção de seu desenvolvimento e aprendizagem.

Para Mantoan (2016, p. 46) a educação inclusiva “consiste em uma ação pedagógica cujo objetivo não é curar deficiências fisiológicas, mas em desenvolver ao máximo as potencialidades especificamente humanas, muitas ou poucas, que um determinado sujeito possui”. Assim, deve ser dada atenção especial àquelas pessoas que possuem atitudes e aptidões superiores e são capazes de se destacar em uma ou mais áreas do desenvolvimento humano.

A complexidade dos fatores de inclusão escolar faz com que todas as perspectivas sejam analisadas e os modos para superar esses desafios com a democratização dos direitos e a justiça social.

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural. Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Baseia em pressupostos de teorias pedagógicas realizáveis que buscam enfatizar uma educação pautada na **transformação e libertação** como afirma Paulo Freire:

“A humanização do homem que é a sua libertação permanente, não se opera no interior da sua consciência, mas na história que eles devem fazer e refazer constantemente”.

Os objetivos apresentam as intenções educativas, estabelecem o que o aluno poderá desenvolver como resultado de ações intencionais do educador. Tanto os objetivos como a organização, seleção e integração dos conteúdos tendem a vivenciar a realidade local em busca do global, as necessidades consideradas básicas e urgentes respaldados na LDB e nos PCNs.

As Diretrizes de avaliação do processo ensino aprendizagem admite que a avaliação deve ser formativa ultrapassando os limites quantitativos e norteada pelas seguintes bases: **Diagnóstica, Processual / Contínua, Cumulativa e Participativa / Emancipatória**. Uma vez que Cipriano Luckesi concorda com a avaliação voltada para

o olhar diagnóstico, favorável a inclusão ao possibilitar orientação e reorientação. O professor neste momento torna-se o avaliador, uma espécie de examinador, não permitindo que a avaliação funcione como elemento classificatório e excludente. Assim afirma que:

“A nota é um recurso de registro da aprendizagem dos educandos; porém, a avaliação é o recurso subsidiário da aprendizagem e da construção do conhecimento por parte dele. Portanto, nota e avaliação estão relacionadas, mas são coisas bem diferentes”.

A recuperação paralela deve ser vista como ação realizada no âmbito dos componentes curriculares resultante do acompanhamento pedagógico. Este acompanhamento deve ser desenvolvido de forma sistematizada, sob a orientação do Coordenador, em conjunto com os docentes, com objetivo de estabelecer uma rotina de trabalho ao longo do período letivo, e de identificar as possíveis causas do baixo rendimento escolar do aluno e intervir, o quanto antes, na ação pedagógica dos professores quanto ao direcionamento metodológico dos conteúdos ministrados.

A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no art. 24, inciso V, alínea “e”, mostra os critérios de verificação do rendimento escolar e assegura: “obrigatoriedade de estudos de recuperação”. Nesse sentido, a recuperação paralela não deve ser vista como uma ação reparadora das dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, pois ela não é a medida mais adequada para tratar os casos de baixo rendimento escolar. Para esses casos, é necessário um estudo mais detalhado que não se resume ao relatório de lançamento de notas, mas envolve atendimento individualizado, e em alguns casos, é preciso entrar em parceria com a família do aluno.

A recuperação paralela deverá desenvolver-se de modo contínuo e paralelo ao longo do processo pedagógico, tendo por finalidade corrigir as deficiências do processo de ensino e aprendizagem detectada ao longo do período letivo. Desta forma, existem caminhos de se identificar quem é(são) este(s) alunos(s):

- I. O professor poderá identificar alunos com dificuldades de compreensão e/ou aprendizagem ao longo do desenvolvimento de sua disciplina.
- II. A equipe pedagógica poderá identificar os alunos com dificuldades de compreensão e/ou aprendizagem quando faz o acompanhamento das turmas, conversa sobre o

desenvolvimento das aulas, sobre as metodologias dos professores, sobre como eles, alunos, estão aprendendo e compreendendo os conteúdos.

III. O próprio aluno poderá informar ao professor ou à equipe pedagógica sobre suas dificuldades.

O importante, na verdade, é identificar o(s) aluno(s) que necessita(m) de acompanhamento para que a equipe pedagógica seja acionada e inicie o atendimento necessário.

Da Recuperação Final. De acordo com a lei os incisos IV e IX do art. 3º, a escola deve ter uma tolerância conjunta com os educadores com aqueles alunos que algum momento do processo de ensino aprendizagem não obtiveram notas suficiente e tiveram algum tipo de dificuldade de aprendizado. Tem que se levar em consideração de que os alunos são seres humanos e de repente em algum momento da fase de ensino aprendizagem, eles não se adaptaram com a forma de ensino, sendo assim o professor devera em conjunto com a escola desenvolver algum método para acolher estes alunos com problemas e uma atividade final para que o mesmo consiga atingir a aprendizagem significativa.

Este conjunto de fatores se integra e se articulam durante a prática dos docentes e discentes num processo de interação, influenciando-se mutuamente e determinando quase sempre o fracasso ou êxito de ambos em suas atividades na escola (Mello, 1983; Vygotsky, 1989). A lei corrobora esta conclusão quando, por um lado, em decorrência dos fatores extraescolares, determina a adequação do ensino às “condições do educando” (inciso VI do art. 4º), mas, por outro, considera a possibilidade de que fatores intraescolares possam ser responsáveis pelo fracasso dos alunos.

A busca da recuperação paralela se constitui em instrumento muito útil nesse processo (art. 24, inciso V, alínea "e"). Aos alunos que, a despeito dos estudos paralelos de recuperação, ainda permanecem com dificuldades, a escola poderá voltar a oferecê-los depois de concluído o ano ou o período letivo regular, por atores e instrumentos previstos na proposta pedagógica e no regimento escolar. Quando se trata de conteúdo, é sabido que os atos de aprender e ensinar implicam conteúdos formalizados em processos pedagógico-didáticos e que o processo de avaliação e reavaliação dos estudos de recuperação serve a uma totalidade, isto é, ao pleno desenvolvimento dos estudantes

tidos como, temporalmente, “de baixo rendimento”. Efetivamente, a atitude de recuperação visa à superação dessa condição verificada pelos professores e gestores da unidade escolar.

Uma escola precisa na sua totalidade de um rumo, sendo assim, é de fundamental importância à valorização das teorias como subsídios ao fazer educativo. Teoria e prática são termos diferentes na sua significação, porém existe entre elas uma complementação. Na área educacional não é permitido o “achismo”, mas o reflexivo fundamentado constantemente na/para sua dimensão que proporcione uma educação alicerçada e possibilitadora do atendimento as demandas do homem e da sociedade.

7.2. Concepções teóricas que sustentam a prática pedagógica

O Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi tem em seu projeto educacional o **desenvolvimento global do cidadão**, devendo propiciar oportunidades ao educando para adquirir competências e habilidades na condução e construção do próprio saber e assim, enfrentar os desafios e buscar soluções. A escola tem um papel bem mais amplo do que passar conteúdos, e para isso precisa modificar a prática, quando fragmentada e individualista. Pois a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional — LDB nº 9394/96, no seu Artigo 2º aborda que:

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Todo preparo para a cidadania requer um trabalho que permita além do aprender a conhecer, sendo assim faz-se necessário centrar-se também no aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver como sugere Jacques Delors nos quatro pilares da educação, no seu relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

Para isso, Gardner vem alargando a visão do cérebro humano defendendo a ideia de que não existe apenas uma inteligência, ou melhor, não existe homem completo ou nulo de inteligência. Demonstra a existência de várias inteligências: espacial, musical, naturalista, entre outras, todos tem alguma ou várias, sendo que ocorrem em condições

e necessidades diferentes para o desenvolvimento de qualquer uma. Porém a escola veio se apresentando, como instrumento que valoriza e se organiza, prioritariamente, em prol de duas inteligências: linguística ou verbal e lógico-matemática, devido à influência de cultura educacional mais ampla e determinante.

Tratando-se de visão de sujeito tanto para Piaget quanto para Vygotsk, **o homem é um ser individual, dotado de estrutura cognitiva que possibilita sua interação com o meio para a produção do saber.** Porém O Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi prioriza a pedagogia progressista, a teoria crítica, inclusive quando **Lev S. Vygotsky** mostra que o papel da escola é possibilitar que o desenvolvimento cognitivo ocorra a partir da experiência, na relação do homem com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente. Tem a concepção de que a construção do conhecimento é um processo sócio-histórico que ocorre através da **mediação**.

Enfatiza, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, a prática contextualizada, o conhecimento prévio, a diversidade, a singularidade e a interação em prol de um trabalho qualificado, e acima de tudo, possibilita a aprendizagem significativa para o desenvolvimento do aluno.

A inclusão escolar é um conceito que está relacionado com o acesso e permanência dos cidadãos nas escolas. O principal objetivo é tornar a educação mais inclusiva e acessível a todos, respeitando suas diferenças, particularidades e especificidades. Seja deficiências físicas ou motoras, altas habilidades, déficits cognitivos, autismos e outras condições sociais, emocionais e psíquicas devem ser levadas em consideração. Essas condições particulares, que influenciam na forma como os alunos podem ser educados, são chamadas de "necessidades educacionais especiais" (NEE).

A Constituição brasileira propõe a obrigatoriedade do Estado sobre a educação. Seja etnia, raça, credo, gênero, condição social ou quaisquer outras formas de discriminação. Muitos são os desafios da inclusão escolar. Dessa forma, algumas ferramentas são criadas para superar o desafio de educar a todos de forma integral e efetiva e reduzir o número de excluídos e marginalizados pelos sistemas educativos.

Com isso, não se deve criar espaços completamente separados que possam servir como forma de segregação e exclusão dos portadores de necessidades especiais. Para a pedagoga Maria Teresa Mantoan, incluir é dividir o espaço, é conviver.

Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro. (Maria Teresa Mantoan). Sendo assim, todos os alunos participam de todas as atividades, recebendo, quando necessária, uma atenção voltada para suas questões. Deste modo, a Inclusão Escolar torna-se um desafio para além da universalidade do acesso. Torna-se uma tarefa de integrar e criar condições para a permanência de todos dentro do sistema educacional e a promoção de seu desenvolvimento e aprendizagem.

Para Mantoan (2016, p. 46) a educação inclusiva “consiste em uma ação pedagógica cujo objetivo não é curar deficiências fisiológicas, mas em desenvolver ao máximo as potencialidades especificamente humanas, muitas ou poucas, que um determinado sujeito possui”. Assim, deve ser dada atenção especial àquelas pessoas que possuem atitudes e aptidões superiores e são capazes de se destacar em uma ou mais áreas do desenvolvimento humano.

A complexidade dos fatores de inclusão escolar faz com que todas as perspectivas sejam analisadas e os modos para superar esses desafios com a democratização dos direitos e a justiça social.

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural. Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Baseia em pressupostos de teorias pedagógicas realizáveis que buscam enfatizar uma educação pautada na **transformação e libertação** como afirma Paulo Freire:

“A humanização do homem que é a sua libertação permanente, não se opera no interior da sua consciência, mas na história que eles devem fazer e refazer constantemente”.

Os objetivos apresentam as intenções educativas, estabelecem o que o aluno poderá desenvolver como resultado de ações intencionais do educador. Tanto os objetivos como a organização, seleção e integração dos conteúdos tendem a vivenciar a realidade local em busca do global, as necessidades consideradas básicas e urgentes respaldados na LDB e nos PCNs.

O trabalho docente do Centro Educacional Padre Vergílio Zoppi concebe o aluno como

ser educável, sujeito ativo do próprio conhecimento, mas também como ser social, historicamente determinado, indivíduo concreto, inserido no movimento coletivo de emancipação humana. É preciso que o professor aprenda a abarcar todos os aspectos, ligações e mediações inerentes à ação pedagógica, tomá-lo no seu desenvolvimento, nas suas contradições, a fim de introduzir no trabalho docente a dimensão da prática histórico-social no processo do conhecimento.

Assim, as práticas pedagógicas devem ser pautadas em metodologias ativas de ensino-aprendizagem que são caracterizadas pelo ensino centrado no estudante, pelo desenvolvimento da autonomia do mesmo na construção de seu conhecimento e pela integração entre teoria/prática e ensino/serviço, de maneira a desenvolver, nos estudantes, a capacidade de encontrarem soluções para um problema em consonância com o perfil psicossocial da comunidade na qual ele está inserido.

7.3. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS.

7.3.1. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

Os princípios educativos da Unidade Escolar têm como ponto de apoio e suporte os princípios e fins da educação nacional estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988, que determina a educação como é o dever da família e do Estado e, inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios artigos 2º e 3º da LDB;

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância.
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- Gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais.
- Valorização do profissional da educação escolar.

- Gestão democrática do ensino público, na forma da LDB e da legislação dos sistemas de ensino. • Garantia de padrão de qualidade.
- Valorização da experiência extraescolar.
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Tendo como base o referencial curricular municipal, a BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR e as DIRETRIZES CURRICULARES DA BAHIA, a escola também tem os seguintes princípios educativos:
 - 1- A Escola que aprende;
 - 2- O currículo como espaço de cultura;
 - 3- As competências e os saberes como eixo de aprendizagem;
 - 4- A prioridade da competência de leitura e escrita;
 - 5- A articulação das competências para aprender;
 - 6- A contextualização no mundo do trabalho;
 - 7- Diversidade;
 - 8- Inclusão;
 - 9- Sustentabilidade;
 - 10- Protagonismo Juvenil.

Em relação às finalidades, a Escola toma por base aquelas definidas na LDB, onde estabelece que a educação básica tenha por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Também merece atenção às incumbências dos estabelecimentos de ensino admitidas pela LDB, que também fazem parte das incumbências da Escola, que são:

- Elaborar e executar sua Proposta Pedagógica, avaliando o desenvolvimento do PPP de forma contínua para atender as situações previstas, correção de desvios e ajustes das atividades propostas.
- Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros.
- Assegurar o cumprimento dos dias letivos.
- Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente.
- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.
- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
- Informar aos pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de seu Projeto Político Pedagógico, com o acompanhamento dos pais, na efetivação da aprendizagem;

- Difundir as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
- Melhorar a qualidade de ensino, contribuindo para o progresso intelectual e cultural dos educandos, para a formação de cidadãos críticos, capazes e preparados para participarem ativamente da sociedade em que vivem.
- Conciliar o administrativo com o pedagógico, fazendo com que o administrativo trabalhe em favor do pedagógico a tal ponto de provocar mudanças pessoais em relação às atitudes e valores.
- Articular o trabalho no sentido de realizar os projetos para diminuir a repetência e possível evasão em todos os anos.
- Trabalhar a diversidade como um processo importante para a construção da identidade, isto significa que ela tem um papel crucial na criação de valores e atitudes que permitam uma melhor convivência e respeito entre todos os setores para o pleno desenvolvimento da humanidade.
- Incorporar os princípios e práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem, trabalhando a inclusão social, a diversidade e a sustentabilidade nos currículos pedagógicos. Nesse contexto, a educação deve ajudar a construir pontes entre as necessidades da sociedade, a geração de riquezas e as práticas sustentáveis.
- Promover uma educação inclusiva e antirracista que valorize a diversidade cultural e racial presente na sociedade.
- Articular ações de combate ao bullying e ao preconceito.

Para o processo de integração de alunos na escola, a equipe escolar tem como base que a escola seja transformadora e participativa, prevendo uma programação de melhor relacionamento com o aluno e com a comunidade, através das oportunidades de integração pais- alunos-equipe escolar através do Conselho de Escola, reuniões, festividades. Queremos que o aluno seja estimulado a gostar da escola como um prolongamento de seu ambiente familiar.

Nossa escola incentiva e participa de ações voltadas para também os jovens com necessidades especiais.

7.3.2. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A concepção de Currículo para nossa escola está em consonância com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva, por isso, segue o texto retirado do Documento sobre a Concepção de Currículo.

“Elaborar currículo é ouvir diversas vozes, pois há uma multiplicidade de ideias, interpretações. Não há um consenso teórico sobre o que ele vem a ser, não há uma definição que seja neutra, mas é importante destacar que o currículo é uma construção social (GOODSON, 1997), reflete um momento histórico, político, econômico, cultural.

Pensado dessa forma, o Currículo não é meramente uma prescrição, mas, acima de tudo, um campo de lutas e tensões que traduz a escola e a sociedade que se pretende construir (SILVA, 2002). Compreendido como fruto de uma construção coletiva e democrática, ele não visa aqui apenas definir os conhecimentos a serem aprendidos e ensinados, mas permitir práticas educativas críticas, reflexivas e contextualizadas, que estejam pautadas na dialogicidade como ato primordial na busca do conhecimento daqueles que fazem o processo educativo no seu dia a dia (FREIRE, 1987).

Para essa construção, foram utilizados como referência, sobretudo, os documentos normativos nacionais e locais, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB no 4/2010), dos Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia e a Base Nacional Comum Curricular (2017). As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos definem currículo como “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências esaberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos” (Resolução CNE/CEB no. 7/2010, p.3). Assim, o PPP é um recurso efetivo e dinâmico para assegurar aos alunos a aprendizagem dos conteúdos e a constituição das competências previstas no Currículo. A aprendizagem resulta na coordenação de ações entre os componentes curriculares, do estímulo à vida cultural da escola e do fortalecimento de suas relações com a comunidade.

O Currículo apresenta situações de aprendizagem para orientar o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos e a aprendizagem dos alunos. Esses conteúdos, habilidades e competências são organizados por série/ano e acompanhado de orientações para a gestão da aprendizagem em sala de aula e para a avaliação e a

recuperação de métodos e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares, desenvolvendo as características cognitivas e afetivas, como as capacidades de resolver problemas, trabalhar em grupo, continuar aprendendo e agir de modo cooperativo, pertinentes em situações complexas, além de respeitar as diferenças e as regras de convivência.

O Currículo do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi apresenta os princípios orientadores para que a escola seja capaz de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo. Contempla algumas das principais características da sociedade do conhecimento e das pressões que a contemporaneidade exerce sobre os jovens cidadãos, propondo princípios orientadores para a prática educativa, a fim de que as escolas possam preparar seus alunos para esse novo tempo

Para que a democratização do acesso à educação tenha função inclusiva, não é suficiente universalizar a escola: é indispensável universalizar a relevância da aprendizagem. Apenas uma educação de qualidade para todos pode evitar que essas diferenças se constituam em mais um fator de exclusão. O desenvolvimento pessoal é um processo de aprimoramento das capacidades de agir, pensar e atuar no mundo, bem como de atribuir significados e ser percebido e significado pelos outros, apreender a diversidade, situar-se e pertencer.

A educação tem de estar a serviço desse desenvolvimento, que coincide com a construção da identidade, da autonomia e da liberdade. Não há liberdade sem possibilidade de escolhas. Escolhas pressupõem um repertório e um quadro de referências que só podem ser garantidos se houver acesso a um amplo conhecimento, assegurado por uma educação geral, articuladora e que transite entre o local e o global. Esse tipo de educação constrói, de forma cooperativa e solidária, uma síntese dos saberes produzidos pela humanidade ao longo de sua história e dos saberes locais.

Construir identidade, agir com autonomia e em relação com o outro, bem como incorporar a diversidade, são as bases para a construção de valores de pertencimento e de responsabilidade essenciais para a inserção cidadã nas dimensões sociais e produtivas. Preparar os indivíduos para o diálogo constante com a produção cultural, num tempo que se caracteriza não pela permanência, mas pela constante mudança — quando o inusitado, o incerto e o urgente constituem a regra —, é mais um desafio contemporâneo para a educação escolar.

Assim, o currículo é aqui posto como o fruto de uma construção coletiva, envolvendo diversos sujeitos, buscando a escuta sensível, com intenções e finalidades. Pode-se assim dizer que ele traduz a escola, norteia as relações que são estabelecidas dentro e fora dela e se constitui como um dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar. A BNCC foi uma referência imprescindível para a elaboração curricular, assim como as Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia. A BNCC e as DCRBs definem uma série de orientações que direcionaram os partícipes na elaboração do Currículo de Barra da Estiva. Assim, a Base Nacional Comum Curricular e as DCRBs são documentos normativos de referência que tiveram por objetivo direcionar as redes de ensino e as escolas para o desenvolvimento de práticas que conduzam à construção de competências, habilidades, atitudes e valores humanos na perspectiva de uma formação integral dos estudantes. O documento curricular de Barra da Estiva para a Educação Básica elege princípios e práticas que norteiam o trabalho nas unidades escolares. O foco é no processo de aprendizagem, entendendo o saber como algo falível e provisório que deve ser submetido a uma constante problematização por parte dos estudantes e compreende que o conhecimento tem poder emancipador e deve ser aplicado na intervenção em realidades diversas e complexas.

Dessa forma, deseja que o currículo seja:

1. Aumento da ação reflexiva da equipe escolar;
2. Ofereça referenciais teórico-metodológicos capazes de subsidiar o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na BNCC.
3. Desenvolvimento de práticas pedagógicas nas unidades escolares que sejam significativas aos estudantes;

Os princípios preconizados na BNCC, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica orientaram a construção desse documento:

1. Igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, atendendo à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade;
2. Adoção de práticas pedagógicas que assegurem os direitos de aprendizagem dos estudantes, rompendo com estruturas fragmentadas do conhecimento;
3. Formação integral do sujeito por meio de um processo de gestão da aprendizagem ancorado em valores éticos, políticos e estéticos;

4. Valorização da experiência extraescolar e dos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela; vinculação entre a educação escolar, as práticas sociais e o mundo do trabalho; • gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino.”

7.3.3. FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

A Proposta Pedagógica do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi é pautada nos seguintes fundamentos:

7.3.4. COMPREENSÃO DE SER HUMANO: INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O homem é um ser integral corpo e mente, em processo, valorizado pela sua existência pessoal e concreta no espaço e tempo, tornando-se um ser social em convivência. Essa socialização visa à formação de um ser humano melhor, respeitando os tempos de aprender, a partir do que as crianças estão preparadas a assimilar, conforme demonstrou Jean Piaget. Para o educador suíço, “o homem melhor é aquele que chegará a ser Sujeito por meio de uma consciência e de uma reflexão sobre a sua situação, o seu meio concreto, plenamente consciente, prestes a intervir no real para transformá-lo.” (PIAGET, 1970, p. 35). Nesse contexto, o homem melhor é aquele que terá a responsabilidade frente ao mundo social.

A concepção de infância é marcada pelo progressivo reconhecimento de que as crianças participam como “ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores que constroem conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social.” (BRASIL, 2017, p.34). A partir disso, compreende-se que a criança é um ser ativo, desde o nascimento, e não mera receptora de informações. Ou seja, ela brinca, sonha, inventa, produz e estabelece relações sociais. Além disso, a criança tem papel ativo no seu processo de socialização e, por meio das interações sociais, significa e interpreta o mundo.

É pertinente afirmar que a existência histórica e social é o que impulsiona o crescimento e desenvolvimento da criança, sua infância e também o referencial ao longo de sua vida. Isso implica considerá-la um sujeito de direitos, um sujeito em pleno processo de

formação. A criança possui expectativas frente ao mundo, e sua expressão é percebida na medida em que a sociedade volta o seu olhar para esse período da vida. Portanto, é preciso pensar em espaços para que ela possa viver sua curiosidade, sentir e estar no mundo.

Para Freire (2006, P. 39) “é fundamental, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é.” Assim sendo, como a criança, o adolescente também é compreendido como um ser social que faz uma conexão entre a infância e a vida adulta. É uma fase de mudanças físicas, cognitivas e sociais, cheia de questionamentos e de instabilidade, que se caracteriza por uma intensa busca de “si mesmo” e da própria identidade.

Nesse sentido, os padrões estabelecidos são questionados, almejando assim a liberdade e autoafirmação. Paralelamente, acontece o desenvolvimento de uma nova qualidade da mente, caracterizada pela forma de pensar sistemática, lógica e hipotética.

É através do contato com o ambiente que esse ser humano vai desenvolvendo a capacidade cognitiva, afetiva, autoestima, raciocínio lógico, o pensamento e a linguagem. Linguagem esta permeada tanto para as crianças, como para os adolescentes pelas mídias digitais, não excluindo a necessidade da convivência presencial. As novas tecnologias criaram novos espaços do conhecimento. Além da casa, a escola e o espaço social são educativos. O ciberespaço rompeu a ideia de tempo próprio para aprender. O tempo de aprender é hoje e sempre. E só se aprende com o que faz sentido. Para a criança, o brincar é o aprender. (GADOTTI, 2009, p.106)

O sujeito não pode ser estudado e compreendido isoladamente, por ser um ser histórico, se faz necessário compreendê-lo em cada momento da história, nas relações que estabelece com seu meio. Vemos o sujeito enquanto um ser social, que nas relações que estabelece com o outro nos diversos segmentos da sociedade, produz a vida e interfere no meio que vive, essa participação é possível, por meio de uma organização política e graças à autonomia do sujeito, que sendo um ser de vontade, pode argumentar sobre sua realidade.

Numa ação intencional e planejada, o sujeito age na natureza, por meio do trabalho, transformando-a para atender suas necessidades, sendo esse um processo dinâmico e que se dá em cada momento histórico. Por meio dessa ação o sujeito vai acumulando experiências ao longo da vida e produzindo o conhecimento. Considerando o sujeito um ser social, é na relação com os seus semelhantes que o ser humano aprende e ensina, se constrói enquanto sujeito e adquire autonomia e valores essenciais para o

convívio social tais como: respeito mútuo, solidariedade e afetividade. De posse do instrumental teórico e os meios necessários para que perceba e assuma, verdadeiramente, seu papel ativo na história, enquanto cidadão capaz de interpretar e participar da construção do mundo e sobretudo, de fazer-se a si mesmo ao interagir com a realidade e o mundo do trabalho de forma crítica, consciente e produtiva.

Segundo Paulo Freire

“A existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (1987, p. 78).

7.3.5. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva:

A Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade perpassa pela compreensão de que Gênero e Sexualidade se referem a duas importantes dimensões humanas que estão intimamente relacionadas. Nesse sentido, todos os seres humanos se identificam na construção sociocultural do gênero e da sexualidade genótipo em determinado momento, uma vez que as “identidades são sempre construídas, elas não são dadas e acabadas”.

No que se refere aos estudos de gênero, faz-se necessário compreender alguns conceitos básicos sobre: sexo, gênero, identidade de gênero, papéis/estereótipos de gênero e identidade sexual ou orientação sexual.

Sexo: refere-se aos aspectos biológicos, anatômicos, as características fenotípicas/características externas: genitálias, órgão reprodutores internos, mamas, barba, entre outros e genotípicas/características genéticas: genes masculino e feminino, assim, o sexo pode ser masculino ou feminino.

Gênero: embora contemple as mesmas categorias, masculino e feminino, é designado como “as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres” (ALVES et al., 2014, p. 21). Ainda pode-se dizer que “é o conjunto das relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que é ser homem ou mulher na vida social” (BRASIL, 2011, p. 17). Dessa forma, a

identificação sociocultural de pertencer a um determinado gênero é aprendida, incorporada, intencionalmente ou não, “com os amigos (as), a família, nas instituições culturais, educacionais e religiosas e ainda nos locais de trabalho” (BRASIL, 2014, p. 16)

Identidade de Gênero: segundo Louro,

“Refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo biológico de cada pessoa. A identidade de gênero inclui a consciência pessoal do corpo, no qual podem ser realizadas por livre escolha, modificações estéticas e anatômicas por meio médicos, cirúrgicos e outros. Lembremos, em especial, das pessoas transexuais, masculinas e femininas e travestis. Todos (as) nós temos nossa identidade de gênero, pois trata-se da forma como nos vemos e queremos ser vistos, reconhecidos e respeitados, como homens ou mulheres.” (BRASIL, 2011, p. 16).

Na segunda metade do século XX, os estudos das Ciências Sociais instituíram outro conceito importante, o de papéis de gênero ou estereótipos de gênero, para circunscrever o conjunto de representações, posições e valores culturalmente atribuídos à mulher e ao homem, reforçando o ideal de sociedade que favorece marcos de uma tradição patriarcal que, até então, vem predominando em boa parte do mundo ocidental.

A mesma lógica das práticas excludentes ao feminino recai sobre os homens e mulheres homossexuais, pessoas trans e travestis, pois a expressão das suas identidades de gênero e de orientações sexuais (orientação afetiva e do campo erótico do desejo para com o outro) vai de encontro aos referenciais legitimados pelos “padrões masculino, cristão e heteronormativo” (LOURO, 2014, p. 37).

Diante do exposto, os currículos escolares e as práticas pedagógicas dos profissionais da educação, em todas as etapas e modalidades de ensino, devem considerar as diversidades sexuais presentes nas representações e relações sociais existentes na escola.

Os currículos escolares da Educação Básica, respeitando os devidos ciclos de vida e com as devidas adequações de linguagens, metodologias e materiais didáticos, devem auxiliar a comunidade escolar na construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes para o fortalecimento da autoestima, promoção da alteridade, autonomia, do autocuidado, autoconhecimento, da afetividade pessoal e entre pares, independente das expressões das identidades sexuais ou de gênero; da compreensão do funcionamento do próprio corpo, respeitando seus limites e do outro, da autoproteção e proteção dos pares contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e/ou gravidez não planejada; do compartilhamento de responsabilidades, frente a uma gravidez não planejada; da compreensão sobre a alienação parental; dor e

conhecimento e combate à exploração sexual e às diversas formas de violências contra as meninas e mulheres, sobretudo as negras e os grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Queers (LGBTQT+), incluindo feminicídio e homicídio da população LGBTQT+.

A temática da sexualidade na escola vem sendo tratada desde 1994 com as Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade e tratada nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal, conforme trecho abaixo:

“A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros.” (BRASIL, 1997).

A Resolução nº 4, do Conselho Nacional de Educação, de 13 de julho de 2010, que estabelece as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, no parágrafo 3º, art. 43, capítulo 1, define as questões de gênero, entre outras, como componente integrante dos PPPs escolares:

“A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.”

No PNE (2014), bem como no PEE (2016), a “promoção dos princípios do respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” é uma das diretrizes apresentadas no documento.

Além disso, o PEE na meta 7, estratégia 7.1, no que diz respeito a violência doméstica e sexual, garante:

“Políticas de combate à violência na escola, por meio do desenvolvimento de ações destinadas a capacitar profissionais da Educação Básica para detecção dos sinais de suas causas, dentre estas a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.” (BAHIA, 2016).

7.3.6. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva, a Educação para as Relações Étnico-Raciais demanda uma abordagem enfática no Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, tendo em vista a necessidade urgente de enfrentar o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira e baiana.

A pluralidade sociocultural na Bahia é expressiva e significativa para o contexto nacional, considerando que a história do Brasil começou neste estado. Essa diversidade, resultante dos povos precursores da nação — indígenas, portugueses e africanos —, foi enriquecida ao longo da história por novos contornos culturais dos imigrantes e descendentes de europeus, africanos, asiáticos, latino-americanos, ciganos, entre outros. Diante dessa realidade, seria coerente e legítimo que a coexistência desses povos, bem como suas tradições culturais, convivessem harmonicamente, com respeito e igualdade de oportunidades. Entretanto, a prática revela outra realidade.

No Brasil, após quase quatrocentos anos de escravidão, o Estado Republicano não estabeleceu um projeto de reparação para os povos libertos e excluídos do acesso a direitos básicos, como terra, moradia, educação e saúde. Tampouco houve reconhecimento e valorização da pluralidade cultural desses povos. Como resultado, a identidade nacional tornou-se frágil, e persistem até os dias de hoje a intolerância e o desrespeito à diversidade. Não houve uma preocupação em construir um conceito de povo, uma identidade nacional ou em garantir aos trabalhadores direitos elementares, como alimentação e moradia.

Na contemporaneidade, os números das desigualdades, exclusão e violações de direitos desses povos são expressos continuamente nas diversas mídias de comunicação do país e do mundo. As desproporções nos indicadores sociais entre brancos e negros se refletem no acesso, rendimento e permanência na Educação Básica e no Ensino Superior, na produção científica, literária e artística, entre outros. Esses desequilíbrios também aparecem nas relações entre brancos e outros grupos étnico-raciais, como indígenas e ciganos, e tendem a se repetir nas intersecções de

identidades sociais, como mulheres, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, entre outras.

Os valores, atitudes e práticas que envolvem as questões étnico-raciais na sociedade brasileira e baiana estão igualmente presentes na comunidade escolar, marcadas pelo preconceito, discriminação, racismo, machismo, sexismo, LGBTfobia e xenofobia. Esses comportamentos afetam todos os grupos sociais que convivem no ambiente escolar, particularmente aqueles que fogem às intersecções das identidades sociais histórica e culturalmente validadas e valorizadas pela sociedade brasileira, tradicionalmente representadas pelo homem branco e cristão.

Na busca pelo combate às violações de direitos e pelo reconhecimento das contribuições desses povos à constituição social do país, diversas normas legais vigentes no Brasil e na Bahia foram sancionadas, como a LDBEN/96, o Estatuto da Igualdade Racial/2010, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa no Estado da Bahia/2014, o PNE/2014 e o PEE/2016. Esses normativos abordam o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos e a redução das desigualdades étnico-raciais.

Contudo, impulsionadas pelas lutas dos movimentos sociais, as Leis nºs 10.639/03 e 11.645/08 foram sancionadas como medidas mais contundentes para romper as fronteiras do preconceito étnico-racial, partindo da escola. Essas leis estabelecem a inclusão obrigatória, nos currículos das Redes de Ensino da Educação Básica, dos estudos da "História e Cultura Afro-Brasileira" e dos estudos da "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", respectivamente.

A Lei nº 10.639/03 é fundamental para assegurar que, em um país que se intitula “o paraíso da democracia racial”, as escolas discutam a história de nossos ancestrais africanos a partir de uma ótica distinta da apresentada pelo colonizador, conferindo voz às pessoas que efetivamente construíram este país, tanto objetiva quanto subjetivamente, por meio de seu trabalho, cultura e conhecimentos.

O "lugar de fala" dessas "minorias", com suas tonalidades de pele, texturas de cabelo, religiões e culturas diversas, deve ser considerado na elaboração e materialização dos currículos escolares. Dessa forma, a execução de ações e estratégias didático-

pedagógicas de valorização e reconhecimento das produções culturais, científicas, literárias e tecnológicas africanas, afro-brasileiras, indígenas e dos povos itinerantes, como os ciganos, entre outros, torna-se fundamental. A descolonização didática é necessária para alcançar esse objetivo.

Diante do exposto, é imprescindível que a diversidade humana seja vista como um subsídio essencial para a formação dos estudantes. A escola, como instituição democrática, deve atuar na desconstrução de todos os estereótipos arraigados nas práticas educacionais e sociais. A produção cultural, literária, científica e tecnológica africana, indígena e dos povos itinerantes deve ser considerada de forma estruturante nos currículos escolares, e não de maneira vazia, caricatural ou pontual.

O Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, portanto, constitui uma referência para que as unidades escolares abordem a Educação para as Relações Étnico-Raciais na perspectiva de incorporar a diversidade em toda a sua complexidade, compreendendo a dinâmica da ação educativa como prioritária para eliminar as discriminações, emancipar grupos historicamente discriminados e valorizar socioculturalmente o sujeito, demarcando a importante contribuição das ações pedagógicas na construção de identidades.

A educação étnico-racial representa um dos pilares essenciais para a edificação de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural. No contexto do Ensino Fundamental II, a abordagem dessa temática deve ser intencional e contínua, promovendo o respeito à diversidade, a erradicação do preconceito e a valorização das distintas culturas que compõem o tecido social brasileiro.

A implementação da educação étnico-racial nas instituições de ensino está respaldada pela Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e incluiu a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" no currículo oficial da Rede de Ensino. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa abordagem ao incluir o ensino da "História e Cultura Indígena". Essas legislações visam promover uma educação que reconheça e valorize as contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas na formação da sociedade brasileira, rompendo com a invisibilidade e os estereótipos historicamente construídos.

No contexto da educação para as relações étnico-raciais vale ressaltar ainda a educação escolar quilombola, que desempenha um papel crucial ao assegurar que os estudantes de comunidades quilombolas tenham a oportunidade de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e culturais de suas comunidades. Garantir a inclusão dos saberes e práticas ancestrais quilombolas nos currículos escolares é fundamental para o reconhecimento e valorização dessas culturas. A educação escolar quilombola deve ser orientada para o respeito e a valorização das tradições, práticas e conhecimentos que são parte integral da identidade dessas comunidades. Além disso, essa abordagem educacional contribui para o fortalecimento da autoestima dos alunos, promovendo um ambiente educacional inclusivo e equitativo. A integração dos saberes quilombolas no ensino não só enriquece o currículo, como também assegura que o conhecimento tradicional seja transmitido de forma adequada e valorizado, refletindo o compromisso com a diversidade cultural e a justiça social conforme estabelecido pela Resolução Municipal Nº 006 de 18 de dezembro de 2023, em anexo.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola deve incorporar práticas pedagógicas e ações que promovam a igualdade étnico-racial e o respeito às diferenças. As atividades escolares, os conteúdos programáticos e as metodologias devem alinhar-se aos princípios de equidade e inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade que reconheça e valorize suas identidades e pertencimentos culturais conforme disposto na Resolução Municipal Nº 004 de 4 de outubro de 2023 em anexo .

Para atingir esse objetivo, é fundamental que a formação continuada dos professores e demais profissionais da educação inclua o desenvolvimento de competências específicas para a abordagem da temática étnico-racial. Isso contribuirá para a construção de um ambiente escolar que celebre a diversidade. A escola deve ser um espaço de diálogo e reflexão crítica, onde o estudo das contribuições históricas, culturais, artísticas e científicas dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas seja integrado ao currículo e permeie todas as disciplinas.

Ademais, a gestão escolar, em colaboração com a comunidade educativa, deve desenvolver e implementar políticas contra o racismo e a discriminação racial. A participação ativa de todos os segmentos da escola na construção de uma cultura de paz e respeito mútuo é essencial. A valorização da identidade étnico-racial dos

estudantes e o reconhecimento de suas origens devem ser priorizados tanto na organização curricular quanto nas atividades extracurriculares.

O compromisso com a educação étnico-racial é, portanto, um compromisso com a formação de cidadãos críticos, conscientes e empenhados na construção de uma sociedade mais equitativa e plural. Ao assumir esse papel, a escola contribui para a transformação social e o fortalecimento da democracia, promovendo a justiça social e a inclusão de todos os grupos étnico-raciais na história e cultura do Brasil

7.3.7. COMPREENSÃO DE SOCIEDADE

A sociedade, segundo o sociólogo Zygmunt Bauman (2007), abandonou a sua característica sólida, que garantia o aprofundamento e a reflexão sobre conceitos, para assumir uma característica mais leve, fluida e líquida. Atualmente, caracteriza-se pelo imediatismo e a competitividade banal, pelos vazios existenciais preenchidos pelo consumismo, pelo enfraquecimento das relações interpessoais e pela ausência das utopias que são o alimento da esperança. Muitas vezes, substituídas pelas mídias digitais e pelo domínio da falsa sensação de permanência que era característica de outros tempos.

Segundo Han, as pessoas acreditam que devam alcançar o sucesso, mesmo às custas de si mesmo, e ficam seriamente angustiadas se não triunfam. A sociedade do séc. XXI não se caracteriza mais pela disciplina, mas trata-se de uma sociedade de desempenho, e seus habitantes não se chamam mais “sujeitos de obediência”, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos. Em relação ao desempenho, o excesso de positividade se manifesta também com excesso de estímulos, informações e impulsos. Esses impulsos e a exigência de desempenho levam a sociedade à pura inquietação, não gerando nada de novo. Ou seja, reproduz e acelera o que já existe e, com o desaparecimento do descanso, teriam se perdido, os dons de escutar. (HAN, 2017, p. 32) esperança.

Esse novo tipo de vida, que instiga a uma constante produção, sem tempo disponível para ócio e o relaxamento, pautado na incerteza, provoca nas pessoas a necessidade de tranquilidade e criação de vínculos afetivos. É preciso, então, lembrar que a vida humana em sua integralidade torna-se sem sentido quando não se tem uma perspectiva de pertencimento, de interação e de convívio com outros em temporalidades

longas.

Neste contexto, necessita-se resgatar uma postura de comunidade nas relações, aprendendo a respeitar, a acolher e a celebrar a diversidade dos demais, a sair da visão exclusiva do seu universo pessoal, assim como ver o mundo a partir do olhar do outro e da compreensão de outros mundos sociais, ideia enfatizada no texto da BNCC pela proposta do trabalho com as habilidades socioemocionais a serem desenvolvidas com discentes e docentes e ressaltada no referencial curricular municipal.

Sob essa perspectiva, cabe à escola, em parceria com a família, zelar pelo resgate de valores sólidos que nortearão a trajetória de vida dos jovens, conscientizando-os do seu protagonismo para a sustentabilidade do Planeta e da necessidade de eles terem uma conduta baseada em princípios éticos, não se rendendo a modismos ou a ideologias impostas pelo consumismo.

Essas ações serão permeadas pela esperança de construir uma sociedade melhor, na qual os sonhos individuais ganham significado quando se unem aos sonhos coletivos, com a certeza de que o que importa realmente é a caminhada realizada e os sonhos que nos movem, não o destino em si.

7.3.8. COMPREENSÃO DE EDUCAÇÃO

Educar é promover a capacidade de interpretar o mundo e agir para transformá-lo. É um processo materializado em uma série de habilidades e valores, ocasionando mudança intelectual, emocional e social. A educação, portanto, deve contribuir com a formação do ser humano integral, sendo o veículo que conduz o homem à mudança e à transformação.

Ao reconhecer o ser humano como sujeito de possibilidades, a educação contribuirá para a formação de pessoas criativas, capazes de libertar o potencial da mente para conceber novas ideias, desenvolvendo a sua autonomia que se relaciona às experiências de vida.

A concepção de educação de Paulo Freire (2000) vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto entendemos educação como a prática social responsável pelo processo de humanização. Paulo Freire (2000) fala em educação se referindo a profundas mudanças: “Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na

sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde...” (2000, p.122).

Em síntese, a educação consiste em ensinar a viver e deve determinar as mudanças na sociedade, deve possibilitar o desenvolvimento amplo, como resultado de uma interação na qual o sujeito é o elemento ativo, que procura compreender o mundo que o cerca e busca resolver com autonomia os questionamentos que esse mundo provoca.

7.3.9. CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Na construção desta Proposta Curricular temos sido indagados sobre o processo de ensino aprendizagem.

Discutir o processo de ensino-aprendizagem requer compreender e discutir os seus desdobramentos no trabalho educativo. A educação escolar tem como objetivo a aprendizagem do aluno.

Na relação ensino-aprendizagem é necessário considerar, sobretudo o trabalho desenvolvido em sala de aula e nos demais espaços educativos como fundamentais para a socialização e a problematização do conhecimento científico.

Compete à escola proporcionar aos alunos o ensino dos conhecimentos essenciais e indispensáveis para à inserção na cultura letrada, na cultura erudita, ou seja, ensinar a ler, escrever, contar, socializar conhecimentos das ciências naturais e sociais. É por meio desses conhecimentos que as possibilidades de inserção no mundo cultural mais elevados será possível.

O acesso aos conceitos científicos depende de processos de alfabetização devidamente conduzidos e concluídos, bem como de processos de ensino devidamente orientados, de forma que se rompa com as exclusões tão frequentes, as quais ocorrem em decorrência do não domínio dos conteúdos presentes na cultura letrada/erudita. Instrumentalizar os alunos é, sobretudo, promover um ensino que possibilite a apropriação dos conteúdos da ciência e da cultura em suas diferentes manifestações.

Na prática pedagógica que se efetiva na sala de aula, é correto afirmar que se estabelecem a atividade de ensino, como prática efetiva do professor, e a atividade de

estudo, como prática do aluno e que provoca transformações em si mesmo.

Tomando como ponto de partida a promoção da aprendizagem de conteúdos importantes para formação na perspectiva emancipatória, a organização do ensino requer clareza quanto aos procedimentos metodológicos.

O ato de planejar o ensino e a aprendizagem como trabalho pedagógico em sala de aula precisa ser intermediado por ações intencionais, rigorosamente organizadas. Portanto, cabe a cada componente curricular planejar o caminho para garantir a apropriação dos conhecimentos científicos de forma contextualizada.

Busca-se o desenvolvimento de uma concepção de ensino onde educador e educandos sejam sujeitos do seu processo de desenvolvimento, pois necessitam da mediação das experiências e saberes de ambos, para que se concretize a aprendizagem. Nessa concepção a função do educador deve ser a de oportunizar atividades que encaminhem o educando ao seu desenvolvimento potencial, dessa forma, é papel do educador ser mediador das atividades. Para tal, os conteúdos trabalhados nascem da necessidade que o educando encontra ao tentar realizar sua tarefa. Há a necessidade de criar situações em que o indivíduo seja instigado a refletir buscar o conhecimento, por meio de circunstâncias em que ele precise fazer escolha diante de problemas que surgem espontaneamente e não criados num clima artificial. Prezamos em nossa escola por um espaço em que o professor não assuma a posição de concentrador do saber, mas sim o professor é quem direciona o trabalho pedagógico, o sujeito que proporciona um espaço democrático e aberto.

7.3.10. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Entendemos a avaliação educacional como um processo de observação e acompanhamento que promove a aprendizagem. Não qualquer aprendizagem, mas aquela que ofereça condições para que o educando e o educador se reconheçam como sujeitos em um processo de educação, o qual se propõe a ser instrumento de transformação social, superando aprendizagens que levam ao ajustamento, à sociedade posta e à manutenção do *status quo*.

Nessa perspectiva, a avaliação será entendida como um meio e não um fim. Educador e educando terão no processo de avaliação, um processo avaliativo deve estimular o raciocínio, acionar a reflexão e a criatividade, provocar julgamentos e promover linhas de pensamentos por meio de pensamentos dos quais, gradativamente, ambos- educador e educando- possam compor, resolver, criar alternativas e inserir-se crítica e ativamente na realidade estudada. A avaliação deve ser a imersão para uma transformação interior e para uma ação consciente, tanto no nível individual quanto no coletivo.

Dessa forma, apresentamos uma proposta de avaliação que está em função de um projeto de homem e de sociedade, por isso atrelado também ao Projeto Político Pedagógico da escola, contemplando, assim, a totalidade do processo ensino aprendizagem. Daí, a necessidade de superar seu caráter autoritário, amarrado quase exclusivamente à classificação, para realizar uma avaliação diagnóstica, contínua, processual, que objetiva explicitar o grau de compreensão da realidade.

Percebe-se também que pouco se discute sobre o acompanhamento das aprendizagens nas escolas, e exaustivamente se debate sobre as formas de registro de desempenho escolar. Ou seja, discute-se avaliação pelo avesso, pois o sistema de registro é apenas a ponta de um grande iceberg (Hoffmann, 2001). Se o problema for analisado apenas superficialmente, o navio afunda, pois seus fundamentos são amplos, complexos e pontiagudos.

A partir de muitas visões distorcidas e não-saberes, mudam-se, a cada novo governo ou direção de escola, tipos de instrumentos e sistemas de registros de avaliação, como se, com tais mudanças instrumentais, alterações significativas pudessem ocorrer. O resultado é o caos total. Porque, de fato, só ocorrem os avanços, quando há mudanças de concepções.

No cerne de tudo, discute-se avaliação para tentar melhorar a aprendizagem dos alunos, quando se deveria fazer exatamente o inverso: discutir a aprendizagem dos alunos para aperfeiçoar o processo avaliativo e a educação. É esse ponto crucial. Nenhum avanço significativo ocorrerá enquanto a discussão não estiver atrelada às questões de base. Diz Demo (2004) que avaliar é cuidar que o aluno aprenda.

Decorre daí que não se deve denominar por avaliação testes, provas ou exercícios. Muito menos se deve nomear por avaliação boletins, fichas, relatórios, dossiês dos alunos

(registros de avaliação).

Métodos e instrumentos de avaliação estão fundamentados em valores morais, concepções de educação, de sociedade, de sujeito. São essas as concepções de educação, de sociedade, de sujeito. São essas as concepções que regem o fazer avaliativo e que lhe dão sentido. É preciso, então, pensar primeiro como os educadores pensam a avaliação antes de mudar metodologias, instrumentos de testagem e formas de registro.

A avaliação da aprendizagem consubstancia-se no contexto próprio da diversidade. Para que o processo avaliativo tenha sentido, as propostas educativas precisam estar articuladas em termos de gradação e complexidade. O objetivo é fazer desafios superáveis aos alunos, de modo que as respostas de cada um provoquem o professor a fazer outras perguntas sobre elas, em outras dimensões, sobre outros assuntos, sob diferentes formas e provocativas, também, em termos de estratégias de pensamento. Nesse sentido, a heterogeneidade, ou seja, os diferentes saberes do aluno, que coopera entre si e debatem os assuntos, é um fator fortemente favorecedor da melhoria das aprendizagens.

7.3.11. A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

O Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi considera a avaliação consonante documentos oficiais (BNCC, DCRB, RCMBE, ECA). Conforme o Referencial Curricular de Barra da Estiva,

A Base Nacional Comum Curricular BNCC orienta que as ações das instituições escolares devem concorrer para o desenvolvimento das dez competências gerais que visam a garantia da aprendizagem e desenvolvimento do educando. Competência é entendida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, BNCC, 2017)

Nessa perspectiva, os instrumentos avaliativos devem contemplar competências e habilidades tanto cognitivas quanto socioemocionais, com vistas ao desenvolvimento integral do estudante e estarem em conformidade com as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem do município de Barra da Estiva dispostas na

Resolução Municipal Nº 001 de 13 de março de 2024 em anexo.

É importante observar que a avaliação, de fato, começa com a coleta e análise de dados oriundos dos instrumentos utilizados pelo docente. Ele é um indicador da aprendizagem que possibilita reflexão e intervenção, com o intuito de orientar para um (re)planejamento de ações pedagógicas intencionais para superação das dificuldades apresentadas, das resistências, bem como a valorização dos avanços e identificação das possibilidades tanto dos alunos quanto dos docentes.

Considerando esses pressupostos, a avaliação servirá, inicialmente, como um diagnóstico orientador e impulsionador para a atuação de professores e alunos, pois “informa o quanto conseguimos avançar e ajuda a pensarem como impulsionar novas ações educativas e projetos, e definir novas políticas públicas” (DCRB, 2019, p. 99).

É oportuno ressaltar que a avaliação diagnóstica aponta para novas ações que ganharão sentido com a avaliação formativa que visa o “reajuste constante do processo de ensino” e que tem como principais funções “Inventariar, harmonizar, tranquilizar, apoiar, reforçar entre outras [...]” (Weiss; Coelho, 2015, p. 9).

Nesse sentido, assim como preconiza o RCMBE, “consideramos a avaliação formativa como eixo norteador do processo de ensino e aprendizagem, por ser interna ao processo e mais centrada no estudante.” (RCMBE, 2020, p.99) E reiteramos que

“A avaliação da aprendizagem, bem como todo processo educativo, deve considerar e problematizar os princípios norteadores do currículo: identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade, contextualização, permitindo avançar no processo de aprendizagem do aluno e uma reflexão da práxis pedagógica pelo professor, por meio de uma educação formal que parta do plano real das vivências e ações cotidianas. (RCMBE, 2020, p.100)

Essa, também nossa, visão sobre avaliação, pode ser resumida pelo texto das DCRB, quanto indica que o processo de avaliação deve tornar possível:

a criação de políticas públicas, o planejamento de intervenções pedagógicas focalizadas nas reais necessidades das escolas e dos estudantes, a identificação dos estágios de aprendizagem, a definição de materiais didáticos, a formação de educadores, a (re)elaboração de currículos, a detecção da distância ou a proximidade entre o que o ensino é e o que deveria ser. (DCRB, 2019, p. 100).

Somente assim, a avaliação deixa de ser um mero instrumento para aprovar ou reprovar os estudantes e passa a ser significativa, passa a ter “valor”, essência de sua

etimologia latina.

No COLÉGIO ZOPPI, utiliza-se tanto as avaliações internas quanto as externas (realizadas pelas instâncias maiores da organização dos sistemas de ensino, estadual ou federal), a exemplo das avaliações diagnósticas e formativas do CAED, da Prova SAEB e OBMEP. Os resultados geralmente são discutidos em Jornadas Pedagógicas ou em momentos de Atividades Complementares (AC"s) e servem como um indicador a mais para a reflexão da prática pedagógica e para a tomada de algumas decisões acerca do currículo em sala de aula.

Temos ciência de que, embora forneça alguns dados, tais avaliações não são suficientes para orientar e conduzir o fazer pedagógico. Como bem define o DCRB, elas "não dão conta da amplitude e complexidade do trabalho em sala de aula, não detalham dificuldades, não apresentam, de forma clara, informações que permitam intervenções imediatas durante o processo pedagógico" (DCRB, 2019, p. 101), de forma que é importante que a existência das avaliações internas da escola, mais próximas ao contexto e à realidade de nossos estudantes.

No que se refere à quantificação, ou seja, a atribuição de notas e conceitos, o COLÉGIO ZOPPI adotará a legislação municipal vigente, ressaltando que os aspectos qualitativos devem se sobrepor ao quantitativo, como propõe a LDB em seu **Artigo 24**, inciso **V**, alínea "a": "a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais".

Conforme a Resolução Municipal 001 de 13 de março de 2024, a avaliação ocorre da seguinte forma:

Art. 64º – Organizar o Sistema Municipal de Ensino em trimestres, dividindo-os em três unidades de ensino.

Art. 65º – Os trimestres serão divididos com dias aproximadamente iguais no calendário escolar que será elaborado pela Secretaria Municipal da Educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 66º – Manter o valor máximo de trinta (30) pontos e mínima no valor de quinze (15) pontos para efeito de aprovação durante o ano letivo.

I – Primeiro trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

II – Segundo trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

III – Terceiro trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

A concepção de avaliação qualitativa é importante para a avaliação de estudantes da Educação Especial, já que esta deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, conforme a necessidade do estudante.

Em relação à nota mínima para aprovação ou reprovação dos estudantes, a escola seguirá a legislação municipal vigente. É importante ressaltar que, além da nota mínima definida aprovação, o aluno deve ter, no mínimo, 75% de frequência escolar, como garante a LDBEN, em seu Artigo 24, inciso VI “o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas para aprovação”;

7.3.12. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Gestão Democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola.

Conforme Lück (2000, p. 11), gestão escolar: [...] constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais dos estabelecimentos de ensino orientadas para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento, bem como o desenvolvimento integral do educando. O gestor escolar deve agir como líder, pensando no progresso de todos que fazem parte de sua equipe.

A equipe escolar é composta também pelos pais dos alunos e por toda a comunidade de forma geral, que deve ser mobilizada para que juntos possam promover o principal objetivo de toda equipe escolar: a aprendizagem dos alunos.

A contribuição de todos os segmentos na tomada de decisões é imprescindível para uma escola mais justa e democrática. É importante que todos tenham voz e possam se

envolver nas ações propostas pela escola.

Um gestor líder é capaz de desenvolver o potencial de trabalho de toda sua equipe, fazendo com que esta se sinta capaz de transformar e realizar com sucesso todos os programas desenvolvidos pela instituição de ensino. O projeto pedagógico é um fator muito importante no desenvolvimento do curso escolar, o papel do gestor da escola no desenvolvimento do projeto pedagógico escolar deve influir de maneira determinante nos resultados positivos da escola, por que consideramos que o trabalho de controle do gestor da escola, é fator determinante no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

O gestor escolar deve visualizar sempre em sua atuação, de que o administrativo deve estar a serviço do pedagógico, isto é, deve servir de suporte para a consecução dos objetivos educacionais da unidade escolar. O gestor deve ter autonomia para atuar ativamente, desafiando os processos tradicionais de gestão em favor de um modelo normativo mais interveniente e desafiador dando apoios efetivos e desafiadores na construção de identidades organizacionais diferenciadas e isto só se concretizará na prática se o gestor for atuante e conhecedor de sua função.

Assim, as propostas pedagógicas da escola devem indicar com clareza as aprendizagens que devem ser asseguradas aos alunos, nas diferentes áreas e componentes curriculares apresenta o seguinte:

1. A avaliação dos alunos, ao ser realizado pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo devendo ser redimensionada a ação pedagógica, sendo processual, formativa e participativa, contínua, cumulativa e diagnóstica; Avaliação identificadora das potencialidades e dificuldades de aprendizagem, além de detectar problemas de ensino;
2. Subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;
3. Utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;
4. Fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os

quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de provas finais.

7.3.13. ETAPAS DE ENSINO QUE A ESCOLA OFERTA

➤ Ensino Fundamental II – Anos Finais

Ao longo dos Anos Finais os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas, aprofundando e ressignificando conhecimentos dos anos iniciais. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Os componentes curriculares poderão acessar a memória e conhecimentos locais, considerando suas especificidades disciplinares e os objetivos de ensino. Os conteúdos podem dialogar com a BNCC, o Referencial Curricular Municipal, no entanto, ao acessar os potenciais educativos do território, esses conteúdos são expandidos e potencializados na escola.

Outro aspecto importante é a possibilidade de a escola contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio.

Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro bem como o planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Um ponto destacado na BNCC do Ensino Fundamental é a necessidade de articulação entre as etapas, como por exemplo, valorizar situações lúdicas de aprendizagem nos Anos Iniciais para conectar com experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tendo em vista a maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental — Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

7.3.14. METODOLOGIA

O **Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi** visa à educação que promove a aprendizagem ativa e a participação do aluno na construção de conhecimentos. Considera que o importante não são somente as diversas estratégias metodológicas, mas o olhar docente para a aprendizagem do aluno.

A metodologia promoverá o protagonismo estudantil, favorecendo a estruturação e expansão do conhecimento, tendo o professor como função principal, a mediação. Esse deve pesquisar para compreender como o aluno constrói o conhecimento, como aprende, estuda, tece sua teia de saberes para que a aprendizagem se consolide e seja significativa.

O objetivo é, portanto, desenvolver nos alunos habilidades e competências que serão o suporte para criações em áreas diversas e para a resolução de situações-problema pessoais ou coletivos ao longo da sua vida.

É necessário elucidar que as estratégias metodológicas que serão descritas a seguir estão em conformidade com as 10 competências gerais da BNCC: “conhecimento; pensamento científico crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania”.

Todas as competências convergem para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, estabelecendo uma articulação dos seus anseios em relação à construção do futuro. “Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro e de planejamento de ações para construir este futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social” (BRASIL, 2017, p.62).

7.3.15. OS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) buscam uma contextualização do que é ensinado, trazendo temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância

para seu desenvolvimento como cidadão. O grande objetivo do Colégio Zoppi é que o estudante não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade. Assim, espera-se que os TCTs permitam ao aluno entender melhor: como utilizar seu dinheiro, como cuidar de sua saúde, como usar as novas tecnologias digitais, como cuidar do planeta em que vive, como entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres, assuntos que conferem aos TCTs o atributo da contemporaneidade.

No contexto educacional, os Temas Contemporâneos Transversais não pertencem a uma área do conhecimento em particular, mas que atravessam todas elas, pois delas fazem parte e a trazem para a realidade do estudante. Na escola, são os temas que atendem às demandas da sociedade contemporânea, ou seja, aqueles que são intensamente vividos pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e pelos educadores no dia a dia, que influenciam e são influenciados pelo processo educacional.

O trabalho intradisciplinar pressupõe a abordagem dos conteúdos relacionados aos temas contemporâneos de forma integrada aos conteúdos de cada componente curricular. Não se trata, portanto, de abordar o tema paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos Temas Contemporâneos Transversais. Por sua vez, a interdisciplinaridade implica um diálogo entre os campos dos saberes, em que cada componente acolhe as contribuições dos outros, ou seja, há uma interação entre eles. Nesse pressuposto, um TCT pode ser trabalhado envolvendo dois ou mais componentes curriculares. A abordagem transdisciplinar contribui para que o conhecimento construído extrapole o conteúdo escolar, uma vez que favorece a flexibilização das barreiras que possam existir entre as diversas áreas do conhecimento, possibilitando a abertura para a articulação entre elas.

Os temas contemporâneos transversais entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo da escola e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação sócio-política, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades. Devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos

diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticados no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos.

São 10 os temas integradores considerados pelo Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia:

1. Educação em Direitos Humanos
2. Educação para a Diversidade
3. Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade
4. Educação para as relações étnico-raciais
5. Educação para o Trânsito
6. Saúde na Escola
7. Educação Ambiental
8. Educação Financeira e para o Consumo
9. Cultura Digital
10. Educação Fiscal
11. Educação alimentar e nutricional

7.4. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

7.4.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

O **Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi** tem como proposta ser uma escola inclusiva. Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, busca-se reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e a garantia igualdade de condições de acesso e permanência do aluno na escola conforme a **Resolução Nº 002**, de 4 de agosto de 2023 em anexo. Acredita-se, para tanto, que os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade. Conforme CARVALHO (2000, p. 17):

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva:

A partir deste referencial, estrutura-se a oferta da chamada Educação Especial, em um “tripé”, ou seja, alicerça-se em três pilares: A construção de um arcabouço político para regulamentar esta modalidade; A institucionalização de políticas de financiamento para subsidiar a oferta de recursos e serviços para tais atendimentos; E orientações específicas para que haja avanços nas práticas pedagógicas inclusivas.

Numa perspectiva de construção de políticas públicas, práticas pedagógicas com o foco principal no direito de todos à educação e a educação para todos. Assim que reza a nossa Carta Magna;

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

I- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

II-pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (BRASIL, 1988)

Para isso, é importante que todo documento baseado neste contexto venha como princípio pensar na Declaração de Salamanca, que é um documento central para a construção de proposta de educação especial que temos no nosso país.

A Declaração de Salamanca não é exclusivamente para os alunos de Educação Especial e Inclusiva, mas traça ideias e conquistas de todos os sujeitos que de alguma forma

passam por evidências que necessitam de inclusão, mas em percussores teóricos e necessários que venham enfraquecer sistemas de ensino que direcionam a concretização de práticas de exclusões que evidenciam grupos consideradamente padrões, homogeneizadores de ensinamentos inseridos nos processos de escolarização.

A Educação Especial, nesse caso, não é um conceito de sinônimo de Educação Inclusiva. A Educação Especial está inserida na Educação Inclusiva... Então, o que se entende sobre educação especial? Ela é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente, na rede de Ensino Regular (LDB), bem como afirma a Constituição Federal de 1988 com, “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”. Realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem. Para entendermos mais este conceito vale destacar a lei nº 9394/1996 Art. 58 e 59, ressaltando a importância do professor especializado em nível médio ou superior, trazendo bons resultados e melhorias para o ensino voltado a educação especial inclusiva, através de recursos como: currículos; métodos e técnicas, para uma organização eficaz de ensino, proporcionando uma educação especial que esteja disposta a inserir pessoas no mercado de trabalho, para a sua participação justa no meio social. Além de formar um ensinamento com acesso igualitário dos benefícios dos programas sociais para com todos das escolas regulares.

A Educação Especial atende um público alvo que são os alunos que são diagnosticados como: pessoas com deficiência com impedimentos, sejam eles, físicos, mentais ou sensoriais de longo prazo. E apresentam fatores que, segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de oportunidade com as demais pessoas; transtornos globais de desenvolvimento, que caracterizam como aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais e na comunicação, incluindo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil; e, altas habilidades ou superdotação, pessoas que demonstram potenciais elevados em quaisquer áreas, sejam elas intelectuais, acadêmicas, liderança, psicomotricidade e artes, como também, pessoas que apresentam grandes criatividade e potenciais em aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

De acordo o capítulo 5, da LDB, no que se refere ao atendimento educacional

especializado (AEE), tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especiais. Para a atuação deste serviço, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Quem executa o plano de execução para alunos com necessidades são os professores que atuam na sala de recursos. O professor regente coloca em ação os planos e tem que estar em constante parceria com o professor do AEE, sendo este atendimento utilizado em momentos durante a semana. Para reforçar o profissional deve realizar um diálogo para que possa haver resultados significativos, tornando-se este trabalho do atendimento educacional especializado uma ferramenta dentro do PPP das escolas, havendo benefícios satisfatórios para uma educação inclusiva qualificada, voltada aos estudantes e educadores.

De acordo com as Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, os alunos tem que estar matriculados nas classes comuns do ensino regular; o AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular; a elaboração do plano de AEE é de competência dos professores que atuam na sala de recursos; e o projeto pedagógico deve institucionalizar a oferta do AEE. Prevê também, cronograma de atendimento; plano para identificar as necessidades específicas de cada aluno; organização, como sala de recursos, espaços físicos, imobiliários, recursos pedagógicos, equipamentos que facilite o processo e a acessibilidade; planos de recursos necessários e atividades a serem desenvolvidas. Diversos fatores que venham reforçar o direito estabelecido pela Constituição Federal, art. 205, que, define a educação como um direito de todos que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a “igualdade de condição de acesso e permanência na escola” como um princípio.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, art. 2, Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

A inclusão na área educacional de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica envolve recursos e serviços educacionais especiais, não

apenas se limitando a colocar o aluno com necessidades educacionais especiais em uma sala junto com os estudantes que não apresentam essas necessidades, a escola deve firmar seu compromisso com a educação oferecendo a todos os alunos educação de qualidade, colocar-se à disposição do aluno. A ação pedagógica escolar deve atender a diversidade de diferentes formas: no âmbito político, deve garantir o direito à matrícula do aluno com necessidades especiais em classes comuns, prover recursos pedagógicos orientada na política de inclusão no que se refere à capacitação de recursos humanos para atender as necessidades dos estudantes; no âmbito técnico-científico, a formação do corpo docente, assim como o desenvolvimento de trabalho em grupo para atender a diversidade de forma inclusiva; no âmbito pedagógico, em qualquer momento da vida os alunos podem apresentar necessidades educacionais e os professores conhecem diferentes maneiras para trabalhar com esses alunos. No entanto, há necessidades educacionais que requerem recursos e apoio de maneira mais especializado, são as denominadas Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

O foco nesses alunos vai além da deficiência do aluno, envolve também o ensino e a escola. Para que o aluno tenha acesso ao currículo, a escola deverá realizar uma avaliação pedagógica dos alunos com necessidades educacionais especiais. Nessa avaliação as considerações devem ser feitas de forma individual, deve levar em consideração as condições da escola e a prática do professor, para identificar as necessidades educacionais especiais bem como as potencialidades, deverá ser formada na escola uma equipe envolvendo todos os profissionais que trabalha como aluno, uma vez identificado que os recursos não são suficientes, deve-se procurar uma equipe multiprofissional.

Os alunos que necessitarem de atenção individual podem ser atendidos em núcleos, sejam eles públicos ou privados, quando houver necessidade, por meio de parcerias com serviços da área da Saúde, Assistência Social e Trabalho, com o objetivo de garantir o desenvolvimento integral do aluno. No âmbito administrativo, no processo de construção de educação inclusiva, é necessário o funcionamento no que se referem os recursos humanos, materiais e financeiros.

A inclusão na escola é muito mais do que a partilha do mesmo espaço físico, ela deve também proporcionar aos alunos um espaço de interação, gerando oportunidades para que ocorram aprendizados significativos. E para isso, temos que entender que a diferença não é empecilho para aprender, e que todas as pessoas podem ajudar umas

as outras (SILVA, 2011).

Nessa perspectiva, os benefícios de uma educação inclusiva, podem contribuir também para os estudantes sem necessidades especiais. Pois o processo de inclusão permite fornecer aos demais alunos, benefícios acadêmicos, sociais e psicológicos, visto que os mesmos poderão adquirir uma nova visão de mundo com essa troca de saberes.

Porém, de acordo com Mantoan (2003), desenvolver ações educacionais voltadas para a inclusão pode não ser uma tarefa tão fácil. Pois, muitos professores relatam que não estão preparados para essa nova modalidade de ensino, o que pode abalar sua identidade profissional em uma dada estrutura ou sistema de ensino, gerando conflitos contra a sua experiência, e os esforços que fizeram para adquiri-las.

Portanto, o processo de inclusão vai muito além dos muros da escola, é uma ampliação da circulação social, gerando uma construção cotidiana de uma sociedade que ofereça múltiplas oportunidades a todos os indivíduos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças (PAULON, 2005).

A educação inclusiva tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela almeja garantir a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Quando falamos em projetos voltados a inclusão, principalmente em uma realidade local, é preciso um pouco mais de reflexão, pois é muito difícil trabalhar com Educação Especial na prática. A princípio entendemos que o professor pode fazer um trabalho lindo com um aluno especial, mas se ele não envolver toda a turma, esse trabalho pode não ter tanta eficácia. Sendo assim, percebemos que é necessário mais profissional para acompanhar os professores e também desenvolver mais atividades para o atendimento a esses estudantes. São muitos alunos a serem atendidos e apenas um educador em sala de aula não consegue atender a demanda. Vale ressaltar também que Inclusão é um trabalho de equipe, apenas o acompanhamento com o psicólogo não resolve, assim como atividades rotineiras sem levar em consideração a especificidade do aluno também não é relevante. É preciso entender que nem todo aluno com necessidade especial terá o mesmo comportamento. Duas pessoas podem ter o mesmo diagnóstico,

mas isso não significa que uma atividade que dá certo para um, dará certo para o outro também.

Para fazer a inclusão de verdade e, garantir a aprendizagem de todos os alunos, é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Como esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado.

A inclusão de alunos/as com necessidades educacionais especiais implica redimensionamento curricular dos processos de ensino-aprendizagem, bem como do acesso aos diferentes espaços físicos da Instituição. Segundo Werneck (1999, p. 12-13),

Partindo da premissa de que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mais ela adquire o genuíno conhecimento, fica fácil entender porque a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência. A segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios. Sem bons desafios, como evoluir.

Dessa forma, a Escola busca organizar a prática pedagógica, possibilitando a personalização do ensino de acordo com as particularidades de todos os alunos. Pressupõe, sobretudo um trabalho de planejamento centrando-se no contexto do grupo, atendendo não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas também as eventuais especificidades dos demais alunos, contribuindo, dessa forma, com o processo de inclusão escolar. As adaptações curriculares, tanto no que se refere às adaptações dos objetivos, dos métodos, como também da avaliação, ocorrem como uma das formas mais específicas de contemplar as necessidades individuais do aluno.

Além disso, entende-se que as discussões a respeito da inclusão devem ser ampliadas

e estendidas a toda comunidade escolar, para que haja o entendimento e respeito às diferenças, já que somos todos diferentes com um jeito próprio de pensar e agir. Assim, “[...] é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.” (SANTOS apud MONTANO, 2003, p.34).

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam a diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. A Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente a espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

A Escola respeita os princípios de igualdade e equidade, promovendo o fortalecimento da escola inclusiva, e entende que a educação especial integra a educação regular e perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. A escola está voltada a promoção de uma educação para todos, nesse contexto ela:

1. Efetua a distribuição ponderada dos alunos público alvo da educação especial pelas várias classes da fase escolar em que forem classificados, buscando a adequação entre idade e série/ano (ano da escolarização);
2. Promove o estabelecimento de parcerias e redes de apoio para auxiliar os alunos com deficiência;
3. Procura garantir, no âmbito de sua governabilidade, a presença de intérpretes da Libras, guias intérpretes e cuidadores, monitores, sempre que necessário;
4. Busca dar sustentabilidade ao processo escolar, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio com a participação da família e de outros agentes da comunidade no processo educativo;

Atuar no sentido de uma prática pedagógica que seja acessível a todos, integrar a diferença, portanto, não se trata de somente diferenciar para um, mas, antes de tudo, de construir um cotidiano no qual as diferenças possam encontrar — eco. Equivocadamente algumas concepções reduzem a criança à sua deficiência e à patologia, tornando invisível o sujeito e negando as demais características e habilidades.

Para fortalecer a inclusão e garantir que a Educação Especial seja efetiva em um ambiente escolar, é essencial compreender e aplicar a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015). Essa legislação, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece diretrizes cruciais para a promoção da acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência em diversas áreas da sociedade, incluindo a educação. Em seu artigo 28, a lei define o Plano Educacional Individualizado (PEI) como um recurso fundamental para garantir a adequação das práticas pedagógicas às necessidades específicas de cada aluno com deficiência. O PEI deve ser elaborado com a participação da equipe multidisciplinar, incluindo o próprio aluno e sua família, e visa assegurar que o plano de ensino seja ajustado para atender às particularidades e potencialidades do estudante, promovendo a sua plena participação e aprendizado.

O PEI não apenas estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento educacional do aluno, mas também busca a eliminação de barreiras e a promoção de um ambiente educacional inclusivo e adaptado às necessidades de cada indivíduo. A aplicação do PEI está alinhada com o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, conforme preconizado pela Constituição Federal e pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. Assim, a Lei Brasileira de Inclusão reforça a importância de personalizar o ensino, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades ou habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, conforme os objetivos previstos na Resolução Nº 003 de 16 de maio de 2024 em anexo.

8. MARCO OPERACIONAL

8.1. PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada impulsiona e sustenta o movimento constante da concretização da nossa proposta pedagógica e essa prática é um compromisso do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi.

No contexto atual, em que as metodologias ativas pedem uma reconfiguração do espaço da sala de aula, da transformação do papel do professor de transmissor de conhecimento para um mediador dos processos de ensino e aprendizagem, quando o foco está na aprendizagem por habilidades e competências e há um constante incentivo ao protagonismo estudantil, torna-se essencial a projeção e criação de um programa de formação continuada para os docentes.

Frente a novos paradigmas educacionais, a formação continuada e permanente torna-se fundamental. Os profissionais do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi estão em contínua formação, através de reuniões gerais, por áreas, anos de escolarização, áreas de linguagem. Nesses momentos de formação são contempladas situações de estudo, de planejamento coletivo, de desenvolvimento de ações conjuntas, estratégias de reflexão da prática, análise de situações didáticas, reflexão sobre as ações educativas, troca de experiências entre os educadores, entre outras questões. Nesses encontros, busca-se fomentar a capacidade de aprender a aprender juntos, assim como pensar e ressignificar a prática pedagógica, considerando os espaços, os tempos, os processos de aprendizagem.

Além da formação permanente na Escola, os profissionais são incentivados a participarem de cursos, seminários, congressos, viagens de estudos, entre outros eventos. Compartilhamos, também, do mesmo entendimento de Eyng (2010, p. 121), sobre a formação continuada, quando diz que “[...] no espaço em que atua como formador, o professor é desafiado a educar-se, responsabilizar-se por sua aprendizagem continuada”.

Acreditamos que a formação continuada assume um espaço de grande importância, sobretudo quando se deseja uma proposta pedagógica que tenha implicações em novas posturas frente ao conhecimento, conduzindo a uma renovação das práticas no processo ensino-aprendizagem. Parafraseando Freire: “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática” (FREIRE, 1991, p.58).

Para o autor, a formação permanente é uma conquista da maturidade, da consciência do ser. Quando a reflexão permear a prática docente e de vida, a formação continuada será exigência para que o homem se mantenha vivo, energizado, atuante no seu espaço

histórico, crescendo no saber e na responsabilidade (FREIRE, 1991).

8.2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional **Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi** é pautada em estudos, diálogos e pesquisas com seus profissionais, estudantes e suas famílias, a partir de temas como: **Formação Continuada, Práticas Pedagógicas, Cultura / Clima Organizacional escolar, Fortalecimento e Integração da comunidade escolar, Infraestrutura, Gestão e Processos.**

Para que a avaliação institucional ocorra, a Direção da Escola elabora, juntamente com os setores de Coordenação Pedagógica, projetos específicos com indicadores que pautam a coleta de dados para serem analisados posteriormente, visando ao replanejamento qualitativo do processo de ensinar e de aprender.

8.3. ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

A escola como parte integrante da comunidade põe-se a disposição dos pais de alunos na busca da formação de um desenvolvimento integral das crianças, propondo-se a dar informações e orientações, favorecendo maior autonomia e segurança emocional, contribuindo para um desenvolvimento saudável de seus filhos, resgatando o compromisso de ambos.

São realizadas assembleia de pais no início de cada ano letivo com informes gerais e pedagógicos, além de reuniões e palestras com os pais organizadas pela direção e coordenação pedagógica com profissionais da Secretária de Educação e profissionais das áreas de psicologia, assistência social, saúde, enfatizando os seguintes temas: Limites e valores, formas de comunicação, afetividade, sexualidade ou outros que se fizerem necessários.

8.4. AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A recuperação terá como objetivo proporcionar aos alunos que demonstrarem rendimento insuficiente, oportunidade de aproveitamento e aprovação. Os estudos de recuperação serão planejados e aplicados em função das necessidades individuais, considerando a deficiência da aprendizagem.

Para tanto, a avaliação deverá utilizar diversas técnicas e instrumentos avaliativos (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outros).

A avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos adaptados, procedimentos e temporalidade. Devem ser considerados os resultados ao longo de cada período avaliativo, expressando o desenvolvimento escolar do estudante, seus avanços bem como as necessidades identificadas, para que se constituíam num novo ponto de partida.

A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem pelo qual o professor pode refletir sobre sua metodologia e reorganizá-la em função dos resultados de aprendizagem apresentados.

A mesma deve acontecer de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, assegurando aos estudantes novas oportunidades de aprendizagem.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e tem como objetivos a efetivação da apropriação dos conteúdos básicos, devendo ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independentemente de seu rendimento.

A recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, a ser realizada no final do último trimestre.

Se no processo de recuperação, o educando obter um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa seu melhor momento em relação à aprendizagem dos conteúdos e devem ser registrados no Livro Registro de Classe.

O processo de avaliação e as estratégias de recuperação de estudos devem estar explícitos no planejamento do professor

8.5. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

É sabido por todos, especialmente os sujeitos da área educacional, dos desafios que existiam na educação no Brasil, de modo geral. Contudo, com a pandemia do Covid-19 esses desafios foram intensificados, obrigando as redes de educação de todo país articularem ações para a reordenação e estímulo as aprendizagens.

Nesse sentido, a partir da indicação atual dos especialistas, torna-se indispensável a organização desse Plano Norteador em torno da recomposição de aprendizagens, na perspectiva, que o foco no protagonismo e no desenvolvimento dos alunos, para além da 'recuperação de aprendizagem' devido às dificuldades trazidas pela pandemia, sejam observados em cada escola, segmento(s) que as mesmas atendem, de modo que equipes gestoras e de apoio, docentes e discentes se sintam apoiados a partir das orientações e dicas para um planejamento mais humanizado, considerando diferentes frentes, desde a busca ativa dos estudantes até as ações de mão na massa referentes a estruturação do processo de recomposição de aprendizagem. Esse movimento é o ponto de partida para assegurarmos espaços e ações de formação continuada com apoio dos coordenadores pedagógicos, nos momentos de planejamento (que já constam em carga horária) para essa ação, cujo foco será o processo de ensino e aprendizagem na escola, observando a priorização e a flexibilização do currículo, partindo dos resultados da avaliação institucional e de processo realizada por cada professor, de modo que possam fazer o replanejamento com base em evidências e não em inferências como dizem alguns pensadores da educação. Imperativo informar que a seguir apresentaremos experiências de outras redes para fomentar ideias e possibilidades, mas cada equipe pode escolher o arranjo mais adequado a realidade da comunidade escolar.

8.5.1. OBJETIVOS:

- Organizar os alunos em agrupamentos produtivos de acordo com os níveis de escrita e os níveis de matemática;
- Trabalhar com atividades de relevância cognitiva, social e afetiva, que sejam adequadas aos alunos dos anos iniciais e finais;
- Desenvolver a escrita e a leitura dos alunos, a partir de atividades estruturantes diversificadas, de acordo com os níveis de escrita dos agrupamentos produtivos;

- Desenvolver o pensamento matemático dos alunos, a partir de atividades contextualizadas diversificadas, de acordo com os níveis matemáticos dos agrupamentos produtivos.

Assim, espera-se que na nossa rede educativa, para além dos educadores e o gestores, que toda comunidade do entorno escolar esteja envolvida no processo de se reinventar a partir dos dilemas que se descortinam no cotidiano de modo que possamos remediar os impactos na aprendizagem causados pelo contexto pandêmico e o ensino remoto .

Por fim, cabe destacar que para facilitar o planejamento de modo articulado inicialmente com as equipes gestoras, por conseguinte destas com os professores, algumas premissas devem ser asseguradas. **São elas:**

- I. Busca Ativa Escolar**, organização de esforço multidisciplinar e de acolhida diária dos estudantes são duas ações essenciais para realizar este trabalho e combater a evasão e o desenvolvimento dos estudantes;
- II. A Avaliação Processual**, que compreende vários aspectos, desde o contexto social que o estudante está inserido, bem como as suas características; sua participação nas atividades; seu grau de autonomia; suas habilidades e dificuldades; seu comportamento e relações com professor(a) e colegas nas aulas, entre outros, deve ser a base para a correção de rotas e avanços nas aprendizagens;
- III. Os Arranjos Didáticos**, que se relacionam com os agrupamentos que a escola vai organizar visando a melhoria dos resultados;
- IV. Formação Continuada**, que deve favorecer o Planejamento com foco na diferenciação/personalização pedagógica a partir dos combinados em cada Escola.
- V. Acompanhamento**, dar feedback ao trabalho docente planejado com o apoio da equipe gestora e apoiar seu aprimoramento. Na observação da sala de aula não perder de vistas a interação entre os alunos e o conteúdo(adequação/desafios), a interação entre aluno/a e professor(a), bem como as intervenções/mediações realizadas, ainda observar a interação entre os colegas em arranjos diversificados: duplas ou outro tipo de agrupamento.
- VI. Produto final:** Organizar um portfólio pedagógico, contendo: planejamento das ações de formação na escola, frequência, material bibliográfico utilizado,

produções dos professores e dos estudantes (relatos de experiências individuais e/ou coletivos, trocas de experiências) indicando o nível de aprendizagem dos alunos diante da proposta de ensino apresentada, relatório reflexivo (CP) desde o processo das ações de formação na escola, avaliações, registros fotográficos e/ou vídeos feitos.

8.6. PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE A EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é caracterizada quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o ano letivo e não retorna a matricular-se no ano seguinte.

Discutir a proposta de prevenção e combate à evasão escolar requer discutir ações e traçar estratégias com objetivo de prevenir casos de infrequência, detectando suas causas, evitando que a evasão escolar ocorra.

Embora a evasão escolar nos 6º anos da Educação Fundamental — Anos Finais é menor, entretanto do 7º ao 9º ano a incidência da evasão escolar tende a aumentar nestas séries subsequentes do Colégio Zoppi, regularmente os professores, padrinhos das turmas e demais funcionários da escola são sensibilizados quanto à importância do acompanhamento periódico da frequência do estudante, destacando procedimentos concretos no cotidiano como:

- Informar a secretaria e equipe gestora na segunda falta semanal do estudante;
- Na terceira falta consecutiva e injustificada é realizado o contato telefônico com os pais e/ou responsáveis para questionamentos sobre o motivo das faltas ou se há atestado médico / justificativa por escrito para amparo legal dessas faltas;
- A partir da quinta falta consecutiva e injustificada, e insucesso no contato telefônico ou por mensagem, é realizado o encaminhamento para a equipe do **Programa da Busca Ativa Escolar-BAE**.

O fato é que a evasão escolar é apenas a última etapa de um longo processo que se apresenta nas primeiras faltas e que a escola no intuito de prevenção propõe providências básicas que podem prevenir essa situação:

- A chamada na sala de aula, para acompanhar as faltas e identificar os alunos que

estão tendo problemas para ir à escola — e eventualmente identificar tais problemas.

- E a captação, registro e análise de dados para acompanhar o progresso de cada aluno nas disciplinas, entender as falhas e tentar encontrar soluções.

Diante de dados levantados sobre a evasão escolar o **Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi** faz contato com a família conscientizando da importância da frequência do aluno e suas consequências. O aluno precisa perceber uma conexão real entre o que aprende e o contexto no qual vive. Uma maneira de proporcionar essa ligação é investindo em projetos interdisciplinares que fomentam o engajamento dos alunos e criam um campo de debate positivo, fazendo com que haja uma construção efetiva de conhecimento valorizando o aprendizado que o aluno possui.

Através do Programa Bolsa Família / Auxílio Brasil / Sistema Presença podemos ter acesso ao controle de frequência trimestralmente dos alunos beneficiários, com esse repasse de dados há intervenção do responsável pelo Programa beneficiando ou excluindo os mesmos, sendo que a frequência é de 85% (oitenta e cinco por cento).

8.7. AÇÕES PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES A PARTIR DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Diante dos resultados que as avaliações externas demonstram serão feitos planejamentos de ações para identificar as dificuldades e inseri-las no planejamento referente a turma designada, para sanar as dificuldades que as avaliações apresentaram e para subsidiar as tomadas de decisões no âmbito dos sistemas educacionais de cada escola sendo uma prática de estudos que demonstram estar associada a redes e escolas com melhores resultados de aprendizagem, diante disso se desenvolve algumas ações para a melhoria da aprendizagem:

- Realizar uma Gestão Pedagógica, tendo como principal meta a aprendizagem dos alunos, através do desenvolvimento de habilidades, e competências, alcançando resultados positivos é o que se propõe a todo o momento a todo o corpo docente da escola.
- Selecionar e organizar textos que dêem subsídios para o professor buscar conhecimentos mais avançados. Discutir as diferentes possibilidades de

encaminhamentos metodológicos.

- Criar situações de avaliações com críticas selecionadas, em função dos conteúdos considerando o nível de aquisição de conhecimentos já adquiridos pelos alunos. O aluno sentirá que a escola está trabalhando comprometida com sua formação.
- A grande proposta é aprender com prazer, aprender brincando, brincar aprendendo, aprender a aprender, aprender a crescer: a escola tem que ser assim, espaço de aprendizagem.
- Os alunos com maiores dificuldades são orientados ao professor a realizar um trabalho diferenciado no individual, trazer o aluno mais próximo do professor com atividades extracurriculares, ainda se não houver evolução encaminha-se para outros setores como o Núcleo de Psicologia Integrado — NUPI.

A divulgação dos resultados da rede municipal e da escola é realizada para todo corpo docente pois todos são responsáveis pelos resultados, e não somente o professor da turma.

Em seguida, é inserido no planejamento trimestral atividades que envolvam os descritores abordados, bem como realização de simulados.

8.8. PROPOSTA DE TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS FINAIS E DOS ANOS FINAIS PARA O ENSINO MÉDIO

As transições que ocorrem do Ensino Infantil até o Ensino Médio são momentos marcantes para os alunos. Do Ensino Infantil para o Ensino Fundamental I, algumas diferenças como tempo adaptado para o recreio e parquinho, aumento de atividades e materiais podem ocasionar conflitos para os alunos.

Já com os alunos que estão ingressando ao Ensino Fundamental 2, dentre uma lista de desafios, o maior deles é a quantidade de professores. Depois de conviverem com poucos educadores em sala de aula durante anos, a troca para até oito deles parece mais difícil.

No Ensino Médio o desafio torna-se ainda maior, pois é necessário ao aluno empenho dobrado nos estudos. É a etapa final da educação básica e integraliza a formação que todos devem ter para enfrentar com melhores condições a vida adulta.

Mesmo com todos os cuidados, podemos ter alguns estudantes que ainda consideram a transição brusca. Diante disso, o Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi busca aproximar estas realidades em benefício dos alunos, professores e dos demais envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

As ações para que esse processo se torne menos doloroso e menos traumático para as crianças e jovens compreendem:

- Realizar reuniões pedagógicas com os pais das turmas que estão passando por uma dessas etapas de transição e com os próprios alunos a fim de esclarecer o momento para que todos tenham sucesso nessa nova etapa;
- As turmas do 6º e 9º ano são convidadas a participarem, em momentos distintos, de aulas experimentais com professores que farão parte do seu dia a dia no próximo ano letivo (por meio presencial ou vídeos). As turmas do 6º ano poderão entender como funciona um novo turno, o esquema de aulas com vários professores e o sistema de avaliação.
- Os alunos do 9º ano terão informações importantes sobre o Ensino Médio e serão orientados a uma nova postura.
- Estudos com os professores para a acolhida dos alunos do 6º ano, como o período de adaptação dos mesmos nessa nova etapa de ensino (planejamento, atividades lúdicas, gestão da sala de aula, organização da sala de aula);

8.8.1. A SAÍDA DOS ANOS FINAIS E PREPARAÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO

- ORGANIZAR PALESTRAS, PROJETOS, atividades experimentais, rodas de conversa, entre outras, no sentido de auxiliar os(as) profissionais da escola, a família e os(as) próprios(as) estudantes no processo de conhecimento da sua realidade e na preparação para as vivências futuras.
- ORGANIZAR VISITAS dos pais e/ou responsáveis e dos(das) estudantes às escolas de Ensino Médio, visando apresentar a Proposta Pedagógica, o perfil da unidade escolar e orientar a escolha sobre onde matricular o(a) estudante.
- PROMOVER ENCONTROS, REUNIÕES e eventos, virtuais e/ou presenciais, para sensibilizar estudantes e famílias para a necessidade e importância da continuidade aos estudos, ainda que, muitas vezes, nesse momento o(a) jovem esteja apto(a) ao mercado de trabalho.
- PROMOVER ENCONTROS E/OU PRODUZIR MATERIAIS sobre a oferta dos

cursos de formação em Educação Profissional disponibilizados pela SEEDF para divulgação das informações sobre os tipos de cursos, formas de ingresso.

- PROMOVER A REFLEXÃO DOS(AS) ESTUDANTES sobre seus Projetos de Vida, de forma a abrir-lhes novas perspectivas de formação e de trabalho.
- PROMOVER ENCONTROS E/OU PRODUZIR materiais sobre as diversas formas de escolarização do Ensino Médio na SEEDF: regular - jornada em tempo parcial ou em tempo integral -, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos.
- TRABALHAR COM A TEMÁTICA DE PROJETO DE VIDA, especialmente sob o prisma do autoconhecimento, do autocuidado, dos valores e da motivação.
- PROMOVER ENCONTROS, REUNIÕES E EVENTOS, virtuais e/ou presenciais, junto ao corpo docente e aos pais e/ou responsáveis, para a reflexão e discussão sobre o processo de adolescer, tendo em vista o desafio desta temática.
- PROMOVER AÇÕES DE INTEGRAÇÃO junto à nova unidade escolar para que seja construída uma relação de confiança e de corresponsabilidade da escolarização dos(as) estudantes.
- REALIZAR VISITAS a unidades escolares que ofertam Educação Profissional
- PROMOVER WORKSHOP fora ou dentro da própria instituição com palestras e/ou oficinas voltadas para Educação Profissional ou áreas afins.
- PROMOVER CLUBES de leitura, clubes de vídeos, grupos de estudos e monitorias para favorecer as aprendizagens dos(as) estudantes.
- PARTICIPAR DE OLIMPÍADAS de Matemática, Ciências, Química, História, Língua Portuguesa, dentre outras.
- PROMOVER COLAÇÃO DE GRAU com o intuito de resgatar a cultura, bem como valorizar os estudos e incentivar a continuidade dos estudos.

8.9 AÇÕES DE COMBATE AO BULLYING E AO PRECONCEITO

O bullying, compreendido como uma forma sistemática de violência física ou psicológica, impõe desafios consideráveis ao ambiente escolar, afetando não apenas a vítima, mas todo o ecossistema educacional. Este fenômeno, caracterizado por agressões intencionais, repetitivas e com desequilíbrio de poder entre os envolvidos, tem se mostrado um dos principais fatores de evasão escolar, desinteresse pelos estudos e problemas emocionais entre os alunos. Portanto, o combate ao bullying se torna uma

prioridade indiscutível para qualquer instituição que busca oferecer uma educação de qualidade e inclusiva.

8.9.1. Entendendo o Bullying no Contexto Escolar

No ambiente escolar, o bullying pode se manifestar de diversas formas: física, verbal, relacional e, mais recentemente, no ambiente digital, através do cyberbullying. Este último, em especial, amplia o alcance e a duração dos ataques, uma vez que as agressões virtuais podem ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar, não se limitando ao espaço físico da escola. A escola, como espaço formativo e socializador, tem a responsabilidade de entender e agir frente a essas situações, adotando práticas preventivas e interventivas.

Além de violar os direitos básicos dos alunos à segurança e à dignidade, o bullying compromete o desempenho acadêmico, o bem-estar emocional e a saúde mental das vítimas. Estudos demonstram que crianças e adolescentes que sofrem bullying têm maior propensão a desenvolver quadros de depressão, ansiedade e, em casos extremos, ideias suicidas. Por outro lado, aqueles que praticam o bullying também estão em risco, uma vez que tais comportamentos, se não corrigidos, podem evoluir para atitudes antissociais e até criminosas na vida adulta.

A Lei 14.811 de 2024, que altera o Código Penal Brasileiro para incluir os crimes de bullying e cyberbullying, reforça a gravidade dessas práticas, estabelecendo penalidades específicas para os agressores. Isso sublinha a responsabilidade da escola em prevenir, identificar e lidar com casos de bullying, garantindo que todos os alunos tenham acesso a um ambiente seguro e respeitoso.

8.9.2. Ações de Combate ao Bullying: Estratégias de Intervenção

Para enfrentar este problema complexo, a escola precisa adotar uma abordagem multidimensional, que envolva a comunidade escolar como um todo: alunos, professores, equipe pedagógica, pais e responsáveis. O combate ao bullying deve ser parte integrante do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, e as ações propostas devem ser contínuas e articuladas com os demais projetos e programas desenvolvidos pela instituição.

Educação e Sensibilização: A primeira frente de combate ao bullying é a conscientização. É fundamental que todos os membros da comunidade escolar compreendam o que é bullying, suas consequências e como identificá-lo. Para isso, podem ser realizadas palestras, workshops e campanhas educativas que esclareçam sobre o tema, utilizando materiais didáticos adequados às faixas etárias envolvidas.

Criação de um Ambiente Escolar Inclusivo e Respeitoso: A promoção de uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças, na empatia e na solidariedade é essencial. Projetos que incentivem a inclusão, como rodas de conversa, dinâmicas de grupo e atividades que valorizem a diversidade, são ferramentas eficazes para construir um ambiente onde o bullying não encontre espaço para se desenvolver.

Formação Continuada dos Educadores: Os professores e a equipe pedagógica desempenham um papel central na identificação e no combate ao bullying. Portanto, é necessário o investimento na formação continuada desses profissionais, capacitando-os para reconhecer sinais de bullying, intervir de maneira eficaz e oferecer apoio às vítimas. Além disso, a formação deve abranger técnicas de mediação de conflitos e promoção da convivência pacífica.

Estabelecimento de Normas e Sanções Claras: O bullying deve ser tratado com a seriedade que merece, e isso inclui a criação de um código de conduta escolar que preveja consequências claras para atos de violência e desrespeito, em consonância com a Lei 14.811 de 2024. Essas normas devem ser amplamente divulgadas e compreendidas por toda a comunidade escolar, e sua aplicação deve ser justa e consistente.

Apoio Psicológico e Intervenção Especializada: Alunos envolvidos em situações de bullying, seja como vítimas ou agressores, devem ter acesso a apoio psicológico. A presença de um psicólogo escolar é fundamental para trabalhar questões emocionais e comportamentais, oferecendo um espaço seguro para que os alunos possam expressar seus sentimentos e receber orientações adequadas.

Envolvimento da Família e da Comunidade: O combate ao bullying não pode se limitar aos muros da escola. A parceria com as famílias e a comunidade é essencial para a

construção de uma rede de apoio ampla e eficaz. Programas que promovam o diálogo entre a escola e os pais, assim como ações comunitárias que abordem a questão do bullying, fortalecem a coesão social e ampliam as possibilidades de intervenção.

Monitoramento e Avaliação Contínua: Para garantir a eficácia das ações de combate ao bullying, é necessário implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua. A aplicação de questionários anônimos, a realização de grupos focais e o acompanhamento de casos específicos são estratégias que permitem à escola ajustar suas práticas e responder de maneira mais eficiente às necessidades da comunidade escolar.

O combate ao bullying é um desafio que exige compromisso, competência e ação coordenada. A escola, enquanto espaço de formação integral, tem o dever de proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, onde todos os alunos possam desenvolver suas potencialidades de maneira plena. O enfrentamento do bullying, portanto, não é apenas uma questão de disciplina, mas uma expressão do compromisso ético e pedagógico com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao integrar estratégias de prevenção e intervenção no seu Projeto Político-Pedagógico, a escola assume um papel ativo na promoção da cidadania, na defesa dos direitos humanos e na construção de uma cultura de paz

8.10 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é o órgão colegiado fundamental para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem da escola em assuntos didático-pedagógicos e o órgão de maior poder para tomada de decisões da escola.

Dada a sua natureza consultiva e deliberativa, compete ao Conselho de Classe analisar informações e dados apresentados por diferentes segmentos (professores, alunos e responsáveis por alunos) e propor ações interventivas imediatas, visando a melhoria do estudante e/ou da turma durante o processo escolar, incluindo aspectos metodológicos, quando for o caso.

O Conselho de Classe é constituído pelas equipes diretiva, pedagógica e por todos os docentes da turma. Como proposta de Conselho de Classe Participativo, os líderes e vice-líderes de cada turma também constituirão o Conselho e terão oportunidade para

discutir alternativas e contribuir para sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem de seus colegas e turma.

As reuniões de Conselho de Classe deverão ocorrer ao final de cada unidade letiva e serão sempre lavradas em livro ata, como forma de registro.

O Conselho de Classe será organizado em duas categorias:

I – Conselho de Classe Participativo: momento em que todos os envolvidos no processo discutem os dados e informações existentes sobre cada turma e se posicionam frente a esses dados, propondo e definindo ações que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

II– Conselho de Classe com propósito de Aprovação e Reprovação: Será realizado ao final do ano letivo, envolvendo apenas as equipes diretiva, pedagógica e docente, com a finalidade de avaliar as habilidades desenvolvidas pelos estudantes que não obtiveram bom desempenho nos estudos e avaliações de recuperação desenvolvidos, com o propósito de aprovar ou reprovar os referidos estudantes.

Alguns critérios devem respaldar as decisões do Conselho como: os avanços obtidos pelo estudante no período letivo em discussão e o seu interesse pelas aulas/atividades; as estratégias e metodologias adotadas para melhorar a aprendizagem dos estudantes, bem como os critérios e instrumentos de avaliação utilizados; o desempenho do aluno em todos os componentes curriculares; as questões estruturais que podem interferir na aprendizagem; e outros.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação, mediação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, assegurando a participação de todos os segmentos presentes.

8.11 RECUPERAÇÃO

Diante do contexto pandêmico vivenciado nos anos de 2020 e 2021, a aprendizagem de nossos estudantes ficou comprometida, o que exige um olhar diferenciado para esses discentes por parte de toda equipe pedagógica. Nesse sentido o *Decreto 11079/22 | Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022 que Instituiu Política Nacional para*

Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica intensifica a ideia de que é preciso trabalhar no processo de recomposição e recuperação da aprendizagem. Portanto, cabe a escola seguir as orientações do Decreto 11079/22 (em anexo), bem como buscar estratégias que valorizem cada vez mais os conhecimentos já adquiridos pelos alunos e estimule-os na busca de novas aprendizagens.

Conforme a LDB, em seu Artigo 24, inciso V, alínea “e”: “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;”

A recuperação é entendida pelo COLÉGIO ZOPPI como um aspecto importante do processo ensino-aprendizagem que permite ao professor refletir sobre a metodologia e os instrumentos utilizados, os avanços/desenvolvimentos obtidos, bem como o interesse e participação dos alunos, a partir disso, reorganizar suas aulas para retomada das aprendizagens não efetivadas e realizar uma nova avaliação. É importante se pensar em metodologias diversificadas durante a retomada, para que as possíveis lacunas na aprendizagem sejam preenchidas.

Nessa perspectiva, a recuperação acontecerá de forma paralela ao processo de ensino-aprendizagem, sem data pré-determinada, devendo ocorrer logo após a verificação do rendimento dos estudantes, assegurando a eles novas oportunidades de aprendizagem. A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e deve ser oportunizada a todos (as) os (as) estudantes. Em relação à nota, prevalecerá a que o aluno obtiver o maior valor atribuído, devendo ser desconsiderada a menor.

Além do processo de recuperação paralela, ainda é assegurado, conforme ao calendário municipal, estudos de Recuperação Final para estudantes que não alcançarem a média anual. O processo de avaliação e as estratégias de recuperação de estudos devem estar explícitos no planejamento.

Convém ressaltar que a educação é uma ação coletiva, um ato político e como tal, deve ser pensada, refletida e construída por todos os sujeitos que a compõem. O mesmo vale para a avaliação. Somente com a união de todos os envolvidos, conseguiremos fazer a educação realmente acontecer.

8.12 OS TEMAS INTEGRADORES

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva:

Os temas integradores entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o Currículo de Barra da Estiva e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação sócio-política, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades. Devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticados no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos. São 10 os temas integradores considerados pelas Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia (DCRB's): Educação em Direitos Humanos, Educação para a Diversidade, Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade, Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação Ambiental, Educação Financeira e para o Consumo, Cultura Digital, Educação Fiscal.

O Currículo de Barra da Estiva ao pensar a BNCC e as DCRB como referenciais para a elaboração de uma proposta que considera singularidades, novos problemas e questões a serem incorporadas, de acordo com as especificidades regionais, surgiu a necessidade de acrescentar um novo tema integrador: Educação alimentar e nutricional. Nesse sentido, no processo de elaboração do documento, surgiu a necessidade de acrescentar um novo tema integrador. O novo tema integrador incluído pelo Currículo de Barra da Estiva foi: **Educação alimentar e nutricional.**

É importante ressaltar que os temas integradores são vistos como essenciais e perpassam por todo o currículo, enquanto nos PCNs eles eram recomendações facultativas, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) sinalizaram a sua obrigatoriedade, conforme as Resoluções CNE/CEB Nº 7/2010 e Nº 12/2012, na BNCC eles passaram a ser considerados como conteúdos essenciais para a Educação Básica, em função de sua contribuição para o desenvolvimento das habilidades vinculadas aos componentes curriculares.

8.13 PLANO DE SUPORTE E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com avaliação do diagnóstico da realidade escolar e considerando os desejos manifestados pela comunidade escolar, traçamos agora o plano que dará sustentação às transformações da visão estratégica do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi em ações práticas. Esse Plano Estratégico será composto de Objetivos Estratégicos, Estratégias e Metas, sendo que cada meta gerará um Plano de Ação.

8.14 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, ESTRATÉGIAS E METAS.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.	1.1. Reunir esforços nos componentes curriculares e “anos” críticos;	1.1.1. Aumentar o índice de aprovação dos 6º anos do Ensino Fundamental – anos Finais para, pelo menos, 85% ;
	1.2. Desenvolver e manter estratégias inovadoras e criativas;	1.2.1. Fixar padrões de desempenho para todos “os anos” de acordo com a Constituição Federal, BNCC, DCRB, DCRMBE e LDB;
	1.3. Garantir o Ensino Fundamental de 09 anos (finais) de acordo com as leis vigentes do país;	1.2.2. Executar um sistema contínuo de acompanhamento e avaliação dos alunos com baixo desempenho.
	1.4. Garantir o Ensino Fundamental dos Anos Finais no turno diurno da Unidade Escolar.	1.3.1. Cumprir os padrões do Ensino Fundamental anos finais de 09 anos.
		1.4.1. Garantir o Ensino Fundamental dos anos Finais de acordo com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

<p>2. Solidificar a gestão democrática escolar.</p>	<p>2.1. Gerar medidas formais da eficácia escolar para cada Componente Curricular ofertada pela escola incluindo as novas disciplinas, Ensino Religioso e Projeto de Vida;</p> <p>2.2 Garantir os atos normativos deliberados de acordo a atuação do Conselho Escolar;</p>	<p>2.1.1. Elaborar através da coordenação pedagógica um sistema de indicadores e desempenho acadêmico para todos “os anos” e Componentes Curriculares.</p> <p>2.2.1. Realizar e garantir de acordo as normativas do regimento interno e PPP reunião mensal com os membros do Conselho Escolar.</p>
<p>3. Assegurar a participação dos pais na escola.</p>	<p>3.1. Aumentar a comunicação entre Unidade Escolar e Pais e representantes legais dos alunos;</p> <p>3.2. Sensibilizar a participação dos pais no processo ensino – aprendizagem.</p>	<p>3.1.1. Elaborar boletim informativo trimestral para divulgar as atividades e desempenho da escola de forma sistemática e assistemática.</p> <p>3.2.1. Promover reunião trimestral informativa e de sensibilização com os pais ou responsáveis de alunos, sobre o desempenho acadêmico ao final de cada trimestre.</p>
<p>4. Fortalecer a integração escola – comunidade.</p>	<p>4.1. Estabelecer estratégias de comunicação entre a Unidade e Comunidade Escolar;</p>	<p>4.1.1. Fazer uso dos canais digitais (Twitter, Telegram, WhatsApp, Instagram, Facebook e outras redes sociais) com intuito pedagógico e acadêmico para o aprendizado do aluno e na definição dos eventos e</p>

	4.2. Incentivar a participação da comunidade escolar nos eventos, projetos e atividades escolares.	atividades escolares para divulgação interna e externa; 4.2.1. Promover reunião mensal com a classe acadêmica e os profissionais da educação para debater e planejar estratégias para às atividades pedagógicas e acadêmicas que possam ser realizados durante cada trimestre.
--	--	---

8.15 PLANO DE AÇÃO.

Plano de Ação

Objetivo estratégico: 1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.

Estratégia: 1.1. Reunir esforços nos componentes curriculares e “anos” críticos;

META: 1.1.1. Aumentar o índice de aprovação dos 6º anos para, pelo menos, 85% o índice de aprovaçãodos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental dos anos finais;

Indicador de Meta: Documento de registro dos componentes curriculares e dos anos críticos.

Gerente de Meta: Coordenação pedagógica, professores e direção

Início: Início do ano letivo de

2024Revisão: Trimestral.

Nº	Ações	Período de Realização		Responsáveis	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Levantar as dificuldades dosalunos nos componentes curriculares críticos	Início do ano letivo	I trimestre	Coordenação pedagógica e professores dos componentes curriculares	Dificuldades dos alunos apresentadas nos componentes curriculares críticos.
02	Discutir com os educadores métodos a serem aplicados como componentes curriculares críticos durante o ano letivo.	Início do ano letivo	Final doIII trimestre	Coordenaçã o pedagógica, professores e direção	Novos métodos discutidos pela coordenação e pelos educadores.
03	Aplicar a metodologia de ensinode acordo com o contexto de dificuldades dos alunos.	I Trimestr e	Final doIII trimestre	Professores dos componentes curriculares críticos	Metodologi aplicada.

04	Avaliar o desempenho dos educandos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.	Final de cada trimestre	Professores	Desempenho final avaliado.
05	Elaborar o relatório final dos conteúdos desenvolvidos e acompanhamento dos alunos.	Final de cada Trimestre	Coordenação pedagógica e Professores	Relatório final concluído.

Plano de Ação

Objetivo estratégico: 1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos Ensino Fundamental dos Anos Finais.

Estratégia: 1.1. Reunir esforços nos componentes curriculares críticos

Meta: 1.1.2. Reduzir o índice DE ABANDONO do Ensino Fundamental dos Anos Finais para, no máximo, 08% o índice de abandono dos alunos.

Indicador de Meta: Documento de registro dos índices de evasão escolar.

Gerente de Meta: Coordenação pedagógica, professores e direção

Início: no período das matrículas e Início do ano letivo

Revisão: Trimestral.

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Coletar dados dos alunos evadidos.	Todo ano letivo		Secretaria da Escola	Dados coletados.
02	Diagnosticar as razões dos índices de evasão escolar.	Todo ano letivo		Direção, secretaria, coordenação e professores.	Diagnóstico apresentado.
03	Discutir com os docentes o ambiente escolar.	Todo ano letivo		Direção escolar	Ambiente escolar debatido.
04	Aplicar estratégias de permanência do aluno na escola.	Todo ano letivo		Direção, coordenação e professores	Estratégias aplicadas.
05	Avaliar a metodologia de ensino aplicada.	Todo ano letivo		Direção, coordenação e professores	Metodologia avaliada.

06	Elaborar um relatório final dos índices de evasão e metodologia aplicada.	Todo ano letivo	Direção Coordenação e secretaria escolar	Relatório final concluído.
----	---	-----------------	---	----------------------------

Plano de Ação

Objetivo estratégico: 1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.

Estratégia: 1.2. Desenvolver e manter estratégias inovadoras e criativas.

Meta: 1.2.1. Fixar padrões de desempenho para todas “os anos” de acordo com a Constituição Federal, BNCC, DCRB, DCRMBE, LDB;

Indicador de Meta: Documento contendo registros das estratégias.

Gerente de Meta: Direção, coordenação e professores

Início: Início do ano letivo do ano 2024

Revisão: Trimestral

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Realizar seminário presencial com foco nos Componentes Curriculares considerados críticos, usando a interdisciplinaridade e abrangência de todos os anos (6º ao 9 Ano).	Todo ano letivo (no mínimo 03 reuniões)		Direção, coordenação e professores	Seminário presencial apresentado.
02	Elaborar um projeto interdisciplinar para todos os anos (6º ao 9 Ano).	Início do ano Letivo	Final do I trimestre	Direção, coordenação e professores	Projeto interdisciplinar elaborado.
03	Avaliar os resultados do projeto interdisciplinar.	II trimestre	III trimestre	Direção, coordenação e professores	Resultados do projeto avaliado.
04	Elaborar um relatório final dos procedimentos adotados.	Final do III trimestre		Direção, coordenação e professores	Relatório final concluído.

Plano de Ação**Objetivo estratégico:** 1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.**Estratégia:** 1.2. Desenvolver e manter estratégias inovadoras e criativas.**Meta:** 1.2.2. Executar um sistema contínuo de acompanhamento e avaliação dos alunos com baixo desempenho.**Indicador de Meta:** Documento de registro de acompanhamento e avaliação dos alunos.**Gerente de Meta:** Direção, Coordenação Pedagógica e Professores**Início:** Todo ano letivo de 2024**Revisão:** Trimestral

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Identificar as dificuldades dos alunos com baixo desempenho.	Início do Ano Letivo	I trimestre	Professores dos componentes curriculares críticos	Dificuldades identificadas.
02	Realizar estratégias de ensino para os alunos de baixo desempenho.	Todo ano letivo		Coordenação Pedagógica	Estratégias executadas.
03	Avaliar paralelamente as ações pedagógicas desenvolvidas.	Todo ano letivo		Coordenação pedagógica e professores	Ações pedagógicas avaliadas.
04	Elaborar um relatório final dos procedimentos dos alunos com baixo desempenho.	Final de cada Trimestre		Todos os professores	Relatório final concluído.

Plano de Ação**Objetivo estratégico:** 1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.**Estratégia:** 1.3. Garantir o Ensino Fundamental de 09 anos (anos finais) de acordo com as leis vigentes.**Meta:** 1.3.1. Cumprir os padrões do Ensino Fundamental dos anos finais de 09 anos.**Indicador de Meta:** Documento de registro de regulamentação. **Gerente de Meta:** Direção, Coordenação Pedagógica e Professores**Início:** Início do ano letivo**Revisão:** Anual.

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		

01	Adequar as ações pedagógicas com inovação e de acordo com o contexto de cada componente curricular.	Todo ano letivo		Coordenação pedagógica e professores	Ações pedagógicas adequadas.
02	Discutir a aplicabilidade da matriz curricular.	Início do ano letivo	Final de cada trimestre	Coordenação pedagógica	Matriz curricular discutida e aplicada.
03	Realizar a avaliação contínua e processual dos componentes curriculares do Ensino Fundamental dos Anos Finais de 09 anos.	Todo ano letivo		Direção, coordenação e professores	Avaliação contínua e processual realizada.
04	Formalizar o relatório final do cumprimento dos padrões do Ensino Fundamental dos Anos Finais de 09 anos.	Início do III trimestre	Final do III trimestre	Direção e coordenação pedagógica	Relatório final formalizado.

Plano de Ação

Objetivo estratégico: Solidificar a gestão democrática escolar.

Estratégia: 2.1. Gerar medidas formais da eficácia escolar para cada Componente Curricular ofertada pela escola incluindo as novas disciplinas, Ensino Religioso e Projeto de Vida.

Meta: 2.1.1. Elaborar através da coordenação pedagógica um sistema de indicadores e desempenho acadêmico para todos “os anos” e Componentes Curriculares.

Indicador de Meta: Documento de registro contendo os indicadores acadêmicos dos alunos.

Gerente de Meta: Direção, Coordenação Pedagógica e Professores

Início: Todo ano

Revisão:

Trimestral.

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Realizar reuniões para explanação dos índices acadêmicos dos alunos para todas os anos (6º ao 9º Ano) e Componentes Curriculares trimestralmente;	I, II e III Trimestre		Direção, coordenação e professores	Reunião realizada.

02	Definir estratégias paralelamente ao ensino-aprendizagem dos acadêmicos envolvidos nesse processo.	Todo ano Letivo	Coordenação e professores	Estratégias definidas.
03	Avaliar os procedimentos e a rotina das estratégias.	Final de cada Trimestre	Coordenação e professores dos componentes curriculares críticos	Procedimentos e rotina das estratégias avaliadas.
04	Elaborar relatório de conclusão do desempenho acadêmico dos alunos.	I, II e III Trimestre	Todos os professores dos componentes curriculares a fins	Relatório de conclusão finalizado.

Plano de Ação

Objetivo estratégico: Solidificar a gestão democrática escolar.

Estratégia: 2.2. Garantir os atos normativos deliberados de acordo a atuação do Conselho Escolar. **Meta:** 2.2.1. Realizar e garantir de acordo as normativas do regimento interno e PPP reuniões ordinárias e extraordinárias com os membros do Conselho Escolar e comunidades escolar.

Indicador de Meta: Documento de registro das reuniões do Conselho Escolar.

Gerente de Meta: Direção e membros do Conselho Escolar

Início: Início do Ano Letivo

Revisão: Mensal.

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Convocar para reuniões ordinárias e extraordinárias os membros titulares e suplentes do Conselho Escolar	Início de cada mês/ de acordo o regimento interno do Conselho Escolar	Final do ano letivo	Presidente do Conselho Escolar	Reunião convocada.
02	Definir metas de atuação do Conselho Escolar	Todo ano letivo		Todos os membros titulares e suplentes do Conselho Escolar	Metas definidas.

03	Atuar na escola como agente transformador e parceiro no	Todo ano letivo		Todos os membros	Atuação do Conselho
	processo ensino-aprendizagem.			titulares e suplentes do Conselho Escolar	Escolar
04	Avaliar a atuação do Conselho Escolar.	A cada semestral		Secretário do Conselho Escolar	Avaliação do Conselho Escolar
05	Formalizar um relatório final das reuniões do Conselho Escolar	Início de III trimestre	Final do III trimestre	Presidente e Secretário do Conselho Escolar	Relatório final concluído.

Plano de Ação

Objetivo estratégico: Assegurar a participação dos pais na escola.

Estratégia: 3.1. Aumentar a comunicação entre Unidade Escolar e Pais e Representantes legais dos alunos.

Meta: 3.1.1. Elaborar boletim informativo trimestral para divulgar as atividades e desempenho da escola de forma sistemática e assistemática.

Indicador de Meta: Documento de registro da participação dos pais e responsáveis de alunos.

Gerente de Meta: Direção, Coordenação Pedagógica, Professores e Secretária Escolar

Início: Início de cada Trimestre

Revisão: Trimestral

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Realizar reuniões com os envolvidos da comunidade escolar – Pais e responsáveis dos alunos e Mestres.	I, II e III Trimestre		Direção, Coordenação Pedagógica, professores e Secretária Escolar	Reunião realizada.
02	Criar um Plano Participativo dos Pais na Escola para interação em atividades pedagógicas, que vise a maior aproximação entre pais e filhos.	Todo ano letivo		Direção e Coordenação Pedagógica	Plano Participativo dos Pais na Escola elaborado e Associação estabelecida.
03	Executar as diretrizes do Plano Participativo dos Pais na Escola.	Todo ano letivo (projetos realizados pela comunidade)		Coordenação Pedagógica	Execução do Plano Participativo dos Pais.

		escolar)		
04	Avaliar a atuação do Plano Participativo dos Pais na Escola.	Todo ano letivo	Direção, Coordenação Pedagógica e Professores	Plano Participativo avaliado.

05	Elaborar um parecer conclusivo da atuação do plano.	Final do III trimestre	Direção e Coordenação Pedagógica	Parecer conclusivo finalizado.
----	---	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

Plano de Ação

Objetivo estratégico: 3. Assegurar a participação dos pais na escola.

Estratégia: 3.2. Sensibilizar a participação dos pais no processo ensino – aprendizagem.

Meta: 3.2.1. Promover reunião trimestral informativa e de sensibilização com os pais ou responsáveis de alunos, sobre o desempenho acadêmico dos alunos, ao final de cada trimestre.

Indicador de Meta: Documento de registro das reuniões dos pais.

Gerente de Meta: Coordenação Pedagógica e Professores

Início: Início do I Trimestre

Revisão: Trimestral.

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Confeccionar convites aos pais e responsáveis de alunos.	Início e Final de cada trimestre		Coordenação pedagógica	Convites confeccionados
02	Consolidar dinâmicas de integração com os pais e com os estudantes, através da implantação do Grêmio Estudantil.	Todo ano letivo		Direção, Coordenação Pedagógica, Professores e Conselho Escolar	Dinâmicas inseridas no contexto e Grêmio Estudantil implantado.
03	Definir temas reflexivos sobre a atuação dos pais na escola.	A cada trimestre		Coordenação Pedagógica e Professores	Temas reflexivos definidos.
04	Realizar reuniões de mobilização com os pais.	Início e Final de cada trimestre		Coordenação Pedagógica e Professores	Reunião mobilizada.

05	Avaliar as ações aplicadas na sensibilização dos pais.	Todo ano letivo	Direção e Coordenação Pedagógica	Ações avaliadas.
06	Elaborar relatório final das atividades desenvolvidas.	Ao final do III trimestre	Coordenação Pedagógica	Relatório final concluído.

Plano de Ação

Objetivo estratégico: 4. Fortalecer a integração escola-comunidade.

Estratégia: 4.1. Estabelecer estratégias de comunicação entre a Unidade Escolar e comunidade escolar. **Meta:** 4.1.1. Fazer uso dos canais digitais (Twitter, Telegram, WhatsApp, Instagram Facebook e outras redes sociais) com intuito pedagógico e acadêmico para o aprendizado do aluno e na definição dos eventos e atividades escolares para divulgação interna e externa;

Indicador de Meta: Documento de registro dos eventos e atividades escolares.

Gerente de Meta: Direção e Coordenação Pedagógica

Início: Início do Ano Letivo

Revisão: Trimestral

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Reunir toda comunidade escolar no Plano Participativo de Gestão de Recursos Financeiros com o uso dos canais digitais.	I, II e III Trimestre		Direção e Coordenação Pedagógica	Reunião realizada e Plano Participativo de Gestão elaborado.
02	Definir o Calendário de Eventos e atividades escolares do ano letivo.	Início do ano letivo	I Trimestre	Direção, Coordenação Pedagógica e professores	Definição dos eventos e atividades da escola.
03	Elaborar um calendário de eventos e atividades da escola.	Início do ano letivo	I Trimestre	Direção, Coordenação Pedagógica	Calendário elaborado.
04	Avaliar o procedimento definido para a produção dos textos.	Todo ano letivo		Direção, Coordenação Pedagógica e professores	Produção de textos avaliados.

05	Formalizar um parecer conclusivo dos eventos e atividades definidas pela escola.	Final do III trimestre	Direção e Coordenação Pedagógica	Parecer conclusivo formalizado.
----	--	------------------------	----------------------------------	---------------------------------

Plano de Ação

Objetivo estratégico: 4. Fortalecer a integração escola-comunidade.

Estratégia: 4.2. Incentivar a participação da comunidade escolar nos eventos, projetos e atividades escolares.

Meta: 4.2.1. Promover reunião mensal com a classe acadêmica e os profissionais da educação para debater e planejar estratégias para as atividades pedagógicas e acadêmicas que possam ser realizadas durante cada trimestre.

Indicador de Meta: Documento de registro das reuniões com a comunidade.

Gerente de Meta: Direção, Coordenação Pedagógica, Professores e demais Profissionais da Educação

Início: Início do ano letivo

Revisão: Mensal

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Fomentar um clima atrativo e receptivo dentro da escola.	Todo ano letivo		Direção, Coordenação Pedagógica, Professores e demais Profissionais da Educação	Clima escolar estimulado.
02	Expor as expectativas da escola em locais públicos.	Todo ano letivo			Exposição das expectativas escolar.
03	Utilizar os diversos canais de comunicação áudio-visuais.	Todo ano letivo			Comunicação efetivada.
04	Avaliar a contribuição das ações para a promoção da reunião.	Ao final de cada trimestre			Ações avaliadas.
05	Construir um resumo das atividades desenvolvidas.	Trimestralmente			Resumo concluído.

8.16 PROJETOS E AÇÕES DA ESCOLA

PROJETO/AÇÃO	Carnaval (Ação)
PERÍODO	Fevereiro/ Março
OBJETIVOS	Promover a integração e valorização da diversidade cultural por meio de atividades lúdicas e educativas que celebram o carnaval, incentivando a participação ativa dos alunos e a compreensão das tradições brasileiras, enquanto se reforçam os valores de respeito, inclusão e cidadania.
RESPONSÁVEIS	Todos os funcionários da escola

PROJETO/AÇÃO	Comunidades Quilombolas: Resgatando a nossa cultura (Projeto)
PERÍODO	Durante todo o ano letivo
OBJETIVOS	Aprofundar o entendimento acerca da rica e diversificada herança cultural dos povos remanescentes de quilombos. Analisar a ancestralidade, identidade, os Reinos e Impérios Africanos, bem como as leis e movimentos de resistência afro-brasileira e indígena. Identificar e valorizar suas significativas contribuições para o vasto patrimônio histórico e cultural de Barra da Estiva.
RESPONSÁVEIS	Professores de todas as disciplinas, direção e coordenação.
<i>Projeto na íntegra em anexo</i>	

PROJETO/AÇÃO	Gincana Junina – (Projeto)
PERÍODO	Junho
OBJETIVOS	Promover a integração entre os estudantes, resgatar e valorizar as tradições juninas, além de desenvolver habilidades como trabalho em equipe, criatividade e espírito de competição saudável. Por meio de brincadeiras típicas juninas, passos de quadrilha e desafios relacionados à cultura junina, os alunos terão a oportunidade de vivenciar o clima festivo e celebrar essa importante manifestação cultural.
RESPONSÁVEIS	Todos os funcionários da escola
<i>Projeto na íntegra em anexo</i>	
PROJETO/AÇÃO	Desfile Cívico - Ação

PERÍODO	Setembro
OBJETIVOS	Promover o respeito à pátria e aos valores cívicos por meio da participação ativa da comunidade escolar no desfile de 7 de setembro, destacando a importância da identidade nacional e do espírito de unidade. Por meio de apresentações para a comunidade, busca-se enaltecer a história do Brasil, reforçar o sentimento de pertencimento e incentivar a reflexão sobre o papel de cada cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária.
RESPONSÁVEIS	Todos os funcionários da escola

PROJETO/AÇÃO	Futzoppi (Projeto Esportivo)
PERÍODO	Outubro
OBJETIVOS	Promover o desenvolvimento físico, social e emocional dos alunos por meio da prática do futebol, incentivando o trabalho em equipe, a disciplina, a valorização do esporte como meio de inclusão social e o fortalecimento de valores como respeito, fair play e responsabilidade.
RESPONSÁVEIS	Todos os funcionários da escola
<i>Projeto na íntegra em anexo</i>	

PROJETO/AÇÃO	Dança e Música na Escola (Projeto)
PERÍODO	Outubro/Novembro
OBJETIVOS	Promover a integração social e o desenvolvimento artístico dos estudantes por meio da dança e da música, valorizando a expressão cultural e incentivando a criatividade, a autoestima e o trabalho em equipe, contribuindo para a formação integral dos alunos e o fortalecimento do ambiente escolar.
RESPONSÁVEIS	Professores de Arte
<i>Projeto na íntegra em anexo</i>	

PROJETO/AÇÃO	Colação de Grau (Ação)
PERÍODO	Dezembro
OBJETIVOS	Realizar uma cerimônia de colação de grau para os alunos do 9º ano como um momento solene de transição e celebração, reconhecendo suas conquistas acadêmicas e pessoais ao longo do Ensino Fundamental. O evento tem como finalidade reforçar os valores de superação, união e respeito, além de motivar os estudantes a seguirem com

	confiança e determinação para a próxima etapa de suas vidas educacionais. A ação visa também envolver a comunidade escolar, pais e responsáveis, promovendo um ambiente de valorização e reconhecimento do esforço coletivo.
RESPONSÁVEIS	Todos os funcionários da escola

PROJETO/AÇÃO	Carnaval (Ação)
PERÍODO	Fevereiro/ Março
OBJETIVOS	Promover a integração e valorização da diversidade cultural por meio de atividades lúdicas e educativas que celebram o carnaval, incentivando a participação ativa dos alunos e a compreensão das tradições brasileiras, enquanto se reforçam os valores de respeito, inclusão e cidadania.
RESPONSÁVEIS	Todos os funcionários da escola

8.17 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O planejamento e execução do **PPP do COLÉGIO ZOPPI** devem ser amparados por um acompanhamento constante da equipe gestora com a colaboração da comunidade escolar. A avaliação, monitoramento e acompanhamento do PPP deverão ocorrer anualmente, preferencialmente no início de cada ano letivo. Deve ser analisado, sobretudo, o plano de ação da instituição, a fim de verificar o que foi executado e o que ainda necessita de mais atenção, é importante também perceber se surgiram novas demandas para que sejam acrescentadas no novo plano. Nesse momento, é essencial a discussão sobre a efetividade do projeto pedagógico, quais foram os pontos mais problemáticos e o que levou determinadas ações não serem realizadas. Após identificados os problemas, é essencial que a equipe consiga propor maneiras diferentes de tratar tais ações, com o propósito de que elas possam ser efetivadas.

Portanto, será considerada a participação das instâncias colegiadas como o Comitê Escolar, Conselho Escolar, Conselho do Caixa Escolar e nas reuniões ordinárias que ocorrem ao longo do ano para saber como andam os trabalhos, as ações menores que estão sendo planejadas, concluídas e avaliadas, tendo vínculo com o Projeto Político Pedagógico.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<<https://especial.novaescola.org.br/planejamento/>> Acesso em 03/10/2022

BAHIA. **Diário Oficial do Município**. Portaria N° 021, de 31 de outubro de 2018 Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino em três unidades de ensino, e dá outras providências. Barra da Estiva — Bahia.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2019. 475p.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. **Concepções sobre a Avaliação Escolar. Estudos em Avaliação Educacional**. V. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

code=3xAi0T&state=1666203229795#!/testes-objetivos-2022? Acesso em 19/10/2022.

DEMO, Pedro. Ser Professor é cuidar que o Aluno Aprenda. Porto Alegre: Mediação, 2004.

ESTEBAN, Maria Teresa. **A avaliação no processo ensino/aprendizagem: os desafios postos pelas múltiplas faces do cotidiano**. Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002, nº 19.

EYNG, Ana Maria. Currículo escolar. 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2010.

Fonte: <https://qedu.org.br/escola/29426570-colegio-municipal-padre-vergilio-zoppi/distorcao-idade-serie?ano=2021>

FREIRE, Madalena. A formação permanente. In: Freire, Paulo: Trabalho, comentário, reflexão. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

INEP. **MEC e Inep divulgam resultados do Saeb e do Ideb 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-saeb-e-do-ideb-2021>

NOVA ESCOLA. BERNARDO Nairim. **Planejamento: como construir e desenvolver esse instrumento de forma mais assertiva?**

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21153/planejamento-como-construir-e-desenvolver-esse-instrumento-de-forma-mais-assertiva>, acesso em 27/10/2022

NOVA ESCOLA. **Especial planejamento.** Disponível em:

PLATAFORMA CAED. **Plataforma de avaliações diagnósticas e formativas.** Disponível em: <https://plataformadeavaliacaoemonitoramento.caeddigital.net/?>

REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA. 2018/2019

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2. ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WEISS, Cláudia Suéli; COELHO, Aline Leandra. Avaliação da aprendizagem na educação: Umareflexão dos conceitos e funções.

ANEXOS

Anexo I – Resolução Municipal Nº 001 de 13 de março de 2024

Anexo II – Resolução Municipal Nº 002 de 4 de agosto de 2023

Anexo III – Resolução Municipal Nº 003 de 16 de maio de 2024

Anexo IV – Resolução Municipal Nº 004 de 4 de outubro de 2023

Anexo V – Resolução Municipal Nº 006 de 18 de dezembro de 2023

Anexo VI – Projeto: Resgatando a Nossa História

Anexo VII – Projeto: Gincana Junina

Anexo VIII – Projeto: Dança e Música na escola

Anexo IX – Projeto Esportivo: Futzoppi

Observação:

Os anexos de I a V seguem em arquivo PDF.

Anexo VI – Projeto: Resgatando a Nossa História



COMUNIDADES QUILOMBOLAS – RESGATANDO NOSSA HISTÓRIA



Barra da Estiva

2024

APRESENTAÇÃO

As comunidades quilombolas, verdadeiros pilares da identidade cultural brasileira, surgiram como resultado de um longo e complexo processo histórico desencadeado nos tempos obscuros da escravidão. Dotadas de uma resiliente espinha dorsal, essas comunidades personificam a resistência contra as diversas formas de opressão que permearam sua trajetória. Firmando um vínculo indissolúvel com suas origens, esses grupos preservam com zelo os costumes e tradições legados por seus antecessores, tecendo assim uma teia rica e multifacetada de cultura e história. Nesse contexto, nasce o projeto "Resgate Cultural das Comunidades Quilombolas: Celebrando Nossa Herança", uma iniciativa dedicada a desvendar e homenagear a riqueza cultural e histórica das comunidades remanescentes de Ginete, Camulengo e Moitinha, cuja relevância para o patrimônio cultural de Barra da Estiva é incontestável.

Para alcançar tal propósito, os estudantes serão conduzidos por uma jornada de descoberta e aprendizado, mergulhando no estudos sobre a África, Impérios e Reinos africanos, Escravidão, Leis e Movimentos de resistência Afro-Brasileira e Indígena para realizar pesquisas minuciosas e absorver conhecimentos relevantes.

Os alunos serão preparados de forma prévia através de uma formação integral, embasada nos pilares dos Componentes Curriculares: Língua Portuguesa, História, Matemática, Inglês, Educação Física, Ciência, Geografia, Artes e Ensino Religioso conforme preconiza a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que atribui prioridade ao ensino e à promoção da cultura afro-brasileira no contexto escolar.

O culminar deste projeto está marcado para o dia 19 de novembro, momento em que os resultados das pesquisas e trabalhos desenvolvidos serão apresentados, celebrando assim a riqueza e a vitalidade da Cultura Afro-brasileira e Indígena e seu legado permanente na história e cultura do Brasil.

Justificativa

Considerando a importância de incorporar e trabalhar a cultura afro-brasileira nas escolas, assim como o valor do resgate e da valorização da cultura quilombola, este projeto interdisciplinar propõe uma reflexão sobre os remanescentes quilombolas em nosso município, um estudo sobre a ancestralidade, identidade, Reinos e Impérios Africanos e as leis e movimentos de resistência afro-brasileira e indígena.

O projeto, intitulado "Comunidades quilombolas: Resgatando nossa história", visa explorar o cotidiano das comunidades, suas histórias e práticas, contribuindo para uma educação multicultural e intercultural. Destaca-se também a importância da dinâmica cultural e da valorização da diversidade no currículo escolar.

A Lei 11.645 de 2008 altera as legislações 10.639 de 2003 e 9394 de 1996, tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. Esta lei determina a inclusão de diversos aspectos da história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo escolar.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, 9394-96, enfatiza que a educação inclui os processos formativos dentro e fora das instituições de ensino, abrangendo as manifestações culturais plurais. Isso está em consonância com a Constituição Federal, que promove e incentiva a educação com a colaboração da sociedade, garantindo o pluralismo de ideias.

Considerando que os alunos do Colégio Municipal Pe. Vergílio Zoppi estão inseridos em uma sociedade que inclui essas comunidades remanescentes de quilombos, é necessário conhecê-las para valorizar e afirmar os valores étnico-raciais na escola, atendendo às demandas da legislação em vigor.

Objetivo Geral

Aprofundar o entendimento acerca da rica e diversificada herança cultural dos povos remanescentes de quilombos. Além disso, busca-se analisar a ancestralidade, identidade, os Reinos e Impérios Africanos, bem como as leis e movimentos de resistência afro-brasileira e indígena. O propósito não se limita à compreensão dos modos de vida dessas comunidades, mas também busca identificar e valorizar suas significativas contribuições para o vasto patrimônio histórico e cultural de Barra da Estiva.

Objetivos específicos:

- Reconhecer, no contexto de convivência, os diversos elementos da rica e diversificada cultura afro-brasileira.
- Compreender e valorizar as significativas contribuições da cultura e identidade quilombola na formação e evolução da nossa história como nação.
- Incentivar atitudes conscientes e críticas em relação à ampla e valiosa diversidade cultural afro-brasileira e africana, especialmente dentro do ambiente escolar.
- Refletir profundamente sobre as questões relacionadas às relações étnico-raciais e traçar estratégias de combate ao bullying.
- Dialogar sobre o conceito de uma educação que promova a igualdade racial para estimular reflexões entre os profissionais de todas as áreas do conhecimento.
- Questionar quais práticas dentro das escolas perpetuam o racismo e quais são eficazes no combate ao bullying.

METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido de forma interdisciplinar, envolvendo atividades como rodas de conversa, visitas de campo, entrevistas, pesquisas, palestras, produção de material audiovisual, seminários, relatórios, confecção de artefatos culturais, dramatização de aspectos culturais dos remanescentes do quilombo, exibição de documentários e vídeos temáticos, entre outros.

COMPONENTES CURRUCULARES ENVOLVIDOS:

Artes

Compreender e relacionar a arte como fato histórico, contextualizado nas diversas culturas;

Valorizar as diferentes formas de manifestações artísticas e estéticas indígenas, africanas e afro-brasileiras como referenciais para a compreensão e valorização das diversidades brasileiras.

Educação Física

Desenvolver positivamente a identidade, conhecendo a si próprio, sua corporeidade e a do outro.

Reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial brasileira.

Conhecer e perceber o corpo como um portador de cultura, de história, de ancestralidade, valorizando e respeitando o próprio corpo e do outro em função da identidade corporal. Vivenciar diferentes práticas corporais advindas das variadas manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas, valorizando-as.

Língua Portuguesa

Respeitar a diversidade cultural brasileira por meio do reconhecimento das heranças linguísticas africanas, seus discursos históricos, códigos e símbolos.

Língua Estrangeira

Cria-se possibilidades de conexões com símbolos culturais e políticos de outros mundos como instrumentos de cidadania, fortalecendo e ampliando a possibilidade de acesso às experiências culturais e históricas africanas e da diáspora.

Matemática

Reconhecer e valorizar os vários saberes matemáticos que são construídos por diferentes povos e culturas, estabelecendo relações entre esses e as práticas matemáticas tradicionais; gênese do pensar numericamente, diferentes sistemas de numeração de diferentes culturas, outros modos de contar, medir, marcar o tempo utilizados por diferentes povos.

Ciências

Compreender e valorizar a diversidade cultural e étnico-racial como parte importante da biodiversidade; a diversidade da vida, a herança biológica, as características hereditárias e o papel do ambiente nas características dos seres humanos, como também compreender como as características genéticas podem se transformar em meio de expressão.

História

Compreender e valorizar as heranças e contribuições africanas e indígenas como parte da formação social brasileira, reconhecendo e valorizando o conhecimento, as tradições familiares, o lazer, a cultura, a religiosidade e os hábitos alimentares de cada grupo.

Geografia

Percepção de territórios geográficos brasileiros e territórios geográficos africanos, suas paisagens, singularidades e diversidades.

Reconhecimento, respeito e valorização das heranças africanas, Afro-brasileiras e indígenas e suas contribuições materiais, culturais e sociais quanto a formação do território brasileiro.

Conhecimento e valorização das expressões culturais negras e indígenas no território brasileiro.

Abordar o desmatamento e a valorização dos direitos da Terra através de estudos sobre o impacto ambiental do desmatamento, políticas de conservação

florestal, direitos territoriais de povos indígenas e comunidades locais, e a importância da preservação dos ecossistemas para a sustentabilidade.

Ensino Religioso:

Discutir a importância do respeito à diversidade religiosa, promovendo o entendimento sobre direitos humanos e ética religiosa.

Abordar o uso de ervas medicinais, destacando sua relevância cultural e histórica em diferentes tradições religiosas, enquanto enfatiza a importância da responsabilidade e segurança ao utilizá-las.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES

Português e História: Pesquisa e apresentação de biografias de figuras importantes da história afro-brasileira, como Zumbi dos Palmares, Chica da Silva, entre outros.

Estudar obras de escritores afro-brasileiros, como Machado de Assis, Lima Barreto, Conceição Evaristo, entre outros. Os alunos podem analisar os temas abordados em suas obras e discutir como eles refletem a experiência afro-brasileira.

Matemática e Geografia: Estudo da distribuição da população afrodescendente no Brasil e análise estatística das condições sociais e econômicas dessas comunidades em diferentes regiões do país. Explorar a influência da música afro-brasileira na cultura do Brasil, como o samba, o maracatu, o axé, entre outros. Os alunos podem mapear a origem desses estilos musicais e suas diferenças regionais.

Ciências e Educação Física: Exploração dos benefícios da prática de atividades físicas para a saúde e bem-estar, destacando atletas afrodescendentes brasileiros e suas contribuições para o esporte nacional. Explorar a culinária afro-brasileira, destacando ingredientes e pratos tradicionais. Os alunos podem investigar a origem desses alimentos e como são cultivados.

Inglês e Artes: Análise de obras de artistas afro-brasileiros contemporâneos, como Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento e Rubem Valentim, seguida de criação de projetos artísticos inspirados em seus estilos. Os alunos podem criar murais ou pinturas que retratem aspectos importantes da história e da cultura afro-brasileira, como a chegada dos africanos ao Brasil, a resistência negra, ou figuras importantes da cultura afro-brasileira.

Educação Física e História: Estudo dos ritmos e danças afro-brasileiras, como o samba, o maracatu e o capoeira, relacionando-os com o contexto histórico e cultural da época de sua origem.

Português e Ciências: Leitura de obras literárias que abordam temas relacionados à identidade e ancestralidade afro-brasileira, seguida de debates e produção de textos reflexivos sobre essas questões.

6º ANO – CONHECENDO A ÁFRICA (ANCESTRALIDADE E IDENTIDADE)

É necessário que os alunos conheçam a ancestralidade para que possam entender a sua identidade. Nessa perspectiva é fundamental trabalhar a história da África, a descoberta do Brasil e a formação do povo brasileiro para que os educandos sejam capazes de compreender e reconhecer a sua origem e a partir dela construir a sua identidade enquanto sujeito.

Visitas de campo em uma das comunidades quilombolas municipais Camulengo, Moitinha ou Ginete para entender a realidade local e o processo de formação dessas comunidades, bem como a sua importância para a valorização da identidade.

Os alunos podem produzir registros, filmagens e/ou fotografias para expor a experiência e conhecimentos adquiridos;

Sugestão de material para sensibilizar os alunos sobre o tema (<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/videos/14589-negra-luz-identidade-negra-na-inf%C3%A2ncia>)

PROPOSTAS DE TRABALHO

HISTÓRIA FAMILIAR (TRAÇOS AFRICANOS e INDÍGENAS)

Pesquisas com os familiares para a construção da árvore genealógica de ancestralidade negra e indígena;

Entrevistas com a comunidade local, estudo sobre as localidades e sua formação étnico racial, para a construção de gráficos e tabelas com os resultados;

CABELO (TRANÇAS E EMPODERAMENTO)

Apresentação do filme **Felicidade por um fio**, que traz a valorização do cabelo, a auto aceitação e o empoderamento. O drama conta a história de Violet Jones, que desde pequena é ensinada por sua mãe a manter a perfeição para fins de ser aceita na sociedade racista que a mãe mesma já vivenciara quando pequena.

Roda de conversa e/ou mesa redonda com foco na valorização das vivências dos alunos e alunas que passam pelo processo de transição;

Oficina com tricistas buscando a parceria das famílias e fortalecendo a importância dessa profissão para a economia familiar e a valorização cultural;

MODA (VESTIMENTA HISTÓRIA)

Estudar o contexto histórico e o significado das vestimentas, a importância da moda afro-brasileira como uma das armas de resistência contra a discriminação racial;

Promover desfiles que demonstrem o poder e a elegância da moda afro-brasileira e indígena;

BRINCADEIRAS E DIZERES AFRICANOS E INDÍGENAS

Estudos sobre brincadeiras de origens africanas e indígenas para praticar com os alunos;

Abordar a influência africana e indígena na construção da língua portuguesa falada no Brasil, trabalhando a partir da leitura e interpretação de dizeres africanos e indígenas;

7º ANO – REINOS E IMPÉRIOS AFRICANOS

Esse tema é fundamental para que os alunos tenham conhecimento da existência do continente africano para além da visão historicamente construída que enfatiza somente a escravidão. A partir dessa temática os alunos conhecerão pontos importantes sobre reinos e impérios africanos e suas contribuições para a formação do multiculturalismo brasileiro. Segue sugestões de links para abordar a temática.

<https://www.youtube.com/watch?v=fGUFwFYx46s>

e/ou

<https://www.youtube.com/watch?v=R4RjSg-IOBQ>

PROPOSTAS DE TRABALHO

CULTURA

Pesquisas sobre a diversidade cultural do continente africano, bem como a contribuição dos indígenas na formação da cultura brasileira, acesso para estudos.

<https://www.youtube.com/watch?v=SuzY1p6PcBU>.

Os alunos podem apresentar seminários sobre o tema ou produzir mapas mentais a partir dos estudos realizados;

DANÇAS

Estudos sobre as danças de origem africana e o seu significado para a cultura brasileira. Esse link apresenta um vídeo que exemplifica os diversos significados das danças, <https://www.youtube.com/watch?v=gLEElN7F5jE> .

É interessante propor apresentações dos alunos representando as principais danças;

CULINÁRIA

Identificar a influência dos indígenas e africanos em hábitos alimentares que perduram até os dias atuais. Conhecer e apresentar pratos típicos que fazem parte do nosso cotidiano.

É interessante promover um momento de interação na classe para que os alunos apresentem e façam a degustação dos pratos.

RELIGIOSIDADE

Entender que as religiões de matriz africana e indígena são frutos do intercâmbio de sociabilidades e conhecimentos entre os milhões de escravizados de diferentes regiões da África traficados para as Américas. Link para abordar o tema <https://www.youtube.com/watch?v=tSbl2LwFB1s> ,

https://www.youtube.com/watch?v=oP4IJ_gDQgM ou

<https://www.youtube.com/watch?v=PicQzw2Kw5w>

Promover pesquisas no município para identificar religiões de matriz africanas;

Sondagem entre os alunos para identificar e propor lugar de fala para essas manifestações;

Promover rodas de conversa sobre intolerância religiosa;

8 ° ANO – ESCRAVIDÃO

Nessa temática o foco é conhecer o processo histórico de abolição da escravatura, as leis como ventre livre, sexagenário entre outras, fazendo um estudo comparativo entre elas para compreender a luta pela abolição. Desconstruir a visão historicamente equivocada que coloca o negro meramente no papel de escravizado, para entender o logo processo de resistência de um povo que sempre lutou pela liberdade, conhecendo a formação dos quilombos.

PROPOSTAS DE TRABALHO

Estudo comparativo entre a escravidão indígena x africana sugestão de material para sensibilização <https://www.youtube.com/watch?v=vVFWcUj1pDY>.

Pode ser trabalhado estudo por rotação onde os alunos terão acesso as informações sobre o tema e a partir desse contato construirão as suas concepções;

Organizar apresentações para as comunidades visitadas: parodia com a temática, dramatização e/ou recitais dos poemas Navio Negreiro ou Tragédia no Lar de Castro Alves, criação de cordéis e/ou poemas, apresentações de danças, etc;

9º ANO - LEIS E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Nessa temática o aluno pode conhecer as leis e os movimentos que garantem a igualdade e fazer um estudo comparativo entre o contexto histórico e a realidade.

Compreender as leis Lei 12.288 Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 lei de cotas, A 10.639/2003 e a 11.645/2008. Que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, para incluir a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente.

PROPOSTAS DE TRABALHO

Entender o racismo estrutural, promover mesa redonda para falar do tema

Promover debates sobre igualdade racial, fazendo um levantamento sobre pontos da lei e o seu real cumprimento;

Resistência feminina, abordar a representatividade negra nos movimentos feministas;

Pesquisa sobre personalidades negras e indígenas, levantamento de dados e construção de murais;

Debate sobre o tema a partir do vídeo

<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/videos/14037-onde-voc%C3%AA-esconde-seu-racismo>

Os alunos podem produzir um jornal sobre a temática trabalhada na escola, fazer pesquisa de campo com reportagens que abordem a visão da população do município em diversas localidades. Entrevistando pessoas que tenham sido vítimas de

discriminação, pessoas que tenham sido beneficiadas por cotas, escolas que estejam trabalhando de acordo as leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, entre outras temáticas.

CULMINÂNCIA

Promover uma feira cultural nas escolas para a exposição dos trabalhos produzidos, seria interessante acontecer essa feira no dia 19 de novembro. Inclusive convidando representantes das comunidades quilombolas para contribuírem e prestigiarem o evento da escola.

Sites que podem auxiliar os professores

<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15557-cinema-ind%C3%ADgena-no-brasil-e-as-tens%C3%B5es-entre-o-passado-e-o-presente>

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Porantim373_Mar_Encarte-2015.pdf

<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15413-hist%C3%B3ria-e-cultura-afro-brasileira-e-indigena>

ETAPAS DO PROJETO:

- Apresentação do projeto para a comunidade escolar – professores e alunos;
- Seleção das atividades a serem desenvolvidas;
- Desenvolvimento das atividades;
- Culminância do projeto: 19 de novembro exposição e apresentação do trabalho produzido;

AVALIAÇÃO:

A avaliação será feita de forma a considerar múltiplos aspectos, como criatividade, participação, colaboração, cumprimento de objetivos e aprendizado

adquirido. Também envolverá rubricas específicas, autoavaliação, avaliação pelos colegas e feedback construtivo do professor buscando incentivar o desenvolvimento dos alunos.

A avaliação será conduzida de forma processual, integrando uma variedade de instrumentos para uma avaliação abrangente, que incluem:

- Pesquisa e exposição dos resultados obtidos;
- Elaboração de um painel expositivo;
- Apresentação de seminários;
- Avaliação escrita, compreendendo tanto questões objetivas quanto subjetivas.
- Para a avaliação, serão considerados os seguintes critérios:
- Capacidade de argumentação, evidenciando a habilidade de apresentar e sustentar pontos de vista de forma convincente;
- Clareza e objetividade na comunicação, garantindo uma transmissão eficaz das ideias;
- Desempenho durante as apresentações, avaliando a desenvoltura e a capacidade de expressão oral;
- Responsabilidade e pontualidade na execução das atividades, demonstrando comprometimento e organização;
- Dedicção e participação ativa nas atividades propostas, refletindo o engajamento e o interesse na aprendizagem.

RECURSOS:

- Recursos humanos;
- Recursos audiovisuais (data show, notebook, caixa de som);
- Fotos;
- Banner.
- Textos xerocados;
- Transporte escolar para o deslocamento dos alunos do 6º ano do Colégio Municipal Pe. Vergílio Zoppi para as comunidades quilombolas, na provável data: 19 de maio (a viagem abrangerá os turnos matutino e vespertino);

Observação: *Este projeto está sujeito a mudanças, adaptações, acréscimos de informações e sugestão de atividades conforme necessário durante o seu desenvolvimento.*

Referências Bibliográficas

- LE GOFF, Jaques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas-SP: UNICAMP, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.
- A cor da cultura. <<http://www.acordacultura.Org.br/kit>>



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



Anexo VII – Projeto: Gincana Junina

PROJETO: Gincana Junina – Nossa Cultura é a Nossa Riqueza



**BARRA DA ESTIVA
2024**

Justificativa:

A Gincana Junina é uma atividade lúdica que tem como objetivo promover a integração entre os estudantes, resgatar e valorizar as tradições juninas, além de desenvolver habilidades como trabalho em equipe, criatividade e espírito de competição saudável. Por meio de brincadeiras típicas juninas, passos de quadrilha e desafios relacionados à cultura junina, os alunos terão a oportunidade de vivenciar o clima festivo e celebrar essa importante manifestação cultural.

Objetivo geral:

Promover a integração entre os estudantes do 6º ao 9º ano fortalecendo os laços de amizade e companheirismo.

Objetivo específico:

1. Desenvolver habilidades de pesquisa e expressão oral.
2. Incentivar a criatividade, trabalho em equipe e espírito de competição saudável proporcionando momentos lúdicos.
3. Explorar a cultura junina por meio de brincadeiras e competições.

Habilidades:

1. Trabalho em equipe e cooperação: Os alunos serão divididos em equipes e deverão colaborar uns com os outros para alcançar os objetivos da gincana.
2. Criatividade e expressão artística: Serão propostos brincadeiras e desafios que exigirão a capacidade de pensar fora da caixa e encontrar soluções criativas.
3. Organização e planejamento: Os estudantes deverão se organizar para cumprir as etapas da gincana, gerenciar o tempo e recursos disponíveis.
4. Comunicação: Os participantes deverão ser capazes de se comunicar efetivamente com os membros de sua equipe, expressando ideias, resolvendo problemas e ouvindo o que os outros têm a dizer para que juntos possam tomar decisões.
5. Conhecimento: os participantes deverão mostrar seus conhecimentos sobre as tradições juninas e aspectos culturais.

Turmas envolvidas: todas as turmas da escola.

Equipe envolvida: direção, coordenação pedagógica, professores e demais funcionários.

Duração: Quatro dias.

1º passo:

Definir uma equipe de organização composta por professores, funcionários e equipe gestora da escola. Esta equipe será responsável por definir as tarefas e coordenar o processo.

2º passo:

Definir as equipes de alunos e professores que participarão da gincana. Cada grupo tem que:

- Escolher um nome e grito de guerra;
- Definir sua caracterização.

3º passo:

Distribuição das tarefas.

TAREFAS ANTECIPADAS

1º DIA

- Apresentação da equipe. (20 e 10 pontos) Tempo máximo: 5 minutos
Vence a equipe mais animada e criativa.

Jogos:

- Dominó misto - 02 participantes por equipe (um menino e uma menina)
- Ping-Pong - 02 participantes por equipe (um menino e uma menina)
- Boleado misto - 10 participantes por equipe (05 meninos e 05 meninas)
- Dama - 02 participantes por equipe (um menino e uma menina)
- Golzinho - Uma dupla masculina e uma dupla feminina.
- Embaixadinha - Dois meninos e duas meninas por equipe.
- Cabo de guerra - disputa feminina (10 meninas) e disputa masculina (10 meninos)

2º DIA

- Maior laranja e maior abacate (20 e 10 pontos)
- Raiz de batata doce mais pesada (20 e 10 pontos)
- Desfile de casal caipira (20 e 10 pontos)

Os critérios para julgamento serão: criatividade, traje que traz referências à cultura nordestina, simpatia e desenvoltura.

- Prato típico (Bolo de Milho) (20 e 10 pontos)

Será avaliado o sabor e a forma de apresentação do prato típico.

- Concurso de forró (20 e 10 pontos) - um casal por equipe – Musica: O cheiro da Carolina.

Será avaliada a caracterização, coreografia e desenvoltura.

- Concurso de piada caipira - (20 e 10 pontos).

Será avaliada a criatividade, desenvoltura e dramatização.

- Sudoku - dois participantes por equipe. (Maior número de acertos em 10 minutos)

Um erro elimina um acerto.

TAREFAS SURPRESAS

3º DIA

- Arrecadação de ração - mínimo de 40kg por equipe.
- Quizz (20 e 10 pontos) - Três alunos por equipe (cultura nordestina).
Vence a equipe com maior quantidade de acertos.
- Casamento caipira (20 e 10 pontos) Tempo máximo: 15 minutos.

Os critérios para julgamento serão: criatividade, enredo e desenvoltura.

- Quadrilha (20 e 10 pontos) - 8 pares / Tempo máximo: 15 minutos

Será avaliado criatividade, animação, coreografia.

TAREFAS SURPRESAS

Recursos materiais: materiais para ornamentação da escola, brindes para as equipes participantes, aparelhagem de som, lanche típico junino para os dias de gincana.

A Pontuação e a divulgação do resultado final

- **As tarefas valerão 20 e 10 pontos a depender da classificação da equipe;**
- **A tarefa da arrecadação de ração terá o peso diferente das demais tarefas antecipadas, ou seja, com a pontuação de 20 pontos para as equipes que cumprirem a meta (40 kg);**
- **As tarefas surpresas valerão 10 pontos para a equipe vencedora. As outras não pontuarão.**

Avaliação: o importante é observar que a comemoração dos Festejos Juninos deve promover e divulgar o universo caipira, sertanejo, onde esta tradição está enraizada e teve sua origem, no país. Deve-se ficar atento para não enfatizar a cultura regional com uma abordagem que a trate como inferior a outras. A intenção deste projeto é justamente o oposto: demonstrar a riqueza cultural do povo brasileiro. Este enfoque pode ser observado para identificar o sucesso da realização da atividade.

Comissão organizadora

Ana Camila, Cleide Rodrigues, Daiane, Delcina, Erneval, Eva, Jailson, Janiedes e José Souza.

Equipes:

- Equipe A (6[°]A, 6[°]C, 7[°]A, 8[°]A e 9[°] A e 9[°]C) : Antônio Carlos, Alexandre, Cida, Edna, Lucilene (Rhuka), Soraia e Roseni.
- Equipe B (6[°]B, 7[°]B, 7[°]C, 8[°] B, 8[°]C, 9[°] B e 9[°]D): Carla, Lia, Taize, Valtermi, Estéfane, Telma e Márcio.

Obs: Os professores devem reunir-se com suas respectivas equipes traçando estratégias e planos de ação para melhor desempenho na realização de cada tarefa fazendo com que seu grupo se destaque ante as demais.

REGULAMENTO

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Este Regulamento dispõe sobre a organização da GINCANA DO ZOPPI e foi elaborado pela Comissão Organizadora, especialmente instituída pela direção e coordenação.

1.2 A Gincana será executada nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2024.

1.3 A Gincana envolverá os alunos e professores dos turnos matutino e vespertino,

sendo as equipes formadas por turmas dos respectivos turnos, não havendo, entretanto, nenhum tipo

de ligação avaliativa e competitiva entre esses turnos.

1.4 Todas as pessoas que participarem de qualquer forma do evento estarão sujeitas às condições deste Regulamento. Não serão aceitas alegações de desconhecimento deste documento, já que será dada a necessária e suficiente publicidade do mesmo.

1.5 O Evento será composto em sua totalidade por: Comissão Organizadora (direção, coordenação e professores), Comissão Julgadora (jurados convidados), Orientadores (professores), Equipe de apoio (funcionários de apoio e secretária), Líderes das equipes e as Equipes competidoras.

1.6 É de responsabilidade da Comissão Organizadora a divulgação deste regulamento no mural da escola, junto à equipe de apoio, Comissão Julgadora e aos Orientadores, que por sua vez deverão divulgá-lo aos líderes da sua equipe e demais integrantes.

1.7 É de responsabilidade dos Orientadores e Líderes das equipes a ampla divulgação das provas, junto aos integrantes.

1.8 As tarefas deverão ser julgadas pela Comissão Julgadora conforme os critérios pré-estabelecidos pela Comissão Organizadora.

1.9 Eventuais omissões deste Regulamento serão sanadas pela Comissão Organizadora.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 As equipes da gincana serão compostas por estudantes do Ensino Fundamental do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi.

2.2 É obrigatória a participação de todos os alunos na Gincana, salvo os casos em que o pai e/ou responsável do aluno, mediante uma justificativa formal, solicitar a não participação do(a) aluno(a). Os referidos dias serão computados como dias letivos.

2.3 Os pais e ou responsáveis, bem como demais pessoas da comunidade em geral só poderão participar quando solicitados para a realização de alguma prova.

3. DA DATA E LOCAIS DE CUMPRIMENTO DAS TAREFAS

A gincana será executada nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2024 nas dependências do Zoppi.

4. DA PONTUAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

- As tarefas valerão 30 e 20 pontos. A depender da classificação da equipe;
- As tarefas surpresas valerão 10 pontos para a equipe vencedora. A outra equipe não pontuará.

4.1 Caso a Comissão Julgadora entenda que uma equipe fugiu do objetivo proposto na apresentação de alguma prova, esta equipe será eliminada, com o aval da Comissão Organizadora

4.2 As parciais poderão ser divulgadas pela Comissão Organizadora ao final do dia.

4.3 Qualquer recurso (reclamação ou sugestão) junto à Comissão Organizadora só poderá ser encaminhando pelos Orientadores das equipes (professores responsáveis)

4.4 A proclamação do resultado final será feita no dia do encerramento da gincana.

4.5 A apresentação das tarefas deverá ser cumprida em tempo determinado pela

comissão organizadora, obedecendo à seguinte penalidade: máximo de três minutos de tolerância para apresentação da tarefa e, passando disso, perda de 02(dois) pontos para cada minuto atrasado.

4.6 Em caso de empate, a pontuação da quadrilha será utilizada como critério para escolha da equipe campeã.

4.7 As tarefas surpresa terão a pontuação de 10 pontos apenas para o primeiro lugar.

5. DA EXECUÇÃO E CRONOMETRAGEM DAS TAREFAS

5.1 O acompanhamento da execução das tarefas-surpresa bem como a avaliação da execução da tarefa e a atribuição dos pontos, estará sob responsabilidade da Comissão Organizadora.

6. DA PREMIAÇÃO DAS EQUIPES

6.1 As Equipes vencedoras serão aquelas que somarem o maior número de pontos, respectivamente em 1º e 2º lugares.

Observação: Em caso de empate, vencerá a equipe com maior pontuação na quadrilha e Casamento Caipira respectivamente.

7. DA COMISSÃO ORGANIZADORA

7.1 São atribuições da Comissão Organizadora:

- Preparar o Regulamento;
- Preparar as tarefas (normais, surpresa) da gincana.
- Divulgar a gincana e seu cronograma em nome da Escola.
- Orientar as equipes em relação às dúvidas na interpretação do regulamento.
- Convocar reuniões quando se fizerem necessárias.
- Estabelecer horários relacionados à execução da gincana e, por sorteio, a ordem de chamada das equipes.
- Selecionar a equipe de jurados, que deverá ser formada por três integrantes.
- Divulgar o resultado final da Gincana.

8. COMISSÃO JULGADORA

Por motivos de segurança os nomes dos integrantes desta comissão só serão divulgados no dia das apresentações das provas.

8.1 São atribuições da Comissão Julgadora:

- Determinar a pontuação a ser retirada da equipe que cometer qualquer infração no regulamento, com o aval da Comissão Organizadora.
- Avaliar toda atividade desenvolvida pelas equipes, atribuindo nota de acordo com o seu julgamento dentro do valor e critérios pré-estabelecido para cada atividade.

9. ORIENTADORES

Os orientadores serão os professores dos alunos, divididos por equipes.

9.1 São atribuições dos orientadores:

- Orientar as equipes em qualquer aspecto referente a gincana.
- Desempenhar o papel de mediador entre sua equipe, entre qualquer uma das comissões da gincana e com o orientador de outra equipe.
- Convocar reuniões quando se fizerem necessárias.
- Estar à disposição da equipe nos horários em que estiver na unidade escolar.
- Obter informações sobre as atividades que serão desenvolvidas, para melhor orientar sua equipe.
- Estimular a convivência solidária, pautada na ética e respeito entre os membros da equipe e na relação com as outras equipes.

10. EQUIPE DE APOIO

10.1 Compõem a equipe de apoio: porteiro, merendeiras, serviços gerais e administrativos.

10.2 São atribuições da equipe de apoio:

- Apoiar a realização da gincana em todos os momentos solicitados, além de manter o funcionamento nos dois dias do evento.

11. LIDERES DE EQUIPES

11.1 São atribuições dos líderes de equipe:

- Manter todos de sua equipe a par de tudo o que estiver acontecendo, principalmente sobre as informações divulgadas pela Comissão Organizadora, delegar funções, reunir-se, discutir estratégias de atuação etc.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS EQUIPES

- Preparar-se e empenhar-se, membro a membro, na execução das tarefas de maneira a destacar o apreço pela escola, formando-se em comissões e distribuindo tarefas a elas.
- Respeitar o regulamento desta Gincana.
- Durante a realização da Gincana, as equipes deverão manter-se nos lugares previamente determinados pela Comissão Organizadora.

Observação:

Somente os Orientadores e Líderes das equipes terão acesso à Comissão Organizadora, para sanar dúvidas.

13. DAS PENALIDADES

As equipes poderão perder pontos no caso de:

- Atrapalhar as equipes concorrentes por meio de qualquer artifício (inclusive barulho): pode perder até o total de pontos da respectiva tarefa (a critério da Comissão Organizadora e Jurados).

- Ultrapassar o tempo de conclusão previsto para o cumprimento da tarefa.
- Pichar ou riscar muros e instalações do local de realização da gincana, sujar ou estragar móveis, etc., podendo ainda sofrer penalidades previstas no Regimento Escolar.
- Ocorrer comportamento considerado eticamente inadequado ou antidesportivo, que fira este regulamento ou traga prejuízo à boa imagem do Colégio ou à boa imagem do evento como um todo: desclassificação sumária (decisão irrecorrível).
- Não será permitido o uso de roupas inadequadas ao ambiente escolar.

Anexo VIII – Projeto: Dança e Música na escola



COLÉGIO MUNICIPAL PADRE VERGÍLIO ZOPPI

**PROJETO DANÇA E MÚSICA NA ESCOLA:
“Movimento e consciência corporal”**

**Barra da Estiva – Bahia
2024**

Sentir a música através da alma é dançar como se não houvesse
amanhã é a melhor forma de liberar todas as nossas boas
energias para o mundo.

A dança é a forma de expressar o amor pela vida.

Dança é arte.

Dança é liberdade.

Dança é música.

A dança é felicidade.

Coordenação: Liliana Pires Ferreira Santos

Direção: Leiliane Cordeiro dos Anjos e Karina Rocha Santana

**Barra da Estiva – Bahia
2024**

Sumário

RESUMO	157
INTRODUÇÃO.....	157
DANÇA: LINGUAGEM ARTÍSTICA	158
O PROJETO EM LINHAS GERAIS.....	158
APRESENTAÇÃO	159
JUSTIFICATIVA.....	159
OBJETIVO GERAL.....	160
OBJETIVOS ESPECIFICOS	160
PUBLICO ALVO	160
METODOLOGIA.....	161
OPERACIONALIDADE.....	161
CRONOGRAMA	161
RECURSOS NECESSÁRIOS	162
CONCLUSÃO	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163

RESUMO

A inserção do projeto dança na escola é uma discussão atual, visto que se trata de uma das linguagens a ser contemplada nas disciplinas de Arte e Educação Física.

Dançar é uma das maneiras mais divertidas e adequadas para ensinar, na prática, todo o potencial de expressão do corpo humano. Enquanto mexem o tronco, as pernas e os braços, os alunos aprendem sobre o desenvolvimento físico, motor e cognitivo do corpo humano. Introduzir a dança na escola equivale a um tipo de alfabetização. "É um ótimo recurso para desenvolver uma linguagem diferente da fala e da escrita, aumentar a sociabilidade do grupo e quebrar a timidez", afirma Atte Mabel Bottelli, professora da Faculdade Angel Viana e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E o melhor: o trabalho pode ser feito com turmas de todas as idades e de forma interdisciplinar.

INTRODUÇÃO

O ensino de dança na escola é uma realidade legal, mas na prática ainda é muito distante daquilo que seria o ideal. A linguagem da dança enquadra-se, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no ensino de Arte, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB – Lei nº 9.394/96) prevê esse ensino como obrigatório na educação básica. Mas, nem todas as escolas possuem um professor com formação em Arte/Educação Física para ministrar esta disciplina. Deste modo, muitas vezes, é o professor regente que desenvolve os conteúdos de Artes Visuais, Dança, Teatro e Música com adolescentes, jovens e adultos. Ou melhor, na maioria das vezes, opta pela linguagem que possui maior afinidade e trabalha apenas com essa no decorrer do ano, infere-se que isso ocorra porque o professor não tem conhecimento/formação para desenvolver, com segurança, outras temáticas. Além da aula de Arte, a dança também está presente no currículo da disciplina de Educação Física como conteúdo estruturante. Desse modo, faz-se necessário inserir o projeto dança na escola com características no contexto escolar e propor a reflexão sobre a prática. Com base em conhecimento com a temática, pode-se afirmar que a dança, enquanto linguagem artística e corporal propicia experiências significativas para o desenvolvimento de habilidades corporais, bem como enriquecimento integral do educando.

DANÇA: LINGUAGEM ARTÍSTICA

Considerando a dança como arte, afirmamos que ela tem grande importância na formação do ser humano: educa, comunica, potencializa a criatividade e expressa o desenvolvimento do ser. As linguagens artísticas são, como toda linguagem, sistemas de signos. Por ser um sistema de signos, possui um repertório e regras de combinação para os mesmos. Portanto, para dominar determinada linguagem, é necessário o conhecimento de seu repertório e suas regras. A arte é uma área de conhecimento criada pelo homem como forma de comunicação com o mundo e expressão de seus sentimentos, também utilizada para divulgação de ideias, construção e transformação da matéria pela natureza e pela cultura. Pela arte, o homem registra fatos e acontecimentos importantes de sua época, preserva sua cultura, bem como expressa sua visão de mundo com o objetivo de atingir, por meio dos sentidos, o receptor que aprecia a sua obra. A cada receptor, cabe à própria percepção e interpretação sobre a mesma, pois estas resultam de suas experiências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida.

Dessa forma, o conhecimento em arte articula-se com o conhecimento através da arte, problematizando e abrindo o leque de possibilidades de relações entre arte, aluno e sociedade (MARQUES, 1999, p. 43). É interessante que, tanto os educadores quanto os alunos, tenham oportunidades de vivenciar situações significativas de experimentação das diversas manifestações artísticas, uma vez que “a educação através da arte não é apenas brincar com arte, muito menos formar artistas, mas formar o homem livre, crítico, analítico e essencialmente culto” (CARTAXO, 2001, p.15).

O PROJETO EM LINHAS GERAIS

A proposta é utilizar elementos da linguagem da dança e da música, envolvendo pesquisa e estudos voltados para experimentação de movimento e compreensão do nosso corpo. Este projeto não tem intencionalidade de formação profissional, portanto não é pretensão ensinar nenhum tipo de técnica de dança específica, bem como criar coreografias para apresentação em eventos da escola. Em muitos momentos adolescentes, jovens e adultos juntos criem suas composições coreográficas e apresentem entre si e também em eventos na escola, mas esse não é o principal objetivo. A temática proposta para o desenvolvimento é: inicialmente “Movimento e Consciência Corporal” e, num segundo momento: “Música e Danças Coreográficas”. As aulas serão planejadas junto à

coordenação pedagógica com atividades que compreendam brincadeiras, experimentações de movimento, alongamentos, conceituação e desenho do corpo, esquema corporal, noções de espaço, lateralidade, coordenação motora, ritmo, equilíbrio, expressividade e criatividade, interpretação de letra de músicas, entre outros.

APRESENTAÇÃO

A capacidade de se expressar por meio do corpo é intrínseca ao ser humano, é uma característica que se aprimora continuamente, desde as civilizações mais antigas. Nessa medida o movimento se constitui em um dos principais meios de interação entre o homem e o mundo a sua volta, desde as ações mais simples até o conjunto de ações simbólicas e complexas que compõem a arte da dança e da música.

Vivemos em uma sociedade que contribui para a formação de pessoas fragmentadas, as quais se especializam em determinadas atividades, em um tipo de raciocínio, hipertrofiam algumas funções cerebrais e partes do corpo em detrimento de outras. Pessoas condicionadas pelo bombardeio diário de informações provenientes dos meios de comunicação e da cultura de massa que impõem modelos prontos e influenciam diretamente na capacidade de percepção e atuação na sociedade.

Neste sentido, a prática da dança e da música seria uma forma de resgatar e ampliar a percepção das pessoas, com a ampliação da consciência corporal, buscando favorecer a integração do corpo, mente e emoções, por meio do contato com essa manifestação artística. Por isso, a importância fundamental de que o ensino da linguagem da dança e da música realmente ocorra nas escolas públicas. O que nos parece a melhor alternativa para democratizar uma linguagem tão elitizada dentro da realidade socioeconômica brasileira.

JUSTIFICATIVA

Pensando na possibilidade de acesso à cultura para os alunos do Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi, elaboramos um projeto de ações que procure estabelecer redes de comunicação entre a escola - que é um local de aquisição de conhecimento - e a comunidade local e adjacências.

Assim nasce o projeto dança e música na escola “Movimento e Consciência Corporal”, uma parceria entre comunidades e escola. Ele se constitui por um conjunto de

ações que visaram ampliar o ingresso da arte na linguagem da dança no ambiente escolar.

Atualmente a dança e a música na escola são atividades necessárias que se incorporam a uma metodologia que resulta na aprendizagem significativa e habilidades favorecendo a autoestima do aluno e da comunidade, compartilhando práticas saudáveis no contexto social.

OBJETIVO GERAL

Entender a dança e a música como uma das linguagens essenciais do processo de produção do conhecimento e, em especial, das linguagens artísticas.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

✓ Proporcionar meios que levem os alunos a desenvolverem capacidades corporais e culturais, propiciando dessa forma o ensino-aprendizagem;

✓ Fazer uma releitura do mundo voltado para a realidade social e histórica que os alunos estão inseridos para que o trabalho se concretize de maneira eficiente;

✓ Propiciar atividades geradoras de ação e compreensão;

✓ Fortalecer e estimular a ação e decisão no desenrolar das mesmas sobre os resultados de suas ações, para poder modifica-las diante de algumas dificuldades que possam aparecer, e através destas mesmas atividades, reforçarem a autoestima, a autoimagem e a autoconfiança.

✓ Proporcionar vivência de dança que articulem a criação pessoal e coletiva de movimentos, a apreciação e o conhecimento da dança de modo a integrar a razão e o sensível, o individual e o coletivo, a arte e a educação.

✓ Propiciar aos alunos conhecimento de vários ritmos e tipos de dança e música.

PUBLICO ALVO

Alunos do ensino fundamental de nove anos (de 13 a 16 anos) dos turnos matutino e vespertino:

- 8º ANO;
- 9º ANO.

METODOLOGIA

Exploração teórica sobre o tema “Movimento e Consciência Corporal”;
Apresentação de texto (história da dança e da música), fotografias, vídeos e letras de músicas.

Experimentação dos movimentos básicos, sentindo e compreendendo as principais características da dança e da música e sua cultura nos contextos sociais (nacional e internacional).

A dança e a música farão parte dos conteúdos interdisciplinar das disciplinas do ensino fundamental do 8º ao 9º Ano. Através desses conteúdos serão selecionados os vários ritmos e variados estilos de danças e música. Os alunos do ensino fundamental do 8º ao 9º Ano, farão apresentações sobre a coordenação dos professores das disciplinas de artes e educação física respectivamente a se realizar-se nos meses de setembro, outubro e novembro do decorrente ano nesta instituição de ensino.

OPERACIONALIDADE

O projeto será desenvolvido em três fases: 1ª) apresentação do mesmo, a história da música e da dança e suas criações coreográficas. Essa é a fase mais importante, onde o princípio primordial é a prática da experiência com o corpo e com as primeiras concepções coreográficas (aulas teóricas). 2ª) a pré seleção e as mostras de danças (apresentação no pátio da escola no momento do recreio). 3ª) é a culminância do projeto: “**Movimento e Consciência Corporal**” a ser apresentada no Colégio Padre Vergílio Zoppi, pelos grupos de dança e música vencedoras, selecionados em 1º, 2º e 3º lugares. Através de concursos realizados na escola.

CRONOGRAMA

Meses/ano: setembro, outubro e novembro de 2023

____/09/2024 a ____/11/24.

ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

- Apresentação do Projeto ____/09/2023.

- Aula teórica (história da dança e música) – 06/09/2014 a 20/10/2024.
- Trabalhando a expressão corporal (apresentações no pátio) – ___/09 a ___/10/2024.
- Culminância do Projeto – ____/11/2023.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- ✓ Troféus para 1º, 2º e 3º lugar (dança);
- ✓ Troféus para 1º, 2º e 3º lugar (música)
- ✓ Valores em reais simbólicos para as primeiras colocações do 1º, 2º e 3º lugar geral;
- ✓ Data show;
- ✓ Notebooks;
- ✓ Papel sulfite;
- ✓ Caixas acústicas amplificadas;
- ✓ CD/DVD;
- ✓ Pendrives;
- ✓ Microfones;
- ✓ Xerox e impressões;
- ✓ Recursos Humanos.

CONCLUSÃO

É função da escola, proporcionar ao aluno e comunidades adjacentes, formas de conhecer o mundo tal como ele é, e através disso levá-lo a concepção de que tudo na vida deve ser aprendido, pois vivemos em uma sociedade exigente e subjetiva onde aqueles que têm conhecimento amplo, sobressaem-se.

Portanto, é de suma importância que o Projeto Dança e Música “Movimento e Consciência Corporal” tenha desenvolvimento completamente para o fato de que a dança é uma prática educativa eficiente e que não pode estar isenta das técnicas de aprendizado em arte, educação física, ciências, Língua Portuguesa, filosofia e inglês, pois estão permeadas na sociedade e por isso devem estar presentes no processo educativo dos alunos e das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ✓ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- ✓ CARTAXO, Carlos. O ensino das artes cênicas na escola fundamental. João Pessoa: Cartaxo, 2001.
- ✓ MARQUES, Isabel A. Dançando na escola. Motriz, v. 3, n. 1, jun. 1997.
- . Ensino de Dança Hoje textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1999.
- ✓ RENGEL, Lenira. A dança e o corpo no ensino. In: VENTRELLA, Roseli (Org.). O ensino de arte nas séries finais: ciclo II. São Paulo: FDE, 2006. Secretaria da Educação. Coordenadoria de estudos e normas pedagógicas. p. 52-72.
- ✓ VERDERI, Érica. Dança e corporeidade. 2009. In: Cooperativa do Fitness. Disponível em: Acesso em: 12 fev. 2009.

Anexo IX – Projeto Esportivo: Futzoppi



**Colégio Municipal Padre Vergílio Zoppi
Barra da Estiva – Bahia**

1. Apresentação

O projeto Futzoppi é uma iniciativa inovadora voltada para os estudantes do Ensino Fundamental II, com o objetivo de promover uma cultura de saúde, cooperação e competição saudável. Trabalhado ao longo de todo o ano letivo, o Futzoppi culminará em dois dias de intensa atividade no Ginásio de Esportes, nos dias 10 e 11 de outubro, onde os alunos terão a oportunidade de demonstrar as habilidades adquiridas e vivenciar momentos de união e superação.

2. Justificativa

A prática de atividades físicas é essencial para o desenvolvimento físico, social e psicológico dos alunos. O Futzoppi é um projeto que mescla características de esportes de campo e de quadra, estimulando o desenvolvimento de habilidades motoras, táticas e de trabalho em equipe. Além disso, o projeto visa promover a inclusão, a disciplina e o respeito, valores fundamentais para a formação cidadã dos estudantes.

3. Objetivos

3.1. Objetivo Geral

Desenvolver nos alunos do Ensino Fundamental 2 habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais por meio da prática do futebol, integrando modalidades esportivas de forma lúdica e educativa.

3.2. Objetivos Específicos

- 3.2.1. Ensinar e praticar as regras e fundamentos do futebol ao longo do ano letivo.
- 3.2.2. Promover a integração entre as turmas e estimular o trabalho em equipe.
- 3.2.3. Desenvolver habilidades motoras, como coordenação, agilidade e força.
- 3.2.4. Estimular a reflexão sobre a importância do fair play e do respeito ao adversário.
- 3.2.5. Encorajar a participação de todos os alunos, promovendo a inclusão social.
- 3.2.6. Preparar os alunos para a culminância do projeto, que ocorrerá nos dias 10 e 11 de outubro.

4. Metodologia

4.1. Planejamento Anual

O projeto será desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, dividido em quatro etapas principais:

Etapla 1 - Introdução ao futebol (Fevereiro - Abril):

Apresentação teórica do esporte, com explicação das regras e dos fundamentos básicos.

Sessões práticas de adaptação ao jogo, com foco na familiarização com as regras e no desenvolvimento de habilidades iniciais.

Etapla 2 - Desenvolvimento de Habilidades (Maio - Julho):

Treinamento focado em habilidades específicas, como dribles, passes, posicionamento em campo e estratégias de jogo.

Organização de pequenos torneios internos para estimular a competitividade e a aplicação prática dos aprendizados.

Etapla 3 - Consolidação e Preparação para a Culminância (Agosto - Setembro):

Intensificação dos treinos com foco na preparação para o torneio final.

Realização de simulações de jogos completos, aplicando todas as regras e estratégias.

Etapa 4 - Culminância (10 e 11 de Outubro):

Realização do torneio final no Ginásio de Esportes, com participação de todas as turmas.

Premiação e reconhecimento dos destaques do projeto, com ênfase no espírito esportivo.

4.2. Avaliação

A avaliação será contínua e formativa, observando o desenvolvimento das habilidades motoras, a participação, o engajamento e a cooperação dos alunos. Serão utilizados os seguintes instrumentos de avaliação:

Observação direta: Monitoramento das atividades durante as aulas, com registro de desempenho e comportamento.

Autoavaliação: Os alunos terão momentos para refletir sobre sua própria evolução e participação no projeto.

Avaliação prática: Desempenho nas partidas e treinamentos será avaliado, considerando o cumprimento das regras e a aplicação das técnicas ensinadas.

5. Recursos Necessários

5.1. Materiais

Bolas específicas para a prática do Futzoppi.

Uniformes ou coletes diferenciados para os times.

Marcadores e cones para delimitação do espaço e organização dos treinos.

Tabelas e fichas de acompanhamento dos torneios internos.

5.2. Espaço Físico

Quadra poliesportiva coberta.

Ginásio de Esportes para a culminância do projeto.

5.3. Recursos Humanos

Professores de Educação Física responsáveis pela execução do projeto, demais professores, direção, coordenação e funcionários para auxiliarem nas atividades práticas e organização dos eventos.

Equipe de apoio para a organização do evento final, incluindo arbitragem e logística.

6. Cronograma

Período	Atividade
Fevereiro- Abril	Introdução ao Futzoppi e adaptação inicial
Mai - Julho	Desenvolvimento de habilidades
Agosto - Setembro	Consolidação e preparação para a culminância
10 e 11 de Outubro	Torneio final e culminância do projeto no ginásio

7. Culminância do Projeto

Nos dias 10 e 11 de outubro, o Ginásio de Esportes se transformará no palco principal do Futzoppi. As turmas participarão de um torneio interno, competindo em partidas que vão destacar o aprendizado e as habilidades desenvolvidas ao longo do ano. Serão organizadas

cerimônias de abertura e encerramento, com entrega de medalhas e troféus para os alunos e turmas que mais se destacaram, tanto no desempenho técnico quanto no espírito esportivo.

8. Considerações Finais

O projeto Futzoppi representa uma oportunidade única para os alunos vivenciarem a prática esportiva de forma intensa e integradora. Ao longo do ano, espera-se que os estudantes não apenas aprimorem suas habilidades físicas, mas também desenvolvam valores essenciais para a vida em sociedade, como a cooperação, o respeito e a resiliência. O sucesso do projeto dependerá do empenho coletivo de professores, alunos e toda a comunidade escolar, culminando em um evento que celebrará o esporte e a educação em sua forma mais plena.

REFERÊNCIAS

- BENTO, J. O. (2014). **Esporte, Educação e Sociedade: Perspectivas para o Século XXI**. Editora Papyrus.
- DACOSTA, L. P. (2002). **O Legado dos Megaeventos Esportivos**. Editora Gama Filho.
- FREIRE, J. B. (1997). **Educação Física Escolar: O Movimento se Aprende Brincando**. Editora Papyrus.
- TUBINO, M. J. G. (1999). **Dimensões Sociais do Esporte**. Cortez Editora.
- OLIVEIRA, V. M. (2015). **Jogos Esportivos na Escola: Estratégias e Propostas Pedagógicas**. Editora Cortez.
- GOMES, I. (2013). **Planejamento e Gestão de Eventos Esportivos**. Phorte Efitora
- BRACHT, V. (2003). **A Reinvenção do Esporte: Educação Física e Esporte na Escola**. Editora Movimento

Diário Oficial do Município

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

sexta-feira, 15 de março de 2024

Ano II - Edição nº 00239 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva publica



Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
3F0A52C89E786E88D10CD8793D01A837

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Resolução

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 13 DE MARÇO DE 2024.

"Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação institucional nas Unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas".

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Extraordinária, realizada no dia 13 de março de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação institucional nas Unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva, estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – As diretrizes visam nortear a prática pedagógica dos educadores na perspectiva da construção de uma escola pública de qualidade para todos.

ART. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 13 de março de 2024.

Alexandre Rosa
Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME

Cimara Santos Ribeiro de Souza
Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Barra da Estiva – BA, em 13 de março de 2024.

Marizane Lima Martins
Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 1 de 21

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFDF66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

CAPÍTULO I Da Avaliação

Art. 1º – A avaliação do processo de ensino e aprendizagem de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação e das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Barra da Estiva seguirão as diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º – A avaliação do processo de ensino e aprendizagem considerará, nos seus exercícios, os seguintes princípios:

- Diagnóstico, intervenção e prognóstico do processo de ensino e aprendizagem;
- Apropriação de conhecimentos;
- Assiduidade do estudante;
- Aperfeiçoamento do professor.

Art. 3º – A educação como qualidade positiva e direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente, equitativa e inclusiva, assim:

I – A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas para todos;

II – A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais;

III – A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a garantir a aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes, assegurando a igualdade de direito à educação;

IV – A inclusão refere-se em oportunizar a todos os estudantes condições de acesso e permanência na Educação Básica, de modo a acolher as diferenças sociais, culturais e religiosas.

Art. 4º – A avaliação do rendimento do estudante, realizada pelos professores, são parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, que organiza a ação pedagógica e deve:

I – Assumir um caráter diagnóstico, formativo e somativa, conforme segue:

a) A avaliação diagnóstica (analítica) é adequada para o início do período letivo, pois permite verificar a aprendizagem dos estudantes e conhecer a realidade na qual o processo de ensino e aprendizagem vai acontecer;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

b) A avaliação formativa/prognóstica (monitoramento) é aquela que tem como função acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, realizada durante todo o período letivo, com o intuito de verificar se os estudantes estão alcançando os objetivos propostos anteriormente;

c) A avaliação somativa (classificatória), tem como função básica a classificação dos estudantes, sendo realizada ao final de cada ano letivo. Esta classifica os estudantes de acordo com o aproveitamento estabelecido nesta resolução.

II – Utilizar instrumentos necessários e adequados, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, atividades e avaliações diversas, levando-se em consideração a adequação à faixa etária e às características da aprendizagem e do desenvolvimento do estudante;

III – Prevaler os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Na apreciação desses aspectos deverão ser considerados a compreensão teórica, o discernimento dos fatos e a percepção de suas relações, a aplicabilidade significativa dos conhecimentos, as atitudes e os valores, a capacidade de análise crítica e de síntese;

IV – Assegurar tempos e espaços diversos para que os estudantes com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

V – Prover obrigatoriamente períodos de recuperação paralela;

VI – Assegurar a reposição dos conteúdos curriculares, ao longo do ano letivo, aos estudantes com frequência insuficiente, por razões justificáveis e comprovadas com documentação, evitando, sempre que possível, a retenção por faltas;

VII – Possibilitar a aceleração para os estudantes com atraso escolar e com defasagem idade-série. (LDB nº 9394/96, art. 24, V-b);

VIII – Possibilitar o avanço nos anos mediante a verificação do aprendizado do estudante;

IX – O Projeto Político Pedagógico das Unidades escolares atenderá às diretrizes emanadas nesta Resolução;

X – A análise do rendimento dos estudantes com base nos indicadores produzidos por avaliações de nível nacional e municipal devem auxiliar as Unidades Escolares a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

CAPÍTULO II Da Avaliação da Educação Infantil

Art. 5º – A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Lei nº 12.796, 2013, art. 29).

Art. 6º – A avaliação na Educação Infantil será realizada mediante acompanhamento e registro da aprendizagem, portfólios e desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental, tomando como referência os objetivos estabelecidos para esta etapa da educação. Estes objetivos estão descritos em documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2010) e no Referencial Curricular de Barra da Estiva/BA.

I – As Escolas de Educação Infantil e Escolas que atendem esta etapa no município deverão expedir a documentação que permita atestar os processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, na qual deverá apontar os avanços, possibilidades e dificuldades encontradas no percurso;

II – A avaliação institucional cumprirá a complexa tarefa de avaliar todos os envolvidos no processo a cada dois anos.

Art. 7º – O controle da frequência deverá ser realizado diariamente. Para as crianças da educação Pré-escolar (4 e 5 anos), será exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas do ano letivo. (Lei nº 12.796, art. 31, inciso IV, 2013).

Art. 8º – A avaliação na Educação Infantil será realizada das seguintes formas:

I – Registro Individual de Acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento da Criança, realizado frequentemente pelo corpo docente, de acordo com o disposto nas Diretrizes Curriculares Municipal da Educação Infantil;

II – Parecer Descritivo Trimestral emitido pelos Professores Regentes.

Art. 9º – Os procedimentos referentes à avaliação serão contemplados no Referencial Curricular do Município de Barra da Estiva.

CAPÍTULO III Da Avaliação do Ensino Fundamental

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 3 de 20

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Art. 10º – O Ensino Fundamental compreende as turmas do 1º ao 9º ano, sendo organizado em:

I – Anos Iniciais: 1º ao 5º ano.

II – Anos Finais: 6º ao 9º ano.

Art. 11º – A avaliação no Ensino Fundamental será organizada em três trimestres, conforme estabelecido no Calendário Escolar.

Art. 12º – As Unidades Escolares emitirão o Documento de Registro da Avaliação do estudante.

Parágrafo Único: Do 1º ao 9º ano será emitido trimestralmente um Boletim Escolar contendo a notação numérica (nota) ou Critérios Avaliativos a partir dos direitos de aprendizagem, por componentes curriculares.

Art. 13º – Cabe a cada Unidade Escolar expedir históricos escolares dos estudantes.

Art. 14º – Avaliação no Ciclo de Alfabetização e Letramento – 1º ao 3º ano.

§1º – A alfabetização e letramento deverão ser garantidos ainda no Primeiro Ano do Ensino Fundamental, de acordo com os Direitos de Aprendizagem, previstos em legislações vigentes (conforme LDB).

§2º – Para garantir a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no ciclo de alfabetização como um todo, o estudante não será reprovado.

§3º – A avaliação nos três primeiros anos do Ensino Fundamental será expressa na forma de Critérios Avaliativos com a seguinte composição:

I – Os objetivos da aprendizagem previstos no planejamento de cada trimestre nos componentes curriculares devem ser de acordo com a legislação vigente;

II – Os conceitos SIM, ÀS VEZES, NÃO ou NÃO OBSERVADO indicarão a aprendizagem do estudante nas disciplinas curriculares, sendo:

- a) VERDE – SIM.**
- b) AMARELO – ÀS VEZES.**
- c) VERMELHO – NÃO.**
- d) BRANCO – NÃO OBSERVADO.**

III – Em caso de transferência do estudante matriculado na Unidade Escolar municipal que utiliza critérios avaliativos para outra Rede de Ensino que utiliza

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

a nota numérica como registro, a Unidade Escolar de procedência, quando solicitada, deverá realizar a equivalência em notação numérica (nota).

§4º – Deverão ser consideradas as múltiplas formas de aprendizagem dos estudantes, cabendo aos professores adotarem metodologias diferenciadas que lhes proporcionem maior desenvolvimento das habilidades e o levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens.

§5º – O aluno poderá ser retido no terceiro ano do Ensino Fundamental se não estiver sido alfabetizado, contudo no terceiro ano o rendimento do aluno será registrado por notas e não mais conceitos (primeiro e segundo ano de escolaridade).

Art. 15º – Da Aprovação e Reprovação do 4º ao 9º ano.

I – Considerar-se-á aprovado, o estudante que:

a) Com rendimento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das competências e habilidades desenvolvidas a partir dos objetivos de aprendizagem, efetivamente trabalhados nos componentes curriculares;

b) Com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) dos dias letivos.

II – Considerar-se-á não aprovado, o estudante que:

a) Não obter rendimento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das competências e habilidades desenvolvidas a partir dos objetivos de aprendizagem efetivamente trabalhados nos componentes curriculares;

b) Com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) dos dias letivos.

Art. 16º – Avaliação no Ensino Fundamental – 4º ao 9º Ano

§1º A avaliação do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental será:

I – A partir dos objetivos de aprendizagem previstos no planejamento de cada trimestre nos componentes curriculares previstas na legislação vigente;

II – Expressa em nota numérica de 1,0 a 10,0;

III – As notas deverão ser expressas em inteiros ou arredondadas para 0 ou 5 (cinco) décimos de 1 (um) ponto.

IV – Barema para acompanhamento das notas estipuladas pelos trimestres.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 5 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFD66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

§2º – O registro das notas do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, no Boletim e no Histórico Escolar, deverá especificar a média dos trimestres e a observação quanto à situação de aprovado ou reprovado.

a) A Avaliação Trimestral será por disciplina, com base no currículo do trimestre, para todos os estudantes;

b) A Média Trimestral será calculada conforme segue:

Avaliação 1 + Avaliação 2 + Avaliação 3 (ou mais) = Média Trimestral

c) Para compor a nota das Avaliações 1, 2 e 3 (ou mais) o professor utilizará várias estratégias: trabalhos individuais e coletivos, provas orais e escritas, entre outras estratégias, que deverão estar registradas no diário;

d) A Avaliação Trimestral substituirá a Média Trimestral, prevalecendo o maior rendimento;

e) A Média Final Anual será calculada a partir da somatória das médias trimestrais, dividida por três.

CAPÍTULO IV

Da Avaliação da Educação Especial

A avaliação da Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva, será realizada conforme a Resolução da Educação Especial do Conselho Municipal de Educação de Barra da Estiva, nº 002 de agosto de 2023, art. 21:

Art. 17º – A avaliação é parte integrante e inseparável do processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, o projeto político pedagógico deve conceber a avaliação como um processo contínuo, por meio do qual, as estratégias pedagógicas são definidas, reorientadas ou aprimoradas de acordo com as especificidades educacionais dos estudantes.

I – O processo de avaliação deve ser diversificado, objetivando o aprendizado do estudante.

II – Caberá à Unidade Escolar propor estratégias que favoreçam a construção coletiva do conhecimento por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

§1º – A concepção de avaliação do processo de aprendizagem prevê duas funções como inseparáveis: o diagnóstico, cujo objetivo é conhecer cada estudante e o perfil da turma e o monitoramento, cujo objetivo é acompanhar e intervir na aprendizagem, para reorientar o ensino, visando o sucesso dos estudantes, alterar planejamento, propor outras ações e estratégias de ensino.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

§2º – Os instrumentos das práticas avaliativas devem prever várias possibilidades a serem realizadas: observação e registro (fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo); provas operatórias (individuais e em grupos); autoavaliação; portfólio, dentre outros, devendo o professor ao término de cada trimestre apresentar parecer descritivo sobre o desenvolvimento escolar do estudante.

Art. 18º – O estudante com deficiência tem direito ao AEE (Atendimento Educacional Especializado), o qual não se confunde com atividades de reforço escolar. Como qualquer outra atividade extracurricular, deve ser oferecida a todos os estudantes, que delas se beneficiem, sem prejuízo das atividades em sala de aula comum e do Atendimento Educacional Especializado.

Art. 19º – Ao professor do Atendimento Educacional Especializado cabe a identificação das especificidades educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum. Por meio de avaliação pedagógica processual esse profissional deverá definir, avaliar e organizar as estratégias pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento do estudante, sendo fundamental a interlocução deste com os demais professores.

§1º – A avaliação do AEE dar-se-á através de:

- a) Do acompanhamento do processo de escolarização nas classes comuns;
- b) Da interface com os professores das Unidades Escolares de ensino regular;
- c) Relatórios do desenvolvimento dos estudantes nas atividades do AEE, trimestralmente.

§2º – Deverá constar no Histórico Escolar do estudante, independentemente de sua conclusão no Ensino Fundamental, a descrição de suas habilidades e competências.

§3º – O estudante com deficiência comprovada, por meio de laudo com o CID, não será retido, tendo em vista que a rede municipal trabalha com a adequação curricular.

Art. 20º – Para os estudantes público-alvo da Educação Especial será utilizado um campo específico e o Parecer Descritivo, onde registrará a aprendizagem e desenvolvimento do estudante.

CAPÍTULO V Da Avaliação na Escola em tempo integral

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 7 de 20

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Art. 21º – É denominada Escola em Tempo Integral as Unidades Escolares que oferecem o ensino em jornada de nove horas diárias, com até cinco refeições e currículo regular e em contraturno, fazendo parte às disciplinas de base comum e as diversificadas.

§1º – A avaliação dos estudantes nos componentes curriculares de base comum curricular obedecerá ao estabelecido no capítulo III desta resolução.

§2º – A avaliação dos estudantes nos componentes curriculares da base diversificada realizar-se-á, a partir do planejamento do professor, conforme segue:

I – Do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental por meio de critérios avaliativos:

Os conceitos SIM, ÀS VEZES, NÃO ou NÃO OBSERVADO indicarão a aprendizagem do estudante nos componentes curriculares, sendo:

- a) VERDE – SIM.
- b) AMARELO – ÀS VEZES.
- c) VERMELHO – NÃO.
- d) BRANCO – NÃO OBSERVADO.

II – Do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental utilizando o valor numérico de 5.0 a 10.0.

§3º – A avaliação da base diversificada será lançada no sistema, assim como a base comum curricular.

Art. 22º – A avaliação do estudante nas disciplinas de base diversificada será realizada mediante acompanhamento e registro da aprendizagem e desenvolvimento do estudante tomando como referência os objetivos elencados no planejamento do componente curricular.

I – O registro deve apontar os avanços, possibilidades e dificuldades de cada estudante em relação a sua aprendizagem e desenvolvimento;

II – A avaliação dos componentes curriculares diversificados será entregue aos responsáveis com a avaliação Trimestral dos componentes curriculares da base comum;

III – A avaliação dos componentes curriculares diversificados não tem o objetivo de promoção dos estudantes.

CAPÍTULO VI Da Avaliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 8 de 20

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Art. 23º – A Educação de Jovens e Adultos terá como princípios avaliativos os dispostos nesta Resolução, compreendendo a avaliação como uma prática que orienta a intervenção pedagógica com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos estudantes de forma processual, investigativa, contínua, sistemática, abrangente e permanente.

Art. 24º – Deve utilizar técnicas e instrumentos diversificados, tais como: avaliações escritas, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, participação em trabalhos coletivos e individuais, atividades complementares, dentre outros propostos pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado do estudante e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

Art. 25º – Os resultados das atividades serão avaliados pelo professor, que discutirá com o estudante, observando os avanços, necessidades e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica e o aprendizado.

Art. 26º – Para fins de promoção ou certificação serão realizadas de duas a quatro avaliações por componentes curriculares, por trimestre, que corresponderão às avaliações individuais escritas e outros instrumentos avaliativos utilizados durante o processo de ensino.

Art. 27º – O registro avaliativo é trimestral e a recuperação de estudos dar-se-á, concomitantemente, ao processo de ensino e aprendizagem, sendo um direito de todo o estudante.

Parágrafo Único: A recuperação dar-se-á também de forma individual organizada com atividades diversificadas e instrumentos de avaliação diversos.

Art. 28º – No instrumento de registro da avaliação do processo de ensino e aprendizagem do estudante será utilizado o conceito, de acordo com a nomenclatura e percentual correspondente, conforme segue:

A= 90% a 100%
B= 70% a 89%
C= 50% a 69%
D= Inferior a 49%

Art. 29º – A frequência mínima exigida será 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária trimestral.

Parágrafo Único: A frequência será de acordo com o Art 4º Inciso VII da Lei 9.394/96 que diz: oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na Unidade Escolar.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 9 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFD66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Art. 30º – Na Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Barra da Estiva será reconhecido o aproveitamento dos componentes curriculares concluídos, com aprovação no Ensino Regular, em exames supletivos ou em escolas de EJA.

Art. 31º – Para possibilitar o aproveitamento do componente curricular ou anos/séries concluídos, o estudante deverá:

§1º – Apresentar o histórico da Unidade Escolar de origem, onde comprove a aprovação e a frequência dos componentes curriculares ou anos/séries.

§2º – Deverá ser registrado em ata e arquivado junto à documentação do estudante solicitante os pareceres de aproveitamento dos componentes curriculares ou anos/séries;

§3º – Deferido o aproveitamento, o estudante matricular-se-á apenas nos componentes curriculares faltantes.

Art. 32º – O processo de Classificação do estudante na EJA será:

I – Por promoção, para estudantes que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria Unidade Escolar;

II – Por transferência, para candidatos procedentes de outras Unidades Escolares situadas no país ou exterior;

III – Quando houver dúvidas, insuficiência de dados na documentação escolar do inscrito ou na falta de documentos que comprovem sua escolarização, será realizada uma avaliação.

Art. 33º – A reclassificação para estudantes na EJA será:

I – Ao estudante com atraso escolar, será oportunizado o posicionamento na série/ano correspondente a sua idade, desde que apresente êxito nas avaliações;

II – Ao estudante da própria Unidade Escolar, que demonstrar aprendizagem e desenvolvimento superior ao mínimo previsto para a aprovação na série/fase/ano e tiver sido reprovado por insuficiência de frequência. Deverá ser reclassificado no ano seguinte;

III – Por avaliação da Unidade Escolar e do conselho de classe, para estudantes, que possuam habilidades, conhecimentos e competências, permitindo ao mesmo a inscrição na fase seguinte;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 10 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFD66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

IV– Qualquer estudante da Educação de Jovens e Adultos poderá solicitar sua reclassificação.

Parágrafo Único: A reclassificação será através de avaliação que possibilite localizar a fase em que o mesmo será matriculado.

CAPÍTULO VII Da Recuperação

Art. 34º – Entende-se por recuperação a retomada do processo pedagógico dos conceitos/conteúdos não apropriados pelo estudante em determinado período letivo, sendo de responsabilidade da Unidade Escolar e do professor do componente curricular fazer constar no planejamento (replanejamento), com o objetivo de oferecer novas oportunidades de aprendizagem utilizando diferentes estratégias de ensino e formas avaliativas.

Art. 35º – A recuperação será oferecida sempre que for diagnosticado que o estudante não atingiu 50% dos objetivos de aprendizagem em cada componente curricular.

CAPÍTULO VIII Da Classificação e Reclassificação

Art. 36º – O Processo de Classificação do estudante em qualquer ano ou etapa, exceto no primeiro ano do Ensino Fundamental, pode ser feito:

I – Por promoção, para estudantes que cursaram, com aproveitamento, o ano anterior, na própria Unidade Escolar;

II – Por transferência, para estudantes procedentes de outras Unidades Escolares;

III – Independente de escolarização anterior mediante a avaliação feita pela Unidade Escolar, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do estudante, que permita a sua inscrição no ano adequado.

Art. 37º – A Classificação para estudantes com altas habilidades/superdotação poderá ser feita:

I – Conforme a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), entende-se estudantes com altas habilidades/superdotação, os que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: Intelectual, Acadêmica, Liderança, Psicomotricidade e Artes. Também apresentam elevada criatividade,

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 11 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFD66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

grande desenvolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse;

II – Os estudantes com altas habilidades/superdotação terão suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular em interface com os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação, com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes;

III – O avanço nos cursos ou anos, por classificação, poderá ocorrer sempre que se constatarem altas habilidades ou apropriação pessoal de conhecimento por parte do estudante, igual ou superior a 60% dos conteúdos de todas as disciplinas oferecidas no ano em que o estudante estiver matriculado;

IV – A proposição do avanço nos cursos ou anos caberá a Unidade Escolar com o acompanhamento do professor do Atendimento Educacional Especializado, devendo ser ouvido o estudante, os pais e/ou responsáveis, professor da turma que está o estudante e o professor da turma para o qual avançará.

Art. 38º – A Reclassificação para o estudante será:

I – Quando houver dúvidas ou falta de dados na comprovação da escolarização do estudante;

II – Para estudantes com transferência procedente do exterior;

III – A Reclassificação deve ser realizada tendo como referência a idade/ano do estudante.

Parágrafo Único: A reclassificação ocorrerá por meio de avaliação realizada por equipe designada pela Unidade Escolar, que possibilite indicar o ano em que o estudante será matriculado.

Art. 39º – Para os processos citados de Classificação e Reclassificação deverá ser emitida documentação legal: Requerimento da Secretaria Municipal da Educação devidamente preenchido, as avaliações e ata conclusiva. Esses documentos deverão ser arquivados aos documentos escolares do estudante com cópia encaminhada à Secretaria Municipal da Educação.

Parágrafo Único: As avaliações que constam no caput deste artigo referem-se a:

I – **Ciclo de Alfabetização:** avaliação que contemple competências e habilidades em leitura, escrita e matemática;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 12 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFD66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

II – Do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental: avaliação contemplando conceitos/conteúdos de todas os componentes curriculares;

III – Para o estudante da própria Unidade Escolar, a Reclassificação poderá ser solicitada até o final do 1º trimestre letivo. Para o estudante vindo por transferência ou de países estrangeiros, o pedido de Reclassificação pode ser solicitado a qualquer época do ano letivo.

CAPÍTULO IX Do Conselho de Classe

Art. 40º – O Conselho de Classe é instância deliberativa integrante da estrutura das Unidades Escolares e tem sob sua responsabilidade:

I – A avaliação do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido pela Unidade Escolar e a proposição de ações para a sua melhoria, tendo como base o PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO;

II – A avaliação da prática docente, no que se refere ao conhecimento, à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;

III – A avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;

IV – Apreciar, em caráter deliberativo, os resultados das avaliações dos estudantes apresentados individualmente pelos professores;

V – Decidir, por maioria simples dos membros presentes (51% dos participantes, no mínimo), pela aprovação ou retenção dos estudantes, respeitando o estabelecido nesta resolução;

VI – Em relação aos estudantes aprovados com ressalva, por decisão do Conselho de Classe, deverá registrar no Livro Ata todos os encaminhamentos do ano letivo em curso e para o ano seguinte.

Art. 41º – O Conselho de Classe será composto de acordo com a realidade da Unidade Escolar e previsto no Projeto Político Pedagógico, conforme segue:

I – Pelo diretor e membros da equipe diretiva;

II – Professores da turma e Coordenadores da Escola;

III – Representante do Conselho Escolar.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 13 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFD66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Art. 42º – O Conselho de Classe será realizado, ordinariamente, por turma dos Anos Iniciais e Anos Finais, trimestralmente, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do rendimento dos estudantes no processo de apropriação de conhecimento.

Art. 43º – O Conselho de Classe poderá reunir-se extraordinariamente, convocado pela direção do estabelecimento, por 1/3 (um terço) dos professores ou dos pais ou dos estudantes da turma.

Art. 44º – Das reuniões do Conselho de Classe deverá ser lavrada ata, em livro próprio, com assinatura de todos os presentes.

CAPÍTULO X

Da Revisão de Resultados, dos Recursos e sua Tramitação

Art. 45º – Da decisão do Conselho de Classe referente aos resultados da avaliação anual final, se observada a não obediência ao disposto nesta Resolução ou demais normas legais, cabe:

I – Pedido de revisão do resultado junto à própria Unidade Escolar;

II – Recurso à Secretaria Municipal da Educação.

Art. 46º – Da decisão da Secretaria Municipal da Educação, caberá pedido de reconsideração ao Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único: O pedido de reconsideração de que trata o caput deste artigo será admitido somente em caso de permanência de ilegalidade no processo.

Art. 47º – Para instrução do recurso desta Resolução deverá ser impetrado pelo estudante, quando maior de idade ou por seu responsável legal, mediante requerimento acompanhado de:

I – Registro de notas ou conceitos em boletim ou documento equivalente;

II – Resultado do pedido de revisão junto à Unidade Escolar.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal da Educação para fundamentação, análise e emissão de parecer, poderá requerer, junto à Unidade Escolar, cópia dos seguintes documentos:

a) Diário de classe, com registro da realização dos estudos de recuperação e seus resultados;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 14 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFD66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

b) Avaliação descritiva do professor sobre o processo ensino e aprendizagem do estudante durante o ano letivo em questão, quando adotada pela Unidade Escolar;

c) Plano de ensino do professor do componente curricular em questão;

d) Instrumentos avaliativos;

e) Atas das reuniões do Conselho de Classe;

f) Critérios de avaliação constantes do Projeto Político Pedagógico.

Art. 48º – O pedido de revisão, bem como dos recursos, de que trata o art. 50 deverá obedecer aos seguintes prazos:

I – Pedido de revisão, 02 (dois) dias úteis após a divulgação dos resultados pela Unidade Escolar;

II – A Unidade Escolar terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para julgar o pedido de revisão;

III – Decorrido o prazo previsto no inciso anterior, o requerente terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para impetrar recurso junto à Secretaria Municipal de Educação;

IV – A Secretaria Municipal da Educação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para julgar o recurso, após recebimento da documentação;

V – De posse do resultado de julgamento de revisão, que se trata nos artigos anteriores, o interessado terá o prazo de 10 dias úteis para interpor pedido de reconsideração ao Conselho Municipal de Educação.

VI – O Conselho Municipal de Educação emitirá um parecer a ser protocolado na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 49º – O recurso será acolhido em instância superior unicamente na hipótese de haver sido rejeitado na anterior.

Art. 50º – Em todas as fases recursais é garantido ao recorrente amplo direito ao contraditório.

CAPÍTULO XI Da Avaliação Interna (Provas AMABE e IDEBE)

Art. 51º – A Secretaria Municipal da Educação de Barra da Estiva realizará as avaliações de desempenho escolar por meio da aplicação da Avaliação AMABE

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

– Avaliação Municipal da Alfabetização de Barra da Estiva em turmas de 3º ano e da Avaliação IDEBE (Índice de Desenvolvimento da Educação de Barra da Estiva) em turmas de 5º e 9º ano das Unidades Escolares municipais de Barra da Estiva no ensino regular e na modalidade EJA.

Art. 52º – As Avaliações AMABE e IDEBE têm como objetivos:

I – Avaliar o desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental (Regular e EJA) nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências;

II – Apresentar o panorama da educação das Unidades Escolares municipais;

III – Subsidiar as intervenções pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem;

IV – Possibilitar a reflexão sobre a prática de ensino da leitura e escrita (Língua Portuguesa) e da resolução de problemas (Matemática), promovendo o replanejamento das ações.

Art. 53º – A elaboração, a aplicação, a correção e a divulgação dos resultados estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 54º – A aplicação das provas será realizada dois ou três meses antes da aplicação das avaliações externas, bianualmente, a partir do ano letivo de 2025.

CAPÍTULO XII

Da Avaliação Externa (Provinha Brasil, Prova ANA, Prova Brasil)

Art. 55º – As avaliações de larga escala, cuja coleta de dados é realizada pela Prova ANA e Prova Brasil, são de responsabilidade do MEC – Ministério da Educação e do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Elas têm por objetivo avaliar o desempenho da educação nacional, estadual, municipal e por Unidade Escolar.

Art. 56º – A Prova ANA está direcionada para os estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental (fase final do Ciclo de Alfabetização) e utiliza como referência à alfabetização prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Art. 57º – A Prova Brasil é uma avaliação diagnóstica, em larga escala, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Ela tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de avaliações padronizadas e questionários socioeconômicos.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 16 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFD66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

§1º – Nas avaliações aplicadas no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de Língua Portuguesa, com foco na leitura e escrita e de Matemática na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que estão associados ao desempenho.

§2º – A Prova Brasil é bianual e sua aplicação é realizada pela Gerência Regional de Educação (GERED).

CAPÍTULO XIII Da Avaliação Institucional

Art. 58º – A avaliação institucional é a possibilidade da Unidade Escolar por meio de seus professores, funcionários, gestores, monitores, estudantes e comunidade, se apropriarem de um espaço que lhe é próprio e nele construir caminhos para a melhoria da qualidade da educação.

Art. 59º – O trabalho da Unidade Escolar consiste em garantir a aprendizagem. Para tanto, deve avaliar o processo e promover intervenções nas metas e ações estabelecidas pela Unidade Escolar e pelo Município a partir:

I – Da avaliação da aprendizagem aplicada aos estudantes por meio das avaliações de escala nacional e municipal;

II – Da avaliação da organização administrativa (organização e estrutura física), financeira e pedagógica da Unidade Escolar (Avaliação Institucional).

Art. 60º – A Avaliação Institucional deve levar em conta os aspectos organizacionais e materiais da Unidade Escolar e envolver todos que participam do processo de ensino e aprendizagem (Professores, Pais, Equipe Gestora, Funcionários, Orientadores Educacionais, Coordenadores dos Programas desenvolvidos na Unidade Escolar).

Parágrafo Único: A Avaliação Institucional aferirá, a partir de questionários, à infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, além de outros indicadores relevantes.

Art. 61º – A Secretaria Municipal da Educação em parceria com representantes das Unidades Escolares elaborará os instrumentos de coleta de dados para a avaliação, coordenarão a aplicação e promoverão encontros para as análises e intervenções a partir dos resultados.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 17 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFD66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Art. 62º – Bianualmente, a partir do primeiro trimestre do ano 2025, será realizada a Avaliação Institucional em todas as Unidades Escolares que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva e em órgãos que prestam serviços diretamente à Secretaria Municipal da Educação. Os resultados deverão ser apresentados até novembro do corrente ano.

Art. 63º – A Avaliação Institucional é um processo que requer o envolvimento de todos os sujeitos, em uma dinâmica de corresponsabilidade, que possibilita propor medidas para a melhoria da qualidade da Educação Pública Municipal frente aos resultados obtidos.

CAPÍTULO XIV Das Disposições Finais

Art. 64º – Organizar o Sistema Municipal de Ensino em trimestres, dividindo-os em três unidades de ensino.

Art. 65º – Os trimestres serão divididos com dias aproximadamente iguais no calendário escolar que será elaborado pela Secretaria Municipal da Educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 66º – Manter o valor máximo de trinta (30) pontos e mínima no valor de quinze (15) pontos para efeito de aprovação durante o ano letivo.

I – Primeiro trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

II – Segundo trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

III – Terceiro trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

Art. 67º – Os trimestres serão divididos com dias aproximadamente iguais no calendário escolar que será elaborado pela Secretaria Municipal da Educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 68º – A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

I - Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos (60%) sobre os quantitativos (40%) e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

II - Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

III - Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 18 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFD66669

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

IV - Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

V - Obrigatoriedade de estudos de recuperação, para os casos de baixo rendimento escolar.

Art. 69º– A verificação do rendimento escolar na Educação Quilombola observará os critérios estabelecidos nesta resolução.

Art. 70º – As Unidades Escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino deverão adaptar o Projeto Político Pedagógico a esta Resolução.

Art. 71º – Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação e será reavaliada a cada dois anos.

Barra da Estiva/BA, 13 de março de 2024.

HOMOLOGUE–SE. PUBLIQUE–SE. CUMPRA–SE.

Sala de reuniões da Secretaria Municipal da Educação nos dias 13 de março de 2024.

Alexandre Rosa – Titular
João Souza Batista – Suplente
Rodrigo Barreto Carvalho – Titular
Juliana Lago Rodrigues – Suplente
Marizane Lima Martins – Titular
Deltino José da Silva Filho – Suplente
Patrícia Braga Pires – Titular
Mabel Coqueiro Pereira – Suplente
Maria Tatiane de Oliveira e Silva – Titular
Valdirene Medeiros Novais – Suplente
Lucilene Freitas Caires – Titular
Ricardo Souza Santos – Suplente
Zélia dos Santos Novais Caires – Titular
Maria da Conceição Novais Aguiar – Suplente
Neuza Pinheiro de Araújo – Titular
Jeane Aparecida Lima – Suplente
Cimara Santos Ribeiro de Souza – Titular
Dioênia Freitas Pinto – Titular
Eliane Sousa Cavalcante – Suplente
Claudia Primo Luz – Titular
Camila Ferreira Caires Santos – Suplente

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 19 de 20

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Cleiton Caires Pereira – Titular
Raquel Alves Rodrigues dos Santos – Suplente
Gilmar Pereira Alves – Titular
Dulcimar Sousa Costa – Suplente

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 20 de 20

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4467E85EC5650C9398B3392EFDF66669

Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

sexta-feira, 15 de setembro de 2023

Ano I - Edição nº 00134 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva publica



Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
256E668022010A2EC585CADA8CBB730A

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Resolução

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

"Dispõe sobre as normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva - BA, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação Barra da Estiva - BA em Sessão Ordinária, realizada nos dias 02 e 03 de agosto de 2023 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado as Normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado do Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – As Normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva visa nortear a prática pedagógica dos educadores na perspectiva da construção de uma escola pública de qualidade para todos.

ART. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva - BA, em 04 de agosto de 2023.

Alexandre Rosa
Professor Alexandre Rosa
Presidente - CME

Marizane Lima Martins
Marizane Lima Martins
Presidente - CEB

HOMOLOGUE - SE. PUBLIQUE - SE. CUMPRA - SE.

Barra da Estiva - BA, em 04 de agosto de 2023.

Marizane Lima Martins
Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação.
Decreto nº 022/2023, de 15/03/2023

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

GONSELHO MUNICIPAL DE EDUCACAO
BARRA DA ESTIVA - BA



ANEXO ÚNICO

Estabelece normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva-Bahia.

No uso de suas competências e, em conformidade com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na Lei Federal nº. 7.853/89, regulamentada pelo Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999; no Decreto Federal nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, nos seus artigos 58 a 60; Lei 12.796, de 4 de abril de 2013; e, com fundamento na Resolução CNE/ CEB nº. 02/2001, aprovada em 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Plano Nacional de Educação – PNE; na Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº. 7.611/2011; no Plano Estadual de Educação – PEE; na Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SEESP 2008; no Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção da ONU/2006; Lei nº 13.005/2014 (PNE) META 04; na Resolução CEE nº 79, de setembro de 2009; na Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009 que institui diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado - AEE; com base ainda no Plano Municipal de Educação - PME, na Declaração de Salamanca (1994) que fornece diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas públicas e sistemas educacionais de acordo com o movimento e inclusão social, proporcionando oportunidade de colocar a educação especial dentro de uma "educação para todos", garantindo seus direitos numa sociedade de aprendizagem; Lei 13.146, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), A Convenção da Guatemala (1999), no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

e considerando:

- a) o dever de proporcionar a igualdade de oportunidade a todos os alunos público alvo da Educação Especial, tendo em vista a igualdade de condições de acesso e permanência desses alunos na escola;
- b) a necessidade de constituir, no Município de Barra da Estiva, políticas que sejam promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, sem segregação e preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- c) o amplo respeito às diferenças, contemplando conhecimentos sobre as especificidades que os alunos público alvo da Educação Especial possam apresentar no processo de aprendizagem escolar; e

Praça Pedro Rodrigues de Souza – nº 14 – Centro – Barra da Estiva – BA – CEP 46.650-000
Página 1 de 11

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

d) a necessidade de normatizar a Educação Especial oferecida no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva - Bahia, numa perspectiva da educação inclusiva, resolve:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Educação Especial, dever constitucional do Estado e da família, se constitui modalidade da Educação Básica e se realiza em todas as etapas e modalidades da Educação Básica e no Ensino Superior, não sendo substitutiva da escolarização comum, destinada ao público alvo da Educação Especial, de modo a garantir aos alunos o desenvolvimento de suas potencialidades, o acesso ao conhecimento e o pleno exercício da cidadania.

§ 1º A oferta da Educação Especial dar-se-á em classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), na rede pública municipal e privada através de instituições particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

§ 2º A oferta da Educação Especial é obrigatória na Educação Básica, tendo início na Educação Infantil, na faixa de zero a cinco anos de idade, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global.

Capítulo I

Princípios e Objetivo

Art. 2º A oferta de Educação Especial deverá basear-se nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola, garantindo formação acadêmica e profissional;

II - participação da família e da comunidade na complementação de serviços e recursos afins; e

III – atenção ao educando, o mais cedo possível, prevenindo sequelas decorrentes do atendimento tardio, com oferta de serviços de intervenção precoce, em interface com os serviços de saúde e assistência social.

IV – estabelecer a igualdade com possibilidades e oportunidades para que todos possam ter acesso a uma educação de qualidade e que considere as particularidades de cada indivíduo.

Praça Pedro Rodrigues de Souza – nº 14 – Centro – Barra da Estiva – BA – CEP 46.650-000

Página 2 de 11

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Art. 3º A Educação Especial tem como objetivo assegurar a inclusão do aluno público alvo da Educação Especial em programas oferecidos, preferencialmente, pela escola regular, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes, habilidades, autonomia e acesso ao conhecimento necessário ao exercício da cidadania.

TÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

Capítulo I

Público Alvo

Art. 4º O público alvo a ser considerado na Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva contempla:

I – alunos com deficiência que têm impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II – alunos com transtornos globais do desenvolvimento que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras;

III – alunos com altas habilidades/superdotação que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas de natureza psicomotora e artística, bem como relacionadas à liderança e criatividade.

IV – CNE/2000

Parágrafo único. Incluem-se no disposto no Inciso II deste artigo alunos com transtorno do espectro autista, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtornos invasivos sem outra especificação, bem como os outros transtornos assegurados por lei.

Capítulo II

Atendimento Educacional Especializado

Art. 5º Entende-se por Atendimento Educacional Especializado - AEE, recursos educacionais e estratégias de apoio e complementação colocados à disposição dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, de acordo com as necessidades educacionais específicas de cada aluno.

Art. 6º O Atendimento Educacional Especializado tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, sendo realizado:

Praça Pedro Rodrigues de Souza – nº 14 – Centro – Barra da Estiva – BA – CEP 46.650-000

Página 3 de 11

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

I - em salas de recursos multifuncionais estruturadas na própria escola ou em outra escola de ensino regular;

II - nos Centros de Atendimento Educacional Especializado;

III - nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior;

IV - nas classes hospitalares;

V - atendimento domiciliar.

Parágrafo único. Em caso de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar.

Art.7º O Atendimento Educacional Especializado é realizado por profissionais especializados da área de Inclusão, prioritariamente, em sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

TÍTULO III

COMPETÊNCIAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 8º Cabe às instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino zelar para que as escolas públicas municipais e privadas com oferta de Educação Infantil (particular, comunitária, filantrópica e confessional) ofereçam condições para a inclusão e permanência de alunos público alvo da Educação Especial, adotando medidas para garantir:

I – acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes;

II – educação bilíngue – Língua Portuguesa/LIBRAS – visando desenvolver o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua Brasileira de Sinais, sendo que o ensino de Língua Portuguesa será desenvolvido na modalidade escrita, como segunda língua e o ensino de LIBRAS, como primeira língua para os alunos surdos;

III – desenvolvimento da aprendizagem para o aluno cego através da utilização do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades da vida autônoma e da comunicação alternativa;

IV – que os profissionais da Educação Especial – corpo docente e demais profissionais – tenham como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimento específicos da área de Educação Especial;

Praça Pedro Rodrigues de Souza – nº 14 – Centro – Barra da Estiva – BA – CEP 46.650-000
Página 4 de 11

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



• CME •
"Um olhar comprometido
com a Educação"

V – atendimento, de forma obrigatória, desde a Educação Infantil, do ensino de LIBRAS para a educação de pessoas surdas, como 1ª língua, de acordo com o art. 14 do Decreto nº. 5.626/2005;

VI - profissional que atue no serviço de apoio ao aluno nas atividades de alimentação, higiene e locomoção nas salas de ensino regular, com a inclusão de alunos com múltipla deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.

VII – formação continuada e oficinas para os docentes e profissionais de apoio que trabalham com alunos com deficiências.

Parágrafo único. Consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços físicos, do mobiliário e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Art. 9º As instituições de ensino que integram o Sistema Municipal de Ensino poderão manter parceria através de convênio com os Centros de Atendimento Educacional Especializado de natureza pública, privada, comunitária, filantrópica e confessional, além de outras instituições da área de saúde e assistência social, para garantia do atendimento integral aos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação.

Capítulo I

Recursos Humanos

Art. 10. As instituições de Ensino que integram o Sistema Municipal de Ensino devem garantir formação continuada aos profissionais da educação, para atender às especificidades dos alunos público alvo da Educação Especial.

Art. 11. Para atuar na Educação Especial, em classes regulares ou no Atendimento Educacional Especializado, o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área de Educação Especial, possibilitando uma atuação competente e o aprofundamento do caráter interativo e interdisciplinar no atendimento educacional especializado.

Art.12. São atribuições do docente atuante no Atendimento Educacional Especializado:

I- identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos público alvo da Educação Especial;

Praça Pedro Rodrigues de Souza – nº 14 – Centro – Barra da Estiva – BA – CEP 46.650-000

Página 5 de 11

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

II- elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III- organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV- acompanhar e orientar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V- estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI- orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII- ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais.

Art. 13. A elaboração e execução do plano de Atendimento Educacional Especializado - AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou em Centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com as demais ações setoriais de saúde, psicologia e assistência social, entre outras necessárias ao atendimento.

Parágrafo único. A atuação dos professores no AEE, nas salas de recursos multifuncionais, nos Centros de Atendimento Educacional Especializado e nas classes hospitalares, é considerada atividade em exercício da docência.

Capítulo II

Acesso, Permanência e Desenvolvimento do Público Alvo

Art. 14. Constitui-se direito das crianças, jovens e adultos o acesso à Educação Especial nas classes comuns e nos espaços de Atendimento Educacional Especializado.

Art. 15. Constitui-se dever de todas as instituições de ensino que integram o Sistema Municipal de Ensino promover a inclusão escolar dos alunos público alvo da Educação Especial, nas instituições da rede pública municipal e privada, garantindo sua matrícula, permanência e desenvolvimento, disponibilizando os serviços e apoios que complementam a formação desses alunos nas classes comuns da rede regular de ensino, assegurando o atendimento de suas necessidades educacionais específicas.

§ 1º A Rede Pública Municipal de Ensino deve garantir a matrícula e permanência de crianças e jovens na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de jovens e Adultos.

Praça Pedro Rodrigues de Souza – nº 14 – Centro – Barra da Estiva – BA – CEP 46.650-000

Página 6 de 11

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

§ 2º A Rede Privada de Ensino deve garantir a matrícula e permanência das crianças na Educação Infantil.

Art. 16. No ato da matrícula ou em até 30 dias após a realização da matrícula, a família deverá apresentar à Escola documentos que comprovem a deficiência do aluno.

Art. 17. As instituições da Rede Privada de Ensino com oferta de Educação Infantil devem encaminhar ao Conselho Municipal de Educação-CME, até 45 dias após o ato da matrícula, um Cadastro de Matrícula de Alunos Público Alvo da Educação Especial, de acordo com instrumento elaborado pelo referido Conselho e disponibilizado às instituições.

§ 1º A Rede Municipal de Ensino da Educação Infantil devem encaminhar ao Conselho Municipal de Educação-CME, até 90 dias após o ato da matrícula, um Cadastro de Matrícula de Alunos Público Alvo da Educação Especial, de que trata o caput deste artigo deve conter, apenas, o número de alunos por deficiência/transtornos globais do desenvolvimento/altas habilidades/superdotação/autismo clássico/síndrome de Asperger/síndrome de Rett/ transtorno desintegrativo da infância/transtornos invasivos sem outra especificação, sem relacionar o nome dos alunos, de acordo com instrumento elaborado pelo referido Conselho e disponibilizado às instituições.

TÍTULO IV

ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO

Art. 18. Entende-se por terminalidade específica a certificação de estudos correspondentes à conclusão de ciclo ou determinada série/ano do Ensino Fundamental, expedida pela Unidade Escolar a alunos público alvo da Educação Especial, que não puderam atingir o nível exigido para conclusão do Ensino Fundamental.

Art. 19. Os alunos que não puderem atingir o mínimo exigido para conclusão do Ensino Fundamental farão jus à certificação de conclusão de escolaridade com terminalidade específica, em consonância com a Lei nº. 9.394/1996, art. 59, inciso II.

Art. 20. Em casos muito singulares em que o educando com graves comprometimentos mentais e/ou múltiplos não possa beneficiar-se do currículo da base nacional comum, deverá ser estabelecido um currículo funcional para atender as necessidades práticas da vida.

Art. 21. No decorrer do processo educativo deverá ser realizada avaliação pedagógica dos alunos público alvo da Educação Especial, objetivando identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo em suas múltiplas dimensões, tendo em vista prever a necessidade de:

Praça Pedro Rodrigues de Souza – nº 14 – Centro – Barra da Estiva – BA – CEP 46.650-000

Página 7 de 11

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

I – processos de avaliação adequados ao desenvolvimento, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória; e

II – temporalidade flexível do ano letivo, incluindo aceleração para conclusão do programa escolar em menor tempo para os superdotados.

Art. 22. A expedição de terminalidade específica de que trata este capítulo somente poderá ocorrer em casos plenamente justificados, devendo se constituir em um acervo de documento individual do aluno e deverá constar dos seguintes documentos:

I – conjunto de dados individuais do aluno, acompanhados de ficha de avaliação, relatórios periódicos e contínuos, bem como dos registros feitos pelo atendimento educacional especializado;

II – cópia da avaliação das habilidades e competências atingidas pelo aluno nas diversas áreas do conhecimento, fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental;

III – histórico escolar contendo o conhecimento adquirido pelo aluno, com as habilidades e as competências construídas e, no campo das observações, ressalva quanto à caracterização do aluno como público alvo da Educação Especial;

IV – cópia do termo de Certificado de Terminalidade Escolar Específica; e

V – registro de acompanhamento proposto ao aluno, à vista de alternativas regionais educacionais existentes, passíveis de ampliarem possibilidades de inclusão social e produtiva.

Parágrafo único. As escolas deverão manter arquivo com documentação que comprove a regularidade da vida escolar do aluno, inclusive para efeito de controle, pelo sistema de ensino.

TÍTULO V

AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO

Art. 23. As instituições de ensino das redes pública e privada que matriculam alunos público alvo da Educação Especial, nas classes comuns do ensino regular, inclusive com oferta de serviços de Atendimento Educacional Especializado devem, obrigatoriamente, ao solicitar Autorização para Funcionamento ao Conselho Municipal de Educação, incluir no Projeto Político Pedagógico, na Proposta Curricular e no Regimento Escolar, informações sobre o trabalho pedagógico e curricular nestas classes e/ou em salas de recursos multifuncionais, caso existam.

§ 1º Para solicitar o ato de Autorização para Funcionamento, os estabelecimentos deverão apresentar toda a documentação estabelecida nas normas do Conselho Municipal de Educação.

Praça Pedro Rodrigues de Souza – nº 14 – Centro – Barra da Estiva – BA – CEP 46.650-000

Página 8 de 11

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



• CME •
"Um olhar comprometido
com a Educação"

§ 2º As instituições de ensino regular devem garantir na sua Proposta Curricular, parte integrante do Projeto Político Pedagógico, a flexibilização e/ou adaptação curricular que considere o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino, recursos pedagógicos e de acessibilidade e processos avaliativos diferenciados para atender às necessidades educacionais específicas dos alunos.

Art. 24. Os Centros de Atendimento Educacional Especializado devem regularizar a oferta do AEE apresentando a documentação estabelecida nas normas do CME.

Art. 25. O Projeto Político Pedagógico dos Centros de Atendimento Educacional Especializado deve ser organizado com os seguintes itens:

- I. Informações institucionais;
- II. Diagnóstico local;
- III. Fundamentação legal, político e pedagógica;
- IV. Gestão;
- V. Matrícula no AEE por faixa etária e por etapa ou modalidade do ensino regular;
- VI. Matrículas no AEE por categorias do Censo Escolar MEC/INEP e por etapa e modalidade do ensino regular;
- VII. Organização e prática pedagógica, destacando os seguintes itens de acordo com a legislação vigente:
 - a) sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade;
 - b) matrícula no AEE de alunos público alvo da Educação Especial em classes comuns do ensino regular;
 - c) cronograma de atendimento dos alunos;
 - d) plano de ação do AEE: identificação das necessidades específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
 - e) outros profissionais: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e que atuam no apoio, principalmente nas atividades de alimentação, higiene e locomoção;
 - f) redes de apoio do âmbito da saúde, assistência social, da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros.
- VIII. Outras atividades do Centro do AEE;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



• CME •
"Um olhar comprometido
com a Educação"

IX. Infraestrutura do Centro do AEE;

X. Acessibilidade do Centro do AEE;

XI. Avaliação do AEE.

Art. 26. O Regimento Escolar deve ser elaborado de acordo com os procedimentos administrativos e pedagógicos da instituição, conforme estabelecido nas normas definidas pelo CME, com as adequações que se fizerem necessárias.

TÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 27. O poder público e as instituições privadas da área de educação devem assegurar no seu planejamento os recursos necessários à oferta de materiais, equipamentos e mobiliários e formação continuada para docentes e não docentes para assegurar a qualidade do atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial.

Art. 28. As escolas públicas e privadas, ao garantir o acesso dos alunos público alvo da Educação Especial às classes comuns no ensino regular, devem:

I- promover a articulação entre o ensino regular e a Educação Especial;

II- promover a participação da família no processo educacional e a interface com as demais áreas intersetoriais;

III- assumir os custos de manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como os custos com os profissionais e recursos didáticos e pedagógicos para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, nas classes comuns e de Atendimento Educacional Especializado, parcerias com entidades comerciais e filantrópicas.

Sala de Reuniões da Secretária Municipal da Educação, em 03 de Agosto de 2023.

Alexandre Rosa – Presidente do Conselho.

João Souza Batista – Conselheiro suplente

Rodrigo Barreto Carvalho – Conselheiro titular

Juliana Lago Rodrigues – Conselheira Suplente

Marizane Lima Martins – Conselheira Titular

Deltino José da Silva Filho – Conselheiro Suplente

Carlos André de Oliveira Almeida – Conselheiro Titular

Patrícia Braga Pires – Conselheira Suplente

Mabel Coqueiro Pereira – Conselheira Titular

Lucilene Freitas Caires – Conselheira Titular

Praça Pedro Rodrigues de Souza – nº 14 – Centro – Barra da Estiva – BA – CEP 46.650-000

Página 10 de 11

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Ricardo Souza Santos – Conselheiro Suplente
Claudiana Lima Brito Teixeira – Conselheira Titular
Cristiane Maria da Silva Souza – Conselheira Suplente
Gabriela Santos Costa – Conselheira Titular
Neuza Pinheiro de Araújo – Conselheira Titular
Cimara Santos Ribeiro de Souza – Conselheira Titular
Ronildo Souza Santos – Conselheiro Suplente
Ronaldo Aparecido Souza Camelo – Conselheiro Titular
Marcionílio Pires dos Santos Neto – Conselheiro Titular
Edcléa Aguiar Dutra de Souza – Conselheira Titular
Tatiane Bandeira Rocha – Conselheira Suplente
Cleiton Caires Pereira – Conselheiro Titular
Raquel Alves Rodrigues dos Santos – Conselheira Suplente
Gilmar Pereira Alves – Conselheiro Titular
Dulcimar Souza Costa – Conselheiro Suplente

Praça Pedro Rodrigues de Souza – nº 14 – Centro – Barra da Estiva – BA – CEP 46.650-000
Página 11 de 11

Diário Oficial do Município

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

terça-feira, 21 de maio de 2024

Ano II - Edição nº 00275 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva publica



Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
69E4ECBB768468448FBCACC78B16CA3B

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Resolução

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 16 DE MAIO DE 2024.

"Dispõe sobre Plano Ensino Individualizado, da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas".

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Extraordinária, realizada no dia 16 de maio de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Plano Ensino Individualizado, da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva, estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – O Conselho Municipal de Educação, aprovou as Normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia.

ART. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 16 de maio de 2024.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME


Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 16 de maio de 2024.


Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

PEI – Plano Ensino Individualizado

**Barra da Estiva – BA
2024**

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica e dá outras providências, e;

Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Capítulo III, Seção I, Da Educação, Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Considerando que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9.394/96 no seu Art. 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º – Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial;

Considerando que o Conselho Municipal da Educação, por decisão do Conselho Pleno do CME/BE em Sessão Ordinária, realizada em nos dias 02 e 03 de agosto de 2023, aprovou as Normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia;

Considerando que a Resolução nº 002, de 04 de agosto de 2023 do Conselho Municipal da Educação – CME/BE, em seu Anexo Único, Título I, Capítulo I, Princípios e Objetivos, Art. 2º, IV – Estabelecer a igualdade com possibilidades e oportunidades para que todos possam ter acesso a uma educação de qualidade e que considere as particularidades de cada indivíduo;

Considerando que o ECA (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – É dever do Poder Público Municipal assegurar às crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (artigo 208, inciso III, da CF/88 e art. 54, inciso III, do ECA /Lei Federal n. 8.069/1990).

Considerando que de acordo a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que trata da LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em seu Capítulo IV, Do Direito à Educação, Art. 27 – A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem;

Considerando que de acordo a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 06 de

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

julho 2015, no seu artigo Art. 28: III - Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

Considerando que de acordo a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 06 de julho 2015, no Art. 3º do parágrafo VI é explícita que são necessárias: [...] adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades, com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

Considerando que a POLITICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – que determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; o acesso à educação e à proteção social;

Considerando que a Lei Municipal nº 015/2009 de 15 de julho de 2009 do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e Estatuto do magistério Público Municipal - PCCV, Anexo II, Em Atividades de Docência, 17, 19 e 20 que tratam da participação do processo de Inclusão do aluno Portador de Necessidades Especiais no Ensino Regular;

Considerando que a PNE, Meta 04 – Universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Considerando que a Declaração de Salamanca (1994) traz a educação inclusiva como a possibilidade de “reforçar” a ideia de “educação para todos”, como se, até então, alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais especiais não frequentassem a escola.

Considerando que a Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais;

Considerando que a Parecer CNE/CP Nº 50/2023, aprovado em 5 de

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

dezembro de 2023 aborda várias orientações específicas e delineadas sobre: 2. Do direito à educação do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA): acesso, permanência, participação e aprendizagem; 3. Do planejamento educacional voltado ao estudante com TEA; 4. Das possibilidades de práticas baseadas em evidências científicas a serem utilizadas no processo educacional do estudante com TEA;

Considerando por fim que a obrigatoriedade do Plano de Ensino Individualizado (PEI) está prevista no artigo 28 da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Tal documento deve contemplar as características individuais do indivíduo criando um espaço inclusivo através de ferramentas adaptadas e do ensino colaborativo.

Plano Ensino Individualizado (PEI)

Plano Ensino Individualizado para o atendimento aos alunos com necessidades especiais como uma proposta construída coletivamente entre equipe pedagógica, administrativa e demais funcionários.

Este plano tem como finalidade atender a todo e qualquer sujeito que apresente empecilho em sua aprendizagem, quer sejam dificuldades, transtornos específicos ou globais do desenvolvimento.

O presente plano é oferecido à família para firmar parceria com a escola na tentativa de colaborar para o pleno desenvolvimento do aluno e este somente será executado a partir da autorização dos responsáveis.

Compete à Coordenação Pedagógica a condução do plano, que juntamente aos professores, direção, profissionais de apoio e responsáveis, darão sequência às ferramentas cabíveis para o aprendizado do aluno. Haverá ainda a possibilidade da participação dos profissionais clínicos e especialistas que acompanham o discente.

Definido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, o atendimento educacional individualizado “é gratuito aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e deve ser oferecido de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Ainda este decreto no Art. 3º apresenta os seguintes objetivos:

I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Sendo assim, este plano compreende um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucional e continuamente, prestados de forma complementar a formação de estudantes que se enquadram nas características já aqui citadas.

Portanto, este plano oportunizará novos modelos cognitivos para a consolidação do aprendizado real e significativo, partindo do conhecimento mais simples para o complexo, onde o sujeito é conduzido a sua formação integral.

OBJETIVOS DO PLANO:

- Oferecer formas e recursos diferenciados para o aprendizado de conceitos e conteúdos.
- Promover ambiente alfabetizador através de estímulos e atividades práticas e concretas.
- Despertar o interesse à participação e interação nas aulas.
- Desenvolver a autonomia e independência do aluno.
- Acompanhar o desenvolvimento do aluno respeitando suas necessidades e individualidades.
- Criar estratégias de aprendizagem durante o processo de modo a garantir o aprendizado do aluno.

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

TERMO DE CIÊNCIA – I

PARTICIPAÇÃO NO PLANO ENSINO INDIVIDUALIZADO - PEI

Eu, _____ portador do
RG: _____, CPF: _____ responsável pelo(a)
aluno(a) _____, ano/turma _____,
recebi as informações e orientações a respeito Plano de Ensino Individualizado (PEI) para
melhor atender as necessidades do(a) aluno(a) e assim promover o seu aprendizado.

Sendo assim, decidi:

() **AUTORIZAR** o(a) aluno(a) acima citado a participar do Plano de Ensino Individualizado(PEI).

() **NÃO AUTORIZAR** o (a) aluno (a) acima citado a participar do Plano de Ensino Individualizado (PEI).

Vale ressaltar que independentemente da autorização da participação deste programa ou não, cabe à família atualizar as informações médicas do(a) aluno(a) e informar a escola as necessidades específicas deste(desta), firmando parceria com esta Instituição Educacional, como também acompanhar e promover o desenvolvimento do(a) aluno(a) em suas áreas cognitivas, emocionais e sociais.

Cientes, assinam nesta data:

Barra da Estiva-BA, em ____ / ____ / ____

Pai/Mãe/Responsável

Coordenador(a) Pedagógico(a)

Diretor(a) / Vice-diretor(a)

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

TERMO DE CIÊNCIA – II

Eu, _____,
responsável pelo (a) aluno (a) _____
_____, ano/turma _____, recebi as informações e orientações a
respeito do Plano de Ensino Individualizado (PEI) - Trimestral para melhor atender as
necessidades do(a) aluno(a) e assim promover o seu aprendizado. Como família compromete-
me a atualizar as informações médicas do(a) aluno(a), como dos especialistas que o(a)
acompanham, e informar a escola as necessidades específicas deste(esta). É imprescindível a
família acompanhar e promover o desenvolvimento do(a) aluno(a) em suas áreas cognitivas,
emocionais e sociais, firmando assim parceria com a escola.

Cientes, assinam nesta data:

Barra da Estiva-BA, em ____/____/____

Pai/Mãe/Responsável

Coordenador(a) Pedagógico(a)

Diretor(a) / Vice-diretor(a)

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

I. DADOS INSTITUCIONAIS:

Data da elaboração do PEI: _____
Escola: _____
Endereço: _____
Diretor (a): _____
Vice Diretor(a): _____
Professor (a): _____
Coordenador (a): _____

Etapa da Educação Básica oferecidas pela escola:

() Educação Infantil () EF anos iniciais () EF anos finais

A escola possui acessibilidade física: () Sim () Não

Possui sala de recurso:

() Sim
() Não
() Se não, o aluno foi encaminhado para o NUPI: () Sim () Não

Responsáveis pela elaboração do PEI:

NOME	CARGO

II. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:

Nome: _____
Data de nascimento: _____ Sexo: () Masculino () Feminino
Filiação: _____
Série/ano: _____ Turma: _____
Endereço: _____
TEL.: _____

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

III. DIAGNÓSTICOS CLÍNICOS:

- Parecer neurológico:

- Parecer psicológico:

- Parecer psicopedagógico:

IV. ATENDIMENTOS COM ESPECIALISTAS:

- () Neurologista
- () Psicólogo
- () Fonoaudiólogo
- () Terapeuta Ocupacional
- () Psiquiatra
- () Psicopedagogo
- () Nutricionista
- () Oftalmologista
- () Outros _____

OBSERVAÇÕES:

Coordenador(a) Pedagógico(a)

Diretor(a) / Vice-diretor(a)

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

PEI – PLANEJAMENTO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO – EDUCAÇÃO INFANTIL

V. PLANEJAMENTO TRIMESTRAL:		
ESCOLA:	PERÍODO: () Grupo 01 () Grupo 02 () Grupo 03	
ESTUDANTE:		
PROFESSOR(A):		
DIAGNOSTICO:		
TRIMESTRE: () 1º () 2º () 3º		
Objetivos de desenvolvimento e aprendizagem de acordo os campos de experiências para a turma:		
Objetivos de desenvolvimento e aprendizagem de acordo os campos de experiências para o estudante:		
Potencialidades do estudante (O que já possui):		
ÁREA DE DESENVOLVIMENTO	DIFICULDADES OBSERVADAS	METODOLOGIA DE TRABALHO E OS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS.
Habilidades socioemocionais: autoestima, interação com colegas e professores, controle de frustração, humor, agressividade		
Linguagem oral e escrita: compreensão e habilidades comunicacionais		
Desenvolvimento Psicomotor: Equilíbrio, postura, orientação espacial		
Habilidade de cotidiano: vestir, controle esfínteres, alimentação		
Funções Mentais/Cognição: atenção, memória, percepção, Visio-motora, raciocínio		
Aprendizagem: Leitura, escrita, conhecimentos matemáticos		
AVALIAÇÃO:		

Assinatura do(a) Professor(a) _____ Assinatura do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) _____

Rua Alcibíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 99961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

RELATÓRIO PEDAGÓGICO TRIMESTRAL DO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE – EDUCAÇÃO INFANTIL

VI. RELATÓRIO TRIMESTRAL	
ESTUDANTE:	
TRIMESTRE: () 1º () 2º () 3º	PERÍODO: () 1º () 2º () 3º
Relatório Pedagógico DESCRITIVO de até uma lauda, elencando os aspectos cognitivos, sociais, comunicacionais e motores de desenvolvimento do estudante durante o trimestre:	

Assinatura do(a) Professor(a)

Assinatura do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a)

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

PEI – PLANEJAMENTO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

V. PLANEJAMENTO TRIMESTRAL	
ESTUDANTE:	IDADE:
PROFESSOR(A):	ANO/TURMA:
DIAGNÓSTICO:	TRIMESTRE: () 1º () 2º () 3º
Potencialidades do(a) estudante:	
Área de desenvolvimento (cognição, psicomotricidade, sócio afetivo emocional do(a) estudante):	
Componente Curricular: LÍNGUA PORTUGUESA	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	
•	
AVALIAÇÃO:	
Componente Curricular: MATEMÁTICA	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	
•	
AVALIAÇÃO:	
•	

Rua Alcebíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 99961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA - NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

Componente Curricular: CIÊNCIAS	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AValiação:	
Componente Curricular: HISTÓRIA	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AValiação:	
Componente Curricular: GEOGRAFIA	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AValiação:	
Componente Curricular: EDUCAÇÃO FÍSICA	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	

Rua Alcebíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA - NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal de Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AVALIAÇÃO:	
Componente Curricular: ARTE	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AVALIAÇÃO:	
Componente Curricular: ENSINO RELIGIOSO	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AVALIAÇÃO:	
* CORREÇÃO DE RUMOS: Os conteúdos trabalhados e não assimilados pelo estudante, deverão ser constantemente avaliados e revisados ao longo do trimestre, de forma que possam ser apresentadas novas propostas didático-pedagógicas, possibilitando a consolidação da habilidade/aprendizado durante o trimestre. Caso o aprendizado do conteúdo não se consolide durante o trimestre, deverá ser apresentada proposta de intervenção pedagógica para auxílio no processo de aprendizado do estudante.	

Assinatura do(a) Professor(a) _____ Assinatura do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) _____

Rua Alcebíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA - NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA

Secretaria Municipal da Educação

Barra da Estiva-Bahia

VI. AVALIAÇÃO DO PEI: ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS – (Para alunos que conseguem notas)

ESTUDANTE		ANO/TURMA:	
ETAPA: 1º TRIMESTRE		ANO/TURMA:	
Comp. Curricular	Valor	Nota alcançada	Grau de autonomia para realizar a atividade
Língua Portuguesa	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Matemática	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Ciências	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
História	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Geografia	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Ed. Física	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Artes	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Ensino Religioso	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
ETAPA: 2º TRIMESTRE		OBSERVAÇÃO (Se necessário)	
Comp. Curricular	Valor	Nota alcançada	Grau de autonomia para realizar a atividade
Língua Portuguesa	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Matemática	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Ciências	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
História	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Geografia	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Ed. Física	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Artes	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Ensino Religioso	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
ETAPA: 3º TRIMESTRE		OBSERVAÇÃO (Se necessário)	
Comp. Curricular	Valor	Nota alcançada	Grau de autonomia para realizar a atividade
Língua Portuguesa	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Matemática	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Ciências	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
História	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Geografia	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Ed. Física	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Artes	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão
Ensino Religioso	() muito suporte () pouco suporte	()	() jalia compreensão () pouca compreensão

Ass. do(a) Professor(a): _____ Ass. do(a) Diretor(a)/ Coord. Pedagógico(a) _____

Rua Alcebíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

RELATÓRIO PEDAGÓGICO TRIMESTRAL DO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

VII. RELATÓRIO TRIMESTRAL	
ESTUDANTE:	
ANO/TURMA:	TRIMESTRE: ()1º ()2º ()3º
Relatório Pedagógico DESCRITIVO de até uma lauda, elencando os aspectos cognitivos, sociais, comunicacionais e motores de desenvolvimento do estudante durante o trimestre:	

Assinatura do(a) Professor(a)

Assinatura do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a)

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

PEI – PLANEJAMENTO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

V. PLANEJAMENTO TRIMESTRAL	
ESTUDANTE:	IDADE:
PROFESSOR(A):	ANO/TURMA:
DIAGNÓSTICO:	TRIMESTRE: () 1º () 2º () 3º
Potencialidades do(a) estudante:	
Área de desenvolvimento (cognição, psicomotricidade, sócio afetivo emocional do(a) estudante):	
Componente Curricular: LÍNGUA PORTUGUESA	
Objeto de Conhecimento:	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	
•	
AVALIAÇÃO:	
Componente Curricular: MATEMÁTICA	
Objeto de Conhecimento:	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	

Rua Alcibíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 99961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA - NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
Componente Curricular: CIÊNCIAS	
Objeto de Conhecimento:	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
Componente Curricular: HISTÓRIA	
Objeto de Conhecimento:	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
Componente Curricular: GEOGRAFIA	
Objeto de Conhecimento:	

Rua Alcebíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 99961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA - NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AValiação:	
Componente Curricular: EDUCAÇÃO FÍSICA	
Objeto de Conhecimento:	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AValiação:	
Componente Curricular: ARTE	
Objeto de Conhecimento:	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AValiação:	

Rua Alcebíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA - NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

Componente Curricular: INGLÊS	
Objeto de Conhecimento:	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AVALIAÇÃO:	
Componente Curricular: PROJETO DE VIDA	
Objeto de Conhecimento:	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AVALIAÇÃO:	
Componente Curricular: ENSINO RELIGIOSO	
Objeto de Conhecimento:	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA - NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
Componente Curricular: REDAÇÃO	
Objeto de Conhecimento:	
Objetivo Geral do Componente Curricular da Turma:	
Objetivo Geral do Componente Curricular para o(a) Estudante:	
HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	ESTRATÉGIAS E RECURSOS
•	•
AVALIAÇÃO:	
*CORREÇÃO DE RUMOS: Os conteúdos trabalhados e não assimilados pelo estudante, deverão ser constantemente avaliados e revisitos ao longo do trimestre, de forma que possam ser apresentadas novas propostas didático-pedagógicas, possibilitando a consolidação da habilidade/aprendizado durante o trimestre. Caso o aprendizado do conteúdo não se consolide durante o trimestre, deverá ser apresentada proposta de intervenção pedagógica para auxílio no processo de aprendizado do estudante.	

Assinatura do(a) Professor(a) _____ Assinatura do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) _____

Rua Alcebíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA

Secretaria Municipal da Educação

Barra da Estiva-Bahia.

VI. AVALIAÇÃO DO PEI: ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS – (Para alunos que conseguem notas)

ESTUDANTE		ANO/TURMA:	
Componente Curricular:	Valor	Nota alcançada	OBSERVAÇÃO (Se necessário)
LÍNGUA PORTUGUESA			
1º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
2º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
3º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
Componente Curricular: MATEMÁTICA			
1º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
2º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
3º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
Componente Curricular: CIÊNCIAS			
1º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
2º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
3º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
Componente Curricular: HISTÓRIA			
1º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
2º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
3º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
Componente Curricular: GEOGRAFIA			
1º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
2º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
3º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
Componente Curricular: EDUCAÇÃO FÍSICA			
1º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
2º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
3º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
Componente Curricular: ARTE			
1º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
2º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
3º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
Componente Curricular: INGLÊS			
1º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
2º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		
3º TRIMESTRE	() muito suporte () pouco suporte () muita compreensão () pouca compreensão		

Rua Alcebíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

Componente Curricular: PROJETO DE VIDA		Nota alcançada	Grau de autonomia para realizar a atividade		OBSERVAÇÃO (Se necessário)	
Unidades	Valor		() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
1º TRIMESTRE			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
2º TRIMESTRE			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
3º TRIMESTRE			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
Componente Curricular: ENSINO RELIGIOSO			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
1º TRIMESTRE			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
2º TRIMESTRE			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
3º TRIMESTRE			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
Componente Curricular: REDAÇÃO			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
1º TRIMESTRE			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
2º TRIMESTRE			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão
3º TRIMESTRE			() muito suporte	() pouco suporte	() muita compreensão	() pouca compreensão

Assinatura do(a) Professor(a)

Assinatura do(a) Diretor(a)/ Coordenador(a) Pedagógico(a)

Rua Alcebíades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 99961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

RELATÓRIO PEDAGÓGICO TRIMESTRAL DO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

VII. RELATÓRIO TRIMESTRAL	
ESTUDANTE:	
ANO/TURMA:	TRIMESTRE: ()1º ()2º ()3º
Relatório Pedagógico DESCRITIVO de até uma lauda, elencando os aspectos cognitivos, sociais, comunicacionais e motores de desenvolvimento do estudante durante o trimestre:	

Assinatura do(a) Professor(a)

Assinatura do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a)

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

ANEXOS:

- FICHA DE ANAMNESE – EDUCAÇÃO INFANTIL

- FICHA DE ANAMNESE – ENSINO FUNDAMENTAL I e II

- FICHA DE OBSERVAÇÃO / SONDAAGEM PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL I e II

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

FICHA DE ANAMNESE – EDUCAÇÃO INFANTIL

INFORMAÇÃO DO ALUNO

Nome Completo: _____
 Data de Nascimento: ____/____/____ Ano/Turma: _____
 Sexo: () Masculino () Feminino
 Endereço: _____ Bairro: _____
 Cidade/UF: _____

DADOS FAMILIARES

Nome do Pai: _____ Tel.: _____
 Nome da Mãe: _____ Tel.: _____
 Nº de irmãos: _____ Mora com: _____
 Pais: () Casados () Separados () Separados com nova estrutura Familiar
 Quem costuma trazê-lo e buscá-lo a escola? _____
 Filho(a) () Biológico () Adotivo Ele sabe de sua adoção? () Sim () Não
 Como reage a situação? _____

HISTÓRICO DA ESCOLARIDADE

Início da escolarização: _____
 Recebe apoio pedagógico em casa? De quem? _____
 Apresenta alguma dificuldade na fala? () Sim () Não
 Compreende com facilidade a ideia e intencionalidade do outro oralmente? () Sim () Não
 O outro entende a sua ideia e intencionalidade oralmente? () Sim () Não
 Elabora o pensamento e ideia na forma escrita dando sentido a sua intencionalidade?
 () Sim () Não
 Compreende o que lê e consegue discursar sobre o tema? () Sim () Não
 Quando realiza uma atividade, fixa atenção por curto tempo ou não se concentra? () Sim () Não
 Qual o comportamento da criança enquanto estuda? _____

 Esquece com facilidade o que estudou? _____
 Como vocês pais, veem as dificuldades escolares de seu filho? _____

PERFIL DO ALUNO

Habilidades comunicativas
 () Balbucio
 () Aponta para itens de seu interesse
 () Uso de gestos
 () Faz uso de imagens
 () Comunicação alternativa? Qual? _____
 () Verbal

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA - NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

() Não Verbal
 () Ecolálico

Habilidades Sociais
 Chora. Em quais situação _____

() Tem iniciativa para iniciar uma conversa
 () Usa hábitos de cortesia
 () Apresenta-se com autonomia. () Quando solicitado
 () Formula perguntas
 () Aceita ajuda
 () Brinca sozinho
 () Tem amigo de preferência
 () Participa dos grupos
 () Apresenta Resistência. Em quais situações _____

() Faz amigos com facilidade
 Prefere fazer trabalho () Sozinho () Em grupo
 () Possui baixa tolerância a frustração
 () Ajuda os colegas quando necessário
 () Adapta-se facilmente a novos grupos de trabalho
 () Mantém contato com os colegas de sala fora da escola
 () Possui rede de contato virtuais

Habilidades Motoras

() Amassa	() Rasga	() Dança
() Recorta	() Pinta	() Pula
() Pinça	() Come sozinho	() Corre
() Se veste sozinho	() Imita gestos	() Sobe e desce degraus

() Realiza atividades motoras com comandos específicos
 () Apresenta hipotonia (diminuição do tônus muscular) _____
 () Apresenta hipertonia (aumento do tônus muscular) _____

Desenvolvimento Perceptivos

() Dificuldade para enxergar
 () Aproxima objetos dos olhos ou franze a testa
 () Dificuldades para ouvir
 () Necessidade que repita uma explicação dada
 () Para escutar é preciso falar mais alto
 () É desatento? Quando _____
 () É agitado? Quando _____
 () É autolesivo? Quando? _____

Desenvolvimento Emocional

() Tranquilo	() Ansioso	() Seguro
() Alegre	() Curioso	() Criativo

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

<input type="checkbox"/> Autonomia	<input type="checkbox"/> A família superprotege	
Atitudes Sociais Predominantes		
<input type="checkbox"/> Obediente	<input type="checkbox"/> Independente	<input type="checkbox"/> Comunicativo
<input type="checkbox"/> Agressivo	<input type="checkbox"/> Cooperador	<input type="checkbox"/> Afetuoso
Sono		
<input type="checkbox"/> Insônia	<input type="checkbox"/> Pesadelos	<input type="checkbox"/> Hipersonia /Excesso de sono
Outras Habilidades		
Gosta de música? _____		
Assiste vídeos? _____		
Tem comida preferida? _____		
E bebida? _____		
Gosta de abraços? _____		
Gosta de toques? _____		
Gosta de cores e luzes? _____		
O que o deixa feliz no ambiente escolar? _____		
Tem resistência a palavra “NÃO”? _____		
Tem manias, medos ou fobias? _____		
Tem outra hipo ou hipersensibilidade? _____		
Tem hiperfoco? _____		
Se desregula? _____		
Em qual situação? _____		
Como acalmar? _____		

Medidas disciplinares empregadas pelos os pais:		

Como seu (sua) filho (a) reage quando é contrariado (a)? qual a sua atitude nesta ocasião?		

Saúde		
Seu filho apresenta algum problema de comportamento, descreva:		

Apresenta problemas neurológicos? Qual?		

Faz acompanhamento com especialista? Qual?		

Tem diagnóstico médico? Qual a conclusão? Quais recomendações? Qual a data da conclusão?		

Faz uso de medicamento controlados? Quais? Dosagem e horários?		

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA - NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

O medicamento interfere no processo de aprendizagem? Explique

Existe recomendações da área da saúde? Se sim, quais?

O que seu filho gosta de fazer e que façam com ele?

O que seu filho não gosta de fazer e nem que façam com ele?

O que irrita seu filho?

O aluno (a) necessita de apoio educacional especializado? () Sim () Não
Caso a resposta seja positiva quem fez a solicitação e por quê?

OBSERVAÇÃO:

+

Barra da Estiva - BA, _____ de _____ de _____.

Responsável legal do aluno

Professor Especialista do AEE

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

FICHA DE ANAMNESE – ENSINO FUNDAMENTAL I e II

IDENTIFICAÇÃO

Nome Completo: _____
 Data de Nascimento: ____/____/____ Ano/Turma: _____
 Sexo: () Masculino () Feminino
 Endereço: _____ Bairro: _____
 Cidade/UF: _____

DADOS FAMILIARES

Nome do Pai: _____ Tel.: _____
 Nome da Mãe: _____ Tel.: _____
 Nº de irmãos: _____ Mora com: _____
 Pais: () Casados () Separados () Separados com nova estrutura Familiar
 Quem costuma trazê-lo e buscá-lo a escola? _____

 A quem recorrer caso haja necessidade da presença do responsável? (Telefone)

 Filho(a) () Biológico () Adotivo
 Se positivo, a criança sabe de sua adoção? () Sim () Não
 Como reage a situação? _____

HISTÓRICO DA ESCOLARIDADE

Início da escolarização: _____
 Recebe apoio pedagógico em casa? De quem? _____
 Apresenta alguma dificuldade na fala () Sim () Não
 Foi notada alguma dificuldade na aprendizagem? () Sim () Não
 Quando? _____
 Qual dificuldade? _____
 Faz acompanhamento com algum profissional específico?

 Repetiu alguma série? Qual? Como foi a experiência?

 Que Componente(s) Curricular(es) o aluno tem maior interesse?

 Que Componente(s) Curricular(es) o aluno não tem interesse ou possui dificuldade?

 Faz atividades extraescolares? Quais? _____

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

Estuda espontaneamente? () Sim () Não
 Quando estuda, se cansa facilmente? () Sim () Não
 Quando realiza uma atividade, fixa atenção por curto tempo ou não se concentra? () Sim () Não
 Qual o comportamento do seu filho enquanto estuda? _____

Esquece com facilidade o que estudou?

Como vocês pais, veem as dificuldades escolares de seu filho?

Em outras situações de aprendizagem como vocês veem a criança?

PERFIL DO ALUNO

Habilidades comunicativas

() Balbucio () Aponta para itens de seu interesse
 () Uso de gestos () Faz uso de imagens
 () Comunicação alternativa? Qual? _____
 () Verbal () Não Verbal
 () Ecolálico

Habilidades Motoras

() Amassa () Rasga () Dança
 () Recorta () Pinta () Pula
 () Pinça () Come sozinho () Corre
 () Se veste sozinho () Imita gestos () Sobe e desce degraus
 () Realiza atividades motoras com comandos específicos
 () Apresenta hipotonia (diminuição do tônus muscular) _____
 () Apresenta alguma dificuldade de locomoção, postura ou coordenação
 () Apresenta bom rendimento nas aulas de educação física
 () Gosta desse Componente Curricular
 () Apresenta boa coordenação motora fina, preensão do lápis e uso da tesoura

Desenvolvimento Perceptivos

() Dificuldade para enxergar
 () Aproxima objetos dos olhos ou franze a testa
 () Dificuldades para ouvir
 () Necessidade que repita uma explicação dada
 () Para escutar é preciso falar mais alto
 () É desatento? Quando

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA - NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

() É agitado? Quando _____

Desenvolvimento Emocional

() Tranquilo () Ansioso () Seguro () Alegre
 () Criativo () Autonomia () A família superprotege () Curioso

Sociabilidade

Faz amigos com facilidade? () Sim () Não
 Prefere fazer trabalho? () Sozinho () Em grupo
 Possui baixa tolerância a frustração? () Sim () Não
 Ajuda os colegas quando necessário? () Sim () Não
 Mantém contato com os colegas de sala fora da escola? () Sim () Não
 Possui rede de contato virtuais? () Sim () Não
 Formula perguntas () Sim () Não
 Usa hábitos de cortesia () Sim () Não
 Aceita ajuda () Sim () Não
 Brinca sozinho () Sim () Não
 Participa dos grupos () Sim () Não
 Tem iniciativa para iniciar uma conversa () Sim () Não
 Chora. Em quais situação _____
 () Apresenta-se com autonomia. () Quando solicitado
 () Apresenta Resistência. Em quais situações _____

Atitudes Sociais Predominantes

() Obediente () Independente () Comunicativo () Agressivo () Cooperador

Sono

() Insônia () Pesadelos () Hipersonia /Excesso de sono

Outras Habilidades

Gosta de música? _____
 Assiste vídeos? _____
 Tem comida preferida? _____
 E bebida? _____
 Gosta de abraços? _____
 Gosta de toques? _____
 Gosta de cores e luzes? _____
 O que o deixa feliz no ambiente escolar? _____
 Tem resistência a palavra "NÃO"? _____
 Tem manias, medos ou fobias? _____
 Tem outra hipersensibilidade? _____
 Tem hiperfoco? _____
 Se desregula? _____
 Em qual situação? _____
 Como acalmar? _____
 Medidas disciplinares empregadas pelos pais. _____

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
Secretaria Municipal da Educação
Barra da Estiva-Bahia.

Como seu(sua) filho(a) reage quando é contrariado (a)? Qual a sua atitude nesta ocasião?

Saúde
Apresenta problemas neurológicos? Qual? _____
Faz acompanhamento com especialista? Qual? _____
O aluno (a) necessita de apoio educacional especializado? () Sim () Não
Caso a resposta seja positiva quem fez a solicitação e por quê? _____
Tem diagnóstico médico? Qual a conclusão? Quais recomendações? Qual a data da conclusão?

Faz uso contínuo de medicamento? Para quê? Causa efeitos colaterais? Explique:

O que seu filho gosta de fazer e que façam com ele? _____
O que seu filho não gosta de fazer e nem que façam com ele? _____

OBSERVAÇÃO:

Barra da Estiva - BA, _____ de _____ de _____.

Responsável legal do aluno

Professor Especialista do AEE

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba
diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

FICHA DE OBSERVAÇÃO / SONDAGEM PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL I e II

(A) Apresenta **(AP)** Apresenta Parcialmente **(NO)** Não Observado
(NA) Não Apresenta **(PA)** Precisa de Ajuda

ASPECTOS PSICOMOTORES	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Esquema corporal – Conhece as partes e funções do corpo? Nomeia as partes do corpo?			
Consciência corporal – Sabe do uso específico de cada membro do corpo para a realização de atividades, mesmo nos casos em que haja limitações de movimento. Ex.: escreve com adaptação utilizando os pés, mas tem conhecimento que o membro comumente utilizado para esta atividade é a mão.			
Expressão corporal – Realizar gestos expressivos (susto, grito, tristeza, raiva)?			
Imagem corporal - Relação do próprio corpo com o espaço e as pessoas. Ex.: olhar no espelho e perceber o contorno do corpo.			
Tônus Hipertônico – Apresenta rigidez muscular elevada?			
Tônus Hipotônico - Apresenta flacidez muscular elevada?			
Coordenação motora ampla – Controla os movimentos amplos do corpo? Ex.: correr, andar, rolar, pular, engatinhar, agachar.			
Coordenação motora fina – Controla os pequenos músculos para exercícios refinados? Ex.: recortar, colar, encaixar, pintar, pentear, jogar bola.			
Equilíbrio dinâmico – Ex.: andar na ponta dos pés, correr com copo cheio de água na mão, andar de joelhos.			
Equilíbrio estático – Sustenta-se em diferentes situações? Ex.: ficar em pé parado com os olhos fechados, ficar em pé sobre um pé, ficar de cócoras.			
Lateralidade – Tem capacidade motora de percepção integrada dos dois lados do corpo (direito e esquerdo)?			
Percepção gustativa – Tem a capacidade de distinguir sabores? Ex.: reconhecer alimentos pelo gosto, distingue e expressa do que determinado alimento é feito.			
Percepção olfativa – Tem a capacidade de distinguir odores? Ex.: discriminação de duas frutas ou mais, identificar odores agradáveis e desagradáveis.			
Percepção tátil – Sente as variações de pressão, temperatura, noções de peso, sem a ajuda da visão? Ex.: reconhecer diferentes texturas, identificar formas.			
Percepção visual – Identifica formas geométricas, junta objetos iguais, compara objetos, monta cenas, diz o que falta em desenhos, realiza sequências?			
Postura – Posição ou atitude do corpo ligada ao movimento. Ex.: sentar, deitar, ficar de pé.			
ASPECTOS PEDAGÓGICOS/COGNITIVOS	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Memória de Curto Prazo – lembra-se de acontecimentos cotidianos ocorridos num período de até 6 horas?			
Memória de Longo Prazo – lembra-se de fatos ocorridos ao longo da vida e os utiliza no cotidiano? Ex.: reconhecer letras e números, pessoas.			
Memória Auditiva – memoriza o que escuta?			
Memória Visual – memoriza o que vê?			
Percepção Auditiva – escuta e interpreta os estímulos sonoros?			
Percepção Corporal – tem consciência do próprio corpo?			

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

Percepção Espacial – compreende as dimensões do entorno e dos objetos?			
Percepção Tátil – reconhece formas, texturas, tamanhos pelo tato?			
Percepção Temporal – Tem a capacidade de situar-se em função da sucessão dos acontecimentos? Ex.: ontem, hoje, amanhã, antes, durante, após, hora, semana, mês.			
Percepção Visual - enxerga e interpreta os estímulos visuais (claro, escuro, cores, formas, objetos)?			
Atenção Alerta – responde imediatamente a um estímulo apresentado?			
Atenção Alternada – realiza atividade proposta e conversa ao mesmo tempo?			
Atenção Seletiva – concentra-se em uma atividade ignorando os demais estímulos?			
Atenção Sustentada – concentra-se por um longo período de tempo na atividade proposta?			
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	1º TRIM	2º TRIM	3ª TRIM
Raciocínio Lógico Abduativo – busca novas ideias e conhecimentos que possam validar uma conclusão? Ex.: Pela manhã observo o telhado e ele está molhado. Logo, a noite deve ter chovido.			
Raciocínio Lógico Dedutivo – parte de um fato geral para um particular, concluindo-o? Ex.: Todas as maçãs daquela caixa são verdes. Essas maçãs são daquela caixa. Logo, essas maçãs são verdes.			
Raciocínio Lógico Intuitivo – parte de um fato específico para o geral, concluindo-o? A conclusão nem sempre será verdadeira. Ex.: Klaus é alemão de olhos azuis, Peter é alemão de olhos azuis, Tom é alemão de olhos azuis, Joseph é alemão de olhos azuis. Logo todo alemão tem olhos azuis.			
Relaciona quantidade ao número.			
Soluciona problemas simples.			
Reconhece os valores dos preços dos produtos			
Identifica o valor do dinheiro			
Diferencia notas e Moedas.			
Sabe agrupar o dinheiro para formar valores			
Dá troco, quando necessário nas atividades realizadas em sala de aula.			
Possui conceitos como: cor, tamanho, formas geométricas, posição direita e esquerda, antecessor e sucessor.			
Reconhece a relação entre número e dias do mês (localização temporal)			
Identifica dias da semana?			
Reconhece horas			
Reconhece horas em relógio digital.			
Reconhece horas exatas (em relógio com ponteiros)			
Reconhece horas não exatas (meia hora ou 7 minutos, por exemplo), em relógio digital.			
Reconhece horas não exatas (em relógio com ponteiros)			
Associa horários aos acontecimentos.			
Reconhece as medidas de tempo (ano, hora, minuto, dia, semana etc.)			
Compreende conceitos Matemáticos, como dobro e metade.			
Resolve operações matemáticas (adição ou subtração) com apoio de material concreto			
Resolve operações matemáticas (adição ou subtração) sem apoio de material concreto.			
Demonstra curiosidade. Pergunta sobre o funcionamento das coisas.			
Gosta de jogos envolvendo lógica como, por exemplo, quebra-cabeça, charadas entre outros.			
Organiza figuras em ordem lógica.			

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS / COGNITIVOS	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Pensamento Analítico – separa o todo em partes com as mesmas características? Ex.: Em uma caixa de brinquedos separa bolas, bonecas e carrinhos.			
Pensamento Criativo – baseado em seus conhecimentos cria ou modifica algo existente?			
Pensamento Crítico – examina, analisa ou avalia?			
Pensamento de Síntese – sintetiza, resume histórias ou fatos em poucas palavras?			
Pensamento Questionador – propõe perguntas e busca respondê-las?			
Pensamento Sistêmico – considera vários elementos e os relaciona? Ex.: Separa o material escolar do material de higiene pessoal.			
Compreende Ordens Simples? Ex.: Sentar, levantar, sair, entrar.			
Compreende Ordens Complexas? Ex.: Transmitir um recado à alguém.			
Relata situações vividas por ele?			
ASPECTOS SOCIOEMOCIONAIS	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Empatia: Capacidade de entender e compartilhar os sentimentos dos outros. Consegue demonstrar empatia e se colocar no lugar do outro?			
Autocontrole: Habilidade de regular as próprias emoções e impulsos. Consegue controlar as próprias emoções?			
Resolução de conflitos: Capacidade de resolver problemas e conflitos de forma pacífica. Consegue resolver os conflitos de forma tranquila?			
Habilidades de comunicação: Capacidade de expressar pensamentos e sentimentos de forma clara e eficaz. Consegue identificar suas emoções? Consegue expressar seus sentimentos de forma clara?			
Habilidades sociais: Capacidade de interagir com os outros de maneira apropriada em diferentes situações sociais. Consegue interagir de forma apropriada?			
Autoestima: Sentimento de valor próprio e confiança em si mesmo. Demonstra ter autoestima?			
Resiliência: Capacidade de lidar com desafios e adversidades de forma eficaz. Consegue enfrentar as dificuldades ou desiste facilmente das coisas?			
Habilidades de cooperação: Capacidade de trabalhar em equipe e colaborar com os outros. Consegue trabalhar em equipe?			
Regulação emocional: Capacidade de reconhecer, compreender e lidar com as próprias emoções. Consegue reconhecer e lidar com as próprias emoções?			
ASPECTOS COMPORTAMENTAL	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Apresenta Autoagressividade			
Apresenta Indisciplina			
Apresenta Heteroagressividade			
Apresenta desobediência às Regras e/ou combinados			
Apresenta Apatia			

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

❖ COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM OBSERVADO:

(S) SIM (N) NÃO

COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM		1º TRIM	2º TRIM	3ª TRIM
1. Apresenta intenção comunicativa:				
2. Utiliza a comunicação:	Para fazer comentário			
	Para fazer solicitações			
	Para necessidades básicas			
	Para obter atenção			
	Realizar escolhas			
	Realizar pequenas narrativas			
3. Recursos utilizados pelo estudante para Comunicação Alternativa:	Alfabeto Móvel			
	Tecnologia			
	Prancha de comunicação			
	Fotos			
	Numerais			
Não faz uso de nenhum recurso ALTERNATIVO para a comunicação				
4. Expressa-se por/como/com:	Língua de Sinais Brasileira – Libras			
	Palavras			
	Sons			
	Demonstra timidez ao se expressar			
	Descreve gravuras			
	Ecolalia- repetição de palavras ou frases			
	Expressa-se com clareza			
	Expressa-se muito rápido			
	Expressa-se pelo som final das palavras			
	Frases completas			
	Frases curtas			
	Gagueira			
	Lentidão na fala			
	Nomeia objetos			
	Omite fonemas			
	Troca fonemas			
	Conversa espontaneamente			
	Reconta histórias			
	Demonstra entender o que é proposto			
	Tom de voz baixo			
Tom de voz alto				
Gagueira				
5. Escrita	Garatujas			
	Escrita pré-silábica			
	Escrita silábica			
	Escrita silábica-alfabética			
	Escrita alfabética			
	Diferencia desenho da escrita e dos números			
	Identifica rótulos			
	Conhece algumas letras			
Conhece todas as letras				

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



NÚCLEO DE PSICOLOGIA INTEGRADA – NUPI

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA
 Secretaria Municipal da Educação
 Barra da Estiva-Bahia.

COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM		1º TRIM	2º TRIM	3ª TRIM
	Identifica letras iguais			
	Reconhece a letra inicial do seu nome			
	Reconhece seu nome em frases			
	Reconhece o nome dos pais e colegas			
	Escreve nome de familiares e amigos			
	Observa e relaciona parte dos nomes			
	Procura formar palavras e tenta ler			
	Escreve frases			
	Escreve textos			
	Letra cursiva			
	Letra impressa			
	Letra legível			
	Relaciona letras de vários tipos e tamanhos			
	Tenta atribuir um sentido num texto por meio de pistas			
	Escreve com apoio/adaptação			
Recusa escrever dizendo que não sabe				
6. Leitura	Lê palavras			
	Lê frases			
	Lê textos			
	Leitura global (compreensão, inferência, comparação)			
	Leitura fonética (silabada) com dificuldade no entendimento da palavra			
	É capaz de imitar a leitura a partir de um texto conhecido oralmente (música/parlenda/poesia)			
	Não lê			

RESPONSÁVEL(IS) PELA AVALIAÇÃO:

Nome: _____ Função: _____
 Nome: _____ Função: _____

- DATA DA AVALIAÇÃO: ____ / ____ / _____. (1º Trimestre)
- DATA DA AVALIAÇÃO: ____ / ____ / _____. (2º Trimestre)
- DATA DA AVALIAÇÃO: ____ / ____ / _____. (3º Trimestre)

Rua Alcebiades Alves Coelho, nº 20, Centro, CEP: 46650-000, Barra da Estiva-BA.
 E-mail: nupi2023@gmail.com --- Contatos: SEMEC: (77)3450-1220 / Coordenador: (77) 9.9961-3293

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
 578EF71FF4E2D917C8392DB700BC1348

Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

quinta-feira, 5 de outubro de 2023

Ano I - Edição nº 00147 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva publica



Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
75010926D9838988FFA8578AF7738BA1

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Resolução

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023.

"Dispõe sobre as normas para inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e dá outras providências".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno do CME/BE em Sessão Ordinária, realizada no dia 04 de outubro de 2023 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado as normas para inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva estado da Bahia, de acordo fundamento nas Leis nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – O Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva estado da Bahia, deverá estar integrado, articulado, consciente e comprometido no cumprimento da Lei nº 10.639/2003 e da Lei Nº 11.645/2008, promovendo a inclusão de ações educativas nos currículos em caráter interdisciplinar e transversal, para o pleno desenvolvimento das crianças, jovens e adultos na perspectiva de uma educação antirracista, uma educação igualitária e de qualidade para todos.

ART. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 04 de outubro de 2023.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME


Marizane Lima Martins
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.
Barra da Estiva – BA, em 04 de outubro de 2023.


Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação.
Decreto nº 022/2023, de 15/03/2023

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº004 /2023

Estabelece normas para inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação vigente e, tendo em vista a decisão do Conselho Pleno do CME em Sessão Ordinária, realizada no dia 04 de outubro de 2023, com fundamento nas Leis nº 10.639/2003 e lei nº 11.645, de 10 março de 2008 que inclui no Currículo Oficial de Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, na Resolução CNE nº01/04 que institui Diretrizes Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais.

RESOLVE:

Art. 1º- O Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva correspondendo às Unidades Escolares de Educação Básica nos níveis de Educação Infantil pública e privadas, de Ensino Fundamental públicas e a Estrutura Administrativa da Secretária da Educação, deverão estar integrados, articulados, conscientes e comprometidos no cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e lei Nº 11.645, de 10 março de 2008.

Art. 2º- As Unidades Escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva ficam obrigadas a promover a inclusão de ações educativas nos currículos dos seus cursos que espelhem os conteúdos, da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena, em caráter interdisciplinar e transversal.

Parágrafo Único - As propostas Pedagógicas das Unidades Escolares deverão, necessariamente, contemplar a inserção dos dispositivos constantes da Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008. sob forma de estudos, ações e atividades, assim como atentar para o envolvimento de toda a comunidade escolar, a saber: alunos e alunas, funcionários e funcionárias, pais, mães, professores e professoras, coordenadores pedagógicos e coordenadoras pedagógicas, diretoras e diretores.

Art.3º - A estrutura Administrativa da Secretária Municipal da Educação e Cultura deverá desenvolver estudos e procedimentos práticos para o cumprimento da Lei nº10.639/2003 e 11.645/2008.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA
Página 2 de 4

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



• CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Art.4º - A Secretaria Municipal de educação e Cultura adotará as providências necessárias por meios dos órgãos competentes para implementação, acompanhamento e avaliação desta Resolução.

Art 5º - As unidades de ensino da Rede Municipal de Barra da Estiva deverão promover a educação para as relações étnico-raciais. A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) objetiva contribuir para a eliminação dos casos de racismo e para a educação emancipatória dos grupos discriminados, ao atentar para a diversidade da composição étnico-racial da sociedade brasileira.

§ 1º A ERER será desenvolvida com base nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento das crianças e dos e das estudantes, em seu preparo para o exercício da cidadania.

§ 2º A ERER considerará os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 4º A ERER, na perspectiva de uma educação antirracista, tem por finalidade formar cidadãos e cidadãs para:

- I - a adoção de atitudes, posturas e valores voltados à pluralidade étnico-racial;
- II - a compreensão crítica da realidade social, a consciência dos seus direitos e o desenvolvimento de valores éticos;
- III - o exercício da cidadania e a participação política;
- IV - a construção e a difusão de saberes e de conhecimentos etnocentros;
- V - a interação e a negociação de objetivos comuns que garantam, a todos e todas, respeito aos direitos legais e ao reconhecimento das identidades;
- VI - o combate aos estereótipos, à discriminação racial e ao racismo;
- VII - a valorização e a promoção da vida e da justiça social;
- VIII - o respeito às diferenças e à diversidade humana.

Sala de reuniões da Secretaria Municipal da Educação em 04 de outubro de 2023.

Alexandre Rosa – Presidente do Conselho
João Souza Batista – Conselheiro Suplente
Rodrigo Barreto Carvalho – Conselheiro Titular

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA
Página 3 de 4

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Juliana Lago Rodrigues – Conselheira Suplente
Marizane Lima Martins – Conselheira Titular
Deltino José da Silva Filho – Conselheiro Suplente
Carlos André de Oliveira Almeida – Conselheiro Titular
Patrícia Braga Pires – Conselheira Suplente
Mabel Coqueiro Pereira – Conselheira Titular
Lucilene Freitas Caires – Conselheira Titular
Ricardo Souza Santos – Conselheiro Suplente
Claudiana Lima Brito Teixeira – Conselheira Titular
Cristiane Maria da Silva Souza – Conselheira Suplente
Gabriela Santos Costa – Conselheira Titular
Neuza Pinheiro de Araújo – Conselheira Titular
Cimara Santos Ribeiro de Souza – Conselheira Titular
Ronildo Souza Santos – Conselheiro Suplente
Ronaldo Aparecido Souza Camelo – Conselheiro Titular
Marcionílio Pires dos Santos Neto – Conselheiro Suplente
Edcléa Aguiar Dultra de Souza – Conselheira Titular
Tatiane Bandeira Rocha – Conselheira Suplente
Cleiton Caires Pereira – Conselheiro Titular
Raquel Alves Rodrigues dos Santos – Conselheira Suplente
Gilmar Pereira Alves – Conselheiro Titular
Dulcimar Souza Costa – Conselheiro Suplente

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA
Página 4 de 4

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
C.N.P.J Nº 13.670.658/0001-52
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 354/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação dos serviços de SEGURO TOTAL para 02 (dois) veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Agricultura, contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas.
DATA DE ASSINATURA: 05/10/2023
VALOR: R\$ 8.440,52 (oito mil e quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos).
PRAZO: 31 de dezembro 2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
2054 – GESTÃO DOS SERVIÇOS DE AGRICULTURA
FONTE: 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
Elemento de Despesa – 339039 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica
LEGAL: Lei 8.666/93 e 8.883/94

Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

segunda-feira, 18 de dezembro de 2023

Ano I - Edição nº 00189 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva publica



Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Resolução

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Dispõe sobre as normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno do CME/BE em Sessão Extraordinária, realizada nos dias 12 e 15 de dezembro de 2023 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado as Normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola, na Perspectiva da Educação Quilombola, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado do Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – As Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola, na Perspectiva da Educação Quilombola visa nortear a prática pedagógica dos educadores na perspectiva da construção de uma escola pública de qualidade para todos.

ART. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 18 de dezembro de 2023.

Alexandre Rosa
Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME

Cimara Santos Ribeiro de Souza
Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 18 de dezembro de 2023.

P.
Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação.
Decreto nº 022/2023, de 15/03/2023

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



RESOLUÇÃO CME Nº 006/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

Estabelece normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Barra da Estiva estado da Bahia, no uso de suas competências e em conformidade com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT); na Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Base da Educação Nacional, na redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008; na Resolução CNE/CP nº 1/2004; na Resolução CNE/CEB 04/2010 e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 16/2012 e na Resolução CNE/CEB nº 08/2012, na Resolução CEE nº 68/2013, e ainda,

CONSIDERANDO o Texto de Referência para construção das Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Escolar Quilombola, de 2011, e as contribuições das Audiências Públicas realizadas em Barra da Estiva pela Comissão Especial constituída para a elaboração das Diretrizes Municipais da Educação Quilombola, respectivamente, com a finalidade de construir a proposta de Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola da Cidade do Barra da Estiva estado da Bahia, criada em acordo com a Resolução nº08, de 20 de novembro de 2012 do Conselho Nacional de Educação – CNE, publicado no ano de 21 de novembro de 2012,

RESOLVE:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente Resolução estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola no Sistema Municipal de Ensino da Cidade de Barra da Estiva estado da Bahia.

§ 1º - A Educação Escolar Quilombola:

I – organiza seu currículo fundamentando-se no legado histórico preservado na tradição coletiva

II - integra suas etapas - Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como em suas modalidades – EJA e Educação Especial.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

III - deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas como quilombolas, pelos órgãos públicos responsáveis, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;

IV - deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

V - deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política dos entes federados para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade.

Art. 2º. Entende-se por quilombos:

I - os grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;

II - as comunidades rurais e urbanas que:

a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território, que não se restringe à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições; e

b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e as reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.

III - os povos ou comunidades tradicionais nos termos da legislação vigente.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 3º. A Educação Escolar Quilombola rege-se, nas suas práticas e ações político-pedagógicas, pelos seguintes princípios:

I - direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;

II - respeito, reconhecimento e proteção da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;

III - garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

IV - garantia do controle social pelas comunidades quilombolas;

V - reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

VI - respeito aos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;

VII - direito ao etnodesenvolvimento, entendido como modelo de desenvolvimento alternativo, que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;

VIII - superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial;

IX - respeito à diversidade religiosa, ambiental e de orientação sexual;

X - reconhecimento e respeito à história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam;

XI - direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

XII - valorização das ações de cooperação e de solidariedade presentes na história das comunidades quilombolas, a fim de contribuir para o fortalecimento das redes de colaboração solidária por elas construídas;

XIII - reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades quilombolas e construção de práticas educativas, que visem à superação de todas as formas de violência racial e de gênero; e

XIV - cultivo e valorização da tradição oral, da memória histórica afro-brasileira, da ancestralidade e da erudição popular dos "mais velhos" como fonte de conhecimento e pesquisa e como conteúdo da Educação Escolar Quilombola.

Art. 4º. Estas Diretrizes, com base na legislação vigente, têm por objetivos:

I - orientar as escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva estado da Bahia na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos, visando a garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades do ensino, sendo respeitadas as suas especificidades;

II – garantir que as escolas quilombolas e as escolas que atendem a estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem, as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;

III - assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas considere o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

IV – consolidar o regime de colaboração entre o sistema de ensino de Barra da Estiva – BA na oferta da Educação Escolar Quilombola;

V - assistir a abordagem da temática quilombola em todas as etapas e modalidades do ensino nas escolas públicas municipais e na Educação Infantil das instituições privadas, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileira e Barrestivense.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 5º. A organização da Educação Escolar Quilombola no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva estado da Bahia, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e das Modalidades da Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, poderá assumir as seguintes formas, de acordo com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação:

I - séries anuais;

II - períodos semestrais;

III - ciclos;

IV - alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos;

V - grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios; e

VI - outras formas de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art. 6º. O calendário da Educação Escolar Quilombola deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e socioculturais, a critério dos sistemas de ensino e do projeto político-pedagógico da escola, sem, com isso, reduzir o número de horas letivas previsto na LDB.

PARÁGRAFO ÚNICO. O calendário escolar deve incluir as datas consideradas mais significativas para a população negra e para cada comunidade quilombola, de acordo com a região e a localidade, consultadas as comunidades e as lideranças quilombolas.

Art. 7º. A Educação Escolar Quilombola deve ser acompanhada pela prática constante de produção, publicação e aquisição de materiais didático-pedagógicos e de apoio pedagógico específicos nas diversas áreas de conhecimento, mediante ações colaborativas entre os sistemas de ensino.

PARÁGRAFO ÚNICO. As ações colaborativas constantes do caput deste artigo poderão ser realizadas contando com a parceria e participação dos docentes, organizações do movimento quilombola e do movimento negro, núcleos de estudos

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

afro-brasileiros e grupos correlatos, instituições de Educação Superior e da Educação Profissional e Tecnológica.

TÍTULO IV

DA OFERTA DE ENSINO

Art. 8º. A Educação Infantil é um direito de todas as crianças e deve ser garantida e efetivada respeitando-se as formas específicas de viver a infância das crianças quilombolas, de acordo com seus espaços, tempos, identidade étnico-racial e as vivências socioculturais.

§ 1º. No primeiro segmento da Educação Infantil – Creche –, a matrícula das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos nas instituições de Educação Infantil é uma opção de cada família das comunidades quilombolas.

§ 2º. No segundo segmento da Educação Infantil – Pré-Escola –, a frequência das crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos é obrigatória nas instituições de ensino, de acordo com a legislação vigente.

§ 3º. A oferta da Educação Infantil Quilombola deverá garantir à criança o direito de permanecer no seu espaço comunitário de referência, evitando-se o seu deslocamento.

§ 4º. As escolas quilombolas e as escolas que atendem a estudantes oriundos de territórios quilombolas e que ofertam a Educação Infantil devem:

I - promover a participação das famílias e dos anciãos, especialistas nos conhecimentos tradicionais de cada comunidade, em todas as fases de implantação e desenvolvimento da Educação Infantil;

II - considerar as práticas de educar e de cuidar de cada comunidade quilombola como parte fundamental da educação das crianças, de acordo com seus espaços e tempos socioculturais; e

III - elaborar e receber materiais didáticos específicos para a Educação Infantil, garantindo a incorporação de aspectos socioculturais considerados significativos para a comunidade de pertencimento da criança.

Art. 9º. O Ensino Fundamental dos anos iniciais e dos anos finais, direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade, deve constituir-se em tempo e espaço dos educandos e ser articulado ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e à igualdade, garantindo aos estudantes quilombolas:

I - a indissociabilidade das práticas educativas e das práticas do cuidar, visando ao pleno desenvolvimento da formação humana dos estudantes na especificidade dos seus diferentes ciclos da vida;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

II - a articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, em processo educativo dialógico e emancipatório; e

III - um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes quilombolas nos diferentes contextos sociais.

Art.10. A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa assegurar aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação o desenvolvimento das suas potencialidades socioeducacionais em todas as etapas e modalidades da Educação Básica e no Ensino Superior.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Educação Especial, não sendo substitutiva da escolarização comum, destinada ao público alvo dessa modalidade, de modo a garantir aos alunos o desenvolvimento de suas potencialidades, o acesso ao conhecimento e o pleno exercício da cidadania, nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem a estudantes oriundos de territórios quilombolas, conforme legislação vigente.

Art.11. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Educação Escolar Quilombola no Sistema Municipal da Educação de Barra da Estiva estado da Bahia, deve atender às realidades socioculturais e aos interesses das comunidades quilombolas, vinculando-se a seus projetos de vida e trabalho.

§ 1º A oferta de EJA no Ensino Fundamental de nove anos não deve substituir a oferta regular dessa etapa da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola, independentemente da idade.

§ 2º Na Educação Escolar Quilombola, as propostas educativas de EJA, numa perspectiva de formação ampla, devem favorecer o desenvolvimento de uma Educação Profissional que possibilite aos jovens, adultos e idosos atuarem nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades com vistas ao fortalecimento do protagonismo quilombola e da sustentabilidade de seus territórios.

Art. 12. A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos na Educação Escolar Quilombola, em áreas rurais, deverão ser sempre ofertados nos próprios territórios quilombolas, considerando sua importância no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente.

PARÁGRAFO ÚNICO. As escolas quilombolas, quando nucleadas, deverão ficar em polos quilombolas e somente serão vinculadas aos polos não quilombolas em casos excepcionais, analisada pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 13. Quando os anos finais do Ensino Fundamental de nove anos e a Educação de Jovens e Adultos não puderem ser ofertados nos próprios territórios quilombolas, a nucleação levará em conta a participação das comunidades quilombolas e de suas lideranças na definição do local, bem como as possibilidades de caminhada dos

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

estudantes na menor distância a ser percorrida, em condições de segurança e no transporte escolar "Caminho da Escola".

Art. 14. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar no Ensino Fundamental dos anos iniciais e dos anos finais e na Educação de Jovens e Adultos, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso entre residência e escola e a garantia de transporte dos estudantes quilombolas em condições adequadas de segurança.

Art. 15. O eventual transporte de crianças e jovens com deficiência, em suas próprias comunidades, ou quando houver necessidade de deslocamento para a nucleação, deverá adaptar-se às condições desses estudantes, conforme leis específicas.

Art. 16. O transporte escolar "Caminho da Escolar", quando for comprovadamente necessário, deverá considerar:

- I – o Código Nacional de Trânsito;
- II – a distância de deslocamento;
- III – a acessibilidade;
- IV – as condições de estradas e vias;
- V – as condições climáticas;
- VI – o estado de conservação dos veículos utilizados
- VII – a melhor localização e as melhores possibilidades de trabalho pedagógico com padrão de qualidade.

TÍTULO V

DO PROJETO POLITICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS

Art. 17. O Projeto Político Pedagógico (PPP), entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações:

- I – observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos princípios da Educação Escolar Quilombola constantes desta Resolução;
- II – observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipal, essa última definida pelo Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva estado da Bahia e seus órgãos normativos;
- III - ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar e pautando-se em diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno, em processo dialógico que envolva as

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território.

IV - atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas.

Art. 18. O Projeto Político Pedagógico da Educação Escolar Quilombola deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas.

§ 1º. Na realização do diagnóstico e na análise dos dados colhidos sobre a realidade quilombola e seu entorno, o Projeto Político Pedagógico deverá considerar:

I – os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;

II – as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla; e

III – a possibilidade de articulação entre Escola Quilombola e instituições de Ensino Superior, devidamente apoiadas por agências de fomento à pesquisa.

§ 2º. A questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas, deverá orientar todo o processo educativo definido no projeto político-pedagógico.

Art. 19. O Projeto Político Pedagógico da Educação Escolar Quilombola deve incluir o conhecimento dos processos e hábitos alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e lideranças locais.

§ 1º. A inclusão dos conteúdos referidos no caput deste artigo resulta de estratégias e metodologias de aprendizagem que adotam a pesquisa-ação como eixo para a produção de conhecimentos.

§ 2º. Os conhecimentos produzidos tornar-se-ão uma fonte para a produção de materiais didáticos.

CAPÍTULO I

DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 20. O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§ 1º. O currículo, na Educação Escolar Quilombola, deve ser construído a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação a seus projetos de sociedade e de escola, definidos no Projeto Político Pedagógicos.

§ 2º. O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar.

Art. 21. O currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Curriculares Municipal de Barra da Estiva estado da Bahia, definidas para todas as etapas e modalidades da Educação, deverá:

I – garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, na Bahia e em Barra da Estiva, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;

II – implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da legislação em vigor;

III – reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional e regional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que fundamentam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana;

IV – promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana e história e cultura indígena, de forma ressignificada, recriada e de novas formatações territoriais nos espaços quilombolas;

V – garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como eixos norteadores do currículo;

VI – considerar a liberdade religiosa como princípio jurídico, político e pedagógico, atuando de forma a superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, de matriz africana ou não e a proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas; e

VII – respeitar a diversidade de gênero e sexual, superando, nas escolas, o machismo e as práticas sexistas: homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas e outras.

Art. 22. Na construção do currículo da Educação Escolar Quilombola, devem ser consideradas: as necessidades de escolarização dos estudantes quilombolas em cada etapa e modalidade de ensino; os espaços e tempos da escola e de outras instituições educativas da comunidade e fora dela, tais como museus, centros culturais, laboratórios de ciências e de informática.

Art. 23. O currículo, na Educação Escolar Quilombola, pode ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, temas geradores ou matrizes conceituais, em que os

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

conteúdos das diversas disciplinas sejam trabalhados numa perspectiva interdisciplinar.

Art. 24. A organização curricular da Educação Escolar Quilombola deverá se pautar em ações e práticas político-pedagógicas que visem:

I – ao conhecimento das especificidades das escolas quilombolas e das escolas que atendem a estudantes oriundos dos territórios quilombolas quanto à sua história e às suas formas de organização;

II – à flexibilidade na organização curricular, no que se refere à articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada, a fim de garantir a indissociabilidade entre o conhecimento escolar e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas;

III – à duração mínima anual de 200 (duzentos) dias letivos, perfazendo, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, respeitando-se a flexibilidade do calendário das escolas, o qual poderá ser organizado independentemente do ano civil, de acordo com as atividades produtivas e socioculturais das comunidades quilombolas;

IV – à interdisciplinaridade e à contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo entre disciplinas diversas e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades;

V – à adequação das metodologias didático-pedagógicas às características dos educandos, em atenção aos modos próprios de socialização dos conhecimentos produzidos e construídos pelas comunidades quilombolas ao longo da história;

VI – à elaboração e uso de materiais didáticos e de apoio pedagógico, produzidos no percurso formativo dos educandos, com conteúdos culturais, sociais, políticos e identitários específicos das comunidades quilombolas; e

VII – à inclusão das comemorações nacionais, regionais e locais, consultadas as comunidades quilombolas e escolar.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO

Art. 25. A avaliação, entendida como um dos elementos que compõem o processo de ensino e aprendizagem, deverá garantir o direito do estudante a ter considerados e respeitados os seus processos próprios de aprendizagem.

Art. 26. A avaliação do processo de ensino e aprendizagem na Educação Escolar Quilombola deverá considerar:

I – os aspectos qualitativos, diagnósticos, processuais, formativos, dialógicos e participativos do processo educacional;

II – o direito de aprender dos estudantes;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

III – as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das comunidades; e

IV – os valores, as dimensões cognitiva, afetiva, lúdica, de desenvolvimento físico e motor, dentre outras.

Art. 27. Na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo que para o acesso ao Ensino Fundamental dos anos finais.

Art. 28. A Educação Escolar Quilombola desenvolverá práticas de avaliação de que possibilitem o aprimoramento das ações pedagógicas, dos projetos educativos, da relação com a comunidade, da relação entre professor e estudante e da gestão.

TÍTULO VI

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 29. A Educação Escolar Quilombola deverá atender aos princípios constitucionais da gestão democrática que se aplicam a todo o sistema de ensino brasileiro e deverá ser realizada por meio de diálogo, parceria e consulta às comunidades quilombolas atendidas por ela.

§ 1º. É imprescindível o diálogo entre a gestão da escola, a coordenação pedagógica e as organizações do movimento quilombola nos níveis local e regional, a fim de que a gestão possa considerar os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do universo sociocultural quilombola no qual a escola está inserida.

§ 2º. A gestão das escolas municipais quilombolas deverão ser exercida por profissional da Rede Municipal de Ensino de Barra da Estiva estado da Bahia, preferencialmente integrante das comunidades quilombolas e concursados.

§ 3º. O Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva - Bahia, em regime de colaboração, estabelecerá convênios e parcerias com instituições de Educação Superior, Organizações Não Governamentais e Instituições Comunitárias para a realização de processos de formação continuada e em serviço de gestores em atuação na Educação Escolar Quilombola.

Art. 30. O processo de gestão democrática desenvolvido na Educação Escolar Quilombola de Barra da Estiva estado da Bahia deverá:

I – garantir a plena atuação do Órgão Colegiado, e a participação efetiva dos representantes da comunidade escolar quilombola na qual a escola se insere; e

II – desenvolver, periodicamente, a avaliação coletiva do desempenho da escola, com ampla participação da comunidade escolar e da comunidade quilombola.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Art. 31. A admissão de profissionais do magistério para atuação na Educação Escolar Quilombola, nas redes públicas, deve dar-se mediante concurso público, nos termos da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO. As provas e títulos devem valorizar conhecimentos profissionais e técnicos exigidos para a atuação na Educação Escolar Quilombola, observando-se a natureza e a complexidade do cargo e função.

Art. 32. A Educação Escolar Quilombola deverá ser ministrada, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas.

Art. 33. O Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva estado da Bahia, em articulação com as instituições de ensino superior, deverá estimular a criação e implementar programas de formação de professores para atuação em escolas quilombolas e escolas que atendem a estudantes oriundos de territórios quilombolas.

Art. 34. A Secretaria Municipal da Educação de Barra da Estiva - BA pode, em articulação com as instituições de Educação Superior, firmar convênios para a realização de estágios curriculares de estudantes dos cursos de licenciatura, para que eles desenvolvam os seus projetos na Educação Escolar Quilombola.

Art. 35. A formação continuada de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola deverá:

I – ser assegurada pelo Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva estado da Bahia e suas instituições formadoras, e compreendida como componente primordial da profissionalização docente e estratégia de continuidade do processo formativo, articulada à realidade das comunidades quilombolas e à formação inicial dos seus professores.

II – ser realizada por instituições públicas de educação, cultura e pesquisa ou por organizações não governamentais e instituições comunitárias, por meio de cursos presenciais ou à distância, de atividades formativas e de cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado, em consonância com os projetos das escolas e do sistema municipal de ensino, conforme legislação vigente.

III – garantir a produção de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos, de acordo com a realidade quilombola e em diálogo com a sociedade.

IV – garantir a utilização de metodologias e estratégias adequadas de ensino no currículo que visem à pesquisa, à inserção e à articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas em seus contextos sócio-históricos e culturais;

V – ter como eixos norteadores do currículo os conteúdos e a organização curricular próprios da formação de educadores e o estudo da memória, da ancestralidade, da oralidade, da corporeidade, da estética e do etnodesenvolvimento, entendidos como saberes e parte da cosmovisão construídos pelos quilombolas ao longo do seu **processo histórico, político, econômico e sociocultural; e**

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

VI - criar espaços, condições de estudo, pesquisa e discussões sobre:

- a) as lutas quilombolas ao longo da história;
- b) a história dos quilombos na Bahia;
- c) o papel dos quilombos nos processos de libertação e no contexto atual da sociedade brasileira;
- d) as ações afirmativas; e
- e) o estudo sobre a articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas ao longo do seu processo histórico, sociocultural, político e econômico, observando o seu contexto local.

Art. 36. A profissionalização de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola será realizada, além da formação, por meio das seguintes ações:

- I – acesso à carreira do magistério, nas redes públicas de ensino, por concurso público;
- II – garantia de plano de carreira, cargos e salários aos professores das redes públicas de ensino;
- III – garantia de remuneração compatível com sua formação e isonomia salarial;
- IV – garantia de condições dignas e justas de trabalho e de jornada de trabalho nos termos da Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os professores que atuam na Educação Escolar Quilombola de Barra da Estiva estado da Bahia deverão ter condições adequadas de trabalho previstas na legislação vigente, bem como material didático e de apoio pedagógico.

Art. 37. O Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva estado da Bahia, em regime de colaboração e em parceria com instituições de Educação Superior, deverá desenvolver uma política municipal de formação e profissionalização de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola.

TÍTULO VII

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 38. A oferta da Educação Escolar quilombola deverá ser garantida por meio de:

- I – construção de escolas públicas em territórios quilombolas, por parte do poder público, sem prejuízo da ação de organizações não governamentais e outras instituições comunitárias;
- II – adequação da estrutura física das escolas ao contexto quilombola, considerando os aspectos ambientais, econômicos e socioeducacionais de cada quilombo, a

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

garantia de condições de acesso físico às escolas, além da promoção da acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiências;

III – presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas;

IV – implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas, referendado em um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;

V – inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico, produzido em articulação entre a comunidade e o sistema de ensino, instituições de educação superior, organizações não governamentais e outras organizações comunitárias;

VI – efetivação de uma educação escolar voltada para o etnodesenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas; e

VII – articulação da Educação Escolar Quilombola com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais nas diferentes esferas de governo.

Art. 39. Cabe ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva estado da Bahia:

I - implementar Diretrizes Operacionais para a Educação Escolar Quilombola, em diálogo com as comunidades quilombolas, suas lideranças e demais órgãos que atuam diretamente com a educação dessas comunidades; e

II - promover a elaboração e publicação sistemática de material didático e de apoio pedagógico, específicos para uso nas escolas quilombolas e escolas que atendem a estudantes oriundos dos territórios quilombolas.

Art. 40. Cabe à Secretaria Municipal de Educação de Barra da Estiva estado da Bahia garantir às Instituições de Ensino:

I – apoio técnico-pedagógico aos estudantes, colaboradores, professores, e gestores em atuação nas escolas quilombolas;

II – recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades das comunidades quilombolas; e

III – a construção de propostas de Educação Escolar Quilombola contextualizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO: As instituições privadas de Educação Infantil situadas em comunidades quilombolas ou que atendam a educandos oriundos dos territórios quilombolas devem garantir, na sua organização, os dispositivos contidos nos incisos deste artigo.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Art. 41. A Secretaria Municipal de Educação de Barra da Estiva estado da Bahia, por meio de ações colaborativas, deve implementar, monitorar e garantir um programa institucional de alimentação escolar, o qual deverá ser organizado mediante cooperação com a União por meio de convênios entre a sociedade civil e o poder público, com os seguintes objetivos:

I - garantir a alimentação escolar, na forma da Lei e em conformidade com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas, preferencialmente com aquisição de produtos da agricultura familiar quilombola;

II - respeitar os hábitos alimentares do contexto socioeconômico, cultural e tradicional das comunidades quilombolas;

III - assegurar o direito humano à alimentação adequada;

IV - garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade cultural e étnico racial da população;

V - prover as escolas com profissionais de apoio oriundos, preferencialmente, das comunidades quilombolas para produção da alimentação escolar, de acordo com a cultura e hábitos alimentares das próprias comunidades;

VI - criar parcerias com Instituições de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para profissionais que executam serviços de apoio escolar na Educação Escolar Quilombola.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. O município de Barra da Estiva estado da Bahia deverá garantir o financiamento da rede pública da Educação Escolar Quilombola, nos termos da legislação em vigor.

Art. 43. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Barra da Estiva – Bahia em 18 de dezembro de 2023.

Sala de reuniões da Secretaria Municipal da Educação nos dias 12 e 15 de dezembro de 2023.

Alexandre Rosa – Presidente do Conselho
João Souza Batista – Conselheiro Suplente
Rodrigo Barreto Carvalho – Conselheiro Titular
Juliana Lago Rodrigues – Conselheira Suplente

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

Marizane Lima Martins – Conselheira Titular
Deltino José da Silva Filho – Conselheiro Suplente
Carlos André de Oliveira Almeida – Conselheiro Titular
Patrícia Braga Pires – Conselheira Suplente
Mabel Coqueiro Pereira – Conselheira Titular
Lucilene Freitas Caires – Conselheira Titular
Ricardo Souza Santos – Conselheiro Suplente
Claudiana Lima Brito Teixeira – Conselheira Titular
Cristiane Maria da Silva Souza – Conselheira Suplente
Gabriela Santos Costa – Conselheira Titular
Neuza Pinheiro de Araújo – Conselheira Titular
Cimara Santos Ribeiro de Souza – Conselheira Titular
Ronildo Souza Santos – Conselheiro Suplente
Ronaldo Aparecido Souza Camelo – Conselheiro Titular
Marcionílio Pires dos Santos Neto – Conselheiro Suplente
Edcléa Aguiar Dultra de Souza – Conselheira Titular
Tatiane Bandeira Rocha – Conselheira Suplente
Cleiton Caires Pereira – Conselheiro Titular
Raquel Alves Rodrigues dos Santos – Conselheira Suplente
Gilmar Pereira Alves – Conselheiro Titular
Dulcimar Souza Costa – Conselheiro Suplente

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



RESOLUÇÃO Nº 007, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Educação em Tempo Integral na(s) Escola(s) Municipais da Rede de Ensino de Educação Básica do município de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno do CME/BE em Sessão Extraordinária, realizada nos dias 12 e 15 de dezembro de 2023 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

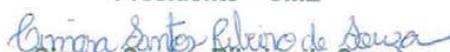
ART. 1º – Fica aprovado a organização e o funcionamento da Educação em Tempo Integral na(s) Escola(s) do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, na Perspectiva da Educação em Tempo Integral, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado do Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – A Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral.

ART. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 18 de dezembro de 2023.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME


Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMpra – SE.

Barra da Estiva – BA, em 18 de dezembro de 2023.


Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação.
Decreto nº 022/2023, de 15/03/2023

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



RESOLUÇÃO Nº 007/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

“Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Educação em Tempo Integral na(s) Escola(s) Municipais da Rede de Ensino de Educação Básica do município de Barra da Estiva- Bahia e dá outras providências”.

O Conselho Municipal de Educação do Município de Barra da Estiva – Bahia, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 014/2022.

CONSIDERANDO a Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, que visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral.

CONSIDERANDO o art. 205 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 da Lei Nº 9.394/96, que determina que o Estado deverá organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

CONSIDERANDO o disposto no § 7º do art. 26 da Lei Nº 9.394/96, que determina que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput;

CONSIDERANDO o art. 34 da Lei Nº 9.394/96, que determina a progressiva ampliação do período de permanência na escola;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNE/CP nº 02/2017 e na Resolução CEE nº 470/2019;

CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação na Meta 06, que diz oferecer a educação em tempo integral em, no mínimo ,50%(cinquenta cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos ,25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos da educação básica.

CONSIDERANDO a necessidade de estimular a ampliação da jornada escolar para o mínimo de 07 (sete) horas diárias;

CONSIDERANDO a necessidade de construção de políticas públicas que contribuam para a garantia da oferta de educação em tempo integral de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir dos estudantes;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



CONSIDERANDO a necessidade de estimular a promoção de um modelo que visa corresponsabilidade pela gestão do tempo educativo nas escolas do município, mediante ação Inter setorial das áreas sociais, em articulação com as escolas, a fim de estruturar estratégias na busca do desenvolvimento sustentável;

CONSIDERANDO a necessidade de integrar junto à escola parcerias com a comunidade através de atividades educativas, culturais, esportivas e de qualificação para o trabalho e geração de renda;

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar e disciplinar o funcionamento das ações de Educação em Tempo Integral nas escolas da Rede Municipal de Ensino do município de Barra da Estiva, estado da Bahia, para as escolas que atenderem às disposições desta Resolução.

Parágrafo único. As escolas municipais que desejarem iniciar e/ou ampliar o atendimento das ações da Educação em Tempo Integral deverão encaminhar solicitação à Secretaria Municipal de Educação para o ano subsequente e antes do início do ano letivo.

Art. 2º. A organização e funcionamento das unidades escolares que atendem a Educação em Tempo Integral observarão o disposto nesta Resolução.

Art. 3º. As ações educacionais da Educação em Tempo Integral deverão contemplar, no mínimo, quatro dos seguintes eixos formativos: acompanhamento pedagógico/orientação de estudos (obrigatório); esportes e lazer; memória, cultura e artes; história das comunidades tradicionais e sustentabilidade; formação em direitos humanos e cidadania; promoção da saúde e bem-estar; educação ambiental, desenvolvimento sustentável, educação econômica, economia solidária e criativa; comunicação, uso de mídias e cultura digital e tecnológica; agroecologia e iniciação científica; projeto de vida.

Art. 4º. As escolas que ofertarem ações da Educação em Tempo Integral podem ofertar de 07 (sete) a 10 (dez) horas diárias ou no mínimo 35 (trinta e cinco) horas semanais de atividades educativas diversificadas, consultado os conselhos escolares, direção, coordenação local, além da secretaria de educação e demais conselhos. Em acordo as maiores necessidades dos alunos e da comunidade escolar.

Art. 5º. Para a composição do quadro de professores que irão atuar na Educação em Tempo Integral, a escola deverá verificar o número de professores necessários para o desenvolvimento de suas ações, devendo proceder, prioritariamente, à distribuição de turmas ou das aulas entre os professores em excedência total ou parcial na escola, como extensão de carga horária ou, se necessário, proceder à contratação de professores, respeitando o quantitativo de aulas necessárias para o desenvolvimento das ações e atentar para as habilidades específicas para o trabalho com as turmas de Tempo Integral.

Art. 6º. As ações da Educação em Tempo Integral podem ser desenvolvidas por professores regentes de turmas ou de aulas, de acordo com as necessidades dos estudantes, com a avaliação e orientações da Secretaria Municipal da Educação e do Conselho Municipal de Educação.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Art. 7º. Nas ações da Educação em Tempo Integral, as escolas devem propiciar aos estudantes oportunidades educativas diferenciadas, contribuindo para seu pleno desenvolvimento educacional e profissional destes.

Art. 8º. Podendo haver à contratação ou remanejamento de servidores da rede de ensino em efetivo exercício para aproveitamento da formação destes, para que venham atuar na Educação em Tempo Integral, na função de Orientador de Estudos, Coordenador ou Professor de Oficinas, observando-se a habilitação, a escolaridade ou formações exigidas para cada função, podendo também serem profissionais concursados em outras áreas que atuam na educação e tenham formação específica na área, sendo estes reaproveitados para atuar nas oficinas, recebendo seus proventos em acordo a função exercida.

Art. 9º. A matriz curricular da Educação Infantil no contra turno da Educação em Tempo Integral deverá articular os cinco campos de experiências da Base Nacional Comum: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações e linguagem.

Art. 10º. As matrizes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental contemplarão 44 (quarenta e quatro) aulas semanais e dos anos finais do Ensino Fundamental contemplarão 45 (quarenta e cinco) aulas semanais, distribuídas na seguinte conformidade:

I - Nos Anos Iniciais: a) 24 (aulas semanais, destinadas aos componentes curriculares da Base Nacional Comum); b) 20 aulas semanais, destinadas aos componentes curriculares do contra turno;

II - Nos Anos Finais: a) 25 (aulas semanais, destinadas aos componentes curriculares da Base Nacional Comum); e, b) 20 aulas semanais, destinadas aos componentes curriculares do contra turno;

§1º. A Direção/Coordenação Escolar informará à comunidade escolar sobre as matrizes curriculares propostas, a serem implementadas em todos os anos a partir de 2024, contendo:

As componentes curriculares e respectivas cargas horárias, estabelecidos para a Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental e os componentes curriculares ofertados no contra turno, de cumprimento obrigatório.

§2º. Os componentes do contra turno serão desenvolvidos de forma articulada e complementar aos da Base Nacional Comum, de modo a propiciar ampliação, aprofundamento e diversificação curricular, visando ao desenvolvimento das habilidades e competências que fundamentam o processo de aprendizagem dos estudantes.

Art. 11º. Na elaboração do horário escolar, a gestão da escola, deverá observar:

I-A carga horária máxima de 09 (nove) aulas diárias, com duração de 50 (cinquenta) minutos;

II - O intervalo para almoço, com duração de, no mínimo, 30 (trinta) minutos e, no máximo, até 60 (sessenta) minutos, em horário previamente definido, para todos os dias da semana;

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



III - 1 (um) intervalo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos e, no máximo, 30 (trinta) minutos, em cada turno, destinado ao recreio;

IV - O início e término das aulas definidos de acordo com as necessidades e interesses da comunidade escolar.

PARÁGRAFO ÚNICO. Observadas as respectivas cargas horárias, as aulas dos componentes curriculares que integram a Base Nacional Comum e os componentes do contra turno deverão ser distribuídas, sempre que possível, alternadamente, ao longo dos turnos de funcionamento da unidade escolar, de forma a compor o horário de aulas.

Art. 12º. Caberá à equipe gestora e aos professores especializados nas áreas de deficiência, após o devido diagnóstico das potencialidades, interesses e expectativas dos estudantes, definir quais as atividades dos componentes curriculares do contra turno serão passíveis de frequência e de efetiva participação, em conjunto com as atividades programadas das salas de recurso.

Art. 13º. A avaliação do desempenho escolar dos estudantes do Ensino Fundamental se processará:

I - Na Educação Infantil, o processo de acompanhamento do desenvolvimento infantil precisa considerar o percurso trilhado pelas crianças, sem julgamentos ou atribuição de notas e fornecer elementos para a equipe repensar as práticas, devendo considerar a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano através de múltiplos instrumentos de registros (portfólios, fichas, relatórios, diálogos com a família, entre outros);

II - Nos anos iniciais centrada no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes em seu processo de alfabetização, que registrará, em Língua Portuguesa e Matemática, os resultados alcançados nas expectativas de aprendizagem requisitadas pelo processo de construção dos conhecimentos, expressos em relatórios qualitativos elaborados pelos docentes, por sua vez, estarão sintetizando não só os resultados obtidos nos demais componentes curriculares da Base Nacional Comum, como também naqueles que integram os componentes do contra turno da matriz curricular.

III - Nos anos finais, à semelhança dos componentes curriculares da Base Nacional Comum, todos os componentes curriculares que integram as duas partes do currículo, serão objeto de avaliação bimestral, com registro nos boletins, centrado no acompanhamento da aprendizagem, deverá apontar os avanços obtidos pelo estudante e as dificuldades diagnosticadas em seu itinerário formativo.

§1º. A avaliação do desempenho escolar dos estudantes, nos componentes curriculares "Educação para Cidadania" e "Projeto de Vida e Educação para Cidadania" se processará, nos anos iniciais e finais, por meio da observação rotineira do estudante, realizada pelos professores do componente curricular, abrangendo suas ações e atitudes, bem como sua participação, interesse e envolvimento nas atividades de aprendizagem curricular dos demais componentes da Base Nacional Comum e do contra turno.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



§2º. Os registros formais das avaliações de desempenho escolar dos componentes curriculares ofertados no contra turno poderão constituir insumos norteadores da avaliação final/global do educando, que, entretanto, isoladamente não poderão definir a continuidade ou não do estudante no ano subsequente ou o seu direito à certificação de conclusão do Ensino Fundamental.

§3º. Nos anos finais, o professor deverá, em sua observação rotineira, considerar, para definição das avaliações conceituais bimestrais dos respectivos componentes curriculares da base nacional comum:

a. Em Comunicação e Linguagens: com base em parecer descritivo que expresse, por meio de relatórios, mapas de sondagem e atividades diferenciadas o desenvolvimento das competências leitora e escritora, a produção de textos nos gêneros indicados para cada ano de cada segmento, que revelem os avanços do aluno em seu itinerário formativo;

b. Em Conhecimento Matemático: a utilização de fichas e relatórios que expressem no desenvolvimento de jogos de caráter desafiador, no contexto de situações reais de vida, o interesse pessoal do estudante, sua curiosidade, espírito investigativo e suas alternativas de soluções para situações-problema;

c. Em Cultura e Saberes em Arte; Educação Ambiental e Práticas de Desenvolvimento Sustentável; Atividades Esportivas e Recreativas; Educação para Cidadania; e Projeto de Vida e Educação para Cidadania: utilização de diferentes instrumentos, como fichas para registro do desempenho do estudante e portfólios, cujas atividades se desenvolverão por meio do multiletramento, das linguagens artísticas (teatro, música, dança e artes visuais), da cultura do movimento, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

Art. 14º. Para fins de definição do quadro de pessoal, observado o regulamento específico, para a organização da Educação em Tempo Integral o mesmo terá a seguinte composição:

I - Para cada 50 estudantes atendidos, a escola poderá acrescentar um Auxiliar de Serviços Escolares no quantitativo do quadro de pessoal, preferencialmente para atender o contra turno da Educação em Tempo Integral, observando o máximo de 3 por escola.

II - Na Educação Infantil, para fins de acompanhamento do desenvolvimento integral da criança, cada turma contará com um (a) professor (a) e um (a) auxiliar de educação infantil.

Parágrafo único. Os casos omissos referentes ao inciso anterior serão tratados especificamente pela Secretaria Municipal da Educação e acompanhado pelo Conselho Municipal de Educação e CACS Fundeb (Conselho de Acompanhamento e Controle Social).

III - Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a organização do contra turno poderá contar com o professor que irá atuar, em até 04 (quatro) turmas, como Orientador de Estudos e Acompanhamento Pedagógico e os demais profissionais que atuarão com as Oficinas previstas no currículo escolar a fim de compor a carga horária diária.

Parágrafo único. O componente curricular Atividades Esportivas e Recreativas deverá obrigatoriamente ser desenvolvido pelo profissional devidamente habilitado.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



IV - Nos anos finais do Ensino Fundamental, a organização do contra turno será feita após a distribuição de aulas das turmas regulares.

Art. 15º. Poderão atuar no contra turno das turmas da Educação em Tempo Integral os profissionais:

- a) Docentes efetivos, para completar carga horária do cargo;
- b) Docentes excedentes, para composição da jornada de trabalho na própria instituição, e/ou de carga horária suplementar, de outra instituição da rede municipal, sem descaracterizar a sua condição de excedência;
- c) Docentes que manifestarem opção por extensão de carga horária, observando a legislação específica;
- d) Profissionais concursados efetivos na educação, que tenham formação técnica na área ou afins e experiência em sala de aula, sendo aproveitados para suprir as vagas ainda existentes;
- e) Docentes contratados, para avaliação de currículo, formação específica e experiência.

§1º. Todos os profissionais que irão atuar nas Oficinas específicas da Educação em Tempo Integral, deverão se atentar às habilidades exigidas ao cargo que irá atuar, em especial que estes tenham experiência na área.

§2º. No decorrer do ano letivo, o docente que, por qualquer motivo, deixar de corresponder às expectativas do desenvolvimento das atividades dos componentes curriculares do contra turno, cujas aulas lhe tenham sido atribuídas ou atribuídas por extensão, perderá essas aulas, a qualquer tempo, por decisão da equipe gestora da unidade escolar e da equipe técnica pedagógica da secretaria, sendo assegurado ao docente o direito de defesa.

Art. 16º. A Secretaria Municipal da Educação de Barra da Estiva estado da Bahia poderá baixar instruções que se façam necessárias ao cumprimento do disposto na presente resolução, desde que comunique ao Conselho Municipal de Educação alguma necessidade de mudança.

Art. 17º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, no qual foi apreciado e votado por unanimidade por este Conselho Municipal de Educação em reunião extraordinária nos dias 12 e 15 de dezembro de 2023, situado na Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - Barra da Estiva - Bahia, que solicitou da Secretaria Municipal da Educação de Barra da Estiva estado da Bahia o projeto do município com relação as adequações que irão ocorrer no decorrer do ano letivo de 2024, para que o município possa na prática inserir a educação em tempo integral nas escolas da rede municipal, em acordo a esta resolução.

Barra da Estiva – Bahia, 18 de dezembro de 2023

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Sala de reuniões da Secretaria Municipal da Educação nos dias 12 e 15 de dezembro de 2023.

Alexandre Rosa – Presidente do Conselho
João Souza Batista – Conselheiro Suplente
Rodrigo Barreto Carvalho – Conselheiro Titular
Juliana Lago Rodrigues – Conselheira Suplente
Marizane Lima Martins – Conselheira Titular
Deltino José da Silva Filho – Conselheiro Suplente
Carlos André de Oliveira Almeida – Conselheiro Titular
Patrícia Braga Pires – Conselheira Suplente
Mabel Coqueiro Pereira – Conselheira Titular
Lucilene Freitas Caires – Conselheira Titular
Ricardo Souza Santos – Conselheiro Suplente
Claudiana Lima Brito Teixeira – Conselheira Titular
Cristiane Maria da Silva Souza – Conselheira Suplente
Gabriela Santos Costa – Conselheira Titular
Neuza Pinheiro de Araújo – Conselheira Titular
Cimara Santos Ribeiro de Souza – Conselheira Titular
Ronildo Souza Santos – Conselheiro Suplente
Ronaldo Aparecido Souza Camelo – Conselheiro Titular
Marcionílio Pires dos Santos Neto – Conselheiro Suplente
Edcléa Aguiar Dultra de Souza – Conselheira Titular
Tatiane Bandeira Rocha – Conselheira Suplente
Cleiton Caires Pereira – Conselheiro Titular
Raquel Alves Rodrigues dos Santos – Conselheira Suplente
Gilmar Pereira Alves – Conselheiro Titular
Dulcimar Souza Costa – Conselheiro Suplente

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

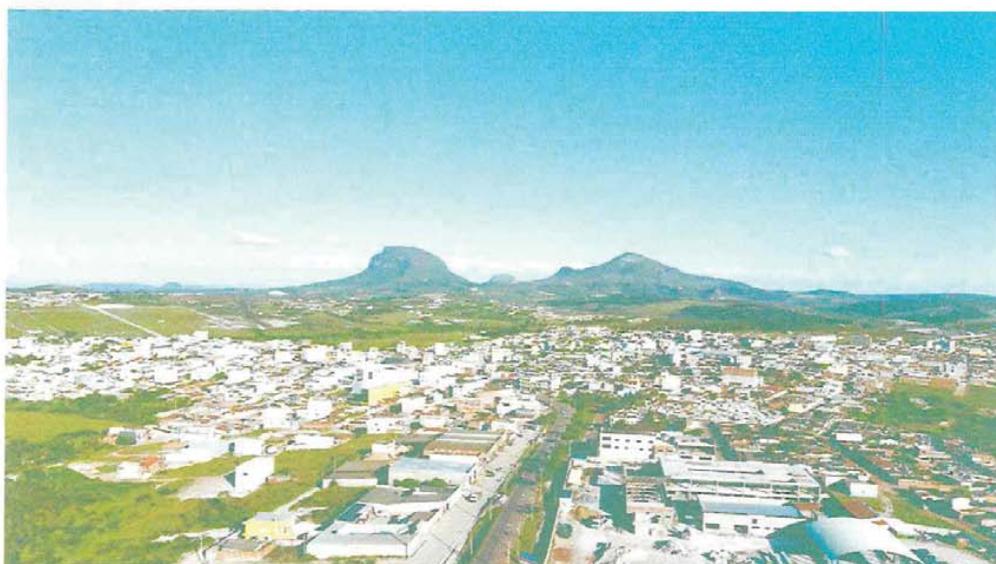
diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BARRA DA ESTIVA ESTADO DA BAHIA

BARRA DA ESTIVA

DEZEMBRO 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE BARRA DA ESTIVA ESTADO DA BAHIA

MARIZANE LIMA MARTINS

Secretário(a) Municipal da Educação

Daniela Bento Dias Alves

Neuza Pinheiro de Araújo

Coordenador(a) Técnico(a)

Neuza Pinheiro de Araújo

Supervisor(a) Técnico(a) (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental)

Daniela Bento Dias Alves

Supervisor(a) Técnico(a) (Anos Finais do Ensino Fundamental)

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Presidente: Alexandre Rosa

BARRA DA ESTIVA

DEZEMBRO 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



SUMÁRIO



1. APRESENTAÇÃO	04
2. EMBASAMENTO LEGAL	04
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	05
4. PRÍNCIPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	07
4.1. Equidade	08
4.2. Inclusão	10
4.3. Contemporaneidade.....	13
4.4. Sustentabilidade	14
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - Eixos e Campos de Integração Curricular	15
5.1. Eixo 1: Linguagens, Identidades e Autonomia	16
5.2. Eixo 2: Tempos, Espaços e Cidadania	23
5.3. Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável	29
6. AVALIAÇÃO	31
7. MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	34
8. MATRIZ CURRICULAR PARA ANOS INICIAIS.....	35
9. MATRIZ CURRICULAR PARA ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	36
10. REFERENCIAS	37
11. ANEXOS	38

1- AGENDA 2030 E OS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



1. APRESENTAÇÃO



A Educação Integral no Brasil ocupa lugar nas reflexões da educação desde as primeiras décadas do século XX, revelando Anísio Teixeira como um dos pioneiros nesse debate em defesa da ampliação da jornada escolar e do currículo, que consiga garantir uma a formação humana de forma integral.

Sabemos que o tempo ampliado proporciona à equipe escolar melhores condições para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas, o aprimoramento da formação dos profissionais, o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino, de avaliação e recuperação da aprendizagem dos estudantes.

A Proposta Pedagógica é a linha orientadora de todas as ações – da estrutura curricular e pedagógica aos mecanismos de gestão – das escolas em tempo integral integrada e tem como finalidade oferecer subsídios conceituais e práticos tendo em vista o processos de aprendizagem e desenvolvimento pautados em projetos interdisciplinares por meio da organização de eixos de integração, aqui compreendidos como um conjunto de saberes e formas culturais que mediará o conhecimento para necessária formação integral.

Na perspectiva da educação integral, esta deverá ser entendida como um alicerce para que a escola faça as conexões e articulações necessárias para compreender o sujeito em toda sua complexidade rompendo com a visão pontual e compartimentalizada e para que ele esteja em plena integração com a sua comunidade e com as pessoas que nela convivem, dessa forma esta deve ser tomada como um insumo na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, sendo fundamental que seja compreendido pela comunidade escolar e entorno.

A ideia é que a proposta seja gerida e quando necessário, revisada, revisitada, reelaborada de forma colaborativa, envolvendo representantes de todos os setores da comunidade entendida por nós como uma premissa fundamental para garantir sua concepção e bom desenvolvimento.

Ainda como premissa essencial para o desenvolvimento deste proposta pedagógica curricular nas escolas deve-se assegurar espaços de formação para toda a equipe envolvendo técnicos da secretaria e equipe pedagógica das escolas.

2. EMBASAMENTO LEGAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



A Educação Integral tem amparo legal no art. 250 da Constituição Federal, combinando com art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº. 9394/1996), os quais disciplinam a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No artigo 34º da LDB estabelece que “em relação á jornada deverá ocorrer pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. No parágrafo 2º do referido artigo acrescenta-se que: “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral a critério dos sistemas de ensino”.

Aliado, à Constituição Federal e à LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Capítulo V, artigo 53, complementa a proposição de obrigatoriedade do acesso e permanência na escola, reconhecendo que o desenvolvimento integral da criança e adolescente requer uma forma específica de proteção, e por isso propõe um sistema articulado e integrado de atenção a esse público, do qual a escola faz parte.

A lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024, a educação em tempo integral é contemplada na meta seis, que tem por objetivo promover a ampliação do tempo escolar, definindo percentuais a serem atingidos na quantidade de matrículas e no número de escolas que oferecem a educação básica.

O Plano Municipal da Educação da cidade de Barra da Estiva (PME), instituído pela Lei Nº lei municipal nº 003/2014 alterada pela Lei Municipal Nº 013/2019 em consonância com o PNE, estabelece na meta seis, oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas da Rede Municipal, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica, prevê a implantação progressiva da jornada do ensino fundamental, para um período de pelo menos 07 (sete) horas diárias ou 35 horas semanais.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Num mundo cada vez mais complexo, dinâmico, diverso e incerto, é preciso preparar as crianças e jovens a fazer e perseguir escolhas que resultem em um futuro melhor para elas e para o mundo. Mais do que expandir o tempo na escola, a Educação Integral, entendida como uma premissa educativa expande as oportunidades de aprendizagem em uma perspectiva multidimensional, promovendo as competências cognitivas e socioemocionais necessárias para

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



que nossas crianças e jovens se desenvolvam plenamente no caminho das suas escolhas e do bem coletivo.

A proposta de uma Educação Integral retrata o cenário social do século XXI junto com a necessidade de reconhecer que a criança e o jovem são seres completos e complexos e a educação precisa atender todos os aspectos de sua formação. Pensar na formação do sujeito numa perspectiva integral requer uma educação que engloba os aspectos intelectual, físico, emocional, social e cultural, a pessoa em sua totalidade, a educação do indivíduo se constitui como um projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. Dessa forma, Guará (2006, p. 16) acrescenta que

A concepção de educação integral que a associa à formação integral traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação. Agrega-se a ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de homem integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatando como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade. Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano.

A complexidade do indivíduo do século XXI é o resultado de uma série de mudanças na qual a sociedade vem passando, a escola não pode permanecer alheia às transformações sociais provocadas neste indivíduo. Desse modo, requer mudanças significativas nos objetivos e caminhos a serem trilhados de forma que ela abarque a diversidade de dimensões que existe em cada pessoa, considerando suas necessidades e potenciais específicos. A proposta de Educação Integral busca garantir direitos e oferecer oportunidades a crianças e adolescentes para compreenderem e expressarem o mundo utilizando as diferentes linguagens (verbal, matemática, artística, corporal, tecnológica). Entende-se, assim, que os processos de aprendizagem ocorrem de modo multidimensional e mobilizam tanto dimensões afetivas como cognitivas. A concepção de Educação Integral pressupõe o pleno desenvolvimento das pessoas nas diferentes etapas da vida, a centralidade do sujeito nas propostas educativas e a convicção de que a aprendizagem é fruto das relações do sujeito com tudo que o cerca: o meio, o outro, os objetos de seu conhecimento. Dessa forma, é uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes. Normalmente, a concepção de Educação Integral é vinculada unicamente à questão da temporalidade, ou seja, a quanto tempo a criança ou adolescente passa no ambiente escolar. Contudo, defendemos e adotamos uma noção de Educação Integral que vincula o conceito a uma formação humana dos sujeitos. Esta noção assume por completo a formação humana, tendo como meta abranger todas as dimensões que compõem a vida do ser social. Assim, sempre consideramos que sujeitos

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



estão inseridos em um contexto social, histórico e cultural imersos no acervo produzido ao longo do tempo pela humanidade, que é deixado como herança para as outras gerações.

A extensão da jornada escolar contribui, porém, não é condição necessária para que o desenvolvimento multidimensional aconteça. A Educação Integral não se define pelo tempo de permanência na escola, mas pela qualidade da proposta curricular, que supera a fragmentação e o foco único em conteúdos abstratos. Ela busca promover e articular conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que preparem os estudantes para a realização do seu projeto de vida e para contribuírem com a construção de um mundo melhor. O tempo de permanência na escola é apenas um dos três pilares que sustenta a concepção de Educação Integral. O primeiro deles é o desenvolvimento do SER HUMANO em todas as suas dimensões. Ou seja, formar integralmente não só do ponto de vista intelectual, mas também no afetivo, no social, no físico. Para que isso ocorra e já chegando ao segundo pilar, é preciso que haja uma integração de tempos e espaços, com a inclusão de diversos atores no processo educativo. Assim, a educação não deve ficar limitada ao espaço escolar nem se apoiar exclusivamente no professor. A Educação Integral é, portanto, aquela em que os cidadãos se envolvem e compartilham saberes, dentro ou fora da escola. Nesse sentido, Branco, 2009 descreve a importância de espaços mais amplos de aprendizagem:

A Educação Integral de hoje para ser real precisa desenvolver-se em territórios mais amplos, e em múltiplos espaços e lugares: na escola e também nas praças, nas ruas, nas bibliotecas, nos museus e nos teatros; mais além: na horta, na construção da vizinhança. De tal forma que locais em potencial educação, até hoje ignorados pela escola possam ser utilizados pelo grupo de aprendizes para suas explorações e descobertas, porque se esses locais e equipamentos fazem parte da vida social desses grupos estão plenos de significados e valores para serem aprendidos (BRANCO, 2009, p. 37).

A educação oferecida pela escola precisa estar pautada numa perspectiva inclusiva e com equidade, levando em consideração a singularidade dos sujeitos e a garantia do direito à aprendizagem e desenvolvimento para todos. Uma proposta de Educação Integral precisa estar assentada nos princípios, alinhando o que se ensina e o que é praticado por todos no interior da escola, uma gestão democrática onde as decisões sejam descentralizadas, com parceria entre a escola e a família, a fim de progredir com equidade, trabalhando para vencer as desigualdades educacionais vivenciadas. Se todos têm o direito à aprendizagem, as oportunidades oferecidas precisam ser ao mesmo tempo iguais e diferenciadas, de modo a oferecer uma aprendizagem que pode ser a mola propulsora de transformações significativas na trajetória de cada estudante que é único e singular.

4. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



A formação humana é um processo integral. Pensar em garantir um processo de educação integral pressupõem garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Para isso é necessário uma proposta que se sustentem por quatro princípios:

- **Equidade** – reconhecimento do direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diversificadas, a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes.
- **Inclusão** – reconhecimento da singularidade e diversidade dos sujeitos, a partir da construção de projetos educativos pertinentes para todos e todas.
- **Sustentabilidade** – compromisso com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e se pratica.
- **Contemporaneidade** – compromisso com as demandas do séc. XXI, com foco na formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo.

4.1 EQUIDADE

A equidade refere-se à eficiência e eficácia de todos os insumos e processos que dão suporte à aprendizagem do sujeito, apenas garantir que alguns alunos consigam aprender não é suficiente, principalmente levando em consideração as desigualdades sociais do nosso país.

Desse modo, a educação precisa atender a sua demanda social e é nesse contexto que a equidade traz o fator da justiça social para a equação. Esse princípio pode ser definido como o uso da imparcialidade para reconhecer o direito de cada um, na busca de torná-los iguais, sem preconceitos ou privilégios.

Esse tipo de educação equitativa busca garantir a oferta de oportunidades numa perspectiva equitativa a todos, a fim de consolidar um projeto de sociedade mais justa. Para isso, quando se fala em educação, deve-se incluir sempre esses dois termos, levando sempre em conta essa união simultânea entre qualidade e equidade, onde os estudantes de fato estejam representados em um modelo de educação voltado para todos e não apenas para alguns. Há quatro princípios básicos que direcionam tanto as ações educacionais como as políticas públicas em educação. São eles: igualdade no acesso, igualdade nas condições ou meios de aprendizagem, igualdades os êxitos ou resultados e igualdade na realização social dos êxitos;

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Segundo Villanueva (2010), uma aula equitativa é aquela na qual o professor busca interação entre os conhecimentos curriculares, a cultura e saberes da comunidade a qual seus alunos estão inseridos, além de perceber e permitir os interesses dos alunos e atuar em suas dificuldades no sentido de superação. A educação numa perspectiva integral visa proteger as crianças oriundas de meios menos favorecidos, devido à vulnerabilidade e risco social. As políticas públicas governamentais, como a ampliação do tempo escolar, são pensadas nesta perspectiva a fim de corrigir dificuldades relacionadas ao acesso e permanência das crianças na escola, assim como problemas relacionados à aprendizagem e acesso ao conhecimento.

Pensar em uma escola que ofereça oportunidades iguais, hoje, já não atende mais as demandas sociais. Sabemos que na escola pública há um público diverso de alunos advindos de diferentes meios; desse modo, oferecer a cada uma as mesmas oportunidades não fará da escola um espaço inclusivo, visto que cada criança apresenta uma bagagem social diferente; portanto, é preciso reconhecer que o caminho para a equidade passa pelos princípios de aulas equitativas, metodologias ativas, reconhecimento das diferenças em sala de aula e um projeto político que atenda as demandas educacionais do século XXI. Caminho que precisa ser trilhado por todas as escolas que desejam, não apenas bons resultados, mas, sobretudo aprendizagem com qualidade para todos.

Percebemos, contudo, que, igualdade e equidade não são a mesma coisa, embora uma não exista sem a outra. Num contexto igualitário, compreendemos que todos os sujeitos recebem um atendimento da mesma forma, com os mesmos critérios, com os mesmos recursos, com a mesma metodologia. Porém, os diferentes contextos sociais e econômicos dos quais nossos alunos estão inseridos fazem com que apropriem de diferentes conhecimentos. Oferecer somente a igualdade no contexto escolar não caracteriza uma educação de qualidade e excelência, pelo contrário a escola estará comprometida apenas com uma parte do alunado. E, de alguma forma, estará promovendo a exclusão.

Nas últimas décadas tem sido destacado que aqueles que não têm educação de qualidade, definida como a aquisição de competências desejáveis formalmente iguais, não alcançam a cidadania plena, pois são impedidos de exercer plenamente seus direitos e participação nos bens sociais e cultural. (BOLIVAR, 2005, p.43)

Nesse contexto, oferecer uma educação de qualidade é também cuidar de outras dimensões do ser humano, visto que o homem não é apenas intelectual, mas físico, social, afetivo e cultural. Uma educação que não leva em consideração as aptidões de cada estudante, não estará comprometida com a busca de equidade e excelência. A Educação pública pode ter qualidade, depende muito do quanto cada instituição esteja compromissada com a educação

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



que fornece. O currículo precisa ser pensado também para os estudantes de baixa renda, com baixo poder aquisitivo e pouco acesso aos materiais escritos de circulação social. Ao adentrar o espaço escolar a criança é aluno (a) do professor X, da escola Y e precisa ser considerado como tal. Enquanto a escola continuar justificando as dificuldades intelectuais através do meio em que a criança vive, não atingiremos os objetivos de qualidade, excelência e equidade a que tanto a escola pública almeja.

Por outro lado, a partir do momento em que as oportunidades de acesso ao conhecimento considerarem as aptidões individuais e os estudantes Como sujeitos de sua aprendizagem, levando em conta as demais dimensões do ser humano, não apenas estaremos oferecendo equidade, como também formando sujeitos integrais,

No Brasil existe logo consenso entre os órgãos governamentais que fomentam ou executam políticas públicas, bem como, pode se dizer, entre pesquisadores e educadores acerca da necessidade de se reorganizar as instituições para que a educação integral possa acontecer de maneira orgânica e entrelaçada à comunidade em que ela se faz presente. (SANTOS E PINA 2018, p. 14)

Ainda hoje tentamos entender por que a escola pública que idealizada por grandes pensadores e intelectuais a exemplo de Darcy Ribeiro ainda não deu certo, é consenso entre educadores e pesquisadores que a educação é o caminho, no entanto não é qualquer educação, mas a educação capaz de eliminar as barreiras impostas pela sociedade. Equidade e Igualdade são valores essenciais para balizar a formulação de políticas públicas que deverão promover a justiça social e a solidariedade. Compreendemos deste modo que é um tema que deve ser perseguido como princípio fundamental na busca da construção de uma sociedade mais justa.

Ressalta-se, aqui, que a equidade não pode se restringir apenas ao acesso, mas deve, também, voltar-se para a permanência com qualidade.

4.2 INCLUSÃO

O princípio de **Educação Inclusiva** foi adotado pelos países membros da ONU – Organização das Nações Unidas – a partir da Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Especiais. Esse documento internacional, elaborado durante Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na cidade de Salamanca (Espanha), em 1994, tinha o objetivo de estabelecer diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão e acesso de pessoas com necessidades especiais nos sistemas educacionais ao redor do mundo, incentivando a

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



orientação inclusiva em escolas regulares como estratégia eficiente contra atitudes discriminatórias.

Nessa perspectiva, ela é entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção. Todos os alunos têm características, talentos e interesses únicos. Enquanto alguns dominam diferentes linguagens e são apaixonados por histórias, outros preferem desafios matemáticos e projetos de ciências, por exemplo. Mas cada um deles tem uma trajetória de vida singular, com diferentes condições sociais, emocionais, físicas e intelectuais, que não é atendida por escolas que usam métodos padronizados de ensino. Diante disso, Mendes destaca que:

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfojado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos. (ALONSO, Daniela apud MENDES, 2012).

Entre os princípios fundamentais da **educação inclusiva**, está o entendimento de que o acesso à educação é um direito incondicional de todos. Para a jornalista e escritora Cláudia Werneck, fundadora da ONG Escola de Gente, no Rio de Janeiro (RJ), o ambiente educacional inclusivo é o melhor exemplo do que seria a escola como um bem público levado às suas últimas consequências. "A educação inclusiva é a base da sociedade. Ela nada mais é do que a consequência natural de uma escola de qualidade para todos", define Cláudia.

Propor um ambiente educacional inclusivo significa rever as práticas pedagógicas, como também as adaptações curriculares. Ao adaptar as atividades para o público da Educação Especial é importante que a escola leve em consideração as formas de aprender e reflita a partir de inúmeras possibilidades como devem ser propostos os desafios aos especiais. Adaptar é, portanto, considerar as peculiaridades de cada discente, oferecendo-lhe a chance de acessar o conhecimento por meio de um recurso ou várias ferramentas a oportunidade de demonstrar o que aprendeu. Ao adaptar as intervenções de aprendizagem o professor está "[...] favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem". (DAMÁZIO, 2007, p. 13)

Diante disso, **Educação inclusiva** compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos. Incluir a pessoa com deficiência na escola regular é um direito humano e educá-la no ambiente inclusivo lhe garante os seus direitos que consta na LDB N° 9.394/1996.

A **educação inclusiva** tem como objetivo permitir a convivência e integração social dos alunos com deficiência, favorecendo a diversidade, voltada para a formação livre de preconceito, reconhecendo as diferenças como valor, que acolhe e respeita as singularidades específicas de cada um. É necessário viabilizar adequações curriculares para atender as necessidades e capacidades das crianças, sejam elas de origem organizacionais, relativas, avaliativas, temporais e individuais. A inclusão não é direcionada apenas àqueles que possuem deficiência, mas a todos, criando assim uma cultura de acolhimento, com expressões de respeito, igualdade, justiça, aceitação e fazer com que sintam parte do meio escolar, faça amizades, construindo valores mais humanizados. Ela é direito de todos a participar e aprender em condições iguais e com equidade.

Outro ponto importante refere-se à **formação dos professores para a inclusão**. A transformação de paradigma na Educação exige professores preparados para a nova prática, de modo que possam atender também às necessidades do ensino inclusivo. O saber está sendo construído à medida que as experiências vão acumulando-se e as práticas anteriores vão sendo transformadas. Por isso, a formação continuada tem um papel fundamental na prática profissional.

O contexto familiar também não deve ser deixado de lado, pois a **família** compõe a rede de apoio como a instituição primeira e significativamente importante para a escolarização dos alunos; ela é o principal alicerce do processo educativo, do desenvolvimento social; é a fonte de informações para o professor sobre as necessidades específicas da criança. É essencial que se estabeleça uma relação de confiança e cooperação entre a escola e a família, pois esse vínculo favorecerá o desenvolvimento da criança.

Por fim, a secretária da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC (Ministério da Educação), Ivana de Siqueira, também avalia que a inclusão, como princípio de uma política educacional, pressupõe mais do que pensar em infraestrutura, formação técnica inicial e continuada de professores e geração de acessibilidade nas escolas. "É um movimento que implica transformações sociais e culturais em um contexto escolar que se caracteriza pela diversidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento, ou seja, implica em responsabilidades compartilhadas entre todos os participantes do sistema educacional".

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



4.3 CONTEMPORANEIDADE

A escola não é a única responsável pela transformação de uma sociedade, mas seu papel social (além de todos os outros que desempenha) é de suma importância, pois é por ela que o aluno desenvolve habilidades de relacionamento pessoal e científico, sua formação crítica, responsabilidade de atuar em equipe, construindo assim a sua identidade cidadã, em processos gradativos mediados pelo professor, mesmo porque na atualidade a posse de um diploma de nível superior deixa de ser um diferencial suficiente, e características cognitivas e afetivas é que tendem a ser cada vez mais valorizadas.

Nesse sentido, os pilares da educação da UNESCO elaborados por Jacques Delors em 1999, definem bem as aprendizagens consideradas essenciais como: **Aprender a aprender**, na sociedade da informação, é meta que desafia a educação, tendo em vista as profundas transformações vividas pela sociedade. Há, pois, que se estar permanentemente em estado de aprendizagem e de busca de caminhos, não fazendo mais sentido repetir o caminho já traçado – a velocidade o deixou para trás.

A educação deve sustentar-se também no **aprender a ser**, na busca incessante de uma subjetividade que faça diferença no já estatuído e garanta ao sujeito uma identidade forte o suficiente para conviver com a diversidade. Assim é que o outro pilar da educação para o século 21, o terceiro, advindo do convívio com o outro, com o diferente, com a alteridade, é o **aprender a conviver**, a viver juntos, tendo em mente formar-se, continuamente, para atuar numa sociedade cada vez mais desigual. Trata-se do **aprender a fazer**, que, formalmente, institui o cruzamento entre teoria e prática, que, para além de se complementarem, devem ser consideradas como simultâneas, pois que se nutrem reciprocamente.

A escola precisa ser sobretudo capaz de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo, pois a Educação deve ser entendida não somente como acesso à ascensão material e retorno financeiro, mas em um sentido transcendental, transformando-se em um instrumento de crescimento pessoal, de aprendizagem para a vida onde convive-se com o tradicional e o novo, com as teorias idealistas, realistas, sociais, existenciais e caminhamos para uma Educação universal, sustentável e planetária. As novas tecnologias que surgem vêm permitindo a difusão do conhecimento por meio, principalmente, da internet.

Assim como o avanço tecnológico, a multiplicidade de culturas na sociedade contemporânea requer compreender a complexidade da interação que se estabelece entre sujeitos de identidades culturais diferentes. Essa diversidade adentra ao contexto escolar, e

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



influência diretamente o processo educativo. O acesso à escola foi democratizado, mas o acesso aos conhecimentos por ela veiculados ainda é restrito, uma vez que muitos alunos e alunas não conseguem aprender, e parecem não encontrar sentido nos conteúdos ensinados.

Portanto, a prática pedagógica dos agentes educacionais no momento atual, bem como a condução do processo ensino-aprendizagem na sociedade contemporânea, precisa ter como primícias a necessidade de uma reformulação pedagógica que priorize uma prática formadora para o desenvolvimento, onde a escola deixe de ser vista como uma obrigação a ser cumprida pelo aluno, e se torne uma fonte de efetivação de seu conhecimento intelectual que o motivará a participar do processo de desenvolvimento social, não como mero receptor de informações, mas como idealizador de práticas que favoreçam esse processo.

4.4 SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade é um conceito relacionado à vida em vários âmbitos, dando condições de permanência a ela. Um desenvolvimento sustentável remete pensar num modo de vida com novas atitudes de equilíbrio em relação ao consumo exagerado com significativas mudanças de comportamento voltado à ética, à cidadania, à superação do reducionismo social e, principalmente, à representação da relação de dependência entre homem e natureza.

Vivemos atualmente num planeta que se tornou mais descartável. A cada momento o ato de consumir vira uma obsessão. Diante desse cenário degradante, é necessário e urgente um currículo escolar comprometido com processos sustentáveis, para nortear novos olhares, através do cuidado, do diálogo e da integridade as ações de sustentabilidade no tempo e no espaço dialogando entre o que se aprende e o que se pratica. Um ambiente escolar que veja o aluno como centro da aprendizagem e do desenvolvimento, estimulando-os ao debate que promovam mudanças de valores e de atitudes para a construção de sociedades sustentáveis, justas, equitativas e felizes pois, a responsabilidade é individual, mas, a preservação do planeta precisa ser coletiva, como um ato político capaz de promover a transformação social voltada a todos.

A escola é o ambiente ideal para fomentar atitudes responsáveis, emancipadoras e de sustentabilidade ambiental. A educação integral integrada não poderia deixar de participar e contribuir nas questões de desenvolvimento sustentável, na formação de indivíduos que valorizem as pessoas, o planeta e o trabalho de uma forma que respeite os limites da Terra.

Porém, uma escola sustentável não está ligada apenas a questão ambiental, ela abrange também as questões sociais, econômicas, cultural e espiritual. Para ser sustentável a escola precisa ser segura, ser inclusiva e permitir acessibilidade e mobilidade para todos, respeitar os

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



direitos humanos, precisa ter qualidade de vida, garantir a equidade, promovendo a saúde das pessoas e do ambiente e a diversidade biológica, social, cultural, etnoracial e de gênero.

Numa escola sustentável o aluno é protagonista, o cuidado é o objetivo principal na educação, pois educar exige cuidado e cuidar é educar de forma amorosa. Nessa perspectiva, a sustentabilidade flerta com o diálogo, onde há uma articulação de atores que apoiam e sustentam seu desenvolvimento integral no território, com ações atitudinais e um discurso alinhado ao estímulo do conhecimento, da afetividade, do compromisso e da participação efetiva dos professores, alunos, pais, gestores e comunidade. Educar para sustentabilidade contribui de forma positiva e significativa para a melhoria da qualidade de vida não só da escola e do bairro, mas de todo o planeta.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - Eixos e Campos de Integração Curricular

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.

Neste sentido, esta Proposta Curricular para Educação em Tempo Integral Integrada é organizada por três Eixos de Integração Curricular e seus respectivos Campo de Integração Curricular, de modo a garantir o atendimento às necessidades de aprendizagens e desenvolvimentos dos estudantes em todas as suas dimensões, compreendendo que os campos curriculares estão inseridos nos diferentes eixos de modo a garantir um trabalho articulado que vise a formação de um ser integral através de todas as situações oferecidas aos estudantes nos seus diferentes contextos educativos.

Um Campo de Integração Curricular se configura em uma ação curricular ou em um conjunto de atividades pedagógicas e coletivas, realizadas com grupos de estudantes em que se desenvolvem de forma integrada os conhecimentos e saberes, relacionando-os com os conceitos e conteúdos trabalhados nos componentes curriculares da base comum, explorando os tempos e os mais variados espaços da escola e do território, e construindo com os sujeitos envolvidos as ações de aprendizagem. Constitui-se um catálogo de possibilidades de aprendizagens e de desenvolvimento de habilidades, a partir do qual se torna possível superar a fragmentação curricular e articular os saberes. Nesse sentido, o currículo construído em todas as suas dimensões e ações deve ser elaborado de forma a garantir a flexibilização, o protagonismo dos estudantes, o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes por meio de ações e

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



atividades que contemplem a abordagem de conhecimentos, as experiências e atitudes que se materializam na formação humana integral, gerando reflexão crítica, criatividade, e ampliando o letramento social com autonomia. Um campo de integração curricular permite pensar para além da sala de aula teórica e reconhecer práticas e aprendizagens que podem ser realizadas em outros espaços que não apenas espaços convencionais de ensino e que tragam aos estudantes, possibilidades de desenvolver competências e habilidades que os fortalecem enquanto sujeitos que buscam aprender, conhecer e ser feliz, e que também oferecem condições de experimentar diferentes aprendizagens que os ajudarão na composição de seus projetos de vida.

16

A Matriz Curricular para atender as Escolas Municipais de Tempo Integral em Barra da Estiva estado da Bahia apresenta uma proposta desafiadora, pois demanda uma articulação complexa de situações que rompa com as práticas fragmentadas e promova integração dos diversos saberes, numa perspectiva de formação do ser em sua totalidade, assegurando equidade, inclusão, acolhimento das diferenças, habilidades individuais, através de práticas que considerem a complexidade e totalidade de cada estudante.

5.1 EIXO 1: LINGUAGENS, IDENTIDADES E AUTONOMIA

Este eixo de Integração Curricular: "Linguagens, identidades e autonomia" pretende valorizar a comunicação em suas dimensões cultural, social e corporal, unindo teoria e prática, com o objetivo de desenvolver os diversos conhecimentos, e que esses cheguem a todos os estudantes atendidos nos diversos segmentos, com oportunidades iguais de acesso ao conhecimento sobre a cultura e saberes da comunidade a qual estão inserido, de forma que possam compreender e valorizar as diferenças humanas, as diversidades étnicas, sociais, culturais intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero aprendendo dessa forma que a escola é um espaço para todos, voltada para a formação livre de preconceito, que acolhe e respeita as singularidades, tendo por princípio o fortalecimento da autonomia do sujeito no mundo.

Neste eixo estão os campos de integração curricular voltados para a Língua Portuguesa (leitura, contação de histórias e produção de texto), Linguagem Matemática (jogos, educação financeira e empreendedora), Linguagem corporal (jogos e brincadeiras), Esporte e Lazer, Linguagem Artística e cultural.

O Ensino da Língua Portuguesa, marcado pela leitura e produção textual, deve ocorrer de forma abrangente desde as etapas iniciais da alfabetização até os conhecimentos mais especializados de leitura e de escrita a partir de suas funções sociais.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



As propostas organizadas a partir deste ensino devem ter como objetivo a prática da leitura e da escrita, utilizando o meio como espaço de aprendizagem, oportunizando aos alunos desde a Educação Infantil a conhecer e reconhecer o espaço onde vive, possibilitando também a circulação por outros lugares da cidade, que permite aos estudantes o contato com outras culturas e experiências construindo novos sentidos para o aprender, a partir de vivências e práticas culturais concretas. Assim será possível enfatizar o conhecimento dos diferentes gêneros textuais e literários, à ampliação do universo cultural, bem como o enriquecimento do repertório lexical, gramatical e semântico na construção da língua escrita.

O ensino da Matemática deve ocorrer a fim de promover o reconhecimento e a apropriação de símbolos adotados na escrita matemática, bem como o desenvolvimento de habilidades e estratégias necessárias para experimentar, com autonomia, situações que envolvam números, informações quantificáveis e reconhecimento de elementos geométricos.

A Matemática é uma linguagem que envolve a escrita numérica e as práticas sociais e culturais relacionadas às diversas formas de quantificar, classificar, medir, ordenar e seriar, existentes em contextos específicos. No que se refere a esta linguagem, existem diferentes gêneros, orais e escritos, para ensinar matemática, o que viabiliza desenvolver estratégias de resolução de problemas e contemplar diferentes gêneros textuais nas atividades que propiciam a aprendizagem da matemática e de suas funções sociais.

O trabalho com a linguagem artística e cultural deve cultivar a sensibilidade, a reflexão acerca das diferentes visões de mundo expressas pelos movimentos artísticos ao longo da história, pela música, pelo teatro, pela dança e pelas artes visuais, no intuito de desenvolver a produção criativa, a corporeidade, a musicalidade, a fruição e a poética dessas linguagens, transformando-se em um instrumento de crescimento pessoal, de aprendizagem para a vida onde convive-se com o tradicional e o novo, com as teorias idealistas, realistas, sociais, existenciais, caminhando para uma educação universal, sustentável e planetária. Tais experimentações são importantes para que o sujeito tenha garantido seus meios de expressão e criatividade, valorizando as manifestações multiculturais.

Visando ao pleno desenvolvimento dos estudantes é de fundamental importância garantir a prática do Esporte e Lazer, a partir dos jogos, brincadeiras e atividades lúdicas e prazerosas por meio de propostas que estimulem a criatividade, as habilidades motoras, a linguagem corporal, a cooperação e a capacidade de simbolizar, expressar por meio de brincadeiras, fazendo amizades, construindo valores mais humanizados. Desse modo, espera-se que o estudante qualifique as competências nas suas relações, na sua formação crítica, na responsabilidade de

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



atuar em equipe, construindo assim a sua identidade cidadã, forte o suficiente para conviver com a diversidade ampliando seu conhecimento intelectual que o motivará a participar do processo de desenvolvimento social, não como mero receptor de informações, mas como idealizador de práticas que contribuem para a efetivação desse processo.

5.1.1 CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR: MEDIAÇÃO DE LINGUA PORTUGUESA - Linguagem literária, leitura e contação de história e Produção de Texto.

Considerando que é a partir das práticas sociais que acontece aprendizagens significativas, esse é o campo de integração para o desenvolvimento do letramento social. Aqui entendido não como um método, e sim uma prática, inserida nas ações cotidianas da sociedade, pois o processo de ensino aprendizagem da leitura da escrita e do cálculo, na escola, não pode ser visto como um mundo à parte e não ter a finalidade de preparar o sujeito para a realidade na qual se insere.

Assim, esse Campo de integração curricular precisa, além de integrar as práticas pedagógicas que ampliem o letramento e construam um currículo integrado, também integrar as pessoas que estão no desenvolvimento das ações pedagógicas da escola, seja no turno referente à base comum ou no contra turno com as atividades da Educação Integral e integrada.

A Educação Integral e Integrada deve ser trabalhada como uma perspectiva educativa, inerente ao funcionamento da escola, por isso a necessidade de sistematizar e ter constante diálogo entre todos os profissionais, mesmo os que não atuam especificamente na Educação Integral e Integrada. Desse modo, é necessário inserir a proposta da Política Básica de Educação Integral e Integrada no Projeto Político Pedagógico da escola para validar a perspectiva educativa que a escola pretende desenvolver.

É complexa a discussão de integração e diálogo entre os profissionais responsáveis direto e indiretamente pela execução da Política de Educação Integral e Integrada na escola. No entanto, é urgente a consciência e a necessidade deste diálogo pedagógico, para que haja uma concentração de esforços que colabore para o avanço na oferta de uma Educação Integral e Integrada de qualidade e significativa para os estudantes.

O Campo de Interação Curricular de Língua Portuguesa tem como objetivo o desenvolvimento de atividades que contribuam na aprendizagem e ações de intervenção pedagógica aos estudantes nas habilidades e competências que devem ser desenvolvidas e ampliadas durante o processo de construção do conhecimento, contato com uma segunda língua e aprofundamento da Linguagem literária, Oralidade e a Produção de texto.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Neste contexto as situações didáticas planejadas devem valorizar o uso da língua em diferentes situações ou contextos sociais, com sua diversidade de funções e sua variedade de estilos e modos de se apresentar. Para estar de acordo com essa concepção, é importante que as situações propostas se organizem em torno do uso social da língua e que privilegie uma reflexão sobre as diferentes possibilidades de criação de sentido, de modo a fortalecer o campo da linguagem, contribuindo para consolidação das habilidades e competências no processo de alfabetização e letramento social dos estudantes, por meio de atividades a partir de **sequências didáticas e projetos didáticos com o envolvimento dos aprendizes em todo percurso.**

19

A contação de histórias é uma forma lúdica de transmissão de conhecimentos e um poderoso estímulo à imaginação. Por auxiliar no desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional das crianças, se destaca como uma importante aliada da educação infantil. Considera-se uma das maneiras mais antigas de difusão de valores tidos como necessários para o estabelecimento de uma convivência harmoniosa entre os humanos. Assim, mais do que uma ação educativa prazerosa, ela proporciona aos pequenos uma compreensão alargada do mundo, bem como a construção das identidades culturais via memória oral.

Diferentes modos de expressão são estimulados, o que facilita as interações e até o entendimento das próprias emoções. Tudo isso sem falar que a atividade ajuda a reinventar o espaço da sala de aula, tornando-o mais divertido e atrativo aos sentidos.

A proposta do trabalho com a produção de texto exige do professor uma prática pedagógica pautada na construção de uma boa relação com os estudantes, no aprofundamento de estudos, planejamento e pesquisa, de forma a tornar as aulas mais produtivas, interessantes e prazerosas. Esse propósito nos remete ao papel da escola e, especialmente do professor no que se refere a uma aprendizagem fundamental para o desenvolvimento humano: o aprender a aprender. É imprescindível que o professor utilize várias estratégias de ensino e tenha um olhar atento sobre o desenvolvimento das habilidades dos estudantes quanto aos aspectos cognitivos da aprendizagem, sejam eles, linguagem, pensamento, memória, atenção, percepção e raciocínio lógico, bem como aqueles relacionados às múltiplas inteligências.

5.1.2 CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR - MEDIAÇÃO DE MATEMÁTICA: Linguagem Matemática, jogos e Educação Financeira e Empreendedora.

O ser humano tem a capacidade de expressar e comunicar sentimentos, ideias, pensamentos, opiniões por meio da linguagem - conjunto de sinais, como símbolos, gestos e sons, que são utilizados por eles com o objetivo de estabelecerem uma comunicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Neste sentido, a Matemática é um dos elementos fundamentais para a formação social e intelectual do estudante, fazendo deste um ser humano dotado de conhecimento, possuidor da capacidade de evoluir culturalmente, como cidadão apto e preparado para lidar com as mudanças da sociedade. Assim sendo é imprescindível o desenvolvimento da autonomia, da criticidade, da criatividade e da capacidade de argumentação.

Desta forma, a Matemática está além dos cálculos, ela precisa contemplar a capacidade de raciocinar e argumentar de forma crítica pensamentos, bem como saber resolver os problemas do cotidiano. Nesta perspectiva, o professor passa a atribuir ao aluno o papel de protagonista do processo de aprendizagem e este tenha a capacidade de se adaptar a novas situações, a persistência e criatividade na busca por soluções de vários tipos de problemas, tanto da escola como da vida.

Assim a escola deve promover atividades para serem desenvolvidas em grupos. Segundo Almeida e Ferruzzi (2015), os alunos desenvolvem e compartilham conceitos, explicações, justificativas e representações matemáticas, e, deste modo, estas atividades oportunizam a colaboração social e o desenvolvimento de habilidades de comunicação. As autoras destacam, ainda, que, em atividades como essas, as pessoas discutem, debatem, aperfeiçoam suas ideias, ouvem e colaboram com seus pares e, quando apresentam o modelo final para os colegas, comunicam suas ideias matemáticas, e, deste modo, ocorrem oportunidades para o questionamento crítico e a justificação.

Preparar os jovens para a resolução dos problemas complexos do futuro faz parte da função social da escola. Isso faz com que os estudantes percebam o potencial que possuem e se sintam instigados a desenvolvê-lo cada vez mais. O primeiro passo para isso é compreender que a mentalidade empreendedora está, de alguma forma e em algum nível, em todos nós. A partir deste entendimento, é possível trazer pequenos problemas do dia a dia para discussão em sala de aula, visando a apresentação de propostas de solução.

O cenário do empreendedorismo costuma apresentar inúmeros desafios. Empreender é assumir riscos, lidar com incertezas e se expor emocionalmente o tempo todo. No outro lado da mesma moeda, empreender também é crescer absurdamente em pouco tempo, desenvolver senso crítico, criatividade, inovação e resiliência.

Neste sentido, incorporar aspectos relacionados à mentalidade empreendedora à formação das crianças e jovens desde cedo pode contribuir muito com seu desempenho na vida adulta. Os benefícios vão desde como lidar com as suas emoções e adversidades, até a abertura do empreendedorismo como um caminho possível de carreira profissional.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Aliado ao trabalho com o empreendedorismo apresentamos a proposta de trabalho com a matemática financeira com o objetivo de preparar os estudantes para se tornarem cidadãos que saibam analisar criticamente as operações financeiras de que faz uso diariamente, tendo o poder de optar e decidir o que melhor lhe convém diante de suas expectativas, interpretando e refletindo sobre as opções que o mercado oferece.

5.1.3 CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR - LINGUAGEM CORPORAL E ESPORTE E LAZER

21

Os nossos corpos são cheios de características e peculiaridades. Desde o nascimento, já podemos observar nossas expressões corporais em nosso choro, por exemplo. Devemos saber que a linguagem corporal é uma estratégia que pode ser utilizada para aperfeiçoar a qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, o trabalho com a linguagem corporal na educação infantil é muito importante, devido à necessidade da sincronia dos canais comunicativos para que se promova uma melhor aprendizagem da criança.

As palavras são muito poderosas. Elas têm a habilidade de nos animar quando estamos tristes ou de nos entristecer quando alegres. Entretanto, quando se trata de emoções, a nossa linguagem corporal é ainda mais influente, misturados com nossas palavras, nossa linguagem corporal tem a capacidade de aprimorar a nossa mensagem, confundir ou mesmo dispersar as nossas crianças.

Na educação Infantil, a linguagem corporal é uma comunicação importante pois, se observa a sincronia entre a linguagem verbal e todos os canais não verbais, criando a sinergia da comunicação. Assim, a linguagem corporal é positiva em um ambiente que tem a capacidade de motivar, inspirar e envolver, demonstrando confiança e tranquilidade durante a realização das atividades.

São notórios os benefícios que as práticas esportivas e de lazer trazem para a sociedade. A busca pela prática esportiva como lazer está relacionada aos inúmeros benefícios que estão atrelados a sua prática, entre eles destacamos a promoção e manutenção da saúde, a socialização, melhora a auto-estima, ou seja, a busca por um hábito de vida saudável que seja permeado pelo bem estar integral dos indivíduos isso é um valor essencial na sociedade atual.

Atualmente a busca pelo bem-estar individual e coletivo está presente em todos os níveis sociais, assim as práticas esportivas configuram-se como elemento fundamental no cotidiano da população. É relevante também ressaltar a importância do esporte para a vivência de valores e

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



o desenvolvimento de fatores importantes para o convívio em sociedade como a tolerância, a inclusão e o respeito.

O esporte é o grande fenômeno sócio-cultural da atualidade estimulando crianças, jovens, adultos e até mesmo idosos à sua prática. Como fenômeno cultural, apresenta várias possibilidades de manifestação, diferenciando-se em esporte de alto rendimento (profissional), atividade de lazer, para pessoas com deficiência, bem como na escola. O esporte transmite valores de acordo com suas formas de manifestação, o que indica a necessidade de adequação do seu sentido ao ambiente social em que se insere.

A escola é um local onde socializa e educa a criança e o jovem para a sociedade em que está inserida. Compete à ela, pois, assumir um papel fundamental no processo de formação esportiva das crianças e jovens, proporcionando oportunidades para a conquista da sua autonomia, já que é nela que os estudantes passam a maior parte do seu dia.

Os objetivos do Esporte na escola, segundo Teixeira (1999), são a promoção da saúde, socialização, construção de valores morais e éticos, recreação e lazer. O Esporte assume um aspecto recreativo quando é usado como lazer, onde o praticante não se preocupa com a vitória. O mais importante que o Esporte pode oferecer é o lúdico, o prazer de jogar livremente, aproximando-se do outro, preparando o indivíduo para a vida, defrontando-se com vitórias e derrotas. Ele também cultiva a sociabilidade, pois ao decidir fazer parte de uma equipe, o estudante deverá aceitar seus companheiros, que são dotados de limitações e talentos.

5.1.4 CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR - LINGUAGEM ARTÍSTICA E CULTURAL

Atualmente, na educação, concluímos que a arte é uma área de conhecimento importante para o desenvolvimento integral do ser humano. A arte humaniza, resgata, sensibiliza, faz refletir, critica. Autores como Vygotsky, John Dewey, Ana Mae Barbosa, Veia Vechi, dentre tantos, versam sobre o assunto e como a arte provoca a ligação do ser humano com a realidade, influenciado-a e sendo influenciado.

A arte contribui significativamente para o equilíbrio das funções de cuidar e educar da Educação Infantil e com a forma como cada criança, percebe, compreende o mundo e atua nele. "Quanto mais a criança vir, ouvir e experimentar, quanto mais aprender e assimilar, quanto mais elementos da realidade a criança tiver à sua disposição na sua experiência, mais importante e produtiva, em circunstâncias semelhantes, será sua atividade imaginativa." (VYGOTSKY, 2014, p. 13).

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Portanto, concordamos com Vygotsky quando diz que todo processo criativo, embora seja individual, é um processo histórico porque tem sempre como base algo que já existe. Trazendo para a arte, por mais original, genial e criativa que a obra de arte seja, em qualquer uma das suas linguagens: plástica, musical, teatral, tecnológica, da dança, fotografia ou do cinema, sempre conterà um “componente social” que a precede, influenciado pelas emoções e sentimentos de outros, sendo por isso, uma composição histórico-cultural.

Neste sentido, é fundamental que a professora tenha uma postura de pesquisadora, saiba com clareza aonde quer chegar com seus alunos, no entanto, humildade também é um predicado muito importante no sentido de assumir o que não sabe, pois somente quando assume, estará aberta a buscar e avançar.

Oportunizar a produção artística e cultural, individual e coletiva dos estudantes é oferecer a possibilidade de reconhecimento e recriação estética de si e do mundo, bem como da valorização às questões do patrimônio material e imaterial, produzido historicamente pela humanidade, no sentido de garantir processos de pertencimento ao local em que vive e à sua história.

Nesse campo, é incentivada a produção artística, as expressões corporais, as atividades físicas, poderá incluir atividades relacionadas à Artes Cênicas, Artes Plásticas, Artes Circenses, Artes Marciais, Artesanato, Cultura Regional, Dança, Esportes, Música, ainda poderá realizar experiências que podem ser desenvolvidas com base na criatividade e na autoria dos estudantes. Fazem parte desse campo as atividades relacionadas ao Ambiente de redes sociais, Animação digital, Cinema, Designer gráfico, Fotografia, Grafite, História em quadrinhos, Informática Básica, Introdução ao Jornalismo, Jogos digitais, Rádio e outras temáticas que podem ser desenvolvidas na escola.

5.2 . EIXO 2: TEMPOS, ESPAÇOS E CIDADANIA:

O “Eixo Tempos, Espaços e Cidadania” pretende direcionar as aprendizagens teóricas e práticas das Ciências Humanas, envolvendo as diversas atividades em prol de contribuir com o a formação cidadã dos estudantes através de vivências práticas que envolvem as relações interpessoais nos diferentes espaços da escola. Sabemos que a escola não é a única responsável pela transformação de uma sociedade, mas seu papel social (além de todos os outros que desempenha) é de suma importância, pois é por ela que o estudante desenvolve habilidades de relacionamento pessoal e científico, sua formação crítica, responsabilidade de atuar em equipe, construindo assim a sua identidade cidadã.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Nesse sentido, os pilares da educação da UNESCO elaborados por Jacques Delors em 1999, definem bem as aprendizagens consideradas essenciais como: **Aprender a aprender**, na sociedade da informação, é meta que desafia a educação, tendo em vista as profundas transformações vividas pela sociedade. É importante então, estar permanentemente em estado de aprendizagem e de busca de novos caminhos.

A educação deve sustentar-se também no **aprender a ser**, e garanta ao sujeito uma identidade forte o suficiente para conviver com a diversidade. E é nesse diálogo com o aprender a ser que será possível ajudar os estudantes a arquitetar, conceber e plasmar o que está por vir. As escolhas dos estudantes decorrem de influências intrínsecas e/ou extrínsecas e, no que tange ao apoio da escola, do compromisso de seus atores com a ética, a ciência tanto pode atender aos interesses mercadológicos, estando a serviço do consumo desenfreado, da competitividade e das guerras, quanto do coletivo, visando a paz, a lucidez e o bem comum.

Idealizar a própria vida é ter consciência da responsabilidade de cada um em sua atuação social, descobrindo-se a si mesmo, aos outros e o meio em que vive. É o momento em que são percebidas as tantas formas e jeitos de ser. É também quando alguns dos preconceitos construídos socialmente atingem e afetam as crianças, o que pode ser revertido a partir do compromisso da escola. Não podemos deixar de fora o terceiro pilar, **aprender a conviver**, a viver juntos, tendo em mente formar-se, continuamente, para atuar numa sociedade cada vez mais desigual. As práticas nesse contexto de significado precisam configurar na perspectiva do **aprender a fazer**, que, formalmente, institui o cruzamento entre teoria e prática, que, para além de se complementarem, devem ser consideradas como simultâneas, que se nutrem reciprocamente.

5.2.1 CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR - ÉTICA E CIDADANIA E PROJETO DE VIDA

O ser humano vive em sociedade, convive com outros seres humanos e, portanto, cabe-lhe pensar e responder à seguinte pergunta: "Como devo agir perante os outros?" Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mais difícil de ser respondida. Ora, esta é a questão central da Moral e da Ética. Moral e ética, às vezes, são palavras empregadas como sinônimos: conjunto de princípios ou padrões de conduta. Ética pode também significar Filosofia da Moral, portanto, um pensamento reflexivo sobre os valores e as normas que regem as condutas humanas. Em outro sentido, ética pode referir-se a um conjunto de princípios e normas que um grupo estabelece para seu exercício profissional (por exemplo, os códigos de ética dos médicos, dos

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



advogados, dos psicólogos, etc). Em outro sentido, ainda, pode referir-se a uma distinção entre princípios que dão rumo ao pensar sem, de antemão, prescrever formas precisas de conduta (ética) e regras precisas e fechadas (moral). Finalmente, deve-se chamar a atenção para o fato de a palavra "moral" ter, para muitos, adquirido sentido pejorativo, associado a "moralismo". Assim, muitos preferem associar à palavra ética aos valores e regras que prezam, querendo assim marcar diferenças com os "moralistas". Como o objetivo deste trabalho é o de propor atividades que levem o aluno a pensar sobre sua conduta e a dos outros a partir de princípios, e não de receitas prontas, batizou-se o tema de Ética, embora freqüentemente se assuma, aqui, a sinonímia entre as palavras ética e moral e se empregue a expressão clássica na área de educação de "educação moral". Parte-se do pressuposto de que é preciso possuir critérios, valores, e, mais ainda, estabelecer relações e hierarquias entre esses valores para nortear as ações em sociedade. Situações de temáticas da vida colocam claramente essa necessidade. Por exemplo, é ou não ético roubar um remédio, cujo preço é inacessível, para salvar alguém que, sem ele, morreria? Colocado de outra forma: deve-se privilegiar o valor "vida" (salvar alguém da morte) ou o valor "propriedade privada" (no sentido de não roubar)? Seria um erro pensar que, desde sempre, os seres humanos têm as mesmas respostas para questões desse tipo. Com o passar do tempo, as sociedades mudam e também mudam os seres humanos que as compõem.

A instituição escola é, também, um espaço privilegiado para descobertas quanto ao mistério da vida. Da poesia à biologia, do astrônomo ao filósofo, do artista à criança sempre há possibilidades de diálogo, produção, pensamento, debate e desenvolvimento do verdadeiro potencial humano que supera a repetição e a imitação, pois se vê capaz de: criar, sentir, pensar, inventar, inovar, querer, ousar.

Esse modo de olhar para o estudante em sua integralidade envolve a unidade entre corpo e mente, pois compreende aspectos cognitivos e afetivos, intelectuais e práticos, políticos, singulares e coletivos, ou seja, implica em ser receptivo para os aspectos humanos que passam a ser explorados intencionalmente. É a vez de identificar preferências e habilidades. Essa educação interdimensional visa contemplar equilibradamente aspectos racionais, relacionais, físicos e irrespondíveis, como "o que é a morte", "a que se destina nossa existência", pois o "eu" e o "tu" transcendidos no "nós" trazem ao projeto de vida algo para além do indivíduo. Trata-se do ser e do querer ser que dependem da confiança, da escuta atenta, da percepção de si e do outro, do apoio familiar, da aprendizagem, da comunicação oral e escrita para interagir com a comunidade, de saber argumentar e defender pontos de vista, do reconhecimento dos pontos fortes e das fragilidades do projeto, visando formar um cidadão autônomo, solidário e competente.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecba@yahoo.com.br

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Um dos impasses que circundam a vida dos adolescentes e jovens é o de conciliar os estudos com o trabalho. Muitas vezes a inserção precoce no mundo do trabalho, devido às necessidades de sobrevivência, impede que o projeto de vida seja direcionado, qualificado e consciente. Antes disso, já acontece o abandono escolar e o direito de aprender e de fazer escolhas é tolhido.

O Projeto de Vida traz a possibilidade de arquitetar, conceber e plasmar o que está por vir. O ser humano tanto pode idealizar uma bomba, quanto a cura para uma doença. O Projeto de Vida na escola ajuda o aluno a construir o caminho entre o “Quem eu sou” e o “Quem eu quero ser”. Através de um processo bem estruturado, unindo **autoconhecimento, planejamento e prática**, o aluno aprende a se conhecer melhor, identificar seus potenciais, interesses e sonhos, definindo metas e estratégias para alcançar seus objetivos. Projetar a vida é uma maneira de dar sentido e significado às nossas ações, algo que pode ser realizado através de um processo gradual, contínuo, intencional, lógico e reflexivo.

Esse processo acontece através do autoconhecimento e do exercício de projetar o futuro. O aluno é estimulado a refletir sobre seus sonhos e ambições, e aprende a transformá-los em **estratégias e metas**.

Então, não se trata de definir cada passo do seu futuro, mas, desenvolver a habilidade de projetá-lo, através da **valorização das experiências e dos sonhos do indivíduo**. O foco está no processo – ampliação de repertório, refletir sobre si e planejar – e não necessariamente no resultado.

5.2.2a CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR - HÁBITOS ALIMENTARES E SAÚDE

O educar vai muito além de apenas questões cognitivas, envolvendo também forma de ensinar e incentivar os jovens a se relacionarem com o mundo, compreendendo suas responsabilidades e seus deveres. Assim como ter um bom relacionamento com o outro, é importante que as crianças entendam que é preciso também ter um bom relacionamento com a saúde. A questão da alimentação saudável na escola busca reverter hábitos alimentares que não são tão bons para os mais novos, pois a má alimentação sempre está associada a doenças como obesidade infantil, colesterol alto, hipertensão, entre outras. Por isso, a necessidade de adotar hábitos alimentares que levem aos alunos, os nutrientes necessários para que eles tenham uma qualidade de vida.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



O crescimento saudável das crianças depende diretamente de uma alimentação adequada. Uma prova disso é que a Organização Mundial da Saúde (OMS) a considera um direito humano fundamental.

Com o hábito de uma alimentação saudável e uma rotina de exercícios físicos, até mesmo o desempenho escolar é beneficiado, já que o consumo de alimentos nutritivos também aumenta a capacidade de concentração e raciocínio, melhora o humor e aumenta a disposição.

A escola é um ambiente educativo, inclusive na hora das refeições. Diante disso, é importante que as instituições desestimulem a presença de alimentos prejudiciais à saúde na lancheira dos pequenos, como sucos industrializados, salgadinhos, refrigerantes, doces, entre outros. Uma coisa eles têm em comum: são pobres em nutrientes e possuem substâncias que favorecem uma alimentação desequilibrada.

O alimento e a alimentação ao se apresentarem como elementos pedagógicos no espaço escolar, compondo propostas efetivas envolvidas com o currículo, poderão propiciar discussões que avançam em direção a análises mais ampliadas da realidade social e possibilitar o entendimento do espaço escolar como favorecedor de ações transformadoras da realidade social. Um dos papéis fundamentais da escola é a orientação nutricional, a formação de hábitos alimentares que propicie uma alimentação saudável, e que permita aos educandos consequentemente mais saúde partindo sempre da troca de conhecimentos para uma sensibilização dessa premissa levando-os a conscientizarem-se desse bem maior.

É na escola que surge a interação com nutricionistas e demais profissionais da Educação visando destacar a prática da alimentação saudável ponto esse feito contribui não apenas para a construção de hábitos alimentares saudáveis mas também para o desenvolvimento biopsicossocial e aprendizagem dos alunos. Hoje, alimentação escolar contribui para além do combate a evasão escolar hoje sua premissa é que esta é um instrumento educativo que além de contribuir para a aprendizagem e o rendimento escolar tem papel determinante na formação de hábitos alimentares e na garantia de direito humano a Alimentação adequada visando a promoção da segurança alimentar e nutricional da Saúde.

5.2.2b CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR - CULTURA PARA A PAZ.

A Educação, para ser integral, precisa ser centrada no ser humano, um dos entes que habitam a Terra e fazem dela sua morada, transformando-a para poder coexistir com ela. O ser

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



humano se constitui dessa forma – humano – justamente nas relações e interações que estabelece com os outros semelhantes a ele, numa convivência social que se dá em diversos espaços, inclusive na escola.

Nesse sentido, pode-se afirmar que não há Educação sem comunidade, sem coletividade que ajude o sujeito a se perceber como pertencente a um tempo e um espaço, a uma determinada cultura que, por sua vez, convive com outras culturas e está imersa em um contexto maior. Promover a visão e o entendimento do local e do global, do pontual e do entorno é uma maneira de educar para o convívio social harmônico e para o respeito à diversidade e aos outros que constituem a humanidade dos seres. Dessa forma, educar-se para a paz. (RCM anos finais, p.29)

Vivemos em um mundo que, infelizmente, é recheado de violência, seja ela física, psicológica, moral, patrimonial, sexual ou verbal. E essa violência social impacta diretamente na violência dentro do ambiente escolar, já que o que vemos e presenciemos é o que iremos reproduzir enquanto jovens. Sabemos que a paz é uma das bases para quaisquer relações, mas principalmente no ambiente escolar, sendo um lugar de aprendizados, o ambiente precisa passar a segurança necessária para os estudantes que estão ali praticamente todos os dias da semana.

Desenvolver a Cultura de Paz na escola é fomentar valores, tais como: respeito, empatia, tolerância, cooperação entre outros. Esses princípios contribuem fortemente na formação dos cidadãos conscientes e comprometidos no que diz respeito à construção de uma nova sociedade mais justa e pacífica. Essa construção é uma responsabilidade de toda a comunidade escolar!

A escola é o espaço para a construção de diferentes saberes, é ensino e é aprendizagem, é afeto e é diálogo, é respeito e colaboração. Escola é alegria, é vida. "A alegria na escola fortalece e estimula a alegria de viver. [...] Lutar pela alegria na escola é uma forma de lutar pela mudança do mundo" (FREIRE, 1993, p. 2). A mudança do mundo se dá pelas transformações sociais, pelo aperfeiçoamento das relações humanas, pela sensibilidade, pela cooperação, pela tolerância, pelo equilíbrio entre os conflitos e pela paz.

A educação para a paz [...] não pretende significar uma educação que nega ingenuamente a presença de conflitos, fingindo não existirem; pessoas que assim creem certamente se frustram e acabam abandonando o ideal de viver a paz. Significa, ao contrário, aceitar que os conflitos fazem parte da vida das pessoas comuns e que é possível e desejável considerá-los como oportunidade de desenvolvimento. Nesse contexto, inclui-se a escola como instituição parceira da família e como espaço propício para a construção de uma geração mais humana e pacifista

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



que saiba cumprir seus deveres e galgar seus direitos alinhados pelo diálogo, amor e respeito ao próximo. Geração que saiba ser generosa, saiba olhar para além do que é material, que saiba rir e chorar com o outro, que saiba gerir conflitos e se solidarizar com os menos favorecidos e, acima de tudo, que saiba buscar a paz.

A escola tem que estar atenta à forma como a sua comunidade se relaciona: aluno com aluno, aluno e professor, professor com professor, gestão e alunos, gestão e professores, funcionários e alunos, funcionários e funcionários, funcionários e gestão. A convivência pacífica e harmoniosa entre todos promove tranquilidade e bem-estar, contribuindo para um ambiente de paz e de aprendizagem, ou seja, a escola deve educar na convicção de reconstruir os laços de solidariedade, amor, respeito e ética.

5.3 EIXO 3 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável nada mais é que aquele desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da sociedade, porém sem comprometer a capacidade do planeta de atender as necessidades das futuras gerações. Podemos dizer, de forma resumida, que é um desenvolvimento que não causa o esgotamento dos recursos naturais do nosso planeta.

É bom destacar ainda que o desenvolvimento sustentável está amparado sobre a interação entre três pilares: o social, o econômico e o ambiental. Sendo assim, no desenvolvimento sustentável, temos um crescimento econômico que leva em conta a proteção do meio ambiente e também a inclusão social.

A importância do desenvolvimento sustentável é bastante simples: **se não adotarmos medidas sustentáveis, faltarão recursos naturais no futuro.** Precisamos utilizar os recursos de maneira consciente para não afetar as gerações futuras, caso contrário essas enfrentarão escassez de alguns produtos, bem como um aumento de preço em decorrência dessa redução. Para atingir um desenvolvimento sustentável, devemos mudar nosso comportamento em relação ao meio ambiente e reavaliar nossa posição diante das relações de consumo. Na escola pode ser definida como a aplicação de um conjunto de práticas e ensinamentos focados no desenvolvimento sustentável do planeta.

Esse assunto é cada vez mais discutido devido à sua importância cada vez maior, pois a geração atual já está vivenciando problemas decorrentes da escassez de recursos naturais e da degradação do meio ambiente.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Além disso, as crianças e adolescentes de hoje serão responsáveis por tomar decisões importantes no futuro, reforçando a importância da consciência ambiental a ser cultivada ao longo da vida.

5.3.1a CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR - MEIO AMBIENTE - Sustentabilidade

A educação para uma vida sustentável deve começar já na educação infantil. Os fatores primordiais para a preservação do meio ambiente são: a reciclagem, o consumo consciente, a reutilização de materiais, a produção de uma horta sustentável, entre outros fatores. Dessa forma se faz necessário que a escola perceba a importância das questões ambientais e sensibilize as crianças, os pais e todo corpo docente, garantindo que no futuro se tornem cidadãos responsáveis e conscientes de seu papel diante do planeta em que vive.

Uma criança que aprende desde cedo que ela é parte da natureza e não proprietária dela, terá uma relação muito mais sustentável com o meio ambiente. Ela saberá que, precisa jogar o lixo no lugar certo, não apenas porque a professora mandou, mas porque ela tem responsabilidade com o planeta e porque se ela não fizer isso estará prejudicando sua própria casa. As crianças que são ensinadas a olharem para os ciclos da natureza, que têm a oportunidade de plantar uma muda ou visitar a nascente de um rio se tornam apaixonadas pelo meio ambiente. E, conseqüentemente, crescem com um senso de cuidado e preservação muito maior do que aquelas que não são incentivadas nesse sentido.

Como assegurado pelo Referencial Curricular Municipal, o cuidado com o meio tem como objetivo o ensino a partir da observação e exploração do meio ambiente com curiosidade, percebendo-se como ser integrante, dependente, transformador e, acima de tudo, que tem atitudes para a preservação e a conservação de um ambiente sustentável.

5.3.1b CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR - MÍDIAS DIGITAIS - Ciência e Tecnologia

A tecnologia tem sido cada vez mais incorporada nas escolas como uma ferramenta de apoio ao ensino e aprendizagem, tornando mais acessível, interativa e envolvente.

Uma das maiores vantagens e benefícios da tecnologia nas escolas é o acesso à informações. Com o uso da internet em sala, os alunos têm capacidade de acessar uma grande quantidade de informações em questão de segundos.

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



Além disso, os educadores podem usar a tecnologia para criar aulas mais interativas e envolventes, integrando vídeos, jogos e outras ferramentas digitais, como softwares, em sua abordagem de ensino que chamam e prendem a atenção dos alunos.

Nesse mundo cada vez mais conectado e transformado pela tecnologia, é fundamental que os estudantes desenvolvam consciência de seu papel e se preparem para assumir o protagonismo nas mudanças que devem ocorrer.

Na educação tecnológica, os conteúdos dos diferentes componentes curriculares se integram e se complementam, estimulando a autonomia, o pensamento crítico, a criatividade para resolução de problemas e o desenvolvimento socioemocional.

Dessa forma, os alunos compreendem a importância e aplicabilidade prática dos diferentes campos do conhecimento em seu dia a dia e aprendem a ressignificar a jornada escolar.

6. AVALIAÇÃO

O atual cenário delibera a avaliação na âncora dos princípios-chave do desenvolvimento integral do sujeito, e baseia as suas ações em tomadas de decisões, que vislumbre esse desenvolvimento por meio de ações avaliativas formativas, que devem ocorrer de forma contínua, entrelaçadas com o fazer pedagógico intencional, garantindo no espaço escolar o direito à aprendizagem e desenvolvimento com equidade aos educandos para que estes possam se desenvolver integralmente dentro do seu território ou fora dele.

Nessa perspectiva, a avaliação necessita ser vista como processo de participação coletiva, que ocorre continuamente, serve de aliada no processo e age como termômetro para que o próprio aluno observe se está conseguindo atingir os objetivos no seu desenvolvimento integral. Nesse caminhar dialógico, cabe, contudo, à escola uma análise minuciosa das condições ofertadas, para que haja esse desenvolvimento integral a todos os alunos, de forma democrática e acessível, com a função de servir e alimentar novas decisões no que tange as expectativas de aprendizagem que garantam o desenvolvimento sócio emocional, a humanização da convivência, a tolerância e respeito à diversidade, o estar e agir no mundo com criticidade.

Sendo assim, é preciso levar em consideração que a avaliação em Educação Integral é sobretudo uma avaliação processual. Tendo por base que o ponto de partida é a singularidade de cada estudante, torna-se difícil estabelecer parâmetros universais. Segundo Zaballa, a avaliação deve considerar os saberes prévios dos alunos, o que querem aprender, quais suas

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



formas de aprendizado. De forma contínua prioriza a abordagem autoavaliativa e formativa que permita monitorar e conhecer melhor não só o desempenho individual, mas também do grupo, já que se avalia o social, intelectual, físico, emocional, cultural.

Partindo de avaliação inicial, pode-se conhecer o aluno, na medida em que se devem investigar os conhecimentos prévios dos estudantes antes de iniciar novos percursos de aprendizagem.

A avaliação é parte inerente do processo de educação, uma vez que ajuda a traçar estratégias metodológicas de ensino que servem para orientar os próximos passos do planejamento e oferecer diretrizes para a tomada de decisões. A avaliação nessa perspectiva é, portanto, um instrumento processual de acompanhamento da aprendizagem tanto pelo educando como pelo educador, contemplando os diversos saberes, aproximando os conteúdos escolares dos saberes comunitários, convidando o estudandante a se autoavaliar e a traçar seu próprio percurso nos caminhos do conhecimento.

Partindo do ponto em que uma escola em tempo integral carrega o desafio de inserir todos os sujeitos internos e externos envolvidos com o seu espaço no processo democrático de avaliação, é de fato o cerne da questão o quão, "Integral" e "integrada" precisa ser a forma de trabalho com os diversos saberes e atores componentes do currículo da instituição.

A Educação Integral/integrada é a compreensão de que todas as práticas educativas institucionais, escolares, comunitárias, familiares devem garantir o desenvolvimento de todos, em todas as suas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural, e deve-se constituir como um projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores e educadoras, gestores e gestoras e comunidades locais. O Regimento Escolar deverá assegurar:

No processo de ensino e aprendizagem escolar, o ensino e a avaliação se interdependem. Não teria sentido avaliar o que não foi objeto de ensino, como não teria sentido também avaliar sem que os resultados dessa avaliação se refletissem nas próximas atuações de ensino. Assim, um alimenta o outro – tudo é claro, em função de se conseguir realizar o objeto maior que é garantir a aprendizagem. Neste sentido, a avaliação formativa deve:

- I- oferecer devolutivas sobre as conquistas e necessidades dos estudantes a partir das situações de ensino;
- II- considerar os resultados de aprendizagens dos estudantes para perceber e rever a eficácia das propostas de ensino ofertadas pelo professor;
- III- selecionar os objetivos ou expectativas de aprendizagem que deseja alcançar;
- IV- fornecer à comunidade, informações sobre os conhecimentos dos estudantes para definir se eles precisam de ajuda ou desafios ou se estão prontos para aprender o que está no programa curricular daquele momento;

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



- V- verificar as dificuldades dos estudantes no meio do caminho, em diferentes momentos e de formas diversas e não deixar para o final do trimestre;
- VI- respeitar o fato de que os estudantes possuem ritmos e maneiras variadas de aprender, oferecendo quando necessário diversos instrumentos de avaliação;
- VII- garantir a progressão das aprendizagens dos estudantes, oferecendo possibilidades de trabalho com agrupamentos produtivos com atividades para atender os diferentes níveis;
- VIII- considerar os sujeitos e suas realidades, levando em conta suas experiências;
- IX- compreender o que os estudantes sabem sobre determinado assunto ou objeto de conhecimento, quais as suas lacunas e, principalmente, quem são esses estudantes e em que contexto estão inseridos. Esses dados possibilitam personalizar o processo de ensino e aprendizagem de forma contextualizada e significativa.
- X- utilizar instrumentos de avaliação em diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem, permitindo acompanhar as evidências de aprendizagens;
- XI- replanejar para garantir as atividades seguintes de acordo com as evidências de aprendizagens de cada aluno;
- XII- traçar caminhos diferentes para grupos de estudantes com o mesmo perfil de aprendizagem a partir de objetivo comum;
- XIII- valorizar e estimular cada tentativa, cada conquista do estudante, favorecendo a todo momento a formação de uma auto estima elevada, responsável, agora e sempre, pela disposição de aprender mesmo não alcançando a aprendizagem esperada;
- XIV- dialogar com o estudante acerca da progressão de seus saberes e, na mesma dimensão traçar caminhos para seguir avançando.

A avaliação formativa é uma prática que estimula a visão panorâmica do ensino e aprendizagem, tendo o estudante e a prática pedagógica do professor como foco deste processo. Esse tipo de avaliação perde o caráter classificatório e deixa de ser apenas o ponto final do processo, e se coloca como um recurso de observação da trajetória do ensino e aprendizagem.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecebe@yahoo.com.br

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



7. MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eixos de Integração Curricular	Campo de Integração Curricular	MATERNAL I, II e III (1, 2 e 3 anos)		Pré I e II (4 e 5 anos)	
		CHS	CHA	CHS	CHA
Eixo 1: Linguagens, identidades e autonomia	1. Linguagem literária: Leitura e contação de história	03	120	03	120
	2. Linguagem matemática: jogos	02	80	02	80
	3. Linguagem corporal: jogos e brincadeiras	02	80	02	80
	4. Linguagem artística	02	80	02	80
Eixo 2: Tempos, espaços e cidadania	5. Ética e cidadania -protagonismo infantil	02	80	02	80
	6. Hábitos Alimentares e saúde	02	80	02	80
	7. Meio ambiente - Educação Ambiental e Sustentabilidade	02	80	02	80
Eixo 3: Desenvolvimento sustentável	Semanal				
	Annual	15	600	15	600
CARGA HORÁRIA TOTAL					

CHS=Carga Horária Semanal CHA=Carga Horária Anual Resolução CNE/CB nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular. Parecer Nº 001, de 12 de janeiro de 2021, do CNE; Resolução Nº 001, de 12 de janeiro de 2021, do CME que implementa o Referencial Curricular Municipal da Educação de Barra da Estiva; Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024, a educação em tempo integral é contemplada na meta seis, que tem por objetivo promover a ampliação do tempo escolar, definindo percentuais a serem atingidos na quantidade de matrículas e no número de escolas que ofereçam a educação básica. O Plano Municipal de Educação de Barra da Estiva (PME), instituído pela Lei nº 003/2014, Portaria MEC nº 1.495 de 02 de agosto de 2023 que dispõe sobre a adesão e a peducação de meios para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO,
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semeche@yahoo.com.br



Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



8. MATRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Eixos de Integração Curricular	Campo de Integração Curricular		ANOS INICIAIS									
			1º		2º		3º		4º		5º	
			CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
Eixo 1: Línguas, identidades e autonomia	Mediação de Língua Portuguesa	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120	
		02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
Eixo 2: Tempos, espaços e cidadania – direitos humanos e saúde	Linguagem artística e cultural	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
		02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
Eixo 3: Desenvolvimento sustentável	Ética e cidadania	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
		02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	Meio ambiente - Educação ambiental e sustentabilidade	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
		15	600	15	600	15	600	15	600	15	600	

CHS=Carga Horária Semanal CHA=Carga Horária Anual Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular. Parecer Nº 001, de 12 de janeiro de 2021, do CME; Resolução nº 001, de 12 de janeiro de 2021, do CME, que implementa o Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva; Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024, a educação em tempo integral é contemplada na meta seis, que tem por objetivo promover a ampliação do tempo escolar, definindo percentuais a serem atingidos na quantidade de matrículas e no número de escolas que oferecem a educação básica. O Plano Municipal de Educação da cidade de Barra da Estiva (PME), instituído pela Lei Nº 003/2014, Portaria MEC Nº 1.495 de 02 de agosto de 2023 que dispõe sobre a adesão e a prestação de meios para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semtec@pbba.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



9. MATRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Eixos de Integração Curricular	Campo de Integração Curricular	ANOS FINAIS											
		6º			7º			8º			9º		
		CHS	CHA	CHB	CHS	CHA	CHB	CHS	CHA	CHB	CHS	CHA	CHB
Eixo 1: Linguagens, Identidades e autonomia e acompanhamento pedagógico	Produção de texto	03	120		03	120	03	120	03	120	03	120	
	Educação financeira e empreendedora	02	80		02	80	02	80	02	80	02	80	
	Linguagem artística e cultural	02	80		02	80	02	80	02	80	02	80	
	Esporte e lazer	02	80		02	80	02	80	02	80	02	80	
Eixo 2: Tempos, Espaços e Cidadania	Projeto de Vida	02	80		02	80	02	80	02	80	02	80	
	Cultura para a paz	02	80		02	80	02	80	02	80	02	80	
Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável	Mídias digitais: Ciência e tecnologia	02	80		02	80	02	80	02	80	02	80	
	TOTAL DA CARGA HORÁRIA												
	SEMANAL ANUAL	15	600		15	600		15	600		15	600	

CHS=Carga Horária Semanal CHA=Carga Horária Anual Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular; Parecer Nº 001, de 12 de janeiro de 2021, do CME; Resolução Nº 001, de 12 de janeiro de 2021, do CME que implementa o Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva; Lei nº 13.200, de 26 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024, a educação em tempo integral é contemplada na meta seis, que tem por objetivo promover a ampliação do tempo escolar, definindo percentuais a serem atingidos na quantidade de matrículas e no número de escolas que oferecerem a educação básica. O Plano Municipal de Educação da cidade de Barra da Estiva (PME), instituído pela Lei Nº 00392014, Portaria MEC Nº 1.495 de 02 de agosto de 2023 que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO,
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semmed@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



10. REFERENCIAS

Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024, lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Portaria MEC Nº 1.495 de 02 de agosto de 2023 que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

<https://educacaointegral.org.br/glossario/educacao-em-tempo-integral/ acesso> em 03 de outubro de 2023.10.10

[Http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/educacao-em-tempo-integral](http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/educacao-em-tempo-integral) em 09 de outubro de 2023.

Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva. Ensino Fundamental. Ed. Infantil. SEMEC, 2021.

Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva. Ensino Fundamental. Anos Iniciais. SEMEC, 2021.

Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva. Ensino Fundamental. Anos Finais. SEMEC, 2021.

Plano Municipal de Educação (PME) da cidade de Barra da Estiva, Lei Municipal Nº 003/2014

37

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba

diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B71FDDBD47F5968B25E67FAF02B7BE7D

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



11.ANEXOS



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável consiste em um plano de ação que orientará os trabalhos da Organização das Nações Unidas e de seus Estados-membros no rumo do desenvolvimento sustentável até 2030. Aprovada em uma cúpula internacional realizada entre 25 e 27 de setembro de 2015, a Agenda foi acordada pelos 193 Estados-membros da ONU e inclui uma Declaração, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e 169 metas. O documento dispõe ainda de uma seção sobre meios de implementação e um mecanismo para avaliação e acompanhamento.

A Agenda 2030 é universal, indivisível e integrada. Ela sintetiza as aspirações e integra as dimensões econômica, social e ambiental. Seu lema central, Ninguém deixado para trás, baseia-se em cinco princípios orientadores: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (5 Ps).

O documento foi discutido na Assembleia Geral da ONU, onde os Estados-membros e a sociedade civil negociaram suas contribuições. A Agenda reflete os novos desafios de desenvolvimento e está ligada ao resultado da Rio+20, a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro. Respeitando seu caráter universal, cabe aos países, de forma soberana, ajustar essas diretrizes e seus mecanismos de implementação ao contexto nacional.

O plano aprimora e amplia o escopo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), aprovados em 2000, que forneceram importante quadro para o desenvolvimento sustentável. O novo documento pretende completar o que eles não terminaram e reflete, em grande parte, os temas centrais que desafiam a qualidade de vida das pessoas e o futuro do planeta.

A Agenda 2030 é, portanto, a mais abrangente referência no período contemporâneo para a mobilização de valores, direcionamento de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis e justiça social e construção de alianças para sua conquista. É também marco para construção de perspectivas de médio e

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semeceba@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

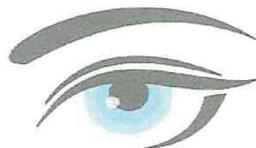


longo prazo, tendo em vista o marco de 2030 e o debate, já em curso, de mais longo prazo.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Direito de sonhar. *“Que sonhar seja um direito de todas as pessoas, um direito humano e o 18º ODS”*
Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) foram estabelecidos em 2015 pela organização das nações unidas (ONU) afim de preencher uma lacuna deixada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) traçados em setembro de 2000 durante a Cúpula do Milênio da ONU, os quais definiam oito metas para serem alcançadas até 2015.



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semeceba@yahoo.com.br



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 007, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Escola Municipal Iracy Silva Cangussu, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Extraordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, do Escola Municipal Iracy Silva Cangussu escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.

Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME

Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.

Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

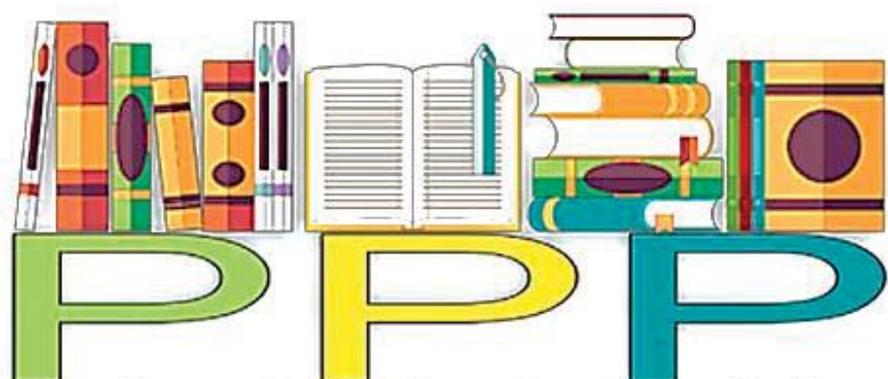


Documento assinado digitalmente
MARIZANE LIMA MARTINS
Data: 18/09/2024 11:20:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



PPP-PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Barra da Estiva - Bahia
2024



Projeto Político Pedagógico

“Não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes!”
Paulo Freire



SUMÁRIO:

1 – INTRODUÇÃO.....	04
2 – IDENTIFICAÇÃO.....	05
2.1 – IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA.....	06
3 – JUSTIFICATIVA.....	08
4 – METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PPP.....	09
5 – OBJETIVOS.....	10
5.1 – GERAL.....	10
5.2 – ESPECIFICOS.....	10
6 – CAPÍTULO I - MARCO LEGAL	12
6.1 – BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP.....	13
7 – CAPÍTULO II - MARCO SITUACIONAL	20
7.1 – HISTÓRICO DA ESCOLA.....	21
7.2 – ESPAÇO FÍSICO.....	21
7.3 – OFERTA DE TURMAS E TURNOS (ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DAS CLASSES)	22
7.4 – OFERTA DE SERVIÇOS, CURSOS, PROGRAMAS E MODALIDADES.....	22
7.5 – CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS, EQUIPE PEDAGÓGICA E DIREÇÃO.....	23
7.6 – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA.....	24
7.7 – PERFIL DA COMUNIDADE LOCAL.....	30
7.8 – MOBILIDADE DE ALUNOS (REPROVAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E EVASÃO).....	31
7.9 – PAIS (PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E NAS AÇÕES DA ESCOLA).....	31
7.10 – QUALIDADE DA APROVAÇÃO DOS ALUNOS NA ESCOLA.....	32
7.11 – HÁ INCLUSÃO PARA TODOS.....	32
7.12 – COMO A CARGA HORÁRIA E ATIVIDADE COMPLEMENTAR DO(A) PROFESSOR(A) É ORGANIZADA E DESENVOLVIDA NA ESCOLA.....	32
7.13 – FALTAS DOS FUNCIONÁRIOS.....	33
7.14 – EXPECTATIVAS (PAIS, ALUNOS E COMUNIDADE).....	33
7.15 – FORMAÇÃO CONTINUADA.....	34
7.16 – QUE MUDANÇAS OCORRERAM NA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	34

8 – CAPÍTULO III- MARCO CONCEITUAL.....	35
8.1 – PRINCÍPIOS.....	36
8.2 – MISSÃO.....	36
8.3 – VALORES.....	37
8.4 – AS TEORIAS DA APRENDIZAGEM.....	37
8.5 – MODALIDADES DE ENSINO.....	38
8.6 – AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	44
8.7 – CURRÍCULO.....	48
8.8 – GRADE CURRICULAR.....	54
9 – CAPÍTULO III - MARCO OPERACIONAL.....	56
9.1 – CALENDÁRIO	57
9.2 – A ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS E A CARGA HORÁRIA E ATIVIDADE COMPLEMENTAR DO(A) PROFESSOR(A).....	57
9.3 – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	59
9.4 – ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE	60
9.5 – RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS.....	60
9.6 – PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR	62
9.7 – AÇÕES PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES A PARTIR DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS	63
9.8 – AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS/CONSELHO DE CLASSE.....	64
9.9 – PROPOSTA DE TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS FINAIS.....	66
9.10 – PROJETOS E EVENTOS DA ESCOLA.....	70
9.11 – PLANO DE AÇÃO.....	71
9.12 – ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA	71
10 – BIBLIOGRAFIA	73
11. ANEXOS:.....	75

1 – INTRODUÇÃO:

O presente instrumento trata-se do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Iracy Silva Cangussu, o qual fortalece a identidade da escola, esclarece sua organização, traz as concepções, os marcos conceituais, as estratégias e metodologias de ensino e de avaliação que deverão nortear a prática docente e define objetivos para a aprendizagem dos alunos e, principalmente, estabelece estratégias e ações para que a escola consiga atingí-los.

Este documento foi construído democraticamente pela Diretora, Coordenadora, Professores, Funcionários, Pais, Alunos e Membros do Comitê Escolar do PPP, de forma participativa, clara, dialogada com decisões coletivas e sistematizadas de acordo com a legislação vigente e o currículo adotado pela escola, objetivando registrar os meios necessários para efetivar uma educação que contemple as exigências da sociedade em constantes transformações como a atual, o que prima pela formação para e pela cidadania.

Através deste documento serão apresentados e devidamente registrados, todos os pressupostos, as finalidades educativas e as diretrizes gerais da proposta pedagógica desta Unidade Escolar de acordo com a realidade da Comunidade em que a mesma está inserida, o que garantirá a esta Instituição, a identidade que pretendemos consolidar em nossa prática pedagógica.

Na verdade, o Projeto Político Pedagógico foi visto com ações plenamente identificáveis, para se atingir os objetivos pré-estabelecidos. É a projeção do desejo de criatividade, qualidade e integração das coisas, das pessoas com toda a experiência e prontas para uma grande realização.

Eis o grande desafio deste Projeto: a educação de uma comunidade heterogênea que busca a escola como meio de ascensão social e cultural.

Enfim, esse documento de construção coletiva funcionará como um elemento norteador de nossa prática pedagógica. Porém, ressaltamos que esse documento não configura em algo pronto e acabado, mas sim constantemente avaliado e reconstruído pautando-se no diálogo.

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



5

2 – IDENTIFICAÇÃO:

Escola Municipal Iracy Silva Cangussu.

Código: 29462240

Endereço: Avenida São Bento S/nº - Centro.

Município: Barra da Estiva

Estado: Bahia

CEP: 46.650-000

Localização: Zona Urbana.

Telefone Celular: (77) 99938-3967.

Email: iracy.cangussu@hotmail.com

Horário de Funcionamento: 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Entidade mantenedora: Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação de Barra da Estiva.

2.1 – IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA:

Diretora:

- Lucimar Oliveira Silva Cordeiro

Coordenadora:

- Ivonilde Caires dos Santos Elva

Auxiliares Administrativos:

- Antônia de Novais Ribeiro – Merendeira;
- Aparecida Santana Sizílio – Cuidadora;
- Daiane Arcelino dos Santos – Cuidadora;
- Emilly Aguiar Pereira – Cuidadora;
- Helena Lima Rocha – Cuidadora;
- Jacileide Pires Gomes – Merendeira;
- Jéssica Aguiar Siles – Secretária;
- Josiane Caires Rodrigues Câmara – Auxiliar de limpeza;
- Kátia Silva Souza – Cuidadora;
- Maria Isabel Bispo Souza – Auxiliar de limpeza;
- Maura Silva Freitas – Auxiliar de limpeza;
- Mirian Guimarães Câmara – Cuidadora;
- Pedrina da Paixão Silva – Auxiliar de limpeza; e
- Uelton dos Santos Novais – Porteiro.

Professores:

- Adriana Santos Teixeira Oliveira;
- Andreza Correia Moura;
- Celimar Nascimento Ribeiro Silva;
- Dable Oliveira Araújo Dutra;
- Daldemar Alves Ferreira;
- Josenilda Luzia da Silva Santos;
- Juciene Almeida de Moraes;
- Lucileide Ribeiro Alves Ferreira;
- Magna Aparecida de Souza Ribeiro; e
- Tiara Silva Santos.

EQUIPE DO COMITÊ ESCOLAR DO PPP:

- Lucimar Oliveira Silva Cordeiro - Diretora;
- Suzana de Oliveira Souza - Pais/responsável;
- Diene Aparecida Novais de Araújo - Pais/responsável;
- Ivonilde C. dos Santos Elva - Coordenadora;
- Jessica Aguiar Siles - Pais/responsável;
- Celimar Nascimento Ribeiro Silva - Professor; e
- Maria Lúcia Sena Ribeiro Rocha - Demais Funcionários.

CONSELHO ESCOLAR - 2021/2024:

Secretária do Conselho Escolar: Jéssica Aguiar Siles

Conselheiros Titulares:

Daldemar Alves Ferreira,
Ivonilde Caires dos Santos Elva,
Lucileide Ribeiro Alves Ferreira,
Andreza Correia Moura,
Diene Aparecida Novais de Araújo,
Jaqueline Souza Soares,
Jéssica Aguiar Siles e
Noelma Pereira de Souza.

Conselheiros Suplentes:

Celimar Nascimento Ribeiro Silva.
Magna Aparecida Souza Ribeiro
Francimária Santos Brito e
Maciel Silva Oliveira.

Membro Nato: Lucimar Oliveira Silva Cordeiro

3 – JUSTIFICATIVA:

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) justifica-se em termos legais pelo cumprimento do Artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996 e em termos pedagógicos pela necessidade da construção de uma identidade institucional.

Ligada à rede municipal e em funcionamento desde 11 de novembro de 2013, a Escola Municipal Iracy Silva Cangussu já traz marcas institucionais que lhe precedem e apresenta uma cultura escolar já construída cotidianamente que independe do planejamento que aqui se propõe. O próprio cotidiano suscita questões cujas respostas se perdem ao sabor das tarefas rotineiras, por vezes “deixando para trás” o que daria melhor sentido as práticas pedagógicas que alicerçam a Escola Municipal Iracy Silva Cangussu.

Sendo assim o Projeto Político Pedagógico (PPP) faz-se essencial na medida em que se propõe a responder questões de autoconhecimento e autoavaliação institucional que estão postas ao momento presente e questões que envolvem a sistematização de políticas consistentes para seu futuro. São inúmeras reflexões que podemos resumir em: Onde estamos? Para onde vamos? E o que faremos para chegar lá?

Por fim, mas não menos importante, devemos deixar claro a vinculação deste documento ao Sistema Municipal de Educação e destacamos a importância de refletirmos a respeito de nosso papel na busca de objetivos maiores da Escola Municipal Iracy Silva Cangussu.

4 – METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PPP:

Este documento foi construído democraticamente envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar de forma participativa, clara, dialogada com decisões coletivas, utilizando como instrumento diagnóstico a Avaliação Institucional, a qual ocorreu com as seguintes etapas:

- Entrevista com Alunos;
- Entrevista com Pais e/ou Representantes dos alunos;
- Entrevista com Auxiliares Administrativos;
- Entrevista com Professores;
- Estudo do Diagnóstico da Avaliação Institucional;
- Divisão de grupos de trabalho para organização das informações e coletas de dados; e
- Apreciação e aprovação deste documento por toda comunidade escolar.

5 – OBJETIVOS:

A Escola Municipal Iracy Silva Cangussu visa a transformação dos educandos nos aspectos físico, intelectual, psicossocial e moral, com a finalidade de prepará-los para a continuidade da vida escolar e torná-los consciente de sua importância como ser humano, isto porque a Constituição Federal diz que a educação é dever da família e do Estado devendo ser pautada em princípios de liberdade, solidariedade, desenvolvimento e preparo do educando para a cidadania e trabalho, segundo o que também esta em acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica e a LDB 9394/96 quando propõe que as unidades escolares, sejam capazes de garantir a autonomia escolar e os direitos da comunidade.

Portanto, objetivamos:

5.1 – GERAL:

- Oportunizar ao educando situações de construção do conhecimento promovendo o seu crescimento pessoal, social de forma consciente, solidário, responsável, participativo e crítico, visando a sua integração e atuação no meio sociocultural.

5.2 – ESPECIFICOS:

- Promover a formação do indivíduo enquanto sujeito questionador, reflexivo e autônomo;
- Inovar as práticas pedagógicas para a formação de um educando que contemple as necessidades da Sociedade atual;
- Integrar aos conteúdos curriculares, o ensino de valores éticos e morais na busca da educação para a cidadania;
- Proporcionar a formação de educandos politizados e conscientes de seu compromisso com a sociedade;



- Refletir criticamente sobre os resultados das avaliações externas e manifestar-se a respeito dessas formas de avaliação;
- Trabalhar o currículo para a garantia do acesso, permanência e superação das reprovações e abandono escolar;
- Fortalecer vínculos de família, laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca que se assenta a vida social;
- Realização de estudo do meio para possibilitar aos nossos alunos, conhecimentos de espaços culturais e a diversificação de fontes para cultura geral; e
- Estudar a história e cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais.

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

6 – Capítulo I MARCO LEGAL

6.1 – BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP:

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Iracy Silva Cangussu faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso a exigência da participação de todos no seu processo de elaboração.

As bases legais para a criação e vivência do PPP dentro desta proposta se encontram em várias leis, como: Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, apresenta a gestão democrática da escola como um dos princípios constitucionais.

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI Fundamenta a responsabilidade de reflexão e expressão sobre a intencionalidade educativa da escola. Estabelece como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Artigo 12 “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

Artigo 13 “Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.”

Artigo 14 “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências - Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Resolução CNE/ CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica - Artigo 42 “São elementos constitutivos para a operacionalização destas diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.”

Artigo 43 “O projeto político-pedagógico, Inter dependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.”

§ 1º “A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.”

§ 2º “Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal –, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.”

§ 3º “A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumida, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.”

Artigo 44 “O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

- I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;
- II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimento-cultura-professor-estudante e instituição escolar;

IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII - o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX - as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da educação básica), incluindo dados referentes ao Ideb e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X - a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional”.

Resolução CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos - Artigo 20 “As escolas deverão formular o projeto político pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

§ 1º “O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.”

§ 4º “O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.”

§ 5º “Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016 - Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências –

Meta 8, Estratégia 8.11 “Estimular a oferta de componentes curriculares que tratem do ensino e da aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação em licenciatura.”

Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta a profissionais da educação, a estudantes e aos seus familiares para a formulação dos projetos político-pedagógicos, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais e mães na avaliação do funcionamento da escola e no cumprimento do seu papel na formação das crianças e jovens.”

Resolução CEE nº 60, de 5 de junho de 2007 - Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

Artigo 3º “As Unidades de Ensino deverão elaborar ou reformular seus projetos pedagógicos, para efeito de implantação do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, definindo, quando for o caso, os procedimentos indispensáveis à gradual transição do regime de 8 (oito) anos para o novo regime, de que trata esta Resolução.”

Artigo 5º “As unidades escolares, no prazo mínimo de 120 dias antes da implantação do novo regime de que trata esta Resolução, deverão submeter à aprovação do órgão

competente do sistema de ensino o seu regimento escolar e seu projeto pedagógico, de que é parte a proposta curricular.”

Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019 - Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino na educação básica do Estado da Bahia e dá outras providências.

Artigo 12 “Os projetos pedagógicos correlatos à pré-escola devem realçar os modos de proceder na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, como marca do reconhecimento da formação da criança em ambiências de cuidado e de experiências organizadas para educá-la.”

Artigo 13 “No que tange ao ensino fundamental, as instituições escolares, com assentimento de seus sistemas e redes de ensino, devem organizar seus projetos pedagógicos com os currículos estruturados pelas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.” Parágrafo Único “Os projetos pedagógicos deverão apresentar as respectivas competências e habilidades para as áreas correspondentes, devidamente organizadas para os períodos de aula implícitos na divisão do ano letivo em unidades de ensino.”

Artigo 19 “As propostas pedagógicas das instituições escolares dos anos finais do ensino fundamental devem apresentar o delineamento do projeto de vida dos estudantes, seja com o vínculo prospectivo em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no ensino médio.”

Portaria nº 904/2019 - Homologa o Parecer CEE/CP nº 196/2019, do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, que autoriza a implementação do Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB).

Artigo 4º “Os municípios que não possuem sistema próprio de ensino e as instituições de ensino devem proceder às adequações e atualizações necessárias, nos seus projetos político-pedagógicos (PPP), regimentos e currículos escolares, de acordo com o

Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e com as normativas do CEE/BA.”

Artigo 5º “O DCRB será operacionalizado nas unidades da rede estadual de ensino com as diretrizes emanadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia norteando os projetos político pedagógicos (PPP) (re)elaborados pelas unidades escolares”. “As instituições de ensino públicas e privadas que ofertam educação infantil e ensino fundamental devem reformular seus projetos político-pedagógicos, de forma a garantir todos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de competências e habilidades instituídos no DCRB.”

Resolução do CME nº 003, de 29 de dezembro de 2010: Fixa normas para funcionamento das instituições de Educação Infantil, integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva.

- **Ato de Implantação e Funcionamento do Ensino Fundamental de 9 anos no Sistema Municipal de Ensino:** Resolução CME nº 002, 14 de dezembro de 2010.

- **Ato da Organização da Grade Curricular do Ensino Fundamental de 8 (oito) e 9 (nove) anos, da Rede Pública Municipal de Ensino:** Resolução CME nº 003, 14 de dezembro de 2010.

- **Ato de Elaboração e Aprovação do Regimento Escolar das Instituições de Educação Básica:** Resolução CME nº 004, 29 de dezembro de 2010.

- **Ato de Elaboração e Aprovação do Regimento Escolar desta Instituição:** Resolução CME nº 001, 16 de março de 2017.

- **Ato de Autorização de Funcionamento de Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino:** Resolução CME nº 007, 29 de dezembro de 2010.

- **Ato de Denominação do Estabelecimento:** Lei Municipal nº 025, de 11 de novembro de 2013.

- **Ato Administrativo de Aprovação do Conselho Escolar:** Portaria Nº 001, DE 18 DE outubro DE 2021.

- **Lei Municipal nº 010/2011** que dispõe sobre a regularização da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Barra da Estiva, Estado da Bahia e da outras providências.

- **Portaria Municipal nº 021**, de 31 de outubro de 2018, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino em Três unidades de ensino, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 006, de 17 de fevereiro de 2017**, que dá nova redação ao § 2º do Art. 45 e o Art. 77 da Lei Municipal nº 015/2009, de 14 de julho de 2009, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargo e Carreira da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva, e dá outras providências.

- **Resolução nº 002, de 04 de maio de 2021**, que dispõe Sobre a Matriz Curricular da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA, e dá Outras Providências correlatas.

- **Resolução do CME nº 001, de 13 de março de 2024:** que dispõe sobre as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação institucional nas Unidades escolares do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva, Ba, e da outras providências correlatas.



7 – Capítulo II

MARCO SITUACIONAL

7.1 – Histórico da Escola:

A Escola Municipal Iracy Silva Cangussu foi criada em 11 de novembro de 2013, sob a Lei Municipal nº 025/2013, publicada no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Barra da Estiva, na edição nº 670, de 11 de novembro de 2013, na gestão do prefeito Adriano Carlos Dias Pires. A escola localizava-se na Avenida São Bento, s/nº, Centro, Barra da Estiva – BA. Foi criada para a oferta da educação básica.

Inicialmente o prédio era de alvenaria com 4 salas de aulas, 3 banheiros e 1 cantina. Recebeu ampliações em 2014, na administração do prefeito Adriano Carlos Dias Pires com a construção de 2 salas de aula, 1 banheiro, 1 cozinha e 1 diretoria. Em 2019, na gestão do prefeito João Machado Ribeiro a escola teve melhorias no pátio e na pintura do prédio escolar.

7.2 – Espaço Físico:

A Unidade Escolar é um imóvel cedido pelo governo estadual ao município de Barra da Estiva e possui uma área total de 1.745 m² (um mil e setecentos e quarenta e cinco metros quadrados). A área construída da escola possui 531 m² (quinhentos e trinta e um metros quadrados).

As salas de aulas possuem as seguintes dimensões: sala do 1º ano – 33,87 m²; sala do 2º ano – 34,28 m²; sala do 3º ano – 60,91 m²; sala do 4º ano – 76,00 m²; e sala do 5º ano – 53,92 m². Os banheiros possuem as seguintes áreas: masculino – banheiro 1: 1,50m²; e banheiro 2: 1,48 m²; feminino: 2,52 m²; funcionários: 2.56 m². Outras áreas da escola: diretoria medindo 21,25 m²; sala de apoio com dimensão de 38,62 m²; cantina com 33,15 m², o pátio interno mede 100,62 m²; área livre para recreação mede 690,91 m²; área do bebedouro com 17,89 m²; área de circulação com medidas de 13,92 m², 11,19 m² e 4,07 m²; almoxarifado com 7,57m²; área do setor de limpeza com 2,92 m²; e a área de parque de diversão com 99,96 m².

Os espaços físicos não possuem acessibilidade e a infraestrutura existente está inadequada para o funcionamento da escola, necessitando de melhorias em todos os espaços físicos. Além de ampliação do espaço escolar, a escola necessita de reforma de todo o espaço escolar e a implantação de uma sala para secretaria, uma sala de

coordenação, uma sala de direção, uma quadra poliesportiva coberta, banheiros acessíveis, um refeitório e uma sala de informática.

7.3 – Oferta de turmas e turnos (organização pedagógica das classes):

A escola organiza o seu curso em regime anual. É ofertada a primeira etapa do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, com atendimento das cinco séries anuais (1º ao 5º ano), oferecidas no turno diurno (matutino e vespertino).

Sendo observadas as seguintes condições:

- As classes desta Unidade de Ensino serão organizadas de acordo com o ciclo e/ou ano cursadas pelos alunos, adotando-se como regra o agrupamento heterogêneo.

- As classes serão distribuídas, respeitando as condições físicas de cada sala, conforme legislação específica, sendo:

- 25 (vinte e cinco) alunos por professor, nos (três) primeiros anos do ensino fundamental I; e
- 28 (vinte e oito) alunos por professor, nos (dois) últimos anos do ensino fundamental I.

Em casos especiais e a critério da portaria de matrícula, o Diretor desta Unidade Escolar manterá classe(s) com número inferior ou superior aos limites estabelecidos por Lei ou Portaria de Matrícula.

7.4 – Oferta de serviços, cursos, programas e modalidades:

A escola oferta a modalidade dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como também a Educação Inclusiva e os Temas Integradores.

Isto em acordo com o **REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA** que diz:

... ficou clara a necessidade de ampliar os conhecimentos das crianças no que se referem às relações étnico-raciais, no nosso município, por exemplo acolhendo e inserindo as comunidades quilombolas. O respeito e cidadania no Projeto de vida, Cultura digital, Educação financeira, entre outros, mostra a importância dos Temas Integradores se tornarem atuantes na vida das pessoas, tendo sim que serem trabalhados desde a infância. Como bem diz o texto de John Dewey: o papel da escola é ensinar a criança a viver no

mundo. É apresentar o mundo de um modo simplificado e organizado e, aos poucos conduzir as crianças ao sentido e a compreensão das coisas mais complexas. A escola precisa construir um espaço promotor de afetos, curiosidades, criatividade e sonhos, produção e fruição de arte, de cultura e da ciência, inovação, solidariedade, saúde, autonomia, cidadania, acolhimento, inclusão e felicidade, cumprindo assim seu papel de formar cidadãos íntegros e integrados, livres, criativos, críticos autônomos e responsáveis. (REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA, BAHIA, 2020)

7.5 – Caracterização dos professores, funcionários, equipe pedagógica e direção:

A equipe escolar é organizada de 3 (três) membros da equipe gestora (diretor(a), coordenador(a) pedagógico(a) e secretário(a) escolar. Os membros possuem nível de pós-graduação em Educação, exceto a secretária escolar que possui ensino médio completo.

O corpo docente é formado por 10 (dez) professores, sendo 7 (sete) professores efetivos e/ou concursados e 3 (três) professores contratados pelo REDA – Regime Especial de Direito Administrativo. Todos os professores possuem nível de pós-graduação em Educação.

A equipe de apoio e administrativo é constituída de 9 (nove) servidores, sendo 3 (três) servidores efetivos e/ou concursados e 6 (seis) servidores de contratos temporários.

Equipe	Fund. Incom.	Fund. Comp.	Ensino Médio Incom.	Ensino Médio Com.	Ensino Superior	Pós-Graduação	Total dos Servidores
Equipe Gestora				1		2	3
Professores						10	10
Merendeira	2						2
Aux. Limpeza	2	2					4
Porteiro			1				1
Cuidadora				5	1		6
TOTAL	4	2	1	6	1	12	26

7.6 – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

A Direção será exercida pelo(a) diretor(a) eleito(a) e sua equipe gestora.

- A equipe gestora obedecerá à modulação desta Unidade de Ensino, aprovada pela Secretaria Municipal da Educação.
- A indicação do(a) diretor(a) desta Unidade de Ensino, bem como o provimento de sua função far-se-á por meio de eleição direta pela comunidade escolar, por voto secreto, sendo vedado o voto por representação.
- A direção será exercida por um(a) servidor(a) que possua 2 (dois) anos na condição de concursado, e está lotado/em exercício nesta Unidade de Ensino, ocupante do cargo de professor(a) e ser portador de graduação em pedagogia ou pós-graduação, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

São atribuições do diretor:

- autorizar a abertura e o encerramento da matrícula;
- convocar reuniões dos órgãos auxiliares constituídos nesta Unidade Escolar;
- pôr em execução o calendário escolar, homologado pela Secretaria Municipal da Educação e a ele adaptado, o planejamento geral desta Unidade escolar;
- promover uma política educacional que implique no perfeito entrosamento entre os corpos docente, discente, técnico-pedagógico e técnico- administrativo da escola;
- distribuir no âmbito de sua competência, atribuições aos diversos setores da Escola para seu bom funcionamento;
- cumprir e fazer cumprir o Regimento Escolar;
- coordenar o planejamento das atividades administrativas;
- proceder à programação e distribuição da carga horária curricular;
- emitir folhas de frequência dos funcionários desta Unidade Escolar;
- examinar e aprovar, com os demais órgãos, relatórios apresentados pelos setores estruturais desta Unidade Escolar;
- remanejar o funcionário, segundo conveniência do serviço Pessoal de Apoio, respeitando as situações legais, como também os professores, tanto quanto ao remanejamento de sala como de ano/série;
- coordenar a implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola, assegurando sua unidade e o cumprimento do currículo;

- coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnicos administrativos financeiros desenvolvidos na Escola;
- administrar, controlar e avaliar o pessoal e os recursos materiais e financeiros;
- fazer cumprir integralmente os horários de Atividades Complementares – AC nesta Unidade Escolar;
- legalizar, regularizar e dar autenticidade à vida escolar dos alunos;
- exercitar permanentemente a gestão participativa nesta Unidade de Ensino;
- articular e integrar a escola com a família e a comunidade;
- informar aos pais ou responsáveis do aluno sobre a execução da proposta pedagógica escolar, bem como frequência e rendimento escolar;
- adotar medidas para prevenir a evasão escolar;
- comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maltrato envolvendo alunos;
- comunicar ao programa Busca Ativa e/ou programas congêneres e afins os casos de evasão escolar e de reiteradas faltas, antes que estas atinjam o limite de 25% das aulas previstas e dadas;
- divulgar junto à comunidade os resultados educacionais desta Unidade Escolar;
- zelar pelo patrimônio físico e material desta Unidade Escolar;
- Orientar e administrar o setor financeiro desta Unidade Escolar, juntamente com o Caixa Escolar;
- adotar decisões de emergência em casos não previstos neste Regimento, ouvido o Conselho Escolar, dando ciência, posteriormente, às autoridades superiores;
- aplicar penalidades disciplinares aos professores, funcionários e alunos do estabelecimento, conforme a legislação e segundo as disposições deste regimento;
- baixar portarias e editais e expedir outros documentos administrativos;
- analisar, conferir e assinar o inventário anual dos bens patrimoniais e do estoque do material de consumo, assim como realizando o registro em ata;
- participar das reuniões dos conselhos constituídos nesta Unidade Escolar;
- presidir reuniões dos órgãos auxiliares constituídos nesta Unidade Escolar, exceto o Conselho Escolar;
- representar institucionalmente esta Unidade Escolar junto às instâncias do sistema e fora do sistema, responsabilizando-se pelo seu cumprimento; e
- cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

A **Secretaria Escolar** está subordinada à direção, sendo o setor encarregado do serviço de escrituração escolar, de pessoal, de arquivo, de fichário, de preparação de correspondências do estabelecimento e outras atividades correlatas.

O cargo de secretária escolar será exercido por um(a) servidor(a) designado(a) pela Secretaria Municipal da Educação desse Município.

São atribuições do secretário escolar:

- responsabilizar-se pela secretaria, assessorada pela direção da escola;
- preencher os formulários de matrícula e quando necessário assinar os respectivos documentos;
- organizar o arquivo, de modo a preservar os documentos escolares e atender prontamente pedidos de informações e ou esclarecimentos da parte interessada;
- cumprir e fazer cumprir os despachos e as determinações da direção da escola;
- superintender e fiscalizar os serviços da Secretaria, fazendo a distribuição equitativa das tarefas entre seus auxiliares;
- redigir e fazer expedir, após assinatura da direção da escola, toda a correspondência oficial;
- manter atualizadas as cópias da legislação em vigor;
- redigir e subscrever os editais de chamada para a verificação, matrícula, penalidades e demais avisos publicados por ordem da direção da escola;
- articular-se com os órgãos técnico-pedagógicos para que, nos prazos previstos, sejam fornecidos todos os resultados escolares dos alunos, referentes às programações regulares e especiais da Unidade Escolar;
- manter atualizadas as pastas individuais dos alunos quanto à documentação exigida e o permanente armazenamento de dados;
- participar do planejamento geral da Unidade Escolar e demais reuniões com vistas ao registro da escrituração escolar e arquivo;
- executar outras tarefas delegadas pela direção da Unidade Escolar;
- evitar o manuseio por pessoas estranhas ao serviço, bem como a retirada de pastas, livros, diários de classe e registros de qualquer natureza, do âmbito da Unidade Escolar, salvo quando oficialmente requeridos por órgãos autorizados; e
- lavrar atas das reuniões ministradas pela Unidade Escolar.

Os **Serviços Auxiliares** estão vinculados à Direção e são responsáveis pela execução de tarefas de natureza burocrática, de manutenção e conservação do patrimônio, da segurança e do funcionamento da Escola.

Fazem parte dos serviços auxiliares:

I – Limpeza e Conservação;

II – Serviço de merenda; e

III – Portarias.

O asseio das instalações, dos móveis da Unidade Escolar e sua conservação cabem aos funcionários contratados e designados para este serviço, a quem compete:

- Manter sob sua responsabilidade as chaves da Escola e de todas as dependências;
- Zelar pela conservação e asseio, das instalações, dos móveis e utensílios da Escola;
- Requisitar material de limpeza e controlar o seu consumo; e
- Executar outras tarefas relacionadas com a sua área de atuação, determinadas pela Direção.

Ao **Porteiro** compete o controle da movimentação de alunos, entrada e saída de estranhos na Unidade Escolar e recebimento de correspondências, cujas atribuições são:

- Proceder a abertura e fechamento do prédio, no horário regulamentar, fixado pela Direção;
- Manter sob sua guarda as chaves da Unidade Escolar e de todas as suas dependências;
- Controlar a entrada e saída dos alunos da Unidade Escolar, conforme determinação da Direção;
- Encaminhar à Direção toda correspondência recebida; e
- Executar outras tarefas relacionadas com a sua área de atuação, determinadas pela Direção.

A **Coordenação Pedagógica** é um processo dinamizador do crescimento pessoal e profissional dos educadores, e cujas funções são de assessorar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de caráter técnico-pedagógico do processo ensino aprendizagem.

O número de Coordenadores está vinculado, respectivamente, ao número de classes e de professores de acordo com ato oficial.

Para o exercício da Coordenação Pedagógica exige-se a Graduação de Nível Superior em Pedagogia, ou Pós-Graduação, garantida a base comum nacional.

São atribuições do Coordenador Pedagógico:

- apresentar à Direção da Escola a estrutura e normas de funcionamento do Serviço de Coordenação Pedagógica, integrando-o ao processo ensino-aprendizagem;
- coordenar o planejamento e execução das ações pedagógicas nesta Unidade Escolar juntamente com a equipe do órgão competente da SEMEC;
- elaborar anualmente o plano de ação, discutindo-o com os professores e Direção da Unidade Escolar;
- acompanhar o processo de implantação de diretrizes da Secretaria de Educação relativos à Avaliação da aprendizagem e aos Currículos, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando necessário;
- reunir-se semanalmente, com o Corpo Docente, para acompanhamento das atividades pedagógicas;
- acompanhar e avaliar o Projeto Político Pedagógico (PPP) nesta Unidade Escolar;
- coordenar e acompanhar as atividades dos horários da AC (Atividade Complementar) nesta Unidade Escolar;
- promover aperfeiçoamento técnico-pedagógico do Corpo Docente, através de palestras, conferências, simpósios e seminários;
- coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção de desvios no planejamento pedagógico;
- apresentar o relatório anual das atividades do Setor Pedagógico, ao Diretor da escola, em época determinada, divulgando-o aos Conselhos existentes na Unidade Escolar;
- conceber, estimular e implantar inovações pedagógicas, divulgando as experiências de sucesso e promovendo intercâmbio entre Unidades Escolares;
- promover ações que otimizem as relações interpessoais na comunidade escolar;
- divulgar e analisar, junto à comunidade escolar, documentos e projetos do órgão central, buscando implementá-lo nesta Unidade Escolar, atendendo às peculiaridades regionais;
- promover ações que estimulem a utilização de espaços físicos nesta Unidade Escolar, bem como o uso de recursos disponíveis para a melhoria e qualidade do ensino como:
 - a) sala de apoio; e
 - b) cantinho da leitura.
- coordenar a utilização plena de recursos digitais pelos professores;

- identificar, orientar e encaminhar alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado;
- promover e incentivar a realização de palestras, encontros e similares, com grupo de alunos e professores sobre temas relevantes para a educação preventiva e integral sobre cidadania;
- organizar e coordenar a implantação do Conselho de Classe numa perspectiva inovadora de instância avaliativa do desempenho dos alunos;
- promover ações que contribuam para o efetivo funcionamento do Conselho Escolar, participando ativamente da sua implantação e/ou implementação, através de um trabalho coletivo e partilhado em articulação com a Direção;
- promover reuniões e encontros com os pais, visando à integração escola / família para a promoção do sucesso escolar dos alunos;
- estimular e apoiar a criação de Associação de Pais e Mestres desta UME, órgãos de ação participativa que contribuam para o desenvolvimento e a qualidade da educação, reforçando as metas educacionais, consolidando o processo de autonomia da UME;
- garantir os meios para a recuperação da aprendizagem dos alunos; e
- atender aos pais que não comparecer nos dias das reuniões, e nos casos extremos, encaminhá-los à direção.
- fornecer subsídios teórico-práticos aos educandos, visando o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem;
- selecionar temas de pesquisas existentes, cujos resultados possam fornecer subsídios para o desenvolvimento ensino-aprendizagem;
- refletir, orientar, acompanhar e avaliar juntamente com o Conselho Docente a programação dos componentes de estudo e atividades, promovendo integração horizontal e vertical;
- participar do planejamento geral da Unidade Escolar, em todas as etapas: elaboração, execução e avaliação;
- elaborar, junto com o Conselho Escolar, (se a escola tiver) o diagnóstico da realidade da unidade Escolar, nos aspectos socioeconômico, culturais, visando à adequação e/ou elaboração do currículo pleno;
- acompanhar e avaliar a educação do currículo pleno da Unidade Escolar;

- coordenar a elaboração, avaliação e/ou replanejamento de planos de curso da Unidade Escolar e de Recuperação, com vistas a adequar objetivos, conteúdos e metodologia às características e necessidades do alunado;
- atuar na organização e execução do Conselho de Classe, para identificar causas que interferem no processo ensino-aprendizagem, buscando alternativas de solução;
- participar junto ao Corpo Técnico-Administrativo e Docente das reuniões de Pais e Mestres;
- divulgar e estimular a participação dos componentes dos diversos segmentos da Unidade Escolar em seminários, encontros, cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento, dentro ou fora da Unidade Escolar;
- estimular a integração escolar, família e comunidade, envolvendo-as em atividades de ordem educativa e cultural, facilitando o intercâmbio de informações, experiências e serviços entre estas instituições;
- estabelecer junto ao Conselho Docente, medidas que favoreçam o ajuste às normas vigentes, ao sistema de avaliação da aprendizagem, às necessidades do alunado;
- acompanhar e avaliar com os professores, o nível de desempenho das turmas, com vistas à identificação de aspectos a serem mais trabalhados;
- levantar e analisar com o Corpo Técnico-Administrativo e Pedagógico os índices de evasão e repetência, tendo em vista a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- elaborar e/ou participar da implantação de projetos especiais de caráter técnico-pedagógico na Unidade Escolar;
- organizar e manter no seu arquivo, informações sobre o processo ensino-aprendizagem dos alunos, visando à melhoria do seu desempenho; e
- acompanhar os alunos, encaminhando-os a outro (s) especialista (s) aqueles que necessitem de atendimento específico.

7.7 – Perfil da comunidade local:

As famílias residem em sua maioria nos bairros Rua Nova, Cidade Nova, Salgadeira, das Nações e Centro, bairros mais próximos da Escola. Entretanto, também atendemos famílias da zona rural, que dependem do benefício do programa nacional do transporte escolar para se transportarem diariamente à escola.

7.8 – Mobilidade de alunos (reprovação, transferência e evasão):

Os dados abaixo apresentam informações sobre a reprovação, transferência e evasão dos alunos ao longo dos últimos 5 (cinco) anos:

Ano	Matrículas	Reprovado		Transferido		Evasão	
		Taxa (%)		Taxa (%)		Taxa (%)	
2017	235	31	13,19	9	3,83	5	2,13
2018	229	22	9,61	7	3,06	5	2,18
2019	247	11	4,45	11	4,45	4	1,62
2020	254	0	0,00	9	3,54	0	0,00
2021	253	0	0,00	2	0,79	0	0,00

Fonte: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/rest/matricula-situacao-informada/matricula-stc-infmd.pdf>. Acesso em 17/09/2022.

De acordo a tabela a reprovação em 2017 foi bem elevada, porém em 2019 essa taxa caiu significativamente, o que representou uma mudança no índice da escola. Nos anos de 2020 e 2021 não ocorreram reprovações devido ao período de pandemia do covid-19.

Em relação às transferências dos alunos a taxa de alunos transferidos em 2021 diminuiu expressivamente em relação ao ano observado de 2017.

Quanto à evasão escolar em 2019 a taxa caiu em relação aos anos anteriores de 2018 e 2017. Entretanto, nos anos de 2020 e 2021 não ocorreram evasões, em razões das mudanças nas práticas pedagógicas.

7.9 – Pais (participação em reuniões e nas ações da escola):

A escola vem atuando crescentemente para fortalecer e aumentar a frequência dos pais e/ou responsáveis de alunos e comunidade no acesso das reuniões e das ações da escola, informando-os do caráter democrático da escola pública e da importância do exercício da democracia em nossa unidade escolar.

7.10 – Qualidade da aprovação dos alunos na escola:

Os dados abaixo demonstram o nível de aprovação ao longo dos últimos 5 (cinco) anos:

Ano	Matrículas	Aprovação	Taxa de Aprovação (%)
2017	235	190	80,85
2018	229	195	85,15
2019	247	221	89,47
2020	254	245	96,46
2021	253	251	99,21

Fonte: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/rest/matricula-situacao-informada/matricula-stc-infmd.pdf>. Acesso em 17/09/2022.

Ao analisar os dados da aprovação dos alunos percebe-se que a taxa de aprovação vem aumentando desde o ano de 2017. Nos anos de 2020 e 2021 a taxa de aprovação foi elevada devido ao período da pandemia do Covid-19.

7.11 – Há inclusão para todos:

A inclusão na escola acontece para todos desde que a família e/ou responsável legal busca fazer a matrícula na escola. Apesar da escola não está acessível para todos os alunos, mas as adaptações vêm ocorrendo dentro das possibilidades do que a escola pode propor para o aluno.

7.12 – Como a carga horária e atividade complementar do(a) professor(a) é organizada e desenvolvida na escola:

A carga horária dos professores é exercida 25 (vinte e cinco) horas semanalmente, sendo 20 (vinte) horas com interação com o aluno e 5 (cinco) horas em AC - atividade complementar dedicada à preparação das aulas, formação continuada,

planejamento e atividades de avaliação que são cumpridas 4 (quatro) horas na escola e 1 (uma) hora em casa.

Sendo que as Atividades Complementares – AC's acontecem coletivamente em tempo reservado aos professores em exercício de docência, para estudos, planejamento, avaliação e outras atividades de caráter pedagógico, e momentos primordiais de participação nas decisões do grupo de professores, coordenação e direção. A AC's é cumprida integralmente nesta Escola em um dia e horário da semana acordado por todos, em acordo com a Lei Municipal nº 006, de 17 de fevereiro de 2017, na qual diz que a Jornada parcial semanal de 25 (vinte e cinco) horas compreenderá de 4 horas-atividade cumprido na unidade escolar e 1 hora-atividade de livre escolha.

Entretanto, de acordo com a Lei Federal nº 11.738/2008, determina em seu artigo 2º, que na composição da jornada de trabalho dos professores deve ser distribuída em 2/3 (dois terços) para o desempenho das atividades de interação com os educandos e 1/3 (um terço) da jornada de trabalho para atividades extraclasse (preparar aula, correções de provas, planejamento, etc).

Apesar desse dispositivo legal que estabelece a carga horária ao professor, o Município ainda não regulamentou na esfera municipal.

7.13 – Faltas dos funcionários:

A falta de funcionários é computada quando ocorre a ausência dos mesmos por motivo de doença, licença maternidade e/ou paternidade, assuntos pessoais e por morte de familiares. O cômputo das faltas é encaminhado ao setor de pessoal da Prefeitura Municipal de Barra da Estiva para as devidas providências.

7.14 – Expectativas (pais, alunos e comunidade):

A clientela atendida busca no espaço escolar um ambiente aconchegante e prazeroso para a busca do conhecimento.

Em relação aos pais e/ou responsáveis de alunos a expectativa é que a escola desenvolva um papel social, educativo e inclusivo na formação cidadã do aluno. Além disso, espera-se que as ações pedagógicas estejam alinhadas à política educacional.

7.15 – Formação continuada:

Os profissionais da educação da equipe gestora, docente e do pessoal de apoio e administrativo dessa Escola participam continuamente de formações oferecidas pela Secretaria Municipal da Educação e em outras instituições, atualizando conhecimentos pedagógicos e outros relativos ao exercício de suas funções.

Também, na escola é promovida pela coordenação pedagógica a formação continuada aos professores, através de reuniões gerais no momento da Atividade Complementar. Nesses momentos de formação são contempladas situações de estudo, de planejamento coletivo, de desenvolvimento de ações conjuntas, estratégias de reflexão da prática, análise de situações didáticas, reflexão sobre as ações educativas, troca de experiências entre os educadores, entre outras questões.

E, além da formação continuada na Escola, os profissionais são incentivados a participarem de cursos, seminários, congressos, viagens de estudos, entre outros eventos.

7.16 – Que mudanças ocorreram na prática pedagógica:

No período de 2020 a 2021 ocorreram mudanças significativas na prática pedagógica devido ao período da pandemia da Covid-19. Foi inserido no período da pandemia o sistema de aulas remotas e semipresencial.

Outras mudanças que vem sendo implementadas na escola são as propostas das sequências didáticas e do projeto de recomposição da aprendizagem, que busca acompanhar e monitorar os níveis silábicos de cada aluno.

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

8 – Capítulo III MARCO CONCEITUAL

8.1 – PRINCÍPIOS:

A Escola Municipal Iracy Silva Cangussu, compreende a educação como uma construção coletiva permanente, baseada nos princípios de convivência, solidariedade, justiça, respeito, valorização da vida na diversidade e na busca do conhecimento. Nessa perspectiva, utiliza-se de uma metodologia cooperativa e participativa, que contribua na construção da autonomia moral e intelectual de todos os envolvidos no processo educativo.

É necessário manter uma relação de reciprocidade, nesse sentido se deve considerar o Projeto Político Pedagógico como um processo contínuo de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de possíveis soluções para assim alcançar a sua intencionalidade e resolver os seus problemas estruturais. No entanto, a legislação educacional brasileira exige das escolas autonomia administrativa, financeira e pedagógica com restritas possibilidades de concretização.

8.2 – MISSÃO:

Nossa escola visa contribuir com a formação educacional, proporcionando as bases iniciais para a caminhada escolar e de vida das crianças que são atendidas nesta instituição escolar, formando cidadãos críticos, autônomos e atuantes oferecendo uma educação de qualidade e promovendo a construção de um pensamento reflexivo e o exercício da criticidade, visando ao pleno uso da cidadania.

Dessa forma, a escola funcionará como um dos pilares para transformação da realidade local, em prol do conhecimento e valorização da educação, incentivando a permanência do educando na escola, bem como a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Preparando-os para o exercício da vida profissional e para os desafios do mundo tecnológico.

8.3 – VALORES:

- ✓ Valorização da família como parceira no processo educacional de seus filhos;
- ✓ Respeito pelas diversidades culturais;
- ✓ Transparência e ética nas relações;
- ✓ Humanização/solidariedade/inação;
- ✓ Ambiente acolhedor e estimulador;
- ✓ Profissionais com boa formação e capacitação contínua.

8.4 – AS TEORIAS DA APRENDIZAGEM:

O aluno é aquele que aprende os valores, a linguagem e o conhecimento que seu grupo social produz a partir da interação com o outro, nesta perspectiva a escola usa o método sociointeracionista, com o qual o professor usa a mediação no processo ensino/aprendizagem. Pois, segundo Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio.

Deve ainda desenvolver o espírito crítico e a autoestima dos educandos, para que sejam capazes de ser protagonistas de sua história e de transformação social, embasados pelas competências e comportamentos desenvolvidos dentro e fora do ambiente escolar. Educar é consequência de uma ação comunitária. Por meio do diálogo e do encontro que se dá a comunicação de um sujeito com o outro, onde educador e educando se educam.

Dessa forma, a escola institucionaliza este caráter social e político da natureza humana. A necessidade do educar dá origem a escola. Para que o ensino se transforme em Educação é preciso, antes, que haja domínio completo entre educador e educando, escola e comunidade, numa linguagem ímpar.

Com base nestes princípios, a Escola Municipal Iracy Silva Cangussu fez a opção por desenvolver um trabalho didático-pedagógico e humanista baseado na Concepção Sócio interacionista da Educação. Segundo esta concepção de educação, o papel da escola é o de socializar o saber elaborado e sistematizado - não cabendo nela, a fragmentação dos saberes, valorizando a história que o aluno adquiriu por meio das suas

experiências. Dessa maneira, eles poderão fazer a leitura da realidade concreta de forma crítica.

Nossa proposta, ainda, inspira-se numa perspectiva de Educação para a cidadania, o que significa educar para a democracia, de modo que se possa acreditar que é possível intervir nas questões sociais e culturais, de forma inteligente e constante. A participação de todos possibilita uma educação para a liberdade e para a responsabilidade.

Nesse contexto, a escola deve exercer um papel de humanização a partir da socialização e da produção de conhecimentos e de valores necessários à conquista do exercício pleno da cidadania.

8.5 – MODALIDADES DE ENSINO:

ENSINO FUNDAMENTAL I

Desde 2008 o ensino fundamental é dividido em dois grupos: anos iniciais ou ensino fundamental I, e anos finais ou ensino fundamental II. Com duração total de 9 anos e carga-horária mínima de 800 horas anuais (distribuídas em pelo menos 200 dias letivos efetivos), ele é a etapa seguinte à educação infantil, e envolve o desenvolvimento de crianças e pré-adolescentes.

Uma das principais dúvidas sobre esta etapa da formação básica é: ensino fundamental I é até que série? Ele compreende do 1º ao 5º ano, e é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que organiza a educação brasileira de acordo com os princípios de nossa Constituição.

Assim como a educação infantil, o ensino fundamental I funciona como uma base para as demais etapas da formação educacional. Como o próprio nome já menciona, ele é fundamental para o desenvolvimento das crianças tanto no quesito acadêmico quanto no pessoal e social. É nesta etapa que os alunos começam a aprender os conceitos educacionais — assuntos que os guiarão durante toda a educação básica —, e também aprendem a ler e escrever. Esse processo de alfabetização permite que os estudos se tornem mais complexos e que as crianças ampliem a sua visão de mundo.

De acordo com o Ministério da Educação - MEC, no ensino fundamental anos iniciais devem estudar crianças de 6 a 10 anos de idade, sendo que a alfabetização do aluno deve ocorrer obrigatoriamente no 1º ano do ensino fundamental, ou seja, aos seis anos ele deve aprender a ler e escrever.

Diante deste contexto, vale lembrar que em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que somente crianças que completassem seis anos até 31 de março poderiam iniciar o ensino fundamental. Mas esse critério ainda não está valendo e as escolas têm liberdade para decidir datas limite para o ingresso de alunos no ensino fundamental I, o que significa que crianças de cinco anos de idade podem dar início aos estudos, desde que completem seis anos antes da data limite da instituição onde estão matriculadas.

O atual ensino fundamental de 9 anos (anos iniciais e finais) tem uma base nacional comum, que é complementada pelas instituições de ensino de acordo com a sua proposta pedagógica e as características regionais e sociais de onde ela se localiza. Nesta etapa da educação são difundidos os valores sociais, os direitos e os deveres dos cidadãos, bem como a noção de respeito ao bem comum e à ordem democrática. É no ensino fundamental também que os estudantes são incentivados a ter iniciativa, a desenvolver sua autonomia e várias outras coisas.

Diferentemente do que acontece na educação infantil, no ensino fundamental I a criança já tem acesso às tradicionais disciplinas da educação formal, como matemática, ciências, língua portuguesa e outras, mas os assuntos apresentados em sala de aula variam de acordo com a série e a idade.

TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES

Os temas integradores entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o Currículo de Barra da Estiva e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação sócio-política, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades, assim, na Escola Municipal Iracy Silva Cangussu estas são

vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, pois são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticados no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos. São 10 os temas integradores considerados pelo Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia: Educação em Direitos Humanos, Educação para a Diversidade, Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade, Educação para as relações étnico-raciais, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação Ambiental, Educação Financeira e para o Consumo, Cultura Digital, Educação Fiscal.

Diante deste contexto, e devido o Currículo de Barra da Estiva ao pensar a BNCC e as DCRB como referenciais para a elaboração de uma proposta que considera singularidades, novos problemas e questões a serem incorporadas, de acordo com as especificidades regionais, ter acrescentado um novo tema integrador: Educação alimentar e nutricional, esta Unidade de Ensino também vem acompanhando-o e aplica em sua proposta de trabalho este novo tema.

É importante ressaltar que os temas integradores são vistos como essenciais e perpassam por todo o currículo, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) sinalizaram a sua obrigatoriedade, conforme as Resoluções CNE/CEB Nº 7/2010 e Nº 12/2012, na BNCC eles passaram a ser considerados como conteúdos essenciais para a Educação Básica, em função de sua contribuição para o desenvolvimento das habilidades vinculadas aos componentes curriculares.

Em acordo, a Lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000, e, também pelo Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009), buscamos a execução de ações, projetos, práticas,

novos desenhos curriculares e novas posturas pedagógicas que atendam ao preceito legal da educação como um direito social e incluam nesse o direito à diferença.

Diante do exposto, o currículo escolar desta Unidade de Ensino e as práticas pedagógicas dos profissionais da educação, considerar os temas transversais e integradores presentes nas representações e relações sociais existentes na escola, respeitando os devidos ciclos de vida e com as devidas adequações de linguagens, metodologias e materiais didáticos, auxiliam a comunidade escolar na construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes para o fortalecimento da autoestima, promoção da alteridade, autonomia, do autocuidado, autoconhecimento, da afetividade pessoal e entre pares.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Escola Municipal Iracy Silva Cangussu tem como proposta ser uma escola inclusiva, numa perspectiva de construção de políticas públicas, práticas pedagógicas com o foco principal no direito de todos à educação e a educação para todos. Como descreve o Artigo 206 da Constituição Federal de 1988:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (BRASIL, 1988)

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente, na rede de Ensino Regular (LDB), bem como afirma a Constituição Federal de 1988 com: “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”. Realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem. Para entendermos mais este conceito vale destacar a lei nº 9394/1996 Art. 58 e 59, ressaltando a importância do professor especializado em nível médio ou superior,

trazendo bons resultados e melhorias para o ensino voltado a educação especial inclusiva, através de recursos como: currículos; métodos e técnicas, para uma organização eficaz de ensino, proporcionando uma educação especial que esteja disposta a inserir pessoas no mercado de trabalho, para a sua participação justa no meio social. Além de formar um ensinamento com acesso igualitário dos benéficos dos programas sociais para com todos das escolas regulares.

A Educação Especial atende um público alvo que são os alunos que são diagnosticados como: pessoas com deficiência com impedimentos, sejam eles, físicos, mentais ou sensoriais de longo prazo. E apresentam fatores que, segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), **IMPEDEM A SUA PLENA PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE EM IGUALDADE DE OPORTUNIDADE COM AS DEMAIS PESSOAS**; transtornos globais de desenvolvimentos, que caracterizam como aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais e na comunicação, incluindo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil; e, altas habilidades ou superdotação, pessoas que demonstram potenciais elevados em qualquer áreas, sejam elas intelectuais, acadêmicas, liderança, psicomotricidade e artes, como também, pessoas que apresentam grande criatividade e potenciais, em aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Diante do exposto esta Unidade de Ensino atua em acordo com o capítulo 5, da LDB, no que se refere ao atendimento educacional especializado (AEE), tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especiais. Para a atuação deste serviço, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Quem executa o plano de execução para alunos com necessidades são os professores que atuam na sala de recursos. O professor regente coloca em ação os planos e tem que estar em constante parceria com o professor do AEE, sendo este atendimento utilizado em momentos durante a semana. Para reforçar o profissional deve realizar um diálogo para que possa haver resultados significativos, havendo benefícios satisfatórios para uma educação inclusiva qualificada, voltada aos estudantes e educadores.

Nesta Unidade de Ensino os alunos são matriculados nas classes comuns do ensino regular, em acordo com as Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na modalidade Educação Especial, organizando o

atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos, diante das possibilidades da escola.

A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferenças como valores indissociáveis, e a partir deste marco, mudanças estruturais da escola são repensadas para que possam atender a todos os alunos que tenham suas especificidades atendidas. É importante estar atento ao que precisa ser oferecido a essas crianças e adolescentes, considerando as orientações educacionais BNCC, PNE, Estatuto da criança e do adolescente “direito a escola”, Decreto nº 7.611/2011 que dispõe sobre o atendimento ao AEE, bem como seus princípios:

Princípios DCRB

- I – Educação e direitos humanos;
- II – Educação para diversidade;

PRINCÍPIOS BNCC

- Autoconhecimento e autocuidado
- Empatia e cooperação
- Responsabilidade e cidadania

Princípios PEE

III-superação das desigualdades educacionais, com ênfase no desenvolvimento integral do sujeito, na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

V- formação para o desenvolvimento integral, para a cidadania e para o trabalho, com ênfase nos valores morais e éticos nas quais se fundamenta a sociedade.

IX- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade socioambiental.

Princípios LDBE

I- Igualdade de condição e acesso a permanência na escola;

IV- Respeito à liberdade e apreço à tolerância

VIII- gestão democrática

IX- garantia de padrões de qualidade

XIII- garantia do direito a educação e à aprendizagem ao longo da vida

Os alunos que necessitam de atenção individual são atendidos pelo NUPI – Núcleo de Psicologia Integrada do Município, os quais são encaminhados aos serviços da área da Saúde, Assistência Social e Trabalho, com o objetivo de garantir o desenvolvimento integral do aluno.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Portanto, para fazer a inclusão de verdade e, garantir a aprendizagem de todos os alunos, a Escola busca fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais, junto a Secretaria de Educação.

8.6 – AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

A avaliação é um processo investigativo, processual e cumulativo, buscando identificar as reais necessidades para o aprimoramento da qualidade da educação.

A avaliação deverá ocorrer internamente através de processo organizado por esta Unidade de Ensino em conformidade com legislação específica da Secretária da Educação: a Resolução nº 001 de 13/03/2024, e, externamente, pelos órgãos regionais e centrais da administração, denominada de: Avaliação Institucional, objetivando correção de possíveis desvios no processo pedagógico e administrativo.

A avaliação da escola acompanha a aprendizagem do aluno e diagnostica as causas que interferem no processo de forma positiva ou negativa e, a partir disso, reorienta as ações que compõem o trabalho pedagógico. Para avaliar, é preciso ter claro aonde se quer chegar, quais os alvos que se quer atingir com os educandos, olhá-lo por inteiro, como um todo. Por isso, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem

considerará, nos seus exercícios, os seguintes princípios: • diagnóstico, intervenção e prognóstico do processo de ensino e aprendizagem; • apropriação de conhecimentos; • assiduidade do estudante; e • aperfeiçoamento do professor, permitindo a melhoria da qualidade de ensino nos diferentes contextos de aprendizagem, possibilitando assim, uma diminuição na reprovação e evasão escolar.

A avaliação de aproveitamento com vista aos objetivos propostos neste Projeto Político Pedagógico será diagnóstica, formativa, somativa, e, portanto, redimensionada da ação pedagógica, praticada através da observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, atividades e avaliações diversas, levando-se em consideração a adequação à faixa etária e às características da aprendizagem e do desenvolvimento do estudante, buscando identificar as reais necessidades para o aprimoramento da qualidade da educação, tendo por princípio a garantia do desenvolvimento integral do aluno e do seu sucesso escolar.

Como também a avaliação do processo ensino-aprendizagem deve possibilitar a autoavaliação do professor e do aluno, o registro de seus progressos e dificuldades, o replanejamento do trabalho pedagógico e a recuperação da aprendizagem do aluno.

Essa está pautada nas seguintes bases:

a) A avaliação diagnóstica (analítica) é adequada para o início do período letivo, pois permite verificar a aprendizagem dos estudantes e conhecer a realidade na qual o processo de ensino e aprendizagem vai acontecer;

b) A avaliação formativa/prognóstica (monitoramento) é aquela que tem como função acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, realizada durante todo o período letivo, com o intuito de verificar se os estudantes estão alcançando os objetivos propostos anteriormente;

c) A avaliação somativa (classificatória), tem como função básica a classificação dos estudantes, sendo realizada ao final de cada ano letivo. Esta classifica os estudantes de acordo com o aproveitamento estabelecido nesta resolução.

A cada verificação da aprendizagem, o professor ao verificar que o aluno não alcançou o objetivo desejado, retornará à explicação dos conteúdos, com a finalidade de avaliar o assunto já estudado.

A avaliação desta Unidade de Ensino se diferencia em cada modalidade, como se pode ver a seguir:

Na avaliação do aproveitamento dos alunos do 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental será expressa na forma de Critérios Avaliativos com a seguinte composição:

I – Os objetivos da aprendizagem previstos no planejamento de cada trimestre nos componentes curriculares devem ser de acordo com a legislação vigente;

II – Os conceitos SIM, ÀS VEZES, NÃO ou NÃO OBSERVADO indicarão a aprendizagem do estudante nas disciplinas curriculares, sendo: a) VERDE – SIM. b) AMARELO – ÀS VEZES. c) VERMELHO – NÃO. d) BRANCO – NÃO OBSERVADO.

III – Em caso de transferência do estudante matriculado na Unidade Escolar municipal que utiliza critérios avaliativos para outra Rede de Ensino que utiliza a nota numérica como registro, a Unidade Escolar de procedência, quando solicitada, deverá realizar a equivalência em notação numérica (nota).

Quanto a aprovação e reprovação do 3º ao 5º ano considerar-se-á aprovado, o estudante que:

a) Com rendimento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das competências e habilidades desenvolvidas a partir dos objetivos de aprendizagem, efetivamente trabalhados nos componentes curriculares;

b) Com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) dos dias letivos.

E, considerar-se-á não aprovado, o estudante que:

a) Não obter rendimento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das competências e habilidades desenvolvidas a partir dos objetivos de aprendizagem efetivamente trabalhados nos componentes curriculares;

b) Com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) dos dias letivos.

A avaliação do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental será:

I – A partir dos objetivos de aprendizagem previstos no planejamento de cada trimestre nos componentes curriculares previstas na legislação vigente;

II – Expressa em nota numérica de 1,0 a 10,0;

III – As notas deverão ser expressas em inteiros ou arredondadas para 0 ou 5 (cinco) décimos de 1 (um) ponto;

IV – Barema para acompanhamento das notas estipuladas pelos trimestres.

O registro das notas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, no Boletim e no Histórico Escolar, deverá especificar a média dos trimestres e a observação quanto à situação de aprovado ou reprovado, compreendendo que:

a) A Avaliação Trimestral será por disciplina, com base no currículo do trimestre, para todos os estudantes;

b) A Média Trimestral será calculada conforme segue: Avaliação 1 + Avaliação 2 + Avaliação 3 (ou mais) = Média Trimestral;

c) Para compor a nota das Avaliações 1, 2 e 3 (ou mais) o professor utilizará várias estratégias: trabalhos individuais e coletivos, provas orais e escritas, entre outras estratégias, que deverão estar registradas no diário;

d) A Avaliação Trimestral substituirá a Média Trimestral, prevalecendo o maior rendimento;

e) A Média Final Anual será calculada a partir da somatória das médias trimestrais, dividida por três.

Ainda o aluno que não alcançar o total de 5,0 (cinco) pontos ao final do ano letivo será submetido aos estudos de recuperação seguidos de avaliação com valor de 10 (dez) pontos, após os estudos de recuperação, se o educando não obter média 5,0 (cinco), será submetido ao Conselho de Classe que, através de critérios preestabelecidos de Avaliação qualitativa, definirá o resultado de cada aluno, Promovido/Aprovado ou Reprovado.

Observação: Entende-se por aspecto qualitativo aquele revelado pelo aluno no processo ensino-aprendizagem, no domínio dos conteúdos oferecidos ou na execução de atividades programadas e desenvolvidas pelo aluno, e entende-se por aspecto quantitativo o volume de conteúdos e de atividades programadas e desenvolvidas pelo aluno, de acordo com a LDB 9394/96.

A avaliação da Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva, será realizada conforme a Resolução da Educação Especial do Conselho Municipal de Educação de Barra da Estiva, nº 002 de agosto de 2023.

O processo de avaliação desta modalidade é diversificado, objetivando o aprendizado do estudante com estratégias que favoreçam a construção coletiva do conhecimento por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, prevendo duas funções como inseparáveis: o diagnóstico, cujo objetivo é conhecer cada estudante e o perfil da turma e o monitoramento, cujo objetivo é acompanhar e intervir na aprendizagem, para reorientar o ensino, visando o sucesso dos estudantes, alterar planejamento, propor outras ações e estratégias de ensino.

Os instrumentos das práticas avaliativas devem prever várias possibilidades a serem realizadas: observação e registro (fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas

descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo); provas operatórias (individuais e em grupos); autoavaliação; portfólio, dentre outros, devendo o professor ao término de cada trimestre apresentar parecer descritivo sobre o desenvolvimento escolar do estudante.

O estudante com deficiência tem direito ao AEE (Atendimento Educacional Especializado), o qual não se confunde com atividades de reforço escolar. Como qualquer outra atividade extracurricular, deve ser oferecida a todos os estudantes, que delas se beneficiem, sem prejuízo das atividades em sala de aula comum e do Atendimento Educacional Especializado.

Deverá constar no Histórico Escolar do estudante, independentemente de sua conclusão no Ensino Fundamental, a descrição de suas habilidades e competências.

O estudante com deficiência comprovada, por meio de laudo com o CID, não será retido, tendo em vista que a rede municipal trabalha com a adequação curricular.

Para os estudantes público-alvo da Educação Especial será utilizado um campo específico e o Parecer Descritivo, onde registrará a aprendizagem e desenvolvimento do estudante.

8.7 – CURRÍCULO:

O currículo é movimento e envolve as práticas docentes e institucionais com o intuito de ampliar e construir novos conhecimentos. É o currículo que organiza o que será ensinado e aprendido em termos de conhecimento para a promoção do desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes. Ainda se configura como um conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados, cumprindo papel relevante na construção das identidades socioculturais a partir de um processo educacional, que, garantindo a qualidade das aprendizagens, é: [...] constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. (BRASIL, 2010b, p. 28).

A Escola Municipal Iracy Silva Cangussu, concebe o currículo como o coração que pulsa e determina o caminho percorrido por professores e estudantes para a ampliação

do repertório cultural. O currículo deve ser o sustentáculo para as ações do processo educacional, apontando os princípios, as diretrizes, os objetivos, as estratégias, os conceitos e os métodos, contextualizados pela realidade, com o compromisso de corresponder aos anseios da comunidade escolar.

Este documento foi elaborado pela comunidade escolar, na qual tem a oportunidade de refletir sobre pontos básicos: principalmente sobre a Escola que temos e a Escola que queremos para então a partir daí formular uma proposta Curricular que atendesse aos anseios da Comunidade para a construção de uma escola democrática, aberta aos interesses do grupo de estudantes e capacitada para oferecer uma educação de qualidade. Nas etapas do ensino, o currículo abarca o que preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2010a) e demais legislações vigentes, atentando-se para as especificidades, os objetivos e as expectativas de aprendizagem definidas na Proposta Curricular da própria Escola. O currículo aqui apontado é o caminho mais seguro para o sucesso do ensino, pois parte da realidade local, para a realidade global.

Indicaremos princípios pedagógicas e diretrizes metodológicas que referem a Proposta Curricular almejada pela escola, bem como nas diretrizes legais contidas na Lei nº 9.394/96 e na Resolução nº 002, de 04 de maio de 2021 que dispõe sobre a Matriz Curricular da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA.

Com base nos dispositivos legais e considerando a escola como um espaço democrático, os princípios de solidariedade, participação coletiva são fundamentos básicos para uma educação de qualidade.

Baseados nestes princípios entendemos, que nosso trabalho pedagógico procura buscar na perspectiva integracionista com base numa abrangência crítica, na qual o homem é percebido como um sujeito em constante desenvolvimento, como um sistema aberto, em restauração sucessiva e constituída de ampla afetividade nas relações pessoais, substituídos para que o processo ensino/aprendizagem abra perspectivas para o surgimento de:

- Um ser capaz de aprender, que seja sujeito de seu processo de aprendizagem;
- Uma prática pedagógica que privilegie o saber produzido, sem renegar o saber que o aluno já possui;

- Um trabalho significativo, onde as atividades de currículo e ensino não são separados da totalidade social e visam a transformação crítica e criativa no contexto escolar;
- Um professor facilitador, agente de emancipação, desmistificador de conteúdos curriculares, que acredite que o aluno é fruto da realidade histórica, proveniente de uma classe social e de um meio familiar e portador de valores de aspirações, experiências e conhecimentos colhidos no meio em que se situa e que necessita de intervenções para levá-lo a acreditar em suas possibilidades, a fim de ultrapassar o senso comum, a visão fragmentada e assistemática do conhecimento e permitir-lhe ampliação de horizontes;
- Um currículo que seja como um ato político de interesse emancipado e abrangente;
- Um processo de ensino-aprendizagem, onde vincula informações, promove e estimula o desenvolvimento de modo pluridimensional;
- Uma seleção de conteúdos que garantam o acesso aos saberes elaborados socialmente, respeitando ao processo evolutivo e tendo significados para a vida do educando;
- Uma prática educativa baseada no diálogo, respeito e confiança entre professor e aluno nas possibilidades do desenvolvimento do mesmo;
- Atividades criativas em sala de aula, contextualizadas, lúdicas que favoreçam o desenvolvimento de processos reflexivos, dando margem a soluções de problemas e tomadas de decisões; e
- Estratégias diversificadas, com mais raciocínio e menos memórias, procedimentos e avaliações de reinvenção do conhecimento e interdisciplinaridade.

A presente Proposta Curricular está baseada no princípio da construção do conhecimento pelo estudante, tendo o professor como agente educador e mediador do processo pedagógico.

Além da utilização dos recursos didáticos disponíveis, a proposta curricular para o Ensino Fundamental deste Estabelecimento de Ensino busca fundamentar-se nos chamados pilares do conhecimento, o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e o aprender a ser, para o desenvolvimento integral do estudante. Observe o que se entende por cada pilar:

- **O aprender a conhecer** não está ligado apenas à compreensão de conhecimentos, mas ao desenvolvimento do aprender a aprender, ou seja, ao aprender a compreender o

mundo, adquirindo uma cultura geral vasta, desenvolvida por meio da capacidade de trabalhar diversos assuntos e exercitar a atenção, a memória e o raciocínio.

- **O aprender a fazer** está ligado ao desenvolvimento de competências para gerenciar projetos, otimizar recursos e trabalhar em equipe. Habilidades para enfrentar as mais diversas situações que podem se apresentar em seu dia a dia, ou ao longo de toda a vida.

- **O aprender a conviver**, por sua vez, está relacionado ao desenvolvimento da compreensão do outro e da percepção de que os seres humanos dependem uns dos outros. Isso pode se consolidar por meio da realização de projetos comuns, da administração de conflitos, dos exercícios de cooperação, do reconhecimento da diversidade humana e suas diferenças.

- **O aprender a ser** está relacionado ao desenvolvimento integral dos estudantes: espírito, corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade. Este pilar indica que a educação deve conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação para desenvolver talentos e permanecer, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino.

O Ensino Fundamental, o qual compõe, juntamente com a educação infantil e o ensino médio, o que a Lei Federal nº 9.394, de 1996 — nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nomeia como educação básica e que tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, esta Unidade de Ensino, em consonância com: as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a Matriz Curricular do Ensino Fundamental de 09(nove) anos, da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva.

O currículo desta Unidade Escolar de Ensino Fundamental da Rede Municipal é pleno constituído da Base Nacional Comum Curricular, e da Parte Diversificada, tratadas ambas as partes como componentes, integrando e articulando as áreas de conhecimento com os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagem) com amparo legal na LDB 9394/96 e nas Resoluções vigentes.

NOTAS:

- 1) O Currículo é composto de uma BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, integrando e articulando os Aspectos da Vida Cidadã com as Áreas de Conhecimento, visando a formação integral do educando.
- 2) As Áreas que integram o Currículo do 1º Ano devem ser trabalhadas de forma articulada, sendo essencial o respeito às culturas, à ludicidade, à espontaneidade, à autonomia e à organização das crianças, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento humano.
- 3) Ao final do 1º Ano e 2º Ano não haverá retenção, porém a BNCC diz que o aluno é alfabetizado até o 2º Ano, mas não há ainda uma normativa do Conselho Nacional que regule isso. Entretanto, é necessário que o aluno atinja os objetivos definidos para esse ano, tendo em vistas referenciais de aprendizagem adotados para a avaliação do processo de desenvolvimento humano do aluno.
- 4) No 2º Ano, será dada continuidade ao processo iniciado no 1º Ano, com aprofundamento dos conhecimentos, para assegurar ao aluno o princípio da aquisição da engenharia da lacto-escrita.
- 5) Ao final do 3º Ano o aluno será retido caso não alcance as habilidades necessárias.
- 6) O recreio é monitorado, sendo as atividades livres ou dirigidas pelo professor, visto que o período de recreio possui um enorme potencial educativo, sendo fundamental para a expansão da criatividade, para o cultivo da intimidade dos alunos, mas, de longe, o professor está observando, anotando, pensando até em como aproveitar algo que aconteceu durante esses momentos para ser usado na contextualização de um conteúdo que vai trabalhar na próxima aula com amparo legal na LDB 9394/96 e nas Leis e Resoluções vigentes.
- 7) O Ensino da Arte, Ensino Religioso e Educação Física, Componentes Curriculares obrigatórios, deverão ser integrados em todas as atividades da Base Nacional Comum Curricular, do 1º ao 5º ano.
- 8) Quanto a equidade racial esta Unidade Escolar se compromete com o enfrentamento ao racismo “promovendo ações que favorecem que as pessoas saem da omissão, da negligência e do silêncio diante das discriminações e desigualdades raciais” e com a “promoção da igualdade, com práticas cotidianas que convocam para a alteração da realidade, por meio da mudança de olhar e de novos saberes sobre a história e a cultura

afro-brasileiras.” (MAYER, 2019, s. p.). Assim, esta Unidade de Ensino incluirá como conteúdo programático, em atendimento às Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

9) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de história brasileira.

10) Do 1º ao 5º ano, a aprendizagem desenvolver-se exclusivamente sob a forma de atividades, mediante experiências vivenciadas pelo próprio educando em situações concretas;

11) Na situação do ensino e aprendizagem o conhecimento deve ser relacionado com a prática e a experiência do aluno a fim de adquirir significados.

12) Na Equidade para a diversidade sexual e de gênero é fundamental que toda a comunidade escolar seja sensibilizada e receba formação sobre sexualidade como forma de proteção e prevenção de violações, visando assegurar o respeito a todos da comunidade escolar. Por fazer parte da sociedade, a Escola é um local em que também há preconceitos e discriminações. É preciso ressignificar o ambiente escolar como espaço de construção de saberes, respeito, reconhecimento e garantia dos direitos humanos.

13) Enquanto a educação digital, a sociedade atual modifica as tecnologias e é modificada por elas, em um movimento incessante: vão se configurando novas maneiras de interagir socialmente por meio das tecnologias, favorecendo relacionamentos, compras, trabalho e, por que não, aprendizagens sem a presença física das pessoas. O acesso às TIC não está assegurado de modo uniforme a população, o que aumenta o abismo entre os grupos sociais que podem e os que não podem acessar serviços, criar, trabalhar, interagir, enfim, modificar seu mundo por meio do universo digital, e isso fortalece o ciclo de exclusão. Vale ressaltar que as TIC também podem favorecer o desenvolvimento de outras competências e habilidades previstas na BNCC e nos Currículos alinhados a ela. Sendo assim, segundo Coll e Monereo (2010), a escola é a instituição que pode contribuir a reversão do cenário de exclusão digital, já que chega a toda a população e nela as crianças, adolescentes e jovens, passam um tempo

significativo da vida.

8.8 – GRADE CURRICULAR

Percebe-se que a proposta Curricular desta Unidade de Ensino está em acordo com a LDB, a qual diz que o ensino fundamental no Brasil tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidade e a formação de atitudes e valores; e

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Assim, os componentes do Ensino Fundamental desta Unidade de Ensino obedecerão ao seguinte tratamento:

I – O ensino deve ir além da descrição com componentes integradas em áreas do conhecimento, sem perder sua especificidade contribuindo para o estudo de problemas concretos ou para o desenvolvimento de projetos de investigação e/ou ação; e

II – Na situação do ensino e aprendizagem o conhecimento deve ser relacionado com a prática e a experiência do aluno a fim de adquirir significados.

Diante do exposto, o ensino Fundamental da Educação da Básica ministrada nesta Unidade Escolar obedecerá a composição curricular desta etapa, definido em lei, observando os seguintes elementos:

I – Todos os componentes curriculares deverão conjugar-se entre si para assegurar a unidade do currículo em todas as fases do seu desenvolvimento;

II – Todos os componentes curriculares serão escalonados da maior para a menor amplitude do campo abrangido, constituindo atividades, áreas de estudos e componentes;

III – As fases de desenvolvimento curricular deverão ser realizadas de acordo com a sequência e ordenação dos conteúdos abrangidos a partir do relacionamento dos objetivos, gradualmente definidos para cada fase.

A concepção pedagógica da presente Proposta Curricular aponta no sentido de que:

- A escola existe antes de tudo, para os alunos aprenderem o que não podem aprender sem ela;
- O professor organiza a aprendizagem, avalia os resultados, incentiva a cooperação, estimula a autonomia e o senso de responsabilidade dos estudantes;
- Nada substitui a atuação do próprio aluno no processo de aprendizagem;
- O ponto de partida é sempre o conhecimento prévio do aluno;
- A avaliação é um instrumento de melhoria do ensino e não uma arma contra o aluno;
- A aprendizagem bem-sucedida promove a auto-estima do aluno; o fracasso ameaça o aprender e é o primeiro passo para o desinteresse;
- A Inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos com ou sem deficiência.

Cumprir o dever de incluir todos os alunos no processo educativo, sejam eles deficientes ou não, supõe, portanto, considerações que extrapolam a simples inovação educacional e que implicam o reconhecimento de que o outro é sempre diferente, pois a diferença é o que existe, a igualdade é inventada e a valorização das diferenças impulsiona o progresso educacional.

Portanto, no que diz respeito a Grade Curricular esta Unidade Escolar de Ensino Fundamental I optou por utilizar da Matriz Curricular da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva, Bahia, a qual está em acordo a carga horária exigida de 800(oitocentos) horas anuais e 200(duzentos) dias letivos pela legislação, sendo elaborada em conjunto com a coordenação pedagógica e os docentes que lecionam do 1º ao 5º de todas unidades de ensino e depois analisada juntamente por todos, para que assim se formasse uma única para o município, a referida está anexa.

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

09 – Capítulo III MARCO OPERACIONAL

9.1 – CALENDÁRIO ESCOLAR

O Calendário Escolar, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Escola, é o documento que elabora e organiza a programação anual das atividades escolares, quanto aos aspectos legais e pedagógicos, sendo aprovado pelo Conselho Municipal de Educação. O calendário escolar expressa à organização da escola quanto a:

- I- previsão de datas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas do estabelecimento de ensino;
- II- período letivo com dias e carga horária fixada pela Secretaria Municipal de Educação e a escola;
- III- dia letivo com jornada diária de trabalho escolar efetivo, envolvendo aluno e professor para fins de desenvolvimento curricular;
- IV- dias de formação de funcionários e professores;

A presente proposta foi elaborada com a participação de toda a comunidade escolar. No início de cada período letivo são retomadas as discussões com base em diagnóstico das problemáticas detectadas no período anterior.

9.2 – A ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS E A CARGA HORÁRIA E ATIVIDADE COMPLEMENTAR DO(A) PROFESSOR(A):

As classes desta Unidade de Ensino são organizadas de acordo com o ciclo e/ou série cursadas pelos alunos, adotando-se como regra o agrupamento heterogêneo.

As classes serão distribuídas, respeitando as condições físicas de cada sala, conforme a Portaria de matrícula da Secretaria Municipal da Educação, sendo:

- 25 (vinte e cinco) alunos por professor, nos: 1º, 2º e 3º Anos Iniciais do Ensino Fundamental; e
- 28 (vinte e oito) alunos por professor, nos: 4º e 5º Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A carga horária mínima, anual, admitida nesta Unidade Escolar, é de 800 horas, distribuídas em 200 dias mínimos, de efetivo trabalho escolar, sendo a jornada escolar, diária, em sala de aula, de 04 horas.

Diante o exposto, a Escola funciona no horário das 8(oito) às 12(doze) horas e das 13(treze) às 17(dezessete) horas, e os portões são abertos 5(cinco) minutos antes de cada início das aulas para acolher os alunos. E, os alunos que vem de transporte escolar adentram a escola assim que chegam.

O horário do recreio é de 30(trinta) minutos sendo que por 10(minutos) os alunos e professores merendam, e os outros 20(vinte) minutos ocorre a recreação orientada pelos professores.

E, todas as segundas-feiras utiliza se de 10(dez) minutos para entoação dos Hinos: Nacional, Independência da Bahia e do Brasil, Bandeira, Proclamação da República e o Municipal.

As horas referentes às atividades de Recuperação final não são computadas (nem as das eventuais provas finais), e ocorre em dezembro, após os resultados finais do letivo.

As Atividades Complementares são destinadas às ações que favoreçam o processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico e o alcance do desenvolvimento e aprendizagem dos educandos:

- reuniões pedagógicas;
- preparação de aulas, pesquisas, seleção de material pedagógico e correção de avaliações.

- Não são consideradas horas-atividades aquelas destinadas ao reforço, à recuperação de alunos e à reposição de aulas.

- A carga horária dos professores é exercida 25 (vinte e cinco) horas semanalmente, sendo 20 (vinte) horas com interação com o aluno e 5 (cinco) horas em AC - atividade complementar dedicada à preparação das aulas, formação continuada, planejamento e atividades de avaliação que são cumpridas 4 (quatro) horas na escola e 1 (uma) hora em casa.

Sendo que as Atividades Complementares – AC's acontecem coletivamente em tempo reservado aos professores em exercício de docência, para estudos, planejamento, avaliação e outras atividades de caráter pedagógico, e momentos primordiais de participação nas decisões do grupo de professores, coordenação e direção. A AC's é cumprida integralmente nesta Escola em um dia e horário da semana acordado por todos, em acordo com a Lei Municipal nº 006, de 17 de fevereiro de 2017, na qual diz que a

Jornada parcial semanal de 25 (vinte e cinco) horas compreenderá de 4 horas-atividade cumprido na unidade escolar e 1 hora-atividade de livre escolha.

– O professor em atividade de docência não poderá deixar de cumprir o percentual exigido semanalmente de horas-atividade, independentemente de feriado ou ponto facultativo.

– As horas-atividades, tempo reservado ao professor em exercício de docência, para estudos, planejamento, avaliação e outras atividades de caráter pedagógico, são cumpridas nesta Unidade Escolar.

– As horas-atividades nesta Unidade de Ensino são realizadas de acordo com os Professores, podendo acontecer em todos os dias da semana, ou em três dias, ou em dois dias, ou em um único dia mediante declaração de anuência expressa pelo professor.

– O horário em que o docente estiver em horas-atividades, se não coincidente com seu horário normal de trabalho, deverá ser anotado e assinado em livro de ponto.

9.3 – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional da Escola Municipal Iracy Silva Cangussu é pautada em estudos, diálogos e pesquisas com seus profissionais, estudantes e suas famílias, a partir de dimensões como: - Ambiente Educativo; - Prática Pedagógica; - Avaliação; - Gestão Escolar Democrática; - Formação e Condições de trabalho dos profissionais da escola; - Ambiente Físico Escolar; e - Acesso, permanência e sucesso na escola.

Para que a avaliação institucional ocorra, a Direção da Escola elabora, juntamente com os setores de Coordenação Pedagógica, utilizada dos questionários do Indicadores de Qualidade na Educação ofertado pelo MEC que pautam na coleta de dados para serem analisados posteriormente, visando ao replanejamento qualitativo do processo de ensinar e de aprender.

9.4 – ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

A escola como parte integrante da comunidade põe-se a disposição dos pais de alunos na busca da formação de um desenvolvimento integral das crianças, propondo-se a dar informações e orientações, favorecendo maior autonomia e segurança emocional, contribuindo para um desenvolvimento saudável de seus filhos, resgatando o compromisso de ambos.

São realizadas assembleia de pais no início de cada ano letivo com informes gerais e pedagógicas, além de reuniões e palestras com os pais organizadas pela direção e coordenação pedagógica com profissionais da Secretária de Educação e profissionais das áreas de psicologia, assistência social, saúde, enfatizando os seguintes temas: Limites e valores, formas de comunicação, afetividade, sexualidade ou outros que se fizerem necessários.

Como também ocorre **Reuniões com os pais** ao final de cada trimestre, e sempre que se faz necessário, como: em eleições, eventos e casos extraordinários.

9.5 – RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

É sabido por todos, especialmente os sujeitos da área educacional, dos desafios que existiam na educação no Brasil, de modo geral. Contudo, com a pandemia do Covid-19 esses desafios foram intensificados, obrigando as redes de educação de todo país articularem ações para a reordenação e estímulo das aprendizagens.

Em Barra da Estiva não é diferente, muitas crianças não tiveram acesso ao ensino remoto e híbrido, nesse contexto, espera-se que com o retorno 100% presencial possamos garantir que cada criança e adolescente esteja na escola, tendo a oportunidade de aprender de onde parou.

Nesse sentido, a partir da indicação atual dos especialistas, torna-se indispensável a organização desse Plano Norteador em torno da recomposição de aprendizagens, na perspectiva, que o foco no protagonismo e no desenvolvimento dos alunos, para além da 'recuperação de aprendizagem' devido as dificuldades trazidas pela pandemia, sejam observados em cada escola, segmento(s) que as mesmas atendem, de modo que

equipes gestoras e de apoio, docentes e discentes se sintam apoiados a partir das orientações e dicas para um planejamento mais humanizado, considerando diferentes frentes, desde a busca ativa dos estudantes até as ações de mão na massa referentes a estruturação do processo de recomposição de aprendizagem.

Diante desse contexto, para assegurarmos espaços e ações de formação continuada com apoio dos coordenadores pedagógicos, nos momentos de planejamento (que já constam em carga horária) para essa ação, cujo foco será o processo de ensino e aprendizagem na escola, observando a priorização e a flexibilização do currículo, partindo dos resultados da avaliação institucional e de processo realizada por cada professor, de modo que possam fazer o replanejamento com base em evidências e não em inferências como dizem alguns pensadores da educação, esta Unidade de Ensino trabalha a Recomposição das Aprendizagens da seguinte forma:

1. Busca Ativa, organização de esforço multidisciplinar e de acolhida diária dos estudantes são duas ações essenciais para realizar este trabalho e combater a evasão e o desenvolvimento dos estudantes;
2. A avaliação Processual, que compreende vários aspectos, desde o contexto social que o estudante está inserido, bem como as suas características; sua participação nas atividades; seu grau de autonomia; suas habilidades e dificuldades; seu comportamento e relações com professor(a) e colegas nas aulas, entre outros, deve ser a base para a correção de rotas e avanços nas aprendizagens;
3. Os arranjos didáticos, que se relacionam com os agrupamentos que a escola vai organizar visando a melhoria dos resultados;
4. Formação Continuada, que deve favorecer o Planejamento com foco na diferenciação/personalização pedagógica a partir dos combinados.
5. Acompanhamento, dando feedback ao trabalho docente planejado com o apoio da equipe gestora e apoiando seu aprimoramento. Na observação da sala de aula não perdendo de vistas a interação entre os alunos e o conteúdo(adequação/desafios), a interação entre aluno/a e professor(a), bem como as intervenções/mediações realizadas, ainda observando a interação entre os colegas em arranjos diversificados: duplas ou outro tipo de agrupamento.
6. Produto final: Organizar um portfólio pedagógico, contendo: planejamento das ações de formação na escola, frequência, material bibliográfico utilizado, produções dos professores e dos estudantes (relatos de experiências individuais e/ou coletivos, trocas de

experiências) indicando o nível de aprendizagem dos alunos diante da proposta de ensino apresentada, relatório reflexivo (CP) desde o processo das ações de formação na escola, avaliações, registros fotográficos e/ou vídeos feitos.

Tendo como objetivo:

- Organizar os alunos em agrupamentos produtivos de acordo com os níveis de escrita e os níveis de matemática;
- Trabalhar com atividades de relevância cognitiva, social e afetiva, que sejam adequadas aos alunos;
- Desenvolver a escrita e a leitura dos alunos, a partir de atividades estruturantes diversificadas, de acordo com os níveis de escrita dos agrupamentos produtivos;
- Desenvolver o pensamento matemático dos alunos, a partir de atividades contextualizadas diversificadas, de acordo com os níveis matemáticos dos agrupamentos produtivos.

Por fim, espera-se que na nossa rede educativa, para além dos educadores e gestores, que toda comunidade do entorno escolar esteja envolvida no processo de se reinventar a partir dos dilemas que se descortinam no cotidiano de modo que possamos remediar os impactos na aprendizagem causados pelo contexto pandêmico e o ensino remoto.

9.6 – PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar caracteriza-se quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o ano letivo e não retorna a matricular-se no ano seguinte.

Diante disso, esta Unidade de Ensino tem a proposta de prevenção e combate à evasão escolar discutindo ações e traçando estratégias com objetivo de prevenir casos de infrequência, detectando suas causas, evitando que a evasão escolar ocorra.

O fato é que a evasão escolar é apenas a última etapa de um longo processo que se apresenta nas primeiras faltas e que a escola no intuito de prevenção propõe providências básicas que podem prevenir essa situação:

- A chamada na sala de aula, para acompanhar as faltas e identificar os alunos que estão tendo problemas para ir à escola – e eventualmente identificar tais problemas.

- E a captação, registro e análise de dados para acompanhar o progresso de cada aluno nas disciplinas, entender as falhas e tentar encontrar soluções.

Diante de dados levantados sobre a evasão escolar a Escola Municipal Iracy Silva Cangussu faz contato com a família conscientizando da importância da frequência do aluno e suas consequências, verificando sempre o motivo da ausência do aluno após 4(quatro) faltas consecutivas.

Através do Auxílio Brasil/Programa Bolsa Família podemos ter acesso ao controle de frequência bimestralmente dos alunos beneficiários, com esse repasse de dados há intervenção do responsável pelo Programa beneficiando ou excluindo os mesmos, sendo que a frequência é de 75% (setenta e cinco por cento).

Ao ocorrer evasão escolar nesta Unidade, os professores, que já são sensibilizados quanto a importância do acompanhamento da frequência do estudante, informam à Direção Escolar sobre o tempo de ausência do aluno nas aulas, assim esta Unidade Escolar agirá da seguinte forma:

- Na quarta falta consecutiva e injustificada é realizado o contato telefônico com os pais e/ou responsáveis para questionamentos sobre o motivo das faltas ou se há atestado médico para amparo legal dessas faltas;
- Não conseguindo resolver a situação, a família é convidada para uma reunião com Direção e Professor, na qual se expõe a importância da justificativa da infrequência do aluno; e
- Não obtendo sucesso no retorno do aluno à escola informa se no sistema da busca ativa o que está ocorrendo, assim os segmentos responsáveis tomarão as devidas providências.

9.7 – AÇÕES PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES A PARTIR DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Diante dos resultados que as avaliações externas demonstram serão feitos planejamentos de ações para identificar as dificuldades e inseri-las no planejamento trimestral com atividades que envolvam os descritores abordados, bem como realização de simulados, referente a turma designada, para sanar as dificuldades que as avaliações apresentaram e para subsidiar as tomadas de decisões no âmbito dos sistemas

educacionais de cada escola sendo uma prática de estudos que demonstram estar associada a redes e escolas com melhores resultados de aprendizagem, diante disso esta Unidade de Ensino desenvolve algumas ações para a melhoria da aprendizagem:

- Realizar uma Gestão Pedagógica, tendo como principal meta a aprendizagem dos alunos, através do desenvolvimento de habilidades, e competências, alcançando resultados positivos a todo o momento pela equipe do corpo docente da escola;
- Selecionar e organizar textos que dêem subsídios para o professor buscar conhecimentos mais avançados;
- Discutir as diferentes possibilidades de encaminhamentos metodológicos;
- Criar situações de avaliações com críticas selecionadas, em função dos conteúdos considerando o nível de aquisição de conhecimentos já adquiridos pelos alunos;
- Aplicar atividades que favoreça ao aluno: aprender com prazer, aprender brincando, brincar aprendendo, aprender a aprender, aprender a crescer; e
- Realizar um trabalho diferenciado no individual com os alunos com maiores dificuldades, trazê-lo mais próximo do professor com atividades extracurriculares, e, ainda se não houver evolução encaminhá-los para outros setores como o NUPI.

Portanto, a divulgação dos resultados da rede municipal e da escola é apresentada para todo corpo docente pois todos são responsáveis pelos resultados, e não somente o professor da turma.

9.8 – AVALIAÇÃO/RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS E CONSELHO DE CLASSE

A recuperação terá como objetivo proporcionar aos alunos que demonstrarem rendimento insuficiente, oportunidade de aproveitamento e aprovação. Os estudos de recuperação serão planejados e aplicados em função das necessidades individuais, considerando a deficiência da aprendizagem.

Para tanto, a avaliação deverá utilizar diversas técnicas e instrumentos avaliativos (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outros).

A avaliação de estudantes PcD - Pessoa com Deficiência é flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, considerando os resultados ao longo de cada período avaliativo, expressando o desenvolvimento escolar

do estudante, seus avanços bem como as necessidades identificadas, para que se constituem num novo ponto de partida.

A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem pelo qual o professor pode refletir sobre sua metodologia e reorganizá-la em função dos resultados de aprendizagem apresentados. A mesma deve acontecer de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, assegurando aos estudantes novas oportunidades de aprendizagem.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e tem como objetivos a efetivação da apropriação dos conteúdos básicos, sendo oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independentemente de seu rendimento.

A recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, a ser realizada no final do último trimestre. Se no processo de recuperação, o educando obter um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa seu melhor momento em relação à aprendizagem dos conteúdos e devem ser registrados na Ata de Registro de Resultados Finais.

Diante deste contexto, esta Unidade de Ensino utiliza do Conselho de Classe que é formado por Professores de cada turma, do Coordenador Pedagógico, sob a presidência do representante da Direção da Unidade Escolar, com a finalidade de avaliar os aspectos qualitativos.

O Conselho de Classe reunir-se-á ao final de cada unidade didática, ao final do ano letivo regular, ao final dos estudos obrigatórios de recuperação, e extraordinariamente, quando convocado e de acordo com o número de turmas existentes. Isto porque compete ao Conselho de Classe: - acompanhar e avaliar o desempenho de cada aluno, individualmente, e do grupo de alunos como um todo, deliberando sobre as providências a serem tomadas; - definir sobre a organização, adequação e aplicação de planos e programas indispensáveis ao processo ensino-aprendizagem; - decidir sobre a promoção de cada aluno com base na análise dos aspectos psíquico-pedagógico e quando após estudos de recuperação apresente aproveitamento insuficiente; identificar os alunos de aproveitamento insuficiente; - selecionar conteúdos a recuperar; - analisar as notas obtidas pelos alunos nas disciplinas ou atividades; - opinar nos processos relativos à suspensão e cancelamento de matrícula de alunos; - classificar e reclassificar alunos; - decidir sobre a promoção do aluno, quando após estudos de recuperação, apresente

aproveitamento insuficiente; e - identificar o aluno de aproveitamento insuficiente, objetivando sua recuperação.

Durante a reunião do Conselho de Classe este levará em conta os seguintes elementos: - assiduidade; - comportamento e conduta geral dentro e fora da sala de aula; - notas obtidas nas disciplinas, áreas de estudo e atividades em que for aprovado; - circunstâncias diversas que tenham interferido para prejudicar o aproveitamento da disciplina em questão; - conceito geral que o aluno desfruta; e - o aluno não poderá ser submetido por anos seguidos ao conselho de classe para fins de aprovação ou reprovação, inclusive quando for reprovado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Portanto, o processo de avaliação e as estratégias de recuperação de estudos devem estar explícitas no planejamento do professor.

9.9 – PROPOSTA DE TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS FINAIS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, ao anunciar a Educação Infantil, realizada em creches e pré-escolas, como primeira etapa da Educação Básica, sugere um esforço integrador da Educação Infantil com os demais níveis educacionais, Ensino Fundamental e Médio.

Para o aluno a passagem entre as etapas de ensino não virá sem dificuldades. No início da vida escolar, impõe-se a dura separação da criança com suas famílias. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental as brincadeiras em sala de aula começam a dar lugar a atividades mais intensas e cobranças. Nos Anos Finais, surgem os professores especialistas, as provas cada vez mais exigentes e o desabrochar da adolescência – uma transição por si só difícil.

A Lei nº 11.274(2006) instituiu o Ensino Fundamental de nove anos (EF), ampliando a sua duração através da antecipação da idade de matrícula das crianças nas escolas, que, a partir de então, deve ocorrer aos seis anos. Fato relativamente recente na educação brasileira, o novo EF requer mudanças organizacionais, estruturais, curriculares e de gestão em todos esses âmbitos, ao mesmo tempo em que novas questões são colocadas em pauta, revigoram-se temas bastante antigos no campo educacional.

Uma das preocupações está na transição entre a Educação Infantil para o Ensino Fundamental, pois pode vir acarretar mudanças para a criança criando situações de

ansiedades e inseguranças. Garantir a adaptação dos alunos é uma tarefa complexa, mas que se torna mais fácil quando se procuram entender o contexto de onde eles vieram, seja de casa ou de outra etapa de ensino. É necessário assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização (Brasil, 2004b, p.22).

A rotina da Educação Infantil é bem diversificada, tem como eixo estruturante a interação e a brincadeira e ao ingressar nas séries iniciais do Ensino Fundamental os alunos encontram uma rotina um pouco diferenciada. É por isso que esse período merece toda a atenção da escola para que as crianças se adaptem a tantas transformações, os professores devem preparar um ambiente acolhedor que permita a continuidade do aprendizado.

A BNCC estabelece a importância da continuidade entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, aprofundando e ampliando as experiências da criança. Nesta perspectiva, a transição entre as duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que aja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagem das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

A transição entre as duas etapas de ensino, é um período repleto de desafios para as crianças e para os seus pais, as novidades geram empolgação, visto que evidenciam crescimento, aprendizado e desenvolvimento. No entanto, há também uma enorme insegurança e ansiedade, o medo do desconhecido e do novo faz com que as crianças ingressem nesta etapa temendo uma rotina mais rígida, sem contar que na sala de aula, as brincadeiras e cantigas são substituídas gradativamente. Diante disso, esta Unidade de Ensino possibilita que esse período tão importante na vida escolar ocorra de maneira mais tranquila. Para que as crianças se adaptem a tantas transformações, cabe ressaltar que não existe um padrão, cada um em sua individualidade apresenta uma reação diversa. Há crianças que acostumam rapidamente, porém existem também os que resistem, choram e se mostram resistentes.

A recomendação da BNCC é considerar o histórico dessa criança que chega ao Ensino Fundamental I, é essencial que o professor conheça quais habilidades desenvolveu, onde tem mais dificuldade e quais são seus potenciais. Dessa forma, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa etapa da vida escolar.

Para facilitar esse processo, esta Escola mantém algumas brincadeiras e propostas de interação no início, e na medida em que forem adaptando com a rotina, inserimos outras atividades. Esta fase de transição é tão importante que a BNCC sugere que os educadores façam uma síntese do desenvolvimento da criança durante a Educação Infantil, essa síntese deve ser compreendida como ponto de partida, que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não usado como condição ou pré-requisito para o acesso a próxima fase.

Diante disso, a Escola Municipal Iracy Silva Cangussu busca aproximar estas realidades em benefício dos alunos, professores e dos demais envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

As ações para que esse processo se torne menos doloroso e menos traumático para os alunos que chegam e que saem dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, compreendem:

- Estudos com os professores para a acolhida dos alunos do 1º ano, como o período de adaptação dos mesmos nessa nova etapa de ensino (planejamento, atividades lúdicas, gestão da sala de aula, organização da sala de aula);
- Realizar reuniões pedagógicas com os pais das turmas que estão passando por uma dessas etapas de transição e com os próprios alunos a fim de esclarecer o momento para que todos tenham sucesso nessa nova etapa;
- As turmas do 5º, na última reunião do ano, são informadas sobre o funcionamento do novo ano, onde as aulas terão horários definidos e os professores serão vários, pois cada componente curricular terá um professor diferente.

- Reconfigurar os tempos e os espaços em que as aprendizagens acontecem, diversificando as metodologias, utilizando a avaliação formativa e garantindo que a ludicidade permeie todo o processo didático-pedagógico.
- Construir os acordos e combinados, de forma coletiva e participativa, para uma convivência harmônica e democrática.
- Dedicar um tempo inicial para realizar atividades junto aos(as) estudantes, as quais favoreçam a compreensão da dinâmica didático-pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, a fim de que se sintam motivados(as) e mais preparados(as) a participar das atividades propostas ao longo do ano.
- Utilizar o espaço da coordenação pedagógica para subsidiar os(as) professores(as) com informações a respeito das particularidades dessa etapa de ensino para que possam melhor recepcionar os(as) estudantes, como também, no sentido de auxiliar os(as) profissionais da escola, a família e os(as) próprios(as) estudantes no processo de conhecimento da sua realidade e na preparação para as vivências futuras.
- Sensibilizar as famílias para que continuem participando da vida escolar dos(as) estudantes, envolvendo-as nos eventos e nas decisões.
- Propor atividades que extrapolem o espaço convencional da sala de aula, a fim de favorecer oportunidades de trabalhos em grupo, os quais valorizem a socialização de saberes e a convivência democrática: aulas em pátios, na quadra poliesportiva, na biblioteca escolar, em laboratórios, em praças, em museus, no zoológico, em feiras livres, em teatros, por meio de atividades pedagógicas mediadas por tecnologias digitais, buscando a manutenção do vínculo entre os(as) estudantes e a escola, e entre outros.
- Espaçar as tarefas, para os alunos do 1º Ano, tanto em sala de aula quanto aquelas a serem realizadas em casa, especialmente no início do ano, a fim de favorecer aos(as) estudantes um tempo maior para se adaptarem ao novo ritmo e volume de tarefas e informações.
- Trabalhar com a Temática de Projeto de Vida, especialmente sob o prisma do autoconhecimento, do autocuidado, dos valores e da motivação.

9.10 – PROJETOS E EVENTOS DA ESCOLA:

Como profissionais da educação, quando pensamos numa sala de aula, buscamos logo as soluções que sejam mais interessantes e viáveis para que os alunos tenham interesse e participação quanto aos conteúdos abordados.

Assim, os projetos desta Unidade de Ensino para o ano letivo compreendem:

Projetos:

- **Socioemocional:** 1º ao 5º Ano;
- **Recomposição da Aprendizagem:** 1º ao 5º Ano;
- **Integrador - Colabore com o meio ambiente Lixo é no lixo:** 1º ao 5º Ano;
- **Projeto Família e Escola:** 1º ao 5º Ano;
- **Projeto Mundo da leitura;** 1º ao 5º Ano;
- **Projeto Semana da Criança na Escola;** 1º ao 5º Ano;
- **Projeto Motivacional aos funcionários;**
- **Projeto Educação Antirracistas/Bullying - 14.811/2024:** 1º ao 5º Ano;

Eventos:

- **Dia Carnavalesco:** 1º ao 5º Ano (fevereiro).
- **O sentido da Páscoa:** 1º ao 5º Ano (abril).
- **Semana Junina:** 1º ao 5º Ano (junho).
- **Semana Folclórica:** 1º ao 5º Ano (agosto).
- **Semana da Pátria:** 1º ao 5º Ano (setembro).
- **Semana da Criança:** 1º ao 5º Ano (outubro).
- **O sentido do Natal:** 1º ao 5º Ano (dezembro).

9.11 – PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação desta Unidade de Ensino contempla metas, ações e responsáveis pelas propostas, com o objetivo de melhor executar: os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (a partir dos novos currículos) e a forma como a escola garantirá essas aprendizagens; as metas de resultados educacionais (indicadores da qualidade, metas para resultados no Saeb-Ideb - e demais avaliações locais, tanto para aspectos cognitivos como para as competências gerais da BNCC e outros aspectos socioemocionais); materiais educativos e didáticos (diretrizes para a escolha e/ou produção autônoma de materiais, livros didáticos e paradidáticos, brinquedos etc.); os objetivos e métodos para a formação docente dentro da escola (tempos, espaços e metodologia; papel de cada profissional no processo formativo); formas e critérios de avaliação da aprendizagem dos alunos, da formação de professores, da própria execução do Projeto Pedagógico, além da autoavaliação institucional.

9.12 – ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA:

A proposta pedagógica da Escola Municipal Iracy Silva Cangussu é operacionalizada através de grupos de trabalho envolvendo a Equipe Escolar, o Comitê Escolar do PPP com representantes da Comunidade Escolar. A opção por este procedimento surge a partir do entendimento de que o projeto possibilita a vinculação do saber com a prática social. É através dos projetos que contextualizamos e concretizamos os conceitos que vamos ensinar atribuindo-lhes sentido.

O Projeto Pedagógico da Escola é mais do que formalidade, é a aproximação do que se pensa sobre a educação, sobre o ensino, sobre os conteúdos do ensino, sobre o aluno com a prática pedagógica que se realiza na escola, é a aproximação, cada vez maior, entre o que se pensa ser a tarefa da instituição escolar e o trabalho que se desenvolve na escola, é o confronto entre as intenções e os resultados escolares, é uma filosofia de educação que se discute e se vive na escola.

Por isso, ele exige um constante acompanhamento para a certificação das propostas e seu andamento, das dificuldades enfrentadas para colocá-lo em ação, o que deverá ser feito para verificar e o que está e o que não está dando certo. Nenhuma proposta deverá ser colocada de lado, mas sim, trabalhada, mesmo que se tenha que buscar ajuda para alcançar esses objetivos. Portanto, é de suma importância que esse Projeto seja acompanhado na prática diária do professor, coordenador, conselho escolar, enfim, por todos que direta ou indiretamente estão inseridos em seu contexto de metas e ações a serem realizados.

A avaliação deverá ser feita no final do ano e/ou no início do ano letivo pelo Conselho Escolar e a Equipe Escolar depois apresenta se as mudanças à comunidade escolar, a fim de ter o potencial de ampliar o senso de pertencimento e o engajamento de toda a comunidade escolar, por meio de instrumentos próprios que especifiquem os avanços e regressos para que a escola possa mensurar de forma qualitativa o Projeto e implementar novas ações, se for preciso para o sucesso do mesmo.

A cada reavaliação do Projeto Político Pedagógico, estaremos também reavaliando a nossa sistemática de avaliação como também o nosso planejamento, visando a melhoria e qualidade do processo ensino-aprendizagem, que direção tomarmos, ou se esse balanço foi positivo, continuaremos com mais dinamismo ainda, buscando nossos objetivos finais.

Portanto, o processo de revisão do PPP é dinâmico e deve estar vinculado às demais ações pedagógicas da escola, incluindo a autoavaliação institucional. A escola, por meio dos profissionais de educação e toda a comunidade escolar, deve avaliar as atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, tendo como finalidade o pleno aprendizado e desenvolvimento do aluno. Assim, a revisão, avaliação e realimentação do PPP é em si um processo formativo para os profissionais da educação e toda a comunidade.

10 – BIBLIOGRAFIA:

BAHIA, *DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DA BAHIA*, para Educação Infantil e Ensino Fundamental, volume 01, Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

BARRA DA ESTIVA, *Atos Normativos*. Conselho Municipal de Educação de 2010.

BARRA DA ESTIVA, *REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA* para Educação Infantil e Ensino Fundamental, volume 01, Secretaria da Educação de Barra da Estiva, 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (Capítulo da Educação) de 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Brasília – MEC/ SEF, 1998. 3v.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental – Referencial Curricular Nacional, 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental – Brasília – MEC/ SEF, 1998. 10v.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192.
DEMO, Pedro. *Ser Professor é cuidar que o Aluno Aprenda*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FUNDESCOLA/DIPRO/FNDE/MEC, *Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola*; aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 3ª ed. Brasília: 2006.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Panico, Roberta e Perez, Tereza, *“Direção para os novos espaços e tempos da escola”*. Fundação Santillana e da Editora Moderna em parceria com a Comunidade Educativa (CEDAC), 1ª Edição, 2022.

VASCONCELLOS, Celso. *Planejamento*. Apostila.

VEIGA, Ilma P. A. (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1996.

VEIGA, Ilma P. A. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva*. In:

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

74

VYGOTSKY, L.S.A. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

11. ANEXOS:



ANEXOS:

- ANEXO A – Calendário Escolar da Escola Municipal Iracy Silva Cangussu;
- ANEXO B – Calendário Escolar da rede Pública Municipal de Barra da Estiva;
- ANEXO C – Matriz Curricular da rede Pública Municipal de Barra da Estiva;
- ANEXO D – Projeto Família e Escola;
- ANEXO E – **Projeto Mundo da leitura;**
- ANEXO F – Projeto Socioemocional;
- ANEXO G – Projeto recomposições das aprendizagens;
- ANEXO H – Projeto Integrador: Colabore com o Meio Ambiente: Lixo é no lixo;
- ANEXO I – Projeto Semana da Criança na Escola;
- ANEXO J – Plano de Gestão Escolar da Emisc;
- ANEXO L – Avaliação Institucional;
- ANEXO M – **Projeto Motivacional aos funcionários; e**
- ANEXO N – **Projeto Educação Antirracistas/Bullying - 14.811/2024;**



**ESCOLA MUNICIPAL IRACY SILVA CANGUSSU
CALENDÁRIO ESCOLAR – ANO LETIVO 2024**

JANEIRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

FEVEREIRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29		

MARÇO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24/31	25	26	27	28	29	30

ABRIL

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

MAIO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

JUNHO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23/30	24	25	26	27	28	29

JULHO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

AGOSTO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

SETEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

OUTUBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

NOVEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DEZEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

LEGENDA	
	FÉRIAS
	REUNIÃO COM AS FAMÍLIAS
	JORNADA PEDAGÓGICA
	FÉRIADO
	FÉRIAS DO 1º SEMESTRE AOS PROFESSORES E RECESSO AOS DEMAIS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO
	Eleição do Conselho Escolar

LEGENDA	
	AValiação INSTITUCIONAL
	RELATÓRIO E RECUPERAÇÃO
	RECREIO CULTURAL
	EVENTOS
	CONSELHO DE CLASSE
	RESULTADO FINAL



DATAS COMEMORATIVAS, RECESSOS E FERIADOS		DATAS COMEMORATIVAS, RECESSOS E FERIADOS	
JANEIRO	FÉRIAS 01 – Confraternização Universal/ Dia do Cuidador 06 – Dia de Reis 31 – Jornada Pedagógica	SETEMBRO	01 – Desfile Cívico da Emisc 02 – Folga referente ao dia 01 06 – Início da 3ª unidade 07 – Independência do Brasil 10 – Conselho de Classe/ Avaliação Institucional com os Funcionários. 11- Avaliação Institucional com os Alunos. 13 – 3ª Reunião Entre Família e Escola/ Eleição Do Conselho Escolar e Avaliação Institucional com os Pais. 27 – Recreio Cultural 30 – Dia do Secretário
FEVEREIRO	01 e 02 Jornada Pedagógica 05 – Início do ano letivo 09 – Baile de Carnaval na Emisc 12/13 e 14 – Recesso Carnaval 23 – 1ª Reunião Entre Família e Escola 29 – Recreio Cultural	OUTUBRO	07 – Folga referente ao dia 19 08 a 11 – Semana da Criança 12 – Padroeira do Brasil Aparecida 12 – Dia das Crianças 14 – Folga referente ao dia 19 15 – Dia do Professor/ Dia do Auxiliar Administrativo Escolar 19 – Festa aos Responsáveis pela família 21 – Dia da Família 25 – Recreio Cultural 28 – Dia do Servidor Público 30 – Dia da Merendeira Escolar
MARÇO	08 – Dia Internacional da Mulher 15 – Dia da Escola 22 – Recreio Cultural 28 e 29 – Recesso Páscoa de Cristo	NOVEMBRO	01 – Dia do Evangélico / Todos os Santos 02 – Dia de Finados 11 – Aniversário da Emisc 12 – Dia do Diretor Escolar 14 – Feira/ Festival Cultural 15 – Proclamação da República 20 – Dia Nacional da Consciência Negra 22 – Ação de Transição dos alunos do 5º Ano 26 – Início da quinzena Natalina 29 – Recreio Cultural
ABRIL	11 – Dia da Chapada Diamantina 18 – Dia do Livro Infantil 19 – Dia dos Povos Indígenas 21 – Tiradentes 22 – Chegada dos portugueses no Brasil 26 – Recreio Cultural	DEZEMBRO	03 – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência 11 – Festa da Saúde/ Encerramento 12 – Término do ano letivo/ 4ª Reunião entre Família e Escola 13 à 19 – Período de Recuperação 20 – Conselho de Classe 19 – Colação de Grau do 5º Ano 23 – Resultado Final 25 - Natal
MAIO	01 – Dia do Trabalhador 10 – Homenagem às Mães 13 – Dia da Abolição da Escravatura 12 – Dia das Mães 15 – Início da 2ª unidade 21 – Conselho de Classe 24 – 2ª Reunião Entre Família e Escola 30 – Corpus Christi 31 – Recreio Cultural		
JUNHO	05 – Dia Mundial do Meio Ambiente 09 – Dia do Porteiro Escolar 12 – Dia dos Namorados 20 – Recreio Cultural/ Festinha Junina 21 a 30 - Férias do 1º Semestre aos Professores e recesso aos demais Servidores da Educação 24 – Dia de São João 29 – Dia de São Pedro		
JULHO	01 a 07 - Férias do 1º Semestre aos Professores e recesso aos demais Servidores da Educação 02 – Independência da Bahia 15 – Aniversário do Município 20 – Dia do Amigo e da Amizade 25 – Dia do Motorista 26 – Recreio Cultural		
AGOSTO	06 – Dia do Padroeiro Municipal Bom Jesus 09 – Homenagem aos Pais e Estudantes 11 – Dia do Estudante 11 – Dia dos Pais 22 – Dia do Coordenador Pedagógico 30 – Recreio Cultural		

TOTAL: 200 DIAS LETIVOS.
Observações:
Calendário Escolar em consonância com a Lei 9394/96 – LDB
Total de sábados letivos: 00
Dias letivos previstos: 200
Carga horária: 800 (oitocentas) horas distribuídas por, no mínimo 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar (Lei 9394/96 – LDB, Art. 24)

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Outros

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO CME Nº 005, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre o Calendário Escolar de 2024, da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, e dá outras providências".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no ART. 23, § 2º da LDBEN nº 9.394/96 e, tendo em vista a decisão do Conselho Pleno do CME em Sessão extraordinária, realizada no dia 13 de novembro de 2023.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica estabelecido o Calendário Escolar de 2024, da Rede Pública Municipal de Ensino, do município de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme ANEXO ÚNICO que integra esta Resolução.

ART. 2º - Havendo necessidade de compatibilização da programação com eventos municipais ou por motivos extraordinários e relevantes, a Secretaria Municipal da Educação poderá alterar o calendário, resguardando o cumprimento da exigência de, no mínimo, 200 dias letivos e 800 horas aulas.

ART. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

BARRA DA ESTIVA - BA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Alexandre Rosa
Professor Alexandre Rosa
Presidente - CME 2022-2024

Marizane Lima Martins
Marizane Lima Martins
Presidente - CEB

HOMOLOGUE - SE CUMPRA - SE.
Barra da Estiva - BA, em 13 de novembro de 2023.

Marizane Lima Martins
Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação.
Decreto nº 022/2023, D. Oficial 15/03/2023

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 - Centro - CEP 46.650-000 - Barra da Estiva - Bahia

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



CALENDÁRIO ESCOLAR – ANO LETIVO 2024 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BARRA DA ESTIVA - BA

DIAS LETIVOS		
MESES	PERÍODO	Nº DE DIAS LETIVOS
Fevereiro	05 a 29	16
Março	01 a 27	19
Abril	01 a 30	22
Maiο	02 a 31	21
Junho	03 a 20	14
Julho	08 a 31	17
Agosto	01 a 30	21
Setembro	02 a 30	21
Outubro	01 a 31	21
Novembro	01 a 29	20
Dezembro	02 a 11	08
TOTAL DE DIAS LETIVOS		200

ATIVIDADES	PERÍODO
Jornada Pedagógica	31/01, 01 e 02/02/2024
Início do Ano Letivo	05/02/2024
Férias do 1º Semestre aos Professores e recesso aos demais Servidores da Educação	21/06/2024 a 07/07/2024
Término do Período Letivo	11/12/2024
Relatório Final e Resultado Final	12 a 18/12/2024
Início das Férias	01/01/2025

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES		
UNIDADE	Nº DE DIAS LETIVOS	PERÍODO
I UNIDADE	- 66 dias letivos	- De 05/02/2024 a 14/05/2024
II UNIDADE	- 68 dias letivos	- De 15/05/2024 a 05/09/2024
III UNIDADE	- 66 dias letivos	- De 06/09/2024 a 11/12/2024

Rua Dr. João Moises de Oliveira | 01 | Centro | Barra da Estiva-Ba
diariooficial.barradaestiva.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
54CBEEFC6EF4CEE952CAD638BCFB7BF2



Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



CALENDÁRIO ESCOLAR – ANO LETIVO 2024



JANEIRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

FEVEREIRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29		

MARÇO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24/31	25	26	27	28	29	30

ABRIL

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

MAIO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

JUNHO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23/30	24	25	26	27	28	29

JULHO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

AGOSTO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

SETEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

OUTUBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

NOVEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DEZEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



DATAS COMEMORATIVAS, RECESSOS E FERIADOS	
JANEIRO	FÉRIAS 01 – Confraternização Universal / Dia do Cuidador 06 – Dia de Reis 31 Jornada Pedagógica
FEVEREIRO	01 e 02 Jornada Pedagógica 05 – Início do ano letivo 13 – Carnaval
MARÇO	08 – Dia Internacional da Mulher 15 – Dia da Escola 29 – Paixão de Cristo
ABRIL	11 – Dia da Chapada Diamantina 18 – Dia do Livro Infantil 19 – Dia dos Povos Indígenas 21 – Tiradentes 22 – Chegada dos portugueses no Brasil
MAIO	01 – Dia do Trabalhador 13 – Dia da Abolição da Escravatura 12 – Dia das Mães 15 – Início da 2ª unidade 30 – Corpus Christi
JUNHO	05 – Dia Mundial do Meio Ambiente 09 – Dia do Porteiro Escolar 12 – Dia dos Namorados 24 – Dia de São João 29 – Dia de São Pedro
JULHO	02 – Independência da Bahia 15 – Aniversário do Município 20 – Dia do Amigo e da Amizade 25 – Dia do Motorista
AGOSTO	06 – Dia do Padroeiro Municipal Bom Jesus 11 – Dia do Estudante 11 – Dia dos Pais 22 – Dia do Coordenador Pedagógico
SETEMBRO	06 – Início da 3ª unidade 07 – Independência do Brasil 30 – Dia do Secretário
OUTUBRO	12 – Padroeira do Brasil Aparecida 12 – Dia das Crianças 15 – Dia do Professor/Dia do Auxiliar Administrativo Escolar 21 – Dia da Família 28 – Dia do Servidor Público 30 – Dia da Merendeira Escolar
NOVEMBRO	01 – Dia do Evangélico / Todos os Santos 02 – Dia de Finados 12 – Dia do Diretor Escolar 15 – Proclamação da República 20 – Dia Nacional da Consciência Negra
DEZEMBRO	03 – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência 11 – Término do ano letivo 25 – Natal

LEGENDA	
	Férias
	JORNADA PEDAGÓGICA
	FERIADO
	Férias do 1º Semestre aos Professores e recesso aos demais Servidores da Educação
	RELATÓRIO E RECUPERAÇÃO
	CONSELHO DE CLASSE
	RESULTADO FINAL

TOTAL: 200 DIAS LETIVOS.

Observações:

Calendário Escolar em consonância com a Lei 9394/96 – LDB

Total de sábados letivos: 00

Dias letivos previstos: 200

Carga horária: 800 (oitocentas) horas distribuídas por, no mínimo 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar (Lei 9394/96 – LDB, Art. 24)



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

1

Segunda-feira • 10 de Maio de 2021 • Ano VI • Nº 1513

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva publica:

- **Resolução nº 002, de 04 de Maio de 2021-** Dispõe Sobre a Matriz Curricular da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA, e dá Outras Providências correlatas.



Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Resoluções

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 04 DE MAIO DE 2021.

"Dispõe sobre a Matriz Curricular da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva - BA, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno do CME/BE em Sessão virtual Extraordinária, realizada no dia 04 de maio de 2021 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica aprovada a Matriz Curricular da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva, estado da Bahia, conforme disposto no ANEXO ÚNICO desta Resolução.

ART. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva - BA, em 04 de maio de 2021.

Professor João Souza Batista
Presidente - CME

Juliana Lago Rodrigues
Presidente - CEB

HOMOLOGUE - SE. PUBLIQUE - SE. CUMpra - SE.

Barra da Estiva - BA, em 04 de maio de 2021.

Janete dos Anjos Cordeiro
Secretária Municipal da Educação, Cultura, Esportes e Lazer
Decreto nº 003/2021, de 01/01/2021



ANEXO I

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS REGULAR

ADAPTAÇÃO À LEI Nº 9.394/96.

DURAÇÃO: 09(NOVE) ANOS.

Dias letivos: 200.	Semanas letivas: 40.	Dias Semanais: 05.	Nº de Horas/Dias: 04
--------------------	----------------------	--------------------	----------------------

TEMAS INTEGRADORES	COMPONENTES CURRICULARES							
	BASE NACIONAL COMUM							
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ENSINO RELIGIOSO	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA
Educação em Direitos Humanos	X			X	X	X		
Educação para as relações étnico-raciais	X				X	X		
Educação para o trânsito	X	X	X				X	
Saúde na escola	X	X	X				X	X
Educação Ambiental	X		X	X			X	
Educação Financeira e para o consumo	X	X		X	X			
Educação Digital	X	X	X					
Educação Fiscal	X	X		X				
Educação Alimentar e nutricional	X	X	X				X	X



CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTO									C.H. TOTAL
ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ENSINO RELIGIOSO	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	
1º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
2º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
3º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
4º Ano	240	200	80	80	80	40	40	40	800
5º Ano	240	200	80	80	80	40	40	40	800
Total Geral	1.440	1.000	400	280	280	200	200	200	4.000



ANEXO II

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	AULAS SEMANAIS					CARGA HORÁRIA
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	TOTAL
Área de Linguagens	Língua Portuguesa	08	08	08	06	06	1.440
	Arte	01	01	01	01	01	200
	Educação Física	01	01	01	01	01	200
Área da Matemática	Matemática	05	05	05	05	05	1000
Área de Ciências da Natureza	Ciências	02	02	02	02	02	400
Área de Ciências Humanas	História	01	01	01	02	02	280
	Geografia	01	01	01	02	02	280
Área de Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	01	01	01	01	200
TOTAL DE AULAS/SEMANAL		20	20	20	20	20	4.000



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES E LAZER



ORIENTAÇÕES CURRICULARES E OPERACIONAIS PARA O COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA.

INTRODUÇÃO

A proposta desta diretriz é orientar o desenvolvimento das aulas de Projeto de Vida – PV nas turmas de Ensino Fundamental Anos Finais. Destacamos que esta unidade curricular integra a parte diversificada do referencial curricular municipal de Barra da Estiva - Bahia.

Torna-se fundamental compreender que Projeto de Vida é para o estudante o caminho traçado entre "quem ele é" e "quem ele quer ser", partindo da apropriação da história de sua vida pessoal para projetar trajetórias sobre os próprios desejos de atuação no meio em que vive e no mundo. Alado a isso, encontra-se o exercício contínuo de autoconhecimento, de reflexão sobre sua própria atuação no mundo, na família e na comunidade.

Assim, esse componente curricular, deve considerar a formação integral do estudante, contemplando seu Projeto de Vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, além de ser uma estratégia pedagógica de reflexão sobre sua trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante, abaixo representadas:



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER,
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: CWN5AXOJ8Z2TU0AZ7E/CBG

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.



O projeto de vida na escola deve ser abordado em três dimensões diferentes. Ao trazer essas três áreas, permite-se um desenvolvimento mais holístico de um projeto de vida pelo jovem, evitando que ele deixe de lado aspectos essenciais para o seu conhecimento e planejamento de futuro.

Dimensão Pessoal

Na dimensão pessoal, o principal ponto a ser trabalhado é o autoconhecimento. O intuito é fazer com que os jovens se reconheçam como sujeitos.

Entre os aspectos desenvolvidos estão:

- A construção de identidade e valores;
- O reconhecimento da própria origem;
- A forma de lidar com os sentimentos.

É nessa dimensão em que se identificam os interesses, habilidades e vontades. O autoconhecimento favorece ainda a autoaceitação e o fortalecimento da autoestima, armas importantíssimas para o desenvolvimento pessoal.

Dimensão Social

Na dimensão social os jovens devem refletir sobre as relações interpessoais. Não só com o seu entorno mais próximo — familiares e colegas de escola — mas também da relação com o mundo, e o impacto que essas relações provocam.

Para desenvolver essa área no projeto de vida na escola, as atividades em grupo e o desenvolvimento de um senso de responsabilidade para com o bem comum são essenciais. Deve-se abordar a atuação dos indivíduos na sociedade para a solução de problemas coletivos, desde a escola até o planeta. É a dimensão responsável, também, pelo desenvolvimento de empatia e ética, por exemplo.

Dimensão Profissional

A dimensão profissional é a primeira pensada ao se falar de projeto de vida na escola. Nela, trabalha-se a inserção e permanência do jovem no mundo profissional, e a atuação produtiva deles no futuro.

Para essa área também é importante o autoconhecimento para a identificação e desenvolvimento de habilidades, competências e conhecimentos formais.



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES E LAZER



Adequando-se ao século XXI, e à constante transformação do trabalho, é preciso abordar temas como a criatividade, uso da tecnologia e empreendedorismo, entre outros.

Dessa forma, as aulas de Projeto de Vida devem promover um trabalho pedagógico com intencionalidade, estruturado com o objetivo de desenvolver a capacidade do estudante de dar sentido à sua existência, tomar decisões, planejar o futuro e agir no presente com autonomia e responsabilidade.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES:

A BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu Projeto de Vida. O Projeto de Vida deve ser elemento transversal no desenvolvimento da proposta de todas as áreas do conhecimento e seus respectivos componentes. É papel da escola auxiliar o estudante a aprender e a se reconhecer como sujeito, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu Projeto de Vida. Dessa forma, os currículos e as propostas pedagógicas das instituições escolares, conforme o disposto no Art. 5 da Resolução CNE/CEB nº 3/2018, considera o Projeto de Vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante.

O objetivo do Projeto de Vida é definido na BNCC como: "Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade".

Além da competência específica, a BNCC reconhece, em diversas partes de seu texto original, a importância do desenvolvimento humano global, estabelecendo algumas premissas a serem observadas pelos educadores e que estão diretamente alinhadas à construção do Projeto de Vida pessoal dos discentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecbe@yahoo.com.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: CWN5AXOJ8Z2TU0AZ7E/CBG

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.



complexidade e não linearidade da formação das crianças, adolescentes, jovens e adultos; ruptura com visões reducionistas que privilegiam a dimensão intelectual ou a afetiva; educação voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento, em suas singularidades e diversidades.

O Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva - Bahia além de manter a transversalidade do Projeto de Vida dentro dos diferentes componentes curriculares inclui em sua parte diversificada uma disciplina voltada para o desenvolvimento e acompanhamento do Projeto de Vida dos alunos, permitindo deste modo que o educando tenha um momento específico dentro de sua organização curricular para definir metas, descobrir potencialidades e criar estratégias a serem trabalhadas durante todo o seu percurso no Ensino Fundamental Anos Finais.

1.1 OBJETIVOS DAS AULAS DE PROJETO DE VIDA

- Oferecer subsídios para que os estudantes iniciem um processo gradual, lógico e reflexivo por meio de temáticas fundamentais, que se relacionam e se complementam entre si, auxiliando na construção de sua identidade (o ponto de partida) e seu posicionamento diante das distintas dimensões e circunstâncias da vida;
- Desenvolver habilidades e competências para o século XXI previstas nos Quatro Pilares da Educação;
- Construir e apropriar-se de conhecimentos e valores que permitam uma tomada de decisão;
- Desenvolver a responsabilidade por suas escolhas e compreender que as escolhas realizadas influenciam no futuro;
- Perceber a importância da escolaridade para realização de planos futuros;
- Vislumbrar diferentes cenários e possibilidades para sua formação acadêmica e profissional;
- Aprender a projetar e traçar caminhos entre o hoje e o amanhã;
- Pensar soluções que acarretem benefícios para a sua comunidade;
- Desenvolver o protagonismo.



2 DIRETRIZES OPERACIONAIS

As aulas de Projeto de Vida (PV) em 2021 serão desenvolvidas, anualmente, em todas as anos, com uma aula semanal no Ensino Fundamental Anos Finais.

Serão ministradas por professores de qualquer unidade curricular, considerando perfil desejado, a partir da disponibilidade de carga horária.

O Professor de Projeto de Vida deve ser parceiro, assim como os demais professores, na orientação e na construção dos projetos de vida dos estudantes. Por isso, deve acolhê-los de forma a considerar os seus sonhos, seus desejos, seu plano de vida e suas circunstâncias. É essencial o envolvimento da família no apoio e no incentivo à construção e ao desenvolvimento do projeto de vida.

O Professor de Projeto de Vida deve ter um perfil capaz de incentivar positivamente os estudantes e apresentar características como:

- Empatia, habilidade de escuta e resiliência;
- Boa capacidade para se comunicar;
- Imparcialidade;
- Solidariedade;
- Confiabilidade;
- Proatividade;
- Postura ética;
- Capacidade de planejamento e organização.

Na dinâmica do trabalho educativo, o professor de Projeto de Vida deve:

- Inspirar o estudante sendo afirmativo em sua vida;
- Ser emocionalmente estável para lidar com situações diversas;
- Provocar no estudante o despertar sobre os seus sonhos, suas ambições, aquilo que desejam para as suas vidas, aonde almejam chegar e que pessoas pretendem ser;
- Levar o estudante a refletir sobre suas ações, as etapas que deverão atravessar e sobre os mecanismos necessários para chegar aonde desejam;
- Considerar o estudante como foco das ações, independente das suas



circunstâncias, tal como ele é, como vive e como se constitui ao longo de sua vida;
• Acreditar que o estudante é capaz de concretizar todas as etapas necessárias para realizar seu Projeto de Vida.

As aulas de Projeto de Vida serão avaliadas de forma processual, com registro de conceitos e frequência para aprovação, considerando o desenvolvimento de habilidades como autoconhecimento, autonomia, compromisso, iniciativa, planejamento, resolutividade, responsabilidade pessoal e social com vistas à construção de seu projeto de vida.

2.1 ORGANIZAÇÃO DAS AULAS DE PROJETO DE VIDA

Para a organização das aulas de Projeto de Vida, é importante seguir os seguintes passos:

- A equipe gestora (diretor e pedagogo) será responsável por escolher o professor de Projeto de Vida conforme perfil e características propostas e disponibilidade de carga horária, bem como organizar seus horários no sentido de garantir a realização dos planejamentos entre os professores de Projeto de Vida e com as demais áreas de conhecimento;
- Antes do início das aulas, a escola deverá providenciar uma pasta individual para cada estudante ou envelope de tamanho suficiente para guardar todo material que foi produzido na Semana de Acolhimento, caso a equipe escolar tenha optado por realizar alguma ação de levantamento de "sonhos", além dos materiais que serão produzidos nas aulas de Projeto de Vida;
- Identificar as pastas ou os envelopes e agrupá-los por turma. Essas pastas ou envelopes deverão ficar em um local onde somente o professor de Projeto de Vida terá acesso, considerando que os materiais produzidos são muito pessoais e trazem sentimentos que não devem ser compartilhados a menos que seja desejo do estudante.
- Os professores deverão se apropriar do material estruturado elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer de Barra da Estiva – Bahia.
- Nos momentos de planejamento, com a articulação do coordenador, é

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA.
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: samecbe@yahoo.com.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: CWN5AXOJ8Z2TU0AZ7E/CBG

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.



importante que os professores de Projeto de Vida compartilhem com os demais professores o que está sendo desenvolvido nas aulas, para que possam alinhar seus planejamentos às necessidades dos estudantes.

- Periodicamente, é importante realizar autoavaliação com os estudantes, sem atribuição de nota, para que possam avaliar as transformações que estão vivenciando para possíveis correções de rota.
- Realizar, periodicamente, uma roda de conversa com as turmas para avaliar o desenvolvimento das aulas de Projeto de Vida, de forma a subsidiar o planejamento.

Exemplos de uma aula de Projeto de vida:

Objetivos: Introduzir aos alunos o conceito de Projeto de vida e o valor do contrato de convivência.

Atividades:

- Apresentação da disciplina – 10 min
- Dinâmica da apresentação dos estudantes com uma palavra. – 20 min
- Contrato de convivência – 15 min
- Conversa final – 5 min

Material:

- 3 folhas de cartolina
- Lápis de hidrocor grande
- Caneta para cada aluno
- Fita dupla face para colar na parede (ou a fita que tiver na escola)

Atividade 1: Apresentação da disciplina - 10 minutos

Essa apresentação não se recomenda a leitura, visto que existem alguns termos que o aluno certamente não conhece como o próprio Projeto de Vida, por isso professor, leia antes e explique a seus alunos, adequando à linguagem, se necessário.

A sala onde acontecerão os encontros de Projeto de Vida deverá estar sempre com as cadeiras em círculo de forma que todos possam se ver e se ouvir



melhor, um círculo no qual o próprio professor está inserido, evitando a posição de dono da verdade e se colocando mais como o facilitador que ele será nesse espaço.

O processo de construção do Projeto de Vida parte do autoconhecimento. Trabalhar o tema "Projeto de Vida" não é simples, nem rápido, tão pouco é fácil, seja com pessoas de qualquer faixa etária, mas especialmente com adolescentes e jovens.

Pensar sobre o seu projeto de vida se trata não apenas de um exercício de reflexão sobre planos e sonhos, mas da descoberta de si mesmo, suas potencialidades, seus desejos, assim como seu papel e sua importância na sociedade em que vive e no mundo. O Projeto de Vida se constrói partindo da compreensão da realidade presente para só então projetar o futuro.

PROJETO: Família e Escola caminhando juntas!



Barra da Estiva – BA
2024

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

**A parceria entre a família e a escola é fundamental para a melhoria dos resultados educacionais,
pois permite aos alunos que alcancem o desenvolvimento integral.**

(autor desconhecido)

Avenida São Bento - s/nº - Centro - CEP: 46.650 – 000 - Barra da Estiva – BA.
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / - Emisc: (77) 998383967
E-mail: iracy.cangussu@hotmail.com

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



IDENTIFICAÇÃO:

Escola Municipal Iracy Silva Cangussu.

Código: 29462240

Endereço: Avenida São Bento S/nº - Centro.

Município: Barra da Estiva

Estado: Bahia

CEP: 46.650-000

Localização: Zona Urbana.

Telefone Celular: (77) 99838 - 3967.

Email: Iracy.cangussu@hotmail.com

Horário de Funcionamento: 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Entidade mantenedora: Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação de Barra da Estiva.



IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA:

Diretora:

- Lucimar Oliveira Silva Cordeiro

Coordenadora:

- Ivonilde Caires dos Santos Elva

Secretária:

- Jéssica Aguiar Siles

Auxiliares Administrativos:

Antônia de Novais Ribeiro
Aparecida Santana Sizílio
Daiane Arcelino dos Santos
Helena Lima Rocha
Jacileide Pires Gomes
Josiane Caires Rodrigues
Kátia Silva Souza
Maria Isabel Bispo Souza
Maura Silva Freitas
Mirian Guimarães Câmara
Pedrina da Paixão Silva
Uelton dos Santos Novais
Viques Ribeiro dos Santos.

Professores:

- Adriana Santos Teixeira Oliveira;
- Andreza Correia Moura;
- Celimar Nascimento Ribeiro Silva;
- Dable Oliveira Araújo Dutra;
- Daldemar Alves Ferreira;
- Josenilda Luzia da Silva Santos;
- Juciene Almeida de Moraes;
- Lucileide Ribeiro Alves Ferreira;
- Magna Aparecida de Souza Ribeiro; e
- Tiara Silva Santos.



INTRODUÇÃO:

Uma boa relação entre família e escola é o que se espera. E que esta seja a melhor possível para que o desenvolvimento das crianças por meio da integração entre a educação escolar e a educação realizada no meio familiar possa ser realizada.

As literaturas mostram que a família sempre foi apontada como parte fundamental do sucesso ou fracasso escolar. Entende-se com isso que buscar harmonizar família e escola deve ser prioridade de qualquer trabalho educativo que tem como foco a formação de um indivíduo autônomo.

Essa harmonia entre escola e família deve acontecer a fim de a divisão do trabalho de educação de crianças, jovens e adultos, possam envolver expectativas recíprocas. Dessa forma, a parceria entre família e escola é essencial, é um dos mais importantes recursos para a melhoria na aprendizagem e deve ser sempre baseada na participação da família na vida escolar do aluno visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Neste sentido, a escola possui um papel importante na construção da parceria com os pais, conscientizando-os da necessidade que a família tem em vivenciar reflexões que lhe proporcione a auto-estima, afim de que se sintam compreendidos e não acusados pela instituição escolar.

Segundo Tiba (2002, p. 123), “Felicidade não é fazer tudo que se tem vontade, mas ficar feliz com o que se está fazendo”. Diante disto, acreditamos que cada instituição deve conhecer o seu papel e juntos em uma parceria Família e Escola compreenderem que juntos é essencial para a construção de verdadeiros cidadãos críticos, capazes de irem em busca de um mundo melhor, com ideais de paz, liberdade e justiça social. No entanto, esse ideal somente será concretizado se houver uma interação entre a convivência familiar, social e escolar.

O presente trabalho não tem a intenção em chegar a uma conclusão de forma a esgotar o assunto, mas sim em apontar a importância da construção dessa parceria Família e Escola e os possíveis aspectos que podem ser relevantes às dificuldades no processo de relacionamento entre essas duas instituições.

PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA:

PROBLEMA:

Não é difícil de observar que a família tem se afastado cada vez mais da escola. E a partir de nossas observações e experiências no cotidiano de sala de aula, vimos que os pais precisam estar presentes nos eventos da escola.

Percebendo a necessidade da relação família e escola, a diferenciação da função dessas duas instituições, as consequências dessa relação no processo ensino-aprendizagem e as possibilidades de praticar estratégias que possibilitem à família participar efetivamente da escola.

JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos, se questiona sobre o descaso com relação ao envolvimento da família no processo educativo. Sem dúvida, a iniciativa de tal envolvimento torna-se uma tarefa árdua, devido às inseguranças e incertezas, além da ausência de esclarecimentos sobre o processo educacional.

Segundo Tiba (2002) a parceria entre a família e a escola é de grande valia para um excelente resultado no desenvolvimento moral, intelectual e na formação do indivíduo. Ele continua dizendo que estas instituições, assim como toda instituição, tem passado por profundas transformações ao longo da história. Mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas em função da globalização acabam por interferir na estrutura e na dinâmica escolar, de forma que a família, em vista das circunstâncias vem transferindo para a escola a tarefa de educar que deveria ser sua.

Sendo assim, Tiba (2002, p. 183) destaca “que se a parceria entre família e escola for formada desde os primeiros passos da criança, todos terão muito a lucrar”.

Compreendemos que não são poucas as dúvidas que permeiam essa relação, Família e Escola, porque as famílias, a comunidade de um modo geral, imaginam que só se aprende na escola, pensamento este, bastante errôneo, pois tanto a escola quanto a família são ambientes de aprendizagem e lugares de constituição do sujeito, à forma de entender e ler o mundo.



Zagury (2008, p.213) afirma ainda que “é a escola e a família os responsáveis por transformar nossos filhos em homens de bem, em cidadãos, pessoas maravilhosas, honestas, íntegras, saudáveis física, intelectual e psiquicamente, de quem todos nos orgulharemos no futuro”. Torna evidente que a instituição escolar não pode viver sem a familiar e vice-versa, porque uma depende da outra para atingir seu maior objetivo. Tal objetivo compreende em tornar o educando/filho em um aprendiz reflexivo para ter um futuro mais digno e assim formar uma sociedade mais justa para se viver.

Por isso, a escola precisa compreender que é uma instituição que complementa a família, e que essas duas instituições necessitam ser um lugar agradável e afetivo para os alunos/filhos. Tal parceria requer que a família e a escola se coloquem uma no lugar da outra, e não troquem apenas favores. Pensando nessa união da família com a escola é buscamos em nossa pesquisa levantar um estudo acerca com base em vários teóricos tais como: Zagury (2008), Tiba (2002) e outros, que tratam da parceria entre família e escola, esclarecendo a diferença de papéis dessas duas instituições, as consequências dessa relação no processo ensino-aprendizagem.



OBJETIVOS:

Geral

- Elaborar, executar, avaliar e acompanhar os projetos pertinentes à educação, os programas e as políticas públicas, as Propostas Curriculares, o Calendário Escolar, o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), contribuindo para a construção e operacionalização de uma proposta pedagógica que objetiva a democratização do ensino, através da participação efetiva da família e demais segmentos da sociedade.

Específicos:

- Participar da promoção e coordenação de reuniões com o corpo docente e discente da unidade escolar, como no Conselho Escolar, Conselho de Classe e Docente promovendo assim a integração da Escola com a Família, e a Comunidade;
- Contribuir na preparação do aluno para o exercício da cidadania, incentivando os alunos a participarem de concursos, feiras de cultura, pesquisas de campo, promovendo visitas, consultas, debates, e outros; e
- Acompanhar o estabelecimento escolar, avaliando o desempenho de seus componentes e verificando o cumprimento de normas e diretrizes para garantir eficácia do processo educativo.

PÚBLICO ALVO: Comunidade Escolar.

DURAÇÃO: Todo o ano letivo de 2024.



ETAPAS:

1. Comunicação efetiva, com:

- Comunicados na agenda e/ou no WhastApp;
- Reunião de Pais (coletiva e individual) – **Professores e Pais como Parceiros**;
- Atendimentos via telefone e/ou WhatsApp;
- Redes Sociais (Facebook, Instagram etc.); e
- Murais na escola.

2. Realização de reuniões, como:

- Reunião Administrativa e Pedagógica no início do ano letivo; e
- Reuniões de Pais e Mestre ao final de cada trimestre.

3. Escuta da família:

- Enquete com perguntas e sugestões, que serão entregues no ato da matrícula e/ou renovação; e
- Uso de caixa de sugestões.

4. Promover Eventos escolares com atividades pedagógicas, a participação e o protagonismo das famílias:

- Carnaval;
- Dia das Mães;
- Semana Junina;
- Dia dos Pais;
- Semana da Pátria: desfile pelo bairro, envolvendo todos os alunos;
- Semana das Crianças;
- Dia da Família, festa aos pais e/ou responsáveis;
- Feira do Livro, Feira de Ciências ou Festival Cultural;
- Quinzena Natalina;
- Festa da saudade;
- Colação de Grau dos alunos do 5º ano; e
- Transição do aluno: para o 1º Ano e para o 6º Ano.

DESENVOLVIMENTO:

Para este projeto foram propostas várias ações com todos, promovendo a motivação da equipe escolar.

1ª AÇÃO: RODA DE CONVERSA - (02/02/2024 - SEXTA):

2ª AÇÃO: DIA DAS MÃES - (10/06/2024 - SEXTA).

Equipe responsável: Adriana e Celimar.

3ª AÇÃO: FESTA JUNINA - (20/06/2024 - QUINTA).

Equipe responsável: Todos.

4ª AÇÃO: DIA DOS PAIS E ESTUDANTE - (09/08/2024 - SEXTA).

Equipe responsável: Tiara e Josenilda.

5ª AÇÃO: DESFILE CÍVICO - (01/09/2024 - DOMINGO).

Equipe responsável: Todos.

6ª AÇÃO: SEMANA DA CRIANÇA - (08/12 ATÉ 11/10/2024 – TERÇA À SEXTA).

Equipe responsável: Todos.

7ª AÇÃO: FESTA DA FAMÍLIA - (19/10/2024 - DOMINGO).

Equipe responsável: Ivonilde e Lucimar.

8ª AÇÃO: ANIVERSÁRIO DA EMISC - (11/11/2024 - SEGUNDA).

Equipe responsável: Lucileide e Magna.

9ª AÇÃO: FEIRA CULTURAL - (14/11/2024 - QUINTA).

Equipe responsável: Dable e Juciene.

10ª AÇÃO: COLAÇÃO DE GRAU - (19/12/2024 - QUINTA).

Equipe responsável: Andreza e Daldemar.



RECURSOS:

- **HUMANOS**

Alunos, Pais e/ou Responsáveis, Diretora, Coordenadora, Professores, Monitores, Cuidadoras e Funcionários de Apoio e Administrativo Educacional.

- **MATERIAIS:**

- ✓ Data show;
- ✓ Realias;
- ✓ Cartazes;
- ✓ Mimos;
- ✓ Comidas; e
- ✓ Bebidas.



AVALIAÇÃO E REELABORAÇÃO:

Em cada ação e atividades teremos o feedback fazendo uma ligação das vivências com o cotidiano da escola, acontecendo ao final de cada evento ou ao final do ano, dependendo da necessidade da equipe. Como também, ouvindo da equipe os pontos negativos e positivos.

PROJETO:



MUNDO DA LEITURA!

Barra da Estiva – BA
2024

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

“Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas”.
(Mario Quintana)

IDENTIFICAÇÃO:

Escola Municipal Iracy Silva Cangussu.

Código: 29462240

Endereço: Avenida São Bento S/nº - Centro.

Município: Barra da Estiva

Estado: Bahia

CEP: 46.650-000

Localização: Zona Urbana.

Telefone Celular: (77) 99838 - 3967.

Email: iracy.cangussu@hotmail.com

Horário de Funcionamento: 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Entidade mantenedora: Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação de Barra da Estiva.



IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA:

Diretora:

- Lucimar Oliveira Silva Cordeiro

Coordenadora:

- Ivonilde Caires dos Santos Elva

Secretária:

- Jéssica Aguiar Siles

Auxiliares Administrativos:

Antônia de Novais Ribeiro
Aparecida Santana Sizílio
Daiane Arcelino dos Santos
Helena Lima Rocha
Jacileide Pires Gomes
Josiane Caires Rodrigues
Kátia Silva Souza
Maria Isabel Bispo Souza
Maura Silva Freitas
Mirian Guimarães Câmara
Pedrina da Paixão Silva
Uelton dos Santos Novais
Viques Ribeiro dos Santos.

Professores:

- Adriana Santos Teixeira Oliveira;
- Andreza Correia Moura;
- Celimar Nascimento Ribeiro Silva;
- Dable Oliveira Araújo Dutra;
- Daldemar Alves Ferreira;
- Josenilda Luzia da Silva Santos;
- Juciene Almeida de Moraes;
- Lucileide Ribeiro Alves Ferreira;
- Magna Aparecida de Souza Ribeiro; e
- Tiara Silva Santos.



INTRODUÇÃO:

O projeto tem o propósito de motivar os alunos nesse processo de leitura, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e participativos, que adquiram competência para opinar e expressar suas ideias, obtendo melhor interação na sociedade. O ato de ler tem grande importância e deve ser apresentado desde a infância; a leitura contribui na formação, no desenvolvimento de comportamentos e capacidades de perceber e assimilar o universo da escrita, melhorando seu conhecimento e superando as dificuldades na própria vida.

A prática da leitura estimula a criatividade, diminui o estresse, desenvolve a imaginação, trabalha a memória, aprimora o vocabulário, ajuda na escrita e traz muitos outros benefícios. Um dos objetivos do projeto é desenvolver o hábito e a apreciação pela leitura, proporcionar aos alunos, através da leitura, a oportunidade de ampliar seus conhecimentos em relação a si próprios e sua vivência na sociedade, promovendo pensamentos críticos pessoais e culturais. Articular propósitos torna o estudante corresponsável pela própria aprendizagem, tornando-a de caráter mais colaborativo e com ações que favorecem conhecimentos em diversas áreas.

JUSTIFICATIVA:

A escola necessita envolver os alunos cada vez mais no universo da leitura e da escrita, de forma diferenciada, despertando o interesse deles para participar das atividades desenvolvidas. Isso requer muito empenhamento e compromisso daqueles que desejam construir uma sociedade mais justa e humana. Despertar alguém para ler e escrever exige esforço, sendo necessário que haja parcerias e compromisso sério por parte de todos os envolvidos nos métodos educacionais. Nesse sentido, o projeto determina o compromisso de professores, alunos e pais, com o objetivo de formar alunos na condição de cidadãos conscientes, leitores, críticos e participativos.

O ato de ler é geralmente ligado aos livros e a uma prática mais voltada ao ambiente escolar. No entanto, a leitura vai além da decodificação. Segundo Martins (1990), a leitura de mundo, a compreensão, é mais abrangente do que a decodificação; é preciso extrapolar essa visão mecânica, pois as pessoas se educam “mediatizadas pelo mundo” (FREIRE, 19836, p.790), o tempo todo.

A leitura é o caminho para a interação entre os interlocutores, sendo reconhecida como um processo individual e único pelo qual um indivíduo perpassa: ler, entender, compreender gestos; decodificar a mensagem de placas, anúncios, outdoors, entre outros. Assim, a leitura torna-se essencial ao longo da Educação Básica e no decorrer de todo o processo escolar e deve ser intensificada e retomada em todas as áreas do conhecimento.

A leitura é um processo de construção de sentido, sentido dos textos e contextos, estabelecimento pelo leitor das informações do texto e de seus conhecimentos. Assim, é preciso que os alunos compreendam, reflitam e formem senso crítico sobre o que leem, em um processo ativo, partindo da decodificação para o estabelecimento de relações entre as informações decodificadas e os seus conhecimentos prévios, seu conhecimento textual, reconhecendo a intertextualidade.

É importante ter em mente que o planejamento do projeto deve estar alinhado à BNCC (2017).



No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (p. 14).

É inegável a importância da leitura na vida das crianças, mas não podemos deixar de observar também que a tecnologia vem tomando cada dia mais espaço e por muitas vezes deixamos de utilizá-la em sala de aula, seja por pré conceito ou por falta de domínio.

Este hábito deve ser estimulado desde pequeno pela família, a criança que ouve histórias desde cedo, que tem contato direto com livros terá um desenvolvimento muito melhor do que aquela criança que não teve este incentivo.

A leitura é a capacidade de refletir, pensar e obter prazer na construção do conhecimento pode deixar de ser um complemento e transformar-se em algo incorporado às práticas da sala de aula.

Os professores que proporcionam uma leitura agradável, sem forçar, com naturalidade, farão despertar na criança um hábito que poderá acompanhá-la pela vida. Se o professor acreditar que além de informar, instruir ou ensinar, o livro e as tecnologias podem dar prazer, encontrará meios de mostrar isso à criança. E ela vai se interessar, vai querer buscar esta alegria e satisfação. Tudo está em ter a chance de conhecer a grande magia que a leitura proporciona.

Nossa proposta é aliar a leitura ao uso da tecnologia.



OBJETIVOS:

Geral:

- Desenvolver habilidades e competências relacionadas à leitura, estimulando no educando o gosto pela leitura, ampliando o conhecimento linguístico e cultural dos mesmos, contribuindo na formação de princípios e valores para a construção da cidadania.

Específicos:

- Ampliar o repertório de histórias conhecidas;
- Desenvolver a linguagem, criar possibilidades pedagógicas criativas e estimulantes para o aluno;
- Permitir a troca de idéias, conceitos e entendimentos entre os participantes;
- Enriquecer o vocabulário;
- Construir o hábito de ouvir histórias e sentir prazer nas situações que envolvem leitura de história;
- Realizar leituras orais e silenciosas de histórias;
- Interpretar histórias lidas;
- Desenvolver as habilidades linguísticas: falar, escutar, ler e escrever;
- Auxiliar o aluno no processo de constituição da sua identidade e na formação de valores próprios;
- Tornar a hora de contar a história, um momento que represente uma quebra na rotina diária, um momento de prazer.

PÚBLICO ALVO: Comunidade Escolar.

DURAÇÃO: Todo o ano letivo de 2024.

ETAPAS:

Foco na Autonomia do estudante:

- O uso da fala;
 - Produção oral, escrita e artística;
 - Exposição de trabalhos escolares; e
 - Autoavaliação.

Ações:

- Dia D: Recreio cultural, uma vez ao mês;
- Rodas de trocas e experiências semanalmente;
- Apresentações culturais durante o ano letivo; e
- Piquenique literário, durante o ano letivo.

DESENVOLVIMENTO:

Percebemos que a realidade atual vem afastando cada vez mais nossos alunos do ato de ler. Aspectos como computadores, videogames, TV, o acesso restrito a leitura no núcleo familiar e a falta de incentivo tem ocasionado pouco interesse pela leitura e, por consequência, dificuldades marcantes que sentimos na escola: vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de compreensão, erros ortográficos, poucas produções significativas dos alunos, conhecimento restrito.

Esta literatura tem o poder de estimular e suscitar o imaginário, de responder as dúvidas em relação a tantas perguntas, de encontrar novas ideias para solucionar questões e instigar a curiosidade. Nesse processo, a leitura tem uma importância que vai além do prazer. É através de uma história, que a criança pode conhecer coisas novas, para que efetivamente sejam iniciados a construção da linguagem, da oralidade, ideias, valores e sentimentos, os quais ajudarão na sua formação pessoal.

Considera-se que o gosto pela leitura se constrói através de um longo processo e que é fundamental para o desenvolvimento de potencialidades, há a necessidade de se propor atividades diversas e diferenciadas para a formação do leitor crítico.

Pensando dessa forma, torna-se necessário e viável, pois pretende fomentar a leitura, a interpretação e a produção por meios de livros físicos e das tecnologias.

As ferramentas digitais ajudam a despertar a curiosidade e são um poderoso instrumento para o desenvolvimento da imaginação. As crianças são naturalmente atraídas por histórias, vídeos e jogos. Temos que explorar esse potencial ao nosso planejamento e na Educação.

Segue alguns exemplos de atividades que podem ser desenvolvidas dentro do projeto:

► **Reconto de histórias utilizando a modalidade oral:** convida pais e responsáveis a escolher junto com as crianças uma das histórias sugeridas para recontarem e brincarem com ela. Sugira que as crianças possam opinar e argumentar o porquê da escolha. Depois, que instiguem as crianças a pensar sobre como poderiam organizar um reconto e a dramatização da história escolhida.

► **A mala do conto:** é uma atividade para ser realizada em casa em conjunto com a família. A criança leva para casa uma maletinha confeccionada com temas infantis que inclui: livro de literatura infantil, um caderno, lápis de cor, lápis grafite preto e borracha. O aluno juntamente com um de seus familiares realiza a leitura e posteriormente fazem uma apreciação escrita. E para atender a todos os alunos é feito rodízio da maleta entre as crianças;

► **Varal literário:** é realizado todos os dias da semana ficando exposto na parede da sala com variedades de gêneros textuais permitindo que cada criança faça a escolha de acordo com o seu gosto e leia; para essa atividade, a criança que ler mais textos é incentivada com uma premiação após interpretação oral do que foi lido para a professora ou para a coordenadora;

► **Cesta Literária:** é organizada no espaço externo da sala de aula e/ou pátios com várias atividades relacionadas com leitura e contação de história, com a duração de 30 a 40 minutos (de duas em duas turmas), essas atividades contam com a participação de funcionários, pais e professores e outros que se fizerem voluntários. Outras atividades fazem parte da Cesta Literária que são: a apresentação de solo musical, teatro e leitura de um livro de literatura infantil para ser feita pela criança de acordo com o seu nível de maturidade como leitor;

► **Empréstimo de livro:** feito na sala de aula. Esta atividade é realizada durante a semana no horário de aula. Dentro de cada sala de aula existe um pequeno acervo de livros infantis, onde as crianças podem manusear, e escolher um para levar para casa sempre que quiser. Os professores fazem o controle dos empréstimos através de registro em fichas que ficam em seu poder.

Esperamos que ao final desse trabalho as crianças adquiram gosto e hábito de ler, e que deem liberdade para sua imaginação e também que os pais sejam influenciados com essa nova postura de leitor que seus filhos adquiriram.

O foco da educação hoje está no desenvolvimento de competências e habilidades. Aproveitando para inserir as redes sociais em suas aulas, expandindo o aprendizado e dando espaço a um ensino mais personalizado. As redes sociais permitem interação, personalização e a possibilidade de realizar trabalhos que expressem mais a vivência e a visão do aluno.

Traga o mundo imaginário dos alunos para a sala de aula, propiciando a produção e estimulando o raciocínio lógico, dando aos alunos a oportunidade de serem protagonistas, autorais e construtores da sua própria aprendizagem.



RECURSOS:

- **HUMANOS**

Alunos, Pais e/ou Responsáveis, Diretora, Coordenadora, Professores, Monitores, Cuidadoras e Funcionários de Apoio e Administrativo Educacional.

- **MATERIAIS:**

- ✓ Obras literárias;
- ✓ Internet;
- ✓ Rádio;
- ✓ Plataformas digitais;
- ✓ Revistas;
- ✓ Projetor;
- ✓ Computador;
- ✓ Outros.



AVALIAÇÃO E REELABORAÇÃO:

A avaliação será realizada no decorrer do desenvolvimento da aprendizagem, levando em consideração a participação e o interesse dos alunos nas atividades propostas tanto individuais quanto coletivas.

Desta forma, conclui-se que é por meio da leitura que o aluno tem a oportunidade de desenvolver o raciocínio lógico e interpretar o mundo a sua maneira, considerando seus conhecimentos já adquiridos e consequentemente tornando-se um cidadão participativo e conhecedor de seus direitos, a leitura é também um veículo pelo qual o leitor adquire novas aprendizagens e informações.

ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

PROJETO
SOCIOEMOCIONAL

**BENEFÍCIO MÚTUO E
RESPEITO AO PRÓXIMO**

BARRA DA ESTIVA

2024

Avenida São Bento - s/nº - Centro - CEP: 46.650 – 000 - Barra da Estiva – BA.
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / - Emisc: (77) 998383967
E-mail: iracy.cangussu@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A importância da literatura na educação é consenso na escola, na família, na sociedade. É por meio da literatura que o aluno, de um jeito interativo e lúdico, pode se colocar no lugar do outro para viver experiências que muitas vezes não viveria na realidade. Isso permite que ele experimente sensações, aprimore sentimentos, reflita sobre as próprias ações e sobre as consequências das próprias atitudes no relacionamento e na interação com os outros e com o meio em que atua. Por isso, e devido ao entendimento de que o estudante necessita ter uma formação integral, ou seja, é também responsabilidade da escola preparar o aluno para as relações pessoais e sociais, para os desafios do século 21, para a vida como um todo, o trabalho com competências socioemocionais tem conquistado cada vez mais espaço no ambiente escolar. O que dizer, então, da leitura de textos literários dilatando o olhar do leitor para competências socioemocionais?

A proposta do Projeto Temático Socioemocional é ofertar às escolas um trabalho consistente, visando reforçar a leitura literária como um instrumento para o leitor perceber – em cada aventura, cada história, com humor, suspense ou romance – como diferentes personagens, com personalidades distintas, interagem entre si, lidam com suas próprias emoções, se relacionam, gerenciam objetivos de vida, resolvem problemas, influenciam o entorno e exercem a cidadania.

Pretende-se que os alunos observem em tais personagens pontos fortes e fracos, reflitam sobre suas próprias vidas, reações e sentimentos e, quiçá, encontrem inspiração para serem mais resilientes, mais cooperativos, líderes de outros e de sua própria trajetória. Uma sugestão é que a escola trabalhe, ao mesmo tempo, uma obra em cada ano escolar do Ensino Fundamental I e II, cada uma com foco em uma competência socioemocional. No projeto de cada ano escolar há um direcionamento para interpretação de texto e de imagens, quando significativas, propostas de reflexão, dinâmicas, debates e atividades para aquisição de conhecimento de modo interdisciplinar; além de dicas para o(a) professor(a) expandir o próprio conhecimento e compartilhá-lo com os alunos, se achar pertinente à faixa etária deles. Ao final de cada projeto também há uma ou mais propostas de avaliação, para que o(a) professor(a) se certifique de que os conteúdos passados foram de fato introjetados pelos alunos, agora capazes de aplicá-los em seu dia a dia.

A quebra de paradigmas ineficazes, isto é, a nova visão de mundo do leitor após o trabalho com o Projeto Temático Socioemocional vai conduzi-lo não só a melhores resultados pessoais e sociais, mas também a um melhor desempenho cognitivo.

OBJETIVOS:

- Promover a grandeza que há em cada aluno, levando-o a perceber suas próprias potencialidades, desenvolvendo sua autoestima e seu autoconhecimento para que se torne protagonista de sua vida e agente transformador da sociedade. Levar os alunos a compreender que a maneira como o ser humano vê o mundo (paradigmas) determina o que ele faz (comportamentos), assim como o que ele obtém (resultados).
- Ajudar os alunos a mudar paradigmas ineficazes para construir paradigmas eficazes.
- Levar os alunos a tornarem-se pessoas eficazes, movendo-se da dependência para a interdependência, e a aprenderem a conviver.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS EM DESTAQUE:

Para sistematizar o trabalho com as competências socioemocionais neste Projeto, buscou-se aprofundar algumas competências em cada ano escolar. No entanto, outras competências podem ser trabalhadas, complementando o tema central. A lista a seguir mostra as obras sugeridas para cada ano e as competências socioemocionais, os princípios e os paradigmas a serem trabalhados em cada um.

1º ANO – LIVRO: *DEIXA QUE EU NÃO FAÇO!*

Competências em destaque: ser proativo; ter iniciativa.

Princípio: sou livre para escolher e responsável por minhas escolhas.

Paradigma ineficaz: sou produto das minhas circunstâncias.

Paradigma eficaz: sou produto das minhas escolhas.

Alguns resultados esperados: mais autoconsciência, mais iniciativa.

2º ANO – LIVRO: SE CRIANÇA GOVERNASSE O MUNDO...

Competências em destaque: benefício mútuo; respeito ao próximo.

Princípio: relacionamentos eficazes e duradouros requerem respeito e benefício mútuo.

Paradigma ineficaz: há uma quantidade limitada; quanto mais você conseguir, menos sobrará para mim.

Paradigma eficaz: há quantidade suficiente para todos, e ainda sobra.

Alguns resultados esperados: maior envolvimento entre as pessoas (turma), espírito de generosidade e amabilidade.

3º ANO – LIVRO: CASAL VERDE

Competências em destaque: cooperação; valorização dos diferentes pontos de vista; sinergia.

Princípio: o todo é maior que a soma das partes.

Paradigma ineficaz: é do seu jeito ou do meu.

Paradigma eficaz: juntos podemos criar uma forma melhor, mais elevada.

Alguns resultados esperados: soluções novas e melhores, valorização de perspectivas, diferentes, relacionamentos mais sólidos e saudáveis, flexibilidade e resiliência.

4º ANO – LIVRO: ADOTE UM AMIGO

Competências em destaque: priorização; planejamento.

Princípio: a eficácia requer a integridade de agir de acordo com suas prioridades.

Paradigma ineficaz: eu priorizo o que é urgente.

Paradigma eficaz: eu priorizo o que é importante.

Alguns resultados esperados: agir de acordo com as prioridades, mais organização e produtividade.

5º ANO – LIVRO: *VIAGENS DE GULLIVER*

Competências em destaque: renovação; cuidar de si próprio (corpo, coração, mente e alma).

Princípio: para manter e aumentar nossa eficácia, devemos renovar constantemente nosso corpo, nosso coração, nossa mente e nosso espírito.

Paradigma ineficaz: eu me concentro apenas em conseguir meus resultados.

Paradigma eficaz: eu cuido de mim.

Alguns resultados esperados: aumento da capacidade, aperfeiçoamento contínuo.

LIVRO: *Se criança governasse o mundo...*

APRESENTAÇÃO

“Inspire uma criança a descobrir o líder que existe nela e você mudará essa criança e, finalmente, o mundo para sempre.” Stephen R. Covey.

Este Projeto baseia-se na obra **Se criança governasse o mundo...**, escrita e ilustrada por Marcelo Xavier. O texto mostra a importância de uma sociedade que preza pelo respeito, pela solidariedade, pela compaixão e pelo benefício mútuo, tudo isso apresentado de maneira singular: do ponto de vista de crianças. O livro dilata o olhar do leitor para situações delicadas, como guerras e fome, mas que, com uma pitada de boa vontade, podem ser resolvidas, sobretudo quando se enxerga pelas lentes da empatia, do ganha-ganha, ou seja, do benefício mútuo. Ao serem capazes de pensar e agir de forma coletiva, os alunos desenvolverão habilidades socioemocionais que permitirão uma vida mais centralizada na interdependência, o mais alto grau da relação entre os seres humanos.





OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover reflexões e situações em que o aluno consiga se enxergar como um verdadeiro líder, capaz de agir e atuar no mundo de forma responsável e ética, dentro dos aspectos inerentes à sua faixa etária.
- Tornar-se mais conhecedor de si mesmo e mais próximo das outras crianças na sala de aula.
- Pensar as relações sociais de maneira que todos possam ganhar, visando o benefício mútuo.
- Reconhecer e identificar líderes nos diferentes ambientes, como casa e escola.
- Reconhecer que cada um de nós é um líder.
- Instigar o pensamento crítico para resolver situações-problema cotidianas, refletindo sempre sobre as consequências coletivas.
- Desenvolver habilidades socioemocionais para estabelecer relacionamentos duradouros.
- Desenvolver a autoconfiança por meio das oportunidades de fazer, criar, moldar, tentar.
- Estimular a atitude cidadã, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de paz.

INTERDISCIPLINARIDADE

Este Projeto dará suporte ao trabalho de Língua Portuguesa e Arte, mas terá impactos positivos nos demais componentes curriculares ao gerar um ambiente favorável à aprendizagem, onde o aluno estará mais preparado para viver em sociedade (ser no mundo), compreendendo as diferenças, sendo crítico e atuante e tomando decisões pautadas no benefício mútuo.

MATERIAL NECESSÁRIO

Um exemplar do livro **Se criança governasse o mundo...** para cada aluno; o aplicativo da obra para iPad®, disponível na Apple Store (opcional; saiba mais em: <www.youtube.com/watch?v=jVVgL2DCqyk>); cartolinas; folhas de papel sulfite; lápis de cor; canetinhas; tesoura; cola; massinhas de modelar; caixa encapada; folha pautada para anotações; páginas de jornal; baldes; pedaços de cordas ou outros objetos que sirvam de obstáculos; vendas para olhos; cronômetro.

DESENVOLVIMENTO

1ª AULA – ATIVIDADES PRELIMINARES

Antes de as crianças terem acesso ao conteúdo do livro, faça suspense. Peça-lhes que leiam o título do livro e o folheiem, e pergunte a elas como imaginam que seja a história desse livro.

Quem serão os personagens?

Onde vai se passar a história?

Há reis ou rainhas? Animais? Seres fantásticos?

Depois, chame a atenção das crianças para as cores presentes na capa e para as ilustrações.

Continue conversando, perguntando-lhes:

“Vocês gostaram desta capa?”

“Que cores identificam nela?”

“Como vocês imaginam que a pessoa que desenhou na capa criou esses desenhos?”

Ouçã as respostas das crianças. Na aula 2 será feito um trabalho com massinha de modelar. Se vocês fossem criar uma capa para este livro, como fariam? Que cores utilizariam? Mostre às crianças o verso da capa e o verso da contracapa. Pergunte às crianças o que há neles. Espera-se que identifiquem vários nomes de crianças, escritas por elas próprias, em vários idiomas. Fomente a reflexão das crianças para que associem essa informação ao título da obra: “Por que há nomes de crianças em um livro chamado **Se criança governasse o mundo...**?”. Acolha as respostas, enfatizando que aqueles

nomes representam várias crianças, todas as crianças do mundo, vários líderes, e que, juntos, podem fazer muito pelo lugar onde vivem. Se julgar conveniente, aproveite para trabalhar com os alunos a letra cursiva na assinatura do próprio nome, tal como consta em alguns dos nomes dos versos das capas da obra. Se o(a) professor(a) tiver acesso ao aplicativo da obra para iPad®, circule o dispositivo de leitura digital entre as crianças para que cada uma possa inserir seu próprio nome na obra, como se ele fizesse parte da arte dessas contracapas.

PRODUZINDO UMA CAPA

Nesse momento, aproveite as reflexões de antecipação e levantamento de hipóteses sobre o livro e peça às crianças que criem uma nova capa para ele. Contudo, para fortalecer o trabalho com o pensamento de benefício mútuo, oriente as crianças a fazerem o trabalho em duplas. Cada criança deve fazer sua própria capa; no entanto, a dupla deve compartilhar um único *kit* de material. Nesse sentido, entregue duas folhas de papel sulfite para cada criança e alguns materiais para decorarem (esses deverão ser compartilhados), como: um tubo de cola, lápis de cor e canetinha, uma tesoura, etc. A ideia é que as crianças utilizem um sulfite para a capa e o outro para desenhar e recortar caso não queiram desenhar diretamente na folha da capa ou queiram incrementá-la com algum adereço (dobradura, recortes diversos, etc.). Lembre-as de trabalharem também as letras do título. Diga às crianças que o trabalho só será considerado finalizado quando as duas crianças da dupla tiverem terminado suas capas. Assim, quando uma criança terminar, deve ajudar a companheira. Durante a atividade, elogie os desenhos, as ideias para a capa e, sobretudo, a boa socialização. Ao final, pergunte como foi trabalhar com o(a) amigo(a), valorizando a inteligência interpessoal das crianças. Depois, promova um momento de exposição dessas capas, que pode ser em um painel ou um varal na sala de aula. Em seguida, leia o título do livro novamente para as crianças e convide-as a substituir a palavra “governasse” por outra que para elas apresentam o mesmo sentido. É importante ensinar adequadamente o significado da palavra “governar”: ter autoridade, conduzir, liderar, tudo com a finalidade de cuidar. Pergunte-lhes: “O que um líder faz?”.

Professor(a), após ouvir os alunos, reforce o conceito de que liderar significa conduzir, mostrar o caminho. É possível que alguns alunos associem liderar a mandar ou dar ordens. Desconstrua essa interpretação. Além disso, é importante que as crianças

comecem a entender que líder não são apenas pessoas que estão em posição de destaque ou no governo. Esse conceito pode ser ampliado para o fato de que cada um de nós pode e deve ser líder. Nesse sentido, comente com a turma que estamos cercados por líderes: temos líderes em casa, na escola e em nossa comunidade. Por exemplo: médicos, enfermeiros e dentistas são líderes porque se empenham para fazer as pessoas se sentirem melhor.

Professores são líderes porque ajudam as crianças a aprender. Bombeiros são líderes porque nos salvam quando estamos em apuros. Cozinheiros são líderes nos restaurantes porque, com o trabalho e a dedicação deles, alimentam muitas pessoas. Pilotos são líderes porque, com profissionalismo, levam as pessoas em segurança aos seus destinos.

Nossos pais e responsáveis são líderes porque cuidam de nós e trabalham muito para nos proteger. E nós também podemos/devemos ser líderes de nossas vidas, vivendo com responsabilidade, respeito, considerando o próximo.

Após a explanação, pergunte aos alunos:

“Vocês conhecem algum líder?”. Permita que os alunos citem vários exemplos. Dessa forma, saberá se compreenderam, de fato, o significado dessa palavra e da função.

“O que vocês acham que uma pessoa tem de ter para ser um bom líder?”

Nesse momento, diga à turma que um bom líder não deve pensar apenas em si mesmo, ou seja, não é egoísta. Pelo contrário, um líder eficaz entende que todos podem ganhar. Para ratificar o entendimento de benefício mútuo, dê exemplos, ressaltando que é possível chegar a um senso comum quando há divergência de opiniões ou quereres, de modo a beneficiar todos.

PRODUZINDO UM CARTAZ “SE NÓS GOVERNÁSSEMOS...”

Para dar continuidade ao trabalho, organize os alunos em grupos de 4 ou 5 crianças. Convide-os a fazerem uma reflexão sobre algumas questões. Peça a cada aluno que feche os olhos e apenas pondere sobre o que será dito:

“Imaginem como seria o mundo se ele fosse governado por crianças.”

“O que seria diferente? O que continuaria igual?”

“Que leis vocês criariam?”

“Que regras não existiriam mais?”

Peça às crianças que abram os olhos e compartilhem suas respostas com os colegas do grupo.

Depois, entregue a cada aluno uma faixa de papel com a palavra LÍDER e o nome do aluno ao lado. Exemplo: LÍDER AUGUSTO. A faixa de papel pode ser transversal, para ser colocada no corpo pela cabeça e apoiada em um dos ombros, ou semelhante a uma coroa, para ser colocada na cabeça. Dê a cada grupo uma cartolina com os dizeres: SE NÓS GOVERNÁSSEMOS... Cada grupo deve ter um local específico que governaria escrito na cartolina exemplo: a escola, nossa casa, um hospital, o parque, a televisão, o shopping, um mercado, o trânsito, etc. Os locais podem ser previamente determinados pelo(a) professor(a), sorteados entre os grupos, ou atribuídos a cada grupo por meio de uma conversa em que os próprios grupos, democraticamente, escolham o local que querem governar. Nesse caso, aproveite a oportunidade para demonstrar, na prática, o conceito de liderança, de modo que os alunos percebam o melhor para toda a sala caso haja mais de um grupo interessado no mesmo local a ser governado.

Oriente cada grupo a pensar no que fariam se governassem aquele ambiente. Juntos, os componentes de cada grupo devem escrever e desenhar as ações que teriam como líderes.

Após o término da proposta, peça-lhes que apresentem suas produções. Conduza o olhar das crianças para a importância de ações que estabeleçam uma relação em que todos podem sair ganhando.

2ª AULA

Nesta aula, as crianças efetivamente serão convidadas a lerem as páginas do livro e a conhecerem a história que ele apresenta. Inicie a leitura mostrando aos alunos as páginas do livro e pedindo que acompanhem a leitura do texto verbal e não verbal. Faça a leitura lançando mão de recursos importantes para uma boa contação de história, como sonoplastia, pausas, tons de vozes diferenciados, gestos, etc. Se tiver acesso ao aplicativo da obra para iPad®, utilize os recursos sonoros disponíveis e permita que os alunos explorem as imagens onde é possível movimentar personagens, sacudir o dispositivo para que as maçãs da árvore caiam, tocar nos instrumentos musicais para

ouvir sons, etc. O aplicativo permite ouvir a história contada por uma criança, em português, inglês e espanhol. Pode-se inclusive valer-se desse recurso para trabalhar vocabulário com as crianças em interdisciplinaridade com Inglês/Espanhol.

Depois da leitura, conversem sobre a história. Permita às crianças fazerem perguntas e contarem o que entenderam. Pode-se ampliar este momento fazendo perguntas em relação a páginas específicas que ressaltam a importância do benefício mútuo:

“Como vocês imaginam que as ‘crianças governantas do mundo’ poderiam fazer para que as praias ficassem sempre limpas e os rios cheios de peixe?”

“Vocês acham boa a ideia de os bancos terem dinheiro para todos? Por quê?”

“Se vocês governassem o mundo, também iam querer que não houvesse fome? Comentem.”

“Você acham importante cada um ter casa, móveis e camas quentinhas e carinho, muito carinho, como a história do livro narra?”

Sugerimos duas atividades de interpretação, para as quais o auxílio do professor de Arte é bem-vindo.

MANUSEAR MASSINHA DE MODELAR

Oriente as crianças a mais uma vez folhearem seus livros, agora com foco apenas nas imagens.

Apresente o nome do fotógrafo, que consta da página 3. Explique aos alunos que o livro não contém ilustrações e sim fotografias dos personagens e cenários, feitos com massinha de modelar pelo autor do livro, Marcelo Xavier.

Entregue às crianças massinhas de modelar e incentive-as a reproduzirem individualmente a parte da história de que mais gostaram. O intuito, aqui, não é reproduzir a ilustração tal qual está no livro, mas, sim, criar uma nova para a parte que a criança escolher. Caso algum aluno apresente dificuldade ou resistência para usar a massinha, aproveite para dar o exemplo de superação do autor da obra, Marcelo Xavier, que, apesar de portador de uma doença degenerativa (esclerose lateral amiotrófica – ELA) que limita os movimentos, ainda faz modelagem com massinha. Explique aos alunos que este é um momento de criação, quando eles podem colocar a imaginação para funcionar. Não existe bonito ou feio neste exercício. Nesse sentido, direcione a percepção das crianças para

esse entendimento, enfatizando o respeito ao próximo e a relativização dos gostos pessoais. O que é bonito para uns pode ser feio para outros e vice-versa. Em seguida, peça aos alunos que compartilhem suas criações com os colegas.

Seria interessante tirar fotografias de algumas produções das crianças e montar um painel.

3ª AULA

Nesta terceira aula, como as crianças já têm mais afinidade com a história, faça com elas uma leitura compartilhada. Releia a história, desta vez com a ajuda dos alunos. Cada aluno pode ler uma página. A leitura pode ser fluida, sem que o(a) professor(a) tenha de indicar o aluno que vai ler. Uma sugestão é todos sentarem-se em uma roda. Um voluntário começa a ler. Quando terminar a página, outro aluno voluntário continua a leitura, até que o livro chegue ao final.

Ao final dessa leitura, reforce com as crianças que, mesmo não sendo líderes do mundo, elas podem ser líderes de si mesmas. As ações delas devem ser baseadas em boas escolhas e elas devem pensar sempre no benefício de todos, da coletividade, do grupo, ou seja, todos podem sair ganhando. Peça aos alunos que leiam o texto da página 8 do livro. Pergunte-lhes se há uma relação ganha-ganha (benefício mútuo) entre os países que estão em guerra. Esta é uma boa oportunidade de trabalhar a interdisciplinaridade com Geografia e História, por exemplo.

Após ouvi-los e dependendo da maturidade da turma, explique às crianças que, embora as guerras ocorram entre exércitos e pessoas adultas, esses conflitos influenciam a vida de toda a comunidade neles envolvida, o que inclui as crianças. Muitas delas deixam de frequentar a escola, não podem mais brincar em locais abertos, perdem parentes, passam fome e às vezes precisam fugir com suas famílias para outro lugar, por exemplo, o que muda toda a vida delas.

Assim, conclua que todos perdem, e, neste caso, a relação é perde-perde.

CAIXA DA PAZ

Leve para a sala de aula uma caixa encapada ou decorada e diga aos alunos que aquela é a “caixa da paz”. Peça-lhes que escrevam um recado para termos um mundo melhor. Os alunos podem escrever, desenhar, ou receber auxílio do(a) professor(a) como escriba. A sugestão é que seja lido um recadinho de cada aluno por dia para inspirá-los diariamente a promover o benefício mútuo e o respeito entre as pessoas.

BILHETE PARA UM GOVERNANTE

Incentive-os a escreverem um recado para um governante, sugerindo uma lei ou forma de trabalhar para tornar a vida das pessoas mais feliz. O recado pode ser em forma de desenho ou o(a) professor(a) poderá auxiliar os alunos com a escrita. Esses recados podem compor um panfleto. A sugestão é que esse panfleto circule pela escola, esteja disponível na biblioteca e também seja enviado às casas das crianças.

4ª AULA

Para finalizar o trabalho, propõem-se, nesta última aula, iniciar lendo o texto da contracapa do livro: “Não tenho nada contra os adultos, mas eles bem que podiam dar um tempo. Sair de férias. Ir pro espaço. Conhecer Saturno, Urano, Plutão... As crianças ficariam aqui, na Terra, tomando conta de tudo. Naturalmente, as coisas voltariam aos seus lugares”.

Depois dessa leitura, incentive as crianças a relerem as páginas 29, 30 e 31 do livro. Aproveite o texto do livro que diz que “se criança governasse o mundo, ele seria uma bola de brincar”. Então proponha à turma a brincadeira a seguir, em que, além de se divertirem, trabalharão em equipe e fortalecerão o pensamento de que todos podem ganhar.

BRINCADEIRA: “SIGA O LÍDER!”

Leve os alunos a um ambiente aberto, com bastante espaço, como uma quadra ou um jardim, e convide-os, com bastante empolgação, a participar da brincadeira “Siga o líder!”.

Divida os alunos em duplas. Uma criança deverá vendar os olhos, enquanto um líder (outra criança) a guiará pelas mãos.

O objetivo de cada dupla é chegar a determinado lugar, estabelecido pelo(a) professor(a). As duplas deverão seguir um trajeto com vários obstáculos (pneus, cordas para pular ou passar por baixo, etc.), seguindo as orientações dos líderes. O ideal é ter vários pontos de partida para que algumas duplas possam fazer o percurso simultaneamente.

O professor deverá estabelecer um tempo que garanta a chegada dos participantes ao destino (de 2 a 4 minutos, dependendo do espaço físico e dos obstáculos propostos).

A dupla que atingir o objetivo deverá observar as demais até que todas tenham concluído a prova. Ao término desta primeira parte, peça às duplas para inverterem os papéis: o líder da primeira parte passa a ficar vendado, e a criança que foi liderada passa a ser a líder. Repita a brincadeira com essa formação, mas alterando o percurso e a disposição dos obstáculos.

Ao término da brincadeira, os alunos deverão sentar-se para avaliar seu desempenho durante o trajeto, ou seja, os pontos positivos e os aspectos que poderiam melhorar. Passeie entre as duplas para garantir que compreenderam o propósito dessa ferramenta. Espera-se que eles tenham percebido a importância da confiança e respeito mútuos para a conquista de um objetivo comum e que, quando há cooperação, o benefício é de todos. Ao final, desenhe na lousa alguns Gráficos Plus/Delta, como o apresentado a seguir. Na parte PLUS, peça a algumas duplas que digam pontos positivos da dinâmica e na parte DELTA, as dificuldades, em forma de tópicos.

Celebre a participação de todos! Ajude as crianças a perceberem que ganhar a brincadeira é muito bom, mas lembre-as de que todos podem ganhar em diversão e amizade.

PROPOSTA DE DIFERENCIAÇÃO DA BRINCADEIRA “SIGA O LÍDER!”

Convide as duplas para refazer a dinâmica. Diga-lhes que as regras da brincadeira serão as mesmas, exceto uma: desta vez, o líder também estará com os olhos vendados (os alunos deverão observar aonde deverão chegar antes de colocarem as vendas). Disponha os obstáculos de maneira diferente, mas de modo a impossibilitar acidentes. Sinalize quando os alunos deverão iniciar a brincadeira. Anote ou grave as frases ditas pelas crianças durante o percurso; você vai utilizá-las na conclusão da dinâmica.

É muito provável que a minoria das crianças consiga chegar ao objetivo, dentro do mesmo prazo estabelecido. Após o encerramento da dinâmica, chame novamente os alunos para uma conversa. Instigue-os a expressarem o que sentiram. Chame a atenção do grupo para as frases ditas por eles próprios durante o percurso. Se foram gravadas, reproduza a gravação, para que as crianças identifiquem as próprias vozes. Exemplo: “Está difícil”, “Não é por aí”, “Vá rápido!”, etc.

Neste momento, aproveite todas as oportunidades para ajudá-los a perceberem que um líder precisa ter visão, no sentido de saber exatamente aonde quer chegar. Um líder mostra o caminho, conduz seus liderados. Para isso, precisa inspirar confiança.

Celebre a participação de todos. Diga com voz de líder:

“Todos nós ganhamos com muita diversão!”.

Concluímos a missão

Chegamos rápido

O líder ajudou

Muito barulho

Os desafios atrapalharam

PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO:

TEMPESTADE DE IDEIAS

Convide os alunos a pensarem nas características de um líder. Desenhe na lousa a ferramenta de liderança “Tempestade de ideias” para fazer o registro. No centro, escreva

“Líder” e, ao redor, preencha com ações de benefício mútuo, ditas pelas crianças.
Exemplo:

ENTREVISTA

Incentive os alunos a entrevistarem um ou mais líderes da escola. A sugestão é que a turma escolha esse(s) líder(es) – coordenador, professor de outra turma, bibliotecário, zelador, porteiro – e convide-o(s) a participar de uma entrevista com as crianças. Elaborem coletivamente algumas questões para serem feitas a esses líderes, que abordem principalmente:

Quais as funções desse líder.

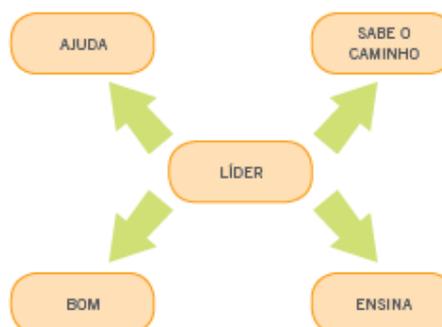
Como estabelecem relações de benefício mútuo com os alunos e equipe de trabalho (como a escola/líder ajuda e como a criança pode ajudar para o bem de todos).

Quais benefícios mútuos são gerados por algumas regras estabelecidas pela função.

Também pode ser aberto um espaço para as crianças sugerirem dicas para o trabalho de cada um (lembrando sempre que todos devem ganhar).

CONCLUSÃO

Este Projeto, ancorado na obra **Se criança governasse o mundo...**, propõe várias possibilidades de desenvolver nos alunos habilidades sociais e emocionais, que vão ajudá-los a entenderem algo importante para toda a vida: o pensamento do benefício mútuo, em que todos podem ganhar. Pode parecer simples, mas na prática é difícil de ser vivenciado, mesmo pelos adultos, que são modelo para as crianças. Nesse sentido, uma obra como esta pode fazer toda a diferença na vida de nossos pequenos governantes.



ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

PROJETO RECOMPOSIÇÕES DAS APRENDIZAGENS



APRESENTAÇÃO

No contexto da pandemia da Covid - 19 e, reconhecendo as graves lacunas educacionais ocasionadas, principalmente, pelo distanciamento social, a Secretaria Municipal de Educação de Barra da Estiva - Bahia apresenta as orientações para a Implementação do Programa de Recomposição da Aprendizagem das unidades escolares.

O Projeto de Recomposição da Aprendizagem de Barra da Estiva será desenvolvido a partir das estratégias de avaliação diagnóstica; oficinas de leitura, produção textual e resolução de problemas e o trabalho com o socioemocional; disponibilização de material didático estruturado; formação de professores com foco nos objetivos do projeto, uso de plataformas digitais gratuitas e de recursos educacionais digitais de acordo com a realidade de cada unidade escolar.

O Projeto de Recomposição da aprendizagem atenderá a todos os estudantes das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal e contará com ações de sensibilização junto aos pais, responsáveis e toda a comunidade escolar.



OBJETIVOS:

GERAL

Desenvolver ações de recomposição das aprendizagens, com foco na mitigação das defasagens educacionais dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino, a partir da priorização curricular para o Ensino Fundamental e dos resultados dos diagnósticos e das avaliações internas e externas.

ESPECÍFICOS

- Realizar análise diagnóstica das avaliações internas e externas de todos os estudantes da Unidade de Ensino.
- Fazer mapeamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.
- Organizar planejamento para a efetivação da recomposição das aprendizagens.
- Realizar estratégias de recomposição da aprendizagem por meio da priorização curricular para o Ensino Fundamental.

BASE LEGAL:

Lei Federal Nº 9.394/1996, que Estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação;

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 5 DE AGOSTO DE 2021 que institui as Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar;

PROJETO RECOM POSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

O Projeto de Recomposição da Aprendizagem consiste no desenvolvimento de ações coordenadas e interrelacionadas, com foco na mitigação das defasagens de aprendizagens dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino, a partir dos resultados dos diagnósticos e das avaliações internas e externas.

O Projeto fortalece as ações desenvolvidas pelas Unidades de Ensino e será efetivado por meio de estratégias prioritárias:

- Arranjos pedagógicos (organização de turma, agrupamentos produtivos);
- Metodologias ativas;
- Priorização curricular com foco nas habilidades essenciais;
- Oficinas de leitura, produção textual e resolução de problemas.
- Atividades socioemocionais
- Avaliação Diagnóstica.
- Disponibilização de material didático complementar para os estudantes e plataformas de apoio pedagógico (curadoria de materiais pedagógicos).
- Formação de professores.

Para a execução do Projeto de Recomposição da Aprendizagem é necessário criar estratégias voltadas para:

1. Enfrentamento da evasão escolar: Foco em busca ativa e fortalecimento da rede de proteção social, além de medidas de permanência nas escolas.

2. Ações de acolhimento e promoção da saúde mental: é necessário promover estratégias específicas de restabelecimento de vínculos e acolhimento socioemocional de estudantes e profissionais da Educação.

3. Superação das lacunas de aprendizagem agravadas: A recuperação do tempo perdido só virá com mais tempo investido, com qualidade, no processo de ensino-aprendizagem. Será importante ampliar o tempo nas escolas e priorizar a recomposição das aprendizagens.

4. Promoção da inclusão digital: é urgente investir na inclusão digital, que ainda conta com milhões de estudantes sem acesso à conectividade e a dispositivos digitais em todo o País.

EIXOS DO PROGRAMA:

01. ARRANJOS DIDÁTICOS:

As Unidades Escolares após os resultados das avaliações diagnósticas realizarão agrupamentos por níveis de aprendizagens, levando em consideração as especificidades de cada unidade, podendo ser realizados agrupamentos produtivos, agrupamentos intra/interclasse, acampamentos pedagógicos, monitoria etc;

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAS:

Ciclo de Alfabetização (1º e 2º anos): os agrupamentos serão realizados dentro da própria sala de aula de cada turma, com o(a) professor(a) separando os alunos em grupos por níveis de aprendizagem, um para cada nível de dificuldade. Se a escola tiver um(a) Professor(a) Assistente, é importante que participe desse momento. Caso não tenha, outros parceiros da escola podem ser convidados a auxiliar com o nível III e nível IV, para que o(a) professor(a) possa dar uma maior atenção aos níveis I e II.

3º ao 5º ano: a dinâmica das atividades diversificadas pode ocorrer dentro da própria sala de aula, assim como será desenvolvido pelo Ciclo de Alfabetização, porém, recomenda-se, as conexões podem ser realizadas em salas diferentes, mediante uma ação conjunta entre gestão e professores(as) desses anos. Por exemplo: no horário destinado ao Projeto de Recomposição, as turmas de 3º a 5º ano teriam aula de Língua

Portuguesa, Matemática e atividades socioemocionais, no mesmo horário, para que a permuta de sala pudesse acontecer, de modo que os alunos ficariam na sala correspondente ao seu nível de dificuldade e receberiam a atividade específica daquele nível. Cada sala seria acompanhada por um(a) dos(as) professores(as) disponíveis (o nível I ficaria com o professor do 3º ano; o nível II com o professor do 4º; e o nível III com o professor do 5º ano), potencializando os resultados do processo de recomposição da aprendizagem.

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS:

Após aos resultados das avaliações diagnósticas, as unidades escolares irão realizar os arranjos didáticos de acordo com a realidade de cada unidade, assim, poderão organizar da seguinte forma:

- Agrupamentos em duplas: alunos monitores
- Agrupamentos por níveis de aprendizagens dentro da sala, em todas as áreas de conhecimento;
- Agrupamentos por níveis de aprendizagem intraclasse: grupos por níveis onde professores selecionados para trabalhar, em 2 vezes por semana, Língua Portuguesa, matemática e atividades socioemocionais. Nesse caso, as unidades terão salas do nível I, II, III e IV. Os alunos serão reagrupados por níveis e trabalhando com metodologias ativas, as habilidades focais.

02. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação servirá como alicerce para o alinhamento das ações do Projeto, sendo os professores e as escolas, enquanto comunidades de aprendizagens, os ambientes fundamentais para planejar com ênfase do senso crítico sobre as práticas de recomposição e aprimoramento das estratégias. Além disso, terá como objetivo maior atrair e despertar, entre estudantes, o gosto pela aprendizagem, daí a importância de que os educadores estejam sempre bem preparados e atualizados para promover questionamentos e soluções para a inclusão daqueles que compõem a rede municipal.

A formação será necessária considerando a pós pandemia, em seus aspectos biopsicossociais, emocionais e tecnológicos. Diante disso, serão realizados encontros virtuais, oficinas, workshops, trilhas formativas durante o AC e encontros presenciais com a equipe da secretaria de educação para acompanhamento e avaliação dos processos de formação continuada, no âmbito do Projeto de Recomposição da Aprendizagem.

Será realizada também encontros para a utilização de plataformas educacionais digitais gratuitas, assim como os recursos educacionais digitais.

3. MATERIAL DIDÁTICO

Será disponibilizado para os professores materiais didáticos complementares e um planejamento estruturado para a aplicação durante as ações interventivas, porém os professores, ao longo do projeto, poderão realizar suas próprias intervenções de acordo com o que foi estudado nos grupos de estudos.

PÚBLICO ALVO:

- Professores da Rede Municipal de Ensino de Barra da Estiva – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais;
- Gestores Escolares;
- Coordenadores Pedagógicos
- Estudantes da Rede Municipal de Ensino de Barra da Estiva – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais;

CRONOGRAMA:

PERÍODO	AÇÃO	Responsáveis
FEVEREIRO	Construção, estudos para a Recomposição	Equipe da Semec
Fev/março/abril	Aplicação do diagnóstico	Unidades Escolares
Março	Sensibilização para o plano de Recomposição das Aprendizagens	Equipe Semec Coordenadores/Gestores

Abril	Encontro com os grupos focais de estudo para a Recomposição da Aprendizagem	Equipe Semec Professores dos anos Iniciais Coordenadores Escolares Professores dos anos finais
Abril	Envio do projeto da Recomposição para apreciação do Cme	Equipe Semec
Maio	Encontro com os grupos focais de estudo para a Recomposição da Aprendizagem Visitas de monitoramento nas unidades escolares	Equipe Semec Professores dos anos Iniciais Coordenadores Escolares Professores dos anos finais
Junho	Encontro com os grupos focais de estudo para a Recomposição da Aprendizagem Visitas de monitoramento nas unidades escolares	Equipe Semec Professores dos anos Iniciais Coordenadores Escolares Professores dos anos finais
Julho/Agosto	Aplicação da avaliação diagnóstica	Unidades Escolares
Julho	Encontro Formativo Transição Escolar	Coordenadores Professores do 1 ano Professores do 5/6 anos Professores do 9 ano
Agosto	Encontro com os grupos focais de estudo para a Recomposição da Aprendizagem Visitas de monitoramento nas unidades escolares	Equipe Semec Unidades Escolares
Setembro	Encontro com os grupos	Equipe Semec

	focais de estudo para a Recomposição da Aprendizagem Visitas de monitoramento nas unidades escolares	Unidades Escolares
Outubro	Encontro com os grupos focais de estudo para a Recomposição da Aprendizagem Visitas de monitoramento nas unidades escolares	Equipe Semec Unidades Escolares
Novembro/dezembro	Aplicação do diagnóstico Encontro de avaliação do projeto Execução das ações de transição	Equipe Semec Unidades Escolares

Durante o período de recomposição, os estudantes precisam progredir de nível. Os estudantes que se encontram em níveis mais elevados precisam receber atividades de um nível superior ao que ele foi diagnosticado inicialmente. Essa progressão pode ocorrer mediante dois tipos de avaliação ao longo do ano: formativa, em que a avaliação do professor ocorre diante da performance do estudante durante as atividades do seu nível; somativa: avaliações realizadas dentro do cronograma da escola ao final de um processo de aprendizagem (avaliação parcial/ avaliação trimestral)

PROJETO INTEGRADOR

COLABORE COM O MEIO AMBIENTE LIXO É NO LIXO!



ESCOLA MUNICIPAL
IRACY SILVA CANGUSSU
ATO DE CRIAÇÃO:
LEI MUNICIPAL Nº 025/2013
CÓDIGO INEP: 29462240
Diário Oficial Nº 670/11-11-2013



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

**PROJETO INTEGRADOR
COLABORE COM O MEIO AMBIENTE
LIXO É NO LIXO**

Projeto integrador para cumprimento
de carga horária referente ao ano de
2024.

Barra da Estiva
2024

Avenida São Bento - s/nº - Centro - CEP: 46.650 – 000 - Barra da Estiva – BA.
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / - Emisc: (77) 998383967
E-mail: iracy.cangussu@hotmail.com

IDENTIFICAÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL IRACY SILVA CANGUSSU

DIRETORA: Lucimar Oliveira Silva Cordeiro

COORDENADORA: Ivonilde Caires dos Santos Elva

SECRETÁRIA ESCOLAR: Jéssica Aguiar Siles

PROFESSORES: Andreza Correia Moura, Celimar N. Ribeiro Silva, Dable Oliveira Araujo Dutra, Daldemar Alves Ferreira, Eliane Silva Barbosa Faria, João Neto Medeiro Freitas, Josenilda Luzia da S. Santos, Juciene Santos A. de Moraes, Lucileide Ribeiro A. Ferreira e Magna Aparecida S. Ribeiro.

AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS: Antônia de Novais Ribeiro, Floripes Ribeiro Costa, Josiane Caires Rodrigues, Maria Lúcia Sena Ribeiro, Maura Silva Freitas, Suelândia da Silva Rocha e Uelton dos Santos Novais.

MONITORAS: Camila Gama da Silva; Daiane Souza da Silva; e Kaele Marina de Almeida Nascimento .

TEMA: PROJETO INTEGRADOR: COLABORE COM O MEIO AMBIENTE - LIXO É NO LIXO

Público Alvo: 1º ao 5º Ano Ensino Fundamental

Carga horária: 98 horas

MUNICÍPIO: Barra da Estiva-BA

INTRODUÇÃO

A produção de resíduos, o que comumente chamamos de lixo, é um assunto de extrema importância quando se trata da preservação do meu ambiente. Por esse motivo, um projeto que aborde esse tema, vale muito a pena.

DESENVOLVIMENTO

O lixo é um problema gritante que a sociedade vem enfrentando. Cada vez mais, a quantidade de resíduos em todo lugar aumenta, e quem paga por isso somos nós, seres humanos.

Atualmente o lixo doméstico é um dos principais responsáveis pela poluição ambiental. As embalagens são frequentemente encontradas nas ruas, parques, rios e praias, que polui o ambiente, entopem bueiros, provoca enchentes, favorece na proliferação de doenças e ameaça a vida de pessoas e animais. E o que faremos para contribuir com a diminuição da produção diária de lixo doméstico? Este Projeto vem para que possamos refletir sobre o nosso comportamento, esclarecer dúvidas e, principalmente, mudar nossas atitudes. Dessa maneira, contribuiremos com a preservação e melhoria do meio ambiente. Neste sentido este Projeto foi desenvolvido em cumprimento da Carga Horária para o ano letivo de 2022.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

- Refletir sobre a responsabilidade dos cidadãos para com o lixo produzido;
- Reconhecer quais ações humanas são prejudiciais ao meio ambiente;
- Estimular a mudança de hábitos;
- Incentivar a adoção de práticas benéficas à natureza;
- Sensibilizar sobre a importância da reciclagem;
- Estimular a prática da reciclagem.
- Reconhecer a importância do cuidado com o lixo para o meio ambiente;
- Identificar hábitos e atitudes das famílias, referentes aos cuidados com o lixo;
- Aprender a cuidar do lixo a partir de atitudes simples no cotidiano;
- Identificar a quantidade de lixo produzida no dia a dia.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que ao se tratar de Meio Ambiente devemos enfatizar que o ser humano também faz parte dele e com ele estabelece relações sociais, econômicas e culturais. É necessário repensar a ação do homem ao relacionar-se com o meio ambiente e esse novo pensar deve ser construído desde a infância. A criança deve perceber-se como parte do meio ambiente e deve compreender que seus atos tem impacto sobre a natureza.

A preocupação em preservar o meio ambiente deve fazer parte da vida de todos. Por isso, nunca é cedo demais para começar a desenvolver o assunto com as crianças. Criar uma consciência ecológica neles, ainda na infância, aumenta consideravelmente a chance de que sejam adultos engajados na preservação da Terra.

Além disso, grande parte das crianças compartilham o que aprendeu na escola, com os pais e familiares, o que aumenta a disseminação do conhecimento acerca da necessidade de dar um destino adequado ao lixo.

Porém, trabalhar a temática vai muito além de simplesmente despertar essa consciência. O intuito é proporcionar situações que possibilitem a reflexão e façam com que esses estudantes, de fato, sejam a diferença no mundo.

METODOLOGIA:

- Conversa informal sobre a Preservação do Meio Ambiente;
- Falar sobre a importância da reciclagem;
- Fazer um mural com as lixeiras, explicar o porquê das cores;
- Construir brinquedos com sucatas em casa, como: bilboquê, vai e vem e pião;
- Ouvir e cantar música sobre o tema;
- Interpretação oral ou através de desenhos;
- Utilização de diversos materiais reciclados durante as apresentações dos vários temas abordados durante o período do projeto;
- Mostrar fotos coloridas, para observarem a natureza preservada e natureza poluída;
- Realização de brincadeiras e jogos com material reciclável;
- Utilização de músicas, danças, pinturas, dobraduras e colagens;

- Leitura de histórias e exibição de vídeos sobre educação ambiental, reciclagem e ação do homem sobre a natureza;
- Exposição de cartazes sobre a decomposição do lixo;
- Elaboração de cartazes usando rótulos e embalagem.
- Realização de oficinas digitais sobre reciclagem e reaproveitamento do lixo;
- Apresentações de vídeos sobre o assunto;
- Debates a respeito do tema;
- Oficinas digitais para a criação de brinquedos a partir de materiais recicláveis;
- Leitura de contos e histórias relacionados ao tema;
- Realização de dinâmicas;
- Confecção de murais ou cartazes com o tema;
- Atividades que visem o reaproveitamento de itens disponíveis na própria casa;
- Desenhos e colagens;

AVALIAÇÃO:

O acompanhamento da aprendizagem deve ser realizado durante todo o processo, como, por exemplo, através da análise da participação dos alunos nas discussões, no trabalho realizado, na pesquisa e respostas às questões, na participação na atividade de separação do lixo, no projeto de implantação de lixeiras de coleta seletiva, no respeito ao posicionamento do outro, e nas anotações no caderno. É possível também aplicar à turma as seguintes questões de auto avaliação:

- Consegui entender a atividade?
- Fiz um bom trabalho?
- Realizei as atividades no tempo estipulado pelo professor?
- Entendi a importância da reciclagem?

AÇÕES DE TRABALHO:

1º e 2º Anos

- Mobilização às famílias;
- Folheto explicativo;
- Lixo não se joga no chão;
- Folheto explicativo: colabore com o meio ambiente;
- Ilustração do vídeo;
- Vídeo: lixo na lixeira;
- Ilustração da frase: lugar de lixo é na lixeira;
- Produção de frases;
- Vídeo: reciclagem;
- Arte com as lixeiras;
- Acróstico: RECICLAGEM;
- Texto informativo sobre o lixo;
- Cruzadinha;
- Música: Lixo no lixo;
- Ilustração da música;
- Vídeo: construção de brinquedos;
- Construção de um brinquedo;
- Construindo brinquedos.

3º e 4º Anos

- Saúde e meio ambiente;
- Problemas ambientais;
- Descarte dos resíduos e redução da produção;
- Reciclagem;
- Doenças causadas pelo acúmulo de lixo;
- Lixões;
- Compostagem;
- Aterros sanitários;
- Coleta seletiva;

- Lixo seco e orgânico;
- Resíduos sólidos;
- Os 5 Rs;
- Materiais recicláveis;
- Lixo urbano;
- Lixo doméstico;
- Flor da sustentabilidade;
- Decomposição;
- Problemas ambientais causados pelo lixo;
- Benefícios da reciclagem;
- O que você faz com o seu lixo?
- Catadores (operadores ecológicos).

5º Ano

- Apresentação do Projeto Integrador;
- Exibição do vídeo “Lixo?” e relato sobre o vídeo assistido;
- Leitura do card “Colabore com o Meio Ambiente”;
- Desenho de lixo seco e úmido, baseado no card apresentado;
- Produção textual: Breve comentário sobre o que é o lixo;
- Produção textual: Você sabe pra onde vai o lixo de sua casa? Faça um relato;
- Produção textual: Você sabe o que é coleta seletiva? Justifique sua resposta;
- Faça uma colagem com papel picado;
- Desenhe um objeto que é utilizado para coleta de lixo;
- Produção textual: Será que tudo que jogamos fora é lixo? Justifique sua resposta;
- Momento de escuta: Você já ouviu falar em sociedade de consumo e consumo responsável? Assista o vídeo: consumo responsável;
- Leitura de texto: Faça uma leitura em família: Que o Brasil é o 4º país que mais produz lixo no mundo;
- Desenho: Faça um desenho caracterizando um ambiente poluído;
- Colagem: Faça uma colagem utilizando materiais plásticos;
- Leitura de imagens e questionamento: Observe a sequência de imagens a seguir e responda as questões 1 e 2;

- Leitura oral e escrita: Leia e anote em seu caderno duas coisas que você achou interessante: Lixo Orgânico e Inorgânico;
- Produção de ficha: Faça uma ficha com o tempo de decomposição do lixo;
- Exibição do vídeo: lixeiras coloridas e desenhar as lixeiras das coletas seletivas.

CURIOSIDADES

Você sabia...



... QUE O BRASIL É O 4º PAÍS QUE MAIS PRODUZ LIXO NO MUNDO?

... QUE, NO ANO 2020, A POPULAÇÃO BRASILEIRA DEVE ULTRAPASSAR OS 209 MILHÕES DE **HABITANTES** E, QUANDO SE TRATA DE PRODUZIR LIXO, NÓS, BRASILEIROS, ESTAMOS A TODO VAPOR?

... QUE CADA PESSOA PRODUZ, EM MÉDIA, DE 800 GRAMAS A 1 KG DE LIXO POR DIA, OU DE 4 A 6 LITROS?

... QUE, NO BRASIL, SÃO PRODUZIDAS, DIARIAMENTE, CERCA DE 255 MIL TONELADAS DE LIXO (DADO REFERENTE AO ANO DE 2018), SENDO QUE A CIDADE DE SÃO PAULO É A QUE MAIS PRODUZ LIXO NO PAÍS, COM CERCA DE 19,3 MIL TONELADAS POR DIA?

... QUE ISTO SIGNIFICA QUE, EM SÃO PAULO, SÃO GERADAS APROXIMADAMENTE 15.000 TONELADAS DE LIXO POR DIA OU 75.000.000 DE LITROS POR DIA?

<Fonte: www.revistamuseu.com.br>

PARA LER,
PENSAR E
CONVERSAR

**Você já parou para pensar na quantidade de lixo que produzimos desde a hora em que acordamos até quando vamos dormir?
Será que tudo que jogamos fora é lixo?**

O lixo é um problema gritante que a sociedade vem enfrentando! Cada vez mais, vem aumentando a quantidade de lixo em todo lugar, e quem paga por isso somos nós, seres humanos.

Atualmente o lixo doméstico é um dos principais responsáveis pela poluição ambiental.

As embalagens são frequentemente encontradas nas ruas, parques, rios e praias, poluindo o ambiente, entupindo bueiros, provocando enchentes, favorecendo a proliferação de doenças e ameaçando a vida de pessoas e animais.

E o que faremos para contribuir com a diminuição da produção diária de lixo doméstico?

Propomos essa sequência didática para que possamos refletir sobre o nosso comportamento, esclarecer dúvidas e, principalmente, mudar nossas atitudes. Dessa maneira, contribuiremos com a preservação e melhoria do meio ambiente. **Vamos lá?**

Leia e anote em seu caderno duas coisas que você achou interessante:

Lixo orgânico e inorgânico

Todo lixo pode ser dividido basicamente em material orgânico e inorgânico.

Orgânico é todo dejetos biodegradável, como restos de comida, cascas de fruta, por exemplo, que será decomposto pela ação de microorganismos, o que se chama apodrecimento. Largado na rua, esse lixo apodrecido servirá de alimento a ratos, baratas e moscas, transmissores de doenças. A parte inorgânica do lixo é composta de dejetos que não apodrecem, como papel, plástico, borracha, metais e vidro. Tais restos também contribuem para a proliferação de formas daninhas de vida, para as quais servem de ninho. Além disso, podem causar estragos quando não são varridos das ruas.

Com a chuva, plásticos e papéis navegam na enxurrada até as bocas-de-lobo e galerias pluviais que, se não forem limpas periodicamente, entopem, provocando as inundações tão conhecidas dos habitantes das grandes cidades brasileiras.

(Superinteressante, maio de 1989)

O TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO DO LIXO NO MEIO AMBIENTE

O TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO DO LIXO É O TEMPO QUE OS RESÍDUOS DEMORAM PARA SE DECOMPOR E DESAPARECER DO MEIO AMBIENTE. CADA MATERIAL TEM UM TEMPO DIFERENTE DE DECOMPOSIÇÃO: ALGUNS SE DECOMPÕEM DE MANEIRA RELATIVAMENTE RÁPIDA E OUTROS PODEM PERMANECER POR CENTENAS DE ANOS NO AMBIENTE.

A DECOMPOSIÇÃO DO LIXO ORGÂNICO É RELATIVAMENTE RÁPIDA NA NATUREZA. AS CASCAS DE FRUTAS, POR EXEMPLO, SE DECOMPÕEM NO PERÍODO ENTRE 1 EM 3 MESES; JÁ OS PRODUTOS PRODUZIDOS PELO HOMEM PODEM DEMORAR VÁRIOS ANOS PARA SUMIR DO AMBIENTE. ISSO É UM GRAVE PROBLEMA, UMA VEZ QUE MUITOS DAQUELES CHICLETES QUE, APÓS PERDEREM O SABOR, AO INVÉS DE DESCARTARMOS NO LIXO, SÃO JOGADOS NO CHÃO, DEMORAM 5 ANOS PARA SE DECOMPOR, E OS PAPÉIS DA EMBALAGEM LEVAM DE 3 A 6 MESES, POLUINDO CADA VEZ MAIS O MEIO AMBIENTE.

COMO DITO, O TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO DE ALGUNS MATERIAIS, COMO O PLÁSTICO (450 ANOS), O ALUMÍNIO (400 ANOS), O VIDRO (ULTRAPASSA OS 1000 ANOS) POR EXEMPLO, É EXTREMAMENTE LONGO, FICA CLARO COM ISSO QUE, POR VÁRIAS GERAÇÕES, ESSE LIXO PERMANECERÁ NO AMBIENTE, CAUSANDO DANOS. MUITOS ANIMAIS, POR EXEMPLO, MORREM AO SE ALIMENTAR DO LIXO, SEM CONTAR OS RESÍDUOS QUE PODEM CONTAMINAR A ÁGUA E O SOLO.

FONTE: <mundoeducacao.bol.uol.com.br>

Conheça os materiais recicláveis



P
ara
facilit
ar a
separ
ação
dos
mater
iais
recicl
áveis
são
usad
os
latõe

s com cores diferentes. A cor indica o que deve ser colocado em cada recipiente.

Questionamentos:

- Como podemos separar o lixo?
- Quem já conhecia esses latões?
- Para que servem os latões de lixo com cores diferentes?
- Você e sua família separam o lixo em casa?
- E na sua sala de aula, vocês costumam separar o lixo?

Explore as informações contidas no cartaz fazendo uma leitura dos tipos de materiais que colocamos em cada latão.

Você sabia que existem formas de diminuir o volume de lixo produzido e ajudar a preservar o meio ambiente? São atitudes importantes, que todas as pessoas devem ter:

Os 4Rs: **REDUZIR; REUTILIZAR; RECICLAR e REPENSAR.**

REDUZIR o volume de lixo produzido;

REUTILIZAR tudo o que for possível, em vez de jogar fora;

RECICLAR os

materiais, isto é, utilizá-los novamente para fabricar outros produtos; e

REPENSAR nossos hábitos de consumo, é preciso parar e pensar antes de cada compra

ATIVIDADE DE CASA:

Organize com os alunos um roteiro de perguntas para a realização de uma entrevista com os seus pais e familiares. Segue abaixo o modelo:

Nome do entrevistado: _____

Grau de parentesco: _____

- Em sua casa são reutilizados alimentos e embalagens? Como?
- Por que é importante reduzir o uso de produtos descartáveis no nosso dia a dia?
- O que você faz para reduzir o lixo em sua casa?
- Você sabe o que acontece com o lixo recolhido em sua casa? Será que ele é reaproveitado de alguma forma?
- Quais atitudes você pode adotar com o seu lixo em sua casa, para ajudar a preservar o meio ambiente?
- Em sua casa é feita a separação do lixo reciclável? Como?
- Os 4 Rs são: reduzir, reutilizar, reciclar e repensar. Existe algum “R” que você acrescentaria? Qual?
- O que você diria para convencer uma pessoa que não tem o costume de separar o lixo doméstico a mudar de atitude?



Atividades de casa



TEMPO

DE DECOMPOSIÇÃO DOS MATERIAIS NA NATUREZA



Atividades de casa

ATIVIDADE DE CASA:

Com a ajuda dos seus familiares recortem de revistas, jornais ou panfletos, imagens de materiais recicláveis como garrafas, vidros, latas, embalagens de produtos, copos, plásticos, papéis, jornais, caixas de papelão, ou seja, materiais que podemos reciclar e proponha a construção de um jogo que se chama:

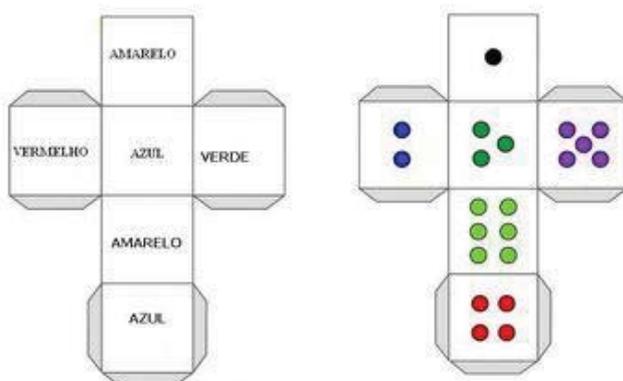
JOGO DO SEPARA O LIXO!

Materiais utilizados:

- Tabuleiro de lixo;



- Figuras – imagens dos materiais recicláveis;
- Dados com os lados das cores dos latões de lixos;



Fonte: Acervo da autora

COMO JOGAR:

Junte as suas figuras dos materiais recicláveis, que você separou em casa.

Cada jogador, na sua vez, lança os dois dados ao mesmo tempo. O dado com nomes indica se o lixo que você vai pegar é vidro, papel, metal ou plástico; o dado com os números indica a quantidade de figuras que você deverá pegar.

O lixo recolhido deve ser colado no latão adequado de acordo com o desenho do tabuleiro.

Se, na sua vez de jogar, não houver quantidade suficiente de embalagem para pegar, passe a vez;

O jogo continua até as figurinhas acabarem; o vencedor é quem conseguir colocar a maior quantidade de figurinhas nos latões corretos.

Converse com os alunos sobre o que acharam do jogo e proponha o registro no caderno de Matemática.

PROBLEMATIZANDO O JOGO

1. Desenhe na cartela a quantidade de figurinhas que você colocou em cada latão do jogo “Separa Lixo”. Veja como ficaram os seus latões ao final da partida e responda:



Fonte: <http://agvnoosoblog.blogspot.com/2010/04/reciclagem-das-8-latas-de-lixo.html>

Quantas figurinhas você recolheu?

Você recolheu mais ou menos que o seu parceiro?

Quem ganhou o jogo?

2. Quem recolheu a menor quantidade de figurinhas no latão do:

VIDRO _____

PLÁSTICO _____

PAPEL _____

METAL _____

3. Pensando na última partida que você jogou, escreva, usando a linguagem Matemática, quantas figurinhas ficaram em cada latão e calcule a quantidade total que cada um de vocês recolheu:



_____ + _____ + _____ + _____ = _____

O lixo pode virar brinquedo

Propor a construção de brinquedos feitos de sucata, muitos dos materiais que jogamos fora podem ser reaproveitados. Que tal você escolher brinquedos para confeccionar? Veja alguns sítios abaixo:





Projeto Semana da Criança na Escola



**BARRA DA ESTIVA
2024**

INTRODUÇÃO

A declaração dos direitos da criança afirma que toda criança tem o direito de ser feliz.

Brincar, correr, cantar, soltar a imaginação nas mais diversas atividades, dentre outras, são ações que precisam estar presentes no dia a dia do seu cotidiano. Nessa perspectiva, procuramos intensificar tais atividades nos dias que antecedem o dia da criança. As atividades aqui propostas têm como objetivo central oferecer as crianças da nossa instituição momentos de muito movimento, magia, aprendizagem e muita alegria. Com a parceria de algumas pessoas da comunidade local e com todas da comunidade escolar nossa intenção é fazer da semana da criança uma semana coberta de ludicidade em que a satisfação maior será ver os rostinhos radiantes de prazer e alegria.

OBJETIVO GERAL:

Promover atividades variadas e interessantes, de classe e extraclasse visando o lazer, a interação e o conhecimento das crianças.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver a imaginação;
- Participar das atividades lúdicas que serão desenvolvidas;
- Despertar o gosto pela arte (pintura, música, cinema, circo);
- Movimentar-se livremente;
- Interagir com todos os membros da comunidade escolar e local;
- Conhecer os direitos da criança.

CRONOGRAMA

SEGUNDA-FEIRA

- ✓ Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – vídeo;
- ✓ Atividade sobre o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- ✓ Filme: A Tartaruga e a Lebre – A Revanche do Século.

TERÇA-FEIRA

- ✓ Avaliação – Olimpíada Mirim;
- ✓ Jogos e brincadeiras na escola: Dança da cadeira, Bexigas na calça do palhaço, Macarrão no canudo, Jogo das argolas, Boca do balão e Desafio da criança.

QUARTA-FEIRA

FERIADO: Nossa Senhora Aparecida.

QUINTA-FEIRA

- ✓ Piquenique na AABB.

SEXTA-FEIRA

- ✓ Caça ao tesouro;
- ✓ Pula pula;
- ✓ Festa de encerramento.

AVALIAÇÃO:

Durante todas as atividades serão observados o desenvolvimento, a criatividade, a interação e a organização das crianças durante as brincadeiras.

Acompanhamento das práticas e aprendizagens dos alunos, através da observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo, observando as conquistas, os avanços, as possibilidades e as aprendizagens.

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR DA EMISC - 2024



Barra da Estiva – Ba
2024



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	03
JUSTIFICATIVA	04
OBJETIVO GERAL	05
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	05
AVALIAÇÃO	06
METAS E AÇÕES	07
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15

IDENTIFICAÇÃO

Instituição:

ESCOLA MUNICIPAL IRACY SILVA CANGUSSU
AVENIDA SÃO BENTO, S/Nº – CENTRO
BARRA DA ESTIVA - BA
CÓDIGO: 29462240

Equipe Escolar:

DIRETORA: Lucimar Oliveira Silva Cordeiro

COORDENADORA: Ivonilde Caires dos Santos Elva

SECRETÁRIA ESCOLAR: Jéssica Aguiar Siles

PROFESSORES: - Adriana Santos Teixeira Oliveira; - Andreza Correia Moura;- Celimar Nascimento Ribeiro Silva; - Dable Oliveira Araújo Dutra; - Daldemar Alves Ferreira; - Josenilda Luzia da Silva Santos; - Juciene Almeida de Moraes; - Lucileide Ribeiro Alves Ferreira; - Magna Aparecida de Souza Ribeiro; e - Tiara Silva Santos.

AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS: - Antônia de Novais Ribeiro – Merendeira; - Aparecida Santana Sizílio – Cuidadora; - Daiane Arcelino dos Santos – Cuidadora; - Emilly Aguiar Pereira – Cuidadora; - Helena Lima Rocha – Cuidadora; - Jacileide Pires Gomes – Merendeira; - Jéssica Aguiar Siles – Secretária; - Josiane Caires Rodrigues Câmara – Auxiliar de limpeza; - Kátia Silva Souza – Cuidadora; - Maria Isabel Bispo Souza – Auxiliar de limpeza; - Maura Silva Freitas – Auxiliar de limpeza; - Mirian Guimarães Câmara– Cuidadora; - Pedrina da Paixão Silva – Auxiliar de limpeza; e - Uelton dos Santos Novais – Porteiro.

CONSELHO ESCOLAR: Secretária do Conselho Escolar: Jéssica Aguiar Siles; **Conselheiros**

Titulares: Daldemar Alves Ferreira, Ivonilde Caires dos Santos Elva, Lucileide Ribeiro Alves Ferreira, Andreza Correia Moura, Diene Aparecida Novais de Araújo, Jaqueline Souza Soares, Jéssica Aguiar Siles e Noelma Pereira de Souza. **Conselheiros Suplentes:** Celimar Nascimento Ribeiro Silva. Magna Aparecida Souza Ribeiro Francimária Santos Brito e Maciel Silva Oliveira. Membro Nato: Lucimar Oliveira Silva Cordeiro



JUSTIFICATIVA

O presente Plano tem por finalidade apresentar as propostas para a realização das atividades remotas do sistema de ensino da Escola Municipal Iracy Silva Cangussu, situada na Avenida São Bento, s/nº, neste município de Barra da Estiva – Ba, para o ano letivo de 2024.

Devemos estar atentos e observar a realidade, a diversidade e os limites de acesso dos estudantes às diversas tecnologias disponíveis, sendo necessário considerar propostas inclusivas e que não reforcem ou aumentem a desigualdade de oportunidades educacionais. Devido a defasagem na aprendizagem após a pandemia do Covid-19 que ainda assola a sociedade, o presente plano se torna imperativo para o planejamento, execução e monitoramento do desempenho da aprendizagem dos alunos dessa escola. Realizando o que for possível dentro da realidade atual.

Nesta perspectiva, os professores utilizarão estratégias de ensino e acompanhamento da aprendizagem, utilizando da recomposição da aprendizagem. E, todo o trabalho da instituição seguirá as orientações da Secretaria Municipal da Educação.

OBJETIVO GERAL

Garantir padrões de qualidade essenciais a todos os estudantes submetidos a regimes especiais de ensino. Promovendo ainda uma gestão democrática e a (re)distribuição das responsabilidades, despertando na comunidade escolar um empenho coletivo na tentativa de alcançar a qualidade, com maior participação e interação entre a escola e a família, fortalecendo o Conselho Escolar e Caixa Escolar com vista a melhorar o processo de ensino aprendizagem do educando.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Manter a frequência dos pais/famílias na escola;
- ✓ Fortalecer a atuação do Conselho Escolar e Caixa Escolar nos processos e ações pedagógicas da escola;
- ✓ Proporcionar um espaço de democracia com responsabilidade e respeito às leis vigentes, buscando cumprir a função social da escola;
- ✓ Apoiar mudanças necessárias e possíveis na prática pedagógica, agregando conhecimentos capazes de gerar transformação, melhorias no espaço físico, proporcionando ambientes mais interativos;
- ✓ Reelaborar o Projeto Político Pedagógico da Escola;
- ✓ Manter uma conduta ética e profissional dentro da instituição, respeitando e sendo respeitado nas suas individualidades;
- ✓ Desenvolver ações pedagógicas que mantenham a taxa de aprovação da Unidade Escolar;
- ✓ Monitorar as ações que indicam a nota do IDEB;
- ✓ Analisar a política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização e de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais;
- ✓ Incluir os alunos com deficiência, não só como parte do processo, mas enquanto cidadãos capazes de adquirir habilidades e competências dentro da sua necessidade e potencial.
- ✓ Cumprir o calendário letivo de 2024;
- ✓ Possibilitar experiências significativas aos alunos;
- ✓ Estimular novas formas de aprendizagem; e
- ✓ Cumprir os objetivos mínimos previstos para cada etapa/modalidade de ensino, abrangendo todos os alunos da Escola.

AVALIAÇÃO

As ações deste Plano serão avaliadas durante todo o ano letivo e ao final de cada trimestre ou sempre que se fizer necessário, através das discussões e reflexões sobre as propostas lançadas, pois é preciso considerar o período de atuação deste e ainda a necessidade da equipe escolar na busca de maior participação de toda comunidade com o intuito de sanar as demandas necessárias para o sucesso da escola. Mesmo com os trabalhos sendo realizados, essa perspectiva de avaliação é fundamental, dentre outros, para o aperfeiçoamento do projeto pedagógico e para a democratização da escola como um todo, à medida que suas práticas são discutidas pelo coletivo. Nessa dinâmica, as interpretações pedagógicas, administrativas e financeiras dos resultados obtidos pela Escola serão de grande importância para o redirecionamento de novas tomadas de atitudes.

Portanto, a avaliação deste Plano de Gestão da Escola Municipal Iracy Silva Cangussu será de caráter formativo, avaliando periodicamente os processos e os resultados, valorizando a importância das inter-relações, facilitando, assim, uma visão mais integrada da escola, buscando uma educação de qualidade.

METAS E AÇÕES

DESCRIÇÃO DA META	AÇÃO	RESPONSÁVEIS
- ASSEGURAR A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR E CAIXA ESCOLAR.	<ul style="list-style-type: none">- Propor ao Conselho Escolar momentos de reuniões acordadas em calendário, como propósito de discutirmos ações para o ano letivo;- Participar ativamente do cotidiano da escola, em parceria com a direção, ajudando na tomada de decisões que favoreçam a construção de ações mais responsáveis e colaborativas;- Reunir o Conselho Deliberativo da Caixa Escolar para elaborar o Plano de Ação para utilização dos recursos financeiros destinados a esta unidade de ensino, levando-se em consideração a compra para o melhor desenvolvimento do ensino/aprendizagem;- Reunir o Conselho Fiscal da Caixa Escolar para a realização da Prestação de Contas do que foi comprado com os recursos financeiros; e- Reunir a Caixa escolar para se tomar decisões sobre o recurso do PDDE-MAIS ALFABETIZAÇÃO.	<ul style="list-style-type: none">- Conselho Escolar, Caixa Escolar e Direção.
- APOIAR E DISPONIBILIZAR	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar diariamente os trabalhos dos professores e cronograma para	<ul style="list-style-type: none">- Semec, Direção e Coordenação.

<p>MATERIAIS DE SUPORTE AOS PROFESSORES NO DESENVOLVIMENTO DAS AULAS.</p>	<p>certificar o andamento das atividades e propor possíveis ajustes, a Direção e/ou a Coordenação; e</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dispor horários específicos aos professores, para utilizarem ferramentas para seu planejamento: internet, computador, notebook, impressora e demais materiais, dando todo o suporte para auxiliá-los. 	
<p>- FORTALECER A BUSCA ATIVA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizar sempre que necessário a busca de alunos que se ausentarem do convívio escolar; - Manter atualizada todas as informações de alunos nas plataformas disponíveis; e - Informar aos órgãos responsáveis os alunos ausentes da Escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Professores, Secretária Escolar, Coordenação e Direção Escolar.
<p>- MANTER A LISTA DE CONTATOS SEMPRE ATUALIZADAS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar periodicamente conferência da lista de contatos telefônicos dos pais ou responsáveis para aconteça a integração Família e Escola; e - Manter orientação de: leituras, projetos, pesquisas, indicação de sites e links, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Direção, Coordenação, Secretária Escolar e Professores.

<p>- GARANTIR ACESSO À INTERNET, À MERENDA ESCOLAR, E AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA TODOS OS ALUNOS.</p>	<p>- Disponibilizar na Escola em data e hora marcada computador com internet para o aluno que solicitar, bem como a senha do WiFi para alunos e responsáveis que queiram baixar arquivos, aulas ou outro material pedagógico; - Ofertar a merenda a todos os alunos em acordo ao cardápio determinado pela nutricionista da educação; - Ofertar o Transporte Escolar à todos os alunos da zona rural.</p>	<p>- Semec, Direção, Coordenação e Secretária Escolar.</p>
<p>- OFERTAR FORMAÇÃO CONTINUADA E MOMENTOS DE ESTUDOS AOS PROFESSORES, AO PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO, À COORDENAÇÃO E À DIREÇÃO.</p>	<p>- Realizar AC presencial, com pautas previamente elaboradas, objetivas e práticas, cuidando da clareza dos encaminhamentos para os professores, conforme a carga horária de AC; - Realizar nas AC's momentos de estudos, abordando assuntos de necessidades pedagógicas; e - Apoiar as Formações oferecidas pela SEMEC.</p>	<p>- Semec, Direção, Coordenação e Professores.</p>
<p>- REVISAR O PPP e O REGIMENTO ESCOLAR.</p>	<p>- Realizar encontros para discussões e revisão do PPP e Regimento Escolar; e - Tornar o PPP e o Regimento Escolar acessíveis/conhecidos por toda comunidade escolar, através da apresentação e estudos do mesmo sempre que possível.</p>	<p>- Direção, Coordenação, Conselho Escolar e comunidade escolar.</p>

<p>- MANTER A TAXA DE APROVAÇÃO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver atividades de acordo o nível do aluno, sempre com intervenções cabíveis; - Realizar diagnóstico de Língua Portuguesa e Matemática contemplando todos os eixos a cada trimestre; - Buscar parcerias constantes da família para a realização das atividades de casa; - Promover estratégias e uso de recursos que tornem as aulas sempre atrativas (jogos educativos, brincadeiras, etc.); - Incentivar e valorizar a participação dos alunos em todas as atividades; - Realizar reuniões com as famílias sempre que necessário, para atender as diversas necessidades do educando; e - Promover Conselho de Classe por trimestre para discutir questões relacionadas à aprendizagem dos alunos, bem como novas estratégias para sanar os problemas encontrados. 	<p>- Direção, Coordenação e professores.</p>
<p>- MONITORAR A NOTA DO IDEB, PROMOVENDO AÇÕES DE REFORÇO ESCOLAR.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer um estudo dos descritores da Prova Saeb ou censitária com os professores de 3º, 4º e 5º anos; - Promover capacitações e momentos de estudos com os professores de 1º e 2º anos, concretizando a alfabetização na idade certa; e 	<p>- Direção, Coordenação, Professores e Pais de alunos.</p>

	<p>- Analisar o resultado da Prova Saeb na edição anterior com base na escala do SAEB e embasar ações pedagógicas com base nos resultados analisados.</p>	
<p>- FORTALECER AÇÕES DE INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer o aluno em sua totalidade, buscando conhecer suas potencialidades; - Solicitar da Semec um assistente para o aluno conforme o Relatório Médico; - Encaminhar o aluno com dificuldades em aprendizagem à Orientação Pedagógica e/ou Psicóloga, ou ao setor responsável; - Fortalecer parcerias, necessariamente com a SEMEC e o NUPI, buscando formações dos profissionais, principalmente na elaboração do plano de ação para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais; - Incentivar a integração entre o professor de ensino regular com o da sala de recurso multifuncional (NUP); e - Manter as famílias informadas quanto ao atendimento na sala do AEE. 	<p>- Professores, Coordenação, Direção, SEMEC, NUPI e toda comunidade escolar.</p>
<p>- MELHORAR A INFRAESTRUTURA DESTA UNIDADE DE ENSINO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar à Semec a construção da cobertura da quadra esportiva; e - Solicitar à Semec a colocação de forros e pisos de cerâmica nas salas de aula. 	<p>- Semec e Direção.</p>
<p>- REALIZAR A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar a Avaliação Institucional; - Analisar os resultados da Avaliação Institucional para execução das ações necessárias para melhoria das áreas: infraestrutura e pedagógicas. 	<p>- Direção, Coordenação, Professores e Pais de alunos.</p>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996.

PPP (Projeto Político da Escola).

Regimento Interno Escolar.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal n.º 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.395/96. Brasília: 1996.

FUNDESCOLA. Como elaborar o plano de desenvolvimento da escola. Brasília: MEC, 1999.

INEP-MEC. Indicadores da Qualidade na Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2017.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2022

Nos quadros resumo a seguir constam os resultados da Avaliação Institucional – Indicadores da Qualidade na Educação – da **Escola Municipal Iracy Silva Cangussu - Emisc**, que foi realizada na forma de entrevista com trezentos e trinta e dois pessoas, sendo: cinquenta e oito pais, duzentos e cinquenta e um alunos, doze professores e onze funcionários, que será apresentada por amostragem estatística em porcentagem. Ao final será apresentado o Plano de Ação, assim como também o relatório contendo as dimensões e seus respectivos indicadores, os quais merecem atenção e as fotos que retratam estes momentos.

RESULTADO DAS DIMENSÕES

Número de pessoas entrevistadas:	Taxa Percentual
332	100%

Organização das informações quantitativas e qualitativas

(soma as respostas de cada item, multiplica por 100 e divide pelo número total de respondentes)

DIMENSÃO 1 - AMBIENTE EDUCATIVO	Taxa Percentual		
	BOA	REGULAR	RUIM
1. Amizade e solidariedade;	76,40%	14,60%	9%
2. Alegria;	66,14 %	19,53%	14,33%
3. Respeito ao outro;	73,78%	15,56%	10,66%
4. Combate à discriminação;	71,37%	15,98%	12,65%
5. Disciplina	80,33%	12,30%	7,37%
6. Respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes	70%	20%	10%

QUADRO RESUMO DA DIMENSÃO 1 - AMBIENTE EDUCATIVO

- ✓ Pontos fortes:
 - As regras são claras, e apresentadas à comunidade escolar na primeira reunião do ano e sempre bem lembradas.
- ✓ Pontos fracos:
 -
- ✓ Prioridades:
 -

DIMENSÃO 2 – PRÁTICA PEDAGÓGICA	Taxa Percentual		
	BOA	REGULAR	RUIM
1. Prática pedagógica definida e conhecida por todos;	0%	0%	100%
2. Planejamento;	80 %	20%	0%
3. Contextualização;	72,25%	21,10%	6,65%
4. Variedade das estratégias e dos recursos de ensino-aprendizagem;	100%	0%	0%
5. Incentivo à autonomia e ao trabalho coletivo;	100%	0%	0%
6. Prática Pedagógica Inclusiva	90%	10%	0%

QUADRO RESUMO DA DIMENSÃO 2 – PRÁTICA PEDAGÓGICA

- ✓ Pontos fortes:
 - Ótimas metodologias;
 - Estudo do bairro no entorno da escola; e
 - Exposição do trabalho dos alunos.
- ✓ Pontos fracos:
 - Elaboração do PPP; e
 - Apoio individualizado aos alunos especiais.
- ✓ Prioridades:
 - Elaboração do PPP;
 - Apoio individualizado aos alunos especiais.

DIMENSÃO 3 – AVALIAÇÃO	Taxa Percentual		
	BOA	REGULAR	RUIM
1. Monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos;	89%	11%	0%
2. Mecanismo de Avaliação dos alunos;	85,35%	0%	14,65%
3. Participação dos alunos na avaliação de sua aprendizagem;	85,35%	0%	14,65%
4. Avaliação do trabalho dos profissionais da escola;	0%	20,15%	79,85%
5. Acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino;	90%	8,16%	1,84%

QUADRO RESUMO DA DIMENSÃO 3 – AVALIAÇÃO

- ✓ Pontos fortes:
 - Uso dos resultados das avaliações da escola.
- ✓ Pontos fracos:
 - Falta da Avaliação dos profissionais da escola.
- ✓ Prioridades:
 - Falta da Avaliação dos profissionais da escola.

DIMENSÃO 4 – GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	Taxa Percentual		
	BOA	REGULAR	RUIM
1. Informação democrática;	92,36%	6,00%	1,64%
2. Conselhos Escolares atuantes;	72,70 %	19,62%	7,68%
3. Participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral;	71,32%	17,88%	10,80%
4. Parcerias locais e relacionamento da escola com serviços públicos;	90%	8,16%	1,84%
5. Tratamento aos conflitos que ocorrem no dia-a-dia da escola;	94,85%	4,65%	0,5%
6. Participação da escola no Programa PDDE;	100%	0%	0%
7. Participação em outros programas de incentivo à qualidade da educação do governo federal, dos governos estaduais ou municipais;	90%	8,16%	1,84%

QUADRO RESUMO DA DIMENSÃO 4 – GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

- ✓ Pontos fortes:
 - Divulgação dos principais acontecimentos;
 - Encaminhamento dos alunos aos serviços públicos necessários;
 - A transparência e utilização dos Recursos do PDDE;
 - Boa divulgação dos programas governamentais.

- ✓ Pontos fracos:

- ✓ Prioridades:

**DIMENSÃO 5 – FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS
PROFISSIONAIS DA ESCOLA**

Taxa Percentual

	BOA	REGULAR	RUIM
1. Habilitação;	90%	8,16%	1,84%
2. Formação continuada;	90%	8,16%	1,84%
3. Suficiência da equipe escolar;	100%	0%	0%
4. Assiduidade da equipe escolar;	100%	0%	0%
5. Estabilidade da equipe escolar;	50%	33,33%	16,67%

**QUADRO RESUMO DA DIMENSÃO 5 – FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE
TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA**

- ✓ Pontos fortes:
 - A maioria dos Profissionais são habilitados; e
 - Assiduidade da equipe escolar.

- ✓ Pontos fracos:
 - Falta formação aos profissionais da educação para o trabalho com alunos com necessidades especiais;

- ✓ Prioridades:
 - Formação aos profissionais da educação para o trabalho com alunos com necessidades especiais.

- Obs.: Nas questões:
 - Mudanças constantes dos profissionais sem discussão coletiva não há como planejar uma ação, visto que fica a cargo da Gestão do Município.

DIMENSÃO 6 – AMBIENTE FÍSICO ESCOLAR	Taxa Percentual		
	BOA	REGULAR	RUIM
1. Material didático para alunos;	58,57%	27,71%	13,72%
2. Acesso à internet;	38,73 %	38,15%	23,12%
3. Banheiros e lavabos;	43,28%	31,84%	24,88%
4. Água filtrada ou tratada;	100%	0%	0%
5. Carteira para alunos	100%	0%	0%
6. Mesa e cadeira para professor	100%	0%	0%
7. Pátio escolar;	77,30%	15,48%	7,22%
8. Espaço para ensino e prática de esportes;	19,29%	19,50%	51,21%
9. Material pedagógico e didático para professor;	80,10%	12,90	7%
10. Salas de aula;	35%	47%	18%
11. Pintura do prédio e do quadro-negro;	67%	18%	15%
12. Bibliotecas, salas ou cantos de leitura;	10%	20%	70%
13. Merenda escolar;	90%	10%	0%
14. Calendário letivo e agenda;	90%	10%	0%
15. Plantas, árvores e flores;	70%	30%	0%
16. Tratamento do lixo;	88,20%	0%	11,80%
17. Vias de acesso com pessoas com deficiência;	43,17%	24,13%	32,7%
18. Nível baixo de ruído;	0%	5%	95%
19. Rede de esgoto; e	73,20%	26,80%	0%
20. Beleza.	0%	100%	0%

QUADRO RESUMO DA DIMENSÃO 6 – AMBIENTE FÍSICO ESCOLAR

- ✓ Pontos fortes:
 - Água filtrada ou tratada;
 - Carteira para alunos;
 - Mesa e cadeira para professor; e
 - Merenda Escolar.
- ✓ Pontos fracos e Prioridades:
 - Espaço para ensino e prática de esportes;
 - Bibliotecas, salas ou cantos de leitura;
 - Sala de coordenação, direção e secretaria;
 - Almojarifado;
 - Vias de acesso aos alunos com deficiência;
 - Banheiros adaptados com acessibilidade aos alunos com deficiência;
 - Espaço de refeitório;
 - Nível baixo de ruído; e
 - 2 salas pequenas.

DIMENSÃO 7 – ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA
Taxa Percentual

	BOA	REGULAR	RUIM
1. Número total de falta dos alunos;	100%	0%	0%
2. Abandono e evasão;	80 %	0%	20%
3. Atenção aos alunos com alguma defasagem de aprendizagem;	90%	10%	0%
4. Atenção às necessidades educativas da comunidade;	80%	20%	0%

QUADRO RESUMO DA DIMENSÃO 7 – ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

- ✓ Pontos fortes:
 - Controle da frequência escolar dos alunos;
- ✓ Pontos fracos:
 - Alunos com dificuldade em aprendizagem sem relatório médico;
 - e
 - Número grande de alunos por turma, o que dificulta a atenção aos com dificuldades de aprendizagem.
 -
- ✓ Prioridades:

PLANO DE AÇÃO

Dimensão	Indicador	Problema	O que fazer?	Responsável	Prazo
2 – Prática Pedagógica	1. Prática pedagógica definida e conhecida por todos;	- A falta da Proposta Pedagógica-PPP escrita (em forma de documento).	- Concluir o PPP;	- A direção escolar: Lucimar; - Coordenação: Ivonilde; - Funcionários da Emisc; e Comitê Escolar do PPP.	- De 09 de setembro até 30 de novembro do corrente ano.
3 – Avaliação	4. Avaliação do trabalho profissionais da escola;	- Falta de procedimento formalizado para avaliar o trabalho durante o ano dos funcionários, com a participação e opiniões de todos os segmentos da comunidade escolar.	- Utilizar a Caixa de sugestões no pátio da Escola; e - Elaborar e executar o questionário de autoavaliação com todos os funcionários. - Validar o questionário de autoavaliação com todos os funcionários.	- A direção escolar: Lucimar; Secretária: Jéssica; E o Conselho Escolar.	- De 12 de setembro até 23 de dezembro do corrente ano.

Dimensão	Indicador	Problema	O que fazer?	Responsável	Prazo
5 – Formação e Condições De Trabalho Dos Profissionais Da Escola	2. Formação continuada;	- Falta formação aos profissionais da educação para o trabalho aos alunos com deficiência;	- Organizar formações com os professores e coordenação para o momento da AC. - Organizar formações com os funcionários da Escola.	- Secretária Municipal da Educação; - Coordenação: Ivonilde; - Professores; e - Direção Escolar: Lucimar	- De 12 de setembro até 23 de dezembro do corrente ano.
	3. Banheiros e lavabos;	- Banheiro inadequados;	- Solicitar da Semec uma mudança de local dos banheiros para um local adequado;	- Direção: Lucimar.	- De 12 de setembro até 23 de dezembro do corrente ano.
	6. Espaço para ensino e prática de esportes;	A falta de uma quadra esportiva;	- Solicitar da Semec a construção de uma quadra esportiva na Emisc;	- Direção: Lucimar.	- De 12 de setembro até 23 de dezembro do corrente ano.
6 – Ambiente Físico Escolar	10. Bibliotecas, salas ou cantos de leitura;	A falta de: • Espaço para ensino e prática de esportes; • Bibliotecas, salas	- Solicitar da Semec a construção de uma biblioteca na Emisc;	- Direção: Lucimar.	- De 12 de setembro até 23 de dezembro do corrente ano.

			<p>ou cantos de leitura;</p> <ul style="list-style-type: none">• Sala de coordenação, direção e secretaria;• Almoxarifado;• Vias de acesso aos alunos com deficiência;• Banheiros adaptados com acessibilidade aos alunos com deficiência;• Espaço de refeitório; e• 2 salas de aula.		
--	--	--	--	--	--



RELATÓRIO FINAL

A Avaliação Institucional na Escola Municipal Iracy Silva Cangussu, situada na Avenida São Bento, s/nº, centro, em Barra da Estiva, Bahia, sob a direção de Lucimar Oliveira Silva Cordeiro, ocorreu em quatro momentos, no mês de agosto do corrente ano, nos dias: - doze com os alunos; - dezenove com os pais e/ou responsáveis pelos alunos; - vinte e três com a Equipe pedagógica; e - vinte e nove com os demais funcionários desta Unidade sobre a orientação dos professores e da Diretora, os quais explicaram o motivo da mesma, tendo está em seu caráter os seguintes objetivos: - Identificar os acertos e as insuficiências, as vantagens ou potencialidades e as dificuldades desta instituição; - Melhorar o nível de alto conhecimento que a escola tem de si própria; - Buscar elementos ou informações para tomar decisões em relação aos resultados encontrados. Em seguida, cada orientador explicou como seria o procedimento da Avaliação Institucional, a qual foi feita respondendo os questionários dos Indicadores da Qualidade na Educação, logo após todos respondiam às perguntas desta Avaliação se manifestando com a apresentação dos cartões coloridos (vermelho, amarelo e verde). Após a análise dos dados obtidos nos questionários, fez se apresentação destes à Equipe Escolar e ao Comitê Escolar do PPP no dia cinco de setembro do corrente ano. E, neste mesmo momento fez se a elaboração do Plano de Ação. Assim, cada um deu a sua contribuição sobre o que poderia ser feito para melhorar aquele indicador e possivelmente sua dimensão, e neste momento foi feito levantamento dos pontos fracos e fortes e das ideias para solucionar os problemas encontrados, com o objetivo de construir uma escola de qualidade, procurando agir em relação aos problemas encontrados durante a avaliação institucional. Após a elaboração do Plano de Ação, o mesmo será entregue ao Conselho Escolar para apreciação e aprovação, sendo acompanhado e avaliado sistematicamente por toda comunidade escolar.

LUCIMAR OLIVEIRA SILVA CORDEIRO
Matricula nº 00200067
PORTARIA Nº 13, de 27/12/2019.
DIRETORA

FOTOS DOS MOMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS



FOTOS DOS MOMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS



FOTOS DOS MOMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



PARTICIPAÇÃO DOS PAIS

FOTOS DOS MOMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA



FOTOS DOS MOMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS



ESCOLA MUNICIPAL IRACY SILVA CANGUSSU

PROJETO ANTIRACISTA/BULLING



Introdução

Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é objetivo fundamental da nossa Escola. A escola Municipal Iracy Silva Cangussu tem e sempre teve um olhar especial para essas questões, acreditando que esse tipo de agressão pode e deve ser cuidado e prevenido nas escolas, com conscientização dos professores, alunos e pais. Afinal, um ambiente escolar saudável é aquele em que a criança consegue aprender, se desenvolver e se expressar sem discriminação e preconceito.

Diante desse contexto, a Emisc realizará o referido projeto, uma vez que é também dever da escola incentivar a solidariedade, a generosidade, o respeito às diferenças por meio do diálogo e campanhas de incentivo à paz e à tolerância, educando para vida.

É importante ressaltar que ações de intolerância não se tratam de pequenas brincadeiras próprias da infância e da adolescência, mas de casos de agressão e violências morais ou até físicas, podendo causar danos psicológicos sérios, comprometendo o processo de socialização e de aprendizagem, bem como, a saúde física e emocional das vítimas. Portanto, a escola e a família podem estabelecer regras para evitar a violência entre nossas crianças.

Justificativa

A escola Municipal Iracy Silva Cangussu vem desenvolvendo atividades escolares de conscientização, combate e prevenção à prática de bullying visto que esta é uma das formas de violência que mais cresce no mundo. A Emisc realiza ações contínuas no ambiente escolar de combate ao racismo estrutural, por meio do letramento racial e da sensibilização da comunidade, da valorização da cultura e história afro-brasileiras e indígenas no currículo, e do aumento da representatividade negra e indígena entre estudantes, educadores e gestores. Com isso, o Projeto busca contribuir para transformar a situação histórica de segregação e desigualdade social criada pelo racismo rumo à construção de uma sociedade efetivamente democrática, onde todos sejam tratados com igualdade.

O bullying pode ocorrer em qualquer contexto social, como escolas, condomínios, clubes, universidades, famílias, vizinhanças e locais de trabalho. O que pode parecer um apelido simples e inofensivo pode afetar emocionalmente e fisicamente um indivíduo, acarretando possível isolamento ou queda do rendimento escolar.

Essa manifestação de violência nas instituições de ensino vem preocupando educadores em geral, pois autores dessas práticas perseguem e hostilizam suas vítimas, desferindo-lhes uma série de maus tratos, com apelidos pejorativos, humilhações, zoações, exclusões, perseguições, difamações. As agressões podem ser verbais, morais, sexuais, físicas, materiais, psicológicas e virtuais, com o intuito de ferir o outro de forma ameaçadora.

Temos em mente que a prevenção começa pelo conhecimento, orientação e que a escola deve propiciar um ambiente agradável, acolhedor e seguro, para que o aluno, impossibilitado de defesa, possa recorrer à ajuda de nossos profissionais adequadamente.

Não podemos ser coniventes, omissos e permissivos a tanta violência!

O comprometimento da comunidade escolar no desenvolvimento de ações em parceria com a família e membros da sociedade, orientando e conscientizando seus alunos sobre a gravidade desse tipo de comportamento, certamente resultará em benefícios a todos.



A lei federal nº 13.185 de 6 de novembro de 2015 instituiu o programa de combate à intimidação sistemática (Bullying) em todo o território nacional, portanto determinados comportamentos são passíveis de punição em Lei. Essa lei que entrou em vigor em 6 de fevereiro de 2016 é de fundamental importância, pois é dever da escola e direito da criança e do adolescente assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente o respeito, a prevenção a ocorrências, a proteção, a educação e a permanência na escola.



Nossas ações

- _ Orientar a comunidade escolar acerca da prevenção e combate a prática de bullying na escola, através de campanhas e atividades educativas, informativas e de conscientização.
- _ Prevenir e combater a prática de bullying.
- _ Esclarecer e informar às leis que punem a prática do bullying.
- _ Reconhecer os possíveis casos de bullying no âmbito educacional, identificando os alunos praticantes e as vítimas.
- _ Distinguir o que é brincadeira e o que é bullying.
- _ Realizar atividades educativas e de conscientização através da construção e exposição de cartazes, panfletos, vídeos e palestras.
- _ Impedir a continuação de atos de agressão, humilhação, discriminação, intimidação ou qualquer manifestação de violência.
- _ Promover a cultura de paz e a harmonia no ambiente escolar, através de debates e reflexão acerca do tema em questão.
- _ Estimular a prática de valores como amizade, solidariedade, cooperação, companheirismo, tolerância e respeito mútuo, promovendo assim um ambiente escolar sadio e seguro.



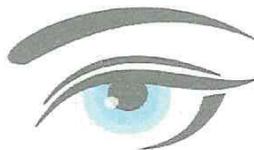
Avaliação

Diante da nossa realidade enquanto educadores, afirmamos que a escola não deve ser apenas um local de ensino formal, mas também de formação cidadã, de direitos e deveres, amizade, cooperação e solidariedade. Agir contra o antirracismo e o bullying é uma forma eficiente de diminuir a violência entre estudantes e na sociedade.

Nossa equipe acredita na orientação, na conversa, na mediação, na conscientização de um ato violento e também na compreensão das normas vigentes que devem ser cumpridas e respeitadas.

Identificar casos antirracistas e de bullying entre alunos será uma luta constante em nosso dia a dia.

Conscientizar os alunos sobre o equívoco que representa denegrir, humilhar, oprimir ou tentar destruir alguém para satisfação pessoal, será nosso principal objetivo, pois buscamos assim, respeito mútuo e sucesso escolar.



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 008, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Instituto Educacional Conviver, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Extraordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, do Instituto Educacional Conviver escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME


Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.

Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Documento assinado digitalmente
 MARIZANE LIMA MARTINS
Data: 18/09/2024 11:25:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

INSTITUTO EDUCACIONAL CONVIVER



**PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

**Educação Infantil
Ensino Fundamental I**

2024

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	04
2. BASES LEGAIS.....	07
2.1. MARCO FILOSÓFICO CONCEITUAL.....	07
3. REFERÊNCIAS TEÓRICOS.....	07
4. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL E DA ENTIDADE MANTENEDORA.....	10
4.1. FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO	11
4.2. DADOS DO ESTABELECIMENTO	12
4.3. HISTÓRICO DA ESCOLA	13
5. DIAGNÓSTICO 2023 - ANÁLISE DE INDICADORES.....	14
6. MISSÃO, VISÃO, VALORES.....	15
7. OBJETIVOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	16
7.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
7.2. OBJETIVOS DO ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	17
7.3. OBJETIVOS DO ENSINO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	18
8. ATO SITUACIONAL:	
8.1. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	20
8.2. CARACTERÍSTICAS DA CLIENTELA	21
8.3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO	22
8.4. FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS	23
8.5. FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	24

8.6. FUNDAMENTOS ÉTICO-PEDAGÓGICOS.....	24
---	----

9. BASES LEGAIS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICAS:

9.1. BASES LEGAIS	25
-------------------------	----

9.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
----------------------------------	----

10. CONCEPÇÕES:

10.1. CONCEPÇÃO DE MUNDO.....	26
-------------------------------	----

10.2. CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE	27
------------------------------------	----

10.3. CONCEPÇÃO DE HOMEM	28
--------------------------------	----

10.4. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	28
-----------------------------------	----

10.5. CONCEPÇÃO DE ESCOLA	29
---------------------------------	----

10.6. CONCEPÇÃO DE FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	30
---	----

10.7. CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO	30
---------------------------------------	----

10.8. CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	31
--	----

10.9. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	32
------------------------------------	----

10.10. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	34
-------------------------------------	----

10.11. CONCEPÇÃO DE CULTURA	36
-----------------------------------	----

10.12. CONCEPÇÃO DE CIDADÃO E CIDADANIA	37
---	----

10.13. CONCEPÇÃO DE CONSELHO DE CLASSE	37
--	----

10.14. CONCEPÇÃO DE DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO	38
---	----

10.15. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	40
--	----

10.16. DE FUNCIONÁRIO E SUA ATUAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR	41
---	----

11. AVALIAÇÃO E CONSIDERAÇÕES DO PPP	42
---	-----------

12. RECUPERAÇÃO	43
------------------------------	-----------

13. ANEXOS	43
-------------------------	-----------

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Educacional Conviver traz sua história em seu nome. Em 1994, um grupo de professores e pais criou uma nova escola, compartilhando um ideal de educação e de sociedade. E, desde então vamos vivendo, refletindo, contextualizando e concretizando este ideal. Ao contrário de uma escola desconectada, isolada da vida, onde são fabricados saberes para ser reproduzidos por aqueles que ali passam, almejamos uma escola onde a vida (com toda sua complexidade) se faça presente. Nossa principal finalidade é possibilitar que o sujeito possa atuar com autonomia, criticidade e alegria no contexto em que vive, vinculando o saber a uma prática social. Concordamos com Morin (2001: 11) quando se refere ao Ensino Educativo que tem como missão transmitir mais que o mero saber, ou seja,

“transmitir uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao

mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre”.

O projeto político-pedagógico, como o próprio nome diz, comporta basicamente duas dimensões que se integram e se complementam, a pedagógica e a política, que são indissociáveis. *Saupe (1997)*, diz que, na dimensão pedagógica, “reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da instituição, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.” Para esta mesma autora, o projeto pedagógico é também político, por várias razões: tem uma ação intencional, com sentido explícito e com compromisso definido coletivamente; está articulado intimamente ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população; possui um compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Alguns trabalhos sobre este tema (Veiga, 1996; Saupe, 1997), reforçam a ideia de que toda elaboração, avaliação e acompanhamento de um projeto político-pedagógico precisa seguir alguns pressupostos básicos, dentre eles, o de ser um processo coletivo, construído e vivenciado em todos os momentos com a participação de todas as pessoas envolvidas com o processo educativo da instituição; precisa ser concebido como uma atividade natural, desejável, necessária, sistematizada e permanente; não é apenas um processo técnico, mas sim uma questão política e social; é um processo contínuo de reflexão-ação. Nesse sentido, após a decisão acerca da necessidade de revisar e explicitar as concepções de cunho teórico-filosófico que dão suporte a nossa ação cotidiana (ou seja, a elaboração de um marco filosófico-conceitual) o processo de formação de professores passa a ter como objetivo, num momento específico, essa elaboração.

Atualmente, a escola confronta-se com um mundo em mutação constante, com diversidade de situações e o processo de globalização. Assim, há de se investir no universo da ciência e da tecnologia, gerando adaptação de cultura e modernização da mentalidade.

A família que é a base da sociedade foi se fragmentando e abandonando o papel de primeira instituição educadora no processo de formação, gerando um novo desafio para a escola, pois os pais acabaram delegando não só a formação cultural do educando, como também a moral. A família está se transformando.

Hoje em dia, há a necessidade da escola estar em perfeita sintonia com a família. A escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de nossos filhos e alunos. A escola não deveria viver sem a família e nem a família deveria viver sem a escola. Uma completando a outra na tentativa de alcançar um maior objetivo, de proporcionar um melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade.

De acordo com o Artigo 1º da LDB, —a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Desse modo pode-se perceber que a educação tem caráter abrangente que extrapola os limites de atuação da escola. Entretanto, é no âmbito familiar que se inicia o processo educativo e de socialização, que leva o indivíduo a buscar certos fins, a inserir valores e a interagir no meio em que vive.

A Constituição Federal em seu Artigo 227 estabelece como dever da Família, da Sociedade e do Estado —assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Estabelece também, claramente, o papel da família, em seu Artigo 229: — Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Para Vygotsky, a formação se dá numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade — o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem. Por exemplo, uma criança pode nascer com condições fisiológicas de falar, mas para desenvolver a fala precisa aprender com os outros. Portanto, o que ele foca é a interação. Segundo Vygotsky, todo aprendizado é necessariamente mediado — e isso torna o papel do ensino e do professor mais ativo. O aprendizado não se subordina ao desenvolvimento das estruturas intelectuais da criança, mas um se alimenta do outro, provocando saltos qualitativos de conhecimento. O ensino, para Vygotsky, deve se antecipar ao que o aluno ainda não sabe nem é capaz de aprender sozinho. É a isso que se refere um de seus principais conceitos, o de —zona de desenvolvimento proximal, que seria a distância entre o desenvolvimento real da criança e aquilo que ela tem potencial de aprender, ou entre — o ser e o tornar-se.

Sendo assim, o Instituto Educacional Conviver vem se empenhando em responder ao apelo da sociedade para que a educação cumpra, de maneira eficaz, seu papel na formação dos cidadãos.

Vemos a educação como um processo com o qual o aluno deve aprender a agir. Nesse sentido esmeramos para que nossa atuação pedagógica o encaminhe para o desenvolvimento da reflexão, da capacidade de bem usar o raciocínio com consciência crítica, somando-se a isso trabalhar conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais, em que os valores e as atitudes almejados sejam formados e, também, expressos nos relacionamentos entre as pessoas.

Pessoas cooperativas, que tenham compromisso com o mundo e com o outro, que saibam tanto expor suas ideias quanto ouvir. Gente que não necessariamente terá um conhecimento enciclopédico, mas que saberá como procurar as informações que lhe fazem falta.

Na educação ideal, a escola é o berço da sistematização do processo de formação do indivíduo, estabelecendo os alicerces para a formação continuada que prosseguirá com a qualificação profissional e o exercício da cidadania (LDB: Art. 22).

Um aspecto importante a ressaltar, diz respeito à qualificação dos professores. Como ensinar por meio de metodologia que valoriza o estudante como sujeito ativo da aprendizagem, da avaliação contínua, da inovação da informação tecnológica, se esse professor não foi habilitado segundo esses parâmetros? A figura do mestre intelectual deve ser difundida e buscada pelo professor, investindo em sua formação acadêmica, deixando de reproduzir, simplesmente, a mesma didática que aprendeu e vivenciou quando estudante.

A LDB ressalta esse ponto como fundamental, em seu Artigo 61: —A formação de profissionais de educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Nosso Projeto, como qualquer outro, não é tema acabado, nem assume forma definitiva, pois é de sua natureza intrínseca, não escapar a historicidade, à contingência de um mundo em constante transformação. A permanente revisão é parte integrante do processo, permitindo assim, a inclusão de novas ideias e soluções, num dinamismo constante, para que a Instituição atinja seus objetivos na construção do saber integral com disciplina e honra.

1. BASES LEGAIS

Este documento tem como base legal a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), em seus artigos 12, 13,14 e 24 que tem como objetivos orientar e confiar aos estabelecimentos de ensino à elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico. A referida lei supracitada acima estabelece normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades conforme os seguintes princípios estabelecidos no artigo 14:

Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola;

Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares e equivalentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/90 em seu art. 1º dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

2.1. Marco Filosófico Conceitual

Como já foi dito, o marco filosófico-conceitual explicita ao mesmo tempo a filosofia e os conceitos básicos que norteiam a ação pedagógica. As concepções descritas já sugerem princípios de ação educativa, uma vez que foram pensadas à luz da prática vivida.

1. REFERENCIAL TEÓRICO - Fundamentos Norteadores da Prática Educativa

A educação oferecida no Instituto Educacional Conviver fundamenta-se nos seguintes princípios, pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma ação educativa sistemática e intencional:

- Convívio da tradição e modernidade;

- Convívio com a diversidade;
- Aprendizagem como processo de construção do conhecimento e construção da identidade.

Entendemos que tradição e modernidade são conceitos polissêmicos que estão presentes no universo escolar, seja na forma de embate e conflito, seja na forma de complementaridade.

A modernidade não exclui a tradição, compreendida como os valores e as práticas que historicamente se perpetuam ao longo do tempo e que permanecem nos dias atuais. Nesse sentido, a tradição não é vista como passado da modernidade e nem a modernidade como um progresso em relação à tradição. Há traços da tradição na modernidade.

Ao partirmos, portanto, da premissa de que a tradição não se contrapõe à modernidade, superamos a dicotomia simplificada entre sociedades tradicionais e sociedades modernas e entre educação tradicional e educação moderna. Assim, para construirmos uma educação que esteja mais próxima da realidade de nossa comunidade e que obtenha, nas permanências da tradição, os elementos constitutivos da própria modernidade.

Vivemos a modernidade na sua diversidade, fragmentação e pluralidade marcadas pela globalização, experimentando a rápida transformação – inclusive virtual – típica deste tempo.

Nesse sentido, um dos grandes desafios da escola é inserir o estudante no mundo moderno, de forma a ajudá-lo na compreensão e crítica desta complexidade, que só será possível com o acesso ao legado cultural que herdamos e que define o conhecimento humano expresso nas diferentes disciplinas. Ao situar as novas gerações nos dilemas, conflitos, avanços e recuos na constituição dos saberes em constante transformação, ofereceram a elas a possibilidade de narrarem-se como parte desta história.

Como um dos principais desafios da escola, apontamos o convívio com a diversidade diante da globalização em que estamos imersos. Reconhecemos que a diversidade é uma construção histórica, cultural e social, marcada pelas relações de poder.

Dentro deste cenário, cabe a nós o papel de tornar observável às novas gerações o processo constitutivo das experiências humanas, convidando-as para um constante exame crítico do sistema de crenças e valores presentes em um mundo no qual a complexidade das diferenças muda com o tempo e assume formas diversas em distintos contextos. Assim sendo, no processo de organização da nossa prática educativa, desde a seleção dos conteúdos para cada ano até o planejamento das situações educativas a serem desenvolvidas em sala de aula, temos como preocupação uma abordagem que contemple tanto a diversidade cultural (multiculturalismo), quanto à diversidade de estilos e possibilidades de aprendizagem apresentadas pelos diferentes estudantes.

As situações educativas são organizadas de modo a garantir a cada um à possibilidade efetiva de aprender, organizando e desenvolvendo um currículo de qualidade para todos.

Na organização de situações de aprendizagem buscamos garantir aos estudantes a constituição da escola como um espaço investigativo, no qual a busca de compreensão do mundo demande uma atitude de pesquisa, tanto por parte dos professores quanto dos estudantes. Sustentar essa atitude investigativa

diante do conhecimento aponta a necessidade de elaborar e desenvolver projetos nos quais estejam implicadas as diversas áreas do conhecimento, projetos estes que problematizem situações por meio das quais seja possibilitado aos estudantes o exercício da pergunta, da investigação, da escolha sustentada, da articulação de saberes e informações, do registro e da comunicação do conhecimento construído.

A valorização da relação professor-estudante, e de como este vínculo interfere no processo de construção do conhecimento tem sido objeto de estudo da maioria das correntes pedagógicas. O sociointeracionismo propicia o aprendizado a partir da interação entre os educandos e deles com o educador; assim os conceitos que vão surgir com a experiência se transformam em conhecimentos científicos. O papel do professor é o de atuar como mediador no processo de aprendizagem.

A perspectiva sociointeracionista, sociocultural ou sócio histórico, abordada por L. Vygotsky, a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem está atrelada ao fato de o ser humano viver em meio social, sendo este a alavanca para estes dois processos. Isso quer dizer que os processos caminham juntos, ainda que não em paralelo. Entenderemos melhor essa relação ao discutir a Zona de Desenvolvimento proximal. Os conceitos sociointeracionistas sobre desenvolvimento e aprendizagem se fazem sempre presentes, impelindo-nos à reflexão sobre tais processos.

Para Vygotsky, o desenvolvimento – principalmente o psicológico/mental (que é promovido pela convivência social, pelo processo de socialização, além das maturações orgânicas) – depende da aprendizagem na medida em que se dá por processos de internalização de conceitos, que são promovidos pela aprendizagem social, principalmente aquela planejada no meio escolar. Ou seja, não é suficiente ter todo o aparato biológico da espécie para realizar uma tarefa se o indivíduo não participa de ambientes e práticas específicas que propiciem esta aprendizagem. Não podemos pensar que a criança vai se desenvolver com o tempo, pois esta não tem, por si só, instrumentos para percorrer sozinho o caminho do desenvolvimento, que dependerá das suas aprendizagens mediante as experiências a que foi exposta. Neste modelo, o sujeito – no caso, a criança – é reconhecida como ser pensante, capaz de vincular sua ação à representação de mundo que constitui sua cultura, sendo a escola um espaço e um tempo onde este processo é vivenciado, onde o processo de ensino-aprendizagem envolve diretamente a interação entre sujeitos.

No processo de aprendizado, o professor investe em uma relação dialógica, pois o pressuposto é que a construção de conhecimento só acontece na interação com o outro (seus pares, outros adultos além do professor) e com o objeto de estudo. O ambiente escolar, portanto, é gestado pelos educadores, de forma a garantir uma rede de relações interpessoais que promovam o diálogo e o respeito aos diversos pontos de vista frente aos conflitos, sem que sejam desconsiderados em todo o processo de aprendizado os princípios éticos e morais.

Assim, pensamos na avaliação como mais uma possibilidade de aprendizagem, a qual incite situações diferenciadas que propiciem a articulação e coerência de raciocínio para a ampliação do conhecimento e incentivo ao pensamento crítico.

A avaliação, sob essa ótica, tem caráter formativo, pois possibilita ao estudante pensar, aplicar conceitos e articular informações para que o pensamento se apresente de forma clara e coerente nas mais diversas

linguagens.

Nossa atuação baseia-se em uma constante reflexão e avaliação das práticas educativas, uma vez que o modo como concebemos a relação de ensino e aprendizagem supõe o sujeito como construtor de conhecimento da própria identidade, a partir da interação que estabelece com o outro (seus pares, adultos com quem convive) e com os diversos objetos de estudo. Para tanto, procuramos estabelecer uma relação dialógica que pressupõe o reconhecimento e a legitimidade de seus interlocutores e das suas diferenças.

Na nossa proposta de trabalho, o professor estabelece uma relação de troca com o aluno. O educador se aproxima do educando, ouvindo-o, valorizando e acreditando nele, a fim de favorecer a interação de mediação na construção de conhecimentos. Quando o aluno percebe que o ambiente da sala de aula lhe proporciona abertura para expressar-se, segue mais confiante.

As relações afetivas fazem parte do crescimento desse sujeito, pois os saberes socialmente construídos são transmitidos por meio das interações que acontecem em um ambiente de aprendizagem. Esse envolvimento despertará no aluno o desejo de apropriar-se dos saberes, construindo e ampliando significativamente seu conhecimento. Para tanto, o fazer do professor está atrelado à tarefa de elaborar procedimentos para construir significados e contribuir para o conhecimento de mundo do educando. O papel do professor como mediador do processo da aprendizagem é auxiliar na sistematização final dos conceitos construídos pelos alunos.

1. DA IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL E DA ENTIDADE MANTENEDORA

O Instituto Educacional Conviver tem como Entidade Mantenedora Isabel Petry Feiler, registrada sob o C.N.P.J. de Nº 02.803.141/0001-78. Foi criada pela portaria Nº 002/2018-NTE03, publicado no Diário Oficial em 14/11/2018. Atualmente a escola está com sede à Praça Padre Antônio Ribeiro Folha, 162, Centro, Município de Barra da Estiva, Estado da Bahia.

A origem e a caminhada educacional da Escola Particular de Educação Infantil, Fundamental I, tem nos seus arquivos a sua história registrada desde o início de sua fundação. Com a vinda dos primeiros colonizadores para o município e região, surgiu também a necessidade de prover ensino para os filhos destes imigrantes.

O Instituto Educacional Conviver, estabelecimento pertencente à rede particular de ensino, localizado na cidade de Barra da Estiva/BA, com CNPJ sob nº 02.803.141/0001-78, tendo como entidade mantenedora O Instituto Educacional Conviver. Oferece Educação Infantil, de competência do Conselho Municipal de Educação de Barra da Estiva/BA, ministra o Ensino Fundamental com autorização reconhecida pela Resolução nº 0070058-2/2018/CEE.

O INSTITUTO EDUCACIONAL CONVIVER, tendo à direção, a professora Isabel Petry Feiler, oferecendo as modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental de nove anos, sendo que em 2021, a proprietária encorajada pelas famílias transfere a escola para outro prédio modernizado que contempla todas as necessidades dos padrões da educação, situado na Praça Pedro Antônio Ribeiro Folha - Centro, Barra da Estiva - Ba.

Uma escola com um projeto socioeducativo, que visa criar um ambiente rico de oportunidades para que todos possam conviver, brincar e construir conhecimentos, papéis sociais como sujeitos críticos frente à sua realidade social.

Oferece na Educação Infantil em salas modernas, uma grande área para atividades recreativas, nos turnos da manhã e tarde, Ensino Fundamental anos iniciais (vespertino), Ensino Fundamental anos finais (matutino) com diversos projetos que contribuem para o sucesso dos educandos numa perspectiva de construção da cidadania, autonomia e participação de todos, resultando em grande satisfação para a comunidade de Barra da Estiva.

Foi um dos pioneiros em questionar juntamente com a comunidade os assuntos ambientais, realizando anualmente o Desfile da Primavera. Desenvolve visitas em Projeto a bairros carentes, viagens em comunidades e outras cidades. Além da realização e participação em vários eventos como Feiras de Ciências, Gincanas, Olimpíada Brasileira de Matemática, Brasileira de Física, Brasileira de Informática, Sarau da Primavera, Encontro Escola – Família, Encontro Multidisciplinar, Jogos Internos, Concurso Literário e Cultural.

4.1. FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Educacional Conviver, tem por finalidade promover a escolarização regular, em regime anual e seriado, para crianças e adolescentes, possibilitando-lhes o prosseguimento dos estudos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental. O Ensino Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos afetivo, cognitivo, social, ético, estético e motor, tendo como base o aproveitamento do potencial imaginativo da criança. O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, tem como finalidades oferecer formação básica ao aluno: desenvolvendo sua capacidade de aprender; estruturando o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; oportunizando a construção e a reconstrução de conhecimentos (relativos ao ambiente natural e social, ao sistema político, a tecnologia, as artes) e a formação de valores e atitudes; Visa também a formação para o questionamento da realidade, formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando a criatividade, a intuição, a capacidade de interagir com a realidade.

4.2. DADOS DO ESTABELECIMENTO

1-DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO. Instituto Educacional Conviver.	
2-ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO. Praça Padre Antônio Ribeiro Folha, nº 162.	3-CÓDIGO DA INSTITUIÇÃO. 294 468 – 64.
6-BAIRRO. Centro.	7- MUNICÍPIO. Barra da Estiva – Bahia.
8-CEP. 46650-000	9- DDD. 77
10-E-MAIL DA INSTITUIÇÃO. iec.conviverpositivo@gmail.com	11-CNPJ: 02.803.141/0001-78
12- MANTENEDORA. Isabel Petry Feiler	
13-ATO DE AUTORIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO. Parecer CME Decreto nº 002 1010-4/2008	
Diário oficial: 003/08.19	
14-ATO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DA INSTITUIÇÃO. Portaria nº 02/2018 – NTE 03	
15-ATO DE APROVAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR Portaria Diário Oficial de nº 002/2018NTE 03	

1. HISTÓRICO DA ESCOLA

O INSTITUTO EDUCACIONAL CONVIVER iniciou seus trabalhos com o nome Escolinha Conviver, em 1994, e fez seu cadastro nacional de pessoa jurídica em 1998, com o objetivo de atender crianças de três a cinco anos, num espaço cuidadosamente preparado para ela se desenvolver brincando.

O ritmo acelerado das transformações vividas pela sociedade no final do século passado atinge também a Educação que, como as demais ciências, evoluíram. A ideia que se tinha de criança, de conhecimento, de escola, de métodos de trabalho, de ensino... Tudo evoluiu, acompanhando o ritmo da vida que é puro movimento.

A Educação Infantil também evoluiu de tal maneira que a partir da Constituição de 1988, elas aparecem pela primeira vez no capítulo sobre Educação da Constituição Federal, considerando este atendimento como direito da criança.

Nesta perspectiva, as práticas educacionais, além de exigirem ações adequadas às necessidades educativas e aos cuidados específicos referentes à faixa etária, pressupõem ainda o desenvolvimento de práticas de qualidade, que permitam a inserção equitativa e participativa dessas crianças no universo social, cultural, econômico e político da realidade brasileira.

Em consonância com a lei e comprometida com a oferta de um serviço de qualidade, o INSTITUTO EDUCACIONAL CONVIVER adapta-se à nova faixa etária com novos espaços, práticas educativas e atendimento das necessidades básicas adequados à nova realidade, tornando-se uma escola de Educação Infantil de compromisso com a sociedade.

Surge então o INSTITUTO EDUCACIONAL CONVIVER que, atendendo, crianças da educação infantil dá continuidade ao trabalho iniciado em 1994: atendendo a criança de forma integral em suas necessidades básicas de educação, afeto e socialização. Num ambiente seguro e acolhedor, onde ela se sinta amada e reconhecida nos seus esforços, buscará incentivá-la, colocando-a em contato com oportunidades de experimentar, descobrir, manipular objetos e vivenciar situações, enfrentando novas experiências, inclusive com a linguagem escrita, proporcionando-lhe condições tranquilas de acesso à leitura e à escrita.

Com ação educativa concomitante à ação social, propõe desenvolver ao máximo as capacidades cognitivas e linguísticas, motrizes, afetivas e de equilíbrio pessoal, de relação interpessoal e de atuação e inserção social de suas crianças, através de conteúdos educativos concernentes à etapa atendida. Para isso, assume

o compromisso de desenvolver projetos que as levarão, cada qual em seu tempo e dentro de suas possibilidades, ao pleno desenvolvimento biopsicossociocultural.

Nossa meta é a implementação de uma Escola de Educação Infantil de qualidade, que favoreça o desenvolvimento infantil, considere os conhecimentos e valores culturais que as crianças já trazem e os amplie, de modo a possibilitar a construção da autonomia, da criatividade, da capacidade crítica e a formação da autoestima.

Durante esses anos, o INSTITUTO EDUCACIONAL CONVIVER teve como Diretora e idealizadora desse projeto ISABEL PETRY FEILER.

1. DIAGNÓSTICO 2023

ANÁLISE DE INDICADORES

Grupos								
Educação	Matricula inicial	Admitidos	Transferidos	%Aprovados	Reprovados	Abandono	%Abandono	Matricula Final
Infantil								
G- 02	15	15	-	100%	-	0	-	15
G- 03	19	19	-	100%	-	0	-	19
G- 04	30	30	-	100%	-	0	-	30
G- 05	18	18	-	100%	-	0	-	18
Total	82	82	-	-	-	0	-	82

Séries									
Educação	Matricula inicial	Aprovados	Admitidos	Transferidos	Reprovados	%Reprovads	Abandono	%Abandono	Matricula Final
Fundamental									
1º Ano	20	100%	20	-	-	-	-	-	20
2º Ano	32	100%	32	-	-	-	-	-	32
3º Ano	20	100%	20	-	-	-	-	-	20
4º Ano	25	100%	25	-	-	-	-	-	25
5º Ano	26	100%	26	-	-	-	-	-	26
6º Ano	25	100%	25	-	-	-	-	-	25
7º Ano	25	100%	25	-	-	-	-	-	25
8º Ano	26	100%	26	-	-	-	-	-	26
9º Ano	07	100%	07	-	-	-	-	-	07
Total	182	-	182	-	-	-	-	-	182

6. MISSÃO, VISÃO, VALORES:

6.1- MISSÃO: A Instituição de Ensino tem como missão construir uma sociedade igualitária na qual os cidadãos preocupam-se com os seus semelhantes e com o meio ambiente, levando o educando a ter a consciência de seu papel fundamental, proporcionando um desenvolvimento intelectual e moral, capaz de exercer plenamente a sua cidadania provocar a aprendizagem de diferentes conceitos, conhecimentos científicos e cooperativos, proporcionando ao educando ser autor de sua própria história, convivendo de forma crítica, participativa e harmoniosa.

6.2- VISÃO: Ser referência de educação de qualidade em Barra da Estiva. Desenvolvendo nas crianças, adolescentes e jovens o espírito empreendedor, cooperativo e crítico. Oportunizando aos nossos alunos a participação em diferentes atividades e projetos que visam desenvolver diferentes saberes e fazeres, para o exercício da cidadania.

1. VALORES:

1. Democracia, pautada na ampla participação, igualdade e representatividade, na criação e desenvolvimento coletivo;
2. Direitos Humanos, pautado na dignidade a todas as pessoas, na liberdade de opinião e de expressão e no respeito mútuo;
3. Ética, pautada pela responsabilidade com o bem público e pela cooperação e justiça social;
4. Excelência, pautada na governança pública, no aperfeiçoamento das relações sociais e no desenvolvimento humano;
5. Gestão participativa e democrática, pautada pelos princípios de democracia, corresponsabilidade, coletividade e respeito à liberdade de expressão;
6. Identidade institucional, pautada nas finalidades e características institucionais, distintivas e duradouras (resistentes ao tempo);
7. Inclusão Social, pautada na igualdade, respeito, solidariedade, na participação igualitária de todos na escola e na sociedade;
8. Inovação, pautada no desenvolvimento do arranjo produtivo e para a qualidade de vida das pessoas;
9. Respeito à diversidade, pautado pelos princípios da igualdade nas relações sociais, étnico-raciais e de gênero e o reconhecimento e respeito às diferenças;
10. Soberania Nacional, pautada na democracia, na igualdade dos Estados na comunidade internacional, associado à independência nacional;
11. Sustentabilidade, pautada pela responsabilidade ambiental e social;
12. Transparência, relacionado ao Estado Democrático e de Direito, pautado na publicidade e no acesso à informação.

7. OBJETIVOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO:

- I - Assistir ao estudante integralmente, tendo em vista o seu desenvolvimento nos aspectos biopsicossocial;

II - Proporcionar ao educando condições de desenvolvimento de suas potencialidades, com vista a sua autorrealização e prepará-lo para o exercício consciente da cidadania;

III - Proporcionar ao estudante o conhecimento dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;

IV - Possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos estudantes, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo.

Atualmente a preocupação em trabalhar as tendências e as mudanças no cenário da educação do país - por exemplo - o formato do ENEM e também ações coordenadas entre as diferentes áreas, com a inserção no mundo do trabalho e a participação plena na sociedade, reitera nosso compromisso no processo de formação educacional. Por meio da articulação entre educação e cidadania busca-se o desenvolvimento e o trabalho que valorizam a formação integral e geral na educação básica.

A fundamentação em sólida aquisição de conhecimentos e interligação dos saberes das áreas propicia o direcionamento para interdisciplinaridade. Para tanto direcionamos o trabalho pedagógico em eixos cognitivos comuns a todas as áreas do conhecimento.

7.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

I. Dominar linguagens: dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica, tecnológica e da Língua Inglesa para Educação Básica.

II. Compreender fenômenos: construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico; geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

III. Enfrentar situações-problema: selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações.

IV. Construir argumentação: relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

V. Elaborar propostas: recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

7.2. OBJETIVOS DO ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Aprender a viver em grupo (saber cooperar, ser solidário, saber ouvir, negociar, desenvolver a tolerância, ter iniciativa, esperar, comandar, obedecer, compartilhar espaços e saberes, adequando-se a diferentes situações);
- Ampliar sua capacidade de pensar a realidade (utilizar-se de diferentes representações: inventar e descobrir, realizar observações a partir de critérios definidos, fazer análises, formular hipóteses, elaborar sínteses...);
- Ter cuidado com o próprio corpo e consciência de suas possibilidades e limites (ampliar e diversificar seus movimentos, coordenar movimentos, arriscar-se/preservar-se, internalizar hábitos de higiene pessoal...);
- Comunicar-se com eficiência em diferentes linguagens (usar e apreciar as diferentes linguagens – corporal, musical, plástica, oral e escrita – ajustada às intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos e desejos e avançar no seu processo de construção de significados);
- Relativizar o pensar e desenvolver uma postura investigativa (conhecer outros modos de vida, discutir/argumentar a partir de critérios e de diferentes pontos de vista, conseguir retomar e refazer seus trabalhos a partir de critérios, iniciar-se na descoberta e na utilização de diferentes fontes de informação...);
- Ter autonomia (resolver problemas, assumir riscos e fazer escolhas com consciência, tomar decisões, desenvolver e utilizar-se de diferentes estratégias para resolver suas dúvidas);
- Organizar-se espaço-temporalmente (internalizar rotinas, respeitar horários, conhecer e respeitar espaços, diferenciar comportamentos em espaços públicos e privados);
- Sensibilizar-se para a questão ecológica (ter atitudes de respeito com a natureza, preservar e cuidar do ambiente ao seu redor, atentar-se para o desperdício de materiais).

7.3. OBJETIVOS DO ENSINO NO ENSINO FUNDAMENTAL

- Saber cooperar, compartilhar conhecimentos e espaços, agir com solidariedade em sistemas de ação coletiva;
- Questionar a realidade, formulando problemas e enfrentando-os com criatividade, respeito pelo outro e com seriedade (levantando hipóteses, analisando situações, selecionando procedimentos,

verificando sua adequação);

- Construir uma postura investigativa, aprendendo a utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos;
- Saber identificar, avaliar e fazer valer seus direitos, seus recursos, seus limites e suas necessidades, posicionando-se de maneira crítica, responsável e construtiva e utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Fazer uso espontâneo, eficiente e crítico da linguagem oral e escrita em suas diferentes modalidades, sabendo adequá-las às circunstâncias da situação comunicativa em que participam;
- Ler, interpretar e saber extrair as informações que necessita de textos orais e escritos, conseguindo compreender, questionar e posicionar-se acerca do que lê, para o enfrentamento de diversas situações;
- Utilizar diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- Desenvolver estratégias de localização espacial (estabelecer pontos de referência, posicionar-se e deslocar-se, interpretar e fornecer instruções com terminologia adequada, ler mapas);
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- Conhecer as características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- Conhecer a história local, sua cultura, permanências e mudanças, principais características e problemas da cidade, estabelecendo relações (distinguindo, contextualizando, globalizando) com o contexto social mais amplo;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Compreender o universo como um conjunto dinâmico, percebendo-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, adotando atitudes positivas em relação ao meio;
- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis, e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- Estimular a autonomia no seu processo de aprendizagem e no seu uso do saber, e desenvolver suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política;
- Permitir o protagonismo na escolha de percursos formativos dentro dos Itinerários estruturados por áreas de conhecimento ou pela integração de diferentes áreas do conhecimento através da flexibilização da organização curricular do Ensino Médio;

8. ATO SITUACIONAL

8.1. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE ESCOLAR.

O Instituto Educacional Conviver é constituído atualmente pela gestão escolar administrativa e pedagógica, pelos professores, porteira e zeladoras da seguinte forma:

Funcionários Administrativos	Função	Formação
Isabel Petry Feiler	Diretora	Pedagogia
Stéfane Cristine Caires Novais	Secretária	Pedagogia
Flavia Vieira Oliveira	Auxiliar da Secretária	Letras (cursando)
Michele Santana Santos	Coordenadora	Pedagogia
Neuza Pinheiro de Araújo	Coordenadora	Pedagogia
Funcionários Pedagógicos	Função	Formação
Geovania Andrade Silva	Professora	Pedagogia
Paloma Novais dos Santos Rodrigues	Professora	Pedagogia
Gleide Oliveira Ribeiro	Professora	Pedagogia
Milena Santana Santos	Professora	Pedagogia
Alcemir Silva Costa	Professora	Pedagogia
Islaine Santana Santos	Professora	Pedagogia
Núbia Maria Santos Caires	Professora	Pedagogia

Bruna Silva Ribeiro	Professora	Pedagogia
Glete Marques de Novais Santos	Professora	Pedagogia
Nágila Rocha Caires	Professora	Pedagogia
Dable Oliveira Araújo Dutra	Professora	Pedagogia
Luana dos Santos Barbosa	Professora	Pedagogia
Suely Braga carvalho dos Anjos	Professora	Pedagogia
Anelise Fagundes da Silva	Professora	Pedagogia
Sandra Rosa Soares Duarte	Professora	Pedagogia
Paula Barbosa dos Santos Viana	Professora	Letras Português/Inglês
Adriano Alves Freitas	Professor	Matemática
André Luís Pires da Silva Rodrigues	Professor	Ciências Biológicas
Bruno Luz Barbosa	Professor	Pedagogia e Matemática
Jackson Rocha de Almeida	Professor	Pedagogia e Ed. Física
Luciana Silva Caires	Professora	História
Milena Rocha dos Santos	Professora	Letras inglesas

Funcionário de Apoio	Função	Formação
Helen	Serviços Gerais	Pedagogia
Thaís		
Atendimento psicológico	Função	Formação
Dayne	Psicóloga	Psicologia

8.2. CARACTERÍSTICAS DA CLIENTELA

O Instituto Educacional Conviver, atende alunos na faixa etária de 02 a 05 anos na Educação Infantil, 6 a 14 anos no Ensino Fundamental de 9 anos, oriundos de famílias de todas as classes sociais, culturais e econômicas existentes no município, já que a Escola atende os alunos dessas faixas etárias na zona urbana do município, com renda média de salários variados, filhos de agricultores, aposentados, servidores públicos e demais, de serviços formais e informais. Daí a importância de conhecer suas necessidades, potencialidades e expectativas, para adequar o trabalho de atendimento educacional e é uma forma possível para entender à realidade a que estes estão inseridos, para poder formar cidadãos conscientes e

capazes, fornecendo os conteúdos para que estes desenvolvam as competências e habilidades necessárias à sua melhor inserção no ambiente social.

TURNO	FUNDAMENTAL SÉRIES						-	-	TOTAL
	5°	6°	7°	8°	9°				
Matutino	26	25	25	26	07		-		109
TOTAL	26	25	25	26	07		-		109

TURNO	EDUCAÇÃO INFANTIL				FUNDAMENTAL SÉRIES				TOTAL
	G -02	G -03	G-04	G-05	1ºano	2ºano A e B	3ºano	4ºano	
Vespertino	15	19	30	18	20	32	20	25	179
TOTAL	15	19	30	18	20	32	20	25	179

8.3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF) é um grande marco para o Sistema Educacional Brasileiro. Apresenta uma fundamentação legal que permite a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Liberdade de aprender e ensinar, valorização da participação popular e da autonomia pedagógica. Apresenta-se como o grande documento que privilegia a educação como alternativa para a construção da dignidade humana.

O artigo 205 da CF de 1988 estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A partir desse artigo da constituição, é possível verificar que a educação é um direito de todos, independentemente de sua origem social, intelectual ou econômica. Para fazer valer o preceito legal citado, é necessária a participação de toda a sociedade brasileira para a construção de um sistema educacional adequado às necessidades e expectativas da nação.

Em 1996, após um amplo debate nacional, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9394/96. Já no seu início, rompe com a divisão anterior de formatação disciplinar e estabelece os princípios para uma educação integral que busca a formação de um cidadão participante e inserido em seu meio social.

No seu artigo 1º. a LDB determina que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar. Na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A LDB proporciona novas possibilidades educativas, cabendo à escola buscar os elementos necessários para rever suas concepções, componentes e organizações curriculares, conteúdos, metodologias, estratégias, recursos e avaliações.

A força das transformações sociais e da realidade educacional exige da escola a constante atualização das ações didático-pedagógicas que deverão ser diversificadas e enriquecedoras, visando sempre à reconstrução dos saberes, do saber fazer e do ser. É possível associar às diversas concepções educacionais, respeitando-se a natureza do conhecimento, do contexto sociocultural e da necessidade de aprendizagem dos estudantes.

Hoje, tem-se uma gama considerável de caminhos que as várias correntes pedagógicas nos oferecem, mas é fundamental aprender a construí-los de forma significativa, construtiva, explorando novos recursos e procedimentos pedagógicos que possam contribuir para a efetivação da aprendizagem, bem como a formação da cidadania.

8.4. FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

A questão do conhecimento é central na discussão da temática educacional e isto faz com que as teorias epistemológicas que procuram explicar o conhecimento tenham implicações nas concepções e práticas educacionais.

Visto sob este prisma, é de suma importância nossa posição diante da concepção epistemológica que sustenta nossa prática pedagógica.

Considerando o homem como a síntese das relações onde o biológico e o social estão ligados e reconhecendo que somente o homem é capaz de internalizar objetos e acontecimentos externos para deles formar representações mentais e que o conhecimento só se constitui pela maturação e interação do indivíduo com o meio físico e social, o Instituto Educacional Conviver (IEC) posiciona-se pela concepção Interacionista, fundamentando e guiando sua prática pedagógica.

Na interação que ocorre entre o homem e o meio sociocultural, é que o sujeito se constitui, aprende e se liberta. A escola, portanto, deve ser o lugar do diálogo, do debate, do estímulo à dúvida metódica e do compartilhamento dos saberes, pois é através do encontro entre os sujeitos e do diálogo que se fará cumprir nossa missão.

8.5. FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

A escola, como instituição, exerce um papel muito importante na formação para a vida. Em contato com o meio em que vive, e a partir da escola, o estudante constrói seu conhecimento na interação com o meio físico e social, interpretando a realidade que o rodeia e situando-se como parte do ambiente em que vive. Essa relação deve permitir a sua inserção no mundo do trabalho e torná-lo capaz de intervir no processo sócio cultural em que está inserido.

O Instituto Educacional Conviver busca, a partir da afetividade, a construção de cidadãos críticos, criativos e éticos, através da promoção da fraternidade, sensibilidade, criticidade, criatividade, ética, conhecimentos técnico-científicos e relações intrapessoais e interpessoais.

Com origem na afetividade, instaura-se um processo pedagógico baseado na confiança entre educando e educador, família e escola, escola e meio-social, valorizando a vida, a existência humana e seu meio ambiente.

8.6. FUNDAMENTOS ÉTICO-PEDAGÓGICOS

A mundialização, decorrente dos processos de globalização, constitui um desafio a todos os seres humanos dos vários continentes a diversidade cultural, as diferentes formas de organização econômica e política, as variadas manifestações religiosas, criam obstáculos para a unidade gerando conflitos entre os povos.

Morin (2000) considera como ponto de partida para um projeto, viabilizar a continuidade da espécie e da civilização humana, através da educação, restaurar a compreensão da complexidade da natureza humana, e que cada ser humano, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, simultaneamente, da sua identidade complexa e comum aos demais seres humanos. Propõe, ainda, que é preciso incluir, no processo educacional, o ensino das incertezas que surgiram nas ciências, como estratégias para enfrentar as ciladas do conhecimento. E, assim, enfatizar o ser humano como um ser ao mesmo tempo indivíduo/ sociedade/ espécie.

É proposto, um redimensionamento das ações educativas, na perspectiva de uma ética voltada para a cooperação e a solidariedade. A educação, através dos seus processos de ensino-aprendizagem, possibilite estimular e potencializar os estudantes o saber conhecer, o saber fazer, o saber conviver e o saber ser, visando ao desenvolvimento da capacidade humana de saber discernir, através de juízos de valor, para além do cientificismo, o que pode viabilizar ou inviabilizar a continuidade da nossa existência individual e enquanto ser e espécie humana.

1. BASES LEGAIS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

1. BASES LEGAIS:

Este Projeto é elaborado e executado em consonância com as seguintes bases legais:

- Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 e leis complementares.
- Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Estatuto da Criança e adolescente estabelecido pela lei nº 8.069/1990 e leis complementares.
- Resoluções e pareceres do Conselho Nacional
- Resoluções e Pareceres do Conselho Estadual e Municipal de Educação.

9.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As práticas pedagógicas da escola são desenvolvidas com base nos seguintes fundamentos teóricos:

a) A teoria de Jussara Hoffmann defende alguns pontos básicos no que tange ao processo de avaliação na perspectiva da promoção, entretanto o conhecimento será sempre construído e o sujeito dessa ação é o aluno.

b) Maria Montessori preconiza que a individualidade, a atividade e liberdade do aluno são as bases necessárias para uma aprendizagem sólida, com ênfase para o conceito de indivíduo como, simultaneamente, sujeito e objeto do ensino. Montessori defende uma concepção de educação que se estende além dos limites do acúmulo de informações.

c) Vasco Moretto propõe um modelo construtivista, uma nova relação entre professor, aluno e conhecimento, partindo do princípio de que o aluno não é acumulador e repetidor de informações recebidas. O aluno é construtor do seu saber, do próprio conhecimento, e o professor atua como mediador, estimulando a construção do pensamento (2008). A avaliação tem um sentido amplo e deve ser feita de formas diversas, com instrumentos variados, sendo o mais comum, em nossa cultura, a prova escrita. Portanto, em lugar de exaltarmos os malefícios da prova em favor de uma avaliação sem provas, procuramos seguir o princípio: “se tivermos que elaborar provas, que sejam bem feitas, atingindo seu real objetivo”.

d) Segundo Lev Vygotsky o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio. A aprendizagem é uma experiência social, a qual é mediada pela interação entre a linguagem e a ação.

e) Na visão de Vitor da Fonseca, em termos humanos, a aprendizagem é inseparável do ensino, não há docência sem discência visto tratar-se de um processo de transmissão Cultural Intergeracional, que subentende uma dinâmica interpessoal profunda, logo de um processo social e intersubjetivo. Cabe assim ao professor a criação, a gestão, o planejamento e gestão do envolvimento social da sala de aula para que se criem condições emocionais e afetivas ótimas para que a aprendizagem, como ato cognitivo construído e co-construído, aconteça efetivamente.

É impossível pensar em separar a emoção da aprendizagem ou a emoção da cognição ou da razão, ou conceber, exclusivamente e friamente, na individualidade do aluno ou no sujeito aprendente, pois temos que pensar também na individualidade do professor ou do sujeito docente, porque alunos e professores interagem socialmente e aprendem uns com os outros. Logo, quer a emoção, quer a cognição, devem ser enquadradas num contexto social e obviamente cultural. A aprendizagem não é um ato isolado nem neutro afetivamente, só pode ser concebida num contexto de transmissão intencional e de atenção e interação emocional compartilhada, o que por si só integra emoções e cognições, leitura de faces e de mentes, exibição de sinais não verbais e corporais de tristeza, alegria, desgosto, surpresa, zanga, medo, etc.

f) Segundo Jean Piaget a principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.

1. CONCEPÇÕES:

1. CONCEPÇÃO DE MUNDO

O mundo é o lugar onde as pessoas nascem, crescem, se desenvolvem, vivem e compartilham variadas experiências. Nesta perspectiva a concepção de mundo depende da época histórica em que vive. Atualmente o mundo encontra-se com vários problemas e a pandemia do covid-19 veio para mostrar as fragilidades causadas pela maldade e ambição dos seres humanos, desde o seu início.

A escola acredita que o mundo deve ser o lugar onde os seres humanos têm direitos e deveres, respeitem o próximo independente de suas escolhas pessoais, lugar onde os educandos aprimoram a convivência em sociedade, para assim fazer do mundo um lugar melhor para todas as pessoas viverem harmonicamente.

1. CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Sociedade é uma associação entre indivíduos que compartilham valores culturais e éticos e que estão sob um mesmo regime político e econômico, em um mesmo território regido por leis e regras de convivência num sistema organizado em estrutura social, com instituições formais e informais (Estado, família, Igreja, escola etc.) que ensinam esse repertório de prescrições, fomentam a unidade cultural, punem a transgressão das regras, socializam os indivíduos, definem uma gama de papéis que eles podem desempenhar e mantêm a coesão social, econômica e política.

A definição mais geral de *sociedade* pode ser resumida como um sistema de interações humanas culturalmente padronizadas. No entanto, para que se entenda o sentido de escola, precisa-se entender em que tipo de sociedade está inserido.

David Émile Durkheim acreditava que a sociedade seria mais beneficiada pelo processo educativo. Para ele, "a educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta". E quanto mais eficiente for o processo, melhor será o desenvolvimento da comunidade em que a escola está inserida. A educação como um bem social contribui na constituição do desenvolvimento coletivo.

No mundo contemporâneo o que se observa é: Sempre que se exige a mudança da escola, a própria sociedade está em transição e precisa de outro tipo de educação. Essa mudança produzida pelo homem pode ser caracterizada como um ato de transformação e de liberdade, liberdade de compreender o mundo e promover mudanças para vivermos em harmonia social. Segundo Durkheim 1952:

[...] a educação tem por objetivo superpor, ao ser que somos ao nascer, individual e associal, um ser inteiramente novo. Ela deve conduzir-nos a ultrapassar a natureza individual: só sob esta condição, a criança tornar-se-á um homem. Ora, não podemos elevar acima de nós mesmo, senão por esforço mais ou menos penoso. (DURKHEIM, 1952, p.42)

10.3 CONCEPÇÃO DE HOMEM

Percebe-se que a sociedade atual é marcada por injustiças e desigualdades sociais. No entanto, o que queremos é uma sociedade inclusiva, que respeita as culturas. A escola enquanto instituição constitui um espaço privilegiado que respeita à integração das diversidades culturais, étnicas, de gênero e sexo.

Sabe-se que a educação é um direito fundamental para a construção da cidadania. Por isso, a convivência com o diferente e diverso possibilita a construção de novas relações e de novos saberes. É notório que todo espaço é um local de aprendizado. No entanto, o espaço escolar bem organizado contribui para relações significativas.

10.4. CONCEPÇÃO EDUCAÇÃO:

- Considerando as mudanças históricas, vimos que a educação é um processo de construção do conhecimento que visa a formação integral do educando em todas as dimensões cognitiva, física e social. Através desse processo, devemos ter em mente a formação do sujeito que queremos formar na sociedade, onde encontra-se inserido, levando sempre em consideração a sua interação social.

A escola reconhece a educação como um ato político, que tem como base a investigação do que pensam os profissionais que estão atuando na formação das crianças das séries iniciais do ensino fundamental.

A educação é um processo sempre em transformação que se justifica pelas práticas, de seus múltiplos conceitos estabelecidos. Nesse sentido, pode-se deduzir que, não obstante a educação é um processo constante na história de todas as sociedades, que a cada tempo passa por mudança. Dermeval Saviani afirma que:

O estudo das raízes históricas da educação contemporânea nos mostra a estreita relação entre a mesma e a consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que se modifica de época para época, de lugar para lugar, de acordo com um modelo ideal de homem e de sociedade. (SAVIANI, 1991, p.55)

Acredita-se que a educação considera a interação de todos os aspectos da pessoa humana com a qual está inserida. Por isso, nesta instituição pretende-se por meio das atividades educativas abrir e ampliar as relações entre o indivíduo e o meio humano, físico, social, cultural e econômico, diversificando assim as formas de atuação, para possibilitar maior interação entre a instituição e a comunidade escolar.

10.5. CONCEPÇÃO DE ESCOLA

A escola é uma instituição para onde as famílias encaminham seus filhos para que eles possam ter acesso ao conhecimento sistematizado. No entanto, isso não quer dizer que elas estão isentas de suas responsabilidades como educadores, ao contrário, só amplia, uma vez que estes participarão amplamente do processo educativo.

A escola deve possibilitar a aquisição dos conteúdos, por meio da interação do professor e a participação dos estudantes. Nesse sentido, defendemos que o educador possa estar trabalhando a realidade, a fim de propiciar ao educando conhecimento para fazer uma análise crítica da sociedade da qual ele faz parte.

Diante disso, é possível afirmar que o professor não pode utilizar apenas uma tendência pedagógica isoladamente, mas sim, ter conhecimento de todas, para saber qual a mais eficaz a ser utilizada no processo educacional.

Nos últimos 50 anos, a educação brasileira tem sido marcada pelas tendências liberal e progressista, ora conservadora, ora renovada. Tais tendências manifestam-se nas práticas escolares, corroborando com o processo de ensino e aprendizagem.

A pedagogia libertadora, representada por Paulo Freire, é marcada pela ideia de que a transformação virá pela emancipação das camadas populares, através da conscientização cultural e política, a pedagogia libertária representada pelos antiautoritários e auto gerenciários é pautada na ideia de que a educação deve ser um instrumento de conscientização e organização política dos educandos, a pedagogia dos conteúdos socioculturais, representada por Demerval Saviani, é centrada na ideia de igualdade de oportunidades para todos no processo de educação e na compreensão que a assimilação do conteúdo e

aquisição de habilidades deve ser feita a partir da transformação dos conteúdos no contexto de uma prática social. (LIBÂNEO, L.C., 1984)

Por isso, Escola não é depósito de alunos, ela deve ser valorizada como instrumento de apropriação do conhecimento que pode contribuir para amenizar a exclusão social, pois este é um fator de grande importância que precisa ser levado em consideração, a fim de minimizar as disparidades de níveis escolares e a marginalização que impede os indivíduos de terem acesso a direitos básicos como saúde, educação, cultura e moradia.

O desenvolvimento de capacidades de processar informações e organizar dados resultantes de experiências provém dos estímulos que recebe do ambiente. E se tratando do contexto escola, é onde o estudante aprende a observar, ouvir e sintetizar as informações apreendidas nas transferências de aprendizagens, estas se tornam significativas quando utilizadas para resolver situações diferentes.

Concluimos, portanto, que a escola enquanto instituição tem a capacidade de aprimorar conhecimentos, valores éticos e morais capazes de transformar a sociedade. Portanto ela deve lutar contra a seletividade e a discriminação, tornando-se uma colaboradora na tarefa de agente social transformadora da educação das novas gerações.

10.6. CONCEPÇÃO DE FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A função social da escola é complexa, ampla e diversificada. No entanto, apesar das transformações ao longo da história, a escola representa a instituição eleita para socializar o saber sistematizado. Isso denota afirmar que é o lugar onde, é difundido o conhecimento que a sociedade estima necessário transmitir às novas gerações.

Pensando em uma escola onde todos tenham os direitos garantidos, busca-se criar uma conexão entre o que o aluno aprende nela e o que ele faz fora dela; conexão entre o ensino formal e o conhecimento da vida prática do aluno.

A escola enquanto instituição social tem um olhar constante voltado para a sociedade, pois acredita que a educação é uma das maneiras de transformá-la. Além disso, a educação é a mais viável, a mais passiva,

porém a que os efeitos só se tornam visíveis em longo prazo.

1. CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

Conhecimento é uma atividade humana que busca explicitar as relações entre os homens e a natureza. Desta forma, este é produzido nas relações sociais mediadas pelo trabalho que se concretizam num contexto sociocultural.

O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e de condições sociais que o geram configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para sua obtenção, mudando a forma de interferir na realidade. Essa interferência traz consequências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi apropriado nas relações de trabalho.

O conhecimento não ocorre individualmente, ele é construído nas relações sociais, mediatizadas pelo mundo, gerando mudanças internas e externas no cidadão e na sociedade, tendo sempre uma intencionalidade. É um processo humano, histórico e inacabado da busca, da organização e da transformação na sociedade do mundo em que se vive. A partir desse pressuposto, é possível dizer que o conhecimento humano é algo que ocorre por meio de processos simultaneamente entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Diante disso, nossa escola não privilegia um ou outro, mas consideram que ambos têm sua importância na relação que promove a aprendizagem.

"Conhecer é atividade especificamente humana. Ultrapassa o mero 'dar-se conta de', e significa a apreensão, a interpretação. Conhecer supõe a presença de sujeitos; um objeto que suscita sua atenção compreensiva; o uso de instrumentos de apreensão; um trabalho de debruçar-se sobre. Como fruto desse trabalho, ao conhecer, cria-se uma representação do conhecido - que já não é mais o objeto, mas uma construção do sujeito. O conhecimento produz, assim, modelos de apreensão - que por sua vez vão instruir conhecimentos futuros." (França, 1994: 140)

APRENDIZAGEM: Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente. A aprendizagem acontece, envolvendo experiências construídas por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais e a aprendizagem se intensifica por meio da participação, mediação e interatividade.

1. CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Planejamento é a principal ferramenta condutora da ação educativa. Nesse sentido, a concepção defendida pela unidade escolar é a dialética, pois tem no planejamento a práxis que surge da realidade. Nele são congregados aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. Ao mesmo tempo consolidam tarefas e saberes críticos, criativos, reflexivos e transformadores.

Planejar significa organizar as ações a serem desenvolvidas de modo que seja flexível, permitindo adaptações ao longo do processo, com coparticipação no enfrentamento na construção de saberes e práticas que buscam a eficiência do coletivo.

O Instituto Educacional Conviver entende que o planejamento deve ser compreendido como um mecanismo de preparação e organização das ações que pretende fazer para alcançar seus objetivos educacionais e uma aprendizagem efetiva, com a mobilização e articulação de cada segmento.

Nesta linha de pensamento a distribuição das cargas horárias da grade curricular, onde os professores com carga horária de 20h semanais trabalharão 14h aulas na regência de classe, 4h com atividades pedagógicas na unidade escolar e 2h de livre escolha destinadas a preparação de aulas e avaliação de trabalhos de alunos que não é obrigatório ser na unidade escolar. Os professores com carga horária de 40h semanais trabalharão 28h aula na regência de classe, 8h com atividades pedagógicas na unidade escolar e as 4h de livre escolha destinadas a preparação de aulas e avaliação de trabalhos de alunos que não é obrigatório ser na unidade escolar.

Um dos desafios enfrentados pela escola é a pouca participação das famílias na vida escolar dos alunos do Ensino Fundamental Anos Finais. Este fator é preocupante porque sabemos que a família é o alicerce, e precisa estar atuando em parceria com a escola para garantir o sucesso e o desenvolvimento do educando. Pensando nisso, foi sugerida a criação de um Conselho de Pais, onde junto com a escola, possam identificar e buscar sanar as dificuldades apresentadas pelos educandos, melhorando assim a qualidade do ensino. Esta ação garante respaldo nas ações e atividades que serão realizadas no dia a dia da escola, por estar presente no plano de ação que é construído democraticamente, respeitando as opiniões e visando o desenvolvimento dos estudantes. Por isso, é tão importante a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões.

1. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO:

Currículo é tudo o que acontece nas experiências escolares mediados pelo conhecimento. É um elo entre a sociedade e a escola. Amparado pela BNCC, DCRB e DCRM, o currículo será reformulado a fim de tornar o educador ativo, crítico e autônomo.

Currículo é uma prática social que acontece em um sistema escolar concreto. A compreensão de currículo para uma escola transformadora deve estar voltada para as discussões dos profissionais da educação e da sociedade. Nesse sentido podemos referir-nos ao currículo como um conjunto de experiências do sujeito.

Um currículo voltado para a formação humana precisa ser situado para que novos conhecimentos sejam introduzidos, para que este não se limite aos conhecimentos relacionados às vivências dos alunos. Para complementar, Veiga escreve:

“Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.” (VEIGA, 2002, p.7).

A Proposta Pedagógica do Instituto Educacional Conviver leva em conta a Lei de Diretrizes e Base (LDB 9.394/96), a Lei Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 8.069/90) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a Escola privilegiará o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social. Para a organização curricular o artigo 24 da LDBN estabelece as seguintes regras para a organização da Educação Básica;

Art. 24-I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o Ensino Fundamental para o Ensino Médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017. § 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017);

Sendo assim, a valorização e o aprofundamento dos conhecimentos organizados nas diferentes disciplinas escolares são condição para se estabelecerem relações interdisciplinares. Essa perspectiva se constitui,

como concepção crítica de educação e, portanto, está condicionada ao formato disciplinar, ou seja, à forma como o conhecimento é produzido, selecionado, difundido e apropriado em áreas que dialogam, mas que se constituem em suas especificidades.

I- COMPETÊNCIA e HABILIDADE

Competências é o conjunto de habilidades que compreendem emoções, autoconhecimento, autonomia, colaboração, formulação e resolução de problemas; levando uma formação humana integral.

II- INTERDISCIPLINARIDADE

É trabalhar de forma articulada os saberes em que deve haver o diálogo entre os diferentes conhecimentos a partir do contexto escolar. O professor é o mediador e os sujeitos envolvidos no processo possam explicar, compreender, intervir e mudar algo que desafie o pensamento isolado das disciplinas. Ao contextualizar o conhecimento, o educando terá uma visão transversal do saber.

III- EDUCAÇÃO INTEGRAL

É necessário notar que a educação integral não significa o mesmo que a educação em TEMPO integral, pois a educação integral deve contemplar o ser humano em sua complexidade, em seus aspectos sociais, culturais, éticos e cognitivos, respeitando os diferentes contextos. É preciso mudar a forma de ver a educação, percebendo a importância do desenvolvimento global do ser humano.

IV- CIÊNCIA E TECNOLOGIA APLICADAS À EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

Ampliar o uso das ferramentas tecnológicas na escola, além de proporcionar espaços formativos aos profissionais da educação, facilitando ao aluno o processo de ensino aprendizagem, buscando a formação integral do estudante

● 10.10 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação sempre se faz necessária em qualquer atividade que se exerça. Ao longo da história ela sempre foi usada. Para tanto, o sucesso de cada ação depende de seu planejamento e da avaliação crítica que se faz.

O Instituto Educacional Conviver pretende assumir a avaliação como instrumento de compreensão do processo de ensino e aprendizagem visando o estágio em que o aluno se encontra para tomar decisões eficazes para que ele progrida satisfatoriamente.

Segundo a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, considera a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo período sobre os de eventuais provas finais. (Art. 24, V). Portanto o Instituto Educacional Conviver adotará a avaliação diagnóstica formativa e somativa e estas devem ser combinadas e complementares uma com as outras com vistas a promover à reflexão e a condução de todos os envolvidos no processo educacional.

A avaliação diagnóstica geralmente é realizada antes de se iniciar um ciclo ou conteúdo para coletar dados sobre o que os alunos já sabem ou dominam. Depois de realizada, é possível ter um panorama real das necessidades dos alunos. Isso contribui para que o docente possa definir quais estratégias pedagógicas utilizá-las para trabalhar os conteúdos e mediar o aluno a aprender de maneira crítica. Para Saviani (2003, p.21):

[...] pela mediação da escola, acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita. Cumpre se assinalar, também aqui, que se trata de um movimento dialético, isto é, ação escolar permite que se acrescentem novas determinações que enriquecem as anteriores e estas, portanto, de forma alguma são excluídas.

Com relação à avaliação formativa, o Documento Curricular Referencial Municipal afirma que “A avaliação formativa é aquela que o professor está atento aos processos e as aprendizagens do seu educando. O professor não avalia com o propósito de dar uma nota, pois dentro de uma lógica formativa, a nota é uma decorrência do processo e não o seu fim último”. Nesse contexto, a avaliação formativa compreenderá os diversos caminhos da formação do aluno, bem como servirá de espelho para a prática pedagógica do educador. Avaliar formativamente é entender que cada educando possui seu próprio ritmo de aprendizagem e, sendo assim, possui cargas de conhecimentos diferentes entre si.

Já a avaliação somativa pode oferecer um panorama geral sobre os processos de aprendizagens, ou seja, quais foram às habilidades e competências adquiridas pelo aluno ao final de um processo educacional. Esta é um instrumento de gestão pedagógica fundamental utilizada ao final de cada bimestre e válida a promoção dos educandos para próxima etapa ou jornada educacional.

Outro fator importante sobre a avaliação somativa é que ela promove e fomenta a proximidade com as famílias, para informá-los sobre os processos de ensino e de aprendizagem de seus filhos, gerando assim vínculos de relação de confiança.

Nessa ótica, o professor deverá utilizar-se da avaliação para o aperfeiçoamento da sua praxe docente. Ele deverá utilizá-la para diagnosticar as insuficiências das metodologias aplicadas, provendo a recuperação

integral do aluno que ficou para trás. Deve ainda o professor se encaixar como indivíduo avaliado, pois diante do retrato divulgado pela avaliação, ele poderá concluir o quanto foi eficiente, mas também quão grande foi a sua falha naquele processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva os profissionais da educação utilizarão a investigação e a avaliação diagnóstica. A investigação acontecerá por meio da problematização que envolva relações conceituais, interdisciplinares ou contextuais com a utilização das várias possibilidades que contribuam para definir as ações e o acompanhamento do problema detectado. A avaliação diagnóstica permitirá saber como os conceitos científicos do saber sistematizado estão sendo apreendidos pelo estudante, e a partir daí tratar os “erros”, e prosseguir com os conceitos ainda não apreendidos diversificando a metodologia e os recursos para que a aprendizagem aconteça de modo significativo.

Devido o enfrentamento da pandemia da Covid-19, faz-se necessário entender a avaliação como um diagnóstico que aponta os caminhos para a integração, visando a oportunidade para que os alunos recuperem as aprendizagens, dando assim suporte para a inclusão qualitativa fundamental para extrair o melhor do discente.

Nestes termos, é importante a participação de todos os envolvidos na ação pedagógica, para galgar resultados positivos para o estudante para que este possa ter sucesso em sua vida acadêmica, cultural e social.

10.11 CONCEPÇÃO DE CULTURA

A cultura faz parte da base de todo cidadão, nela está o que regula a comunicação em sociedade. No mundo globalizado o contato com diferentes culturas possibilita mudanças entre elas, isso acontece quando uma cultura absorve ou adota aspectos de outra a partir do convívio.

O contato social entre os seres humanos permite-os adquirir conhecimentos da realidade a qual esses sujeitos estão inseridos. Seguindo este viés, as características como a linguagem, o modo de vestir, as crenças, entre outros, são características que podem ser determinadas por uma cultura que acaba por ter como função possibilitar a cooperação e a comunicação entre aqueles que dela fazem parte.

Nesse sentido pode-se dizer que a cultura é o conjunto de símbolos elaborados por um povo em determinado tempo e lugar. No entanto, cabe salientar que cada cultura tem suas normas, formadas a partir dos valores e serve para regular o comportamento daqueles que fazem parte dela.

A escola enquanto instituição de ensino contribui para que todos tenham acesso ao consumo e a produção de cultura, mas isso não compete somente à escola, é preciso o esforço conjunto da sociedade, e talvez o grande desafio seja este: a abertura de oportunidades iguais para todos.

1. 12 CONCEPÇÃO DE CIDADÃO E CIDADANIA

O artigo 6º da Constituição Federal Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90 de 2015 define direitos sociais como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, entre outros. Partindo desses enunciados em normas Constitucionais, ou independente deles, os direitos sociais são fundamentais para o homem, para que estes busquem e tenham uma qualidade de vida.

O Estatuto da Criança e do Adolescente diz em seu Artigo 15º: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. Ter os direitos civis, políticos e sociais assegurados nas leis possibilitarão o exercício democrático da cidadania.

10.13 CONCEPÇÃO DE CONSELHO DE CLASSE

Por ser um órgão de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Regimento Escolar, o conselho de classe tem a responsabilidade de analisar as ações pedagógicas realizadas indicando alternativas para garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.

São atribuições do conselho de classe: analisar as informações curriculares, os processos metodológicos e avaliativos bem como propor atividades e alternativas estabelecendo mecanismos de recuperação no processo de aprendizagem.

Pensando nisso, o pré-conselho é uma atividade que antecede o conselho. Após o término de cada trimestre os docentes de cada turma recebem uma ficha onde são registrados: os problemas do cotidiano escolar, o rendimento acadêmico de cada discente, o comprometimento e a responsabilidade na entrega das tarefas, o relacionamento interpessoal entre os alunos, os aspectos positivos e negativos da turma, bem como as possíveis soluções, encaminhamentos e sugestões para melhorar as competências e habilidades esperadas para os estudantes.

A escola realiza o conselho de classe a cada bimestre, sendo três formativos e um certificativo. É o momento onde se reúne diretor escolar, coordenador pedagógico, professores, pais e/ou responsáveis de alunos e representantes da comunidade escolar, para socializar as dificuldades e ter uma visão mais abrangente da realidade. É também nesse momento onde se pensa em várias ações para compor o plano de ação que será executado com o objetivo de sanar as dificuldades identificadas em cada disciplina que compõe o currículo escolar.

Durante o conselho escolar será feita uma ata descritiva onde serão registradas as falas dos professores das séries/turmas, as dificuldades de aprendizagem de cada aluno, o comportamento e as faltas quando considerável.

O conselho de classe configura um momento de suma importância para a comunidade escolar em especial aos professores, porque poderão fazer uma reflexão de sua prática pedagógica educativa. No entanto, é preciso que todos entendam que não basta só refletir, é preciso enfrentar as dificuldades, estabelecer metas e estratégias que possibilitem ao grupo o alcance dos objetivos.

Em etapa posterior os pais dos alunos relacionados na ata pelos conselheiros serão chamados pela equipe gestora e pedagógica para discutir as dificuldades e propor alternativas para repensar a situação e ambas as partes assumir a responsabilidade para resolver os problemas identificados.

O coordenador geral de educação que tem papel fundamental ficará responsável em promover encontros e formações com a coordenação pedagógica acerca das dificuldades dos alunos oferecendo condições para melhoria do desempenho destes.

10.14 CONCEPÇÃO DE DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO

Entende-se que no espaço democrático como é o ambiente escolar, é preciso respeitar e aceitar a diversidade cultural, pois cada ser é único e tem seu jeito próprio, modo de agir e pensar. Por isso, o trabalho em conjunto da comunidade escolar, dos professores e das famílias são de fundamental importância para promoverem as transformações.

Seguir este viés significa compreender que as diferenças culturais fazem parte do processo social que é fundamental no desenvolvimento de ensino e aprendizagem do educando para aquisição de novos conhecimentos. Por isso, a escola busca trabalhar coletivamente com as questões que contemplem as diferenças culturais da diversidade humana que compõem a comunidade escolar, e busca alternativas para que o aluno não tenha apenas a matrícula garantida e um espaço físico, mas que ele aprenda.

A elaboração de um PPP inclusivo deve assegurar educação escolar que propicie respostas educacionais a todos os alunos, inclusive àqueles que apresentam Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação atendidos pela Educação Especial. O aluno com necessidades educacionais especiais deve ser inserido, preferencialmente, na escola regular com currículo adaptado para atender às suas necessidades individuais e as necessidades gerais da classe. A rede regular de ensino deve prever a rede de apoio à inclusão, no espaço físico da escola ou em espaços os mais próximos possíveis da mesma, onde o aluno receba o atendimento educacional especializado (AEE) sempre que necessário. (SEED, 2010).

Para melhor atender a demanda, a escola segue a Resolução nº003 de 16 de maio de 2024 do Conselho Municipal de Educação (CME), que torna obrigatório a elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI), tal documento deve contemplar as características individuais do indivíduo criando um espaço inclusivo através de ferramentas adaptadas e do ensino colaborativo. O PEI tem como finalidade atender a todo e qualquer sujeito que apresente empecilho em sua aprendizagem, quer sejam dificuldades, transtornos específicos ou globais do desenvolvimento. O mesmo é realizado pelo Instituto Educacional Conviver com o objetivo de oferecer formas e recursos diferenciados para o aprendizado de conceitos e conteúdo, promover ambiente alfabetizador através de estímulos e atividades práticas e concretas, despertar o interesse à participação e interação nas aulas, desenvolver a autonomia e independência do aluno, acompanhar seu desenvolvimento, respeitando suas necessidades e individualidades e criar estratégias de aprendizagem durante o processo de modo a garantir o aprendizado dos mesmos.

A tarefa desta instituição, enquanto escola é procurar atender a diversidade cultural, social e econômica na busca da inclusão para todos os indivíduos, visto que uma educação inclusiva é aquela que promove oportunidades a todos os estudantes, e que estes recebam serviços educacionais eficazes para desenvolver seus conhecimentos por meio de estímulos concretos. Isto é o que prevê a proposta pedagógica da escola.

Acreditamos que a educação é um instrumento poderoso para transformar realidades e promover a inclusão. Para isso contamos com o apoio e o engajamento de toda a comunidade escolar para que possamos alcançar nossos objetivos e fazer a diferença na vida de nossos estudantes.

10.15. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A concepção de educação para as relações étnico-raciais no Brasil busca promover a valorização da diversidade cultural e a inclusão de conteúdos que abordem a história e a cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar.

Dentre os objetivos dessa concepção incluem: **Socialização e visibilidade das culturas indígenas e africanas:** Promover o conhecimento e a valorização das contribuições dessas culturas para a formação da sociedade brasileira; **Valorização das identidades presentes nas escolas:** Reconhecer e respeitar a diversidade étnico-racial dos estudantes, criando um ambiente inclusivo e acolhedor; **Preparação dos educadores:** Capacitar professores para identificar e tratar questões relacionadas à discriminação racial e étnica; **Criação de materiais didáticos:** Desenvolver recursos que celebrem a diversidade e incentivem o debate sobre as relações étnico-raciais.

Essa concepção visa não apenas combater o racismo e a discriminação, mas também promover uma educação de qualidade que respeite e valorize as diferenças culturais e étnicas presentes na sociedade brasileira. Neste sentido esta instituição tem como um de seus pilares a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo, visando implementar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial, promovendo um ambiente escolar inclusivo e respeitoso, objetivando:

- Promover a educação antirracista, valorizando a história e a cultura afro-brasileira e indígena.
- Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância das relações étnico-raciais.
- Combater o racismo estrutural e institucional dentro do ambiente escolar.

Buscando dessa forma implementar a Lei 10.639/03 e 11.645, sancionada em 10 de março de 2008, onde se estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino. A mesma visa ainda promover uma educação mais inclusiva e representativa, abordando a contribuição e a importância das culturas afro-brasileira e indígena na formação da sociedade brasileira.

Para atender a essa perspectiva o Instituto Educacional Conviver se valerá da Resolução Normativa nº004, de 04 de outubro de 2023 do CME, que dispõe sobre as Normas de Inclusão dessas leis, atentando-se a promover a inclusão de ações educativas no currículo em caráter interdisciplinar e transversal, na perspectiva de uma educação antirracista, igualitária e de qualidade para todos. Estabelecendo assim a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) que objetiva contribuir para a eliminação dos casos de racismo e para a educação emancipatória dos grupos discriminados, ao atentar para a diversidade da composição étnico-racial da sociedade brasileira.

Caso a escola venha a atender estudantes oriundos de territórios quilombolas, seguirá ainda as Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola, estabelecidas na Resolução nº006 de 18 de dezembro de 2023 do Conselho Municipal de Educação de Barra da Estiva.

Para alcançar os objetivos propostos, serão adotadas estratégias como:

Formação Continuada para capacitar os educadores sobre a temática das relações étnico-raciais; Revisão e adaptação do currículo escolar para incluir conteúdos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira e indígena; Desenvolvimento de projetos interdisciplinares que abordem a temática racial de forma transversal; Organização de eventos, como semanas culturais e palestras, que promovam a diversidade étnico-racial.

10. 16. CONCEPÇÃO DE FUNCIONÁRIO E SUA ATUAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

Os funcionários participaram dos momentos de capacitação e destacaram que estes são de fundamental importância para o aprimoramento dos conhecimentos e da prática pedagógica, para promover a integração dos funcionários no processo formativo e educativo, pois estes permitem as trocas de experiências.

Os profissionais enquanto educadores atuam como agente de transmissão de valores, do zelo e do respeito por meio do exemplo. Sendo assim, democraticamente estes têm participação ativa na construção da consciência e formação cidadã dos indivíduos.

O comprometimento dos professores com o processo de ensino e aprendizagem e com a ética torna-se essencial, visto que é por meio dela que esse profissional terá condições de assumir novas posturas dentro do ambiente escolar. Essa postura propicia ao profissional a função de educar.

Diante disso, é possível dizer que a efetivação da gestão democrática é essencial para promover a participação de toda a comunidade escolar, abrindo-se assim, espaço para o debate e a troca de experiências, no sentido de melhorar o ambiente de trabalho, tornando-o mais construtivo e respeitoso.

Nesse sentido, o primeiro passo, para a tomada de consciência e participação no PPP é o seu pleno conhecimento por parte de toda a comunidade escolar. A partir daí todos tem condições de opinar e avaliar o seu conteúdo, pois, quando se assume as responsabilidades em conjunto torna-se possível fazer melhorias.

1. AVALIAÇÃO E CONSIDERAÇÕES DO PPP

A avaliação do presente projeto seguirá uma perspectiva transformadora de escola democrática que visa acesso, permanência e desenvolvimento do aluno. A escola visa à formação do aluno como cidadão crítico, participativo com apropriação significativa dos conhecimentos do processo de ensino e aprendizagem.

Este documento será avaliado em seu dia a dia, observando o que deu certo e o que não deu, se as metas estabelecidas foram cumpridas, pois sua manutenção será efetuada periodicamente. Além disso, serão observados os pressupostos que embasam e os elementos facilitadores, bem como as dificuldades a serem superadas pela comunidade escolar. Com essas avaliações visa-se uma maior integração entre a escola e a comunidade a fim de fortalecer os laços e fazer uma análise realista da missão da escola, da metodologia, dos conteúdos, da organização curricular, dos materiais didáticos e da avaliação utilizada para promover a igualdade e a construção de identidade.

Passamos ao longo do processo histórico, por vários modelos educacionais, porém a questão da avaliação permanece como foco relevante dos estudos pedagógicos. Vivemos na era do conhecimento e da informação, conseqüentemente, somos uma sociedade onde veiculam muitos questionamentos em relação ao processo da avaliação aplicado à prática educativa.

A avaliação da educação infantil é contínua e sistemática, destinada a auxiliar o processo de aprendizagem. O acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança são realizados sem o objetivo de promoção. O resultado da avaliação do desenvolvimento escolar do estudante na educação infantil é registrado em relatório individual.

Os três primeiros anos do Ensino Fundamental são considerados um bloco pedagógico, não passível de interrupção, tendo como objetivo possibilitar a todos os estudantes as oportunidades de sistematização e aprofundamento de aprendizagens básicas, imprescindíveis para o progresso nos estudos, notadamente em termos do processo de alfabetização e letramento.

No Ensino Fundamental do 4º ao 9º ano a avaliação da aprendizagem é constante, contínua, cumulativa e abrangente, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos do desempenho do estudante, tendo como objetivos a verificação dos conhecimentos e habilidades intelectuais e outros, bem como as atividades e valores decorrentes das mudanças do comportamento do estudante.

Ocorrem por intermédio de provas, exercícios, testes, trabalhos, pesquisas, observação do estudante e outros mecanismos.

Os resultados são registrados em ficha individual do estudante e por meio de boletim comunicado aos pais ao final de cada bimestre e ano letivo. Os aspectos qualitativos são mecanismos de uma avaliação global, contínua e sistemática, realizada através da observação diária. A nota final do estudante em cada componente é obtida mediante a média aritmética dos resultados dos quatro bimestres.

12. RECUPERAÇÃO

A Prova Final terá por objetivo oferecer ao estudante com aproveitamento insuficiente na média das unidades a oportunidade de restabelecimento nos seus estudos, sendo oferecida em todos os componentes curriculares.

A avaliação da Prova Final será efetuada no final do ano letivo, após o cumprimento dos dias letivos previstos por lei, para os estudantes que obtiveram média inferior a 7,0 (sete) em cada componente curricular. Será nula a nota da Prova Final quando o estudante for submetido à Recuperação Final.

Os estudos da Recuperação Final serão ministrados no final do ano, após o cumprimento dos dias letivos.

13. ANEXOS:

CALENDÁRIO ESCOLAR INTERNO

GRADES CURRICULARES

- a) - Educação Infantil
- b) - Ensino Fundamental Séries iniciais
- c) - Ensino Fundamental Séries Finais

MODELO DE PEI

PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação (2018) Base Nacional Comum Curricular. Brasília, MEC/UNDIME/CONSED.

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1952.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente: **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

França, V. R. V. (1994). Teoria(s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos. *Rev. Esc. Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2: 138-152.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama> Acesso em 22/08/18 às 16h 42min.

https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA8_ID857_29082016143835.pdf Acesso em 19/11/2018.

MORIN, Edgar. Os sete saberes Necessários à Educação do Futuro 3a. ed. - São Paulo - Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

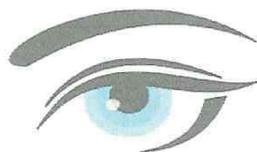
PERRENOUD, P. 10 Novas Competências para Ensinar: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. Vygotsky e o desenvolvimento humano. Disponível em no dia 02 de fevereiro de 2017

REIS, Risolene Pereira. In: Mundo Jovem. São Paulo. Fev. 2002.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 10 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

VEIGA NETO, ALFREDO. De Geometrias, Currículo e Diferenças IN: Educação e Sociedade, Dossiê Diferenças-2002.



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 009, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Colégio Cristão Betel, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Extraordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica **aprovado** o Projeto Político Pedagógico PPP, do Colégio Cristão Betel escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME


Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.

Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIZANE LIMA MARTINS
Data: 18/09/2024 11:26:46-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>



PPP: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
Educação infantil e Ensino Fundamental

Colégio Cristão Betel

Barra da Estiva - Bahia
2024



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA:	03
1.1 AMBIENTAÇÃO:.....	04
MISSÃO:.....	05
VISÃO:.....	05
VALORES:.....	05
ABORDAGEM POR PRINCÍPIOS:	05
INDICADORES DE DESEMPENHO:	07
2. FUNDAMENTOS DA PROPOSTA E PERFIS DA INSTITUIÇÃO	08
MATERNAL I GRUPO 2:	09
MATERNAL II GRUPO 3:	10
PRÉ ESCOLA GRUPO 4:	10
PRÉ ESCOLA GRUPO 5:	10
ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS E FINAIS:	10
FINS E OBJETIVOS DOS CURSOS.....	11
DURAÇÃO DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA	12
2.1 DADOS SOBRE A APRENDIZAGEM.....	12
O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	12
OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
JORNADA.....	14
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA ESCOLA INFANTIL.....	15
PRATICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL-EIXO ESTRUTUTANTE	16
AVALIAÇÃO.....	16
CAMPOS DE EXPERIÊNCIA.....	16
EXPECTATIVAS DA APRENDIZAGEM.....	19
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO POR SÉRIE E CAMPO DE EXPERIÊNCIA.....	21



Colégio Cristão Betel

SUMÁRIO

2.2 ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	27
OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	27
JORNADA.....	28
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	28
CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	29
AVALIAÇÃO.....	30
COMPETENCIAS ESPECÍFICAS DOS COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	32
3. CONCEPÇÕES TEÓRICAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	38
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.....	38
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE.....	38
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	38
4. PERFIS.....	39
PERFIL DOCENTE.....	39
PERFIL DISCENTE.....	41
7. REFERENCIAS.....	42
8. ANEXOS.....	44
PLANO DE AÇÃO	
CALENDÁRIO ESCOLAR 2024	
GRADES CURRICULARES	
QUADRO PEDAGÓGICO	
CRONOGRAMA DE AVALIAÇÕES TRIMESTRAIS 2024	
PEI - PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO	



1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

1.1 AMBIENTAÇÃO

O Colégio Cristão Betel está situado na cidade de Barra da Estiva, no estado da Bahia, na região da Chapada Diamantina. A instituição surgiu do desejo de inserir nessa localidade uma escola que oferecesse uma educação pautada em valores; um ensino por Princípios bíblicos. E, além disso, ensinar colocando em evidência a importância do respeito e da preservação ao meio ambiente, direcionando os estudantes a uma prática sustentável e em consonância com os dezessete (17) objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

O Colégio Cristão Betel oferece os níveis da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com a proposta que visa promover práticas que favoreçam a apropriação dos conhecimentos necessários aos educandos e o intuito de construir desde os primeiros anos atitudes que envolvam aspectos da linguagem, afim de formar leitores ativos no meio social, tendo acesso às informações, expressando e defendendo pontos de vista, partilhando e construindo conhecimento.

A escola possui a responsabilidade de garantir a todos os seus educandos o acesso aos saberes necessários para o exercício da cidadania, constituindo-se como um espaço pedagógico privilegiado para a realização da aprendizagem. O trabalho envolvendo os Princípios Bíblicos, fundamental para a participação social efetiva, visa formar cidadãos que transformem os diversos saberes em conhecimentos significativos que se dão pela expansão da capacidade de uso, pela construção ativa de novas oportunidades, além de favorecer a leitura crítica e imaginativa, formando pensamentos mais elaborados e abstratos para a plena participação em sociedade. Assim, esta proposta tende a enriquecer o currículo básico, explorando temas significativos, desenvolvendo as habilidades de falar, ouvir, ler e escrever, proporcionando vivências de situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural dos educandos, bem como a iniciação com o trabalho, afim de ampliar as possibilidades de desenvolvimento da autonomia na vida social.

Uma das principais transformações no cenário educacional nos últimos tempos foi a inserção de meios tecnológicos no ensino/aprendizagem em todos os segmentos, e a preocupação em fazer com que essa ferramenta seja acessível a todos e utilizada de maneira adequada, sem que se torne banal, também tem sido tema de muitas pesquisas e estudos. Diante disso, o uso de metodologias inovadoras paralelas a algumas práticas mais tradicionais, é pertinente quando o intuito é fazer com que o aluno reflita, pondere e encontre soluções para os próprios problemas cotidianos.



DADOS DA INSTITUIÇÃO

UNIDADE ESCOLAR: Colégio Cristão Betel
CNPJ: 41.777.725/0001-78
Ato de criação - Portaria: 002 de DE 07 DE MARÇO DE 2014
ENTIDADE MANTENEDORA: Alexsandro Ribeiro Silva
ENDEREÇO: Rua Francisco Santana Sobrinho nº 446, alto da Barra.
CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - Bahia
TELEFONE: 77999228195 EMAIL: ccbetel@hotmail.com
MODALIDADES DE ENSINO: Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais e finais
HORÁRIOS DE ENSINO: Turno vespertino - 13h às 17h.
NÚMERO DE SALAS: 08
QUANTIDADE DE ALUNOS: 70



O papel da escola é:

- Promover, ao aluno, acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos.
- Preocupar-se com a formação de um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido.

MISSÃO

Servir com excelência, por meio da educação, formando cidadãos éticos, solidários, críticos e competentes. Ser reconhecida pela comunidade como uma escola que propicia o desenvolvimento integral do ser humano, com base em valores cristãos. Para cumprir tal missão é preciso que todos os envolvidos no processo educacional acreditem.

VISÃO

Ser referência na área de educação, educando com amor, integrando a escola, família e comunidade, cuidando para que todos sejam agentes na construção de uma sociedade mais justa, conscientes de seus direitos e deveres.

VALORES

Ética - Observar os mais elevados princípios e padrões éticos, dando exemplo de solidez moral, honestidade e integridade.

Responsabilidade Social - Exercer a cidadania contribuindo, por meio da educação, para o desenvolvimento da sociedade e respeito ao meio ambiente.

Ser Humano - Propiciar um tratamento justo a todos, valorizando o trabalho em equipe, estimulando um ambiente de aprendizagem, desenvolvimento, respeito, colaboração e autoestima.

Qualidade - Estimular a inovação e criatividade de forma planejada e integrada, com foco na qualidade e nos resultados, propiciando a perenidade da organização.

ABORDAGEM POR PRINCÍPIOS

Os princípios são meios pelos quais podemos refletir sobre os ditames da sociedade e o que ela quer nos impor. Antes que uma mensagem penetre em nós ela deve passar pelo véu do discernimento e entendimento conforme os princípios que vivemos. Atualmente as crianças são expostas a uma cultura egocêntrica, imediatista, consumista e materialista que está sendo vendida a elas nas mídias. Diante dessa situação elas se tornam vulneráveis porque se deixam levar por enganadores (bloggers e outras mídias) que buscam desviar as famílias dos princípios éticos e morais, convidando-os a flexibilizar seus padrões e aderirem ao que a maioria dita como normal e certo.



Colégio Cristão Betel

Cada família tem suas regras de vivência e não cabe ao educador querer mudá-las, mas o que deve ficar evidente ao estudante é que essas regras não devem ser amorais, nem transgredir leis estabelecidas. Não cabe aqui interferir na cultura, mas refletir sobre atitudes de convívio social e conseqüentemente a forma como lidamos com elas. Os princípios são orientadores das nossas atitudes diante das situações e também dos conteúdos curriculares que estudamos. Sendo assim, um princípio é algo absoluto e aplicável em qualquer situação e época.

Princípio da Mordomia

Cada indivíduo governa sua vida através do consentimento voluntário de fazer o que é certo ou errado. Significa valorizar suas convicções e consciência acima de todas as possessões exteriores, até mesmo a própria vida. A mordomia consiste em governar sua vida pensando no bem de todos. Ter responsabilidade com o próximo e pensar em como as suas atitudes o afetarão.

Princípio da União

Antes que dois ou mais indivíduos possam atuar efetivamente juntos, eles precisam estar unidos em espírito nos propósitos e convicções. A união diz respeito as relações sociais e a importância do trabalho em equipe para o bem comum. Segundo os ensinamentos cristãos, somos um só corpo em Cristo e, mesmo diferentes, trabalhamos juntos para que esse corpo funcione.

Princípio da Soberania

Deus é o único criador e soberano sobre todas as coisas. Ele nos constitui senhor de nós mesmos e podemos pensar, planejar e avaliar nossas leis. Autoridades são instituídas para a organização social e obedecê-las é fundamental para que o bem prevaleça. E, não é preciso temer a autoridade desde que façamos o bem.

Princípio da Individualidade

Todos nós somos únicos criados por Deus e expressamos em nós a sua individualidade. Pais e professores precisam cultivar o desenvolvimento e desabrochar dos talentos que Deus colocou em cada criança.

Princípio do Caráter

O Caráter Cristão é a imagem de Deus que gravada internamente no indivíduo traz domínio e mudança ao seu ambiente externo. O modelo de caráter a ser seguido é o de Jesus Cristo. Podemos imitar pessoas de caráter ilibado e que sigam os mesmos princípios que os nossos. Caráter significa marca e, essa marca, vai sendo gravada ao longo do tempo com as escolhas diárias. Assim vamos sendo modelados e deixando nossas marcas naquilo que fazemos



Princípio do Autogoverno

O princípio do autogoverno está no fato do homem governar a si mesmo, suas atitudes e vontades. “Ninguém sabe governar um reino a menos que saiba administrar uma província; nem tampouco pode governar uma província aquele que não ordena uma cidade; nem pode ordenar uma cidade aquele que não sabe regulamentar uma vila e que não pode guiar uma família; nem ainda pode o homem governar bem uma família se não governa a si próprio; nem mesmo pode governar a si próprio a menos que sua razão seja Senhor e vontade e apetite seus vassalos; nem pode a razão dominar a menos que seja ela mesma governada por Deus e (totalmente) obediente a Ele.” (Hugo Grotius, Pastor Puritano, 1654).

Princípio da Semeadura e Colheita

Entende-se que: Toda ação gera uma reação. Só colhemos o que plantamos. portanto é necessário entender bem o princípio do autogoverno e usá-lo para que se tenha uma boa colheita. Cada um de nós necessita identificar áreas-chave em nossas próprias vidas e em nossa nação onde esse princípio tem sido violado ou praticado. Isso nos dará a raiz do fruto que estamos colhendo (ou a colher). Será ele de bênção ou de maldição? Que semente temos semeado?

INDICADORES DE DESEMPENHO

O Colégio Cristão Betel possui 70 alunos regularmente matriculados na Educação infantil e Ensino fundamental. Possui uma média de 8 alunos por turma que são atendidos apenas no turno vespertino. O atendimento no turno oposto não se faz necessário já que o espaço é amplo o suficiente para atender todas as turmas da educação infantil e ensino fundamental dos anos iniciais apenas em um período.

Desde a sua criação, um dos principais objetivos da proposta do colégio é proporcionar um ensino significativo e eficaz aos seus alunos e que estes não prossigam para as séries posteriores com problemas de aprendizagem. Por isso, há uma busca constante por métodos que sejam comprovadamente eficazes, principalmente no processo de alfabetização. O uso mais frequente das avaliações diagnósticas, aulas de reforço escolar, a definição de objetivos e metas a curto prazo nos planos individualizados tem sido as ações mais assertivas nos últimos anos. Essas medidas também tem sido usadas de forma preventiva para que, futuramente evite-se a reprovação e, os resultados tem sido satisfatórios, pois, nos dois últimos anos houve apenas uma reprovação. Diante do exposto o resultado também se mostra positivo na média escolar global e não ha taxa de distorção idade/série.

O trabalho individualizado de acordo com a necessidade do aluno também contribui para um melhor aproveitamento das quatro (4) horas diárias de aula. Isso porque, quando o professor consegue trabalhar um determinado conteúdo e todos os estudantes conseguem acompanhar, sem prejuízo, outras atividades podem ser acrescentadas, enriquecendo o fazer pedagógico e contribuindo para uma aprendizagem mais eficaz.



Os indicadores são analisados durante o ano e principalmente ao final das unidades. Com isso o plano de ação anual passa por modificações a fim de inserir ou retirar algo que possa contribuir para melhorar o desempenho dos estudantes.

2. FUNDAMENTOS DA PROPOSTA - PERFIS DA INSTITUIÇÃO

A proposta pedagógica curricular do COLÉGIO CRISTÃO BETEL, leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9.394/96, a Constituição Brasileira (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Resolução 38/2014 do Conselho Estadual de Educação da Bahia além das resoluções municipais.

A metodologia de ensino do Colégio Cristão Betel, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, privilegia o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social. As atividades são programadas de acordo com os objetivos a serem alcançados pelo Colégio; Fazer com que o educando sintam-se capaz, estimulado, valorizado e amado é uma das nossas metas de trabalho, para isso, adotamos a metodologia pedagógica cognitivo-interacionista, ou seja, o conhecimento é resultado da combinação entre fatores objetivos e subjetivos que fazem parte do cotidiano de cada estudante. O modelo de cognição que adotamos considera que para aprender precisamos perceber, compreender e refletir sobre os objetos do conhecimento. Assim, quando o professor transmite o conhecimento ele deve, também, encaminhar seus alunos em cada uma dessas etapas. O estudante, por sua vez, deduz cada uma delas. Esse movimento está baseado na Teoria da Aprendizagem Significativa.

O material pedagógico utilizado é o do Sistema de Ensino SAE DIGITAL. As estratégias desse sistema estão fundamentadas em quatro pilares do trabalho pedagógico: protagonismo, rigor conceitual e conteúdo relevante, complexidade e saberes múltiplos e transformação da realidade. Os conteúdos curriculares estão de acordo com a Base Nacional Comum em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE), sendo que a BNCC é a referência nacional para a construção dos currículos dos sistemas e redes escolares bem como das propostas pedagógicas das instituições escolares. Nesse sentido é imprescindível destacar as competências gerais da Educação Básica previstas nesse documento para as três etapas (Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos Iniciais e Finais) e como se articulam na construção do conhecimento nos termos da LDB:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções



com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP

O projeto político pedagógico deve contemplar as leis nacionais, estaduais e municipais que orientam par o ensino da educação básica, conforme rege a Constituição de 1988.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 artigo 12 estabelece que as instituições de ensino devem elaborar suas propostas pedagógicas.

Lei 13.005 de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providencias.



Resolução CNE nº7 de 14 de dezembro de 2010: estabelece diretrizes curriculares para o ensino de 9 anos.

Resolução CNE/CEB nº4 de 13 de julho de 2010: define quais são as diretrizes para a educação básica e o que a escola deve construir para sua efetiva operacionalização.

Resolução CME nº 005 de 29 de dezembro de 2010 - estabelece as normas para o funcionamento das instituições de ensino básico no município de Barra da Estiva.

Resolução Nº 003 de 16 de maio de 2024- estabelece os objetivos para a criação do Plano educacional Individualizado para os estudantes com necessidades educacionais especiais.

Lei 14.811 de 2024- altera o código penal para incluir crimes de bullying e cyberbullying estabelecendo penalidades específicas para os agressores.

Lei 11738 de 16 de julho de 2008- Institui o piso salarial nacional para profissionais do magistério público bem como a jornada de trabalho.

Resolução CEE nº 137 de 17 de dezembro de 2019- fixa normas complementares para implantação da Base Nacional Comum Curricular.

Resolução CME nº 003 de 14 de dezembro de 2010- Dispõe sobre a organização da carga horária para o ensino de 9 anos.

Resolução CME nº 001, de 13 de março de 2024- dispõe sobre as diretrizes para a avaliação do processo de ensino nas unidades de ensino.

Resolução CME nº 002, de 04 de agosto de 2023- Dispõe sobre as normas para a educação especial na perspectiva inclusiva no município de Barra da Estiva.

Resolução CME nº 003, de 16 de maio de 2024- Dispõe sobre o Plano Nacional individualizado nas instituições públicas no município de Barra da Estiva.

Resolução CME nº 004 de 04 de outubro de 2013- Dispõe sobre as normas para inclusão no sistema municipal de ensino de Barra da Estiva.

Resolução CME nº 006, de 18 de dezembro de 2023- Dispõe sobre as normas para implementação das diretrizes curriculares municipais para a Educação Escolar Quilombola do sistema municipal de ensino de Barra da Estiva.



Colégio Cristão Betel

MATERNAL II – GRUPO 3

A idade para este curso vai de 3 (três) anos completos ou a completar até 31/03. Nessa fase, visamos o desenvolvimento da criança nos principais conceitos básicos do esquema corporal, da orientação espacial, da organização temporal, do ritmo, da coordenação viso-motora, além de buscar o desenvolvimento da linguagem como forma de comunicação.

PRÉ ESCOLA – GRUPO 4

A idade para este curso vai de 4 (anos) completos ou a completar até 31/03.

Nessa fase, visamos o desenvolvimento integral da criança através de uma evolução harmoniosa nos aspectos biológicos, físico-motor, cognitivo e afetivo-emocional, dando realce à coordenação motora e ao preparo para a escrita. Buscamos o desenvolvimento da linguagem como forma de comunicação e ampliação do pensamento. Temos a preocupação com a pronúncia correta dos fonemas (prontidão para a alfabetização). Procuramos desenvolver conceitos básicos de cidadania, respeito mútuo, cooperação e colaboração com os colegas e todos os funcionários da escola, bem como a importância e o cuidado com a natureza. Através de conceitos básicos e material concreto buscamos o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático.

PRÉ ESCOLA – GRUPO 5

A idade para este curso vai de 5 (cinco) anos completos ou a completar até 31/03. Nessa fase, visamos o desenvolvimento integral da criança nos aspectos biológicos, psicológicos, cognitivos. Enfatizamos a coordenação motora, escrita, a alfabetização da criança através da construção da língua escrita, relacionando letras e sons, discriminando e visualizando as famílias silábicas. Visamos o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático e o domínio das quantidades numéricas.

ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS E FINAIS.

Em conformidade com o que estabelece a lei e mantendo o seu compromisso de buscar o desenvolvimento de uma educação de excelência, o Colégio Cristão Betel busca:

- a) No âmbito cognitivo: promover a excelência acadêmica, desenvolvendo no educando o pensamento lógico, o interesse pela pesquisa científica, o conhecimento de suas próprias aptidões, tendo como meta as suas possibilidades vocacionais;
- b) No âmbito ético-valorativo: contribuir para a formação de um aluno-cidadão que compreenda o valor e a dignidade do ser humano e que, por isso, empenhar-se-á na luta para promover os ideais de liberdade, igualdade, justiça, responsabilidade, honestidade e respeito;
- c) No âmbito pessoal: contribuir para que o aluno desenvolva seu potencial individual, como ser criado à imagem e semelhança de Deus, dotado de espírito investigador, criativo e sensível à apreciação estética;
- d) No âmbito social: encorajar o estudante a desenvolver espírito de cooperação,



solidariedade, autodisciplina e respeito próprio ao outro como criatura de Deus e ao contexto social, assumindo suas responsabilidades como cidadão consciente na construção de uma sociedade mais justa e solidária;

e) No âmbito espiritual: ajudar o aluno a desenvolver uma visão de mundo informada e transformada pelas verdades da Bíblia.

O Ensino Fundamental dos Anos Iniciais e Finais devem estar comprometidos com a democracia e a cidadania. A LDB 9.394/96 tem na cidadania seu eixo orientador e se compromete com valores e conhecimentos que viabilizam a participação efetiva do aluno na vida social; em função disso, são nossas diretrizes de ensino:

- Posicionamento em relação às questões sociais e visão da tarefa educativa como intervenção intencional no presente;

- Tratamento de valores como conceitos reais, inseridos no contexto do cotidiano;

- Inclusão dessas perspectivas no ensino dos diversos conteúdos escolares.

A Base, de caráter normativo, define um conjunto de aprendizagens essenciais para cada segmento:

Ensino Fundamental – Anos Finais: Nesse período os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, precisam se apropriar de conhecimentos relacionados às áreas nas diferentes lógicas de organização e, nesse momento, também precisam fortalecer a autonomia.

FINS E OBJETIVOS DOS CURSOS

Educação Infantil

A Educação Infantil, nos termos do Art. 29 da LDB no. 9.394/96 tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Leva em conta, ainda, a preparação para o ingresso no ensino Fundamental, com ênfase na preparação para a vida e a cidadania, através do domínio de competências e habilidades que facilitem a inserção social do educando.

Ensino Fundamental.

Nos termos do Art. 32 da LDB no. 9.394/96 são os seguintes os objetivos Ensino Fundamental:

1. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
2. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
3. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.
4. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.



5. O domínio de competências e habilidades que levem à consciência da cidadania e facilitem a melhor inserção do educando no ambiente social.

DURAÇÃO DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA

Nos termos da LDB 9.394/96, os cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental terão a seguinte duração e cargas horárias:

- Educação Infantil: 200 (duzentos) dias letivos no ano civil.
- Ensino Fundamental: mínimo de 800 (oitocentas) horas letivas, em 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar no ano civil, incluindo reuniões e capacitações pedagógicas (que acontecerão no horário letivo), com aulas de 45 (cinquenta) minutos cada.

O CALENDÁRIO ESCOLAR RELATIVO AO PERÍODO LETIVO 2024 E AS GRADES CURRICULARES DOS CURSOS ENCONTRAM-SE ANEXADAS A PRESENTE PROPOSTA.

DADOS SOBRE A APRENDIZAGEM

ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil está organizada em duas etapas:

- Maternal;
- Pré.

O critério de agrupamento de alunos é feito segundo faixa etária, nos níveis Maternal e Pré, relacionando os alunos por ordem numérica e alfabética do prenome.

Embora o critério básico adotado quanto ao agrupamento dos alunos seja o de homogeneidade de idades, serão atendidas às exigências quanto às diferenças individuais.

Haverá momentos no desenvolvimento das atividades em que o agrupamento vertical permitirá o relacionamento de crianças com idades e desenvolvimento diferentes, possibilitando a interação.

O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com o Plano Nacional de Educação em consonância com a Constituição e LDB, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. Sendo a educação infantil a primeira etapa da educação básica, ao pensar e organizar uma trajetória pedagógica tem-se que considerar os conhecimentos, as vivências e experiências



prévias da criança, para que a partir disto, possa se proporcionar um ambiente que possibilite à construção e reconstrução de conhecimentos, valorizando as descobertas, as manifestações, as formas de comunicação, a criatividade e a espontaneidade da criança nessa fase da vida.

Segundo os Referenciais Curriculares, embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação escolar tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias. Para que essa aprendizagem ocorra se faz necessária uma atuação que propicie o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e de inserção social.

O currículo da educação infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científica e tecnológico, do meio em que a criança vive e das relações entre elas e os professores e entre as crianças de seu meio social. Desta maneira ela faz amizades, brinca com terra, de faz-de-conta, sente desejos, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentido sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletivamente, produzindo sua cultura.

As instituições de educação infantil devem estar organizadas de forma a favorecer e valorizar a autonomia das crianças e para que isto ocorra às atividades devem estar expostas de forma que levem as crianças a escolher. Cabe aos professores planejar atividades variadas, disponibilizando os espaços e os materiais necessários, de forma a surgirem novas possibilidades de expressão, de brincadeiras, de aprendizagens, de explorações, de conhecimentos e de interações. A observação e escuta dos alunos por parte do professor são importantes para que este possa sugerir atividade adequada às crianças. Para tal os professores devem levar em conta que a criança é um ser em movimento e devem considerar isso em seu planejamento.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado.



O cuidado preciso, considerar principalmente as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais.

O brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso do material ou dos recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem: o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis, situações, valores e atitudes que se referem à forma como o universo social se constrói; e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar. Estas categorias de experiências podem ser agrupadas em três modalidades básicas, quais sejam brincar de faz-de-conta ou com papéis, considerada como atividade fundamental da qual se originam todas as outras; brincar com materiais de construção e brincar com regras.

OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A BNCC apresenta inovações quanto a educação infantil. De acordo com esse documento os objetivos da aprendizagem estão divididos em dois grandes eixos estruturantes: interações e brincadeiras. Esses eixos são conectados aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento. São assim explicados:

·Conviver: “Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas”.

·"Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais”.

·"Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando”.

“Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora



dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia”.

"Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens".

"Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário".

JORNADA

Seguindo as orientações das diretrizes curriculares é considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias. Nossa escola adota o tempo parcial, atendendo tarde: entrada às 13h e saída às 17h.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DO TEMPO NA ESCOLA INFANTIL

É importante observar que a escola prioriza que as crianças brinquem, como estas brincadeiras se desenvolvem e o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. A forma que organizar o trabalho possibilite o envolvimento das crianças em sua construção, que terá dimensões diferentes se tomarmos como referência a idade das mesmas.

- A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;
- A indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;
- A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;
- O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;
- O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades; Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superlotação;

- A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América.



Colégio Cristão Betel

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – EIXO ESTRUTURANTE

Segundo as orientações da BNCC para a Educação Infantil as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as Interações e a Brincadeira. É com base neles que se desenvolvem vivências necessárias para o desenvolvimento integral da criança da Educação Infantil. O brincar não só estimula o desenvolvimento da imaginação das crianças, mas também é uma forma de ampliar o pensamento delas sobre o mundo que as cerca. Esse processo depende das intervenções que o professor propõe, colocando elementos desafiadores nas atividades, que possibilite que as crianças desenvolvam a imaginação e a linguagem, além de garantir experiências que:

- Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

AVALIAÇÃO

Através de instrumentos que devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados pelas crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, portfólio, ficha de avaliação etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa - instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche-pré-escola e transição pré-escola - Ensino Fundamental)
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

Além da determinação dos direitos de aprendizagem, a BNCC também apresenta o conceito de Campos de experiências, ampliando a dimensão das áreas de conhecimento, para compor o círculo da educação infantil. Estes são assim explicados:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e, vão descobrindo que existe outros



Colégio Cristão Betel

outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

2. Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o participante privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).

3. Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças



desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

4. Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatuñas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstrem também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades



de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

Na educação infantil devemos considerar que as aprendizagens essenciais não envolvem somente comportamentos, habilidades e conhecimentos, mas as vivências e os conhecimentos prévios. Segundo a BNCC a Educação Infantil está dividida em 3 grupos por faixa etária. Dessa forma as possibilidades de cada faixa etária é respeitada bem como as características de desenvolvimento de cada criança.

O Sistema de estudo utilizado no Colégio Cristão Betel está dividido em unidades temáticas. Para cada coleção, em cada ano, há um tema diferente com o objetivo de fazer com que as crianças ampliem seu universo pessoal e percebam a diversidade que o mundo apresenta, a fim de compreender outros contextos sociais.



A CRIANÇA E O MUNDO - EDUCAÇÃO INFANTIL 2024

Ano	Tema do ano	Livro	Unidades Temáticas
1 Ano	O mundo ao meu alcance	Livro 1	Eu sou assim
		Livro 2	Minha casa é meu ninho
		Livro 3	Escola: um local de experiências e descobertas
		Livro 4	Explorando a natureza
2 Anos	O mundo da criança	Livro 1	Eu gosto de...
		Livro 2	A alegria de conviver
		Livro 3	Como eu percebo o mundo ao meu redor
		Livro 4	Eu interajo com o mundo!
3 Anos	O mundo das descobertas	Livro 1	Conhecer a mim mesmo e o mundo que me rodeia
		Livro 2	Cores e cheiros do mundo
		Livro 3	Vamos viajar?
		Livro 4	Este mundo é diferente!



A CRIANÇA E O MUNDO - EDUCAÇÃO INFANTIL 2024			
Ano	Tema do ano	Livro	Unidades Temáticas
4 Anos	O mundo a sua volta	Livro 1	Como vivem as pessoas? Onde vivem os animais e as plantas?
		Livro 2	O mundo que queremos Eu no mundo
		Livro 3	Estou mudando Quem está aí?
		Livro 4	Quem faz o que no mundo? Atitudes e ações importantes no dia a dia.
5 Anos		Livro 1	Olhar e ler o mundo Quando se conversa também se lê
		Livro 2	Arte e imaginação no mundo A arte de criar
		Livro 3	Quem canta seus males espanta Histórias para ouvir e cantar
		Livro 4	Um registro, uma história Um mundo que se comunica

De acordo com a tabela exposta acima, serão trabalhados todos os campos de experiência segundo o proposto pela BNCC de acordo com os objetivos da aprendizagem e desenvolvimento.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO POR SÉRIE E CAMPO DE EXPERIÊNCIA

1 ano - Campo de experiências O eu, o outro e o nós

- (EI01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.
- (EI01EO02) Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa.
- (EI01EO03) Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos, brinquedos.



Campo de experiências Corpo, gestos e movimentos

- (EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.
- (EI01CG02) Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.
- (EI01CG03) Imitar gestos e movimentos de outras crianças, outros adultos e outros animais.
- (EI01CG04) Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.
- (EI01CG05) Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos.

Campo de experiências Traços, sons, cores e formas

- (EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.
- (EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.
- (EI01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.

Campo de experiências Escuta, fala, pensamento e imaginação

- (EI01EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.
- (EI01EF02) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.
- (EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).
- (EI01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.
- (EI01EF05) Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.
- (EI01EF06) Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.
- (EI01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).
- (EI01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.).
- (EI01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.

Campo de experiências Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

- (EI01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura)
- (EI01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e



e remover etc.) na interação com o mundo físico.

- (EI01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas.
- (EI01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.
- (EI01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.
- (EI01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.).

2 e 3 anos

Campo de experiências O eu, o outro e o nós.

- (EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.
- (EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.
- (EI02EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.
- (EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.
- (EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.
- (EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.
- (EI02EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.

Campo de experiências Corpo, gestos e movimentos

- (EI02CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.
- (EI02CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.
- (EI02CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.
- (EI02CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.
- (EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.

Campo de experiências Traços, sons, cores e formas.

- (EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar



diversos ritmos musicais.

- (EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.
- (EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.

Campo de experiências Escuta, fala, pensamento e imaginação.

- (EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.
- (EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.
- (EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).
- (EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.
- (EI02EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.
- (EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.
- (EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.
- (EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).
- (EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.

Campo de experiências Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

- (EI02ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).
- (EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).
- (EI02ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.
- (EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).
- (EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor,



Colégio Cristão Betel

- forma etc.).
- (EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).

(EI02ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.

- (EI02ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).

4 e 5 anos

Campo de experiências O eu, o outro e o nós.

- (EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.
- (EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.
- (EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.
- (EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.
- (EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.
- (EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.
- (EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.

Campo de experiências Corpo, gestos e movimentos.

- (EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.
- (EI03CG02) Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.
- (EI03CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.
- (EI03CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados à higiene, à alimentação, ao conforto e à aparência.
- (EI03CG05) Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.

Campo de experiências Traços, sons, cores e formas.

- (EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante



Colégio Cristão Betel

brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.

- (EI03TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.
- (EI03TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.

Campo de experiências Escuta, fala, pensamento e imaginação.

- (EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.
- (EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.
- (EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.
- (EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.
- (EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.
- (EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.
- (EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.
- (EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).
- (EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.

Campo de experiências Espaços, tempos, quantidades, relações e Transformações.

- (EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.
- (EI03ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.
- (EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação.
- (EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.
- (EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.
- (EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história



Colégio Cristão Betel

dos seus familiares e da sua comunidade.

- (EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.
- (EI03ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.

ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental, um dos níveis da Educação Básica, passou a ter a duração de 9 anos desde 2006 (LDB nº 9395/96 alteração dos artigos 30,32, e 87 por meio da lei ordinária nº 11274/2006). Atende as crianças a partir de 6 anos de idade:

1º ao 5º ano – Anos iniciais

6º ao 9º ano – Anos finais

Além da LDB o Ensino fundamental é regido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, o Plano Nacional de Educação (PNE de 2014), as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A versão homologada em dezembro de 2017 da BNCC apresenta as competências gerais (já apresentadas neste documento) que perpassam todos os componentes curriculares ao longo da Educação Básica.

OBJETIVOS GERAIS

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, deve preservar a ludicidade e introduzir o estudante no universo da especulação científica. Nesse período as vivências e experiências são muito importantes para ampliar a visão e percepção que irão desenvolver a capacidade de interagir com os fenômenos naturais e sociais, posteriormente possibilitam a construção de conceitos e o desenvolvimento de habilidades necessárias para atuação em sociedade.

No Ensino Fundamental – Anos Finais, o trabalho escolar tem o objetivo de instigar o estudante a curiosidade e a vontade de aprender pela descoberta, portanto deve-se buscar diferentes formas de sistematizar as informações.

Conforme BNCC,

O Ensino Fundamental, que abrange do 1º ao 9º ano, tem como proposta uma educação que contemple o desenvolvimento cognitivo, físico, afetivo, social, ético e estético, tendo em vista uma formação ampla. Faz parte dessa longa etapa a construção de valores e atitudes que norteiam as relações interpessoais e intermedeiam o contato do aluno com o objeto de conhecimento. É imprescindível, nesse processo que valoriza o aprender contínuo e a troca constante entre aluno-aluno e aluno-professor, uma postura de trabalho que considera a cooperação, o respeito mútuo, a tomada de consciência, a persistência, o empenho e a prontidão para superar desafios. Tendo o Ensino Fundamental dos Anos Iniciais a função precípua o desenvolvimento das competências linguísticas dos alunos como forma de interação social.

(Brasil, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Versão Final 2018).



JORNADA

A jornada do Ensino Fundamental – Anos Iniciais segue as orientações previstas na LDB 9394/96 no seu artigo 34, “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. Mas para o Ensino Fundamental – Anos finais há a proposta de ampliação dessa carga horária quando, de forma progressiva, as turmas chegarem ao 9º ano de ensino da Educação Básica. Portanto até o presente ano as turmas ainda cumprem a carga horária de 4 horas diárias de trabalho atendendo as turmas de 1º a 4º ano no turno vespertino, com entrada as 13h e saída as 17h, e as turmas do 5º ao 9º ano no turno matutino, com entrada às 7h40 e saída às 11h45.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A metodologia de ensino, está baseada na proposta interacionista, ou seja, o objetivo é levar a criança a explorar e descobrir todas as possibilidades do seu corpo, dos objetivos, das relações, do espaço e através disso, desenvolver a sua capacidade de observar, descobrir e pensar. As atividades são programadas à inserir o conteúdo a ser trabalhado dentro do objetivo a ser alcançado pela escola. Privilegia o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social utilizando, para isso, os conteúdos curriculares da base nacional comum e os temas transversais, trabalhados em sua contextualização. Por isso, planejar, dentro das áreas do conhecimento situações em que o aluno aprenda a utilizar seus conhecimentos como instrumento de compreensão da realidade, seja do ponto de vista da utilidade prática, seja na formação de estruturas de pensamento, que permitam a ele expressar e comunicar suas ideias, usufruir das produções culturais, bem como analisar, interpretar e transformar o mundo que o rodeia. Nessa perspectiva, o material do sistema de ensino a ser utilizado deve apresentar atualizações constantes a fim de enriquecer o trabalho dos educadores bem como a aprendizagem efetiva dos estudantes.

Levando em consideração que o educando não constrói o número de forma isolada, fora do contexto geral do pensamento do dia a dia optou-se pela metodologia da pesquisa-ação, a qual, tanto o educando quanto o professor, estão inseridos no processo e decidindo juntos os encaminhamentos necessários para a mudança e/ou enriquecimento do processo de ensino e de aprendizagem.

Nessa perspectiva, a aprendizagem significativa inicia-se com a exposição, articulação de ideias e o conhecimento do conteúdo que o educando já traz consigo da sua prática social. Em função disso, ele passa a questionar a importância da aprendizagem de tais conteúdos para a resolução dos problemas reais, apropriando-se então dos conteúdos e processos pedagógicos que correspondem ao desafio daquele momento.

O papel do professor torna-se essencial neste momento, tendo em vista que este media os processos de ensino e aprendizagem explicando, contextualizando, comunicando os



conhecimentos, perguntando, corrigindo e permitindo-lhes dar explicações.

Os educandos podem demonstrar o que aprenderam e como agregaram o conhecimento científico ao cotidiano, retornando e modificando a sua prática social com uma ação que se organiza a partir dos conteúdos aprendidos.

CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL

As áreas do conhecimento previstas pela BNCC são: 1) Linguagens, 2) Matemática, 3) Ciências da Natureza e 4) Ciências Humanas, sendo que cada uma delas têm competências específicas de área – reflexo das dez competências gerais da BNCC – que devem ser promovidas ao longo de todo o Ensino Fundamental e, também estão de acordo com o Art. 26 da LDB 9.394/96.

Componentes curriculares

A Base agora compreende como Componentes Curriculares da área de conhecimento o que antes chamávamos de disciplina. Dispõem-se da seguinte maneira:

I – Base Nacional Comum Curricular:

Linguagens

Componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa.

Matemática

Componente curricular: Matemática.

Ciências da Natureza

Componente curricular: Ciências.

Ciências Humanas

Componentes curriculares: História e Geografia.

Ensino Religioso

Componente curricular: Ensino Religioso.

II - Parte Diversificada

- Inglês;

- Informática;

- Educação para a diversidade;

-Projeto anual AGRO CCB (Feira Agrícola e Desfile)

- Educação para a vida (que incluem os conteúdos antes estudados nos Temas Transversais)

Com o intuito de garantir o desenvolvimento das competências específicas de área, cada componente curricular possui – conforme indicado no texto da BNCC – um conjunto de habilidades que estão relacionadas aos objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) e que se organizam em unidades temáticas, o que consiste na reunião de um conjunto de conteúdos de uma mesma temática em uma unidade.

OBSERVAÇÃO

As orientações quanto as atividades diversificadas estão especificadas no plano de ação anexado a essa proposta.



Observações

a. A parte diversificada do currículo segue o que permite a Base Nacional. Com temas pertinentes a todos os estudantes, a instituição de ensino e a comunidade local. O principal objetivo é trazer ao currículo da escola conteúdos complementares e de acordo com os objetivos dos projetos desenvolvidos na escola.

PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Proposta trimestral para o ensino fundamental-anos Iniciais e Finais

Os estudantes do ensino fundamental, além de serem avaliados de forma processual (por observação e anotação no diário de classe) também são avaliados por nota. A média mínima por unidade é de 7,0 pontos e a máxima 10 pontos. Ou seja, o professor pode realizar, no mínimo 4 atividades por componente curricular acumulando as notas para gerar a média trimestral. Caso o estudante não consiga a nota mínima ele pode realizar uma avaliação de recuperação paralela e esta nova nota, se for superior a anterior, deve substituir a nota do trimestre. E, caso a nota da recuperação seja inferior a média mínima, mantém-se a maior média obtida no trimestre.

OBSERVAÇÃO

- 1 Estudantes do ensino fundamental até o 2º ano não serão retidos;
2. Estudantes do 3º ao 9º ano que não conseguirem a média final para aprovação devem ser avaliados pelo conselho de classe e caso necessário serão retidos na série.
3. O conselho de classe será realizado ao final das unidades e no final do ano.

AS GRADES DO ENSINO FUNDAMENTAL COM A DEVIDA QUANTIDADE DE AULAS E COMPONENTES CURRICULARES POR SÉRIE ENCONTRAM-SE ANEXAS A ESTA PROPOSTA.

AVALIAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

A avaliação deve possibilitar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem (Conforme a Resolução N° 23/2000/CEE/SC).

A avaliação do aproveitamento do aluno será diagnóstica, processual e contínua e de forma



global, mediante verificação de competência e de aprendizagem de conhecimentos, em atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação paralela (de acordo com a normativa 002/2009).

A concepção de avaliação coerente como os princípios norteadores da presente proposta de programa de ensino apresentada é, sem dúvida, a avaliação de processo e produto, enquanto mediação. Transferindo o conceito de mediação para a avaliação, vislumbra-se enfocá-la entre uma etapa de construção do conhecimento pelo aluno e a etapa possível de produção, por ele, de um saber enriquecido e complementado. Isso significa, em outras palavras, uma avaliação contínua do aluno ao longo das atividades desenvolvidas pelas disciplinas. O resultado da avaliação, sob essa perspectiva, torna-se, por parte do aluno como do professor. Esse resultado subsidiará o professor na revisão das propostas e estratégias de ensino, e será o referencial para os alunos identificarem suas lacunas, suas contradições, avanços e progressos.

A avaliação é entendida como um processo contínuo e parte integrante do trabalho educativo, a avaliação constitui, na verdade, o exercício de acompanhamento da execução do planejamento do currículo. Acompanhar a ação não significa apenas observar. Acompanhar a ação consiste em detectar os avanços, os progressos, os retrocessos, os obstáculos, as dificuldades para intervir na realidade, a fim de que, os objetivos estabelecidos no planejamento do currículo sejam de fato alcançados.

Assim concebida, a avaliação pressupõe a participação de todos os envolvidos na ação pedagógica.

- As práticas de avaliação serão, primordialmente, observacionais, com ênfase na avaliação qualitativa sobre a quantitativa, independentemente do critério de atribuição de notas ou conceitos.

- Os professores utilizarão fichas individuais de acompanhamento e observação dos alunos, com os itens a serem preenchidos e condizentes com os conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais desenvolvidos.



Colégio Cristão Betel

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DOS COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Língua Portuguesa

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.
10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.



Arte

1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades.
2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.
3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando-as nas criações em Arte.
4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.
5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.
6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.
7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.
8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.
9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

Educação Física

1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.



1. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
2. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
3. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
4. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
5. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.
6. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
7. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
8. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

Língua Inglesa

1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social.
3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável.
6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua



inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.

Matemática

1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, das questões socioeconômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a contribuir para uma formação geral.
2. Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.
3. Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.
4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas.
5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando estratégias e recursos, como observação de padrões, experimentações e diferentes tecnologias, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas.

Geografia

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e



informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.

6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.

7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

História

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.

3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.

7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

Ciências Da Natureza

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.

2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa,



3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.
4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.
7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Filosofia

Apesar de sofrer rejeições ao ser inserida no currículo escolar, a Filosofia constitui-se em um componente curricular importante para a formação dos alunos e para complementar os trabalhos com projetos na escola. Afinal os estudantes precisam se preparar para as indagações intelectuais e desenvolver seus próprios argumentos quanto aos fatos expostos na escola ou na vida cotidiana.

Nos Anos Iniciais esse componente é tratado com base em reflexões filosóficas, temas do cotidiano e problemas reflexivos que traduzem a experiência coletiva da sala de aula.

Nos Anos Finais a Filosofia é estudada com base em quatro temas: conhecimento, ética, política e estética. E espera-se que o estudante seja capaz de:

- Compreender as principais ideias filosóficas ao longo da história;
- Conhecer a história de diferentes filósofos e o contexto histórico do seu tempo;
- Relacionar as ideias filosóficas a seu próprio cotidiano;
- Elaborar reflexões questionamentos e argumentos sobre valores, atitudes ou situações vividas com base na Filosofia;
- Reconhecer o direito a liberdade de pensamento das pessoas em uma atitude de respeito e



tolerância para com elas;

·Desenvolver reflexões filosóficas que levem à construção do pensamento crítico gerador de atitudes conscientes e éticas.

3. CONCEPÇÕES TEÓRICAS

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

As estratégias de ensino adotadas pelo Colégio Cristão Betel valorizam a autonomia do aluno colocando-o no centro do processo de aprendizagem. O intuito é estimular a autonomia dos estudantes, promover o fortalecimento de sua identidade e o desenvolvimento das habilidades necessárias para desenvolver seu papel em sociedade. Sendo assim, o modelo de ensino utilizado pelo colégio é o sociointeracionista, a fim de valorizar o contexto social e histórico em que o sujeito está inserido.

O ensino com a abordagem educacional por princípios requer constantemente a relação do sujeito com sua realidade a fim de estimular a reflexão interna e externa quanto aos fatos que lhes são apresentados fazendo-o refletir, raciocinar e relatar suas observações de acordo com os princípios. O sociointeracionismo prioriza tais ações por isso torna-se eficiente na abordagem por princípios.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

A legislação nacional e municipal orienta para a obrigatoriedade do trabalho referente a diversidade nas escolas. as propostas do Colégio Cristão Betel visam cumprir tais leis e também complementam as atividades metodológicas quanto ao ensino com abordagem nos princípios. Os conteúdos referentes a essa temática são inseridos na grade de conteúdos dos componentes curriculares das ciências humanas e nos projetos anuais.

OBS: OBSERVAR TAIS PROPOSTAS NO PLANO DE AÇÃO ANEXO A ESSA PROPOSTA.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

O planejamento das aulas se dá no intervalos de algumas aulas que não são ministradas pelo professor regente (aulas de música, língua inglesa ou arte) e são agendados pela coordenação de acordo coma grade de horários de aulas do professor. Sendo assim, durante a semana é possível atender cada professor de forma individualizada. outros momentos para formação pedagógica são agendados no inicio do ano com o sistema de ensino SAE DIGITAL ou conforme necessidade do momento.



PERFIL DOCENTE - EDUCAÇÃO INFANTIL

A Equipe pedagógica, juntamente com o apoio de auxiliares e a equipe administrativa, compõe o corpo escolar. todos devem estar envolvidos no processo de ensino. abaixo listamos a fala dos professores quanto às suas metodologias de trabalho.

Professora **Elma Lessa Santos Ferreira**, formada em magistério, licenciada em Ciências Biológicas e finalizando o curso de pedagogia. Atuante como docente, desde o ano de 2001. Atualmente trabalha com o maternal 3 na educação infantil.

“Procuro ao máximo trabalhar com as crianças de forma acolhedora, lúdica, pois, é a maneira de se formar vínculo com os alunos, facilitando o aprendizado dos mesmos e conhecimento sobre o mundo. Ao mesmo tempo a socialização entre eles, pois, nessa fase as crianças chegam egocêntricas, tendo dificuldade em compartilhar itens, mas, vou mediando entre eles o compartilhamento. Outra questão importante que busco trabalhar é a forma interdisciplinar, aproveitando ao máximo o aproveitamento nas atividades ou brincadeiras realizadas. Inserindo também a autonomia e a conscientização do respeito ao próximo, relacionamento entre si, cuidado do meio ambiente e desenvolvendo a consciência crítica sobre o mundo”.

Professora **Andressa Luz dos Santos**, graduada em pedagogia pela a UNIJORG-Centro Universitário Jorge Amado.

Atualmente leciona no Pré I do colégio Cerp, turno matutino, e no Colégio Cristão Bete,1 turno vespertino, na turma do Grupo 4.

“Sou uma professora alegre,carinhosa e cuidadosa.Meu método de aula é trabalhar na dificuldade de cada aluno e contribuir para a evolução de todos,procuro deixar a aula dinâmica e mais prazerosa possível”.

Professora **Edna Lessa Santos Pinheiro**. Formação acadêmica: Pedagogia/ Pós graduação em gestão e orientação educacional.

“Sabemos que O papel do professor na sociedade é de extrema importância. Quando se trata do professor de educação infantil, esta relevância social se torna ainda mais evidente. É pela mediação que crianças e jovens se tornam mais preparados para as demandas sociais. Nós professores de educação infantil não somos apenas um formador de conhecimento, mas também, um formador social. Na educação infantil a criança aprende sobre empatia, direitos, deveres, colaboração, emoções etc. Além disso, nesta fase o professor também se dedica ao desenvolvimento psicomotor da criança, ou seja, oferecer a base para uma formação completa como indivíduo.



Colégio Cristão Betel

Oferecer um ambiente de aprendizagem acolhedor. Dando espaço para trocas de experiências. Ser gentil e se importando com a realidade de cada aluno. Criar suporte e ligação para além da sala de aula. São práticas que utilizo para a aprendizagem eficaz com os meus alunos.

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

Professora **Léia Teixeira**, formada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera. Atualmente atua no 2º ano do ensino Fundamental do Colégio Cristão Betel.

“Tenho como foco principal desenvolver a aprendizagem dos meus alunos de forma interativa e dinâmica, fazendo com que desenvolvam o prazer pela aprendizagem e estudem por gostarem de adquirir conhecimento não somente por estudar. Procuro sempre me adaptar a dificuldade do aluno trabalhando de forma diferenciada e me atentando sempre para necessidades individuais de cada um. Gosto de trabalhar com aulas internas e externas, explorando diferentes ambientes como, biblioteca e parque tornando assim a aula mais atrativa e prazerosa”.

Professora **Denívia Almeida Fiúza**, formada em Letras vernáculas, pela UNEB- Universidade do Estado da Bahia -Pós graduada em Psicopedagogia, Docência no ensino superior e Educação inclusiva. Atualmente cursa a segunda licenciatura em Pedagogia. Atuo no 4º ano do ensino fundamental no período da tarde, ministro aulas de Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Artes, filosofia e educação física.

“Adoro o que faço, Sou dinâmica e alegre, gosto de aulas divertidas. Meu método de aula é prático e gosto de aulas mais lúdicas e dinâmicas, deixando os alunos bem a vontade para esclarecermos e resolvermos as dúvidas”.

Professora **Viviane Santos Alves**, formada em Pedagogia pela Universidade Gran Tietê e pós-graduação em TEA pela Universidade Faveni. Atualmente cursa Letras na Universidade Unopar.

“As práticas pedagógicas adotadas nas minhas aulas são diversas, priorizo o conhecimento prévio dos alunos e a particularidade de cada um. Dessa forma, ministro aulas dinâmicas, lúdicas e interativas, articulando os conteúdos, por meio de práticas significativas, como o uso de aparelhos eletrônicos nas atividades de pesquisa, discussões que abordam os temas e momentos de diálogo e reflexão sobre os conteúdos propostos na ementa escolar”.



Professora **Érica Kellis**, formada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera. Atualmente atua no 3º ano do ensino Fundamental do Colégio Cristão Betel.

“Tenho como foco principal desenvolver a aprendizagem dos meus alunos de forma interativa e dinâmica, fazendo com que desenvolvam o prazer pela aprendizagem e estudem por gostarem de adquirir conhecimento não somente por estudar. procuro adaptar atividades para aqueles alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem ou em conteúdos específicos a fim de que melhorem de forma mais significativa sua aprendizagem”.

Professora Girléia Santana, formada em pedagogia e atua a mais de 15 anos na educação infantil e ensino fundamental dos anos iniciais. Possui como principal foco a organização de atividades e planejamento para facilitar o processo avaliativo dos alunos



PERFIL DISCENTE

O público atendido pelo Colégio Cristão Betel no ano Letivo de 2024 é predominante de estudantes da educação infantil (dos grupos 3, 4 e 5) e os demais estudantes são do ensino fundamental do 1º ao 5º ano com faixa etária de 6 a 11 anos. Por isso, no momento de elaborar as atividades e projetos, é preciso considerar a viabilidade das crianças conseguirem realizar com sucesso as atividades propostas.

Barra da Estiva, 20 de Março de 2024.

Diretor (a)
(assinatura e carimbo)



Colégio Cristão Betel

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Versão Final 2018).
- BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília. 30p.
- _____, Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 11.161 de 05 de agosto de 2005. Brasília.
- _____, Ministério de Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997.
- _____, Ministério de Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1 de 03 fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio e Educação Profissional.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referenciais Curriculares para a educação de jovens e adultos: primeiro segmento do ensino fundamental, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Diretriz Curricular ano 1997, para Educação de Jovens e Adultos. Primeiro seguimento.
- _____. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais, Apresentação dos Temas Transversais e Ética. Brasília 1997
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9394/96. Rio de Janeiro: DP & A Editora 1998.
- CANÁRIO, Rui. O Prazer de Aprender. In: Pátio revista Pedagógica, ano X, nº 39, Editora Artmed.
- CARVALHO, Rosita Edler. Removendo Barreiras para aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- _____. Educação Inclusiva: com os pingos no "is". Porto Alegre, RS: Mediação, 2004.
- SOUZA, Maria Helena e SPINELLI, Walter. Asas Para Voar. 1ª Edição, primeira impressão, São Paulo, 2009.
- SOUZA, Rosana Fátima de. Escola e Currículo. --- Curitiba : IESDE, 2006
- MIRANDA, Claudia e RODRIGUES, Vera Lucia. Coleção Aprendendo Sempre, 1ª Edição, 2009.
- GADOTTI, Moacir. Cidade Educadora e Educanda. In: Pátio Revista Pedagógica, ano X, nº 39, Editora Artmed, 2006.
- WERNECK, Claudia. Inclusão: qualidade para todos. In: Revista Nova Escola, São Paulo, nº 123, 1999, p.8-17.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad,
- ARROYO, Miguel G. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.



BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Resolução CNE nº 04 de 13 de Julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

_____. Parecer nº 07/2010 de 07 de Abril de 2010. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica.

_____. Parecer nº 11/2010 de 07 de Julho de 2010. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica.

_____. Parecer nº 12/2010 de 08 de Julho de 2010. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica.

BRASIL. Lei nº 13722 de 04 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.

BRASIL. Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Lei 10639/2003 e Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no sistema municipal de ensino de Barra da Estiva.



ANEXO
PLANO DE AÇÃO

MÊS	ATIIVIDADE	AÇÃO
JANEIRO	29.01.24 a 31.01.24: Semana de capacitação pedagógica	Jornada pedagógica. planejamentos e organização do ambiente para início do ano letivo.
FEVEREIRO	01 e 02.02.24: Capacitação pedagógica. 05.02.24: Início das aulas	Planejamento semanal Atividade inicial com apresentação dos princípios aos alunos.
MARÇO	05.03.24: Reunião de planejamento com a Estante Mágica. 08.02.24: Dia internacional da mulher. 14.03.24: Reunião SAE DIGITAL. 15.02.24: Dia da escola 17.05.24: Reunião com pais e responsáveis. 21.04.24: Palestra sobre a dengue. 22.02.24: Dia Mundial da água 27.02.24: Páscoa na escola. 27.02.24: Dia do circo.	Preparativos para início de aplicação do projeto de leitura. Atividade de reflexão sobre o papel da mulher na sociedade atual (Ensino fundamental). Acompanhamento e capacitação para uso da plataforma AVA SAE e portal do professor. Produção de videos sobre os espaços preferidos na escola. Apresentação dos resultados da primeira unidade. Palestra com agente de endemias para falar sobre a prevenção a dengue. Atividades em sala e no entorno da escola sobre o uso correto da água e a prevenção a dengue. Apresentação da cantata de páscoa Ele Vive. (Atividade de reflexão em sala de aula sobre os princípios e questões étnicos raciais e culturais) Exibição de filme sobre o tema.

ANEXO
PLANO DE AÇÃO

MÊS	ATIIVIDADE	AÇÃO
ABRIL	18.04.24: Dia nacional do livro infantil. 19.04.24: Dia dos povos indígenas	Apresentação de histórias infantis. Grupo 3: A arca de Noé Grupo 4: Daniel na cova dos Leões Grupo 5: Davi e Golias 1º ANO: 2º ANO: Jonas e a baleia 3º ANO: 4º ANO: 5º ANO: Adão e Eva Diálogo sobre a vida dos povos indígenas na atualidade e pintura mural com tintas naturais. (trabalho com temas étnicos raciais e valorização cultural)
MAIO	11.05.24: Dia das mães. 18.05.24: Dia de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.	Mãe: Sinônimo de força e coragem. Apresentações dos alunos e jantar com mães e filhos. Contação de histórias e atividades de reflexão em sala de aula.
JUNHO	05.06.24: Dia nacional do meio ambiente. 12.06.24: O sabor da leitura 20.06.24: Festa do chapéu.	Plantio de mudas no jardim e horta da escola. Apresentação das atividades do projeto de leitura. 1º ano: Batata literária 2º ano: Chá literário 3º ano: Chocolate literário 4º ano: Pizza literária 5º ano: Uva literária Atividade de encerramento do semestre: Brincadeiras com as turmas

ANEXO
PLANO DE AÇÃO

MÊS	ATIIVIDADE	AÇÃO
JULHO	15.07.24: Aniversário do município de Barra da Estiva. 26.07.24: Dia dos avós Visitas para o projeto AGRO CCB (datas a serem agendadas)	Produção de cartões postais sobre o turismo de Barra da Estiva. Produção de videos sobre O MEU LUGAR NA CIDADE. Tarde com os avós: brincadeiras e chá.
AGOSTO	09.08.24: Dia dos pais na escola 30.08.24: Feira Agro CCB.	Passeio ciclístico: brincadeiras com circuitos e passeio com pais e filhos no entorno da escola. Feira Agro com apresentação dos trabalhos dos alunos. GRUPO 3: Café (plantio) GRUPO 4: Maracujá GRUPO 5: Laranja 1º ANO: Morango 2º ANO: Maracujá (processamento e comercialização) 3º ANO: Café (processamento e comercialização) 4º ANO: Insumos agrícolas 5º ANO: Máquinas e equipamentos agrícolas
SETEMBRO	05.07.24: Independência na escola. 16.09.24: reunião com pais e responsáveis. 20.07.24: Atividade do dia da árvore. 21.07.24: Viva a vida	Atividade sobre a independência do Brasil na escola. Apresentação dos resultados da unidade. Passeio a fazenda e plantio de árvores. Atividade de apresentação de musicas em reflexão ao setembro amarelo. (Trabalho em sala de aula com temas relacionados ao bulliying, questões étnicos raciais e culturais)

ANEXO
PLANO DE AÇÃO

MÊS	ATIIVIDADE	AÇÃO
OUTUBRO	11.10.24: Dia das crianças na escola 25.10.24: Desfile AGRO CCB	Tarde na piscina. Desfile pelas ruas da cidade expondo a importância da agricultura familiar para o município de Barra da Estiva.
NOVEMBRO	19.11.24: Dia nacional da consciência negra.	Atividade de reflexão em sala de aula e palestra sobre educação étnico racial na escola. (agendar e confirmar palestrante)
DEZEMBRO	12.12.24: Conselho de classe 13.12.24: Reunião com os pais 14.12.24: Cantata de Natal e Noite de Autógrafos 16.12.24: Formatura	Avaliação dos resultados finais e produção de atas. Apresentação dos resultados do ano letivo

ANEXO
QUADRO DE PROFISSIONAIS

Nº	FUNÇÃO	NOME
01	DIRETORA	JEANE APARECIDA LIMA
02	VICE DIRETOR	ALEXSANDRO RIBEIRO SILVA
03	COORDENADORA	EVA CASTRO CARVALHO
04	PROFª EDUCACO INFANTIL	ELMA LESSA SANTOS FERREIRA
05	SECRETÁRIA	ANDRESSA SANTOS FERREIRA
06	PROFª EDUCACO INFANTIL	EDNA LESSA SANTOS FERREIRA
07	PROF.ª EDUCACO INFANTIL	ANDRESSA LUZ DOS SANTOS
08	PROFª ENSINO FUNDAMENTAL	GIRLÉIA SILVA
09	PROFª ENSINO FUNDAMENTAL	LÉIA TEIXEIRA DOS SANTOS
10	PROFª ENSINO FUNDAMENTAL	ÉRICA KELLIS SANTOS DE NOVAIS
11	PROFª ENSINO FUNDAMENTAL	DENÍVIA ALMEIDA FIUZA
12	PROFª ENSINO FUNDAMENTAL	VIVIANE SANTOS
13	ASSISTENTE DE SALA	EMANUELE WOBETO
14	ASSISTENTE DE SALA (ED. ESPECIAL)	RAISSA CASTELHANO
15	ASSISTENTE DE SALA	JAQUELINE SOARES DOS SANTOS
16	ASSISTENTE DE SALA	LUCINETE
17	ASSISTENTE DE SERVIÇOS GERAIS	NILMA SOUSA SOARES CASTELHANO



Colégio Cristão Betel

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

GRADE CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL										
		MATERNAL			G4			G5		
Formação Pessoal e Social Conhecimento de Mundo	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA									
	ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	M/S	M/A	CHA	M/S	M/A	CHA	M/S	M/A	CHA
	TRACÇOS, SONS, CORES E FORMAS	9	367	305:50	9	367	305:50	9	367	305:50
	EU, O OUTRO E NÓS	6	243	202:30	6	243	202:30	6	243	202:30
	CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	4	164	136:40	4	164	136:40	4	164	136:40
	ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	2	82	68:20	2	82	68:20	2	82	68:20
	TOTAL	4	164	136:40	4	164	136:40	4	164	136:40
	TOTAL	25	1020	850	25	1020	850	25	1020	850
PARTE DIVERSIFICADA	LÍNGUA INGLESA	1	48	48:50	1	48	48:50	1	48	48:50
		MATERNAL			G4			G5		
NÚMERO DE DIAS LETIVOS ANUAIS		200			200			200		
NÚMERO DE SEMANAS LETIVOS ANUAIS		40			40			40		
NÚMERO DE DIAS SEMANAIS		5			5			5		
DURAÇÃO DE MÓDULOS SEMANAIS		25			25			25		
DURAÇÃO DE MÓDULOS		50 MINUTOS			50 MINUTOS			50 MINUTOS		
DURAÇÃO MÓDULO RECREIO		30 MINUTOS			30 MINUTOS			30 MINUTOS		
NÚMERO DE MÓDULOS ANUAIS		1.020			1.020			1.020		
CARGA HORÁRIA ANUAL		850			850			850		



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS								
PARTE DO CURRÍCULO	ÁREA	COMPONENTE		1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
		Língua Portuguesa		6	6	6	6	6
		ARTES	Artes	2	2	2	2	2
	LINGUAGENS		Plásticas					
NÚCLEO			Teatro	1	1	1	1	1
COMUM		Educação Física		2	2	2	2	2
	MATEMÁTICA	Matemática		6	6	6	6	
	CIÊNCIAS	História e		3	3	3	3	3
	HUMANAS E DA	Geografia						
	NATUREZA	Ciências		2	2	2	2	2
		Formação espiritual, Pessoal e Social e		1	1	1	1	1
PARTE DIVERSIFICADA	EDUCAÇÃO PARA A VIDA	Integração Global						
	LINGUAGENS	Língua Inglesa		2	2	2	2	2
	MULTIDISCIPLINAR	EDUCAÇÃO FINANCEIRA		1	1	1	1	1
TOTAL SEMANAL				25	25	25	25	25



Colégio Cristão Betel

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS FINAIS							
PARTE DO CURRÍCULO	ÁREA	COMPONENTE		6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
			Análise Linguística	5	5	5	5
		Língua Portuguesa	e Produção de Texto				
	LINGUAGENS		Literatura	2	2	2	2
		Artes	Artes Pláticas	2	2	2	2
			Teatro	1	1	1	x
		Educação Física		2	2	2	2
NÚCLEO	MATEMÁTICA	Matemática		6	6	6	6
COMUM	CIÊNCIAS	História		3	3	3	3
	HUMANAS E DA	Geografia		3	3	3	3
	NATUREZA	Ciências		3	3	3	4
	FILOSOFIA	Formação Espiritual, Pessoal e Social,		1	1	1	1
PARTE DIVERSIFICADA	EPV (Educação p/ Vida)	Integração Global		1	1	1	1
	LINGUAGENS	Língua Inglesa		2	2	2	2
	MULTIDISCIPLINAR	EDUCAÇÃO FINANCEIRA		2	2	2	2
TOTAL SEMANAL				35	35	35	35

**CRONOGRAMA DE AVALIAÇÕES DA 1ª UNIDADE**

Data	Componente curricular	Data	Recuperações da 1ª unidade
Segunda: 22/04	Ciências	06/05	Ciências
Terça: 23/04	Português	07/05	Matemática
Quarta: 24/04	Geografia/ Inglês	08/05	Inglês/ Filosofia/Arte
Quinta: 25/04	Matemática	13/05	Português/Redação
Sexta: 26/04	História	14/05	Geografia/História
Segunda: 29/04	Educação Física/ Arte	Data	Atividades finais
Terça: 30/04	Filosofia	13/05	Entrega de relatórios
		15/05	Entrega do diário com as notas

OBSERVAÇÕES:

AS DATAS DAS PROVAS NÃO COINCIDEM COM FERIADOS OU EVENTOS DA ESCOLA, PORTANTO, NÃO FAÇA ALTERAÇÕES SEM CONSULTAR A DIREÇÃO OU COORDENAÇÃO.

**CRONOGRAMA DE AVALIAÇÕES DA 2ª UNIDADE**

Data	Componente curricular	Data	Recuperações da 1ª unidade
Segunda: 26/08	Ciências	04/09	Ciências/Filosofia/Inglês
Terça: 27/08	Português	05/09	Português/ Redação
Quarta: 28/08	Geografia/ Inglês	09/09	História/Arte/Educação Física
Quinta: 29/08	Matemática	10/09	Geografia / Matemática
Sexta: 30/08	História		
Segunda: 02/09	Educação Física		
Terça: 03/09	Filosofia/ Arte		
		Data	Atividades finais
		09/09	Entrega de relatórios
		11/09	Entrega das notas no diário.
		11/09	Reunião com os pais

OBSERVAÇÕES:

AS DATAS DAS PROVAS NÃO COINCIDEM COM FERIADOS OU EVENTOS DA ESCOLA, PORTANTO, NÃO FAÇA ALTERAÇÕES SEM CONSULTAR A DIREÇÃO OU COORDENAÇÃO.

**CRONOGRAMA DE AVALIAÇÕES DA 3ª UNIDADE**

Data	Componente curricular	Data	Recuperações da 1ª unidade
Quinta: 21/11	Ciências	02/12	Ciências
Sexta: 22/11	Português	03/12	Matemática
Segunda: 25/11	Geografia/ Inglês	04/12	Inglês/ Filosofia/Arte
Terça: 26/11	Matemática	05/12	Português/Redação
Quarta: 27/11	História	06/12	Geografia/História
Quinta: 28/11	Filosofia/ Arte	Data	Atividades finais
Sexta: 29/11	Educação Física	02/12	Entrega de relatórios
		09/12	Entrega do diário com as notas

OBSERVAÇÕES:

AS DATAS DAS PROVAS NÃO COINCIDEM COM FERIADOS OU EVENTOS DA ESCOLA, PORTANTO, NÃO FAÇA ALTERAÇÕES SEM CONSULTAR A DIREÇÃO OU COORDENAÇÃO.



CALENDÁRIO 2024

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL



JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

29 a 31: Jornada pedagógica

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29		

01 e 02: jornada pedagógica
05: Reunião geral com os pais
05: Início das aulas
12 a 14: recesso de carnaval

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24/31	25	26	27	28	29	30

08: Dia Internacional da Mulher
15: Dia da escola
22: Dia Mundial da Água (Agro CCB)
27: Dia do circo
27: Apresentação de páscoa na escola
28 e 29: Recesso de páscoa

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

2: Dia Mundial da Conscientização do autismo.
11: Dia da Chapada Diamantina
13: Dia do Hino Nacional Brasileiro
15: Dia da conservação do solo
18: Dia nacional do livro infantil
19: Dia dos Povos Indígenas
21: Tiradentes

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

01: dia do trabalho
11: Apresentação do dia das mães na escola
16: Dia do gari
20: Fim do primeiro trimestre / Reunião pais
18: Dia de combate ao abuso sexual infantil
22: Dia do abraço
24: Dia do café
25: Dia do trabalhador rural
30: Corpus Christi

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23/30	24	25	26	27	28	29

03: Dia nacional da educação ambiental
05: Dia Mundial do Meio Ambiente
20: Encerramento do semestre - Festa do chapéu
21 a 30: Férias

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

01 a 07: Férias
15: Aniversário de Barra da Estiva.
19: Culminância Agro CCB
20: Dia do amigo
22: Início da produção do livro (EM)
25: Dia do escritor
26: Dia dos avós
28: Dia do agricultor

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

06: Feriado religioso municipal
09: Atividade do dia dos pais (Passeio ciclístico)
11: Dia dos pais e do estudante
12: Atividade do dia do estudante
22: Dia do coordenador pedagógico
23: Entrega dos textos e desenhos (EM)

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

05: Dia da Amazônia
07: Independência
08: Dia mundial da alfabetização
13: Fim da 2ª unidade. Reunião com os pais
18: Dia dos símbolos nacionais
21: Dia da árvore (Apresentação da primavera e setembro-amarelo)
30: Dia da secretária

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

07: Início da semana da criança
08: Dia do nordestino
12: Dia das crianças
15: Dia do professor
17: Dia da agricultura (desfile)
29: Dia nacional do livro

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

02: Finados
12: Dia do diretor escolar
15: Proclamação da República
20: Dia da Consciência Negra

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

13: Reunião com os pais
14: Noite de autógrafos
16: Formatura
20: Fim do ano letivo.
25: Natal



CRONOGRAMA

1ª Unidade: 05/02/24 a 17/05/24

2ª Unidade: 20/05/24 a 13/09/24

3ª Unidade: 16/09/24 a 20/12/24

Observação: As datas de alguns eventos podem ser alteradas de acordo com o andamento das atividades escolares.

AVALIAÇÃO

Educação Infantil

O sistema de avaliação da educação infantil constitui-se em relatórios trimestrais sobre o desempenho dos alunos de acordo com os eixos temáticos propostos pela diretrizes curriculares nacionais.

Ensino fundamental

O desempenho escolar é avaliado através de atividades somativas. A média mínima por unidade é de 7 pontos chegando ao valor máximo de 10 pontos.

As notas podem ser distribuídas conforme a quantidade de atividades desenvolvidas pelo professor, sendo que, deve-se aplicar uma quantidade mínima de 4 atividades por unidade trimestral e mais 1 ponto qualitativo. Assim temos, por exemplo:

Atividade 1	Atividade 1	Atividade 1	Atividade 1	Qualit	Total
4,0	2,0	1,0	2,0	1,0	10

Observação:

A nota de uma avaliação não poderá exceder o valor máximo de 4,0 pontos

A nota qualitativa poderá ser incluída a outra atividade, principalmente em casos de trabalhos que exigem produção manual e oralidade. É preciso analisar os quesitos: **participação, assiduidade, compromisso, pontualidade** para compor a nota das atividades e da nota qualitativa. lembre-se a qualitativa não é uma nota para aproximação da média, ela deve compor todas as demais atividades.

Ao final do trimestre as notas devem ser entregues à coordenação na data estabelecida.



Colégio Cristão Betel

COLÉGIO CRISTÃO BETEL

PEI - PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO

BARRA DA ESTIVA - BA

2024

CCB: COLÉGIO CRISTÃO BETEL - Educação Infantil e Ensino Fundamental
Rua Francisco Santana Sobrinho, nº446 - Alto da Barra - CEP: 46.650-000 Barra da Estiva - BA
Cel: (77)999228195 / (77)999844630 - e-mail: ccbetel@hotmail.com



Colégio Cristão Betel

COLÉGIO CRISTÃO BETEL

TERMO DE CIÊNCIA

Eu, _____,
responsável pelo (a) estudante _____
recebi as orientações e informações sobre o Plano de Ensino Individualizado (PEI) - Anual para melhor atender as necessidades e aprendizado do (a) estudante. Comprometo-me a acompanhar e informar a escola as necessidades específicas deste (a) assim como atualizar a instituição quanto aos seus avanços nos atendimentos com especialistas (psicóloga, psicopedagogo, terapeuta e outros).

Cientes,

Barra da Estiva-BA, _____ de _____ de _____

Pai/Mãe/Responsável

Direção Escolar

Coordenação Pedagógica

CCB: COLÉGIO CRISTÃO BETEL - Educação Infantil e Ensino Fundamental
Rua Francisco Santana Sobrinho, nº446 - Alto da Barra - CEP: 46.650-000 Barra da Estiva - BA
Cel: (77)999228195 / (77)999844630 - e-mail: ccbetel@hotmail.com



Colégio Cristão Betel

COLÉGIO CRISTÃO BETEL

PEI - PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO

Escola: Colégio Cristão Betel

Direção: _____

Vice-diretor(a): _____

Coordenação: _____

Professora: _____

Étapas da educação oferecidas: _____

Possui sala de recursos?: _____

Data de elaboração do PEI: _____

Responsáveis pela elaboração do PEI: _____

INFORMAÇÕES SOBRE A ESTUDANTE

Nome: _____

Data de nascimento: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Série: _____ Turno: _____

Pai: _____

Mãe: _____

Endereço: _____

Telefone: () _____

BARRA DA ESTIVA - BA

2024

CCB: COLÉGIO CRISTÃO BETEL - Educação Infantil e Ensino Fundamental
Rua Francisco Santana Sobrinho, nº446 - Alto da Barra - CEP: 46.650-000 Barra da Estiva - BA
Cel: (77)999228195 / (77)999844630 - e-mail: ccbetel@hotmail.com



Colégio Cristão Betel

COLÉGIO CRISTÃO BETEL

INFORMAÇÕES DIAGNÓSTICAS

Parecer Geral dos especialistas

() **Neurologista**

() **Psicólogo**

() **Fonoaudiólogo**

() **Terapeuta ocupacional**

() **Psiquiatra**

() **Psicopedagogo**

() **Nutricionista**

() **Oftalmologista**

() **Outros:** _____

BARRA DA ESTIVA - BA

2024

CCB: COLÉGIO CRISTÃO BETEL - Educação Infantil e Ensino Fundamental
Rua Francisco Santana Sobrinho, nº446 - Alto da Barra - CEP: 46.650-000 Barra da Estiva - BA
Cel: (77)999228195 / (77)999844630 - e-mail: ccbetel@hotmail.com



Colégio Cristão Betel

COLÉGIO CRISTÃO BETEL

INFORMAÇÕES DIAGNÓSTICAS

Parecer Geral dos Especialistas:

Relatório Circunstanciado

A estudante Isis ingressou na escola no ano de 2022. Sempre frequentou a escola com regularidade e hoje está no grupo Grupo 5. Segundo o relatório de atendimento multiprofissional (a estudante é atendida no projeto Terapêutico de Reabilitação SUS APAE - PTR, desde 03 de março de 2022) a aluna possui Autismo Infantil (F84.0) e participa das atividades para estimular o desenvolvimento das habilidades comunicativas, expressivas e funcionais (com foco inicial na fala, linguagens gestos sons) envolvendo a ludicidade por meio de jogos e brincadeiras. Segundo o relatório a criança vem apresentando boas respostas a terapia. A aluna convive com a família, e esta sempre está disposta e presente nas atividades educacionais. Segundo a família a criança gosta de dançar, cantar, tem dificuldade de fazer amigos, seguir regras (apesar de entende-las) , possui um hiperfoco de figuras e musicas, já usa o banheiro, mas as vezes segura o xixi, tem sensibilidade a alguns tipos de sons (agudos ou fortes), possui sensibilidade ao toque (evitar pegar pelo braço e sim pela mão), possui ecolalia... diante disso necessita de atenção, paciência e investir em mais atividades ao ar livre.

BARRA DA ESTIVA - BA

2024



Colégio Cristão Betel

COLÉGIO CRISTÃO BETEL

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO- PEI

PLANEJAMENTO ANUAL

Escola: Colégio Cristão Betel

Estudante: Isis Santana Novais

Equipe de elaboração: Direção, coordenação pedagógica, professora e mediadora.

ano/Série: Grupo 5 da Educação Infantil

Período de elaboração do PEI: 02.02.24 a 18.05.24

ÁREAS DE HABILIDADES	INTELIGÊNCIAS/ METAS (facilidades e dificuldades que possui sobre o conteúdo)	METODOLOGIA/ RECURSOS	AValiação
1. Habilidades (leitura, escrita, soletração, matemática etc.)	<p>-A estudante reconhece letras e números, porém, ainda não consegue traçá-los, mas estas atividades não devem ser desprezadas;</p> <p>-Este é o terceiro ano da estudante nesta unidade escolar, está no período de iniciar a alfabetização, portanto:</p> <ul style="list-style-type: none">• Iniciar alfabetização com reconhecimento de consoantes e vogais;• Escrita do próprio nome;	<p>-A estudante tem o auxílio de uma mediadora para realizar as atividades e suprir demais necessidades da mesma;</p> <p>-Alguma atividades pertinentes a toda turma a estudante ainda não consegue realizar, mas realiza áquelas que consegue, com ou sem adaptações tais como; atividades de artes, educação física, passeios, experimentos, assiste videos, utiliza materiais concretos que são oferecidos a todos,</p>	<p>-A avaliação ocorrerá diariamente em todas as atividades realizadas. A cada semestre montar uma pasta com atividades realizadas para a análise das evoluções;</p>

BARRA DA ESTIVA - BA

2024



Colégio Cristão Betel

COLÉGIO CRISTÃO BETEL

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI

ÁREAS DE HABILIDADES	INTELIGÊNCIAS/ METAS (facilidades e dificuldades que possui sobre o conteúdo)	METODOLOGIA/ RECURSOS	AVALIAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none">• Contagem dos números de 1 a 20 com reconhecimento numeral;•	<p>participa de brincadeiras e apresentações com o auxílio da mediadora</p> <ul style="list-style-type: none">• para atividades específicas serão utilizados, materiais concretos (números e letras do alfabeto móvel, jogos e objetos)• apostila com alfabeto em letra bastão para contorno, pintura ou recorte;• Atividade impressa de fixação do conteúdo (ligar, traçar, ordenar, contar etc)• Método fônico para aprendizagem das letras e números.• Uso da caixa de areia	<p>-Fazer relatório de desempenho escolar por semestre.</p>

BARRA DA ESTIVA - BA

2024



Colégio Cristão Betel

COLÉGIO CRISTÃO BETEL

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI

PLANEJAMENTO ANUAL

ÁREAS DE HABILIDADES	INTELIGÊNCIAS/ METAS (facilidades e dificuldades que possui sobre o conteúdo)	METODOLOGIA/ RECURSOS	AValiação
2. Habilidades da vida diária (vestuário, aparência, pertences pessoais, locomoção pelo espaço escolar e fora dele)	-Aprender a escovar os dentes sozinha, organizar seus pertences com independência, ir ao banheiro sozinha,	-Apresentar os espaços da escola e o que fazemos em cada um -Fazer atividade com imagens dos espaços para que a estudante associe o espaço a ação que se realiza nele; (ver suporte de tarefas da apostila) -Orientar a estudante em cada ação	Oferecer situações hipotéticas para a criança;

BARRA DA ESTIVA - BA

2024



Colégio Cristão Betel

COLÉGIO CRISTÃO BETEL

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI

PLANEJAMENTO ANUAL

ÁREAS DE HABILIDADES	INTELIGÊNCIAS/ METAS (facilidades e dificuldades que possui sobre o conteúdo)	METODOLOGIA/ RECURSOS	AVALIAÇÃO
3. Habilidades motoras (coordenação, equilíbrio ao jogar bola, saltar, pular, subir, andar, correr etc)	<ul style="list-style-type: none">-Aprender a andar seguindo linhas retas, curvas, zigue zague;-Pular, saltar em atividades com o grupo nas aulas de educação física;-Aprender a se locomover em diferentes espaços reconhecendo e superando obstáculos;-Cantar, dançar seguindo gestos coreográficos.	<ul style="list-style-type: none">-Usar aparelhos sonoros, bambolês, cordas e desenhos de circuitos no piso da quadra esportiva;-Orientar e acompanhar a estudante em cada movimento físico elogiando e incentivando a continuar.	<ul style="list-style-type: none">-Observar as etapas e se houve mudança e evolução nos movimentos

BARRA DA ESTIVA - BA

2024



Colégio Cristão Betel

COLÉGIO CRISTÃO BETEL

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI

PLANEJAMENTO ANUAL

ÁREAS DE HABILIDADES	INTELIGÊNCIAS/ METAS (facilidades e dificuldades que possui sobre o conteúdo)	METODOLOGIA/ RECURSOS	AVALIAÇÃO
4. Habilidades sociais (atividades comportamentais)	<ul style="list-style-type: none">-Aprender a realizar as atividades em grupo, ceder a vez ou saber sua vez, emprestar etc.-A estudante ainda fala poucas palavras e precisa de ajuda para fazer atividades básicas-A estudante não faz pergunta e quando quer algo ela aponta-Estimular a fala	<ul style="list-style-type: none">-Usar objetos comuns da sala de aula e de uso pessoal para orientar quanto ao comportamento e convivência com os colegas e com o ambiente;-Estimulá-la a falar perguntando o que quer e mostrando as opções usar imagens para facilitar o diálogo, mas o principal e insistir na fala e no contato direto, no olhar nos olhos, insistir na fala ainda que ela insista em apontar-Usar atividades impressas de interação social (ver apostila de atividades)-Uso do livro sensorial-Uso do espaço ao ar livre para tentar conter o choro e voltar para a atividade	<ul style="list-style-type: none">-Observar as mudanças na interação social

BARRA DA ESTIVA - BA

2024



Colégio Cristão Betel

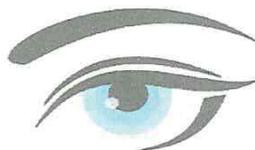
COLÉGIO CRISTÃO BETEL

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI

ÁREAS DE HABILIDADES	INTELIGÊNCIAS/ METAS (facilidades e dificuldades que possui sobre o conteúdo)	METODOLOGIA/ RECURSOS	AVALIAÇÃO
5. Habilidades de recreação e lazer (jogos, esportes, passeios)	<p>-A estudante ainda não consegue realizar todas as atividades propostas para a turma</p> <p>-Incentivar a participação nas atividades que ela já consegue realizar e apresentar novas atividades para as aulas e os momentos de recreação</p>	<p>-Utilizar circuitos com bolas, cones, bambolês cordas etc</p> <p>-Nos momentos de recreação com brinquedos oferecer apenas um objeto ou jogo para a estudante, não entregar todos que ela quer, pode-se escolher um que ela goste mais no momento.</p>	<p>-Observar se segue os circuitos e compreende os comandos e orientações.</p>

BARRA DA ESTIVA - BA

2024



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 010, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Colégio Rio Preto, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Extraordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, do Colégio Rio Preto escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME


Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.

Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Documento assinado digitalmente
 MARIZANE LIMA MARTINS
Data: 18/09/2024 11:48:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO**



**PREFEITURA DE
BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO



CENTRO EDUCACIONAL RIO PRETO

PPP
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BARRA DA ESTIVA - BAHIA
2023



**CENTRO EDUCACIONAL RIO PRETO
POVOADO RIO PRETO
Barra da Estiva - BA**

PPP PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Instrumento Norteador das Diretrizes Pedagógicas do **CERP** - Centro Educacional Rio Preto, construído coletivamente, com o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar.

**BARRA DA ESTIVA - BAHIA
2023**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

2.2 Específicos

3. BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP

4. MARCO SITUACIONAL

4.1 Contexto da Escola

4.1.1 Ambiente Físico

4.1.2 Ambiente Sociocultural

4.1.3 Histórico da Escola

4.1.4 Convivência na Escola

4.1 DIAGNÓSTICO

4.2.1 Dimensão Física

4.2.2 Recursos Humanos

4.2.3 Clientela

4.2.4 Cálculo Anual dos Índices da Escola

4.2.5 Modalidades de Ensino, Organização, Estrutura e Funcionamento

4.2.6 Organização Escolar

a) Acesso e permanência

b) Qualidade, ensino e aprendizagem

c) Dinâmica da prática de vida da escola

d) Reflexão do trabalho pedagógico

e) Organização das turmas

f) Trabalho coletivo

g) Organograma do CERP

4.2.7 Registro, Escrituração e Arquivo Escolar

4.2.8 Dimensão Financeira

4.2.9 Clima Escolar

5. MARCO CONCEITUAL

5.1 Missão

5.2 Visão

5.3 Valores

5.4 Concepção de Sociedade

5.5 Concepção de Sujeito

5.6 Concepção de Ensino – Aprendizagem

5.7 Gestão Escolar

5.8 Práticas Transformadoras

5.9 Fundamentação Teórica

5.10 Proposta Metodológica

- 5.11 Currículo**
- 5.12 Princípios Orientadores da Educação Básica**
 - 5.12.1 Princípios Orientadores da Educação Infantil**
 - 5.12.2 Princípios Orientadores da Educação Fundamental**
- 5.13 Transição**
- 5.14 Modalidades de Ensino Ofertadas Pela Escola**
 - 5.14.1 Educação no Campo**
 - 5.14.2 Educação das Relações Étnico-Racial**
 - 5.14.3 Educação Inclusiva**
- 5.15 Temas Integradores**
- 5.16 Concepção de Avaliação da Aprendizagem**
 - 5.16.1 Avaliação na Educação Infantil**
 - 5.16.2 Ação Avaliativa dos Professores**
 - 5.16.3 Avaliação na Educação Infantil Segundo a BNCC**
 - 5.16.4 Avaliação da Aprendizagem**
- 6. MARCO OPERACIONAL**
 - 6.1 Organização da Hora Atividade**
 - 6.2 Horário Semanal dos Professores e Atividade Complementar**
 - 6.3 Formação da Equipe Pedagógica e Administrativa**
 - 6.4 Articulação Comunidade Escola**
 - 6.5 Combate ao bullying e a violência**
 - 6.6 Acompanhamento dos Educandos Evadidos**
 - 6.7 Proposta de Transição Entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio**
 - 6.8 Recomposição das Aprendizagens**
 - 6.9 PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**
 - 6.10 PLANO DE SUPORTE ESTRATÉGICO**
 - 6.11 Objetivos, Estratégias e Metas**
- 7. AVALIAÇÃO DO PPP**
- 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- REFERÊNCIA**

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do **CERP – Centro Educacional Rio Preto**, é entendido como um processo de mudança e antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo.

Sua dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolveativamente os diversos segmentos escolares.

Ao desenvolvê-lo, as pessoas ressignificam suas experiências, refletem suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação.

Este movimento visa à promoção da transformação necessária e desejada pelo coletivo escolar e comunitário.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico é práxis, ou seja, ação humana transformadora, resultado de um planejamento dialógico, resistência e alternativa ao projetode escola e de sociedade burocrática, centralizado e descendente.

Ele é movimento de ação-reflexão-ação, que enfatiza o grau de influência que as decisões tomadas na escola exercem nos demais níveis educacionais.

O Projeto Político Pedagógico de uma escola necessita contemplar o envolvimento e a participação efetiva dos segmentos que compõe a comunidade escolar: estudantes, professores, funcionários, gestores em geral; um processo de socialização, formação do ser humano, considerando o desenvolvimento de aprendizagens formais com base na valorização da pluralidade cultural e respeito às diferenças da instituição proporcionando o diálogo com os diferentes conhecimentos referente aos aspectos, científicos, filosófico, religioso, político, artístico, tecnológico, cultural e econômico.

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico do CERP – Centro Educacional Rio Preto toda a comunidade escolar será envolvida para que todos tenham uma participação real para que possam manifestar sua opinião. Tendo em

vista que o PPP é o principal documento orientador da escola, nesse sentido deve ser construído de forma participativa e democrática, fortalecendo o diálogo e respeito mútuo. Para isso, diversos questionários serão respondidos pelos vários segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, funcionários e motoristas. Neste processo procuramos saber o que pensa o coletivo da Unidade Escolar a respeito do trabalho desenvolvido, qual a função da escola, qual o grau de satisfação que cada segmento sente em relação ao trabalho desenvolvido, colher as críticas e sugestões para saber em quê, onde e como melhorar e qualificar nossa atuação pedagógica; enfim, queremos saber, a partir de determinada concepção e sua finalidade, quais os acertos e, sobretudo, estabelecer os desafios e possíveis caminhos a percorrer, para que possamos dar respostas, as mais acertadas possíveis, às inúmeras interrogações presentes em relação ao que fazer com os alunos. Possibilitando uma unicidade na organização do trabalho pedagógico. Temos consciência de que não é tarefa fácil, entretanto, temos por dever profissional e humano, dar a nossa contribuição. Então seja essa contribuição dentro do espírito do escritor alemão Paul Hillmann que, em meados do século XX, escrevia: “crianças são mensagens vivas, que nós enviamos para um tempo que não veremos”.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Possibilitar à comunidade escolar experiências de ensino e de aprendizagem que promovam o desenvolvimento integral e a construção do conhecimento, envolvendo as diversas áreas do saber, reconhecendo a individualidade de cada um e, também, valorizando o coletivo, por meio do processo de socialização, na busca do desenvolvimento de competências, habilidades e aprendizagens necessárias à vida em sociedade.

2.2 Específicos

- Reconhecer o PPP como instrumento que consolida a identidade da escola;

- Promover uma gestão democrática e participativa envolvendo todos os segmentos na comunidade escolar;
- Promover o desenvolvimento integral do aluno;
- Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de alta realização e preparo para o exercício consciente da cidadania;
- Buscar a participação e integração escola-família e comunidade, através de reuniões, palestras e eventos;
- Promover o desenvolvimento da cidadania digital, alertando sobre suas implicações na vida social, preparando para a convivência respeitosa e ética no mundo virtual.
- Promover análise de todos os documentos provenientes dos órgãos superiores, desenvolvendo a autonomia escolar;
- Estimular a participação das famílias no compromisso de colaborar na formação integral de seus filhos;
- Suscitar no educando um profundo respeito pela ética e pelo outro independente de suas condições sociais, culturais, econômicas, religiosas e outras, exigindo para si o mesmo respeito;
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- Garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais condições de acesso aos diversos ambientes escolares com uma formação que leve em consideração suas dificuldades;
- Manter o corpo administrativo, funcionários, direção, docentes e equipe pedagógica unidos com objetivos comuns;
- Desenvolver trabalhos e reflexões abordando os Desafios Educacionais Contemporâneos;
- Promover o conhecimento da cultura Afro, em seus aspectos diversificados;
- Criar condições para que os educadores e educandos reflitam sobre suas práticas cotidianas, resgatando a intencionalidade das suas ações, ressignificando o trabalho desenvolvido e apontando caminhos para a prática pedagógica;
- Possibilitar a vivência de valores nos diferentes espaços sociais;
- Estabelecer referencial teórico adequado ao contexto situacional da escola.

3. BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP

O Projeto Político Pedagógico da Escola Centro Educacional Rio Preto faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso a exigência da participação de todos no seu processo de elaboração.

As bases legais para a criação e vivência do PPP dentro desta proposta se encontram em várias leis, como: Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, apresenta a gestão democrática da escola como um dos princípios constitucionais.

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI Fundamenta a responsabilidade de reflexão e expressão sobre a intencionalidade educativa da escola. Estabelece como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Artigo 12 “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

Artigo 13 “Os docentes incumbir-se-ão de:

I - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.”

Artigo 14 “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências - Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Resolução CNE/ CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica - Artigo 42 “São elementos constitutivos para a operacionalização destas diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.”

Artigo 43 “O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.”

§ 1º “A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.”

§ 2º “Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal –, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.”

§ 3 “A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.”

Artigo 44 “O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo,

socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimento cultura-professor-estudante e instituição escolar;

IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII - o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX - as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da educação básica), incluindo dados referentes ao Ideb e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X - a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional”.

Resolução CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos - **Artigo 20** “As escolas deverão formular o projeto político pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

§ 1º “O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.”

§ 4º “O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.”

§ 5º “Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016 - Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências – **Meta 8**, Estratégia 8.11 “Estimular a oferta de componentes curriculares que tratem do ensino e da aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação em licenciatura.”

Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta a profissionais da educação, a estudantes e aos seus familiares para a formulação dos projetos político-pedagógicos, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais e mães na avaliação do funcionamento da escola e no cumprimento do seu papel na formação das crianças e jovens.”

Resolução CEE nº 60, de 5 de junho de 2007 - Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

Artigo 3º “As Unidades de Ensino deverão elaborar ou reformular seus projetos pedagógicos, para efeito de implantação do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, definindo, quando for o caso, os procedimentos indispensáveis à gradual transição do regime de 8 (oito) anos para o novo regime, de que trata esta Resolução.”

Artigo 5º “As unidades escolares, no prazo mínimo de 120 dias antes da implantação do novo regime de que trata esta Resolução, deverão submeter à

aprovação do órgão competente do sistema de ensino o seu regimento escolar e seu projeto pedagógico, de que é parte a proposta curricular.”

Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019 - Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino na educação básica do Estado da Bahia e dá outras providências.

Artigo 12 “Os projetos pedagógicos correlatos à pré-escola devem realçar os modos de proceder na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, como marca do reconhecimento da formação da criança em ambiências de cuidado e de experiências organizadas para educá-la.”

Artigo 13 “No que tange ao ensino fundamental, as instituições escolares, com assentimento de seus sistemas e redes de ensino, devem organizar seus projetos pedagógicos com os currículos estruturados pelas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.”
Parágrafo Único “Os projetos pedagógicos deverão apresentar as respectivas competências e habilidades para as áreas correspondentes, devidamente organizadas para os períodos de aula implícitos na divisão do ano letivo em unidades de ensino.”

Artigo 19 “As propostas pedagógicas das instituições escolares dos anos finais do ensino fundamental devem apresentar o delineamento do projeto de vida dos estudantes, seja com o vínculo prospectivo em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no ensino médio.”

Portaria nº 904/2019 - Homologa o Parecer CEE/CP nº 196/2019, do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, que autoriza a implementação do Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB).

Artigo 4º “Os municípios que não possuem sistema próprio de ensino e as instituições de ensino devem proceder às adequações e atualizações necessárias, nos seus projetos político-pedagógicos (PPP), regimentos e currículos escolares, de acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e com as normativas do CEE/BA.”

Artigo 5º “O DCRB será operacionalizado nas unidades da rede estadual de ensino com as diretrizes emanadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia norteando os projetos político pedagógicos (PPP) (re)elaborados pelas unidades escolares”. “As instituições de ensino públicas e privadas que ofertam educação infantil e ensino fundamental devem reformular seus projetos político-pedagógicos, de forma a garantir todos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de competências e habilidades instituídos no DCRB.”

Resolução do CME N° 005, de 29 de dezembro de 2010, que fixa as normas para o funcionamento das instituições de Ensino da Educação Infantil, integrantes do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva.

LEI N° 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, em seu artigo 2º, § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

RESOLUÇÃO N° 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO N° 001, DE 11 DE MARÇO DE 2024, “Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação institucional nas Unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva

das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e dá outras providências”

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 16 DE MAIO DE 2024, “Dispõe sobre Plano Ensino Individualizado, da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

4. MARCO SITUACIONAL

A gestão democrática nos possibilita a discussão e decisão de vários assuntos que envolvem desde a organização do espaço pedagógico, até questões relacionadas à tomada de decisões em assuntos diversos, desde que seja de interesse do coletivo escolar.

Dessa forma, o **CERP** se encontra organizado de forma a atender a maioria das ansiedades dos educadores e demais profissionais deste meio, buscando diminuir suas aflições com relação ao trabalho administrativo e pedagógico.

4.1 CONTEXTO DA ESCOLA

4.1.1 Ambiente Físico

O **CERP – Centro Educacional Rio Preto** tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Barra da Estiva, administrada pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Legislação em vigor e regidos pelo Regimento Escolar. Sendo que esta tem por finalidade, atender ao disposto nas Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica do Município e na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, ministrar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e II.

A referida Unidade Escolar funciona em prédio próprio, tendo uma área construída de 1.461,34m², sendo 13 (Treze) salas de aula, 01 (Um) pátio coberto, 01 (uma) sala para direção, 01 (uma) sala para coordenação pedagógica e sala de professores, 01 (uma) cantina, 03 (três) banheiros masculinos e 03 (três) banheiros femininos para o uso dos alunos, 01 (um) banheiro para uso dos funcionários, 01 (um) almoxarifado, 01 (uma) quadra poliesportiva e um depósito com três divisórias, sendo uma para produtos alimentícios, uma para material pedagógico e o outro para materiais diversos .

Todas as treze salas de aula estão sendo ocupadas no período matutino e nove salas no turno vespertino.

4.1.2 Ambiente Sociocultural

A nossa comunidade é muito diversificada, a miscigenação racial e cultural está presente em todo o meio social. As famílias, independente da classe social a qual pertencem se organizam das mais diversas maneiras. Também podemos constatar essa mistura nos costumes, tradições e na religiosidade da nossa gente.

Hoje, é grande o acesso aos meios de comunicação, e a tecnologia já alcança grande parte dos segmentos da comunidade. Sendo que esta tem acesso a fontes de informação (TV, DVD, rádio, celular, internet, PC, etc.), ainda é muito carente nas áreas de lazer e entretenimento, o que poderia ser muito útil na formação sociocultural de nossos jovens.

A composição no entorno da escola é de estabelecimentos residenciais e comerciais. Nas proximidades do **CERP** há uma Unidade de Saúde da Família e uma igreja.

4.1.3 Histórico da Escola

A chegada da escola na comunidade do Rio Preto é datada da década de 60. Devido às precariedades da época, a escola funcionava em um depósito localizado na então propriedade do Sr. Hermínio Soares. Inicialmente foi denominada Monsenhor Fernando Santana e teve como registro inicial de funcionamento o ano de 1964. Os primeiros professores foram Pedro Joaquim de Caires (em memória), morador da fazenda Pé do Morro e a Sra. Maura da Rocha Caires da Silva, residente na fazenda Ponto da Pedra. Em 1973, na administração do Sr. Carlos Gumes Fernandes foi construída a primeira escola, tendo como denominação Escola Hermínio Soares, homenagem a um dos moradores mais antigo e doador do terreno para construção da unidade escolar. Hermínio Soares faleceu no ano de 1973.

Com o passar do tempo e um número cada vez maior de alunos, a Escola Hermínio Soares já não era mais suficiente para atender ao grande contingente de estudantes, foi necessário então que no final da década de 90, alguns cômodos

fossem alugados, funcionando como anexo da escola.

Em 1998, com o intuito de que os alunos concluíssem o 1º grau, passou a funcionar na localidade o ensino fundamental II e para atender a grande demanda, é construído no ano de 1999 o CELDS — Centro Educacional Luiz Dantas Silva, homenagem também a um morador de destaque na comunidade. Luiz Dantas Silva faleceu em 29 de agosto de 2001.

O Centro Educacional Luiz Dantas Silva desde a sua construção passou a ceder espaço para a Escola Hermínio Soares, as duas unidades passaram a ocupar o mesmo espaço.

O CELDS passou por grandes mudanças na sua infraestrutura, principalmente nos anos de 2007 e 2010 com a construção de cinco salas de aula, adequação da cantina, construção de sala para laboratório de informática, construção de mais dois banheiros, pátio coberto e um depósito.

Em 2011, com o objetivo de melhorar o atendimento pedagógico, administrativo e financeiro, a Resolução Nº 003 de agosto de 2011 do Conselho Municipal de Educação unificou as Unidades Escolares Centro Educacional Luiz Dantas Silva e Escola Hermínio Soares, denominando as mesmas de **CERP — Centro Educacional Rio Preto**.

Em 2012 a escola foi contemplada com muro o que só vem fazer com que melhore o trabalho administrativo e a segurança dos nossos educandos. Ainda foi apresentada pelo executivo municipal a planta de uma quadra poliesportiva coberta e com palco com o intuito de melhorar as condições esportivas e de lazer da comunidade escolar.

No ano de 2021 foi construída a quadra poliesportiva sem palco e ainda sem cobertura.

Neste longo período de funcionamento, as unidades escolares se destacaram e são referências na educação municipal.

Já trabalharam como gestores nestas unidades Lucas Alan Coqueiro, Daldemar Alves Ferreira, Eunice Dantas Silva, Alexandre Rosa, Antônio Carlos Coqueiro Pereira e Zemário Luz Caires(in memória), Isabel Ferreira Caires e Sandra da Silva de Souza, que se encontra no exercício da função.

O **CERP – Centro Educacional Rio Preto** possui quadro de profissionais preparados e comprometidos, sempre manteve um bom relacionamento com a comunidade e está relativamente preparada para dar consecução às suas atividades educacionais.

4.1.4 Convivência na Escola

Nos últimos tempos, a cultura escolar foi influenciada por diversos fatores decorrentes tanto do próprio sistema de ensino como das condições sociais e da emergência da tecnologia que impôs novas linguagens e novos costumes, inclusive a pandemia do COVID 19, que provocou grandes mudanças no cotidiano escolar.

O resultado dessa nova mudança é uma escola sendo obrigada a conviver com apatia, desinteresse e conflitos que, ficou ainda mais potencializado após a pandemia e conflitos fundamentalmente, causam rupturas na relação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino - aprendizagem.

Conviver com o outro é, sem dúvida, uma capacidade imprescindível para cada um dos indivíduos de uma comunidade. Na escola, é claro, não é diferente.

Alunos, funcionários e professores transitam pelo mesmo espaço e nele se relacionam. Com isso, é absolutamente necessário o estabelecimento de regras que regulem essa convivência, formando a base para que haja o respeito mútuo.

Para que isso se realize, é necessário criar espaços para que os alunos compartilhem suas experiências e dialoguem sobre esses princípios.

O CERP valoriza o respeito, a responsabilidade e a solidariedade. Quando é necessário fazer alguma advertência ao aluno ou a algum profissional da educação procura-se, através do diálogo, sensibilizá-los da importância de aceitar críticas para o crescimento pessoal e desta forma ter condições de desenvolver um bom relacionamento com o outro no convívio social, sempre procura valorizar os pais e alunos, respeitando-os, acatando sugestões, atendendo-os com cortesia sempre que ela é solicitada. É incentivado o livre acesso dos pais e alunos à escola permitindo assim, a aproximação com toda a comunidade escolar.

Enfim, esta Instituição sempre busca trabalhar de forma que todos os seus indivíduos se sintam líderes do espaço educativo, oferecendo oportunidade para que isso ocorra e fazendo da escola um ambiente acolhedor e harmonioso.

4.2 DIAGNÓSTICO

4.2.1 Dimensão Física

QUANTIDADE	ITEM	Tamanho (m ²)
13	Sala de aula	532,45 m ²
01	Sala para direção	15,48 m ²
01	Sala para orientação pedagógica e Professores	30,78 m ²
01	Almoxarifado	2,21 m ²
01	Depósito	58,29 m ²
01	Cozinha	13,47 m ²
03	Banheiro masculino com sanitário e pia	2,21m ² / 3,0m ² e 3,9m ²
03	Banheiro feminino com sanitário e pia	2,21m ² / 3,0m ² e 3,9m ²
01	Banheiro para funcionário com sanitário e pia	3,9 m ²
01	Área de circulação interna	178,54 m ²
01	Quadra de esportes	608 m ²
01	Área total construída	1.461,34m ²
01	Área livre (espaço não construído)	2.807,44
01	Área total do terreno da escola	4.268,78 m ²

4.2.2 Recursos Humanos

QUANTIDADE	FUNÇÃO E FORMAÇÃO
01	Diretora Graduada em Pedagogia e Pós graduada em Psicopedagogia.
01	Vice-Diretor – Graduado em Matemática, graduado em História e Pós graduado em Gestão Educacional.
01	Coordenador Pedagógico – Licenciatura em História, pós-graduada em Ensino de História - Graduanda em Pedagogia
01	Secretária Escolar – Graduada em Pedagogia e Pós Graduada em Gestão Educacional.
02	Professores graduados em Matemática e Pós graduados em Metodologia do Ensino de Matemática e Física.
02	Professores graduados em Letras. 01 Pós-graduado em Língua, Linguística e Literatura. 01 Pós-graduado em Gestão Educacional e Psicopedagogia.
02	Professores graduados em História. 02 Pós graduado em Metodologia do Ensino de História.
05	Professores graduados em Biologia. 02 Pós graduado em Educação e Gestão Ambiental. 01 Pós graduado em Psicopedagogia. 01 Pós graduando em Anatomia Funcional. 01 Pós graduando em Gestão Educacional.
14	Professores graduados em Pedagogia. 05 Pós graduados em Psicopedagogia. 06 Pós graduado em Educação Inclusiva. 01 Pós graduado em Gestão Educacional. 01 Pós graduado em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fundamental. 01 Pós graduando em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fundamental.
01	Professor com Magistério.
01	Merendeira 01 graduada em Pedagogia.
11	Assistentes Administrativos Educacionais 02 graduado em Pedagogia. 01 graduando em Pedagogia. 01 graduando em História. 03 com o Ensino Médio Completo. 03 com o Ensino Fundamental Incompleto.
01	Assistente de sala de aula 01 graduada em Biologia. 01 pós graduando em Educação Ambiental e Sustentabilidade

4.2.3 Clientela

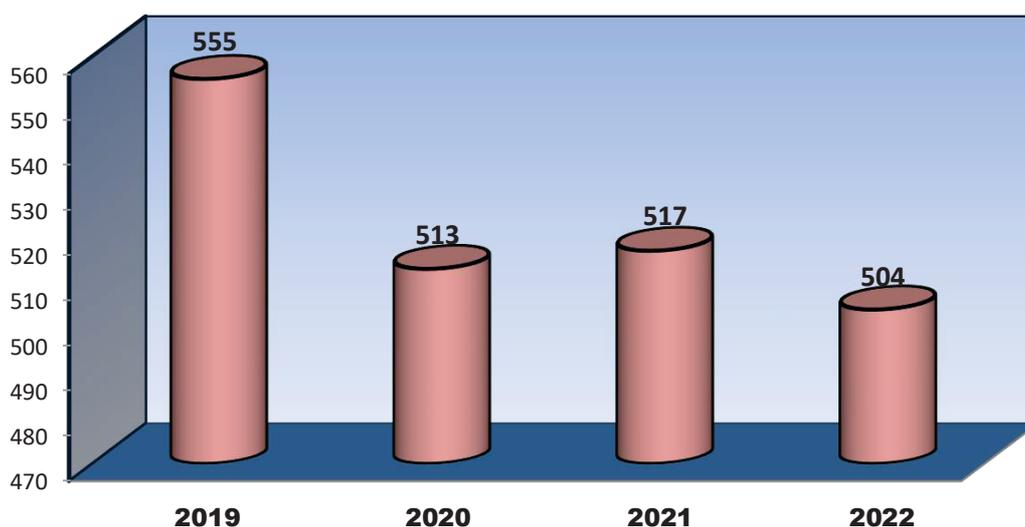
Atualmente o **CERP – Centro Educacional Rio Preto** atende a clientela do Povoado Rio Preto e comunidades circunvizinhas (Rio Preto, Farinha Molhada, Capão do Cipó, Brejão do Rio Preto, Paraguaçu, Paraguassuzinho, Freitas, Chapadinha, Brejão, Boa Vista, Jatobá, Tatu, Mata, Prata, Estivinha e Saltador) com 490 alunos da Educação Infantil ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino.

MATUTINO						
1º PERÍODO	2º PERÍODO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
46	34	31	37	31	53	30
TOTAL: 262						

VESPERTINO				
5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
27	53	49	57	42
TOTAL: 228				

4.2.4 Cálculo Anual dos Índices da Escola

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA 2019 / 2020 / 2021 / 2022



Dados coletados até 23/09/2022 – Secretaria Escolar

A Unidade Escolar ofereceu ensino na modalidade EJA — Educação de Jovens e Adultos até dezembro de 2010 no turno noturno. A partir de 2011, vem

trabalhando somente com a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e II no período diurno.

Os dados abaixo discriminados referem-se aos anos de 2019, 2020 e 2021.

RESULTADO FINAL DE 2019

EDUCAÇÃO INFANTIL							
1º PERÍODO				2º PERÍODO			
M. F.	AP.	RP.	AB.	M. F.	AP.	RP.	AB.
31	100%	0%	0%	30	100%	0%	0%
Transf.: 13,88%				Transf.: 6,25%			
<i>M.F. Matrícula Final AP. Aprovados RP. Reprovados AB. Abandono Transf. Transferidos</i>							

ENSINO FUNDAMENTAL I														
1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO			5º ANO		
M.F.			M.F.			M.F.			M.F.			M.F.		
AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.
100	0	0	100	0	0	79,4	20,6	0	89	11	1,7	100	0	0
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Transf.: 0%			Transf.: 6,9%			Transf.: 7,3%			Transf.: 3,4%			Transf.: 6,6%		
<i>M.F. Matrícula Final AP. Aprovados RP. Reprovados AB. Abandono Transf. Transferidos</i>														

ENSINO FUNDAMENTAL II											
6º ANO			7º ANO			8º ANO			9º ANO		
M.F.			M.F.			M.F.			M.F.		
AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.
62,5	37,5	4,47	86	14	0	69,7	30,3	1,63	92,7	7,3	2,38
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Transf.: 1,49			Transf.: 3,84			Transf.: 6,55%			Transf.: 0%		
<i>M.F. Matrícula Final AP. Aprovados RP. Reprovados AB. Abandono Transf. Transferidos</i>											

RESULTADO FINAL DE 2020

EDUCAÇÃO INFANTIL							
1º PERÍODO				2º PERÍODO			
M. F.	AP.	RP.	AB.	M. Final	AP.	RP.	AB.
28	100%	0%	0%	34	100%	0%	0%
Transf.: 0%				Transf.: 0%			

M.F. Matrícula Final AP. Aprovados RP. Reprovados AB. Abandono Transf. Transferidos

ENSINO FUNDAMENTAL I														
1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO			5º ANO		
M.F.			M.F.			M.F.			M.F.			M.F.		
AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.
100	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Transf.: 0%			Transf.: 1,88%			Transf.: 3,5%			Transf.: 1,75%			Transf.: 1,96%		

M.F. Matrícula Final AP. Aprovados RP. Reprovados AB. Abandono Transf. Transferidos

ENSINO FUNDAMENTAL II											
6º ANO			7º ANO			8º ANO			9º ANO		
M.F.			M.F.			M.F.			M.F.		
AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.
100	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Transf.: 3,12%			Transf.: 0%			Transf.: 2,04%			Transf.: 0%		

M.F. Matrícula Final AP. Aprovados RP. Reprovados AB. Abandono Transf. Transferidos

RESULTADO FINAL DE 2021

EDUCAÇÃO INFANTIL							
1º PERÍODO				2º PERÍODO			
M. F.	AP.	RP.	AB.	M. Final	AP.	RP.	AB.
33	100%	0%	0%	31	100%	0%	0%
Transf.: 0%				Transf.: 3,22%			

M.F. Matrícula Final AP. Aprovados RP. Reprovados AB. Abandono Transf. Transferidos

ENSINO FUNDAMENTAL I														
1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO			5º ANO		
M.F.			M.F.			M.F.			M.F.			M.F.		
AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.
100	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Transf.: 2,56%			Transf.: 0%			Transf.: 1,85%			Transf.: 0%			Transf.: 0%		
<i>M.F. Matrícula Final</i>			<i>AP. Aprovados</i>			<i>RP. Reprovados</i>			<i>AB. Abandono</i>			<i>Transf. Transferidos</i>		

ENSINO FUNDAMENTAL II														
6º ANO			7º ANO			8º ANO			9º ANO					
M.F.			M.F.			M.F.			M.F.					
AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.	AP.	RP.	AB.			
100	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0			
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%			
Transf.: 0%			Transf.: 0%			Transf.: 0%			Transf.: 0%					
<i>M.F. Matrícula Final</i>			<i>AP. Aprovados</i>			<i>RP. Reprovados</i>			<i>AB. Abandono</i>			<i>Transf. Transferidos</i>		

4.2.5 Modalidades de Ensino, Organização, Estrutura e Funcionamento

O **Centro Educacional Rio Preto** oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e II, variando em etapas, estágios, métodos e conteúdos, funcionando nos turnos matutino e vespertino em regime de externato para ambos os sexos.

A Educação oferecida na Unidade Escolar visa proporcionar ao educando a formação indispensável ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, preparação para o exercício consciente da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

4.2.6 Organização Escolar

O **CERP – Centro Educacional Rio Preto** tem sua organização norteadada por meio do seu Regimento Interno, o qual regula sua função administrativa, didática e disciplinar.

A escola deve ser percebida como um espaço que favorece a discussão dos conhecimentos históricos acumulados pela sociedade. É através dessa construção coletiva que teremos uma organização capaz de efetivar uma educação de qualidade, gratuita e para todos, além de formar cidadãos capazes de transformar a sua realidade. Dessa forma, concluímos que o Regimento Escolar é essencial para uma Instituição que busca a qualidade do ensino numa perspectiva democrática.

Imagine um país sem lei, uma família sem regras, uma escola sem regimento? Para alguns que não admitem a importância das regras para a organização de uma sociedade, alegando que regras retiram o direito à liberdade, a desorganização talvez não lhes incomode. Claro, seria excelente viver em um mundo onde cada um soubesse respeitar o outro, o meio ambiente, o que é público.

Assim, vemos o Regimento Escolar do **CERP** como regulamentação identificadora que personifica e caracteriza este estabelecimento, em comunhão com o projeto político - pedagógico, evidenciando nossas peculiaridades, mas respeitando a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a LDB, os Decretos, as Resoluções e os Pareceres emanados dos órgãos competentes federais, estaduais e municipais, pertinentes à educação, e que finalmente dão validade aos estudos oferecidos em nossa escola.

a) Acesso e permanência

A gestão democrática deve oferecer uma educação, independentemente de sua origem social, raça, credo ou aparência, que proporcione igualdade de oportunidades, para adolescentes e jovens, aumentando a participação nos movimentos sociais e na escola.

É necessário transformar as condições antidemocráticas na escola e na sociedade, desenvolvendo uma consciência solidária, porque o trabalho em equipe,

a participação conjunta, a lealdade e a construção coletiva faz um mundo mais humano para todos.

b) Qualidade de ensino e aprendizagem

A qualidade de ensino deve estar centrada na preocupação do professor voltado para melhorar cada vez mais o trabalho pedagógico desenvolvido na escola, através da atualização contínua, realizada como rotina de trabalho, sendo compartilhada por todos os atores sociais.

O processo de ensino - aprendizagem deve-se referir a formação intelectual e desenvolvimento das capacidades mediante o domínio de conhecimentos, através de ações, meios e condições dadas a aprendizagem.

c) Dinâmica da prática de vida da escola

O ponto de partida da prática pedagógica deve estar ancorado em objetos e temas de estudos fixados a partir do ambiente cultural como: a) a investigação da contextualização da instituição escolar; b) a sistematização das histórias de vida dos educandos; c) identificação dos elementos dos ambientes culturais dos educandos; d) levantamento de expectativas de estudos fundados em necessidades e interesses, e) desenvolvimento de projetos que visem provocar atitudes de reflexão sobre si mesmo e o contexto social em que está inserido.

d) Reflexão do trabalho pedagógico

O trabalho pedagógico do professor em sala de aula e atividades extraclasse, devem estar atrelado ao Projeto Político Pedagógico com responsabilidade e real anseio do cumprimento do mesmo.

Para tanto, faz-se necessário que todos os envolvidos se tornem responsáveis pelo ambiente escolar e projetos pedagógicos.

A hora-atividade é um momento de troca de experiências, preparo de materiais didáticos e também para formar grupos de estudos, buscando melhorar o conhecimento e a prática pedagógica.

e) Organização das turmas

A organização das turmas deve ser articulada pela diversidade cultural; conseqüentemente, as formas mais adequadas são aquelas organizadas por idade, mas na atual situação temos grandes defasagens quanto aos atributos escolares básicos.

Na constituição das turmas, o **CERP** obedece às diretrizes regimentais. As classes são organizadas de acordo com o ano cursado pelos alunos, adotando-se como regra o agrupamento heterogêneo. O número de alunos varia conforme a turma e o ano, respeitando as condições físicas de cada sala, bem como a procura por matrículas.

O professor deverá organizar as dinâmicas de sala de aula, respeitando as diversidades e ritmos de aprendizagem. É importante que o professor consiga superar os mecanismos de seleção, de regulação padronizada e de nivelamento.

A nossa proposta curricular parte dos pressupostos: todos podem aprender, respeitar as diferenças e superar os fracassos. Sendo assim, a escola deverá estar preparada pedagogicamente.

As mudanças, pautadas nesses pressupostos, podem gerar em alguns momentos, no ambiente escolar, conflitos tanto no educando quanto no educador, pois ambos estão acostumados a uma disciplina escolar por intermédio de notas ou promoções, se afastando dos conhecimentos sistematizados.

É preciso então, confrontar e romper com as representações da comunidade escolar que vê a escola como entidade emissora de diplomas e como definidor de status social decorrente de sacrifício individual ou mérito pessoal.

Número de turmas e números de estudantes distribuídos por modalidades e turnos de funcionamento

TURMA	TURNO	MODALIDADE	ETAPA	QTD. DE ALUNOS
PRÉ I "A"	MATUTINO	INFANTIL	Ensino fundamental (nove anos) – PRÉ I	29
PRÉ I "B"	MATUTINO	INFANTIL	Ensino fundamental (nove anos) – PRÉ I	17
PRÉ II "A"	MATUTINO	INFANTIL	Ensino fundamental (nove anos) – PRÉ II	19
PRÉ II "B"	MATUTINO	INFANTIL	Ensino fundamental (nove anos) – PRÉ I	16
1º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 1º ANO	16
1º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 1º ANO	15
2º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 2º ANO	19
2º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 2º ANO	19
3º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 3º ANO	16
3º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 3º ANO	16
4º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 4º ANO	26
4º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 4º ANO	27
5º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 5º ANO	30

5º ANO "B"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 5º ANO	28
6º ANO "A"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 6º ANO	28
6º ANO "B"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 6º ANO	26
7º ANO "A"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 7º ANO	26
7º ANO "B"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 7º ANO	24
8º ANO "A"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 8º ANO	29
8º ANO "B"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 8º ANO	30
9º ANO "A"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 9º ANO	22
9º ANO "B"	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino fundamental (nove anos) – 9º ANO	20

f) Trabalho coletivo

O trabalho coletivo no **CERP** objetiva garantir uma atuação pedagógica consistente, coerente e de forma integrada. Também visa discutir caminhos e alternativas para sua concretização de ações no cotidiano.

A escola que desenvolve um trabalho coletivo consegue alcançar seus objetivos de prática e ensino pedagógico, visto que é um trabalho integral e não parcelado ou fragmentado.

g) Organograma do CERP



4.2.7 Registro, Escrituração e Arquivo Escolar

A Secretaria é o setor que tem a seu encargo todo o estabelecimento e os serviços são coordenados e supervisionados pela direção. O cargo de secretário é exercido por um profissional devidamente qualificado, indicado de acordo com as normas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, em ato específico.

Este Departamento do **CERP – Centro Educacional Rio Preto** é encarregado do serviço de escrituração e registro escolar, de pessoal, de arquivo, fichário, da guarda de documentos, bem como, do processamento das informações que devem circular dentro e fora da Instituição, atendendo o que estabelece o Regimento Interno.

Os funcionários da secretaria deverão participar de cursos de aperfeiçoamento dentro da área, bem como de cursos que o setor exija.

É importante que a equipe da secretaria participe de reuniões e discussões pedagógico-administrativas, dando sugestões na tomada de decisões.

4.2.8 Dimensão Financeira

Sabe-se que, para o bom andamento das atividades da escola, todas as suas ações devem ser atentamente planejadas. Isso ocorre na área pedagógica, em que são elaborados os planos de ensino, instrumentos necessários à organização do trabalho pedagógico.

E com a área financeira não é diferente; ela segue um processo de gestão que, normalmente, divide-se em três fases: planejamento, execução e prestação de contas. Na etapa inicial, na qual são planejadas as ações que se pretendem desenvolver, é necessário que se tenha o maior número de informações disponíveis, para que o resultado esperado seja o mais próximo do real.

Muito provavelmente, tais ações ou objetivos a serem alcançados devem ser fruto de discussões entre o conselho da escola, em assembleias e/ou reuniões. Enfim, resultam de discussões coletivas entre os segmentos que compõem a gestão participativa da escola.

Atas de reuniões, dados quantitativos (número de alunos a serem beneficiados por série e nível de ensino, número de servidores necessários, equipamentos e material a ser utilizado), previsões de despesas (de implantação e necessárias para a continuidade da atividade) e do dinheiro necessário para o período de cobertura dos projetos são informações vitais para um planejamento aceitável. Esses dados quantitativos são essenciais para os planejadores em sua tarefa de confeccionar bons planos e orçamentos.

Pode-se perceber a administração dos recursos financeiros da escola de duas maneiras: na primeira, o gestor e sua equipe vivem o dia a dia da escola e enfrentam os problemas que surgem com os recursos que conseguem levantar, de maneira emergencial; na segunda, dispõe-se de um conjunto de recursos para fazer frente aos prováveis problemas que surgem no cotidiano escolar.

Como um ente administrativo que dispõe de relativa autonomia para gerenciar recursos financeiros, o **CERP – Centro Educacional Rio Preto** adota os procedimentos definidos pelo poder público para acompanhamento e aplicação dos recursos financeiros:

- Difundir o conceito de gestão democrática baseada na divisão de responsabilidades;

- Realizar plano de aplicação dos recursos;
- Preservar os princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência ao reger as aquisições e os contratos de ordem financeira da escola;
- Garantir a execução dos recursos financeiros em parceria com o Conselho da Caixa Escolar;
- Priorizar os interesses coletivos respeitando os interesses individuais, quando estes favorecerem a coletividade;
- Preservar a transparência quanto à execução dos recursos financeiros junto ao Caixa Escolar.

O controle dos recursos internos será exercido pelo poder que executa a despesa que, no caso do **CERP**, com unidade executora, é o conselho fiscal.

Todos os recursos recebidos sejam eles oriundos do setor público ou privado terão prestação de contas com o objetivo de atender a diversas exigências:

- ✓ Legais, porque os recursos repassados estão autorizados por leis que fixam normas e orientações para sua aplicação;
- ✓ Contábeis, porque as informações sobre o gasto são contabilizadas por organismo centralizado, em conformidade com a legislação federal vigente;
- ✓ Sociais, que requerem explicações detalhadas sobre o que foi feito com o dinheiro repassado.

4.2.9 Clima escolar

Os estudos sobre o clima das organizações escolares identificam basicamente quatro tipos de climas: o autoritário explorador, o autoritário benevolente, o participativo de caráter consultivo e o participativo grupal. O **CERP – Centro Educacional Rio Preto** se caracteriza pelo clima participativo grupal, quanto mais a organização escolar se aproxima deste, maiores são as probabilidades de ela constituir-se em ambiente escolar eficaz. Mas, o que define o CERP como clima participativo grupal? É aquele em que o gestor confia nos professores e nos demais agentes escolares; tem altas expectativas em relação às possibilidades de aprendizagem dos alunos e estimula toda a escola nessa mesma linha; as decisões são tomadas pela organização como um todo; a comunicação é um elemento

constante e se faz em todas as direções; o ambiente é ordenado e sinaliza com clareza para alunos e professores o propósito da instituição; os professores se sentem envolvidos e implicados no seu trabalho; todos se sentem responsáveis pelo sucesso da escola e unem seus esforços para atingir os objetivos e fins da organização. Além disso, em um clima que propicia o sucesso, as relações são temperadas com bom humor, as pessoas se apoiam mutuamente e buscam soluções criativas para os desafios cotidianos.

O **Centro Educacional Rio Preto** trabalhará a gestão de recursos humanos como parte importante quanto à gestão pedagógica, gerir pessoas — alunos, equipe escolar, comunidade, constitui a parte mais sensível de toda a gestão. Sem dúvidas, lidar com pessoas, mantê-las trabalhando satisfeitas, rendendo o máximo em suas atividades, contornar problemas e questões de relacionamento humano, proporcionar um ambiente harmonioso, partilhar o poder através da descentralização até serem tomadas decisões importantes que diretamente irão intervir no cotidiano escolar, no alcance de resultados a fim de proporcionar a satisfação comum, fazem da gestão de recursos humanos o fiel da balança — em termos de fracasso ou sucesso — por se tratar de pessoas que caracteristicamente possuem personalidades e compreensões muitas vezes adversas além de interesses, sentimentos e valores diversos.

5. MARCO CONCEITUAL

5.1 MISSÃO

Esta escola tem por Missão garantir o acesso e a permanência de todos, ser uma escola acolhedora, com respeito a diversidade religiosa, gênero, étnica, que promova a igualdade, a participação da comunidade, dos órgãos colegiados, ações de melhoria do ambiente escolar, nos índices de avaliações internas e externas, com vistas a formação integral de sujeitos críticos, autônomos, éticos e solidários.

5.2 VISÃO

Ser uma escola reconhecida como referência no ensino de qualidade para todos e pelas ações transformadoras na realidade social, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos proativos, que atuem na sociedade de forma autônoma e significativa.

5.3 VALORES

- ✓ Compromisso com o processo ensino-aprendizagem;
- ✓ Afetividade;
- ✓ Harmonia;
- ✓ Convivência com as diferenças;
- ✓ Respeito mútuo;
- ✓ Ética;
- ✓ Diálogo;
- ✓ Educação para a democracia.

5.4 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

A definição mais geral de sociedade pode ser resumida como um sistema de interações humanas culturalmente padronizadas. Assim, e sem contradição com a definição anterior, sociedade é um sistema de símbolos, valores e normas, como também é um sistema de posições e papéis.

Uma sociedade é uma rede de relacionamentos sociais, podendo ser ainda um sistema institucional, por exemplo, sociedade anônima, sociedade civil, sociedade artística e etc. A origem da palavra sociedade vem do latim *societas*, que significa associação amistosa com outros.

O termo sociedade é comumente usado para o coletivo de cidadãos de um país, governados por instituições nacionais que aspiram ao bem-estar dessa coletividade. Todavia, a sociedade não é um mero conjunto de indivíduos vivendo juntos em um determinado lugar, é também a existência de uma organização social, de instituições e leis que regem a vida dos indivíduos e suas relações mútuas. Há

também alguns pensadores cujo debate insiste em reforçar a oposição entre indivíduo e sociedade, reduzindo, com frequência, ao conflito entre o genético e o social ou cultural.

Durkheim, Marx e Weber conceituaram de maneiras diferentes a definição de sociedade. Cada um definiu a constituição da sociedade a partir do papel político, social ou econômico do indivíduo.

Para Émile Durkheim, o homem é coagido a seguir determinadas regras em cada sociedade, o qual chamou de fatos sociais, que são regras exteriores e anteriores ao indivíduo e que controlam sua ação perante aos outros membros da sociedade.

Em outras palavras, a sociedade é que controla as ações individuais, o indivíduo aprende a seguir normas que lhe são exteriores (não foram criadas por ele), apesar de ser autônomo em suas escolhas; porém essas escolhas estão dentro dos limites que a sociedade impõe, pois caso o indivíduo ultrapasse as fronteiras impostas será punido socialmente, assim sendo, a sociedade um conjunto de regras e normas, padrões de conduta, pensamentos e sentimentos.

Para Karl Marx, a sociedade sendo heterogênea, é constituída por classes sociais que se mantêm por meio de ideologias dos que possuem o controle dos meios de produção, ou seja, as elites. Numa sociedade capitalista, o acúmulo de bens materiais é valorizado, enquanto que o bem-estar coletivo é secundário.

Numa sociedade dividida em classes, o trabalhador troca sua força de trabalho pelo salário, que é suficiente apenas para ele e sua família se manterem vivos, enquanto que o capitalista acumula capital (lucro), que é o símbolo maior de poder, de prestígio e status social.

Max Weber não tem uma teoria geral da sociedade concebida, sendo que está mais preocupado com o estudo das situações sociais concretas quanto à sua singularidades. Além da ação social, que é a expressão do comportamento externo do indivíduo, trabalha também o conceito de poder. A sociedade, para Weber, constitui um sistema de poder, que perpassa todos os níveis da sociedade, desde as relações de classe a governados e governantes, como nas relações cotidianas na família ou na empresa. O poder não decorre somente da riqueza e do prestígio, mas também de outras fontes, tais como: a tradição, o carisma ou o conhecimento técnico-racional.

Max Weber (1864-1920), ao contrário de Durkheim, não enxerga a sociedade como um ente para além e acima do indivíduo; os padrões, as convenções, regras, etc. são constituídos e se transformam nas relações sociais estabelecidas entre indivíduos. Portanto têm a ver com as motivações dos mesmos e com o sentido que atribuem às suas ações em relação ao outro com quem interagem. A sociedade é tecida nas relações sociais.

Marx se opõe à concepção weberiana; não prioriza o indivíduo e suas motivações, sem enfatizar as condições materiais das quais parte, não se chega a nenhuma conclusão. Além disso, não é qualquer relação social que permite entender a sociedade, mas sim as relações de produção. O que identifica o modelo de sociedade é a forma como os homens produzem, o modo como transformam, através do trabalho, o mundo ao seu redor e, sobretudo, a relação com os meios de produção.

É essa relação que permite, portanto, a existência dessa sociedade. Sendo assim, sociedade para Marx não é um todo harmônico, onde as classes devem cooperar para o perfeito funcionamento do todo. O que existe é o conflito e essa relação de antagonismo entre capital e trabalho, entre capitalistas e proletariado, é o que move a história. Por isso, cabe aos trabalhadores se conscientizarem dessa tensão e transformarem tal estado de coisas. Ao pesquisador, por sua vez, cabe não só descrever tal realidade, mas identificar como ela se produz e reproduz, evidenciando as possibilidades de superação da mesma. O desenvolvimento humano só acontece pelas interações que cada um estabelece em desenvolvimento dialético entre o homem e a sociedade, pois o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem.

A Educação é como a sociedade prepara o homem para viver nela mesma, não quer dizer que deva se limitar a adaptar e a adequar os alunos à sociedade. Somente poderemos evidenciar a emancipação da sociedade caso consigamos, primeiro, a emancipação do educando, para que isso ocorra deve ser trabalhado a identidade social como um processo permanente de comunicação e reflexão, para que as ações sejam interpretadas e reinterpretadas em um processo livre de coerções individuais e sociais.

5.5 CONCEPÇÃO DE SUJEITO

O conceito de sujeito ganhou, ao longo da teoria psicanalítica, estatuto de discussão central, a ponto de precisarmos de certo esforço para nos lembrarmos de que ele nem sempre existiu de maneira formal nesse campo de saber.

Diante disso, não se pode conceber o homem sem a natureza e, por sua vez, a natureza sem o homem. Ambos se relacionam, reciprocamente. Tanto o homem quanto o animal atuam sobre a natureza; porém, de forma diferente: o animal é biologicamente determinado e, em busca da sobrevivência, adapta-se ao meio, age sensorialmente e não tem intencionalidade em suas ações. O homem; contudo, age sobre a natureza, transformando-a e transformando a si próprio, isto é, o homem, devido às suas experiências anteriores, opera com símbolos e age com intencionalidade de forma planejada para suprir às suas necessidades. Esse é um processo extremamente humano, no qual os homens dependem uns dos outros para se organizar em busca de sua sobrevivência, sendo o trabalho que diferencia radicalmente o homem dos animais.

De acordo com Marx (1963), os homens se definem pelo trabalho. Ou seja, a relação homem, natureza e trabalho levou-o a adquirir experiências e conhecimentos, enfrentando desafios, desenvolvendo as capacidades cognitivas, produzindo instrumentos cada vez mais sofisticados. À medida que vão interagindo com o meio e com os outros homens, vão se transformando e se produzindo como homem humanizado. Essa relação é dialética por caracterizar-se enquanto movimento constante entre forças contrárias de interação, entre as partes e o todo, o que impulsiona mudanças.

Nesse sentido nosso estabelecimento de ensino trabalha a criança como sujeito histórico e de direitos que, nas suas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

5.6 CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A educação tem passado por adaptações e transformações tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino. A escola é objeto de muitas discussões e propostas que visam a sua reestruturação, numa sociedade marcada por contradições e desigualdades sociais.

Dentre os autores que falam sobre ensino-aprendizagem, Demerval Saviani é um dos mais respeitados, concebe a educação como mediadora entre a prática pedagógica e a prática social. “Não se trata de optar entre relações autoritárias ou democráticas no interior da sala de aula; mas de articular o trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização da sociedade”.

Enfatiza, ainda, a necessidade de compreender a natureza humana para que se possa compreender a natureza da educação. Considerando o fato de que a educação não se reduz ao ensino e não é um fenômeno restrito ao espaço escolar, ela tem como especificidade a seleção e transmissão de diferentes saberes, específicos para cada espaço onde é praticada: família, igreja, sindicato, escola entre outros.

Saviani ressalta alguns passos necessários para se ter uma escola ideal; a possibilidade da troca de saberes, de professores e alunos, em seus diferentes níveis de compreensão, tanto de experiência, como de conhecimento; a preocupação em atuar em questões no âmbito social, verificando conhecimentos que precisam ser alcançados, não apenas apresentando problemas, mas problematizando questões e atuando nas necessidades que elas geram; articular o conhecimento apreendido ao cotidiano do aluno, permitindo a reflexão e consciência de si e do mundo, tornando-os elementos ativos de transformação social; permitir aos alunos, a capacidade de expressarem uma compreensão da prática em termos tão elaborados quanto era possível ao professor.

Sendo a escola parte integrante do processo social, garantindo um bom ensino, preparando o aluno para o mundo, proporcionando-lhe a aquisição dos conhecimentos concretos e significativos, fornecendo-lhe instrumental para a sua inserção no contexto social de forma organizada e ativa.

5.7 Gestão da Escola

A gestão democrática é encarada como um dos princípios para o desenvolvimento da educação, e passa a ser a mola propulsora que guia as mudanças que o sistema educacional pretende alcançar e brota como parte de um processo de redemocratização da sociedade brasileira. Por isso, a implementação de um sistema de políticas públicas democráticas na gestão escolar, não envolve só a decisão do gestor, deve ser compreendido como um exercício de diálogo, das escolhas descentralizadas, da impessoalidade; no qual as decisões e os projetos devem sempre ser formulados com o auxílio de todos os partícipes (professores, estudantes, gestores e entidades ou integrantes da comunidade externa local) da escola. Tudo isso se encontra nas leis que regem o país e a Educação Brasileira. São leis que impõe à escola o “trabalho em todos os seus aspectos”, de forma democrática.

Essa perspectiva de gestão está amplamente amparada pela legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 aponta a gestão democrática como um dos princípios para a educação brasileira e ela é regulamentada por leis complementares como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional da Educação, em sua meta 19.

É fundamental compreender a questão da gestão democrática para além do seu aspecto conceitual. Não se trata apenas de uma concepção de sociedade que prima pela democracia como princípio fundamental, mas do entendimento de que a democratização da gestão é condição estruturante para a qualidade e efetividade da educação, na medida em que possibilita que a escola crie vínculos com a comunidade onde está inserida, pautar seu currículo na realidade local – conferindo sentido a proposta pedagógica – e envolva os diferentes agentes em uma proposta corresponsabilidade pela aprendizagem e desenvolvimentos dos estudantes.

O diretor, entre os profissionais da escola, deverá assumir a sua posição de gestor de todas as dimensões do seu funcionamento, para que esse objetivo principal da educação escolar seja realmente alcançado. Assim, a dimensão pedagógica, sendo específica da escola, é pertinente a centralização dimensional a ser desenvolvida, com o apoio das demais. Os aspectos administrativos e financeiros devem estar a serviço da prática pedagógica, que não se limita às salas

de aula, estando presente em todos os espaços da escola e da comunidade à qual ela pertence.

O tipo de gestão desenvolvido na escola é considerado um dos indicadores mais significativos de qualidade, pois todos os demais estão a ele diretamente ligados. Assim, o **CERP** é caracterizado pela gestão eficaz, pois ela é democrática e participativa: busca o apoio das autoridades; constrói parcerias; tem como foco a aprendizagem dos alunos; organiza toda a escola na direção da construção e desenvolvimento de um currículo voltado para o exercício da cidadania; está preocupada com o contínuo aperfeiçoamento da equipe escolar; tem a proposta pedagógica, construída coletivamente, como seu eixo de ação que orienta seu trabalho e o da equipe escolar a partir dos resultados do acompanhamento e da avaliação das ações da escola. Para que a gestão desenvolva essas características é fundamental que o diretor tenha a confiança da equipe escolar, liderança e competência técnica: capacidade de administrar e de orientar seu trabalho por critérios pedagógicos. São esses, portanto, os elementos essenciais para a gestão do **Centro Educacional Rio Preto** para a construção de uma escola eficaz.

5.8 Práticas transformadoras

É através das práticas transformadoras, que devem ser realizadas por todos os atores sociais, desenvolvendo de forma dinâmica, na qual será verificada a credibilidade dada ao educando, pois além do acesso à escola e a sociedade, elas permitem sua participação integral, a permanência e o seu sucesso e o da instituição educacional.

Desta forma, a prática educacional transformadora do **CERP** está associada às mudanças sociais contemporâneas e as novas tecnologias.

Para o professor cabe entender o seu papel de mediador desse processo, o qual conduz o educando a refletir, interagir e aproximar-se dos conteúdos e objetivos educacionais propostos em sala de aula.

5.9 Fundamentação Teórica

Parte-se pelo conceito de pessoa, sendo este conceito fundamental. Nosso aluno, oriundo das classes populares, filhos de trabalhadores e muitos deles já trabalhadores, trazem em si uma gama imensa de potenciais que às vezes, passam despercebidos.

Levando-se em conta que a educação é ao mesmo tempo um processo individual e um processo social que acontece através das inter-relações, o **CERP – Centro Educacional Rio Preto** busca referências em algumas tendências existentes no sistema pedagógico.

Objetivando suscitar no educando a consciência de si e do mundo, a escola busca na pedagogia progressista (baseada nos estudos de Paulo Freire), a teoria dialética do conhecimento, refletindo a prática e retornando a ela para transformá-la. Educador e Educando aprendem juntos numa relação dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria, reorienta esta teoria, num processo de constante aperfeiçoamento. Para Paulo Freire "o homem é o sujeito da educação e, apesar de uma grande ênfase no sujeito, evidencia-se uma tendência interacionista, já que a interação homem - mundo, sujeito - objeto é imprescindível para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua práxis". É refletindo sobre seu ambiente concreto que o homem chegará a ser sujeito. Segundo Mizukami, quanto mais ele reflete sobre a realidade, sobre sua própria situação concreta, mais se torna progressivo e gradualmente consciente, comprometido a intervir na realidade para mudá-la.

Em muitas atividades a escola propõe, ao educando, o desenvolvimento da consciência de si mesmo, do ambiente social em que está inserido e do senso crítico, possibilitando que se torne um agente de transformação social.

Outra tendência pedagógica é o construtivismo, que se refere ao processo pelo qual o indivíduo desenvolve sua própria inteligência adaptativa e seu próprio conhecimento.

Para Piaget, a noção de desenvolvimento do ser humano se dá por fases que se relacionam e se sucedem, até que se atinjam estágios da inteligência caracterizados por maior mobilidade e estabilidade (MIZUKAMI: 60, 1986). "O ser humano constrói o seu conhecimento interagindo com o meio,

desenvolvendo suas estruturas cognitivas até atingirem um nível de maturidade que permita elaborar o aprendido e novamente recomeçar o processo." Para dar condições ao educando de construir seu próprio conhecimento a escola confere especial destaque à pesquisa espontânea da criança e do adolescente, proporcionando condições para que toda verdade a ser adquirida seja reinventada pelo aluno, ou, pelo menos, reconstruída e não simplesmente transmitida.

A Escola proporciona situações de exploração, por parte do aluno, de diferentes suportes portadores da escrita, tais como, revistas, jornais, dicionários, livros de histórias, poesias, bilhetes, receitas, propagandas, etc.

Desenvolver nos alunos a capacidade de produzir ou de criar, e não apenas de repetir, é uma tendência da escola.

Para Vygotsky a interação com o meio e com o outro acontece nas relações cotidianas e histórico — sociais, onde "o homem é um ser essencialmente social e histórico que, na relação com o outro, em uma atividade prática comum intermediada pela linguagem, se constitui e se desenvolve enquanto sujeito. Um caminho em que o homem, à medida que constrói sua singularidade, atua sobre as condições objetivas da sociedade, transformando-as." (FREITAS: 41, 1995).

Enfim, a tendência pedagógica do **CERP – Centro Educacional Rio Preto** é a constante busca de um ensino de qualidade, que estimule e desafie o aluno, partindo de sua inteligência, que se confronte com o que a humanidade produz, que propicie o espírito crítico e crie situações para que os alunos aprendam igualmente, cada um de acordo com seu talento e com seu potencial, prevalecendo a tendência pedagógica da necessidade: pedagogia tradicional renovada, sociointeracionista, socioconstrutivista, sistêmica.

5.10 Proposta Metodológica

A metodologia proposta no CERP requer uma ação pedagógica voltada a um processo educativo inovador, considerando todos os envolvidos como sujeitos participativos. Neste sentido a proposta metodológica da escola precisa respeitar os princípios da singularidade e diversidade como formativos e de educação integral, garantindo os direitos de aprendizagem essenciais do sujeito, para que o mesmo possa solucionar os desafios que estão contextualizados no desenvolvimento e ou

construção das habilidades e competências a serem consolidadas (conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia, cooperação, responsabilidade e cidadania) consolidando os processos de ensino e de aprendizagem considerando os diferentes aspectos na formação dos estudantes da Educação Básica. Desta forma o professor precisa compreender os estudantes como protagonistas do conhecimento escolar construído. As aulas devem contemplar o desenvolvimento e aprendizagem escolar com autonomia, numa dinâmica que avalia a atuação, processo e produção individual e coletiva (no sentido de colaboração) dos estudantes. O professor ao possibilitar trocas, colaboração, coautoria, coprodução e compartilhamento entre pares/grupos, valorizará as habilidades diferentes presentes em cada sujeito, destinando-as aos objetivos comuns propostos. Cabe ao professor e alunos descobrirem maneiras de produzir novas formas de aprender e ensinar, sejam através de: processos, produtos, projetos, ações, descobertas, experiências, entre outras dinâmicas possíveis de realizar na escola. Com base nessa metodologia é que se possibilitará o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, ainda na Educação Básica. O ato de aprender e ensinar acontece a partir do acesso à informação e a sua significação subjetiva, ou seja, para construir conhecimento o estudante precisará transformar informação em algo que lhe faça sentido, partindo deste seus conhecimentos prévios, suas emoções e maturidade cognitiva de processamento. Conhecer é um ato pessoal e coletivo e requer objetos metodológicos diferenciados (metodologias ativas, projetos de ensino, sequência didática, mapa conceitual, entre outros) possibilitando a singularidade e a diversidade no processo ensino/aprendizagem. E o papel principal do professor nesta perspectiva é o de mediador e facilitador do processo ensino/aprendizagem. Facilitador não no sentido de “dar pronto”, mas no sentido pedagógico de provocar, questionar, partindo daquilo que os estudantes já conhecem e dominam. A nossa Proposta Pedagógica reforça a construção e o desenvolvimento de habilidades para a consolidação das dez competências num processo que é ininterrupto. A metodologia de ensino proposta objetiva proporcionar uma educação que vá além da transmissão de conhecimentos e que prepare estudantes intelectualmente competentes, para que possam participar do contexto social no qual estão inseridos. As tecnologias, os tempos e os espaços, as

estratégias, as abordagens, as técnicas e os recursos metodológicos, selecionados intencionalmente para o trabalho escolar, precisam corresponder e garantir a construção e ou aprimoramento de habilidades e a consolidação das competências, compreende um olhar crítico e ressignificador para os métodos de ensino. Neste viés aponta-se a importância das práticas interdisciplinares e a transversalidade, como componentes metodológicos, importantes na metodologia adotada, pois elas recrutam e requerem que as várias disciplinas se reúnam a partir de um mesmo objeto. Isto porque partilhas e trocas entre as áreas do conhecimento podem resultar em maior qualidade e, principalmente, sentido naquilo que se avalia e nos resultados alcançados.

6.10 Currículo

O currículo é um dos componentes da organização escolar. Segundo VEIGA (1995 - pag. 26), ele implica necessariamente na interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Nesse sentido, o currículo refere-se a própria organização do conhecimento escolar tendo como pontos básicos a crença do currículo não ser neutro, portanto representante de uma cultura, e não poder ser separado do contexto social uma vez que é historicamente situado e culturalmente determinado.

Entendendo o currículo como um curso, uma trajetória a ser seguida e as ações a serem realizadas, este será o veículo de referência as diversidades de interações, saberes e fazeres realizados no **CERP** a partir de ações compartilhadas pelos sujeitos.

Assim, o nosso currículo pressupõe atividades significativas em que todos possam viver o cotidiano da escola, tornando dinâmica as relações estabelecidas entre os atores sociais, sendo estes os principais responsáveis pela realização da proposta.

Os currículos na educação regular tradicionalmente foram organizados na forma disciplinar; isso gerou a fragmentação dos processos pedagógicos em disciplinas.

Muito tem sido falado em interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, na busca da superação dessa fragmentação. Devido à forte tradição pedagógica e a

formação profissional é mais propício à manutenção do sistema disciplinar, mas isso não dispensa a importância das relações entre as disciplinas constituindo experiências e práticas coletivas entre professores e estudantes, visando superar a segmentação e formalização dos conteúdos escolares.

A seleção curricular deve expressar a realidade da sociedade para a qual se destina, isso implica compreender a natureza dessa sociedade e organizar a educação e o currículo para que criem e expressem valores adequados a uma sociedade democrática instruída e a uma cultura comum.

O currículo do **CERP** – Centro Educacional Rio Preto é constituído da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, tratada ambas as partes como disciplinas, integrando e articulando as áreas de conhecimento com os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagem).

5.12 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos da formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos, além do desenvolvimento humano, em condições de liberdade e dignidade, respeitando as diferenças.

As condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p. 35).

A Constituição educacional Brasileira:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

A Educação Básica no Brasil consiste em três etapas: a Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e o Ensino Médio. Cada etapa possui objetivos e formas de organização próprios. Ao longo desse percurso, crianças, adolescentes e jovens devem receber a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania e da continuidade de sua trajetória escolar em estudos superiores.

5.12.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O direito à educação infantil na legislação brasileira foi uma conquista bastante recente, fruto de muita luta e mobilização social. Somente na Constituição Federal de 1988 é que o direito das crianças passou a ser declarado em uma Constituição brasileira. No atual cenário da Educação Infantil no Brasil, destaca-se que os marcos legais estão postos e sua divulgação e adoção encontram-se em andamento, ainda que de forma desigual nos diversos contextos do país. Apesar das grandes diferenças regionais que caracterizam a realidade social brasileira, observam-se, no entanto, alguns padrões comuns registrados nas pesquisas, que indicam a persistência de modelos de atendimento para pré-escolas atendendo alunos de 4 e 5 anos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, deu-se início as grandes mudanças na legislação da Educação Infantil, que ficou estabelecido o acesso às creches e pré-escolas como um dever do Estado e da família e como direito de todas as crianças brasileiras. Visto que, a Educação Infantil não era considerada uma etapa da Educação Básica e, por isso, uma grande parcela da população não tinha acesso.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Os direitos de **conhecer-se e de conviver** relacionam-se aos princípios éticos, os direitos de expressar e de participar partem dos princípios políticos e os direitos de brincar e de explorar contemplam os princípios estéticos.

Nesse processo, a criança tem a possibilidade de conhecer-se, conhecer ao outro e conviver na diversidade étnico-racial, cultural, regional, religiosa, dentre outras, respeitando o ser humano e os espaços em que vivem. Experiências que promovam o autocuidado, o respeito ao próximo e ao meio ambiente estão associadas aos seguintes direitos expressos na BNCC:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas (BRASIL, 2017, p.36).

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2017, p. 36).

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017, p. 36).

Objetivos da educação infantil em cada campo de experiência:

O eu, o outro e o nós

- Expressar e respeitar sentimentos e emoções;
- Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações;
- Respeitar a diversidade e se solidarizar com o outro;
- Conhecer e respeitar regras de convívio social.

Corpo, gestos e movimentos

Reconhecer a importância de situações do cotidiano para cuidado da saúde;

Ter autonomia nas práticas de higiene, alimentação e cuidado com o corpo;

Utilizar o corpo como instrumento de interação com o outro e o meio;

Coordenar suas habilidades manuais.

Traços, sons, cores e formas

- Discriminar diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música;
 - Expressar-se por meio das artes visuais;
- Relacionar-se com o outro por meio de gestos, palavras, brincadeiras, jogos, imitações, observações e expressões corporais.

Escuta, fala, pensamento e imaginação

- Expressar ideias, desejos e sentimentos por diferentes meios;
- Argumentar e relatar fatos oralmente em sequência temporal e casual;
- Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas;
- Conhecer diferentes gêneros de escrita e entender a função social da escrita.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

- Identificar e comparar as propriedades dos objetos;
- Interagir com o meio, reconhecendo fenômenos naturais e artificiais;
- Utilizar o vocabulário relativo à noção de grandeza (maior e menor), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido e curto);
- Identificar quantidades por meio de diferentes formas.

A Lei nº 12.796, de 2013 Art. 29 – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A avaliação na educação infantil é uma prática que se faz presente no nosso dia a dia, tendo em vista que a todo o momento somos chamados a tomar decisões e a realizar escolhas que indicam, necessariamente, em alguma estratégia de avaliação, seja ela em casa, no trabalho ou em qualquer espaço do nosso cotidiano, isto ocorre porque a avaliação é uma prática que consiste no ato de avaliar, atribuir valor. Apresentando esta prática para o contexto escolar, visualiza-se uma preocupação em consolidar a missão de promover uma avaliação eficiente que mostre o quanto a criança aprendeu. Contudo, essa ideia tem mudado muito, e nos dias atuais a visão é de que a aprendizagem é indispensável ao longo da vida do indivíduo, e a escola tem responsabilidade sobre o desenvolvimento integral do ser humano. A discussão em torno da avaliação na educação infantil segue esta mesma linha, mesmo que, historicamente, tenha se voltado ao assistencialismo com finalidade de cuidados básicos, principalmente para crianças de baixa renda.

5.12.2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Entre as mudanças significativas, está à ampliação do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos de duração, mediante a matrícula obrigatória de crianças com 6 (seis) anos de idade, objeto da **Lei nº 11.274/2006**. Sobre isso, o Conselho Nacional de Educação (CNE), pelos esforços da Câmara de Educação Básica (CEB), estabelece um conjunto de normas orientadoras para as escolas, seus professores, alunos e suas famílias, bem como para os órgãos executivos e normativos das redes e sistemas de ensino. Em todas essas orientações, o CNE implica na elaboração de

um novo currículo e de um novo projeto político-pedagógico.

A **Lei nº 11.274/2006** que regulamente o ensino fundamental de nove anos foi sancionado em seis de fevereiro de dois mil e seis, com o objetivo de assegurar a maior oportunidade de aprender para todas as crianças, um tempo maior de convívio escolar e uma aprendizagem com mais qualidade.

A **Lei 11.274**, de 6 de fevereiro de 2006, altera a redação dos artigos **29, 30, 32 e 87 da LDB, Lei no 9.395**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, as crianças passam por processos de transformações que repercutem em suas relações com elas mesmas, com os outros e com o mundo. Como destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a maior desenvoltura e a maior autonomia nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço, a relação com múltiplas linguagens que, ao incluir os usos sociais da escrita e da matemática, por conseguinte, permitem a participação no mundo letrado, significando, deste modo, a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela. Esses elementos de ampliação permitem, outrossim, a afirmação da identidade da criança em relação ao coletivo no qual se inserem, uma vez que, resulta em formas mais ativas de convivência com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades, pelo acolhimento e pela valorização das diferenças.

As experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação são ampliadas, elementos constitutivos para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação. Os estudantes se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos os quais propiciam descobertas, desenvolvem observações, análises, argumentações e outros.

Assim, a prática pedagógica nos primeiros anos do Ensino Fundamental deve focar na alfabetização de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita, oportunizando práticas diversificadas de letramentos, como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010.

O Ensino Fundamental, segunda etapa da Educação Básica, com duração de 9 (nove) anos, conforme definição da Lei Federal nº 11.274, de 2006, resulta da alteração da Lei Federal nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Os Municípios, Estados e Distrito Federal tiveram de se adequar à norma até o ano de 2010. O propósito da ampliação do Ensino Fundamental a partir desta Lei é:

Assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade. Essa é a proposta do MEC com a implantação do ensino fundamental de nove anos. A intenção é fazer com que aos seis anos de idade a criança esteja no primeiro ano do ensino fundamental e termine esta etapa de escolarização aos 14 anos.

Ao ingressarem nos Anos Finais, os estudantes passam por inúmeras mudanças no cotidiano escolar: aumento do número de professores, novas disciplinas, variados métodos de ensino e didáticas de aula e demandas de maior organização e responsabilidade, conforme aponta Davis et.al. (2013): Conforme BNCC (BRASIL 2017), no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, mas também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser e sobre o planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Ao longo dessa fase de escolarização, devido o grau de especialização, os estudantes se deparam com desafios mais complexos, já que se deparam com conhecimentos específicos de cada área, nesse sentido, a BNCC (BRASIL, 2017) aponta que, tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas,, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Com a Lei Federal nº 11.274 de 2006 essa etapa abrange a população na faixa etária dos 6 aos 14 anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade apropriada, foram privados da escolarização. Assim, essa lei amplia os espaços e o público, abarcando os estudantes dessas modalidades educacionais.

Já a segunda etapa, a qual corresponde ao Ensino Fundamental, se constitui como a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais entre outros, exigindo uma proposta curricular alinhada às necessidades específicas às infâncias e às adolescências, e que atenda suas características, potencialidades e especificidades. O Ensino Fundamental regular se subdivide em duas fases: anos iniciais (1º ano ao 5º ano); e anos finais (6º ano ao 9º ano).

5.13 TRANSIÇÃO

A Educação Básica no Brasil consiste em três etapas: a Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e o Ensino Médio. Cada etapa possui objetivos e formas de organização próprios. Ao longo desse percurso, crianças, adolescentes e jovens devem receber a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania e da continuidade de sua trajetória escolar em estudos superiores.

É importante considerar o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, momento esse que requer muita atenção para que tenha o equilíbrio entre as mudanças introduzidas. Isto implica em garantir a integração e a continuidade dos processos de aprendizagens das crianças. Nesse momento, torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e de adaptação tanto para as crianças quanto para os professores, de modo que a nova etapa, os anos iniciais, construa-se com base no que a criança já sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo e de continuidade do trabalho pedagógico.

Neste momento de transição as famílias das crianças também precisam estar atentas às mudanças, é importante manter um diálogo, informando aos pais sobre os cuidados e as estratégias adotadas para que as crianças se adaptem a nova rotina.

5.14 MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS PELA ESCOLA

5.14.1 Educação no campo

O Centro Educacional Rio Preto é uma escola que está localizada no campo, mas não recebe o ensino voltado para a educação no campo, uma vez que é contemplada pelo ensino da zona urbana. A educação no campo é voltada para o ensino específico da localidade e ensino trabalhando com projetos voltados para a realidade do aluno uma vez que a escola é dependente da dinâmica de ensino da zona urbana como: calendário, transporte e o quadro de professores. A escola procura desenvolver ações voltada para o ensino no campo dentro das possibilidades existentes.

O Projeto Político-Pedagógico como está contemplado o atendimento dos alunos residentes na área rural do município, conforme o Decreto Presidencial N° 7352 de 04 de novembro de 2010, que define políticas de Educação do Campo. Sendo o Centro Educacional Rio Preto uma escola do campo torna-se necessário observar se há algum trabalho ou projeto específico que atenda as características individuais dessas populações (alunos do campo). Conforme o decreto estabelece no seu artigo primeiro, a educação do campo deve ser ofertada a população do meio rural, sendo estes agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores, entre outros. Além disso, também é importante ressaltar o parágrafo terceiro do artigo primeiro, que é o qual vai estabelecer que as escolas do campo deverão elaborar seu projeto político pedagógico, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação: Art. 1° A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela união em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste decreto. § 1° Para efeitos deste decreto, entende-se por:

I – Populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural:

II – Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. § 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º. § 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu Projeto político Pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação. [...] Em seguida, o decreto apresenta também outra questão importante para ser levantada em nosso trabalho. Diz respeito, dentre os princípios estabelecidos para a educação do campo, à valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos políticos que estejam vinculados a realidade dos educandos, incluindo a sua relação com o espaço e tempo. No meio rural, podemos perceber, por exemplo, que a relação das pessoas vinculadas ao trabalho na terra, está muitas vezes, marcada pelos ciclos de plantios e colheitas e isto é essencial quando relacionado aos trabalhos e o calendário programados pela escola. Conforme o inciso IV, do artigo segundo: Art.2º São princípios da educação do campo:

[...] IV – valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Por outro lado, é importante ressaltar que sem o compromisso dos sujeitos da escola, as ações não se constroem e nem se concretiza. A escola trabalha dentro das possibilidades existentes temas voltados para a realidade dos alunos.

As propostas da Educação do Campo

As principais características são:

- Participação familiar no processo educativo: valorização da comunidade rural como pessoas construtoras de conhecimento, em especial o prático e produtivo;
- Pedagogia da alternância, ou seja, o respeito ao calendário produtivo local: adequação e organização das atividades escolares e educativas ao planejamento dos produtores locais, buscando promover experiências práticas e teóricas de aprendizagem.

- Vínculo dos saberes locais com a proposta pedagógica formal: estabelecimento de instrumentos didáticos e práticas pedagógicas que promovam o diálogo entre o local-específico e o científico.

- Valorização dos valores e tradições rurais: contemplar no projeto pedagógico a identidade rural e fomentar ações de valorização cultural do contexto campesino.

Diante de um contexto historicamente complexo para a população rural e de desigualdades na educação, emergem propostas de educação específicas que buscam romper com esta dinâmica pela valorização local. A Educação do Campo não se reduz a uma proposta pedagógica, mas a um conjunto de ações com impactos educacionais, culturais e produtivos, sendo a valorização tradicional o principal eixo de atuação.

5.14.2 Educação das Relações Étnico-Racial

Em 2008 foi sancionada a lei n.º 11.645, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Apesar de ser muito importante a lei, por si só ela não é capaz de promover a mudança na cultura racista do país.

A desigualdade racial no Brasil é inquestionável e persiste devido a fragilidade de políticas públicas para o seu enfrentamento. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, os negros representam 70% do grupo abaixo da linha da pobreza. Abre em uma nova guia. Nessa perspectiva, construir uma sociedade mais igualitária requer a compreensão do papel de cada estrutura socioeconômica na reprodução do racismo para elaborar estratégias efetivas de enfrentamento.

Na educação, essa desigualdade é evidente e o combate a ela é indispensável para qualquer mudança, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária.

Na sociedade brasileira as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, no qual pessoas pretas e pardas (a combinação desses grupos forma a classificação negra, segundo o IBGE) são maioria entre as que possuem rendimentos mais baixos, a persistência de situações de maior vulnerabilidade, indicada por evidências nos campos da educação, saúde, moradia, entre outros, mostram evidente desequilíbrio na garantia de direitos em

prejuízo para a população negra. É possível também observar a sub-representação entre líderes de equipes nas empresas, juízes e políticos.

O racismo estrutural também segue presente nas instituições ligadas à educação. Hoje em dia, as escolas possuem marcas dessa história e os indicadores educacionais são reflexo de uma situação muito comum para os jovens negros: a de precisar buscar inserção no mercado de trabalho muito cedo, como forma de colaborar para a subsistência do grupo familiar.

Além dos pontos já abordados, a própria construção curricular das escolas favorece a manutenção da desigualdade. Ao longo da construção do sistema educacional brasileiro, a seleção e estruturação dos conteúdos escolares foi organizada por uma perspectiva eurocentrada, na qual a visão da população branca foi priorizada em detrimento das outras etnias e culturas. Assim, os negros, mais da metade da nossa população, não se veem representados nos conteúdos lecionados.

A educação antirracista é um conjunto de ações que não se limitam a resolver os conflitos cotidianos motivados por questões raciais. Assim, construir essa educação implica necessariamente a revisão do currículo, garantindo sua pluriversalidade, bem como a composição de um corpo docente etnicamente diverso e formado em competências curriculares que abranjam a cultura e a história de povos africanos e ameríndios.

Para combater o racismo o em uma escola, é fundamental implementar uma abordagem abrangente e contínua, diante disso o CERP busca desenvolver e integrar um currículo que reflita a diversidade étnica e cultural dos alunos, abordando a história, as contribuições e as experiências das diferentes comunidades, Estabelecer e divulgar claramente políticas contra discriminação racial, com diretrizes precisas para a denúncia e o tratamento de incidentes de racismo, Avaliar e atualizar regularmente essas políticas para garantir que sejam eficazes e reflitam as melhores práticas para promover um ambiente escolar justo e inclusivo, Criar espaços seguros e acolhedores onde alunos possam expressar suas preocupações e discutir questões relacionadas ao racismo, Facilitar discussões abertas e respeitadas sobre raça e discriminação, promovendo o entendimento mútuo e a empatia entre os alunos, Incentivar projetos escolares que promovam a inclusão e a valorização das diferentes culturas e perspectivas.

Nessa perspectiva, a escola tem papel fundamental para desenvolver meios

que possibilitem a construção dessa representatividade e a redução do preconceito de forma mais ampla, estabelecendo uma educação antirracista mais efetiva do que a simples inserção de conteúdos nos currículos.

Adotar essas práticas não apenas ajuda a combater o racismo, mas também cria uma cultura escolar que valoriza e respeita a diversidade. A mudança exige compromisso e esforço contínuo, mas é essencial para promover um ambiente educacional mais justo e inclusivo para todos os alunos.

5.14.3 Equidade na Educação Especial e na Educação Inclusiva

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva obteve grandes avanços nas últimas décadas. Até o final da década de 1990, era decisão da família que pessoas com deficiências (PcDs) frequentassem o ambiente escolar. O cenário atual garante de direito à educação e a plena integração dentro da rede pública para (PcDs) – é parte do avanço na legislação e nas políticas públicas e de conquistas dos movimentos sociais para a garantia do acesso a educação e programas dos movimentos especializados que favorecem o desenvolvimento integral desses estudantes.

No entanto, ainda há enormes desafios para a efetivação de uma educação com qualidade para crianças e adolescentes com deficiência. Eles e suas famílias/seus responsáveis convivem com o preconceito e com a limitação a seu desenvolvimento, expressos por meio do capacitismo, ou seja, a discriminação contra PcDs em razão da preocupação acerca de suas capacidades e sua redução, como pessoas, à deficiência.

Pensando nas implicações diretas desse debate para a educação, Rodrigo Hübner Mendes – superintendente do Instituto Rodrigo Mendes, referência na promoção de práticas inclusivas – compreende que:

“No âmbito da educação, tal perspectiva gera impactos contundentes no modo de pensar o acolhimento das diferenças humanas no ambiente escolar, uma vez que desconstrói o cômodo argumento de que a escola e os professores estão dispostos a atender ao aluno com deficiência desde que ele se adapte ao modelo presente. (...) Além disso, a convenção esclarece que as pessoas com deficiência não devem ser excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. Ao contrário, devem ter acesso ao ensino em igualdade de condições com os demais estudantes, de modo a conviver plenamente com toda a comunidade escolar.”

A escola depara todos os dias com questões relacionadas à educação inclusiva e seus desafios são grandes. É possível tornar o processo mais eficaz, digno e respeitoso para os alunos e suas famílias/ seus responsáveis.

A busca pela equidade na Educação Especial e na Educação Inclusiva é um compromisso com a justiça social e a dignidade humana. Ao garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições ou habilidades, estamos promovendo um ambiente mais justo e inclusivo, onde todos têm a chance de prosperar e contribuir para a sociedade.

5.15 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES

Os temas integradores entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo da escola e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação sócio-política, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades. Devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticados no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos.

São 10 os temas integradores considerados pelo Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia:

- Educação em Direitos Humanos
- Educação para a Diversidade
- Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade
- Educação para as relações étnico-raciais
- Educação para o Trânsito
- Saúde na Escola
- Educação Ambiental
- Educação Financeira e para o Consumo
- Cultura Digital

- Educação Fiscal
- Educação alimentar e nutricional

5.16 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do aprendizado é peça central para o sucesso de um programa de ensino, mesmo que, muitas vezes, seja relegado a segundo plano. Muito esforço se faz no sentido de montar a estrutura do curso, seus objetivos de aprendizagem, seus métodos, seu cronograma e, por vezes, as estratégias de avaliação são subestimadas em importância, ou, o que pode ser pior, reduzidas a um conjunto de técnicas de mensuração do atingimento dos objetivos de aprendizagem pelos estudantes. Na verdade, a avaliação da aprendizagem requer o uso de um número de métodos e técnicas para essa mensuração, mas é mais do que isto. É um processo sistemático, que desempenha um papel significativo no ensino efetivo. Esse processo se inicia com a identificação dos objetivos de aprendizagem e termina com um julgamento acerca da extensão em que esses objetivos foram atingidos (LINN; GRONLUND, 1993).

A avaliação é uma prática que se faz presente no nosso dia a dia, tendo em vista que a todo o momento somos chamados a tomar decisões e a realizar escolhas que indicam, necessariamente, em alguma estratégia de avaliação, seja ela em casa, no trabalho ou em qualquer espaço do nosso cotidiano, isto ocorre porque a avaliação é uma prática que consiste no ato de avaliar e atribuir valor.

Apresentando esta prática para o contexto escolar, visualiza-se uma preocupação em consolidar a missão de promover uma avaliação eficiente que mostre o quanto o aluno aprendeu. Contudo, essa ideia tem mudado muito, e nos dias atuais a visão é de que a aprendizagem é indispensável ao longo da vida do indivíduo, e a escola tem responsabilidade sobre o desenvolvimento integral do ser humano.

Os registros oficiais dos conceitos ou notas sobre o desempenho dos estudantes são momentos em que o professor evidencia o caminho percorrido pelo educando, dentro de determinado espaço de tempo. Mas, este registro e o que foi observado, não é suficiente para a promoção da aprendizagem.

Na avaliação escolar é preciso enfatizar momentos distintos: observação, análise e compreensão das estratégias de aprendizagem, bem como a tomada de decisão favorável ao desenvolvimento do educando. Então é relevante a intervenção do professor em decorrência da análise da atividade realizada. Essa ação é a ponte para que ocorra a superação intelectual, ou seja, a aprendizagem efetiva.

O que é avaliação?

Avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho acadêmico do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, é um método constante em todo o processo de ensino e aprendizagem.

Para que avaliar?

Uma avaliação que não é questionada, que não se questionam seus objetivos e finalidades, pode perder seu próprio sentido de um processo avaliativo. Assim, precisa ser coerente com a forma de ensinar do professor em sala de aula, bem como, a que se questiona.

E o que avaliar?

Além de definir qual a finalidade da avaliação, é necessário ter claro o que deve ser avaliado. Nesse sentido, deve — se avaliar:

- O que o aluno sabe ou o que aprendeu;
- O que o aluno ainda não sabe ou ainda não aprendeu;
- O que deveria saber;
- O ensino na sala de aula;
- As experiências anteriores.

Como avaliar?

O professor que tem claro para que avaliar e o que avaliar precisa definir ainda o como avaliar. Este envolve a seleção das técnicas e dos instrumentos de avaliação.

Para realizar a avaliação, o professor necessita contemplar:

- Os dados relevantes que permitam o reconhecimento da aprendizagem do aluno;
- Avaliar as competências e as habilidades adquiridas;
- A forma de avaliar que mais se aproxime e melhor atenda à realidade trabalhada em sala de aula (metodologia utilizada) e à aprendizagem do aluno;
- Quem são os alunos, o perfil maturacional, social, econômico, faixa etária e outros;
- O que será feito com os resultados, como serão analisados, o que será realizado após os resultados, conforme o nível de aprendizagem dos alunos.
- Respeitando os aspectos citados o professor define qual o melhor instrumento de avaliar seus alunos, considerando ainda o momento e a modalidade de avaliação.

5.16.1 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), publicadas por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE-CEB nº05-2009, no artigo 10º identificam a avaliação definindo que as instituições de educação infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção ou classificação.

A BNCC defende o seguinte, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. Dessa maneira, suprir as referências deixadas do ensino fundamental e passa-se a pensar em práticas adequadas e próprias para a infância.

De acordo com esses documentos, que apontam uma concepção de Avaliação na Educação Infantil que busca articular os saberes do professor e a promoção do desenvolvimento integral das crianças, há cinco importantes passos para a prática dos educadores.

A discussão em torno da avaliação na educação infantil segue esta mesma linha, mesmo que, historicamente, tenha se voltado ao assistencialismo com finalidades de cuidados básicos, principalmente para crianças de baixa renda.

5.16.2 AÇÃO AVALIATIVA DOS PROFESSORES

1. PLANEJAR – Enxergar a avaliação como meio para novas aprendizagens, tanto do professor, quanto das crianças.
2. OBSERVAR – A partir da observação e reflexão da própria prática, o professor deve pensar, avaliar suas ações e dar continuidade ou propor mudanças no planejamento.
3. REGISTRAR – Ressaltar, ouvir e registrar crítica e cuidadosamente as pesquisas da meninada, atividades propostas, brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.
4. REFLETIR – Utilizar múltiplos instrumentos de registros (diários de bordo, cadernos de anotações, planejamento, fotos, vídeos, entre outros recursos que o professor sentir necessidade de utilizar para dar visibilidade às aprendizagens)
5. COMUNICAR – O professor deve propor a criação coletiva de documentação pedagógica que permita a criança e as famílias reconhecer os processos de desenvolvimento e aprendizagens na educação infantil.

As instituições estão traçando caminhos e construindo novas formas de pensar a avaliação na educação infantil e, nesse sentido, a Documentação Pedagógica vem sendo pensada como possibilidade de dar visibilidade as aprendizagens das crianças e adultos nas escolas e creches.

Pensar a documentação pedagógica como possibilidade e assumir a avaliação como um processo narrativo nos transporta para um novo lugar, uma zona estranha, incerta e fascinante. É um convite a inverter o olhar e pensar uma lógica que vê e narra a criança pequena não como faltosa ou inábil, mas como força, potência e possibilidades. Isso diz de uma concepção inovadora de educação infantil, de um novo perfil de professor da infância, de um novo olhar sobre a avaliação.

5.16.3 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUINDO AS DIRETRIZES DA BNCC

A Base propõe uma nova organização do currículo que coloca a criança como protagonista do processo educativo (Larissa Teixeira 19 de setembro de 2018). A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 trouxe algumas mudanças significativas para a Educação Infantil que devem impactar, também, a maneira como as crianças são avaliadas. Entre as diretrizes da Base estão a definição de seis direitos de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e uma nova organização do currículo que coloca a criança como protagonista do processo educativo.

Antes, eram utilizados como documentos estruturantes desta etapa o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), de 1998, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2009. Com a BNCC, professores e coordenadores terão mais clareza do papel da Educação Infantil de acordo com cinco campos de experiência, que trazem objetivos de aprendizagem e habilidades que as crianças devem desenvolver (dos 0 aos 5 anos).

O que significa avaliar? Pode-se dizer que é um ato que exige um olhar reflexivo sobre a realidade. Dependendo da função à que se destina, avaliar pode servir à coleta de dados e informações observadas, que poderão auxiliar na elaboração de um julgamento que contribua para tomada de decisões sobre o avaliado. Viana ressalta o que é a avaliação numa visão histórica: “ousaríamos dizer que a avaliação surgiu com o próprio homem, se entendermos por avaliação a visão apresentada por Stake – o homem observa, o homem julga, isto é, avalia”. (VIANA, 2000, p.22.). Hoffmann (2012, p.13) destaca que, “avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões, com intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento”. A autora, ao fazer esta reflexão nos impulsiona a refletir sobre avaliação mediadora, pois acompanhar é permanecer atento a cada aluno, é segui-los em pensamento, guiando em suas ações e reações, buscando entendimento sobre os diferentes jeitos de ser e de aprender.

5.16.4 Avaliação da aprendizagem

Defender e desenvolver uma educação igualitária e de qualidade, exige que todo o processo de ensino e aprendizagem seja realizado com vistas ao desenvolvimento integral do ser humano. A organização e as ações pedagógicas devem ser pensadas e construídas coletivamente por meio da escuta dos sujeitos que constituem a comunidade escolar. Com componente fundamental desse processo, a avaliação da aprendizagem, é uma temática complexa e que necessita ser amplamente discutida no âmbito da educação escolar. O Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB aborda a avaliação como “parte integrante da Proposta Curricular” e do Projeto Político-Pedagógico da escola e deve ser compreendida como processo relevante, construído e consolidado a partir de uma cultura de “avaliar para garantir o direito da aprendizagem” (DCRB, 2019, p.99), ou seja, é necessário compreendê-la como algo contínuo e que não se trata da conclusão de um processo, mas sim, do início de outro que exige análise, reflexão e planejamento.

A avaliação deve ser vista como instrumento de coleta e análise dos dados necessários a melhoria da aprendizagem e ainda, como ato de investigação, reflexão, intervenção e interação em que cada sujeito envolvido desenvolva o seu papel visando uma aprendizagem significativa, superando as dificuldades, buscando soluções para as falhas identificadas ao longo do processo e a partir daí elaborar uma nova ação, mais consistente e autônoma. A avaliação “como prática escolar, não é uma atividade neutra ou meramente técnica, isto é, não se dá num vazio conceitual, mas é dimensionada por um modelo teórico de mundo, de ciência e de educação, traduzida em prática pedagógica” (Chueiri, 2008, p. 52). Nessa ação é primordial considerar o desenvolvimento das competências e habilidades, cognitivas e socioemocionais, na qual o estudante deve ser pensado como um ser em formação em sua integralidade, que tem seu direito de aprender assegurado, inclusive pelos instrumentos e processos avaliativos.

Para que a avaliação cumpra com tais finalidades é necessário dispor de estratégias e instrumentos que permitam a coleta dos dados necessários para análise e (re) planejamento das ações pedagógicas, por meio da promoção de um processo dinâmico e sistemático que oriente e acompanhe o desenvolvimento do ato

educativo de modo a permitir seu aperfeiçoamento. Compreendemos que a prática de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem ocorre por meio da relação pedagógica que envolve intencionalidades de ação, objetivadas em condutas, atitudes e habilidades dos atores envolvidos. Na condição de avaliador desse processo, o professor interpreta e atribui sentidos e significados à avaliação escolar, produzindo conhecimentos e representações a respeito da avaliação e acerca de seu papel como avaliador, com base em suas próprias concepções, vivências e conhecimentos. (CHUEIRI, 2008, p. 52).

Desse modo a avaliação adquire função diagnóstica, orientadora e impulsionadora para a atuação da gestão escolar e para as ações pedagógicas, “pois informa o quanto conseguimos avançar e ajuda a pensarem como impulsionar novas ações educativas e projetos, e definir novas políticas públicas” (DCRB, 2019, p. 99), além de possibilitar, diretamente, que o professor faça ajustes no planejamento, de modo que respeite os limites, as especificidades e necessidades dos alunos, proporcione condições para que eles superem os obstáculos e desenvolva o autoconhecimento, aprendizagens e autonomia.

O processo de reformulação e repensar a avaliação da aprendizagem no âmbito do município, exige que tenhamos ciência das formas como viemos realizando até o momento. Esse exercício exige que cada educador, juntamente com a gestão e toda a comunidade escolar tenha clareza dos objetivos educacionais elaborados e determinados dentro de cada realidade escolar. A educação vivencia modificações frequentes em sua organização, estruturação, na sociedade na qual está inserida e nas formas de vida e visões dos sujeitos que a constituem, dessa forma, os procedimentos de análise e aprimoração do fazer pedagógico e da avaliação devem ser constantes e exigem que façamos uma reflexão crítica da prática, buscando observar avanços, resistências, dificuldades e possibilidades tanto no professor quanto no estudante, num (re)pensar da avaliação nesse novo contexto, tendo como função permanente diagnosticar e acompanhar o ensino de cada professor e a aprendizagem de cada estudante a fim de auxiliar esses processos. (DCRB, 2019, p. 103).

Acreditamos e defendemos um sistema de avaliação que não priorize os resultados, puramente, mas sim, todo o processo, que funcione como prática de investigação, que interrogue a relação ensino e aprendizagem, identificando os

conhecimentos construídos e as dificuldades a serem superadas de uma forma dialógica e coletiva. Nesse sentido, consideramos a avaliação formativa como eixo norteador do processo de ensino e aprendizagem, por ser interna ao processo e mais centrada no estudante. “Inventariar, harmonizar, tranquilizar, apoiar, reforçar entre outras, são as principais funções da avaliação Formativa [...], deve ser fundamentada no diálogo, possui como objetivo o reajuste constante do processo de ensino” (Weiss; Coelho, 2015, p. 9) e requer o esforço coletivo dos sujeitos e segmentos envolvidos.

Ao tratarmos os processos de avaliação dentro das perspectivas aqui explicitadas, estaremos desenvolvendo um trabalho pedagógico para além dos muros e paredes das instituições, pois compreendemos a ação e processos educativos também como ato político e ao realizarmos ações contextualizadas e comprometidas com as realidades sociais, culturais e distintas dos estudantes estamos buscando soluções, também, para a superação dos índices de abandono e evasão escolar, que preocupam todos aqueles que atuam na educação escolar. A avaliação da aprendizagem, bem como todo processo educativo, deve considerar e problematizar os princípios norteadores do currículo: identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade, contextualização, permitindo avançar no processo de aprendizagem do aluno e uma reflexão da práxis pedagógica pelo professor, por meio de uma educação formal que parta do plano real das vivências e ações cotidianas.

Os resultados obtidos com os processos avaliativos, nos âmbitos qualitativos e quantitativos, devem servir de base para a organização e estruturação das ações pedagógicas, mas também como instrumento de verificação e análise da eficácia das políticas públicas educacionais, subsidiando a manutenção, modificação e/ou substituição das ações até então realizadas. No que se refere a quantificação, ou seja, a atribuição de notas e conceitos, nosso município adotou, a partir de outubro de 2018, a organização do sistema de ensino em três unidades letivas, divididos em períodos de tempo aproximadamente iguais e com pontuação máxima de quarenta (40) pontos e mínima de vinte (20) pontos, para efeito de dados numéricos de aprovação exigidos pelos sistemas do governo.

Quando discutimos avaliação da aprendizagem, não podemos deixar problematizar as avaliações externas, realizadas pelas instâncias maiores da

organização dos sistemas de ensino, estadual ou federal. Muito se questiona ou crítica sobre tais avaliações e as formas como elas são realizadas, apenas como instrumento de quantificação, sem relação ou contextualização com as realidades específicas. O Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB, defende que “as avaliações externas e internas da instituição e as de desempenho e aprendizagem dos estudantes são ferramentas para aferir a eficácia das políticas educacionais implementadas”, nesse sentido, acreditamos que tais avaliações podem ser utilizadas também como instrumentos de análises, mas principalmente como instrumento político, a partir da perspectiva de que os utilizemos como objeto de estudo e identificação de desigualdades existentes e da necessidade de reformulação e da criação de políticas públicas eficazes e comprometidas com uma educação pública, igualitária e de qualidade.

Sobre as avaliações externas, o Documento Curricular Referencial da Bahia afirma que:

É necessário que se amplie a compreensão sobre os dados disponibilizados para as unidades escolares e sistemas de ensino, bem como a apropriação e o uso dos resultados das avaliações externas, pois fornecem pistas importantes para que se reflita sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico no interior das escolas. O ponto de partida é a leitura e interpretação desses dados, buscando ampliar a percepção sob as possibilidades de diálogo entre essas avaliações e as práticas de ensino e de gestão, tanto no âmbito das escolas como das secretarias de educação, objetivando o sucesso escolar (DCRB, 2019, p. 101).

O mesmo documento complementa também que, apesar das possibilidades acima apresentadas para o trabalho com os dados das avaliações externas, elas “não dão conta da amplitude e complexidade do trabalho em sala de aula, não detalham dificuldades, não apresentam, de forma clara, informações que permitam intervenções imediatas durante o processo pedagógico” (DCRB, 2019, p. 101). Nesse sentido, precisamos explorar os dados de tais avaliações ao mesmo tempo em que potencializamos as avaliações internas da escola, sejam elas institucionais, compreendidas como “um instrumento de conhecimento do contexto e da necessidade da instituição escolar, tem como objeto a escola na sua totalidade ou o seu processo pedagógico” (DCRB, 2019, p. 101), ou do processo de ensino e de aprendizagem, processo que “inclui outras ações que implicam a própria formulação

dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros elementos da prática pedagógica” (DCRB, 2019, p. 102).

A Base Nacional Comum Curricular BNCC orienta que as ações das instituições escolares devem concorrer para o desenvolvimento das dez competências gerais que visam a garantia da aprendizagem e desenvolvimento do educando. Competência é entendida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, BNCC, 2017, p. 8). Para alcançar tais objetivos, a BNCC discorre também sobre os instrumentos de avaliação, que são fundamentais para o sucesso do processo educativo.

Para tanto, devemos avaliar de forma integral, contemplando todas as dimensões do indivíduo, isto demanda a elaboração de diferentes instrumentos que atendam às especificidades cognitivas e socioemocionais, tendo como ponto central o processo de aprendizagem e seu desenvolvimento, contemplando suas singularidades e diversidades. Por isso, esses instrumentos são de grande importância e devem ser elaborados para atender aos critérios previamente estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico, ser de qualidade e diversificados, elaborados de forma clara quanto às expectativas de aprendizagem e, principalmente, no que está sendo avaliado (DCRB, 2019, p. 103).

Ao defender e realizar procedimentos e processos, com vistas à reformulação das ações pedagógicas e “implementação de políticas educativas, aliada a uma atuação pedagógica atenta a conflitos, contradições, fissuras, fragmentos, vozes que constituem o panorama escolar, poderá dar novos sentidos à práxis da avaliação” (Chueiri, 2008, p. 62). As mudanças que vivenciamos ao longo da história da humanidade, em seus diversos segmentos, inclusive na educação, exigem de nós uma busca constante por novas aprendizagens e novos conhecimentos. Assim como outros constituintes da educação escolar, a avaliação da aprendizagem vem passando por transformações e adaptações necessárias aos contextos e sujeitos envolvidos, e reafirma com o passar do tempo que se trata de “uma prática que traz ao mesmo tempo os saberes e os não-saberes de quem ensina e de quem aprende, mostrando que não é só a professora quem ensina, nem é só o/a aluno/a quem aprende”. (Esteban, 2002, p. 137). A educação acontece por meio da união e ação

coletiva, reflexiva e política de todos os sujeitos que a compõem, de toda a comunidade escolar. A prática pedagógica é em si um ato político, desse modo, os procedimentos de avaliação também são processos políticos e politizados, proporcionar ações em prol do seu desenvolvimento com qualidade e igualdade é vivenciar e promover o exercício da cidadania, em prol do desenvolvimento integral do ser humano e da construção de sujeitos comprometidos com as suas realidades sociais e capazes de agir como instrumento de atuação e transformação social.

MARCO OPERACIONAL

6.1 ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE

A nossa escola se orienta pela Resolução Nº 002/ DE 04 DE MAIO DE 2021 do CME – Conselho Municipal de Educação que dispõe sobre a organização curricular da Rede Pública Municipal.

ANEXO I

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS REGULAR

ADAPTAÇÃO À LEI Nº 9.394/96.

DURAÇÃO: 09(NOVE) ANOS.

Dias letivos: 200.	Semanas letivas: 40.	Dias Semanais: 05.	Nº de Horas/Dias: 04
--------------------	----------------------	--------------------	----------------------

TEMAS INTEGRADORES	COMPONENTES CURRICULARES							
	BASE NACIONAL COMUM							
	LINGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ENSINO RELIGIOSO	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA
Educação em Direitos Humanos	X			X	X	X		
Educação para as relações étnico-raciais	X				X	X		
Educação para o trânsito	X	X	X				X	
Saúde na escola	X	X	X				X	X
Educação Ambiental	X		X	X			X	
Educação Financeira e para o consumo	X	X		X	X			
Educação Digital	X	X	X					
Educação Fiscal	X	X		X				
Educação Alimentar e nutricional	X	X	X				X	X

ANEXO III**GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS**

Dias letivos: 200.	Semanas letivas: 40.	Dias Semanais: 05.	Horas/Aula: 45min
--------------------	----------------------	--------------------	-------------------

TEMAS INTEGRADORES	COMPONENTES CURRICULARES										
	BASE NACIONAL COMUM									PARTE DIVERSIFICADA	
	Língua Portuguesa	Arte	Educação Física	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	Matemática	História	Geografia	Ciências	Ensino Religioso	Projeto de Vida	Redação
Educação em Direitos Humanos	X					X	X		X	X	X
Educação para as relações étnico-raciais	X					X	X		X	X	X
Educação para o trânsito	X	X	X	X	X			X			X
Saúde na escola			X					X		X	X
Educação Ambiental		X	X				X	X		X	X
Educação Financeira e para o consumo				X	X		X			X	
Educação Digital	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação Fiscal		X			X	X	X				
Educação Alimentar e nutricional			X					X		X	X

GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

ÁREA DE CONHECIMENTO		COMPONENTE CURRICULAR	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
			Q.A	C.H.	Q.A	C.H.	Q.A	C.H.	Q.A	C.H.
BASE COMUM	Área de Linguagens	Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80
		Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área da Matemática	Matemática	05	200	05	200	04	160	04	160
	Área de Ciências Humanas	História	02	80	02	80	02	80	02	80
		Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área de Ciências da Natureza	Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120
	Área Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40
	PARTE DIVERSIFICADA	Projeto de Vida	01	40	01	40	01	40	01	40
Redação		**	**	**	**	01	40	01	40	
CARGA HORÁRIA TOTAL			25	1000	25	1000	25	1000	25	1000

6.2 Organização dos Professores do INFANTIL (ANO 2023)

TURMA	TURNO	MODALIDADE	PROFESSOR (A)
PRÉ I "A"	MATUTINO	INFANTIL	MARIZETE ANDRADE SANTOS
PRÉ I "B"	MATUTINO	INFANTIL	TÂNIA DA ROCHA SILVA
PRÉ II "A"	MATUTINO	INFANTIL	EUNICE DANTAS SILVA
PRÉ II "B"	MATUTINO	INFANTIL	GLÉCIA SANTANA SILVA

6.2 Organização dos Professores do FI (ANO 2023)

TURMA	TURNO	MODALIDADE	PROFESSOR (A)
1º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	INDAIANE ROCHA DE ALMEIDA SOUZA
1º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	VANDALINDA RIBEIRO DA SILVA
2º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	MARIA HELENA ALMEIDA SILVA
2º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	CLAUSETE BRAGA CARVALHO
3º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	GLACIENE ALVES DOS SANTOS
3º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	ANDREA SOUZA SANTOS
4º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	SÁLVIO REIS FERREIRA
4º ANO "B"	MATUTINO	Ensino regular	MARIA SELMA N. RIBEIRO
5º ANO "A"	MATUTINO	Ensino regular	JOZE SILVA NOVAIS AGUIAR
5º ANO "B"	VESPERTINO	Ensino regular	CARLANE ROCHA GONÇALVES ROSA

6.2 Horário Semanal dos Professores do FII (ANO 2023)

ADMILSON CASTRO

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	8ºB	9ºA	A.C	8ºA	---
13:45	8ºB	8ºA	A.C	8ºA	---
14:30	9ºB	8ºA	A.C	9ºB	---
15:30	9ºA	8ºB	A.C	9ºB	---
16:15	9ºA	8ºB	9ºB	9ºA	---

EDMILSON ANDRADE

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	7ºB	6ºB	7ºB	A.C	---
13:45	9ºB	9ºB	9ºA	A.C	---
14:30	6ºA	8ºB	6ºB	A.C	---
15:30	7ºA	7ºA	6ºA	A.C	---
16:15	8ºA	9ºA	8ºA	8ºB	---

LEYLLA

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	A.C	---	7ºA	7ºA	8ºA
13:45	A.C	---	7ºB	8ºB	7ºA
14:30	7ºA	---	7ºB	7ºB	7ºA
15:30	A.C	---	7ºA	6ºB	7ºB
16:15	A.C	---	6ºA	7ºB	7ºB

NETO

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	7ºA	7ºA	6ºA	A.C	---
13:45	6ºB	7ºB	8ºB	A.C	---
14:30	9ºA	6ºA	7ºA	A.C	---
15:30	6ºA	9ºB	7ºB	A.C	---
16:15	7ºB	6ºB	6ºB	8ºA	---

GILIARD

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	A.C	8ºA	---	---	8ºB
13:45	A.C	9ºA	7ºA	7ºB	9ºA
14:30	A.C	6ºB	8ºB	6ºB	9ºB
15:30	A.C	6ºA	9ºB	7ºA	6ºA
16:15	A.C	7ºB	---	---	8ºA

ADRIANO

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	---	7ºB	8ºA	8ºB	7ºB
13:45	---	6ºA	6ºA	A.C	9ºB
14:30	---	7ºA	9ºA	A.C	9ºA
15:30	---	8ºA	6ºB	A.C	8ºB
16:15	---	9ºB	7ºA	A.C	6ºB

DIANA MARTINS

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	8ºA	---	9ºA	9ºA	7ºA
13:45	6ºA	---	A.C	9ºB	7ºB
14:30	8ºB	---	A.C	8ºB	8ºA
15:30	7ºB	---	A.C	6ºA	6ºB
16:15	6ºB	---	A.C	7ºA	9ºB

ESLANE

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	A.C	---	6ºB	6ºB	6ºB
13:45	A.C	---	6ºB	6ºB	6ºA
14:30	A.C	---	6ºA	6ºA	6ºA
15:30	8ºB	---	8ºB	8ºB	8ºA
16:15	6ºA	---	8ºB	---	8ºB

ISABEL FERREIRA

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	6ºA	6ºA	A.C	6ºA	6ºA
13:45	7ºB	6ºB	A.C	6ºA	6ºB
14:30	6ºB	7ºB	A.C	7ºA	7ºB
15:30	6ºB	7ºB	A.C	7ºB	7ºA
16:15	7ºA	7ºA	A.C	6ºB	7ºA

SARA NOVAIS

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	6ºB	8ºB	A.C	7ºB	9ºB
13:45	9ºA	7ºA	A.C	7ºA	8ºB
14:30	7ºB	9ºB	A.C	8ºA	6ºB
15:30	8ºA	9ºA	A.C	9ºA	9ºA
16:15	9ºB	6ºA	A.C	9ºB	6ºA

MAISA AGUIAR

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	9ºB	---	9ºB	9ºB	9ºA
13:45	8ºA	---	9ºB	9ºA	8ºA
14:30	A.C	---	8ºA	9ºA	8ºB
15:30	A.C	---	8ºA	8ºA	9ºB
16:15	A.C	---	9ºA	---	9ºA

ZÉ ROBERTO |

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
13:00	9ºA	9ºB	8ºB	A.C	---
13:45	7ºA	8ºB	8ºA	A.C	---
14:30	8ºA	9ºA	9ºB	A.C	---
15:30	9ºB	6ºB	9ºA	A.C	---
16:15	8ºB	8ºA	7ºB	6ºA	---

6.2 Atividade Complementar

As atividades Complementares (AC) realizadas pelos professores do CERP são componentes essenciais para o enriquecimento contínuo do ambiente educacional e têm como objetivos a atualização constante dos conhecimentos, o aprimoramento didático-pedagógico, a troca de experiências e a contribuição para o desenvolvimento institucional.

O planejamento das AC dos professores do ENSINO INFANTIL e FUNDAMENTAL I é realizado uma vez por semana em conjunto com a coordenação pedagógica e a direção da escola, onde os mesmos acontecem de forma coletiva, onde no 1º momento são passadas as informações gerais e no 2º momento os professores se dividem em duplas correspondentes ao ano que lecionam para realizarem os seus planos de aula semanal.

O planejamento das AC dos professores do FUNDAMENTAL II é realizado com a coordenação pedagógica, sendo realizado por área de atuação, onde na segunda-feira é realizado o AC dos professores de Língua Portuguesa, Redação e Língua Inglesa, na quarta-feira é realizado o AC dos professores de Matemática, Geografia, Ensino Religioso e Artes e na quinta-feira é realizado o AC dos professores de Ciências, Projeto de Vida, Educação Física e História.

6.3 Formação da equipe pedagógica e administrativa

A existência de profissionais qualificados é considerada uma condição essencial para o sucesso da escola. Qualificação se refere tanto à qualidade da formação inicial recebida pelos professores, direção, pessoal de apoio, quanto ao processo continuado de formação em serviço, que se dá no interior da própria escola ou através de cursos de ampliação e atualização de conhecimentos escolares específicos e técnico-pedagógicos.

O Centro Educacional Rio Preto apresentará melhor desempenho se se constituir em espaço de formação permanente de seus profissionais, isso ocorrendo tanto de maneira formal quanto informal. O caráter formal se refere ao tempo determinado para reuniões e encontros sistemáticos de estudos e discussões teóricas que servem para fundamentar a prática cotidiana e permitir a renovação dessa prática. O caráter informal corresponde às trocas espontâneas de

experiências e de preocupações e à busca de soluções coletivas, propiciadas pelo próprio clima participativo que se estabelece na escola.

Outro aspecto relacionado com a qualidade do trabalho desenvolvido pelos profissionais da escola diz respeito às suas condições de trabalho, tais como: tamanho das turmas que atende, horário de trabalho, tempo disponível para preparação das aulas, presença de profissional preparado para o acompanhamento e apoio sistemático da sua prática educativa, qualidade dos recursos didáticos existentes na escola, local próprio para reuniões de estudo.

Uma escola de qualidade é, portanto, aquela que está preocupada com a qualificação dos seus profissionais e que está atenta tanto para identificar as necessidades de formação da sua equipe, quanto para buscar as condições dessa qualificação. Os sistemas de ensino, responsáveis diretos pelo oferecimento dessas condições aos professores, devem ser acionados pelo gestor da escola, que tem a tarefa de zelar pela sua qualidade.

6.4 ARTICULAÇÃO COMUNIDADE E ESCOLA

Fortalecer a integração da escola com a comunidade no qual está inserida, visando maior participação das famílias e representantes da comunidade local na construção e execução do seu Projeto Político Pedagógico. Este deve ser o objetivo das estratégias de articulação das escolas com os famílias dos estudantes.

Afinal, o engajamento da comunidade local no projeto educativo das escolas contribui para que esta assuma, junto com cada unidade de ensino, a responsabilidade pelo desenvolvimento integral de sua população, condição necessária para a construção de uma educação voltada para a cidadania, a convivência e os valores democráticos.

Para tanto, a escola deve constituir uma instância de gestão local, que agremie os familiares e comunidade do entorno a fim de envolvê-los no planejamento e execução de ações que contribuam para a melhoria tanto da escola, quanto da própria região.

A educação passou por várias mudanças, especialmente nas últimas duas décadas, que ocorreram tanto nas leis como em sua estrutura, nesse sentido os

professores também alteram sua postura e a forma de trabalhar.

Na nova visão para a educação, o primeiro passo que um professor deve desenvolver é o de criar manobras em conjunto com a família dos educandos com intuito de facilitar o enfrentamento de situações inusitadas que ocorrem continuamente na escola, mais especificamente, na sala de aula.

Conhecer a família de um aluno é conhecer e compreender o próprio aluno, a convivência no seio familiar resulta na vida dos educandos de forma positiva ou negativa. Se uma criança está envolvida diariamente em um ambiente hostil certamente agirá assim, o contrário acontece com uma criança que vive em um lar de muita calma, carinho e educação, pois será assim que se apresentará na escola. Com base nessa afirmativa fica claro que, se não houver a participação efetiva dos pais, o processo educativo restrito à escola é insuficiente para uma educação completa.

Os pais podem exercer grandes influências no trabalho docente por causa do grande vínculo entre os entes da família e os problemas por ela derivados que refletem na vida escolar das crianças, assim o professor irá conhecer a realidade através dos pais e responsáveis, resultando numa parceria de sucesso.

6.5 COMBATE AO BULLYING E A VIOLÊNCIA

No dia 12 de janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei nº 14.811/2024, que inclui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais e similares, criando a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, alterando o Código Penal, a Lei de Crimes Hediondos e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Com o intuito de proteger as crianças e adolescentes, a lei foi criada para instituir políticas de prevenção nas instituições de ensino públicas e privadas, tipificando novos crimes e práticas contra o público infante juvenil, incluindo-se no Código Penal os crimes de bullying e cyberbullying.

A implementação da Lei 14.811/2024 representa um passo significativo na proteção dos alunos e na promoção de um ambiente escolar mais seguro e

respeitoso. Ao focar na prevenção, no suporte às vítimas e na participação da comunidade, a lei visa reduzir a incidência de bullying e melhorar o clima escolar, assegurando que todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver sem enfrentar discriminação ou violência.

O bullying, caracterizado por agressões físicas, verbais ou psicológicas sistemáticas e intencionais, pode ter efeitos devastadores sobre o desenvolvimento e o bem-estar dos alunos.

A lei vem com o viés de assegurar os alunos que sofrem com a violência, de proteger os seus direitos e a sua integridade, tanto mental, quanto física, já que se sabe que atitudes como o bullying e o cyberbullying levam a atos extremos e é justamente isso que a lei pretende mudar.

Nesta perspectiva o CERP adotará medidas de combate ao bullying como:

Realizar palestras para alunos, professores e pais sobre o que é o bullying, suas consequências e como preveni-lo. Isso pode incluir discussões sobre empatia, respeito e habilidades de resolução de conflitos;

Implementar programas de prevenção de bullying, como o "Programa de Prevenção ao Bullying" ou "Educação Socioemocional", que ensinam habilidades sociais e emocionais aos alunos;

Estabelecer uma política clara e abrangente contra o bullying, que inclua procedimentos para relatar, investigar e lidar com casos de bullying. Essa política deve ser amplamente divulgada e aplicada de forma consistente;

Promover um ambiente escolar inclusivo e diversificado onde todas as diferenças sejam valorizadas. Programas de inclusão e atividades que celebrem a diversidade podem ajudar a reduzir atitudes preconceituosas e discriminatórias;

Oferecer treinamento contínuo para professores e funcionários sobre como reconhecer sinais de bullying, como intervir de forma eficaz e como apoiar as vítimas;

Criar um sistema de apoio para as vítimas de bullying, como aconselhamento escolar e grupos de apoio, para ajudá-las a lidar com o impacto emocional e psicológico;

Envolver os pais no processo, oferecendo informações sobre o que é bullying, como identificar sinais e como apoiar seus filhos. Organizar reuniões ou eventos para discutir estratégias de prevenção e intervenção;

Incentivar uma cultura de comunicação aberta, onde os alunos se sintam à vontade para relatar incidentes de bullying sem medo de retaliação;

Monitorar regularmente a eficácia das estratégias de prevenção e intervenção e ajustar as abordagens conforme necessário. Realizar pesquisas de clima escolar para avaliar o ambiente e identificar áreas que precisam de atenção;

Incentivar atividades extracurriculares e clubes que promovam a colaboração, a amizade e a solidariedade entre os alunos, ajudando a criar um ambiente escolar mais unido.

Diante da implementação dessas ações esperamos criar um ambiente escolar mais seguro, respeitoso, melhorar o clima escolar, assegurando que todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver sem enfrentar discriminação ou violência.

6.6 Acompanhamento dos educandos evadidos

A atual sociedade exige cada vez mais pessoas capacitadas e preparadas para suprir suas necessidades. Os jovens são indivíduos cheios de sonhos, anseios e que buscam na escola tais ferramentas para concretizá-los.

Considerando o aluno um sujeito com necessidade de aprender, portador de desejos, sendo um ser social que nasce e cresce em família, portanto um ser único, que age no e sobre o mundo, que se produz ele mesmo e é produzido através da educação por ele recebida, é que a escola deve proporcionar-lhe condições para sua reabilitação.

Através de um trabalho coletivo pretende-se diminuir a evasão escolar por meio de acompanhamento dos egressos e de práticas avaliativas visando a inserção social dos discentes com uma ampla diminuição na exclusão social. Porém, para um bom andamento desta prática, dependemos de uma boa formação continuada de cada agente do setor educacional.

6.7 PROPOSTA DE TRANSIÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

Para trabalhar o processo de transição entre as turmas, o educador deverá adotar metodologias que consistem em proporcionar um ambiente agradável e acolhedor, visando o bem-estar do aluno, pois embora o mesmo não mude de instituição ela irá se deparar com uma nova realidade em sala de aula.

Este documento apresenta orientações referentes aos encaminhamentos pedagógicos na transição dos estudantes da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e do Ensino Fundamental para os Anos Finais e Ensino Médio a serem desenvolvidos no Centro Educacional Rio Preto.

Levando em consideração o termo “transição”, que se refere a uma passagem que inclui uma transformação e evolução contínuas, vemos que ela ocorre em todas as facetas da vida, não apenas na escola, sendo, portanto, um pré-requisito para a aprendizagem. O desenvolvimento do aluno é desafiador porque introduz novas etapas que exigem que ele amplie seus horizontes e use novas habilidades e competências em seu cotidiano.

Ressaltamos a importância das transições entre essas três etapas se derem de forma articulada, garantindo um percurso contínuo de aprendizagem, com qualidade. É importante também, na Educação Básica, considerar as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar no desenvolvimento das práticas pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, tendo como foco o estudante.

Para essa transição é necessário pensar em ações que ajudem a diminuir o impacto da mudança no aluno.

As ações para que esse processo se torne menos doloroso e menos traumático para as crianças e jovens compreendem:

Infantil para o 1º ANO

- Acolhimento dos alunos e dos pais e/ou responsáveis;
- Apresentação do quadro docente e demais funcionários da instituição;
- Conversa com os pais em sala de aula, junto com as crianças, para minimizar dúvidas e inseguranças com a mudança de etapa e nova rotina escolar;

- Nos primeiros dias de aula, os docentes realizarão atividades dinâmicas voltadas ao acolhimento da criança e a criação de vínculo afetivo;
- Realização de atividades diagnósticas para possibilitar maior conhecimento sobre o nível de aprendizagem em que o aluno se encontra e para adequação das propostas de ensino;

Transição do 5º para o 6º ano

- Acolhimento dos alunos;
- Apresentação do quadro docente e demais funcionários da instituição;
- Nos primeiros dias de aula, os docentes realizarão atividades dinâmicas voltadas ao acolhimento do aluno e a criação de vínculo afetivo;
- Realização de atividades diagnósticas para possibilitar maior conhecimento sobre o nível de aprendizagem em que o aluno se encontra e para adequação das propostas de ensino;

Transição do 9º para o Ensino Médio

- os alunos do 9º ano terão informações importantes sobre o Novo Ensino Médio e serão orientados a uma nova postura.
- os alunos do 9º ano terão reunião com a Equipe Gestora das escolas do ensino médio, onde os mesmos explanarão a proposta de trabalho da instituição e orientarão sobre o ensino e médio.

6.8 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

É sabido por todos, especialmente os sujeitos da área educacional, dos desafios que existiam na educação no Brasil, de modo geral. Contudo, com a pandemia do Covid-19 esses desafios foram intensificados, obrigando as redes de educação de todo país articularem ações para a reordenação e estímulo as aprendizagens.

Em Barra da Estiva não é diferente, muitas crianças não tiveram acesso ao ensino remoto e híbrido, nesse contexto, espera-se que com o retorno 100%

presencial possamos garantir que cada criança e adolescente esteja na escola, tendo a oportunidade de aprender de onde parou.

Nesse sentido, a partir da indicação atual dos especialistas, torna-se indispensável a organização desse Plano Norteador em torno da recomposição de aprendizagens, na perspectiva, que o foco no protagonismo e no desenvolvimento dos alunos, para além da 'recuperação de aprendizagem' devido às dificuldades trazidas pela pandemia, sejam observados em cada escola, segmento(s) que as mesmas atendem, de modo que equipes gestoras e de apoio, docentes e discentes se sintam apoiados a partir das orientações e dicas para um planejamento mais humanizado, considerando diferentes frentes, desde a busca ativa dos estudantes até as ações de mão na massa referentes a estruturação do processo de recomposição de aprendizagem. Esse movimento é o ponto de partida para assegurarmos espaços e ações de formação continuada com apoio dos coordenadores pedagógicos, nos momentos de planejamento (que já constam em carga horária) para essa ação, cujo foco será o processo de ensino e aprendizagem na escola, observando a priorização e a flexibilização do currículo, partindo dos resultados da avaliação institucional e de processo realizada por cada professor, de modo que possam fazer o replanejamento com base em evidências e não em inferências como dizem alguns pensadores da educação. Imperativo informar que a seguir apresentaremos experiências de outras redes para fomentar ideias e possibilidades, mas cada equipe pode escolher o arranjo mais adequado a realidade da comunidade escolar.

Objetivos:

Organizar os alunos em agrupamentos produtivos de acordo com os níveis de escrita e os níveis de matemática;

Trabalhar com atividades de relevância cognitiva, social e afetiva, que sejam adequadas aos alunos dos anos iniciais e finais;

Desenvolver a escrita e a leitura dos alunos, a partir de atividades estruturantes diversificadas, de acordo com os níveis de escrita dos agrupamentos produtivos;

Desenvolver o pensamento matemático dos alunos, a partir de atividades contextualizadas diversificadas, de acordo com os níveis matemáticos dos agrupamentos produtivos.

Assim, espera-se que na nossa rede educativa, para além dos educadores e

os gestores, que toda comunidade do entorno escolar esteja envolvida no processo de se reinventar a partir dos dilemas que se descortinam no cotidiano de modo que possamos remediar os impactos na aprendizagem causados pelo contexto pandêmico e o ensino remoto.

Por fim, cabe destacar que para facilitar o planejamento de modo articulado inicialmente com as equipes gestoras, por conseguinte destas com os professores, algumas premissas devem ser asseguradas. São elas:

1. Busca Ativa, organização de esforço multidisciplinar e de acolhida diária dos estudantes são duas ações essenciais para realizar este trabalho e combater a evasão e o desenvolvimento dos estudantes;
2. A avaliação Processual, que compreende vários aspectos, desde o contexto social que o estudante está inserido, bem como as suas características; sua participação nas atividades; seu grau de autonomia; suas habilidades e dificuldades; seu comportamento e relações com professor(a) e colegas nas aulas, entre outros, deve ser a base para a correção de rotas e avanços nas aprendizagens;
3. Os arranjos didáticos, que se relacionam com os agrupamentos que a escola vai organizar visando a melhoria dos resultados;
4. Formação Continuada, que deve favorecer o Planejamento com foco na diferenciação/personalização pedagógica a partir dos combinados em cada Escola.
5. Acompanhamento, dar feedback ao trabalho docente planejado com o apoio da equipe gestora e apoiar seu aprimoramento. Na observação da sala de aula não perder de vistas a interação entre os alunos e o conteúdo(adequação/desafios), a interação entre aluno/a e professor(a), bem como as intervenções/mediações realizadas, ainda observar a interação entre os colegas em arranjos diversificados: duplas ou outro tipo de agrupamento.
6. Produto final: Organizar um portfólio pedagógico, contendo: planejamento das ações de formação na escola, frequência, material bibliográfico utilizado, produções dos professores e dos estudantes (relatos de experiências individuais e/ou coletivos, trocas de experiências) indicando o nível de aprendizagem dos alunos diante da proposta de ensino apresentada, relatório reflexivo (CP) desde o processo das ações de formação na escola, avaliações, registros fotográficos e/ou vídeos feitos.

6.9 PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Partimos do pressuposto que o ambiente escolar é uma comunidade educativa, onde cada profissional de modo diferente, devido a própria função, é educador e tem como tal, importância fundamental no desenvolver do processo ensino e aprendizagem, queremos construir uma avaliação permanente, continuada, crítica que auxilie a retomada dos objetivos que não foram alcançados, bem como, possibilite a superação dos problemas e auxilie a traçar novos horizontes.

A avaliação não é restrita ao aluno e ao professor, deve cada vez mais tornar-se uma prática de revisão constante das ações de toda a escola.

Atualmente se fala de gestão de pessoas, uma administração colegiada onde cada profissional da educação é chamado a contribuir com o seu trabalho, suas ideias, suas críticas. É um processo participativo, onde cada pessoa se sinta importante e necessária para o bom desenvolvimento da escola.

Muitos dos nossos profissionais passam oito horas na escola, portanto é imprescindível que esses se sintam bem integrados, participantes, co-responsáveis.

Essa prática, no entanto, exige da parte dos envolvidos vontades de crescer como ser humano, aberto ao novo e autoconhecimento, visto que este possibilita a superação das diferenças e uma mudança de ótica, onde o que difere soma e não divide.

Tal situação não é utópica no CERP, já que os profissionais se aceitam bem, têm uma boa convivência. No entanto falta o tempo real para visão e partilha do conhecimento e projetos comuns para a escola.

Partindo do contexto apresentado passamos a um outro tópico todo relacionado a avaliação.

Considerando o que já afirmamos acima, a relação entre pedagógico e administrativo tem que ser a mais harmoniosa possível. Com “harmonia”, não queremos imaginar ou propor ausência de conflitos, até porque esses são propulsores de mudanças e de transformação. Porém, onde cada qual se sente envolvido e responsável, esses conflitos tendem a diminuir. O pedagógico é a razão de ser do administrativo.

Aspectos a serem avaliados:

- ✓ Desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, baseado nas ações planejadas;
- ✓ Relacionamento escola e comunidade;
- ✓ Gestão dos recursos físicos e financeiros;
- ✓ Atuação do Conselho Escolar;
- ✓ Alunos;
- ✓ Rendimento escolar;
- ✓ Qualidade de ensino.

6.10 PLANO DE SUPORTE ESTRATÉGICO

A produção de dados e o conhecimento da realidade por si só não bastam para a transformação desta realidade. A tomada de consciência coletiva deve estar articulada com a tomada de decisões e o comprometimento coletivo, os quais se concretizam na elaboração, implementação e acompanhamento dos planos de ação da escola.

Dessa forma, os planos de ação do **CERP – Centro Educacional Rio Preto** são elementos de fundamental importância no processo de avaliação institucional. Nossos planos de ação serão gerados por objetivos, ações e metas e posteriormente serão transformados em projetos específicos.

6.11 Objetivos, Ações e Metas

2º SEMESTRE DE 2023

OBJETIVO (S)	AÇÃO (ÕES)	META (S)
Elevar o desenvolvimento Acadêmico de nossos alunos.	Levantar as dificuldades dos Alunos nas disciplinas críticas. Discutir com os educadores métodos a serem aplicados com as disciplinas críticas. Avaliar o desempenho dos educandos envolvidos no processo. Elaborar o relatório final dos conteúdos desenvolvidos e acompanhamento dos alunos.	Aumentar os índices de aprovação de: 75% para 80% no 3º Ano; 85% para 90% no 4º Ano; 83% para 90% no 6º Ano; 88% para 90% no 9º Ano. Reduzir os índices de abandono em pelo menos 50%. No mínimo, manter os índices de aprovação nas demais séries/ano.
PERÍODO: Durante o ano letivo.	Responsáveis: Direção, coordenação e professores.	

OBJETIVO (S)	AÇÃO (ÕES)	META (S)
<p>Desenvolver uma cultura de valorização da leitura e da escrita na escola, incentivando os alunos a ter o gosto pela leitura e desenvolver competência como leitores por meio de atividades diferenciadas, propiciando a concepção de mundo e de vida.</p>	<p>Inserir nas aulas o uso das multimídias como ferramenta de aprendizagem na leitura e na escrita, jogos educativos, dinâmicas de grupo e peças teatrais (folclore, semana da criança, dia do estudante, etc.).</p> <p>Apresentar audição de canções de MPB para sensibilização e debate.</p> <p>Realizar palestras abordando a importância do ato de ler.</p> <p>Organizar leituras de textos da Literatura Brasileira (contos, poemas, crônicas,</p>	<p>Formar leitores e multiplicadores;</p> <p>Elevar o rendimento dos alunos bimestre a bimestre.</p> <p>Contribuir com o aumento do repertório leitor do aluno e também do professor;</p> <p>Aumentar o índice de empréstimo de livros e mídias educativas por iniciativa do educando.</p> <p>Ações concretizadas.</p>
	<p>romances, literatura de cordel, etc.).</p> <p>Fazer exposição de textos produzidos pelos alunos.</p> <p>Organizar a 1ª Feira de livros.</p> <p>Desenvolver trabalhos individuais e em grupos, com incremento de temas de reflexão metalinguística, linguística textual, e utilização das artes cênicas.</p> <p>Organizar espaço na escola com recursos de multimídia para os educandos e família.</p>	
<p>PERÍODO: Durante o ano letivo.</p>		<p>Responsáveis: Direção, coordenação e professores.</p>

OBJETIVO (S)	AÇÃO (ÕES)	META (S)
Elevar o desempenho acadêmico dos alunos nas avaliações externas.	Realizar aulas de revisão de conteúdos trabalhando questões da OBMEP, OBA Provinha Brasil e Prova Brasil. Elaborar atividades e avaliações com questões direcionadas para a OBMEP, OBA, Provinha Brasil e Prova Brasil. Criar projetos de reforço escolar para consolidação das competências e habilidades, principalmente em Língua Portuguesa e Matemática.	Elevar os índices de acertos na OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática. Elevar os índices de acertos na OBA - Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica. Melhorar o desempenho nos níveis de proficiência da Prova Brasil e Provinha Brasil. Adequar a matriz curricular de Língua Portuguesa e Matemática com habilidades e competências mínimas da Prova Brasil.
PERÍODO: Durante o ano letivo.		Responsáveis: Direção, coordenação e professores de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Redação.

OBJETIVO (S)	AÇÃO (ÕES)	META (S)
Promover encontros e de formação continuada para os funcionários da escola.	Capacitar todos os auxiliares administrativos. Promover momentos de estudo na escola.	Melhorar a qualidade dos serviços de atendimento e bens da escola. Melhorar relacionamento entre os funcionários.
PERÍODO: 1º semestre de 2023		Responsáveis: Direção.

OBJETIVO (S)	AÇÃO (ÕES)	META (S)
Promover a formação de pais. Assegurar a participação de pais na escola.	Criar um Plano Participativo dos Pais na Escola. Definir temas reflexivos sobre a atuação dos pais na escola.	Realizar reuniões bimestrais informativas e de sensibilização com os pais ou responsáveis de alunos. Divulgar nas reuniões atividades desenvolvidas pela escola.
PERÍODO: Durante o ano letivo.		Responsáveis: Direção, coordenação, professores e auxiliares.

OBJETIVO (S)	AÇÃO (ÕES)	META (S)
Proporcionar aos alunos do CERP a oportunidade de conhecer e aprender o jogo de xadrez e utilizá-lo como forma de desenvolver suas habilidades cognitivas e popularizando-o na escola.	Formar monitores. Adquirir jogos. Elaborar cronograma de atividades. Realizar oficina e campeonato de xadrez.	Ter neste primeiro ano, 30% dos alunos dominando o xadrez. 100% das ações concretizadas.
PERÍODO: Julho a Dezembro de 2023.		Responsáveis: Direção, coordenação e educadores de Matemática e Educação Física.

OBJETIVO (S)	AÇÃO (ÕES)	META (S)
<p>Proporcionar aos alunos condições de esclarecer dúvidas acerca da adolescência, bem como de manifestar-se em relação a comportamentos, atitudes e ansiedades, características da fase em que vivem.</p> <p>Promover cursos, seminários e simpósios na escola, com temas contemporâneos, palestrantes e datas previamente definidas.</p>	<p>Realizar seminários envolvendo sexualidade, drogas e valores.</p> <p>Promover sensibilização com vídeos sobre temas abordados nos seminários e palestras promovendo assim, debates na sala de aula.</p> <p>Organizar dramatizações sobre os temas contemporâneos para os alunos apresentarem em sala de aula.</p>	<p>Melhorar a forma de tratamento, cordialidade, entre os educandos.</p> <p>Elevar o autoconhecimento sobre as mudanças físicas e comportamentais na fase da adolescência.</p> <p>Ações concretizadas na totalidade.</p>
<p>PERÍODO: Julho a Dezembro de 2023.</p>		<p>Responsáveis: Direção, coordenação e professores de Ciências, Projeto de Vida e Arte.</p>

OBJETIVO (S)	AÇÃO (ÕES)	META (S)
<p>Despertar o sentimento de patriotismo.</p> <p>Reconhecer o hino nacional como um dos símbolos da pátria.</p> <p>Desenvolver a compreensão do passado histórico e do significado da data "7 de setembro".</p> <p>Questionar a realidade brasileira atual em busca de soluções.</p> <p>Apreciar, cantar e interpretar o Hino Nacional e o Hino da Independência.</p> <p>Respeitar e admirar vultos que fazem a nossa história.</p> <p>Desenvolver atitudes, postura, organização e participação em auditórios.</p> <p>Usar o potencial artístico, reforçando a autoestima, a autoimagem e a autoconfiança.</p> <p>Desenvolver a ajuda mútua, por meio da cooperação.</p> <p>Desenvolver a autonomia por meio da liderança, tomada de decisões coletivas e resolução de situações problemáticas</p>	<p>Elaborar o projeto da Semana da Pátria.</p> <p>Realizar o lançamento do projeto no pátio da escola.</p> <p>Orientar as turmas na produção e execução das atividades propostas no teor do projeto.</p> <p>Acompanhar o desenvolvimento e o nível de comprometimento da turma frente às atividades.</p> <p>Cuidar do preparo e de toda a logística para a aplicação da OLHICERP.</p> <p>Solicitar parcerias para a viabilização do projeto.</p>	<p>Aumentar em 95% o índice de valorização da disciplina História.</p> <p>Envolver 100% dos discentes nas atividades.</p> <p>Capacitar 100% do alunado para apreciar o desfile cívico do 7 de setembro.</p> <p>Reduzir em 90% a apatia pela história e despertar o gosto e o prazer pelo saber histórico.</p> <p>Melhorar em 80% o nível de compreensão da turma em relação aos fatos históricos.</p>
<p>PERÍODO: 01/08/2012 a 07/09/2012</p>		<p>Responsáveis: Direção, coordenação e docentes da área de História.</p>

OBJETIVO (S)	AÇÃO (ÕES)	META (S)
Proporcionar a pais, professores e alunos atendimento psicológico na escola.	Firmar parceria com psicólogos da SEMEC, CRAS e CREAS. Identificar casos para atendimento psicológico. Fazer cronograma de atendimento. Apresentar para a comunidade escolar a importância e a função do psicólogo.	Atender todos os casos identificados. 100% das ações concretizadas.
PERÍODO: Durante o ano letivo.		Responsáveis: Direção, coordenação e professores.

6. AVALIAÇÃO DO PPP

O documento resultante de todo o processo de elaboração do PPP — Projeto Político Pedagógico do **CERP** — **Centro Educacional Rio Preto** é tomado como ponto de referência para as ações administrativo-pedagógico-educativas para os que fazem parte da nossa comunidade escolar e, inclusive, para os novos integrantes (novos professores, novos funcionários, novos alunos, novos gestores...). Trata-se de um documento provisório, no sentido de que o cotidiano escolar é histórico, mas torna-se ponto de partida para novos questionamentos e discussões.

Neste sentido, o PPP do **CERP** será acompanhado e avaliado permanentemente, verificando-se o nível de comprometimento e atendimento aos princípios e objetivos. As próprias reuniões pedagógicas e tantos outros momentos de discussão terão como propósito acompanhar o processo de implementação do PPP, podendo ainda ser utilizado um instrumento específico para a avaliação do mesmo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intencionalidade do Projeto Político Pedagógico do **CERP – Centro Educacional RioPreto** é constituir-se como:

“tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, valores, objetivos, compromissos. Expressa o rumo, o horizonte... implica opção e fundamentação” (VASCONCELLOS, 1995:153)

Nesta compreensão, não se pretende “concluir” o trabalho de construção desse P.P.P., mas tão somente, registrar um momento de trabalho coletivo que se manifesta como referencial para diagnosticar e encaminhar o projeto educativo do **CERP**, isto porque, aprende-se a fazer o Projeto Político Pedagógico fazendo-o. O fazer coletivo desse processo de diagnóstico sinaliza uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da escola.

Também, se ressalta que o Projeto Político Pedagógico sendo o plano global da instituição, possibilita resgatar o “sentido humano, científico e libertador do planejamento” (Ibid., 163)

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. **Organização da educação nacional na constituição e na LDB**. Ijuí, RS:Unijuí, 1998.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. SãoPaulo: Veras Editora, 2000.

BORDENAVE, J. D.; Pereira, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 23 ed. Petrópolis:Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF:1988.

Vygotsky e o aprender a aprender. 2 ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. SãoPaulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola – Princípios e Propostas**. SãoPaulo: Cortez, 1977.

GENTILE, Paola; ANDRADE, Cristiana. **Avaliação nota 10**. Os nove jeitos mais comuns de avaliar. Revista Nova Escola. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/avaliacao-nota-10-424569.shtml>> Acesso em: 25 fev. 2011.

HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista**, 21. ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

JARBAS, José Cardoso. **A gestão democrática da escola**. Revista: Espaços da Escola, ed. Unijuí, ano 4, nº 19, Jan/Mar. 96, p, 31-38.

LIBÂNEO, C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

PASSOS, Lima A. Veiga. **Projeto Político Pedagógico Da Escola** — uma construção possível. Campinas, SP; Papirus, 1995.

PÁTIO – **Revista pedagógica FNDE MINISTÉRIO DA Educação** – agosto/outubro – 2005.

PENIN, Sonia T. Sousa e VIEIRA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola In: VIEIRA, Sofia Lerche (org.). **Gestão da Escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-37.

ROCHA, A. P. **Projecto Educativo de Escola: administração participada e inovadora**. Portugal: Edições Asa, 1996.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANT "ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAVIANI, D. A. **Filosofia na formação do educador**. IN: SAVIANI, D. Educação do sensocomum à consciência filosófica. S.P.; Cortez Editora: Autores Associados. 1986.

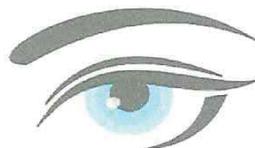
UNOPAR. **Habilitação para os anos iniciais do ensino fundamental**: módulo 3. Londrina:Unopar: CDI, 2004.

VEIGA, J., P. A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico**. Campinas, Papyrus, 1998.

_____. Educação e poder; introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. Governo Federal. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Imprensa Nacional, 1998.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB nº9.394/96. Brasília: MEC, 1996.



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 011, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Escola Municipal Geração do Futuro, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Extraordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, do Escola Municipal Geração do Futuro escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME


Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

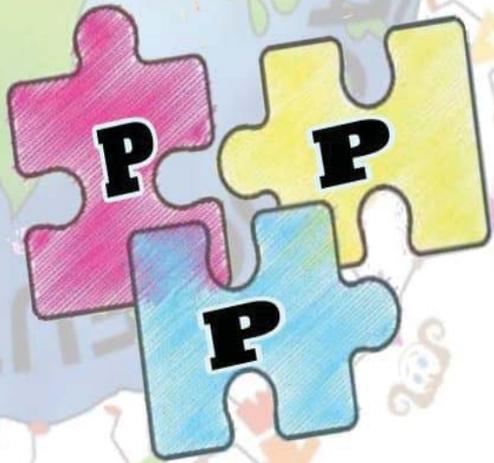
Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.

Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Documento assinado digitalmente
 MARIZANE LIMA MARTINS
Data: 18/09/2024 11:51:34-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>



Projeto Político Pedagógico



Escola Municipal Geração do Futuro

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP
ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO
FUTURO

DIRETORA

VIRGÍNIA CAIRES COELHO LUZ

AUXILIAR DE DIREÇÃO

ELENICE RODOLFO CAIRES PIRES

COORDENADORA PEDAGÓGICA

NEUSELANGE FREITAS SOARES SILES

Instrumento norteador das diretrizes pedagógicas da ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO, construído coletivamente, com o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar.

Elaborado: Diretora ELENICE RODOLFO CAIRES PIRES em 2014

Atualizado: Diretora VIRGÍNIA CAIRES COELHO LUZ em 2022

É a esperança que nos impulsiona a progredir e avançar, apesar de situações adversas. Esperar é desejar, confiar, propor objetivos. Em nada significa a acomodação, conclusão ou descomprometimento. Ao contrário: admite a riqueza da processualidade do cotidiano, que não é composto só de entraves, mas de possibilidades. **(CAVAGNARI)**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP	09
ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PERFIL IDENTITÁRIO	15
FUNÇÃO SOCIAL	15
VISÃO, VALORES E MISSÃO	16
OBJETIVOS EDUCACIONAIS	16
OBJETIVOS GERAIS	16
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E FINALIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO	18
OFERTA DE CURSOS E MODALIDADES	19
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	19
MARCAS NO TEMPO: A HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO	23
ORGANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA NA ESCOLA	24
ORGANIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA ESCOLAR	25
ESPAÇO FÍSICO	26
QUANTIDADE DOS ESTUDANTES: RELAÇÃO DAS TURMAS	27
RECURSOS	
HUMANOS	28
ORGANOGRAMA DA ESCOLA	31
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO	32
GESTÃO ESCOLAR	32
GESTÃO DE RECURSOS	33
ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES	34
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	35
ORGANIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE	36
ORGANIZAÇÃO DO PESSOAL ADMINISTRATIVO	36
O DIAGNÓSTICO ATUAL DA REDE/ INSTITUIÇÃO	37
AMBIENTE ECONOMICO E CULTURAL DA ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO	37
O QUE OS PAIS PROFISSIONAIS ESPERAM DA ESCOLA	39

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	40
DADOS AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COM OS DOCENTES.....	47
CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS (ATOS CONCEITUAL).	49
CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	49
CONCEPÇÃO DE SER HUMANO	49
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	50
CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE.....	50
CONCEPÇÃO DE CULTURA.	51
CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA.....	51
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	52
CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	53
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	54
PLANEJAMENTO	57
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	58
AÇÕES PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES A PARTIR DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS.....	59
APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO DO ESTUDANTE	60
TEMAS INTEGRADORES	60
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	61
OS PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO EDUCANDO.....	63
ETAPAS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS.....	65
ENSINO FUNDAMENTAL ANO REGULAR	65
PERÍODO DE TRANSIÇÃO	67
POLÍTICAS E MODALIDADES DE ENSINO.....	69
POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	69
EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	69
PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING E CIBERBULLYING.....	71
O USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO	72
POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES.....	74
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA FORMAÇÃO CONTINUADA	75
DIRETRIZES DA FORMAÇÃO CONTINUADA	75
POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA / FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES E ESCOLA / COMUNIDADE	76

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXO I – ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	81
ANEXO II – FOTOS.....	83
ANEXO III- PORTARIA DE FUNCIONAMENTO.....	87
ANEXO IV- PROJETOS.....	88
ANEXO V- MEMBROS DO PPP.....	103
ANEXO VI-CRONOGRAMA PARA ELABORAÇÃO DO PPP.....	104
ANEXO VII- ROTEIROS PARA ANÁLISE DOS TEMAS.....	105
ANEXO VIII- FICHAS PARA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.....	108

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico, PPP, é um documento que está diretamente ligado a construção dos Direitos de Aprendizagem e o desejo da escola quer se quer construir, pautada na realidade a qual ela está inserida, com a construção de sua identidade articulada no grande desafio de alinhar teoria e prática educativa. É através do Projeto Político Pedagógico que a escola alcança seus objetivos, pois,

O projeto político-pedagógico de uma escola é o instrumento teórico metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer para quem se vai fazer e como se vai fazer. (ARANHA, 2004, p. 10)

Devido a isso, sua elaboração envolve toda comunidade escolar que possibilita uma construção democrática e coletiva a qual dá sentido ao documento e ao mesmo tempo desperta em todos o sentimento de pertencimento.

Ao refletir as ações contidas neste documento, todos os envolvidos têm a oportunidade de buscar, discutir, refletir, repensar e expor, de forma clara, valores coletivos, delimitando prioridades, definindo os resultados desejados e as metas que a mesma deseja alcançar ao apontar o que se deve fazer e como fazer na busca de dá sentido nas suas propostas pedagógicas definido no seu conceito de “Projeto” ao considerar o sentido “POLÍTICO” em ressignificar a vida social de todos envolvidos neste processo.

Para isso, busca construir um processo educativo centrado, numa concepção humanística que pressupõe a historicidade do ser humano na plenitude de suas relações sociais, bem como, a construção curricular mais articulada que repense numa educação mais integral, contextualizada, alinhados aos temas integradores, metodologias ativas e inovadoras e condizentes com as premissas da BNCC, com conteúdos abordados que agregam o formato de avaliação clara e eficiente, contemplando a recomposição e reorganização da aprendizagem como foco no desenvolvimento dos estudantes, o que faz com que o PPP se torne uma expressão identitária mais integrada e próxima a realidade daquilo que acontece no interior da escola.

Para o estudo e reelaboração se fez necessário um estudo sobre vários aspectos que estão associados a questões sociais, econômicas, culturais que a família e a comunidade escolar estão inseridas, tal qual, uma seleção de diversas referências bibliográficas, dentre elas o Referencial Curricular de Barra da Estiva. O trabalho desenvolvido para reflexão de metas para construção do PPP também teve consonância com as Diretrizes Curriculares, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Regimento Escolar, como também as premissas da BNCC.

Foram analisados arquivos e dados escolares nos âmbitos: pedagógicos, financeiros e administrativos e com isso, coletamos dados suficientes para iniciar a sua construção. Como também foi levado em consideração que a não abordagem de quaisquer itens compromete a estrutura e a execução do mesmo, uma vez que esses elementos são interdependentes.

Diante ao exposto, este PPP vem tornar claro nossa concepção de Educação, inserida no contexto real e experiências vivenciadas no campo pedagógico envolvida em uma ação- reflexão- ação da teoria e prática para que possa estar alinhada ao cotidiano escolar. Para tanto, coloca-se como um documento referencial para busca de uma qualificação educacional para atender as demandas não só educacionais, bem como sociais, políticas e culturais construída historicamente ao longo da vida de toda comunidade escolar, afim de que se possa tornar uma Escola Democrática e Participativa.

BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Geração do Futuro, faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso a exigência da participação de todos no seu processo de elaboração.

As bases legais para a criação e vivência do PPP dentro desta proposta se encontram em várias leis, como: Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, apresenta a gestão democrática da escola como um dos princípios constitucionais. **Constituição Federal de 1988** - Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI Fundamenta a responsabilidade de reflexão e expressão sobre a intencionalidade educativa da escola. Estabelece como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Artigo 12 “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

Artigo 13 “Os docentes incumbir-se-ão de:

I - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.”

Artigo 14 “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências - Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, estudantes(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Resolução CNE/ CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica - Artigo 42 “São elementos constitutivos para a operacionalização destas diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.”

Artigo 43 “O projeto político-pedagógico, Interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.”

§ 1º “A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática

ordenação pedagógica das relações escolares.”

§ 2º “Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal –, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.”

§ 3 “A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.

Artigo 44 “O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimento cultura-professor-estudante e instituição escolar;

IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII- o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX- as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da educação básica), incluindo dados referentes ao Ideb e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X - a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de

acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional”.

Resolução CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos - Artigo 20 “As escolas deverão formular o projeto político pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

§ 1º “O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos estudantes, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.”

§ 4º “O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos estudantes, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.”

§ 5º “Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016 - Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências –

Meta 8, Estratégia 8.11 “Estimular a oferta de componentes curriculares que tratem do ensino e da aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação em licenciatura.

Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta a profissionais da educação, a estudantes e aos seus familiares para a formulação dos projetos político-pedagógicos, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais e mães na avaliação do funcionamento da escola e no cumprimento do seu papel na formação das crianças e jovens.”

Resolução CEE nº 60, de 5 de junho de 2007 - Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

Artigo 3º “As Unidades de Ensino deverão elaborar ou reformular seus projetos pedagógicos, para efeito de implantação do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, definindo, quando for o caso, os procedimentos indispensáveis à gradual transição do regime de 8 (oito) anos para o novo regime, de que trata esta Resolução.”

Artigo 5º “As unidades escolares, no prazo mínimo de 120 dias antes da implantação

do novo regime de que trata esta Resolução, deverão submeter à aprovação do órgão competente do sistema de ensino o seu regimento escolar e seu projeto pedagógico, de que é parte a proposta curricular.”

Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019 - Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino na educação básica do Estado da Bahia e dá outras providências

Artigo 12 “Os projetos pedagógicos correlatos à pré-escola devem realçar os modos de proceder na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, como marca do reconhecimento da formação da criança em ambiências de cuidado e de experiências organizadas para educá-la.”

Artigo 13 “No que tange ao ensino fundamental, as instituições escolares, com assentimento de seus sistemas e redes de ensino, devem organizar seus projetos pedagógicos com os currículos estruturados pelas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.” **Parágrafo Único** “Os projetos pedagógicos deverão apresentar as respectivas competências e habilidades para as áreas correspondentes, devidamente organizadas para os períodos de aula implícitos na divisão do ano letivo em unidades de ensino.”

Artigo 19 “As propostas pedagógicas das instituições escolares dos anos finais do ensino fundamental devem apresentar o delineamento do projeto de vida dos estudantes, seja com o vínculo prospectivo em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no ensino médio.”

Portaria nº 904/2019 - Homologa o Parecer CEE/CP nº 196/2019, do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, que autoriza a implementação do Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB).

Artigo 4º “Os municípios que não possuem sistema próprio de ensino e as instituições de ensino devem proceder às adequações e atualizações necessárias, nos seus projetos político-pedagógicos (PPP), regimentos e currículos escolares, de acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e com as normativas do CEE/BA.”

Artigo 5º “O DCRB será operacionalizado nas unidades da rede estadual de ensino com as diretrizes emanadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia norteando os projetos político pedagógicos (PPP) (re)elaborados pelas unidades escolares”. “As instituições de ensino públicas e privadas que ofertam educação infantil e ensino fundamental devem reformular seus projetos político-pedagógicos, de forma a garantir todos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de competências e habilidades instituídos no DCRB.”

Resolução do CME nº 003, de 29 de dezembro de 2010: Fixa normas para funcionamento das instituições de Educação Infantil, integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva.

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, em seu artigo 2º, § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 11 DE MARÇO DE 2024, “Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação institucional nas Unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e dá outras providências”

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 16 DE MAIO DE 2024, “Dispõe sobre Plano Ensino Individualizado, da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PERFIL IDENTITÁRIO

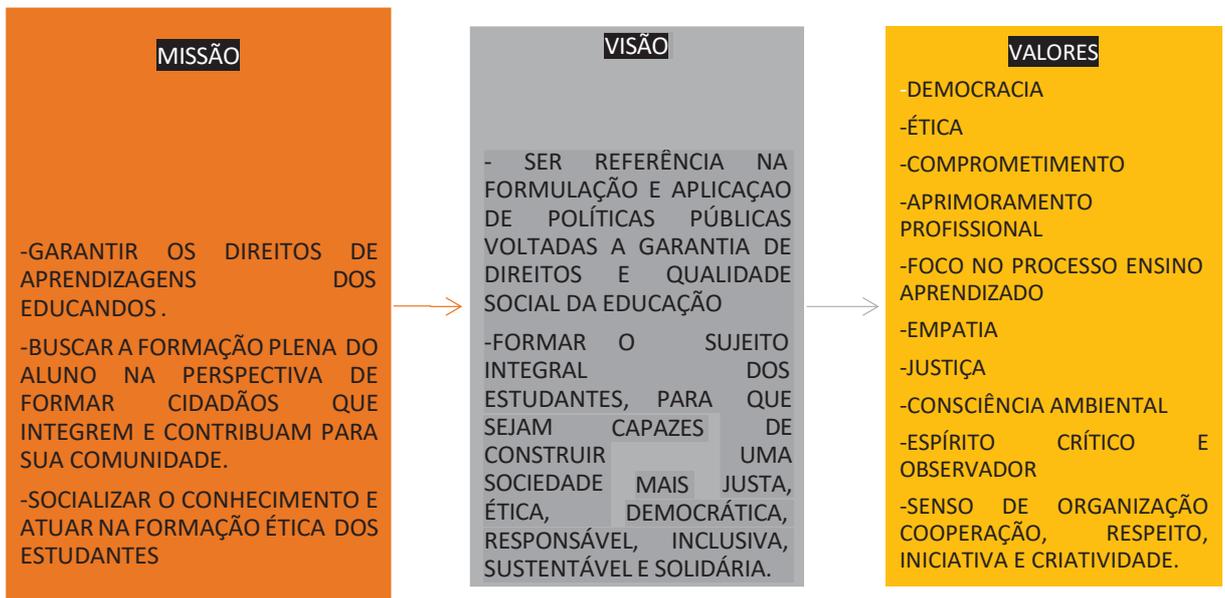
➤ FUNÇÃO SOCIAL

A função social que a escola exerce está ligada a vários fatores, mudanças sociais e tecnológicas, bem como o entendimento que a escola não é somente um lugar que transmite conteúdos, sobretudo um ambiente que desenvolve percepções de mundo. E nesta perspectiva, a escola por si só não consegue quebrar barreiras se não existir um apoio e comprometimento de todos que dela faz parte.

A escola é uma organização que combina esforços individuais de pais, estudantes, professores, funcionários, diretor, coordenadores pedagógicos e membros da comunidade para realizar o propósito coletivo da educação. O que diferencia a organização escolar de outras equipes sociais é a existência de um objetivo definido e compartilhado por todos (educar pessoas), a contribuição individual para a realização desse objetivo (ensino, aprendizagem, apoio pedagógico, orientação, apoio administrativo, incentivo, acompanhamento familiar...) e a harmonização das diversas contribuições individuais (coordenação de esforços).

Nesse espaço a prática pedagógica é entendida como uma prática de vida, de todos e com todos, na perspectiva de formar cidadãos e cidadãs que integrem e contribuam para sua comunidade. Em sua essência encontra-se a liberdade de pensamento, a busca pela pluralidade de ideias, o respeito e o crescimento humano de todos os indivíduos, preparando-os para uma sociedade cada vez melhor, globalizada, multicultural, competitiva e apta a acompanhar as constantes transformações da sociedade e do mundo.

➤ VISÃO, VALORES E MISSÃO



➤ OBJETIVOS EDUCACIONAIS

O PPP estrutura na garantia do direito de aprendizagem do aluno, e a partir daí ele possa desenvolver suas capacidades e habilidades de autoconhecimento, autocuidado, criticidade, criatividade, inovação inclusão sociabilidade, responsabilidade e determinação. Para isso, a Escola Municipal Geração do Futuro, por sua vez, se compromete em ir a busca de tentar responder às expectativas e às exigências da comunidade escolar.

➤ OBJETIVO GERAL

- ✓ Proporcionar uma educação integral, inovadora de acordo com a proposta pedagógica e práticas metodológica da escola, ao envolver as crianças em variadas atividades e seu desenvolvimento e potencialidades, como elemento de autorrealização, preparando-o para o exercício consciente da cidadania.

➤ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Ofertar meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, buscando o seu desempenho acadêmico;
- ✓ Incentivar a participação da família na Escola.
- ✓ Subsidiar a organização coletiva da prática pedagógica, visando o acesso, a permanência e a garantia da efetiva aprendizagem;
- ✓ Garantir igualdade de atendimento para todos os estudantes afim de que o processo ensino-aprendizagem se efetive, considerando que alguns necessitam de condições específicas.
- ✓ Oportunizar e dar condições, nas diferentes etapas da Educação Básica, para que todos os sujeitos desenvolvam suas capacidades.
- ✓ Educar para a transformação da realidade social, valorizando a vida e a dignidade humana, orientada pelo conhecimento e pela ética.
- ✓ Ensinar com vistas à aprendizagem e aos conhecimentos historicamente produzidos e socialmente válidos.
 - ✓ Suscitar no educando um profundo respeito pela ética e pelo outro independente de suas condições sociais, culturais, econômicas e crenças religiosas.
 - ✓ Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista exigindo para si o mesmo respeito.
- ✓ Proporcionar aos estudantes instrumentos para a aprendizagem de valores e conhecimentos por meio de estimulação frequente.
- ✓ Promover a participação de todos os segmentos da comunidade nas decisões referentes ao processo pedagógico através da gestão democrática.
- ✓ Discutir concepções, prioridades, ações, metodologia.

IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E FINALIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO



NOME DA ESCOLA

ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO.

ENDEREÇO

Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, S/N, Alto da Barra.

ÓRGÃO MANTENEDOR

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva.

DESCRIÇÃO INSTITUCIONAL

LEI MUNICIPAL: nº 05/2010

DATA DE CRIAÇÃO:05/03/2010

DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO: 10 de fevereiro de 2010

CNPJ: 15246164/0001-70

INEP: 2993857

TELEFONE:(77) 99984 2656

Email: gerafuturogera@gmail.com

DATA DE ELEIÇÃO DE DIRETOR: 27/21/2019

DATA DE ELEIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR:29/ 03/2022

DATA DE ELEIÇÃO DO CONSELHO DE CAIXA (PDDE):10/03/2022

PROGRAMAS:

✓ SISTEMA DE GESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO: TEMPO DE APRENDER	✓ INEP- SAEB	✓ PNAE
✓ BUSCA ATIVA	✓ PSSE INTERATIVO	✓ PSE
✓ AUXILIO BRASIL	✓ CONVIVA EDUCAÇÃO	✓ PNATE
✓ OLIMPIADA MIRIM-OBMEP	✓ SEB	✓ EDUCAÇÃO CONECTADA
	✓ IDEB	✓ PDDE
	✓ CENSO ESCOLAR	INTERATIVO
	✓ PNLD	

➤ OFERTA DE CURSOS E MODALIDADES

A Escola funciona em dois turnos: MATUTINO e VESPERTINO atendendo a partir do 1º ano até o 5º ano, tendo atualmente 427 estudantes distribuídos em 21 salas de aula. O horário de entrada e saída dos estudantes: 08h00min às 12h00min e 13h00m às 17h00m. Possui 39 profissionais da educação, sendo 21 professores, 03 cuidadoras, 01 diretora, 01 vice direção, 01 porteiro, 01 secretária, 01 coordenadora pedagógica, 10 auxiliares administrativos.

➤ ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

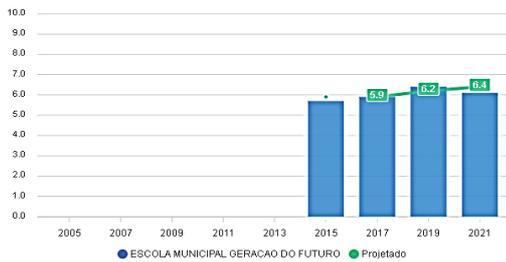
O IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, se deu início em 2007, porém a escola teve sua primeira participação no ano de 2015, que tem como finalidade de reunir informações e indicadores importante para garantir a qualidade da educação dos estudantes que dela faz parte, bem como a qualidade educacional do município, estado e país.

Este instrumento educacional é calculado com base no aprendizado dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, intitulada como PROVINHA BRASIL, SAEB e o FLUXO ESCOLAR.

Com base nestes cálculos e participação da escola nesse processo, a tabela e gráficos abaixo apresenta dados da sua participação nas avaliações:

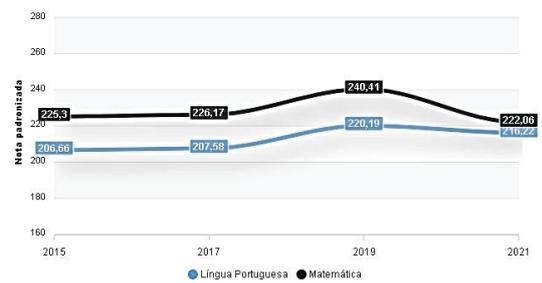
	APRENDIZADO	FLUXO	IDEB
ANO 2015	6,02	0,94	5,7
ANO 2017	6,05	0,98	5,9
ANO 2019	6,56	0,98	6,4
ANO DE 2021	6,13	1	6,1

Evolução do IDEB



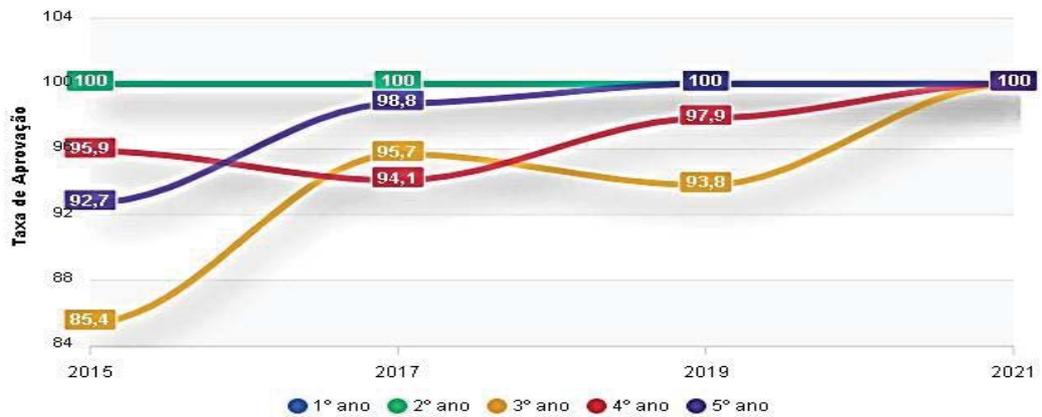
Fonte: IDEB 2021, INEP.

Evolução nota SAEB



Fonte: IDEB 2019, INEP.

Evolução Fluxo



Fonte: IDEB 2019, INEP.

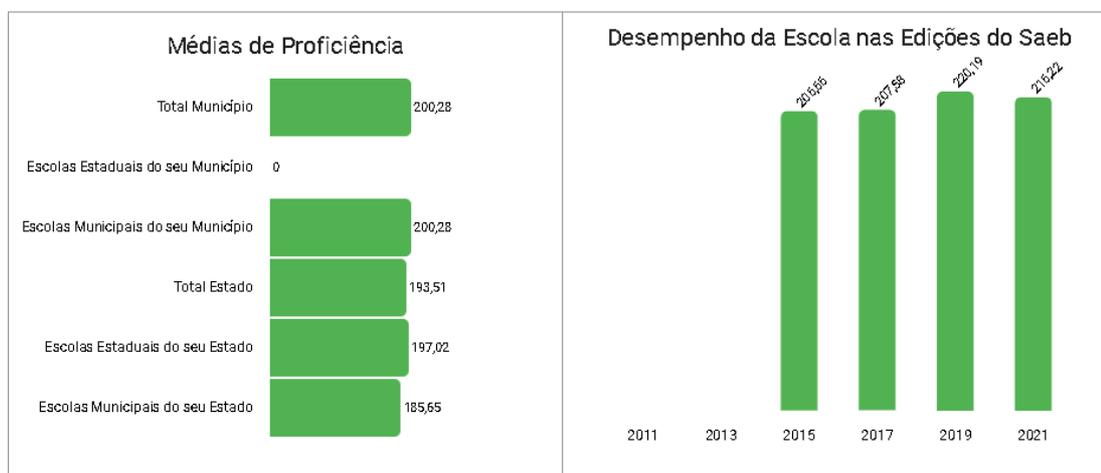
Aprendizado adequado

Percentuais de estudantes com aprendizado adequado.

[VER MAIS >](#)

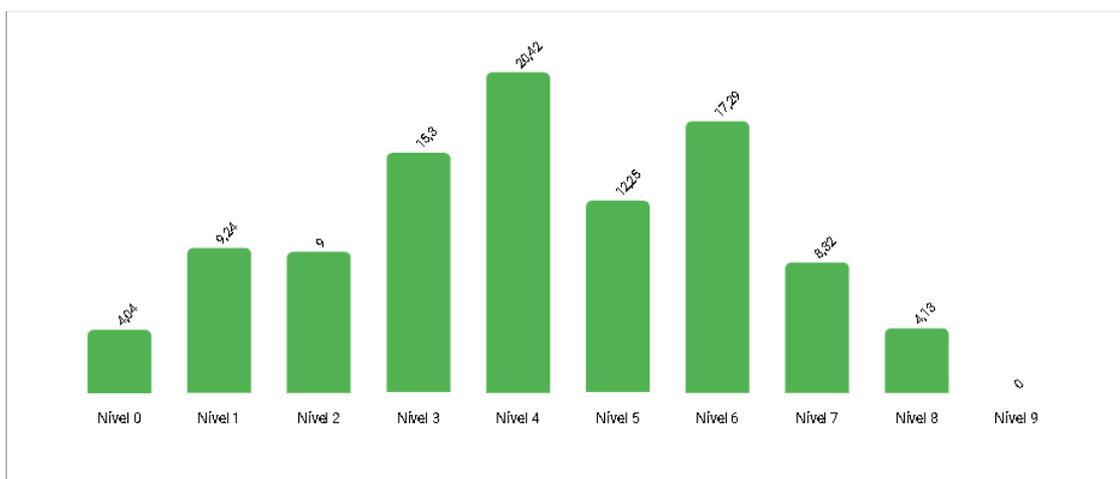


5º ano do Ensino Fundamental

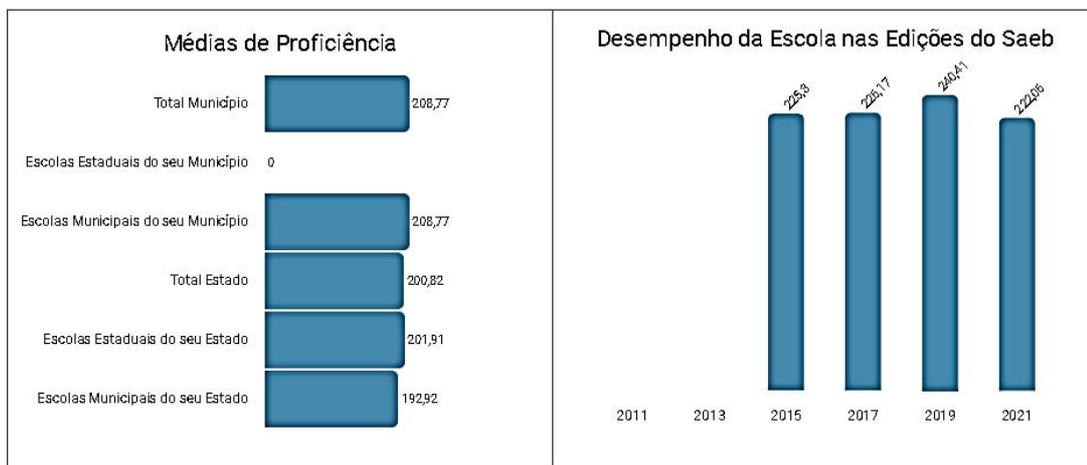


Distribuição Percentual dos Alunos do 5º ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência

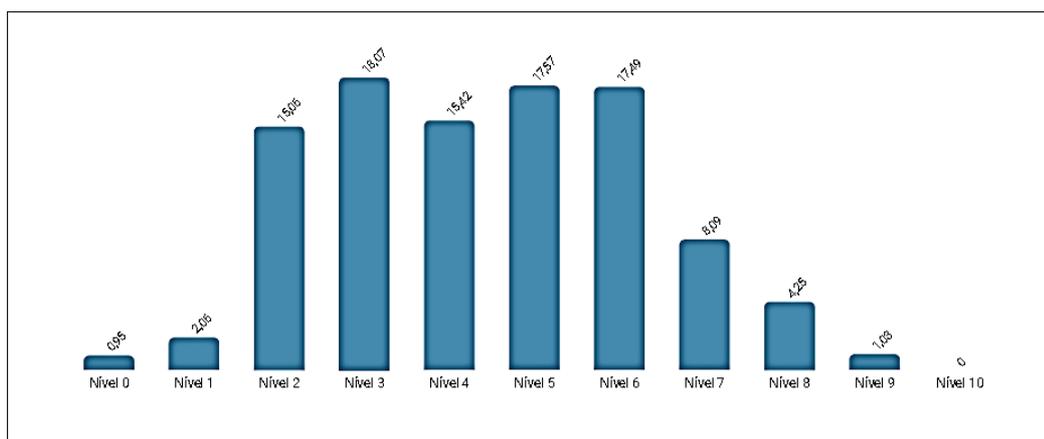
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
Sua Escola	4.04%	9.24%	9.00%	15.30%	20.42%	12.25%	17.29%	8.32%	4.13%	0.00%
Escolas Similares										
Total Município	5.95%	11.77%	11.33%	20.42%	21.47%	12.76%	9.38%	5.28%	1.62%	0.00%
Total Estado										
Total Brasil	5.72%	10.05%	12.72%	15.41%	17.03%	16.37%	12.31%	6.72%	3.18%	0.49%



5º ano do Ensino Fundamental



Distribuição Percentual dos Alunos do 5º ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência											
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10
Sua Escola	0.95%	2.06%	15.06%	18.07%	15.42%	17.57%	17.49%	8.09%	4.25%	1.03%	0.00%
Escolas Similares											
Total Município	1.49%	4.56%	17.17%	23.81%	17.80%	17.15%	9.46%	5.74%	2.50%	0.32%	0.00%
Total Estado											
Total Brasil	1.92%	6.50%	12.95%	17.47%	18.76%	16.71%	12.64%	7.98%	3.70%	1.34%	0.03%



➤ **MARCAS NO TEMPO: A HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO**

Em 10 de fevereiro de 2010 teve início a Escola Municipal Geração do Futuro e com uso de suas atribuições legais, a Câmara Municipal de Barra da Estiva juntamente com a Prefeitura Municipal aprovou em sessão ordinária o seu funcionamento, no dia 05/03/2010, com endereço provisório na rua Pe. Antônio Ribeiro Folha, nº 162, centro da cidade. No dia 12 de março de 2010 foi realizada a primeira reunião com os pais dos estudantes.

A atual diretora Elenice Rodolfo Caires Pires que na época, juntamente com sua equipe de trabalho denominou o nome da escola a qual foi aprovada pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer e prefeita Ana Lucia Aguiar Viana.

A Escola nos anos 2010 e 2011, ofertou 01 turma no Ensino de 08 anos. Nos anos seguintes, na faixa etária de 6 a 10 anos do Ensino Fundamental de nove anos, conforme a Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que altera a redação dos artigos, 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

No dia 13/09/2012 houve a aprovação do primeiro Regimento Escolar e primeiro Projeto Político Pedagógico da escola, e sua apresentação para a comunidade foi realizada no dia 13/12/2012 pela professora Neida de Fátima Vieira Wobeto e o professor Erivam.

Os primeiros funcionários da escola foram: Alba Leite Ledo, Amelina Silva Miranda, Elaine Caires Luz da Silva, Elenice Rodolfo Caires Pires, Eluzineide Raimundo Nascimento, Helenilda Caires Barbosa Silva, Lucineide Oliveira Amorim, Magna Moura da Silva, Marizete Rocha Silva, Mateus Freitas Santos, Natália Alves dos Santos, Rosangela Caires da Silva, Silvana de Oliveira Costa Novais, Ednar Amorim Silva, Neidilaura Macena Trindade e Leila de Oliveira Caires.

A escola acolheu estudantes com necessidades especiais, exercendo as atividades sobre a regência de 01 professor regente e 01 professor auxiliar, vindas do Colégio Zoppi nos anos de 2010, 2011 e 2012, motivo pela qual a escola em que os mesmos estavam inseridos realizava reforma. Conforme LEI Nº 7.853 - DE 24 DE OUTUBRO DE 1989, Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei, sendo, portanto, inclusas no ano de 2013 em salas neste estabelecimento e nos demais próximos de suas residências.

A escola funcionou por três anos consecutivo neste espaço e logo após a construção de um novo prédio escolar na nossa cidade, a mesma se deslocou para seu ponto fixo a qual estar inserido até o dia atual.

A inauguração da instituição ocorreu no dia 18 de maio de 2013, com a presença do Governador da Bahia Jacques Wagner, da ex-prefeita Ana Lúcia Aguiar Viana e do Prefeito Adriano Carlos Dias Pires.

➤ **ORGANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA NA ESCOLA**

O convívio escolar é o princípio que faz contribuir para o desenvolvimento da cidadania, pois é no espaço escolar que as afinidades se firmam e a essência desses laços estão inteiramente ligados na formação individual de cada.

Para isso, convivência escolar tem como princípio propor ações que desenvolvam dentro da escola um clima de coletividade, cooperação, com ações produtivas e democráticas, pois, entendemos que uma equipe produz bem se todos estiverem engajados num mesmo objetivo.

Na Escola Municipal Geração do Futuro busca-se, respeitar e valorizar as diferenças individuais num processo de inclusão ampla, especialmente àqueles que ainda estão

à margem do processo educacional escolar. Para isso, se faz necessário momento de escuta, acolhimento, promover encontros, assembleias e reuniões para discutirmos regulamentos e projetos, de forma que possam atender às expectativas de todos, pois acreditamos que a troca de experiências contribui muito para o desenvolvimento e aprendizado.

➤ **ORGANIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA ESCOLAR**

Toda a escola precisa de uma base que estruture sua organização interna, geralmente prevista no Regimento Escolar ou em legislação específica estadual ou municipal.

A Escola Municipal Geração do Futuro promove atividades regulares dentro de sua proposta curricular e projetos, e dessa forma sua rotina está organizada em:

- ✓ Dias letivos de acordo o ano vigente;
- ✓ Dias de Atividade Complementar (A/C) em turno oposto;
- ✓ Dias destinados a reuniões Pedagógicas;
- ✓ Dias de comemorações estabelecidas por Lei ou próprias da instituição;
- ✓ Períodos de férias para professores e estudantes;

Baseia-se no Calendário Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, bem como, as necessidades em consonância a programação com eventos municipais, resguardando o cumprimento da exigência de, no mínimo, 200 dias letivos e 800 horas aulas.

➤ **ESPAÇO FÍSICO**

A Escola possui uma área total de 3.613,10 m², medindo na área escolar 1.418,63m² na área da quadra esportiva 717,73m² e 1.476,74 restante em pátio, jardim e estacionamento. Existem no ambiente escolar 11 salas de aula, 01 biblioteca, 01 sala de professores e vídeo, 01 sala de reuniões, 01 cozinha com 01 dispensa, 04 almoxarifados, 01 direção, 01 secretaria, 01 sala da coordenação, 01 quadra esportiva, 05 banheiros e 02 pátios cobertos. A escola possui estudantes em média de 6 a 12 anos.

As salas são amplas, com carteiras e cadeiras apropriadas, armário para guardar materiais.

O material didático é considerado como instrumentos importantes a prática docente, vendo-o como material auxiliar desta prática. Dispomos dos seguintes materiais didáticos:

- Livros didáticos, que são fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático PNLD/MEC, para os estudantes e professores, os quais são distribuídos no início de cada ano letivo e ao final do mesmo, são recolhidos para que possam ser usados por outros estudantes;
- Um acervo literário infanto-juvenil do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental;
- 03 Sons;
- 01 Caixa amplificadora;
- 04 microsistem
- Rádio transmissor e caixinhas amplificadas nas salas
- 05 Câmeras de monitoramento e segurança
- 02 microfones sem fio
- 02 data show;
- 02 bebedouros
- 02 campainhas
- 02 fogões industriais
- 01 geladeira
- 01 frízer
- 04 roteadores
- 05 ar condicionados
- 01 guilhotina
- 03 cavaletes (flip chart)
- 02 ventiladores
- 11 quadros brancos
- 20 cortinas
- 01 Globos terrestres;
- 01 Kit de material dourado;
- 01 TV;
- 05 computadores, para uso da Secretaria e professores;
- 06 Notebook;
- 03 Impressoras;
- 01 celular.
- Liquidificadores
- Espremedor de frutas – laranja
- 01 cadeira de roda

OBS: O material didático é disponível aos professores e estudantes desta Unidade Escolar.

➤ **QUANTIDADE DOS ESTUDANTES: RELAÇÃO DAS TURMAS**

ANOS/ SÉRIE	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016
	QUANT. ESTUDA NTES						
CLASSE ESPECIAL	-	13	11	-	-	-	-
1º ANO	61	42	69	49	44	43	77
2º ANO	76	8	102	89	59	63	82
3º ANO	-	85	136	110	91	99	92
4º ANO	-	-	-	117	97	76	98
5º ANO	-	-	-	-	91	101	83
1ª SÉRIE	-	12	-	-	-	-	-
2ª SÉRIE	25	-	-	-	-	-	-
TOTAL	162	300	318	365	382	385	432

ANOS/ SÉRIE	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
	QUANT. ESTUDA NTES						
1º ANO	16	75	49	87	72	81	
2º ANO	61	85	105	41	87	91	
3º ANO	92	74	100	87	50	91	
4º ANO	98	22	98	98	100	61	
5º ANO	83	82	70	95	100	107	
TOTAL	350	338	422	408	409	427	

RECURSOS HUMANOS

Relação do corpo docente e técnico-administrativo

Cargo ou Função/Escolaridade/Especialização

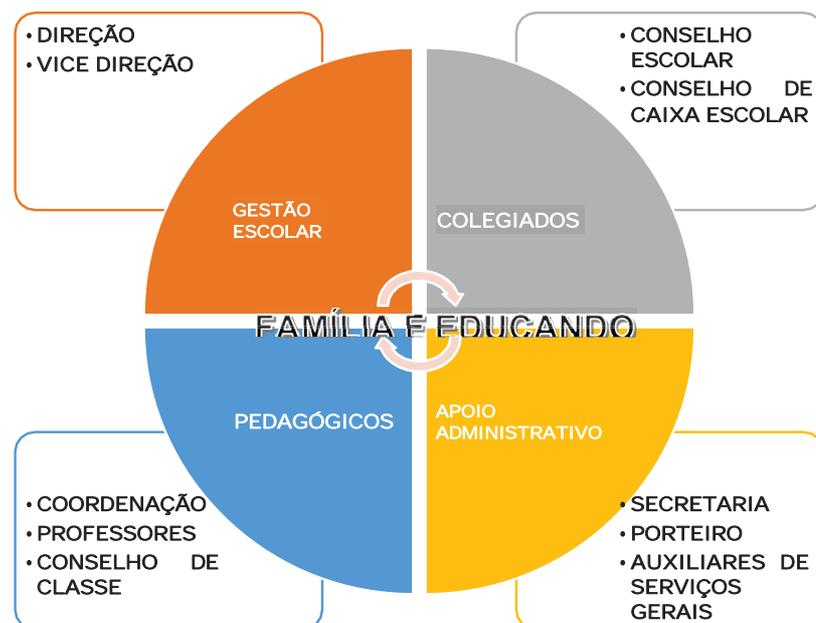
NOME	CARGO OU FUNÇÃO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE/GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO	REGIME DE CONTRATO	ESTABILIDADE POR TEMPO DE SERVIÇO	ATUANTE 2022
ALBA LEITE LÊDO	Professora	Pedagogia/Pós Educação Infantil			
AMELINA SILVA MIRANDA	Merendeira	Fundamental incompleto			
ANA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES	Professora	Pedagogia			
ANA GONÇALVES SANTANA	Aux. Administrativo				
DORANE SANTOS AGUIAR	Professora	Pedagogia/Pós Ed. ESPECIAL INCLUSIVA			
EDNAR AMORIM SILVA	Professora	Pedagogia/Pós Ed. ESPECIAL INCLUSIVA			
ELAINE CAIRES LUZ DA SILVA	Coordenadora	Pedagogia/Coord. e Planejamento/Gestão			
ELENICE RODOLFO CAIRES PIRES	Diretora	Pedagogia/Coordenação e Planejamento/Gestão Escolar			
ELIANE FERREIRA CAIRES RIBEIRO	Professora	Pedagogia/ Pós Educação Infantil			
ELIANE RIBEIRO DE SOUZA FREITAS	Professora	Pedagogia/Pós Psicopedagogia			
ELISETE CÂNDIDA COSTA	Cuidadora				
ELISANDRA SILVA CAIRES	Professora	Pedagogia			
ERICA LUZ CAIRES	Professora	Pedagogia e Pós em Ed. Infantil			
ERICA DOS SANTOS FERREIRA	Cuidadora				

EUZELAINE PIRES DOURADO	Professora	Pedagogia Incompleto			
EVA FREITAS GUIMARÃES	Aux administrativo	1º GRAU			
EVA DOS SANTOS LUZ PIRES	Aux. administrativo				
GEISLA LUZ CAIRES	Professora	Pedagogia			
HELENILDA CAIRES BARBOSA SILVA	Professora	Pedagogia			
IEDA LUZ SOUZA	Professora	Pedagogia/Pós Ed. ESPECIAL INCLUSIVA			
IVONETE BRAGA LUZ	Professora	Pedagogia e Pós em Psicopedagogia			
IVONETE CAIRES DUTRA	Professora	Pedagogia			
JAQUELINE RIBEIRO CAIRES	Professora	Pedagogia / Pós psicopedagogia			
JOELMA SILVA AMORIM CAIRES	Aux administrativo	Ensino Médio			
JOSILENE CAIRES NOVIAS	Professora	Pedagogia			
JUCÉLIA RIBEIRO DO NASCIMENTO	Aux administrativo	Ensino Médio			
LEILA DE OLIVEIRA CAIRES	Professora	Pedagogia/Pós Educação Infantil			
LEYLIANE DOS SANTOS SILVA ALVES	Professora	Pedagogia / Pós em Ed. Infantil			
LUCIELE MEDEIROS BONFIM	Secretária				
LUCIDALVA MEDEIROS FREITAS NOVAIS	Professora	Pedagogia/Pós Ed. ESPECIAL INCLUSIVA			
LUCINEIDE OLIVEIRA AMORIM	Aux. administrativo	Ensino Médio			
MÁRCIA ANTONIA CASTELHANO	Aux administrativo	Fundamental incompleto			
MARIA DO ALÍVIO CORREIA SANTANA NOVIAS	Professora	Pedagogia/ Pós Psicopedagogia			

MARIA VALDA GONÇALVES FREITAS	Professora	Pedagogia			
MARINALVA ALVES DOS SANTOS RIBEIRO	Merendeira	Fundamental			
MATEUS FREITAS SANTOS	Porteiro	Ensino Médio			
MICHELE SANTANA SANTOS	Professora	Pedagogia			
NADABE AGUIAR MELO	Professora	Pedagogia			
NÁGILA ROCHA CAIRES	Professora	Pedagogia			
NEIDA DE FÁTIMA VIEIRA WOBETO	Aux direção	Pedagogia/Pós Psicopedagogia Institucional e Clínica/ Gestão Escolar			
NATÁLIA ALVES DOS SANTOS	Professora	Pedagogia			
NEYLA ELAINE DOS SANTOS SILVA	Secretária	Ensino Médio			
NEUSELANGE FREITAS SOARES SILES	Coordenadora	Pedagogia			
NIARA SANTOS NOVAES	Cuidadora				
PATRICIA PEREIRA DE NOVAES SOUZA	Professora	Pedagogia			
REGIANE BRAGA RIBEIRO	Professora	Pedagogia/ pós Ed. Infantil			
PATRICIA SANTANA SIZILIO PEREIRA	Aux. administrativo				
REGIANE PIRES FERREIRA MOURA CAIRES	Professora	Pedagogia			
RICARDA SILVA FERREIRA	Professora	Pedagogia			
ROSEANE LUISA FREITAS NOVAIS	Aux administrativo	Ensino Médio			

SANDRA ROSA SOARES DUARTE	Professora	Pedagogia/Pós Ed. ESPECIAL INCLUSIVA			
SILVANA DE OLIVEIRA COSTA NOVAIS	Aux administrativo	Ensino Médio			
SIMONE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	Aux. merendeira				
VALDENICE FRANCISCA DIAS	Aux. Administrativo				
VALDENICE MEDEIRO NOVAIS DOS SANTOS	Professora	Pedagogia / Pós Psicopedagogia			
VALQUIRIA SANTOS MIRANDA	Professora	Pedagogia			
VANDERLI GONÇALVES SANTANA	Aux administrativo	Fundamental incompleto			
VIRGÍNIA CAIRES COELHO LUZ	Professora	Pedagogia/Pós Ed. ESPECIAL INCLUSIVA			
ZELIE SILVA LUZ	Professora	Pedagogia/ Pós Psicopedagogia			

➤ **ORGANOGRAMA DA ESCOLA**



➤ **ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO**

Todos que constituem os segmentos de setores da escola e seus diferentes movimentos e finalidades, representam uma a distribuição hierárquica, que tem pôr fim a construção de conhecimentos e a humanização das relações humanas, visando uma construção da gestão democrática que visa a participação de todos, desde os setores essenciais, diretor, funcionários e comunidade escola, colaboradores, professores, são considerados sujeitos ativos, que imprimem, no seu fazer diário, a dinamicidade necessária para a materialização de seus objetivos.

A Organização Disciplinar do Corpo Técnico-Pedagógico, Administrativo, Docente, Discente e Pessoal de Apoio, além de lhes assegurar os direitos e deveres, prescritos em Lei, que deverão no âmbito escolar ser observados, traça normas de convivência escolar nas relações Interprofissionais e Interpessoais, objetivando uma Gestão Democrática, participativa, possibilitando maior autonomia a esta Unidade Escolar, conforme ao Regimento Interno da escola.

➤ **GESTÃO ESCOLAR**

No Art. 22 da LEI MUNICIPAL Nº 010/2011. Dispõe sobre regulamentação da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Barra da Estiva – A direção será exercida pelo diretor, vice-diretor eleitos e por sua comunidade escolar. A equipe gestora, obedecendo à modulação de cada unidade de ensino, será submetida à aprovação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

O gestor – educador– tem como responsabilidade, garantir o bom desempenho da escola e superar os desafios que afetem o aprendizado dos estudantes. É a sua liderança que dá o tom das atividades escolares, que tem como finalidade a coordenação e mediação das ações propostas pelo Projeto Político Pedagógico, as mediações interpessoais, bem como a credibilidade junto à comunidade, por ser o principal elo entre esses elementos. Sua atuação determina, em grande parte, as características de uma gestão democrática.

Deve-se promover um novo tipo de liderança, motivada pela capacidade de diálogo, que alie uma sólida base conceitual e prática sobre gestão da educação.

O gestor escolar tem como principais objetivos:

- Liderar a equipe escolar;
- Envolver a comunidade escolar e aproximar as famílias da escola;
- Conduzir a construção do Projeto Político Pedagógico;
- Garantir o cumprimento do calendário escolar;
- Valorizar e coordenar os colaboradores e professores;
- Garantir o bom desempenho dos processos de ensino aprendizagem, intervindo quando for necessário;
- Criar condições para capacitação continuada dos professores e profissionais da escola;
- Gerir de forma transparente e responsável os recursos humanos, materiais e financeiros da escola.

Constitui a Direção da Escola Municipal Geração do Futuro, uma Diretora e uma vice-diretora, legalmente habilitadas em curso de Nível Superior em Pedagogia, apoiadas pelos Órgãos Colegiados.

➤ **GESTÃO DE RECURSOS**

A gestão dos recursos oriundos do Governo Municipal e Federal é administrada de maneira transparente e democrática, contando com a participação da comunidade escolar na aprovação dos planos de aplicação. Os recursos são aplicados na compra de bens permanentes custeio e na manutenção. As atividades são organizadas de maneira que favoreçam o trabalho em grupo de professores, de estudantes, funcionários e andamento pedagógico e expediente administrativo, bem como a aplicação em prol da segurança e bem estar do ambiente e de todos que dele compõem.

Sendo a escola autônoma, os investimentos financeiros recebidos provem do FNDE, via Banco do Brasil e a prestação de contas é feita pelos gestores, junto ao conselho escolar e nas reuniões dos professores.

➤ ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Embora tenha o poder de decisão, a direção, busca envolver o quadro de funcionários, através de reuniões específicas onde há uma troca de ideias e são passadas as atividades pré-estabelecidas.

CONSELHO DE CLASSE

É um órgão colegiado de caráter consultiva e deliberativa em contextos didático-pedagógicos, baseado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar. Tem como ações propor um momento em que professores, equipe pedagógica e direção se agrupam para debater, aferir as atuações educacionais e aconselhar escolhas que procurem garantir a realização do procedimento de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Nelas, as tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo educando na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

CONSELHO ESCOLAR E CAIXA ESCOLAR

A escola possui com base na LDB 9394/96 e na Lei Orgânica Municipal o Conselho Escolar que tem peso de decisão enquanto órgão máximo da instituição, de caráter deliberativo, consultivo e normativo no referente a quaisquer assuntos relacionados à escola.

- **A CAIXA ESCOLAR** é uma Instituição jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como função básica administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União, estados e municípios, e aqueles arrecadados pelas unidades escolares. Ou seja, são unidades financeiras executoras, na expressão genérica definida pelo Ministério da Educação. Os recursos recolhidos por ela destinam-se à aquisição de bens e serviços necessários à melhoria das condições de funcionamento da escola, incluídos no seu plano de desenvolvimento. Ela é composta pelos órgãos: Presidente, Vice-

Presidente, Tesoureiro, Secretário, Membros do Conselho Deliberativo, Membros do Conselho Fiscal. Este último compõe-se de representantes de pais de estudantes e de outras pessoas da comunidade. A Caixa Escolar e o Conselho Escolar, juntos, se complementam, cabendo ao colegiado aprovar as prioridades propostas pela escola para a alocação de recursos e a prestação de contas de sua aplicação. A caixa viabiliza a aplicação dos recursos, observando os instrumentos legais em vigor e de acordo com as prioridades aprovadas pelo colegiado.

- ✓ **O CONSELHO ESCOLAR** tem a função de democratizar as relações de poder, tem atribuições consultivo-deliberativas e fiscais em âmbito pedagógico, administrativo e financeiro. É constituído por: diretor (membro nato), representantes de profissionais do pedagógico, representantes de funcionários, representantes de pais ou responsável.

➤ **COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

A Coordenação Pedagógica é um processo dinamizador do crescimento pessoal e profissional dos educadores, e cujas funções são de assessorar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de caráter técnico pedagógico do processo ensino aprendizagem, bem como curricular. Para o exercício da Coordenação Pedagógica exige-se a Graduação de Nível Superior em Pedagogia, de acordo com a LDB 9394/96 – Art. 64.

Esse profissional tem que ir além do conhecimento teórico, pois para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos estudantes e professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando fontes de informação e refletindo sobre sua prática. Dentro das diversas atribuições estar o ato de acompanhar o trabalho docente, sendo responsável pelo elo de ligação entre os envolvidos na comunidade educacional. A questão do relacionamento entre o coordenador e o professor é um fator crucial para uma gestão democrática, para que isso aconteça com estratégias bem formuladas o coordenador não pode perder seu foco.

➤ **ORGANIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE**

O Corpo Docente é a equipe constituída pelos professores em exercício na escola, com a função de realizar processo de ensino-aprendizagem, construção do conhecimento, na perspectiva de diversos métodos e uma interação. Além de cumprirem seu papel específico na escola, têm a responsabilidade de elaboração do Projeto Pedagógico Curricular, decisões dos Conselhos de classe, reuniões com pais, e demais atividades da comunidade.

➤ **ORGANIZAÇÃO DO PESSOAL ADMINISTRATIVO**

O pessoal Administrativo constitui-se de funcionários que prestam apoio a administração escolar. Seus direitos e deveres são aqueles definidos na legislação em vigor e nos dispositivos deste Regimento. O corpo Administrativo da Escola consta de: Secretário, Porteiro, Auxiliar de Serviço Geral, Merendeira.

O DIAGNÓSTICO ATUAL DA REDE/ INSTITUIÇÃO

➤ AMBIENTE ECONOMICO E CULTURAL DA ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO

É inestendível que o PPP faça sentido com a comunidade escolar e dialogue com questões que compreenda o reconhecimento das crianças e seu contexto cultural e socioeconômico. Para isso, há uma necessidade do reconhecimento do contexto escolar em suas diversas etapas, bem como a realidade social, econômica a qual ela está inserida, pois escola, família e comunidade como tudo precisam comungar entre si, criar parcerias reais e condizentes ao contexto de cada elemento que dela compõem para que as propostas da escola sejam condizentes e que ajudem no processo formativo das crianças que dela faz parte. Neste sentido, foi possível concluir, através de pesquisas e questionários com questões abertas e de múltiplas escolhas, entregues aos estudantes e os pais para responderem.

Sendo assim, no diagnóstico colhido aponta que a comunidade escolar dentre todas as diversidades encontradas, que não existem grupos homogêneos, modelos únicos e padrões específicos. Que o contexto familiar entrelaça com a realidade da escola e interferem direto ou indiretamente na formação do indivíduo, e para isso se faz necessário criar estratégias que interagem com um processo muitas vezes singular. E que, para isto, a escola precisa desenvolver nova visão do trabalho que oportunas contextos educacionais onde todos possam aprender e que todos se sintam incluídos nas suas propostas metodológicas.

Dentre os dados obtidos, e a escola é formada por uma parte dos estudantes que se encontra baseada na renda mínima, como também temos famílias com bom poder aquisitivo que variam em medianas, bem como, algumas crianças carentes, (aproximadamente 3%). A economia familiar dos estudantes se vincula ao trabalho no campo e comércio da cidade, funcionários públicos, tais como: lavradores, engenheiro agrônomos, serralheiros, eletricitas, técnicos de enfermagem, enfermeiro, secretario escolar, gari, pedreiro, merendeira, autônomos, costureira, polícia militar, guarda municipal, agente de endemia, agente comunitário de saúde, motorista, professores, cabelereiro, construtores de

estufas, assistentes administrativos, advogados, dentistas serviços gerais e serviços do lar. Possuem famílias que recebem auxílio governamental, em torno de 15% (AUXÍLIO BRASIL) e 2% (BPC). A escola possui em média de 0,7% de criança com necessidades especiais, dentre elas Transtorno de Espectro de Autista, Deficiência Intelectual e motora, Epidermólise Bolhosa, e aproximadamente 10% com dificuldades na aprendizagem sem diagnóstico confirmado. Dados apontaram também que, 4% das crianças que apresentaram Intolerância Alimentar.

Muitos pais, em termo de escolaridade, apontaram 30% Ensino Fundamental completo, 57% com Ensino Médio completo e 11% de Ensino Superior e 2% sem escolaridade.

Em relação a moradia, 62% das famílias reside em área urbana, sendo as mesmas em localidades não tão próxima da escola, e 32%, na área rural, e devido a isto, necessitam de transportes públicos ou particulares para vir estudar. Neste sentido 38% dos alunados utilizam transportes particulares, 55% usam o transporte público 10% veem a pé e 2% pagam vans particulares, que vem reforçar a importância do uso do transporte público para chegar ao destino escolar, como também para alguns estudantes da sede, pois a localidade e tráfico de carros até chegar à instituição é bem movimentada.

O número de pessoas que compõem a família em média, estar entre dois a oito componentes, 90% possuem casa própria e 10% moram em casa alugada. Em relatos pesquisaram também apontam que 78% das crianças moram com seus pais (pai / mãe), 20% somente com a mãe e 2% com os avós.

A comunidade se caracteriza como etnia definida como 69% pardos, 23% brancos, 7% negros e 2% sem definir, resultantes de miscigenações e embelezamento de diversidades genéticas.

Grande parcela da comunidade escolar pratica a religião Católica com um total de 68%, havendo também evangélicos com 14%, os que se designam cristãos e religiosos 10%, Adventistas 2%, Testemunha de Jeová 2%, Espiritualista 2% e os que não possuem crenças 2% o que caracteriza uma diversidade religiosa e a garantia do pluralismo ideológico e religioso que garanta o respeito a diferenças, a qual, precisam ser respeitados e incluídos nos projetos escolares e propostas metodológicas defendidas pela Constituição Federal, LDB, DCN'S, BNCC, dentre outros.

O QUE OS PAIS PROFISSIONAIS ESPERAM DA ESCOLA:

- ✓ Que seja uma escola afetiva, dinâmica e que se preocupe com a aprendizagem dos estudantes;
- ✓ Bom desempenho e participação;
- ✓ Ensino de qualidade;
- ✓ Estar sempre em contato com os pais;
- ✓ Dedicção e incentivo;
- ✓ Método de ensino eficaz, participativos e inclusivos, despertando curiosidades, hábitos de leitura.
- ✓ Equipe escolar responsável;
- ✓ Comprometimento na aprendizagem dos estudantes;
- ✓ Que seja uma escola aberta, com missão e meta voltada para o educando;
- ✓ Escola democrática, que preserva a cidadania levando em consideração as pluralidades de cada aluno.
- ✓ Um ambiente que proporcione o interagir, o relacionar, o opinar, o conhecer, o questionar e o respeitar;
- ✓ Desenvolver projetos em que os estudantes participem ativamente;
- ✓ Bons profissionais da educação;
- ✓ Que contribua na formação integral do aluno;
- ✓ Forme estudantes críticos e reflexivos;
- ✓ Um trabalho de qualidade e humanitário;
- ✓ Preocupação com a aprendizagem para a vida e não somente conteudista;
- ✓ Contribuir para que a criança se torne uma boa cidadã.

➤ AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Escola Municipal Geração o Futuro realiza a avaliação institucional de dois em dois anos e esta tem como objetivo apontar todos os aspectos relevantes e importantes dentro desta instituição que visa a busca do desenvolvimento, melhorias e qualidade dos processos educacionais nela produzido.

A participação de todos os segmentos, além de dar legitimidade às ações avaliativas, favorece a interlocução entre a comunidade escolar, podendo assim lançar mão de alguns pressupostos para dirigir a rotina da escola, tais como/; o aprendizado do aluno; o compromisso com a ação educativa e com a organização administrativa e pedagógica da escola; a necessidade de que todos contribuam com um ambiente que promova relações saudáveis, integrando as pessoas e o trabalho como foco no respeito mútuo, dentre outros.

Vista desta forma, a Avaliação Institucional pode ser entendida como um instrumento que auxilia o trabalho da gestão escolar, pois permite diagnosticar os problemas, as necessidades, os anseios e colher sugestões de todos os profissionais que ali atuam. Esse processo faz com que os profissionais se sintam sujeitos da ação, estimula assim, o sentimento de pertencimento de todos quanto aos encaminhamentos e produções do ato educativo e da organização da escola.

Os momentos de reflexão que a Avaliação Institucional proporciona, permite à escola o exercício de sua autonomia frente à organização e efetivação do processo educativo, com isso verifica-se a garante responsabilidade que tem a escola e os sujeitos que ali atuam quanto às definições e formas de condução do trabalho. Por isso, é importante ouvir a comunidade, manter um canal de diálogo com os pais e demais pessoas que utilizam os serviços da escola.

A análise dos dados coletados através da aplicação do instrumento da Avaliação Institucional (Indicadores de Qualidade na Educação) não pode deixar de ter como princípio balizador as ações do PPP da escola. Logo, o ponto de partida e de chegada para definição de metas e ações após a aplicação da avaliação devem ser os objetivos definidos na política educacional da escola. Assim, é mantida a coerência e coesão do trabalho, bem como a qualidade do mesmo, pois este trabalho não pode ser visto apenas como aquele que oferece dados quantitativos, ressaltando-se que a análise rigorosa dos mesmos, gera o aspecto qualitativo.

Dentre os aspectos diagnosticados com os pais, estudantes e funcionários desta escola, apresentam os seguintes dados:



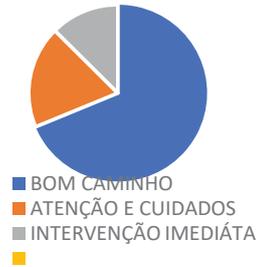
CONFLITOS: REGRAS DE CONVIVÊNCIA



PLANEJAMENTO



CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS



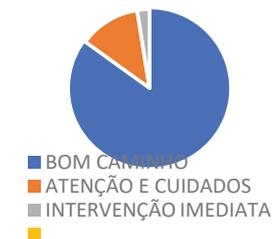
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS



DIVERSIDADE E TRANSPARENCIA AO AVALIAR



MONITORAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS



EXISTÊNCIA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA



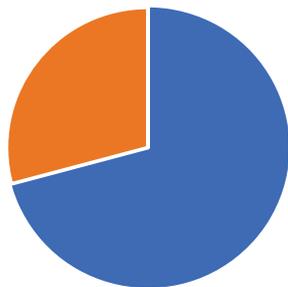
■ BOM CAMINHO
■ ATENÇÃO E CUIDADOS
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

APROVEITAMENTO DA BIBLIOTECA, SALA DE LEITURA E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DA INTERNET



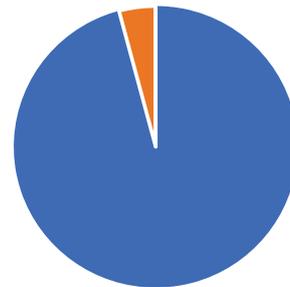
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

AÇÕES INTEGRADAS



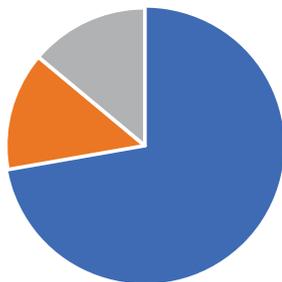
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

INFORMAÇÕES DEMOCRÁTICAS



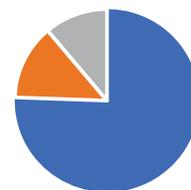
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

CONSELHO ESCOLAR ATUANTE



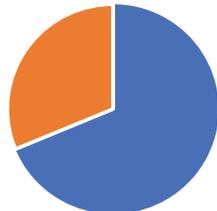
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

INDICADORES OFICIAIS DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA E DAS REDES DE ENSINO



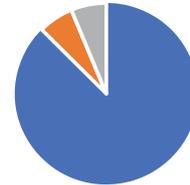
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

PARTICIPAÇÃO EFETIVA



- BOM CAMINHO
- CUIDADO E ATENÇÃO
- INTERVENÇÃO IMEDIATA

PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO FINANCEIRA



- BOM CAMINHO
- CUIDADO E ATENÇÃO
- INTERVENÇÃO IMEDIATA

FORMAÇÃO E CONDIÇÃO DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA



- BOM CAMINHO
- CUIDADO E ATENÇÃO
- INTERVENÇÃO IMEDIATA

ESTABILIDADE DA EQUIPE



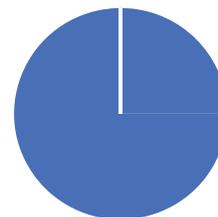
- BOM CAMINHO
- CUIDADO E ATENÇÃO
- INTERVENÇÃO IMEDIATA

ASSIDUIDADE DA EQUIPE



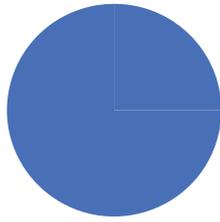
- BOM CAMINHO
- CUIDADO E ATENÇÃO
- INTERVENÇÃO IMEDIATA

ACESSO E PERMANENCIA DOS ALUNOS NA ESCOLA



- BOM CAMINHO
- CUIDADO E ATENÇÃO
- INTERVENÇÃO IMEDIATA

ABANDONO E EVAÇÃO



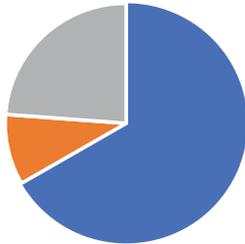
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

ATENÇÃO AOS ALUNOS DEFASAGEM DE APRENDIZAGEM



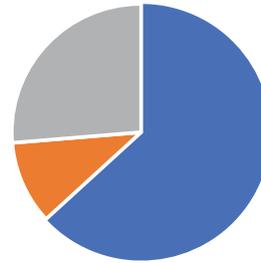
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

AMBIENTE DOS BANHEIROS



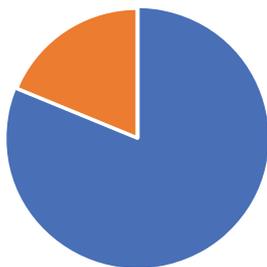
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

PRÁTICAS DE ESPORTES



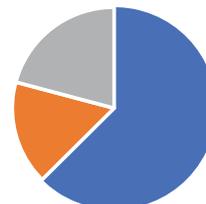
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

INTERNET



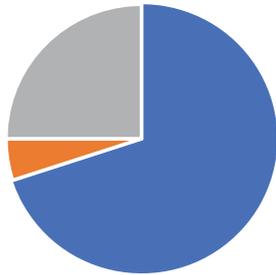
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

AMBIENTE , SALAS E BIBLIOTECAS



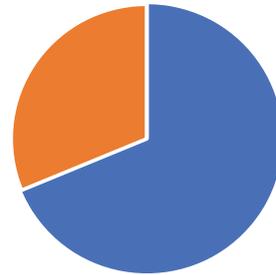
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

AMBIENTE PÁTIO ESCOLAR



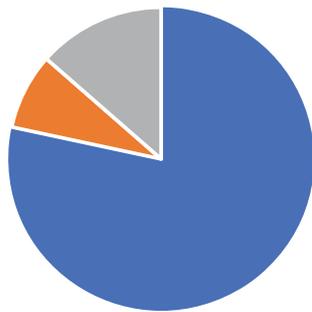
■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

CALENDÁRIO LETIVO



■ BOM CAMINHO
■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA

MERENDA



■ BOM CAMINHO ■ CUIDADO E ATENÇÃO
■ INTERVENÇÃO IMEDIATA ■

➤ DADOS AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COM OS DOCENTES

Durante o mês de agosto de 2022 houve momentos de escuta com todos os envolvidos na comunidade escolar, dentre eles os estudantes com a participação de 90% dos presentes envolvidos na frequência durante o processo de avaliação diagnosticadas.

As pesquisas apontaram que 85% dos alunados demonstraram interesses e gostam de vir para escola. Dos demais, 10% não acham a escola interessante e 4% não gostam da escola. Aos estudantes demonstraram preferências e aptidões em apontar o que mais gostam no ambiente escolar, e dentre situações registradas entre eles foram que o que mais gostam da escola estar: em estudar, brincar, jogar na quadra e a merenda escolar, porém teve estudantes que marcaram que não são interessados em fatores do tipo, realizar provas, algumas regras da escola de não correr e ter pouco tempo para o recreio. Sugeriram que gostaria que a escola tivesse internet para os estudantes liberada, que fosse permitido uso do celular, tabletes, usar computadores, e que escola tivesse atividades como basquete, redes de vôlei, horta, jardim, piscina, como também o conserto do parquinho.

Sobre as atividades e auxílio das lições de casa eles apontaram que são passados e orientados pelos professores da escola, e que recebem ajuda quando solicitado, como também, nas solicitações que apresentam dificuldades e que em casa fazem a lição: 93% com ajuda de alguém da família (pai, mães, tio, irmãos e primos), 1,9% tem ajudas nas bancas e 8% fazem sozinhos.

Da merenda escolar, eles assinalaram como alimentos dos cardápios mais aceitos: cachorro quente, pão com carne, caldo. E as que não gostam: macarrão com sardinha, arroz doce e canjica.

Dos motivos que interferem na frequência e impedem de vir para escola, foi apontado como: 61,4% por motivos de doenças, 16,7% transporte e outros fatores como, chuvas, viagem, não ter quem traz para escola, e 1,9% dos que apontam ter preguiça ou desinteresse de vir estudar.

No recreio as brincadeiras preferidas deles estão: futebol, cartinha, pega-pega, parquinho, boleado, elástico, congelado, pular corda, brinquedos, esconde-esconde e bola.

Sobre hábitos de leituras e se gostam de ler: 57,1% gostam de ler sozinhos ou com colegas, 24,3% leem, mas não tem muito interesse e 18,6% não tem hábitos de leituras ou não gostam de ler.

Das atividades que eles gostam de fazer nas suas casas em momentos livres estão: ouvir músicas, assistir tv, jogar no celular, usar celular para vídeos e entretenimentos, conversar com os familiares. E as que ele menos faz estão: ler livros e ouvir histórias com as famílias, arrumar a casa, e não gostam de brincar sozinhos com seus brinquedos.

O momento de escuta no processo educativo de uma criança é uma ferramenta muito importante no seu processo formativo, pois possibilita o desenvolvimento de habilidades cognitivas e processuais que abrange vários benefícios que serão uteis para sua inclusão social, dentre eles estar a confiança, o respeito, a segurança. E desta forma estabelece a garantia do seu espaço de fala e de pertencimento.

CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

As concepções apresentadas a seguir balizam a Proposta Curricular da Escola Geração do Futuro, bem como suas práticas pedagógicas, afim de garantir um percurso formativo que assegure a continuidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e dos estudantes. Diante das concepções existentes dentro da educação a escola busca conhecê-las para melhor exercer seu papel dentro da comunidade escolar e social.

➤ CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática e participativa valoriza a participação na tomada de decisões, por meio do diálogo e do consenso, para uma construção coletiva dos objetivos e funcionamento escolar. É formada por diferentes ações: Formação do Conselho escolar; Elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira coletiva e participativa; determinação e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; divulgação e transparência na prestação de contas; avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, estudantes e equipe técnica. Assim, a gestão democrática vai além do processo de tomada de decisões, ela identifica os problemas, acompanha e controla as ações na fiscalização e avaliação dos resultados. Dessa forma, com a democratização da gestão é ampliada a participação das pessoas.

➤ CONCEPÇÃO DE SER HUMANO

Por ser denominado como um ser vivo de natureza racional, o ser humano é capaz de possuir uma característica impar e uma totalidade ao mesmo tempo, capacidade essa que lhe permite saber distinguir as coisas e elaborar opiniões. É um ser social que consegue ter uma convivência social e entusiasmar ou ser entusiasmado por determinada conduta seja ela moral ou intelectual. Para Vygotsky (1998), o homem se constitui pelas relações sociais que estabelece com outros homens e com a natureza, sendo produtor destas relações num processo histórico. Para haver uma autêntica relação homem / realidade é preciso respeitar e valorizar as características próprias do ser humano e aquelas das realidades que o circundam.

➤ **CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO**

“A educação não é preparação nem conformidade. Educação é vida, é viver, é desenvolver, é crescer.” (Dewey). Ainda, para Saviani “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Desse modo, o objeto da educação é, por um lado, a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos a fim de que se tornem parte da humanidade; por outro lado, diz respeito à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.” (Saviani. 2000, p.23). Sendo assim, acreditamos que a educação ocupa um lugar bastante significativo na vida de um indivíduo, pois, o espaço escolar deverá ser aquele onde, além de desenvolver as capacidades intelectuais do aluno, desenvolve suas potencialidades sociais, ou seja, atuará de forma a compreender e interferir na maneira de pensar, no resgate da cultura, no favorecimento do diálogo, na compreensão dos fenômenos sociais, bem como as relações de trabalho, modelo do qual está inserida nossa sociedade.

➤ **CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE**

A sociedade desempenha um papel na construção e formação educativa e social das pessoas que dela integram. A escola interage e contribui com essa formação, por ser um ambiente social também, e precisa repensar sobre que tipo de sociedade que ela pretende construir, haja vista que ela tem conhecimentos primordiais que contribui na formação do caráter social, e, faculdade de influenciar, consolidar as afinidades respeitando as mais variadas diversidades que nela apresenta. Ao refletir que sociedade temos, e em uma educação onde há vinculação e construção em constante movimento, possibilita a todos uma variedade de saberes centrados de acordo com a história no decorrer do tempo e espaço que dela se desconfigura. Segundo Piaget em relação ao conhecimento humano, conclui que, existe uma relação evolutiva entre o sujeito e o seu meio, que contribui para o ser humano reconstruir suas atuações e opiniões ao se relacionar com experiências presentes no ambiente a qual ele está inserido. Para ele, a criança constrói sua realidade como um ser humano singular, situação em que o cognitivo está em supremacia em relação ao social e o afetivo. Desta forma, conhecendo o mundo que a rodeia e convivendo com as mudanças sociais, muitas vezes modificadas pelas ações do ser humano em consequência de sua evolução os seus atos, há uma incorporação

mútua de conhecimentos e aprendizado.

➤ **CONCEPÇÃO DE CULTURA**

A cultura composta no ambiente escolar é aperfeiçoada pela influência mútua entre, normas e legislações, os programas, currículos, bem como, os resultados da ação cometida pelas pessoas e grupos sociais que nela está envolvida: professores, gestores, funcionários, estudantes e comunidade em geral.

De acordo com Giddens (2005) *“cultura refere-se aos membros de vida de uma sociedade, ou de grupos dentro da mesma”*. Inclui a arte, a literatura e a pintura, mas também vai muito além. Outros itens culturais, por exemplo, são o modo de vestir das pessoas, seus costumes, seus padrões de trabalho e cerimônias religiosas. Nesse contexto, o reconhecimento da multiculturalidade leva a comprovação da distinção que formam as raízes culturais que constituem um contexto educativo que valorizam as relações presentes dentro da escola, na busca de uma melhor compreensão acerca da importância da cultura no processo de aprendizagem e nas práticas pedagógicas.

Uma vez que, a comunidade escolar e seu contexto de vivência com suas práticas são fundamentais para a compreensão da construção de suas propostas pedagógicas e organizações administrativas, bem como, tomada de decisões. Nesse contexto, a capacidade de cada escola produzir ações e reflexões sobre a diversidade cultural, aprimora suas habilidades em elaborar e reelaborar uma dinâmica interna a partir de contextos não padronizados que respeitam as mais variadas formas de conviver com a diversidade.

➤ **CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA**

Em um sentido amplo, e a partir da origem do termo em latim, a Ciência pode ser definida como conhecimento ou sabedoria. Através do conhecimento que o cidadão busca alcançar os direitos e tomadas de decisões que afetam direto ou indiretamente na sociedade na qual estão inseridos. Assim, o desenvolvimento intelectual de uma cidadania contribui na sua criticidade e ao mesmo tempo lhe torna mais ativa. Nesse contexto, o ensino de Ciências deve favorecer uma aprendizagem que dê enfoque a uma reflexão mais crítica relacionada ao processo de produção do conhecimento e de suas implicações na sociedade e na vida do cidadão, pois é por meio deste ensino que os cidadãos se tornarão capazes de

tomar suas próprias decisões baseadas no conhecimento científico adquirido na escola e na vida.

As novas concepções devem ser significativas aos estudantes, fazendo-os utilizá-las para resolver seus problemas. Para que os educandos adquiram o conhecimento científico é necessário que eles o construam. E nessa construção não se devem ignorar os seus conhecimentos prévios, para que assim realmente ocorra uma aprendizagem significativa.

➤ **CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL**

A defesa da Educação Integral pressupõe garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Para isso, pressupõe também a existência de um projeto coletivo, compartilhado por estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. Em diálogo com o conceito de Educação Integral, existe o território e sua relação indissociável com a escola e este modelo curricular conecta os contextos dos estudantes e de suas famílias às práticas curriculares de Educação Integral. A concepção de Educação Integral pressupõe o pleno desenvolvimento das pessoas nas diferentes etapas da vida, a centralidade do sujeito nas propostas educativas e a convicção de que a aprendizagem é fruto das relações do sujeito com tudo que o cerca: o meio, o outro, os objetos de seu conhecimento. A Educação Integral é, dessa forma, uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes. No entanto, para que a Educação Integral possa, de fato, se converter em uma proposta estruturante dos currículos e das práticas pedagógicas e de gestão das escolas, é fundamental que processos participativos sejam implementados e que condições de formação sejam garantidas.

A competência geral da BNCC preza sobre a valorização da diversidade de saberes, vivências culturais e experiências que possibilitam ao educando o entendimento das relações existentes no mundo do trabalho. As escolhas dos estudantes devem estar alinhadas ao exercício da cidadania e de seus projetos de vida, de modo a exercitar a autonomia, consciência crítica, liberdade e responsabilidade.

➤ **CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO**

Para que a escola atinja seus objetivos e cumpra realmente seu papel, é

primordial que haja à organização curricular, que se constitui no resultado de escolhas intencionais que fazemos dentro do imenso conjunto de conhecimentos produzidos pela humanidade. Para o êxito da organização curricular é preciso saber o que escolher, o que implica conhecer e em primeiro lugar o que norteia nossas escolhas. Segundo Saviani, o currículo deve ser uma organização das atividades nucleares, distribuídas no espaço e tempo escolar. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, uma escola desempenhando a função que lhe é própria.

O papel do currículo então é fazer com que o saber sistematizado seja organizado de tal forma que os educandos possam adquiri-lo gradativamente ao longo de um determinado tempo escolar. Para a elaboração do currículo é necessário respeitar algumas características que lhes são essenciais, pois se trata de um instrumento organizador do processo educativo. Para tanto, deve ser construído em conjunto, deve envolver escolhas democráticas, intenções almejadas e práticas possíveis no alcance das intenções.

A Escola Municipal Geração do Futuro concebe o currículo como o coração que pulsa e determina o caminho percorrido por professores e estudantes para a ampliação do repertório cultural. O currículo deve ser o sustentáculo para as ações do processo educacional, apontando os princípios, as diretrizes, os objetivos, as estratégias, os conceitos e os métodos, contextualizados pela realidade, com o compromisso de corresponder aos anseios da comunidade escolar, tendo como foco o referencial para orientar as atividades de autonomia e liberdade. Nas etapas do ensino, o currículo abarca o que preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2010) e demais legislações vigente, atentando-se para as especificidades, os objetivos e as expectativas de aprendizagem definidas na Proposta Curricular da própria Escola.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Ao definir seu Projeto Político-Pedagógico, o Escola Municipal Geração do Futuro, assume como valor fundamental o valor da pessoa humana em sua dignidade. Conseqüentemente, propõe uma educação ética que crie condições para a construção de identidades, que se constituam pelo desenvolvimento da sensibilidade e pelo reconhecimento do direito a igualdade, orientando as condutas para que respondam as exigências de nosso tempo.

Educar é consequência de uma ação comunitária. Por meio do diálogo e do encontro que se dá a comunicação de um sujeito com o outro, onde educador e educando se educam. Dessa forma, a escola institucionaliza este caráter social e político da natureza humana. A necessidade do educar dá origem à escola. Para que o ensino se transforme em Educação é preciso, antes, que haja domínio completo entre educador e educando, escola e comunidade, numa linguagem ímpar. Com base nestes princípios, a Escola Municipal Geração do Futuro fez a opção por desenvolver um trabalho didático-pedagógico e humanista baseado na Concepção Sócio Interacionista da Educação. Segundo esta concepção de educação, o papel da escola é o de socializar o saber elaborado e sistematizado - não cabendo nela, a fragmentação dos saberes, valorizando a história que o aluno adquiriu por meio das suas experiências. Mas não basta a existência deste saber, é preciso que a escola ofereça condições de sua transmissão/assimilação, dosando-o, sequenciando-o. Assim, o aluno passa a dominá-lo. A este saber nominamos de "saber escolar". Somente isso não basta, faz-se necessário oportunizar a produção pelos estudantes, afim de que possam produzir criar e recriar novos conhecimentos e aqueles historicamente produzidos pela humanidade, uma vez que estes não são estáticos, mas suscetíveis de transformação.

Nossa proposta, ainda, inspira-se numa perspectiva de educação para a cidadania, o que significa educar para a democracia, de modo que se possa acreditar que é possível intervir nas questões sociais e culturais, de forma inteligente e constante. A proposta educacional da Escola Municipal Geração do Futuro está organizada em torno dos quatro pilares propostos por Delors (1998), durante a Conferência da UNESCO:

✓ **Conteúdos conceituais: aprender a conhecer:** Aprender a conhecer, cujo objetivo é favorecer o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, aprendendo e compreendendo o mundo, despertando a curiosidade intelectual, estimulando o sentido crítico, adquirindo autonomia na capacidade de decidir; onde todos os conteúdos necessitam de uma base teórica, denominados conceitos. Os conceitos nos transportam pela vida sejam: científicos, intelectuais, filosóficos, calculistas ou de outros parâmetros. Estes nos revelam a verdadeira base da descoberta do saber, estimulando a curiosidade de aprender. Os conceitos passam a desenvolver a parte cognitiva do ser levando este a desenvolver o intelecto, o raciocínio, a dedução, a memória, proporcionando a construção do conhecimento. O conceito é considerado um instrumento do conhecimento, através dele é que o ser humano desenvolve sua compreensão do mundo que o rodeia, ele capacita para o mercado de trabalho e torna-se o maior alvo de pesquisa estudantil.

Os conteúdos conceituais fazem parte da construção do pensamento, nele o indivíduo aprende a discernir o real do abstrato; ou ilusório. Abrem-se as portas da dúvida, esta dúvida estimula a descoberta do conhecimento, gerando novas dúvidas possibilitando descobertas infinitas. Sendo este, um processo onde: "o conhecimento é múltiplo e evolui infinitamente [...], o processo de aprendizagem do conhecimento nunca está acabado" Os conteúdos conceituais são a base do aprender a conhecer concebendo-nos a oportunidade de lembrar que aprendemos vastamente com as experiências que adquirimos durante a nossa vivência, e acrescentando que "aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis"

✓ **Conteúdos procedimentais: aprender a fazer:** Aprender a fazer, de modo que o educando adquira competências que o tornem apto a enfrentar diferentes situações e a trabalhar em equipe, pondo em prática os seus conhecimentos e o conhecimento que adquirimos com os conteúdos conceituais. Seja em forma de maquete utilizando-se de escala, reprodução de um ambiente visitado, ou uma letra de música transformada em paródia. Toda produção ou reprodução é determinada pelos conteúdos procedimentais. Como antes citado primeiramente o conceito do assunto posteriormente o fazer, e para fazer é preciso procedimentos corretos para o resultado esperado. Os conteúdos procedimentais também são de caráter profissionalizante, onde se visa que o aluno compreenda o

ofício de determinadas profissões, auxiliando no processo da escolha profissional no futuro, desenvolvendo todas as habilidades anteriormente citadas; trabalhando a memória, o intelecto, a dedução, habilidades motoras, e outras especificidades. Caracterizado pelo estudo de técnicas e estratégias para o avanço do conhecimento proporcionado através da experiência do fazer. E como pode ser notado, nenhum conhecimento se faz por si só, todos possuem sua base, assim como aprender a conhecer é base do aprender a fazer, aprender a fazer também torna-se base de aprender a viver juntos, pois existem projetos, processos e procedimentos que não poderão ser feitos ou produzidos por um único ser. Para que um livro seja publicado é preciso que haja um escritor, alguém que revise, alguém que publique; para que um edifício se erga é necessário um engenheiro, um técnico, pedreiros, serventes e outras especificidades, ou seja, um conjunto. Mesmo não possuindo muitas afinidades é possível vivermos juntos, para que o mundo possa desenvolver-se e nós também.

✓ ***Conteúdos atitudinais: aprender a viver juntos aprendendo a ser:***

Os conteúdos atitudinais são a vivência do ser com o mundo que o rodeia. O aprendizado de normas e valores torna-se alvo principal para que este conteúdo seja adquirido por quem quer que seja, e na sua proporção e qualificação só é desenvolvido na prática e em seu uso contínuo. O indivíduo é moldado de acordo com suas vivências, porém, não é escravo destas, podendo redimir-se ou simplesmente questionar-se. Os conteúdos atitudinais passam pelo processo sociedade-indivíduo-sociedade. Tratando-se de grupos, tribos, comunidades de diferentes escalões sejam eles econômicos ou culturais. Todos seguindo normas estabelecidas por todos: respeito, compreensão, solidariedade, humildade, muitos outros de suma importância.

No meio escolar estes conteúdos são trabalhados todo o tempo, seja ele nos trabalhos individuais ou em grupos, sendo ele melhor trabalhado em grupo já que o tema proposto é aprender a viver juntos respeitando uns aos outros em suas opiniões concordando ou discordando de determinadas atitudes que ferem as normas e os valores estabelecidos normalmente. Os conteúdos atitudinais "proporcionam ao aluno posicionar-se perante o que apreendem. Detentores dos fatos e de como resolvê-los, é imprescindível que o aluno tenha uma postura perante eles."

Através da convivência o indivíduo vê valores e torna-se ser pensantes de suas próprias atitudes amadurecendo seu interior e descobrindo-se membro de sua sociedade, e não mais um indivíduo, mas alguém que pode fazer a diferença.

➤ PLANEJAMENTO

A Escola Municipal Geração do Futuro objetiva formar cidadãos autônomos e participativos na sociedade. Para conseguir formar este cidadão, é preciso desenvolver nos estudantes a autonomia, a qual deve ser despertada desde os primeiros anos escolares.

Nesse sentido, é possível deixar claro a importância do planejar, pois este ato vai além de um documento burocrático. Através do planejamento é que a escola traça a garantia e execução de atividades escolares ao longo do ano letivo, colocando em prática o plano de ação que norteará a proposta pedagógica, as atividades educacionais, a matriz curricular e as metodologias de ensino que serão adotadas pela escola durante o processo de ensino e aprendizagem.

É apropriado observar que as escolas têm autonomia para criar ou adotar os projetos e as metodologias de ensino que acreditem, desde que garantam o processo de aprendizagem dos estudantes, de acordo com a idade e o nível em que eles se encontram.

Podemos dizer que o planejamento de ensino é a especificação do planejamento de currículo. Onde traduz em termos mais concretos e operacionais o que o professor fará na sala de aula, para conduzir os estudantes a alcançar os objetivos educacionais propostos. Nele deverá prever: Objetivos (para que ensinar e aprender?); Conteúdos (o que ensinar e aprender?); Métodos (como e com o que ensinar e aprender?); Tempo (quando e onde ensinar e aprender?) e Avaliação (como e o que foi efetivamente ensinado e aprendido?). É extremamente necessário assumir qual ação pedagógica, que necessita de um mínimo de preparo, mesmo tendo livro didático como um dos instrumentos comunicacionais no trabalho escolar em sala de aula.

O planejamento deve ser o alicerce na realização de qualquer atividade a ser desenvolvida, seja ela a curto, médio ou longo prazo e tem grande importância no andamento das práticas pedagógicas.

➤ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da escola acompanha a aprendizagem do aluno e diagnostica as causas que interferem no processo de forma positiva ou negativa e, a partir disso, reorienta as ações que compõem o trabalho pedagógico. Para avaliar, é preciso ter claro aonde se quer chegar, quais os alvos que se quer atingir com os educandos. Por isso, a avaliação deve ser diagnóstica e contínua, permitindo a melhoria da qualidade de ensino nos diferentes contextos de aprendizagem, possibilitando assim, uma diminuição na reprova e evasão escolar.

Segundo (Luckesi, 1991) a avaliação diagnóstica é a ideal, porque constantemente subsidia a construção do conhecimento. Sendo assim, o professor, mediante os resultados obtidos, deverá orientar sua prática pedagógica desde o planejamento até a recuperação. Ela será uma ajuda ao processo ensino-aprendizagem, pois fornecerá aos professores os elementos que permitam identificar os conhecimentos prévios dos educandos, bem como os pontos críticos para que este avance na construção do conhecimento, tendo em vista um projeto de escola não excludente. A avaliação deverá seguir também as exigências legais e do sistema de avaliação da Escola expresso no Regimento Interno. Esses itens devem obedecer às particularidades de cada indivíduo, experiências educativas, a pluralidade e a diversidade de cultura, diferentes tipos de capacidade, diferentes formas de expressão, conteúdos fundamentais para a continuidade da aprendizagem no ano seguinte. Para isto, os educadores deverão utilizar diferentes instrumentos de avaliação como prova, testes, trabalhos, debates, seminários, pesquisas, atividades, observações produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, assembleia, seminário, portfólio, exposição, entre outros. É importante destacar aqui que o professor não fará uso somente de um instrumento para avaliar, pois a construção do conhecimento é um processo mais amplo do que a verificação por uma única prova. A recuperação dos conteúdos deve ser parte integrante no processo avaliativo e terá que acontecer no cotidiano da sala de aula. Através dos instrumentos utilizados na avaliação diagnóstica, o professor detectará as dificuldades e a partir disso, replanejará suas ações, buscando novas metodologias, novas maneiras de se trabalhar para a superação das dificuldades e a efetiva aprendizagem. Espera-se, deste modo, que a escola venha contribuir

significativamente para que a abordagem diagnóstica da avaliação leve a construção de uma Escola democrática e participativa.

A avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade. Devem ser considerados os resultados ao longo de cada período avaliativo, expressando o desenvolvimento escolar do estudante, seus avanços bem como as necessidades identificadas, para que se constituíam num novo ponto de partida.

A avaliação do ciclo de 1º, 2º e 3º ano ocorre por meio de observações individuais, direcionadas por uma ficha de acompanhamento individual do aluno por trimestre. O registro do rendimento escolar é apresentado por relatório individual, repassado oralmente e por escrito aos pais, em forma de parecer descritivo no final do ano letivo com retenção apenas ao final do terceiro ano.

Para os estudantes de 4º ao 5º Ano o registro da avaliação será expresso através de nota, com divisão dos trimestres e peso das avaliações somatórias.

Temos a avaliação qualitativa, que visa desenvolver conhecimentos, competências e habilidades de forma consistente e respeitando o tempo e o processo de cada indivíduo, além de trabalhar valores como responsabilidade e autonomia.

Os resultados obtidos com os processos avaliativos, nos âmbitos qualitativos e quantitativos, devem servir de base para a organização e estruturação das ações pedagógicas, mas também como instrumento de verificação e análise da eficácia das políticas públicas educacionais, subsidiando a manutenção, modificação e/ou substituição das ações até então realizadas.

➤ **AÇÕES PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES A PARTIR DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS**

A avaliação externa em larga escala (CAED) é um instrumento para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares. Tem como foco o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas, e às unidades escolares um retrato de seu desempenho. Os resultados fornecem dados importantes para a tomada de decisões destinadas a melhorias no sistema de ensino e nas escolas e permitem acompanhamento do desenvolvimento das redes e sistemas de ensino, ao longo das diferentes edições dos testes em larga escala, mediante a comparação dos resultados. A divulgação dos resultados da rede municipal e da escola é realizada para todo corpo docente

pois todos são responsáveis pelos resultados, e não somente o professor da turma. Em seguida, é inserido no planejamento trimestral atividades que envolvam os descritores abordados, bem como realização de simulados.

➤ **APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO DO ESTUDANTE**

O processo de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, participativa e reflexiva acontece em todas as etapas de ensino, afim de garantir aprendizagem de todos estudantes dentro das suas potencialidades.

A aprovação ou reprovação está relacionada à avaliação expressa no conceito final, considerando que a frequência mínima de 75% conforme legislação em vigor, faz parte dos critérios para a aprovação ou reprovação, conforme legislação vigente e a partir do Conselho de Classe.

O controle da frequência diária será da competência e compromisso do/a professor/a dos anos ou respectivas disciplinas e deverá ser registrado em diário próprio fornecido pela secretaria da escola assim como o registro de todas as atividades e produções desenvolvidas em sala de aula.

Registro das avaliações realizadas e instrumentos avaliativos são preenchimento de fichas avaliativas e apresentados aos pais em cada etapa de ensino concluído.

➤ **TEMAS INTEGRADORES**

Os temas integradores entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o Currículo e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação sociopolítica, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

O principal objetivo do material é contextualizar o ensino para que ele faça sentido no imaginário dos estudantes

Na escola são os temas que atendem às demandas da sociedade contemporânea, ou seja, aqueles que são intensamente vividos pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e pelos educadores no dia a dia, que influenciam e são influenciados pelo processo educacional.

Os Temas integradores serão trabalhados de forma interdisciplinar entre os diversos componentes curriculares.

Dentre eles, a Educação em Direitos Humanos, Educação para a Diversidade, Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade, Educação para as relações étnico-raciais, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação Ambiental, Educação Financeira e para o Consumo, Cultura Digital, Educação Fiscal, Educação Alimentar e Nutricional: (Lei nº 11.947/2009, que são trabalhados alguns com mais intensidades do que outros de acordo o planejamento anual/trimestral e necessidades apontadas pela comunidade escolar que é inserida contando com a parceria de profissionais da saúde, Creas, Meio ambiente, Educação dentre outros.

As propostas pedagógicas da escola são pensadas para gerar espaços educacionais autônomos e criativos, onde o aluno aprende no processo de produzir, de questionar, de levantar dúvidas, de pesquisar e (re)criar relações que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e (re)construções do conhecimento. O papel do docente, portanto, deixa de ser somente o de transmitir informações e começa a ter um olhar na possibilidade de criar situações de aprendizagens, atuando como mediador, para que o aluno consiga encontrar sentido, significado naquilo que está aprendendo, a partir das suas vivências e realidade.

➤ **ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As atividades complementares, também chamadas de atividades extraclasse, elas são parte importante da vida escolar do aluno, uma vez que as formas de aquisição de conhecimento são renovadas e isso permite um engajamento maior em sala de aula. É papel da escola planejar experiências que estejam de acordo com a faixa etária do estudante e que tragam benefícios para o processo de aprendizagem.

São atividades que vão complementar — e não substituir — o que é ensinado na grade curricular. É uma maneira diferenciada de apresentar o conteúdo, pois vai além dos livros e aulas expositivas, propondo novas experiências aos estudantes. Dessa maneira, o objetivo é propiciar o contato com novas fontes de conhecimento —

podendo ser uma visita a biblioteca, ao parque ou ainda uma dinâmica com jogos educativos, desde que tenha relação com os assuntos estudados.

As atividades complementares são, portanto, uma oportunidade de tornar mais fácil a compreensão de temas estudados em uma ou mais disciplinas. Um passeio ao de ônibus ou na praça, por exemplo, pode auxiliar no entendimento de questões ligadas, meio ambiente, trânsito e sustentabilidade. Desse modo, a escola consegue atrair a atenção dos estudantes, despertando o interesse pelo aprendizado. Afinal, com a internet e tantas informações disponíveis, os estudantes são ávidos por novas maneiras de aprender que saiam do modelo tradicional — com caderno, livros e lousa escolar.

As atividades complementares podem ser planejadas no início do ano para que, dessa forma, sejam incluídas no cronograma escolar e ou no planejamento semanal. Assim, coordenadores e professores conseguem selecionar as ideias de acordo com a faixa etária dos estudantes e se programarem para pedir autorização dos pais, no caso de vivências que ocorram fora da escola. Além disso, os professores devem deixar bem claro aos estudantes qual é o objetivo das atividades para que elas não sejam vistas apenas como um momento de lazer.

A instituição de ensino deve, inclusive, tratar sobre o assunto com as famílias, de modo que elas entendam a finalidade do exercício prático. É importante pontuar como será a atividade, o que os estudantes vão observar e aprender.

OS PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO EDUCANDO

➤ PERFIL DE PROFESSOR

Ele deve atuar de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Geração do Futuro precisam e devem ser profissionais éticos, comprometidos e responsáveis com a missão e a visão da escola, assim como dos objetivos estabelecidos e almejados; assim como também, capazes de conhecer e reconhecer seus estudantes, adequar o ensino à aprendizagem significativa, fazer a promoção da teoria à prática dos conteúdos, elaborar atividades criativas e dinâmicas, possibilitando assim o aluno uma ação e reação reflexiva sobre a sua própria história como indivíduo, sujeito e cidadão. Assim, o professor/educador deve ser um agente ou profissional reflexivo-ético em constante transformação e formação pessoal, criativo, alegre, dinâmico, flexível, crítico, produtor de conhecimentos, aberto às mudanças e atento às diversidades e pluralidade, porém, respeitando as individualidades da criança e pensar no currículo de forma diferenciada, integrando o conhecimento acadêmico aos saberes da comunidade e dos próprios estudantes. Professor também deve ter o papel de aluno: deve aprender ao passo que ensina.

Para desenvolver as competências almejadas, o professor primeiramente necessita ser:

- ✓ Educador (tem como preocupação maior que os estudantes aprendam)
- ✓ Mediador (provoca o desejo do estudante para buscar novas compreensões e conhecimentos sobre a sua realidade)
- ✓ Facilitador (criador de métodos inovadores);
- ✓ Autor (aquele que desperta e cria inovações pedagógicas);
- ✓ Investigador (tem sede de conhecer por que as coisas são como são);
- ✓ Transformador (agente de transformação individual e coletivo);
- Provocador (o que instiga);
- ✓ Ter compromisso com o desenvolvimento humano global em suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social, com os estudantes e suas individualidades.
- ✓ Conhecer a realidade da criança;
- ✓ Conhecer a comunidade local.

Em uma concepção dialógica, professor e aluno compreendem o ato pedagógico como um processo no qual a pesquisa é o caminho que possibilita a escuta de sua prática, num movimento de ação-reflexão-ação. Nessa assertiva, a prática da pesquisa, como parte do trabalho docente, referencia-se de forma especial em Freire (1997, p.32): Considerando que a prática educativa é reflexiva e dialógica e que o ato pedagógico é um ato político, acredita-se na força de transformação social do ato de educar. Para tanto, o professor deve ser dinâmico, criativo, atento às questões locais, mundiais e tecnológicas; ser conhecedor das concepções pedagógicas adotadas pela escola, norteadoras da sua ação educativa, como condição essencial para a autonomia e autoria de pensamento.

Segundo Paulo Freire(1997) "*o trabalho do professor é o trabalho do professor com os estudantes e não do professor consigo mesmo*". O papel do educador, em suas intervenções, é o de estimular, observar e mediar, criando situações de aprendizagem significativa. É fundamental que este saiba produzir perguntas pertinentes que façam os estudantes pensarem a respeito do conhecimento que se espera construir, pois uma das tarefas do educador é, não só fazer o aluno pensar, mas acima de tudo, ensiná-lo a pensar certo.

➤ **PERFIL DO EDUCANDO**

A definição do perfil do/a aluno/a constitui-se condição fundamental para elaboração do projeto pedagógico e currículo escolar. As condições atuais de mercado e as necessidades sócio-econômico-culturais impõem a formação de uma pessoa inovadora, flexível e competente, um cidadão consciente e comprometido com a sociedade e com a natureza.

O aluno deve ter a formação ampla e ser capaz de desenvolver as capacidades de ordem cognitiva, física-motora, afetiva, atitudinais, conceituais e comportamentais, assim como de relações interpessoais, fazendo e promovendo sua inserção social de forma contínua, dinâmica, atuante, criativa, comprometida, justa e democrática.

ETAPAS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Esse período é constituído do 1º ao 5º ano. É a fase que marca a saída da educação infantil. Nessa fase, a criança participa de atividades lúdicas que favorecem o seu desenvolvimento motor, cognitivo, social, entre outros aspectos. É durante os anos iniciais do ensino fundamental que o processo de alfabetização do estudante é iniciado.

Visa atender as necessidades e interesses das crianças, que são diversos nessa faixa etária, com o objetivo de desenvolver suas capacidades e potencialidades. Deve-se haver a progressão das múltiplas aprendizagens, onde o trabalho deve ser desenvolvido levando em conta o conhecimento prévio e valorizando o lúdico no processo de aprendizagem.

Os nove anos obrigatórios dos Ensino Fundamental estão divididos em quatro ciclos contínuos de formação, sendo que os estudantes só podem ser retidos no final do primeiro ciclo e nas etapas I e II do segundo ciclo.

- ✓ 1º Ciclo: (6 aos 8 anos) Etapas I, II e III
- ✓ 2º Ciclo: (9 aos 10 anos) Etapas I e II

➤ ENSINO FUNDAMENTAL ANOS REGULAR

ADAPTAÇÃO À LEI Nº 9.394/96			
DURAÇÃO: 09 (NOVE) ANOS			
DIAS LETIVOS: 200	SEMANAS LETIVAS: 40	DIAS SEMANAIS: 05	Nº DE HORAS/DIA:04

TEMAS INTEGRADORES	COMPONENTES CURRICULARES							
	BASE NACIONAL COMUM							
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIEÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ENSINO RELIGIOSO	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	X			X	X	X		
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL	X				X	X		
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO	X	X	X				X	
SAÚDE NA ESCOLA	X	X	X				X	X

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	X		X	X			X	
EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O CONSUMO	X	X		X	X			
EDUCAÇÃO DIGITAL	X	X	X					
EDUCAÇÃO FISCAL	X	X		X				
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	X	X	X				X	X

CARGA HORÁRIA POR ÁREA DE CONHECIMENTO

ANO	LÍNGUA PROTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ENSINO RELIGIOSO	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	C.H. TOTAL
2º ANO	320	200	80	40	40	40	40	40	800
3º ANO	320	200	80	40	40	40	40	40	800
4º ANO	240	200	80	80	80	40	40	40	800
5º ANO	240	200	80	80	80	40	40	40	800
TOTAL GERAL	1.440	1.000	400	280	280	200	200	200	4.000

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	AULAS SEMANAIS					CARGA HORÁRIA
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	C.H. TOTAL
ÁREA DE LINGUAGEM	LÍNGUA PROTUGUESA	08	08	08	06	06	1.440
	ARTE	01	01	01	01	01	200
	EDUCAÇÃO FÍSICA	01	01	01	01	01	200
ÁREA DE MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	05	05	05	05	05	1.000
ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS	02	02	02	02	02	400
ÁREA DE HUMANA	HISTÓRIA	01	01	01	02	02	280
	GEOGRAFIA	01	01	01	02	02	280

ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	01	01	01	01	01	200
TOTAL DE AULA SEMANAL		20	20	20	20	20	4.000

Resolução nº 002, de 04 de maio de 2021- Dispõe Sobre a Matriz Curricular da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA, e dá Outras Providências correlatas.

➤ **PERIODO DE TRANSIÇÃO**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz sugestões para uma transição mais amena da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, Anos Iniciais e para os Anos Finais.

➤ **INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Para uma boa transição, é importante que o professor conheça a realidade da etapa anterior e inicie o 1º ano com as mudanças gradativas de acordo a adaptação das crianças. A presença da família, no primeiro dia é fundamental para fazer essa transição da melhor forma possível. Ao ambientá-los, a tendência é que se sintam mais confiantes e seguros para este novo desafio na trajetória escolar e de desenvolvimento das crianças.

Considerando a vivência que tiveram na Educação Infantil, o lúdico deve permanecer, além da apresentação dos espaços internos e externos da escola, apresentação dos funcionários e outros professores para os estudantes.

Os relatórios e portfólios produzidos na Educação Infantil, são fundamentais para facilitar este processo.

➤ **ANOS INICIAIS PARA OS FINAIS**

A mudança do 5º para o 6º ano é certamente a mais complexa do Ensino Fundamental. O contato com diversos professores, cada um formado em sua própria disciplina, não só exige um novo comportamento dos estudantes, como eles também perdem os laços de afetividade e proximidade com um educador polivalente, que é referência da turma no dia a dia.

A linguagem e a dinâmica da sala de aula são diferenciais na hora de interagir com os estudantes e desenvolver a aprendizagem.

Os estudantes ao ingressarem no 6º ano, encontram muitas dificuldades de adaptação na nova condição de vida escolar, que interferem no processo de ensino e aprendizagem.

No campo pedagógico a transição de uma rede para outra se dá a partir da ruptura das políticas educacionais e dos processos pedagógicos, uma vez que se visualizam duas redes distintas, com programas e currículos distintos. Sendo assim, é necessário que se repense a articulação dos currículos e das práticas pedagógicas que envolvem essas etapas, de modo que as instituições de ensino sejam incentivadas a tornar essa transição tranquila, pautada na relação de continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento humano.

POLÍTICAS E MODALIDADES DE ENSINO

➤ POLITICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Educação inclusiva significa uma diversidade de estudantes com diferentes origens, habilidades e necessidades, aprendendo lado a lado, na mesma sala de aula. Valorização das diferenças, respeitando as faixas etárias, de modo a criar um ambiente educacional que priorize o respeito, aceitação e a solidariedade entre os educandos. Dessa forma, estudantes com ou sem deficiências podem interagir entre si, participar das aulas e cada um contribuir de forma única para o enriquecimento do aprendizado de todos. A Educação Especial tem por finalidade garantir o atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades educacionais especiais. Em cumprimento aos dispositivos legais a Educação Especial é definida como uma modalidade que se responsabiliza pela sistematização de uma proposta pedagógica. Constituição Federal de 1988, LDBEN n° 9394/96, Lei n° 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n° 7853/89 que estabelecem “normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com necessidades especiais e sua efetiva integração social.

Tendo em vista que os anos na escola fazem parte da formação não apenas acadêmica, mas também do caráter dos indivíduos, uma educação inclusiva se torna essencial para que desde a infância os estudantes aprendam a conhecer, a interagir, a compreender, reconhecer e a valorizar as diferenças dentre a diversidade de possibilidades do ser humano. Para o ambiente escolar, é extremamente importante, pois cria um ambiente inclusivo, acolhedor e participativo a todos, enriquecendo ainda mais a vida acadêmica. Uma tal formação proporcionada pela educação inclusiva se reflete também na vida adulta, para além das escolas, e na gradativa mudança de culturas sociais estereotipadas para com os deficientes ou diferentes.

➤ EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

“...a parte mais bela e importante de toda história é a revelação de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distingue entre si, merecem respeito. [...]. É o reconhecimento universal em razão dessa radical igualdade, ninguém, nenhum indivíduo gêneros, etnia, classe social, grupo religioso ou nação pode afirmar-se superior às demais.”

(Fábio Konder Comparato, 2005)

A educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade, justa, igual, equânime.

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.

A escola tem que desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos.

O Currículo de Educação Básica é reestruturado partindo da definição de diversidade, com base na natureza das diferenças de gênero, de intelectualidade, de raça/etnia. De orientação sexual, de pertencimento, de personalidade, de cultura, de patrimônio, de classe social, diferenças motoras, sensoriais, enfim, a diversidade vista como possibilidade de adaptar-se e de sobreviver como espécie da sociedade.

Segundo a Resolução CNE/CP 01/2004, caberá às escolas incluírem no contexto de seus estudos e atividades cotidianas, tanto a contribuição histórico-cultural dos povos indígenas e dos descendentes asiáticos, quanto às contribuições de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza de que o Art. 26, acrescido à Lei nº 9.394/96, impõe bem mais do que a inclusão de novos conteúdos, mas exige que se repense um conjunto de questões: as relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas; os procedimentos de ensino; as condições oferecidas para aprendizagem: e os objetivos da educação pelas escolas, modificado pela Lei nº 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na Educação Básica.

É na escola que as diferentes presenças se encontram e é nas discussões sobre o currículo onde estão os debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos alunos e alunas.

O trabalho com a questão racial na escola deve ser percebido como um compromisso pedagógico do conjunto de educadores e não como uma escolha pessoal e militante, porque desconstruir o mito da democracia racial requer mais

do que normativas legais. É imprescindível que esforços sejam mobilizados a fim de propiciar uma mudança de valores, posturas e atitudes.

➤ **PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING E CIBERBULLYING**

A violência está presente, na maioria das cidades, confirmada pelos altos índices de criminalidade, decorrentes da desigualdade social, miséria, ineficiência do poder público e das políticas na área de segurança. Atualmente, a violência se manifesta de uma maneira mais intensa e atinge diretamente as pessoas no seu dia a dia.

A escola não é impermeável às transformações da sociedade, nem está a salvo de ser palco de violência. É um fenômeno complexo que reflete as violências existentes nos demais meios sociais. Ela pode se manifestar nas relações interpessoais como nas ações contra o patrimônio público, bens alheios e uso e tráfico de drogas nas redondezas da escola, dentre outros.

Nas escolas, a violência que se presencia é uma das facetas dos variados tipos de violência que ocorrem na sociedade atual, sendo vivenciada na família, nos locais de trabalho, nas ruas, influenciando as crianças, adolescentes e jovens e, assim, tendo graves repercussões na unidade escolar (ROLIM, 2009).

As discriminações e os preconceitos presentes no espaço escolar também são violências simbólicas utilizadas para manter os grupos subalternos nos lugares sociais para eles construídos pela classe dominante. No espaço escolar, esses tratamentos distintos são aflorados, ficam mais evidentes. A instituição escolar é, ao mesmo tempo, vítima e autora dos processos violentos.

A violência pode representar grande dano psicológico, social e físico para o aluno que a sofre, a exerce ou a presenciar. Portanto, é um fenômeno altamente complexo que requer estudos e reflexões (FERNÁNDEZ, 2005).

O tipo de violência mais comumente encontrado nas escolas é o bullying, um termo ainda pouco conhecido do grande público. De acordo com a Artº 1º § 1º da Lei 13.185/2015 considera-se intimidação sistemática ou bullying todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

As consequências são as mais variadas possíveis e dependem muito de cada indivíduo, da sua estrutura, de vivências, de predisposição genética, da forma e da intensidade das agressões. No entanto, todas as vítimas, sem exceção, sofrem com

os ataques de bullying (em maior ou menor proporção). Muitas levarão marcas profundas provenientes das agressões para a vida adulta, e necessitarão de apoio psiquiátrico e/ou psicológico para a superação do problema. Os mais comuns são: desinteresse pela escola; problemas psicossomáticos; problemas comportamentais e psíquicos como transtorno do pânico, depressão, anorexia e bulimia, fobia escolar, fobia social, ansiedade generalizada, entre outros.

Diante disso, em 14 de janeiro de 2024, foi criada a Lei 14.811/2024 introduziu o crime de bullying no Código Penal, punindo aqueles que intimidam sistematicamente outras pessoas, seja individualmente ou em grupo, de forma intencional e repetitiva. Esta legislação visa coibir comportamentos agressivos que podem levar a sérios danos físicos e psicológicos às vítimas.

➤ O USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

A tecnologia educacional é o termo usado para a utilização de ferramentas tecnológicas na aprendizagem, com fins pedagógicos e com o objetivo de trazer para o meio educacional atividades e práticas inovadoras que facilitem e evoluam o processo de aprendizagem.

Assim como na comunicação, no trabalho, nas relações e no entretenimento, a revolução tecnológica provoca mudanças exponenciais no ensino. Tanto que, cada vez mais, educação e tecnologia são áreas que atuam integradas para favorecer quem aprende e quem ensina. Aliás, o período pandêmico já comprovou a importância de se estar preparado em relação a estruturas e sistemas digitais. A tecnologia educacional está presente em tarefas básicas do nosso dia a dia escolar, como na utilização da internet para pesquisas ou tablets para desenhar algo.

Seu uso tem sido amplamente discutido no meio acadêmico, nos círculos sociais e nas mídias, porém nem sempre é bem visto nesses ambientes. Uma das maiores críticas a essas ferramentas é a falta de acesso à tecnologia e internet por grande parte da população brasileira, especialmente nas escolas públicas e entre estudantes com menor renda familiar.

Porém, ao contrário do que muitos pensam, o foco da tecnologia educacional não é a utilização dos melhores dispositivos tecnológicos, a instituição de ensino não é obrigada a ter equipamentos super modernos para desenvolvê-la, mas sim a construir e entender práticas pedagógicas que funcionam melhor com o que você pode fazer a partir de sua realidade tecnológica.

Entre as 10 competências gerais apresentadas pela BNCC, uma delas inclui a

tecnologia como habilidade que deve ser aprendida dentro das salas de aula. A competência 5, a Cultura Digital, tem o objetivo de abordar a tecnologia como ferramenta de desenvolvimento pedagógico, onde o educando deve aprender a utilizar a tecnologia de maneira significativa, reflexiva e ética com protagonismo e autoria.

A Cultura Digital como competência da BNCC foca no uso específico de recursos tecnológicos e tem como objetivo ensinar o domínio de seus conteúdos inerentes, para que os estudantes consigam utilizar as ferramentas multimídia para aprender a produzir. Muito embora, antes disso seja necessário promover a alfabetização e o letramento digital, tornando acessíveis as tecnologias e as informações que circulam nos meios digitais e oportunizando a inclusão digital.

Neste sentido, a escola já planeja repensar os projetos pedagógicos com o olhar de utilização das tecnologias e recursos digitais de acordo a proporção ofertada pela instituição tanto como meio, ou seja, como apoio e suporte à implementação de metodologias ativas e à promoção de aprendizagens significativas, quanto como um fim, promovendo a democratização ao acesso e incluindo os estudantes no mundo digital. Para isso, é preciso fundamentalmente revisitar a proposta pedagógica da escola e investir na formação continuada de professores além de oferecer-lhes materiais didáticos específicos que dialoguem com suas necessidades.

É preciso lembrar que incorporar as tecnologias digitais na educação não se trata de utilizá-las somente como meio ou suporte para promover aprendizagens ou despertar o interesse dos estudantes, mas sim de utilizá-las com os estudantes para que construam conhecimentos com e sobre o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação.

➤ **POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES**

A sociedade vivencia processos contínuos de mudanças. A cada época exigem novos desafios, novas atitudes, comportamentos e conhecimentos em torno da realidade a qual vivemos.

No entanto, um dos desafios é de como a educação compreenda este momento e garanta ações e políticas que possam ser referência para todos sistematizando avanços significativos. A formação docente é um dos requisitos a ser pensado numa perspectiva de desenvolvimento da sua capacidade indagativa, crítica e

reflexiva. E, segundo a LDB n° 9394/96, o professor é um profissional que deve ter acesso à formação continuada e condições adequada de trabalho.

A formação continuada da Escola Municipal Geração do Futuro, vem contribuindo de forma qualitativa com a postura do professor em sala de aula a partir das inovações e conhecimentos adquiridos durante a formação continuada através da RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM regulamentada pelo decreto n° 11.079, publicado pela Presidência da República em 23 de maio de 2022, que institui a Política Nacional para Recuperação das aprendizagens na Educação Básica, onde encontros são realizados com apoio da Secretaria Municipal de Educação e entre equipe escolar (direção, professores e coordenação pedagógica, fotos em anexo); a escola conta também com o Programa TEMPO DE APRENDER (Programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do país) que atende educandos do ciclo inicial (1º ao 2º anos) com monitor específico para atender as necessidades que são apresentadas mediante diagnósticas realizadas com orientação da coordenação pedagógica.

A política de formação institucional da Escola Municipal Geração do Futuro se assenta na garantia do estudo e das possibilidades de intervenção no cotidiano escolar, permitindo o aperfeiçoamento do trabalho. A aposta é em uma formação de caráter coletivo, contextualizada, atrelada às necessidades e problemáticas do dia-a-dia escolar. Em outras palavras, uma formação que se dá num contínuo por meio do compartilhamento de experiências, de debates sobre livros lidos, dos grupos de estudo, de atividades de pesquisa-ação, da escrita de projetos, do desenvolvimento e da melhoria do currículo, do planejamento conjunto de atividades de aprendizagem, da elaboração de diários, da aplicação das tecnologias da informação e da comunicação, entre outros.

No âmbito educacional atual, nos deparamos com estudantes integralmente diferentes de alguns anos atrás, principalmente quando se refere as novas tecnologias; dessa forma, para atender essa nova demanda é necessário que os professores também escoltem o desenvolvimento das novas gerações, tornando o sistema educativo ainda mais atrativo para esse público alvo.

Considerando este contexto, a Escola Municipal Geração do Futuro tem buscado junto a Secretaria Municipal de Educação formações continuadas para os professores(as) que devem abranger as questões referentes as novas tecnologias digitais, pois o uso das mesmas não se restringe apenas ao uso do computador e da internet, ferramentas base para que o processo tecnológico nas escolas comece a fluir.

➤ **PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

A formação continuada, ao ser entendida como parte do processo de desenvolvimento profissional que acontece ao longo da atuação docente, possibilita um novo sentido à prática pedagógica, pois, ao contextualizar novas circunstâncias e ressignificar a atuação do professor, a torna reflexiva. Trazer novas questões da prática e buscar compreendê-las sob o enfoque da teoria e na própria prática permite articular novos saberes na construção da docência, dialogando com os envolvidos no processo que envolve a formação (IMBERNÓN, 2010).

Nesse sentido, a formação de professores é entendida como a prática que necessita de uma reflexão na ação, para que se pense sobre o que foi transformado. Conseqüentemente, valoriza-se o conhecimento prático do professor, colocando-o na condição de investigador das suas próprias atitudes, que realiza sua formação por meio do processo de investigação.

Vale reforçar ainda que a orientação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é de que a formação continuada dos professores seja pauta obrigatória nas instituições de ensino.

➤ **DIRETRIZES DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

Em relação à formação continuada de professores é com a lei mais específica da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº. 9.394 de 1996, que dispõe sobre a educação nacional e vigora até os dias atuais, que tal prática passou a ser regulamentada.

Na parte que trata Dos Profissionais da Educação, o Art. 61º trata, dentre outros fundamentos, da “capacitação em serviço”. O Art. 62º regulamenta a formação mínima exigida para o exercício docente e o Art. 63º dispõe sobre os cursos e programas de educação continuada a serem oferecidos pelos institutos superiores. Vejamos:

Art. 61º. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal

➤ **POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA / FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES E ESCOLA / COMUNIDADE**

A comunicação é um assunto de extrema importância para todos que constituem o ambiente escolar, porém, estabelecer uma comunicação efetiva ainda é um dos grandes desafios enfrentados pela escola. É preciso estar em sintonia não só com os estudantes e responsáveis, mas também com toda a equipe pedagógica.

A educação é um processo misto, que compreende todas as práticas vistas na escola, em casa e na comunidade como um todo. Assim, é necessária a união de todas as pessoas inseridas no ambiente educacional para o sucesso da formação acadêmica e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes. Para isso, a comunicação, desde o primeiro contato, tem papel fundamental e deve ser a mais transparente possível. Além disso, manter um relacionamento próximo é essencial para fazer com que os responsáveis estejam presentes no processo educativo do aluno e conscientes de todas as iniciativas da escola para garantir um ensino de qualidade.

Um dos grandes desafios da comunicação é o tempo. Estamos falando de uma geração de pais atarefados, com pouco tempo para ir até a escola ou acompanhar a rotina escolar do aluno. Com isso, a tecnologia tem se tornado uma grande aliada para fortalecer a comunicação com as famílias e facilitar o acompanhamento do dia a dia escolar.

Diante dessa realidade a Escola Municipal Geração do Futuro utiliza as ferramentas digitais para facilitar a comunicação com os familiares através de grupos de WhatsApp, lista de transmissão entre outras que facilita a comunicação entre escola e família/comunidade.

A família deve ser envolvida em atividades promovidas no espaço escolar, a participar dos tradicionais momentos comemorativos, na supervisão dos recreios, no

apoio à biblioteca e salas de estudo, na organização de tempos livres. Estas ações pressupõem conhecimento pela escola da disponibilidade e competências das famílias e, muitas vezes, a formação dos pais para funções específicas a serem desenvolvidas.

Dentro desse contexto, a Escola Municipal Geração do Futuro desenvolve o projeto BEM ME QUER que acontece nos meses de maio e agosto (valorizando a convivência familiar); o projeto CALDEIRÃO CULTURAL acontece nos meses de junho e julho (valorizando a diversidade cultural).

➤ **ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Geração do Futuro, uma construção coletiva, que teve seu início no ano de 2012, em julho de 2022 inicia o processo de R(elaboração), tendo como ponto de apoio os documentos da BNCC,DCRB e Referencial Curricular de Barra da Estiva, com previsão para finalização em novembro de 2022, deverá ser avaliado e revisado por todos que integram a comunidade escolar, a cada final de dois em dois anos ou sempre que houver necessidade. Todos os segmentos da escola não podem perder de vista a necessidade de identificação dos responsáveis por determinadas ações assumidas no coletivo. Para assegurar isso, são fundamentais encontros periódicos com o coletivo da escola para a discussão e avaliação de como as ações estão sendo encaminhadas efetivamente. Nesses encontros, os vários atores da escola podem:

- ✓ Retomar as ações, corrigindo o seu fluxo, com base na avaliação de como estão sendo desenvolvidas.
- ✓ Avaliar se as ações definidas como prioridades pelos segmentos são realmente viáveis, ou seja, realistas.
- ✓ Acrescentar ou sugerir novas ações para alcançar com melhor êxito as metas sugeridas.

Desta forma, a avaliação do Projeto Político Pedagógico acontecerá de dois em dois anos, através de instrumentos como questionários e entrevistas, onde professores, funcionários, estudantes e pais responderão a questões pertinentes a avaliação do projeto. Que no final de cada ano letivo, especificamente no mês de dezembro se faça a implementação necessária para o próximo ano na avaliação do plano de ação que compõe o PPP. Que assim, o Projeto Político Pedagógico se torne o caminho seguro a seguir, transformando em realidade o que foi sonhado coletivamente.

➤ CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola não é só uma edificação, regimento, PPP ou o currículo ou ainda uma notícia na mídia. Uma escola é o que se faz nela a cada dia. São as pessoas que pensam, agem, brincam, são momentos de recreio, são aulas expositivas, dinâmicas, são debates e são correrias. Uma escola é imaterial.

Compreendemos que não podemos registrar fielmente nossa escola neste documento, porque ele é e sempre vai ser material, fixo, um instante preso no tempo.

A Escola Municipal Geração do Futuro é uma ebulição, mesmo nos momentos mais tranquilos, e fazer parte dessa fervura transforma a todos: estudantes, professores, pais e demais funcionários.

Então, nossa escrita sempre vai ser parcial, mas não menos importante, porque escrever nos faz pensar, nos faz atribuir valor e questionar pensamentos. Por isso, este documento é importante, não porque diz como é a Escola Municipal Geração do Futuro, mas porque nos permite trocar olhares sobre ela. Olhares individuais e coletivos, olhares apaixonados ou raivosos, olhares que entendem ou que questionam, olhares simplesmente.

REFERÊNCIAS

_____. **As Legislações do Ensino Fundamental de Nove Anos.** Disponível em: <http://educador.brasilescola.com/politica-educacional/ensino-fundamental-denove-anos.htm> Acesso em 22 de julho de 2013.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de, CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. (orgs.) **O Coordenador Pedagógico e a Formação Docente.** 2008. 9ª Ed. São Paulo: Edições Loyola.

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva: transformação social ou retórica?**, 2004. Marília, SP: Fundepe Publicações.

BARRA DA ESTIVA. **Referencial Curricular de Barra da Estiva.** 2022

_____. Barra da Estiva História. Disponível em: http://www.barradaestiva.ba.gov.br/baestiva_historia.htm Acesso em 15/05/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação** – Lei 9.393/96.

DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação.** In: **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortezo. p. 89-102.

DEWEY, John. (1971). **Vida e Educação.** São Paulo, Edições Melhoramento.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ANEXO I

ATA DA REUNIÃO DA AUDIÊNCIA DO PPP - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMGF – ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO 2022. Aos 14 (quatorze) dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e dois, das 8h20 horas as 11h30 horas, realizou-se nas dependências da escola na sala de vídeo a audiência com a comunidade local da escola referida do Projeto Político Pedagógico, obedecendo e cumprindo o estabelecido pelo cronograma apresentado para o Comitê do PPP e Conselho Escolar da Escola Municipal Geração do Futuro com a presença da parte pedagógica e administrativa da escola, bem como os auxiliares administrativos, monitores, cuidadores de alunos com necessidades especiais e pais, representantes de cada unidade de ensino que a escola atende. A diretora Virgínia Caires Coelho Luz e a coordenadora Neuselange Soares Siles presidiram a reunião, junto com os grupos articuladores seguindo os seguintes critérios: I. ABERTURA: Constatado o horário de início e o quórum, deu-se por aberta com a apresentação de um vídeo explanando as etapas desenvolvidas até o momento e em seguida a apresentação das regras para ser desenvolvidas durante a audiência: cada grupo iria apresentar em forma de leitura a síntese de cada tema e logo após cada momento de escuta os participantes levantam uma plaquinha que indica nas cores VERDES- concordou com o texto lido; AMARELO- complementar o texto; e VERMELHO- não concordou com o texto. II. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL: houve uma explanação da função social da escola- visão, valores e missão, bem como o diagnóstico atual da instituição – avaliação institucional 2022. Nesse momento a representante de pais Micaela sugeriu trocar a palavra MORAL por ÉTICA que estava descrita em missão da escola, a retirada da palavra PORTADOR e troca da palavra AUTISMO para AUTISTA que estava no texto sobre diagnóstico da escola, todos presentes na audiência concordaram III. ATO CONCEITUAL: o grupo das professoras do 4º ano apresentou os temas sobre: Concepção e Fundamentos Institucionais- concepção de Ser Humano, Sociedade, Cultura, Ciências, Educação Integral, Currículo. Bem como os Princípios Orientadores da Prática Pedagógica, nesse momento foi sugerido pela representante de pais, Micaela a substituição da palavra ALUNO por EDUCANDO e/ou ESTUDANTE, também foi feita a sugestão para acrescentar na introdução, algo sobre diversidade e pluralidade. IV ATO OPERACIONAL: foi explanado pelo grupo do 2º ano as Diretrizes para Práticas Pedagógicas, Planejamentos, Avaliação da Aprendizagem, Projetos Integradores, Atividades Complementares, Perfil esperado do professor e do aluno. As 10h48 horas houve um previa das explicações sobre as etapas de Ensino, Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, Organizadores Curriculares, Modos de Transição do infantil para o primeiro ano/ terceiro ano para o quarto ano/ quinto ano para o sexto ano, que tinha sobre o domínio das professoras do 3º ano para apresentação do conteúdo. V POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO: o grupo dos professores do 1º ano explanaria sobre Políticas públicas da educação Inclusiva e Tecnológicas e o grupo de professores do 5º ano complementou sobre Políticas de Formação Continuada e desenvolvimento Educacional, e Políticas de Comunicação Escolar. Decidido por todos, presentes na audiência que iriam abrir um grupo e incluir todos os responsáveis presente para uma análise e leitura do

documento, com abertura para dá sugestões e apontamentos do que está neste documento com o prazo de entrega de sugestões até a data de 27 (vinte e sete) de outubro deste referido mês. VI ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E CONSIDERAÇÕES FINAIS: a coordenadora concluiu a leitura do documento apresentados e elaborados por todos. Reforçando que todos estavam cientes que podem opinar, sugerir, dar ideias, propor ações, enfim, participar de forma efetiva desta construção, afinal entende-se que sem esta participação e contribuição, o Projeto Político Pedagógico da EMGF, se resumiria em ser um documento sem qualquer finalidade, deixando de cumprir o seu principal papel que é o de estabelecer a IDENTIDADE da nossa escola, e nortear suas ações, enquanto Instituição de Ensino comprometida com a qualidade da Educação que se propõe a oferecer. A diretora solicitou que todos enviassem suas contribuições para ser complementada no documento, para seu e-mail da escola ou por meio do WhatsApp, para que possa ser analisado e reforçado as propostas como melhorias do nosso PPP. Nada mais havendo a tratar, a diretora agradeceu a presença e empenho de todos, encerrando a presente reunião, da qual, eu, lavei a presente ata que, após lida e aprovada, segue vistada e assinada por mim e pelos demais presentes.

Sergiana Souza Coelho Leuz, Neurolanae Freitas
Dores Silva, Lucile Medeiros Bonf, Simone Oliveira
dos Santos, Regiane Braga Ribeiro, Lorete Cruz
Chitra, Irylane dos Santos Silva Alves, Lucilene Medeiros
Santos, Nádia Soares Cruz, Nairé, Ricardo Silva
Fernanda Cruz, Talisandra Silva Aires, Valdemir Medeiros
Nairé dos Santos, Paqueline Ribeiro Soares, Maria Valda
Gonçalves Freitas, Alina Leite Neto, Wiltonia dos
Santos, Nádia Cruz, Otaiz da Silva, Maria do Alencar
Lorena Santana Nairé, Ana Cristina Barros Gonçalves,
Lida Cruz Souza, Patrícia P. de Moraes de Souza, Lílian
Ferreira, Aires Ribeiro, Gáucia da Silva Gonçalves
Lúcia dos Santos Sousa, Helene dos Santos Souza,
Lairé, Anabela da Silva Antunes, Flávia Linsament, Maria Lídia
Dias Silva Medeiros, Eliete Córdida Costa, Iza da
Silva Albuquerque, Duriana de Almeida Teles, Silvana de Eli
vira Leite, Inês de Almeida Amorim, Ana Carolina Sousa Santos,
Gabriela Silva Amorim Aires, Maricela Alves da Santa,
Ribeiro, Simone Oliveira dos Santos

ANEXO II

REUNIÃO COM OS PAIS

2014



2022



REUNIÕES COM PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

2014



2022





ASSEMBLEIA COM ALUNOS

2022



COMITÊ DO PPP

2022





Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

www.ba.tnmunicipal.org.br/prefeitura/barradaestiva

Bahia • Sexta-feira • 12 de Março de 2010 • Ano III • Nº 159

ATOS OFICIAIS

LEI MUNICIPAL Nº 04/2010

"Dispõe sobre permissão de uso de bem público e dá outras providências".

A PREFEITA DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Barra da Estiva, Estado da Bahia, aprovou em sessão ordinária no dia 05/03/2010 e eu Prefeita sanciono e mando publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permitir uso de bem público, a título gratuito, de parte do imóvel denominado MORRO SANTA BARBARA, contido como "MORRO DA TORRE", localizando uma área de 160 m² (cento e sessenta metros quadrados):

Art. 2º - A permissão de uso do imóvel referido no art. 1º, tem como objetivo a instalação de um repóisor para a exploração de serviços de telefonia móvel celular pela empresa CLARO S.A., inscrita no CNPJ - 40.432.544/0001 - 47, com sede na Rua Fênix, 1970, na cidade de São Paulo - SP.

Art. 3º - O prazo da presente permissão de uso de bem público será de 20 (vinte) anos, a contar da data do ato administrativo respectivo;

Art. 4º - Ao término da presente permissão, o Permissionário deverá devolver os espaços, livres e desocupados de pessoas e coisas, inclusive equipamentos, antenas e outros pertencentes de sua propriedade.

Art. 5º - É de inteira responsabilidade do Permissionário local e qualquer indenização comprovadamente devida em virtude de danos causados e a coisa ou pessoas, decorrentes do uso e/ou ocupação do imóvel objeto da permissão;

Art. 6º - O Município de Barra da Estiva se reserva ao direito de realocar para seu patrimônio a área dada se no prazo de 01 (um) ano não for iniciada a obra.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Barra da Estiva, Estado da Bahia, em 08 de março de 2010.

Ana Lúcia Aguiar Viana
Prefeita

Irineu Luiz Freitas
Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 005/2010.

"Dispõe sobre a denominação da Escola Municipal, com endereço provisório na Rua Pe. Antônio Ribeiro Folha nº 162, Centro, Município de Barra da Estiva, Estado da Bahia, e dá outras providências".

A PREFEITA DE BARRA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Barra da Estiva, Estado da Bahia aprovou em sessão ordinária no dia 05/03/2010 e eu Prefeita sanciono e mando publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - A Escola Municipal, com endereço provisório na Rua Pe. Antônio Ribeiro Folha nº 162, centro, Município de Barra da Estiva, Estado da Bahia, terá a seguinte denominação: ESCOLA MUNICIPAL "GERAÇÃO DO FUTURO".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Barra da Estiva, Estado da Bahia, em 08 de Março de 2010.

Ana Lúcia Aguiar Viana
Prefeita

Irineu Luiz Freitas
Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 008/2010.

"Altera o Art. 5º da Lei Municipal nº 001/2002, de 11/03/2002, e dá outras providências".

A PREFEITA DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Barra da Estiva, Estado da Bahia aprovou em sessão ordinária no dia 05/03/2010 e eu Prefeita, sanciono e mando publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Municipal nº 01, de 11 de março de 2002, que "Altera a Lei Municipal nº 008/2001 e dá outras providências", no seu ART. 5º, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 5º - Integram CMDRS.

- 03 Representantes do Poder Público Municipal;
- 02 Representantes do Poder Legislativo, sendo: 01 da situação e 01 da oposição;
- 01 Representante de Sindicatos;
- 04 Representantes de Associações Comunitárias;
- 01 Representante de Igrejas;
- 01 Representante de Órgãos Estadual no Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as Leis Municipais Nº 016/2009 e 003/2010.

Gabinete da Prefeita de Barra da Estiva Estado da Bahia, em 08 de março de 2010.

Ana Lúcia Aguiar Viana
Prefeita

Irineu Luiz Freitas
Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 007/2010.

"Altera a Lei Municipal Nº 002/2010 que Dispõe sobre a inclusão do café com leite na merenda escolar do Município de Barra da Estiva - BA, e dá outras providências".

A PREFEITA DE BARRA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Barra da Estiva, Estado da Bahia aprovou em sessão ordinária no dia 05/03/2010 e eu Prefeita sanciono e mando publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera a Lei Municipal Nº 002/2010 que "Dispõe sobre a inclusão do café com leite na merenda escolar do Município de Barra da Estiva - BA, e dá outras providências" no seu Art. 2º que passará a vigorar com o seguinte teor:

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, através dos órgãos competentes, adotará os mecanismos necessários para que o café conste na merenda escolar.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Barra da Estiva, Estado da Bahia, em 08 de março de 2010.

Ana Lúcia Aguiar Viana
Prefeita

Irineu Luiz Freitas
Secretário de Administração

ANEXO IV
PROJETOS

ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO



GERAÇÃO: UM UNIVERSO MÁGICO DO CONHECIMENTO

GERAÇÃO: UM UNIVERSO MÁGICO DO CONHECIMENTO, tem como proposta desencadear ações que possam contribuir para prevenir, amenizar ou solucionar conflitos, difundindo valores, princípios éticos, direitos e deveres, na busca da paz por meio da educação e do conhecimento. Bem como, ao decorrer do ano letivo, a escola desenvolverá temáticas desenvolvidas em etapas que terão como finalidade o reconhecimento da criança no seu mundo real e inserido na sociedade na qual ela vive como escola e comunidade em geral.

Será uma viagem entre o EU e o OUTRO que oportunizará o desenvolvimento da criticidade e reflexão acerca de situações cotidianas, conhecimentos culturais, ideias de pertencimento e abordagens que evidenciarão discriminação, preconceito e inclusão social.

**CONCEPÇÃO DE PROJETO DE ACORDO O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA**

O trabalho com Projetos é uma metodologia educacional que tem por objetivo organizar a construção dos conhecimentos em torno de metas previamente definidas, de forma coletiva, entre alunos e professores. Os projetos devem ser considerados como um recurso, uma ajuda, uma metodologia de trabalho destinada a dar vida ao conteúdo tornando a escola mais atraente, valorizando o que os alunos já sabem ou respeitando o que desejam aprender naquele momento.

CONCEPÇÃO EDUCACIONAL

Propõe uma educação ética que crie condições para a construção de identidades, que se constituam pelo desenvolvimento da sensibilidade e pelo reconhecimento do direito a igualdade, orientando as condutas para que respondam as exigências de nosso tempo.

A Escola Municipal Geração do Futuro tem papel de educar para a liberdade do sujeito, com vistas às exigências do mundo atual na função de respeitar as individualidades e trabalhar para a construção da autonomia e do

comprometimento.

Educar é consequência de uma ação comunitária. Por meio do diálogo e do encontro que se dá a comunicação de um sujeito com o outro, onde educador e educando se educam. Dessa forma, a escola institucionaliza este caráter social e político da natureza humana.

PPP (EMGF)

Tanto que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – documento que regulamenta a prática da educação nas escolas brasileiras – é orientada por uma concepção de educação integral, pensando no desenvolvimento das crianças e dos jovens em todas as suas dimensões: intelectual, emocional, física, social e cultural.

FOCO

- Desencadeamento de ações que contribuam para prevenir, amenizar ou solucionar conflitos, sem violência, difundindo valores, princípios éticos;
- Conscientização dos deveres e dos direitos;
- Promoção de mudanças de pensamento e de comportamento em casa, na escola e na sociedade, a partir do conhecimento adquirido.
- Busca de conhecimento, da paz por meio da educação e do conhecimento.

CRONOGRAMA ANUAL - 2022

FEVEREIRO	
PROPOSTA	METAS
DIAGNÓSTICA	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer a história da escola e resgatar

<p>Projeto: GERAÇÃO DO FUTURO, UM UNIVERSO MÁGICO DO CONHECIMENTO: “A ESCOLA É ...”</p> <p>10 de fevereiro: ANIVERSÁRIO DA ESCOLA</p> <p>Sequência didática: GERA FOLIA</p>	<p>elementos de sua história na escola.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resgatar elementos de sua história na escola. • Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos. • Descrever e representar esboços de trajetos, croquis e maquetes. • Explorar e refletir sobre a escola temos/ que escola queremos. • Discutir e estabelecer regras de socialização/ convívio • Explorar o cronograma escolar: calendário • Explorar e refletir sobre o recreio/ merenda / alimentação • Trabalhar com diferentes gêneros como: música, diferentes ritmos, blocos, fantasias, diferentes roupas e adereços, abadas, pinturas faciais e histórias. • Promover um Baile Cultural.
MARÇO	
<p>Sequência didática MULHER: GERAÇÃO SUPERPODEROSAS</p> <p>DIA DA ESCOLA: Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento da conscientização sobre a promoção do respeito entre homens e mulheres, garantindo a igualdade de oportunidades para todos e inspirando a próxima geração. Igualdade de direitos • Discutir pontos relevantes, como a importância da mulher na sociedade, conquista de espaço no mercado de trabalho, bem como momentos marcantes da história que foram protagonizados por figuras femininas. Violência e preconceitos. • Informar os direitos e deveres da mulher em sociedade. • Adaptar os conhecimentos e articular para a realidade da sua escola incluindo mulheres que fizeram história na sua região. • Conhecer a Lei Maria da Penha, que visa proteger a mulher • Preparar o Cantinho do Jogo simbólico com vários materiais utilizados pela mamãe e outras mulheres e motivar aos alunos a pensar nas diferentes atividades que as mulheres fazem. • Promover um jornal com notícias que debatem conhecimentos sobre a Saúde feminina • Promover uma campanha para recolher itens de higiene para doação a mulheres carentes. • Explorar vários gêneros como: origamis, pinturas, vídeos, discursos.

ABRIL	
<p>Sequência didática: CALDEIRÃO CULTURAL: É PRECISO SABER VIVER</p> <p>Paradinha da leitura</p> <p>Sequência didática: CALDEIRÃO CULTURAL: MINHAS ORIGENS: A DIFERENÇA NOS ENRIQUECE.</p> <p>21 - Dia de Tiradentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Resgatar os diversos significados que a data e promover uma reflexão respeitosa. • Resignificar esse momento e promover outros debates sobre os elementos que levou a inserção de diversas culturas. • Estimular o desenvolvimento de valores por meio do trabalho em grupo, tais como: a solidariedade, colaboração, união e compartilhamento. • Debates sobre educação financeira e consumo consciente. • Abordar o conhecimento sociocultural e a valorização, diferenças e respeito dos povos que constituíram o povo brasileiros: indígenas / europeus. • Promover reflexão por meio de leituras, músicas, filmes, dramatizações. • Reflexão sobre: qual a diferença da palavra índio e indígena?
MAIO	
<p>Sequência didática: BEM- ME- QUER, FAMÍLIA NA ESCOLA</p> <ul style="list-style-type: none"> • 17 Final de trimestre • 18 maio (Violência contra crianças e Adolescentes) CRAS • 26/05/2022 – Reunião com os pais no 1º corredor (4º e 5º Anos). • No dia da reunião os alunos do 1º corredor serão dispensados. • 27/05/2022 – Reunião com os pais no 2º corredor (1º, 2º e 3º Anos). • No dia da reunião os alunos do 2º corredor serão dispensados. • Momento do PPP(Projeto Político Pedagógico); 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir com participação mais ativa da família. • Desenvolver atividades que envolvam a participação de todos os participantes, através de jogos, oficinas de arte e culinária e música que ressaltem a importância do trabalho em equipe e da participação ativa dos responsáveis no desempenho escolar dos alunos. • Desenvolver habilidades artísticas e emocionais. • Desenvolver temática sobre: paternidade e maternidade. • Contribuir com participação mais ativa da família. • Desenvolver atividades que envolvam a participação de todos os participantes, através de jogos, oficinas de arte e culinária e música que ressaltem a importância do trabalho em equipe e da participação ativa dos responsáveis no desempenho escolar dos alunos. • Desenvolver habilidades artísticas e emocionais. • GERA INFORMA: Promover um debate em forma de telejornais sobre diversos tipos de criações.
JUNHO	

<p>Sequência didática: CALDEIRÃO CULTURAL: ARRAIÁ GERAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5 de junho Dia do meio Ambiente. • Momento do PPP(Projeto Político Pedagógico); <p>FÉRIAS E RECESSO JUNINO 18/06 A 03/07/2022</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Abordar o conhecimento sociocultural e a valorização, diferenças e respeito dos povos que construíram a cultura das festas juninas. • Promover reflexão por meio de leituras, músicas, cordel, dialetos, artesanatos, brincadeiras, culinária, artes, danças e dramatizações, arraial, vilarejos e arquitetura. • Desenvolver habilidades socioemocionais nas crianças. Ao possibilitar a integração entre os alunos, essa festividade estimula competências importantes para a sociabilização, como a cooperação, a paciência e o respeito. • Desenvolver uma reflexão sobre estereótipos sobre as características e os comportamentos dos cidadãos que moram nas zonas rurais. • Desconstruir a ideia, de modo a retirar os elementos caricatos do personagem caipira. • Usar a preparação e a celebração desse festejo para mostrar a realidade do homem do campo. • Construir conhecimentos históricos, geográficos e culturais que dizem respeito às origens da festividade e à sua relação com a sociedade brasileira.
JULHO	
<p>Sequencia didática: CALDEIRÃO CULTURAL: PRINCESINHA DA CHAPADA</p> <ul style="list-style-type: none"> • 02- Dia da independência da BAHIA • Momento do PPP(Projeto Político Pedagógico); 	<ul style="list-style-type: none"> • Abordar o conhecimento sociocultural e a valorização, diferenças e respeito dos povos que construíram a nossa cidade. • Construir conhecimentos históricos, geográficos e culturais. Espaços, paisagens e ambientes; arquiteturas; localização, fatores socioeconômicos e resgate cultural com pessoas mais velhas origens.
AGOSTO	
<p>Sequência didática: BEM- ME- QUER, FAMÍLIA NA ESCOLA</p> <p>11- DIA DO ESTUDANTE 22- DIA DO COORDENADOR</p> <p>Sequência didática: CALDEIRÃO CULTURAL: CONHECIMENTO DE UM POVO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir com participação mais ativa da família. • Desenvolver atividades que envolvam a participação de todos os participantes, através de jogos, oficinas de arte e culinária e música que ressaltam a importância do trabalho em equipe e da participação ativa dos responsáveis no desempenho escolar dos alunos. • Desenvolver habilidades artísticas e emocionais. • Desenvolver temática sobre: paternidade e maternidade. • GERA INFORMA: promover um debate em forma de telejornais sobre diversos tipos de criações.

<ul style="list-style-type: none"> • Momento do PPP(Projeto Político Pedagógico); 	<ul style="list-style-type: none"> • Debates sobre educação financeira e consumo consciente. • Desenvolver a temática: tradições e manifestações culturais locais. • Despertar a curiosidade e o interesse pela sua cultura: Danças, ritmos, movimentos de roda, e os personagens mais famosos, lendas, parlendas, músicas, brincadeiras, comidas típicas. • Preservar valores morais históricos que resultam dos preconceitos de raça, como 'Barra Manteiga na fuça da nega'; princípios antiecológicos, como 'Atirei o Pau no Gato', e educação repressora e intimidadora, como 'Boi da cara preta' e 'Zambelé'”
SETEMBRO	
<p>Sequência didática: CALDEIRÃO CULTURA: MEU BRASIL BRASILEIRO</p> <p>06/09- FINALIZAÇÃO DO 2º TRIMESTRE</p> <p>30/09 - DIA DO SECRETÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Momento do PPP(Projeto Político Pedagógico); 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer melhor a nossa história; • Conseguir se posicionar em relação a direitos e responsabilidades para além de seus interesses individuais e considerando o bem comum; • Vivenciar e identificar valores importantes para si e para o coletivo. Assim, precisam considerar seus valores em situações novas, ponderar sobre o correto a ser feito antes de agir e, em seguida, agir de acordo com essa reflexão; • Reconhecer e ponderar valores conflitantes e dilemas éticos antes de se posicionar e tomar decisões; • Problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão.
OUTUBRO	
<p>Sequência didática: UM LÍDER EM MIM. 12- DIA DA CRIANÇAS 15 DIA DO PROFESSOR 28 DIA DO SERVIDOR PÚBLICO 30 DIA DA MERENDEIRA ESCOLAR.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Momento do PPP(Projeto Político Pedagógico); 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar uma campanha de conscientização sobre um tema que envolva a cidadania, como os direitos das crianças e dos adolescentes conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); • Oportunizar de participação em solução de problemas reais. • Evidenciar a importância da união para resolver problemas complexos. • Descrever e distinguir os papéis e as responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade;

	<ul style="list-style-type: none"> • Entender o conceito de infância e introduzir ou aprofundar as noções de idade. • Promover atividades extraclasse, variadas e interessantes, visando dar a criança oportunidades de lazer e sociabilidade educativas. • Estimular o desenvolvimento de valores por meio do trabalho em grupo, tais como: a solidariedade, colaboração, união e compartilhamento. • Debates sobre educação financeira e consumo consciente.
NOVEMBRO	
<p>Sequência Didática: CALDEIRÃO CULTURAL: A COR DESSA CIDADE SOU EU.</p> <p>12 -dia do diretor 15- Proclamação da república</p> <ul style="list-style-type: none"> • Momento do PPP (Projeto Político Pedagógico); • 30/11/2022- Entrega dos relatórios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a História do Dia da Consciência Negra e saber quem foi e qual a importância do personagem Zumbi dos Palmares. • Criar espaços de expressão da cultura afro-brasileira na escola: danças – capoeira, hip hop, samba -, gastronomia, religiões, artesanatos e outros. • Abordar história afro-brasileira e valorização da identidade e da trajetória dos diferentes povos. • Preservar valores morais históricos que resultam dos preconceitos de raça. • Explorar a diversidade presente nas salas de aulas, do Brasil e do mundo, oportunizando a participar do processo de ensino-aprendizagem e da socialização com seus colegas, educadores e demais membros da equipe escolar. • Compartilhar conhecimentos e atitudes sobre ambientes escolares que respeitem e valorizem as singularidades.
DEZEMBRO	
<p>Projeto: Geração do Futuro, um universo mágico do conhecimento: UM CENÁRIO SIGNIFICATIVO DE APRENDIZAGEM.</p> <p>14/12/2022 – Término do trimestre.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a interação e confraternização entre a comunidade escolar • Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação. • Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música. • Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história. • Trabalhar com gêneros literários diversos, possibilitando ao alunado a aquisição de competências leitoras;

	<ul style="list-style-type: none">• Interagir com o livro de maneira prazerosa, reconhecendo-o como fonte de múltiplas informações e entretenimento;• Avaliar o trabalho realizado ao longo do ano: fazer uma análise sobre o trabalho da escola, identificar quais as metas foram cumpridas, os resultados alcançados e os que não foram possíveis, para planejar melhor o ano letivo que se iniciará;• Produzir artesanatos para presentear.
--	--

AVALIAÇÃO

A avaliação basear-se-á em dois pressupostos: Observação atenta e criteriosa sobre as manifestações de cada criança e a reflexão sobre o significado dessas manifestações de acordo com o desenvolvimento do educando. Bem como:

- Avaliar a quantidade de metas do projeto que foram ou não alcançadas.
- Avaliar os efeitos dos momentos executados sobre o público alvo e em que medidas de mudanças podem ser melhoradas para o resultado desejado.



“Meus filhos terão computadores sim, mas antes terão livros. Sem livros, sem leitura, os nossos filhos serão incapazes de escrever – inclusive a sua própria história.”

Bill Gates

PROJETO DE LEITURA:

Tema: Gêneros literários e escritores trabalhados no projeto de leitura durante o ano.

Componentes Curriculares: Literatura, Língua Portuguesa e Arte.

APRESENTAÇÃO

O projeto de leitura “MINHA ESCOLA LÊ E FAZ A DIFERENÇA” tem a finalidade de contribuir para a formação de alunos leitores críticos e participativos, capazes de interagirem em sua realidade na condição de cidadãos conscientes. Busca desenvolver a INDIVIDUALIDADE – faculdade essa de pensar e agir – sob o comando de que a obra da verdadeira educação é preparar os educandos para que sejam pensantes e não meros transmissores de ideias de outras pessoas.

Visa despertar hábitos de leitura e escrita. “Quando propomos ler bons livros, além dos conteúdos observados, queremos que sejam leituras prazerosas para que os estudantes percebam que ler pode ser muito divertido”.

Para ser alfabetizada hoje, a criança precisa ser capaz de atender demandas de leituras e escrita cada vez mais diversificada. Daí, como a escola pode contribuir para o contato e a formação do leitor – letrado? A parceria escola e família podem fazer acontecer o letramento sem perder de vista à formação de leitores apaixonados?

Em consonância com diversos autores, o trabalho com Projetos de Leitura pode proporcionar, na prática de ensino, uma aprendizagem significativa e contextualizada para as crianças.

JUSTIFICATIVA

Percebemos que a realidade atual vem afastando cada vez mais nossos alunos do ato de ler. A tecnologia é necessária, fundamental para o mundo instantâneo que vivemos, mas, aspectos como computadores, videogames, TV, o acesso restrito a leitura no núcleo familiar, e a falta de incentivo, têm ocasionado pouco interesse para leitura e por consequência dificuldades marcantes que sentimos na escola:

vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de compreensão, erros ortográficos, poucas produções significativas dos alunos, conhecimentos restritos aos conteúdos escolares. Faz-se necessário que a escola busque resgatar o valor da leitura, como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. A leitura nunca se fez tão necessária nos bancos escolares. Neste sentido pensamos ser dever, de nossa instituição de ensino, juntamente com professores e equipe pedagógica propiciar aos nossos educandos momentos que possam despertar neles o tempo para gostar de ler, o amor ao livro, à consciência da importância de se adquirir o hábito de ler. Sabemos que, do hábito de leitura dependem outros elos no processo de educação. Sem ler, o aluno não sabe pesquisar, resumir, resgatar a ideia principal do texto, analisar, criticar, julgar, posicionar-se. Assim estimulando a leitura, faremos com que nossos alunos, compreendam melhor o que estão aprendendo na escola, e o que acontece no mundo em geral, entregando a eles um horizonte totalmente novo.

PÚBLICO – ALVO:

Alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

OBJETIVO GERAL:

- Desenvolver o gosto pela leitura.
- Criar leitores atentos, críticos que tenham consciência do papel social da leitura.
- Colocar os alunos em contato com diferentes manifestações da cultura popular;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apreciar e compreender textos do universo literário (contos, fábulas, crônicas, poemas, dentre outros), levando-se em conta os fenômenos de fruição estética, de imaginação e de lirismo, assim como os múltiplos sentidos que o leitor pode produzir durante a leitura;
- Participar de situações de leitura/escuta e produção oral e escrita de textos destinados à reflexão e discussão acerca de temas sociais relevantes (notícias, reportagens, artigos de opinião, cartas de leitores, debates, documentários...).
- Estimular a leitura de diferentes gêneros literários, promovendo atividades que despertem o desejo de ler e levar à descoberta do prazer que a leitura proporciona;
- Envolver a família nas práticas de leitura;

- Divulgar e criar campanhas (alunos x tecnologia) para estimular a doação de livros.
- Realizar atividades baseadas na análise linguística de textos e/ou livros escolhidos com o preenchimento das fichas propostas.
- Relacionar textos e ilustrações, manifestando sentimentos, experiências, ideias e opiniões.
- Definir preferência e construir critérios próprios para selecionar o que será lido.
- Conhecer escritores e sua importância e contribuição para a literatura brasileira e mundial;
- Exercitar a solidariedade, respeitando uns aos outros;
- Desenvolver o espírito participativo como atitude positiva e enriquecedora da formação do cidadão;
- Desenvolver a imaginação criadora, nos mais variados tipos de arte como: música dança poesia e desenhos, unindo o lúdico ao pedagógico e promovendo a aprendizagem e novos conhecimentos;
- Exercitar o espírito de liderança e motivação;
- Ler e compreender texto lido;
- Ler textos não verbais, em diferentes suportes;
- Analisar a adequação de um texto (lido, escrito ou escutado) aos interlocutores e à formalidade do contexto ao qual se destina.
- Saber usar o dicionário, compreendendo sua função e organização;
- Produzir textos de diferentes gêneros com autonomia, atendendo a diferentes finalidades;
- Preencher fichas de leitura realizada.
- Produzir resumo de livro lido.

DURAÇÃO:

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS:

A professora irá introduzir o tema do projeto de leitura explicando para os alunos sua importância e como será desenvolvido durante os primeiros trimestres.

Para marcar este momento, iniciaremos desde o início às aulas mobilizando as crianças para o hábito de leitura.

Será organizado o dia D, na escola "O TIC TAC DA LEITURA" onde toda a comunidade escolar estará envolvida. Cada turma organizará um momento de leitura deleite, fora da sala de aula, na parte externa (quadra, grama, parquinho, corredores, pátio etc).

1º ANO

- Apresentação de trava língua lido de forma rápida em vídeo e em cartaz no flip chape;
- Apresentação de Leitura de Adivinhas em vídeos e em cartaz;
- Apresentação: Leitura de parlendas em cartaz apresentadas em vídeos;
- Explicação de Leitura e compreensão de texto não verbal (leitura de imagem);

(Vídeos gravados previamente de uma leitura não verbal apresentada pela professora);

- Leitura e compreensão de parlenda;
- Reescrita de um trava língua;
- Preenchimento de texto lacunado de trava-língua;
- Leitura de quadrinhas populares;
- Leitura e compreensão de contos;
- Dramatização do conto no pátio;
- Leitura deleite na biblioteca, pátio, na grama, no corredor etc;
- Convidar um voluntário para fazer leitura na sala;
- Leitura e compreensão de uma música;
- Dramatização de músicas;
- Lê adivinhas;
- Leitura de imagem;
- Reconto de um conto;
- Reconto de uma cantiga;
- Leitura e compreensão de um livro;
- Ler vários contos e desenhar o personagem que mais gostou;
- Tarefa: **Entrando no personagem:** Peça para contar sobre os personagens da história e explicar qual personagem é a sua favorita e por quê.

2º e 3º ANOS

- Leitura e compreensão das cantigas populares e fábulas;
- Explanação do que é um resumo de texto;
- Reescrita do resumo da fábula;
- Leitura de poema;
- Explanação de Leitura e compreensão de texto não verbal (leitura de imagem);
- Reconto de uma fábula;
- Leitura de parlendas;
- Tarefa - Soletrando: Peça para as crianças escreverem as palavras que elas conhecem. O professor apontará uma palavra e o aluno irá soletrar;
- Leitura e compreensão de contos;
- Dramatização do conto no pátio;
- Leitura deleite na biblioteca, pátio, na grama, no corredor etc;
- Convidar um voluntário para fazer leitura na sala;
- Leitura e compreensão de uma música;
- Dramatização da música;
- Leitura e compreensão de um livro;

4º e 5º ANOS

- Conhecendo melhor os escritores;
- Trabalhando a bibliografia;
- Leitura e compreensão de textos;
- Leitura de livros;
- Conhecendo o resumo de um livro e ou texto;

- Produção de resumo de texto: Iniciar o trabalho apresentando o texto, fazendo a leitura de forma pausada e dialogada. Em seguida apresentar o resumo e leitura do texto. Deixar que as crianças observe a relação/ diferença entre o texto e o resumo do texto.
- Produção/reescrita de um texto lido: **Apresentação em caixa de pizza** Nela, os estudantes pode repartir em cada fatia uma parte da história. Os alunos escolhem uma música que retrate o enredo dos livros em análise e criam uma coreografia.
- Explicação de Leitura e compreensão de texto não verbal (leitura de imagem); (Vídeos gravados previamente de uma leitura não verbal apresentada pela professora);
- Criar/produzir diversos gêneros: panfleto, cartaz, vídeos incentivando a doação de livros para o acervo da escola;
- Folhetos: Versátil para ser usado como ferramenta para diversas disciplinas, ensinar os alunos a fazer um folheto é uma excelente atividade criativa de leitura. Ajuda na aprendizagem de resumo e a apresentar de forma sucinta e objetiva um tema pesquisado.
E mais, estimula o processo criativo no ponto de pensar sobre como fazer um texto atrativo e diferente para o leitor.
- **Palavras do dicionário: criar um dicionário, formado pelas palavras que não sabem o significado a partir das leituras:**
- Um dicionário é uma valiosa ferramenta de aprendizado, especialmente se a própria criança faz o seu próprio livreto de palavras que são desafiadoras. Incentivar a criança a criar um dicionário, reunindo várias folhas de papel para um livreto.
Peça para escrever no topo de cada página uma nova palavra que ele aprendeu recentemente, por exemplo.
Se a palavra puder ser mostrada em uma foto, peça a ela que procure em revistas e jornais para encontrar figuras que ilustrem as palavras e cole-as nas páginas corretas.
Depois de cada pesquisa, incentive a criança a escrever o significado de cada palavra e uma frase usando cada palavra nova.
Se ela puder, pergunte se gostaria de usar algumas ou todas essas frases como base para uma história criativa. Ao fim, encoraje a ler essa história para você e outros membros da família.
- **Sacolas de papel transformadas em livros** (incentiva o pensamento criativo). Os alunos leem um livro e escrevem um resumo (que foi previamente trabalhado). Em seguida, eles decoram uma sacola/saco de papel com uma cena do livro, colocam na sacola cinco itens que representam algo da história e apresentam a sacola para a turma!(Poderá ser adaptada);
- Uso das ferramentas digitais como meio para fazer leitura;
- Fazer um diário do folclore... eles vão ler várias coisas sobre o folclore e vão registrar no diário, tipo ler lendas, brincar com as brincadeiras tradicionais e vão registrando no diário;

TEMPO: O projeto deverá ser desenvolvido durante todo o ano letivo. E terá alguns momentos de culminância.

Exemplo: Tic Tac da leitura; paradinha da leitura; e tertúlia literária, culminância de outros projetos associados no decorrer do ano.

EQUIPE PEDAGÓGICA:

Engajamento da equipe pedagógica com as seguintes atividades:

Reunião com os professores para apresentação do projeto e explicação detalhada;

- ✓ Aquisição do acervo necessário para que todos os alunos se envolvam no projeto.
- ✓ Preparo de ambientes estimuladores à leitura;
- ✓ Estabelecimento do “Dia da Leitura” que deverá acontecer diariamente de acordo proposta de cada ano e ou toda semana (tertúlia literária).
- ✓ Nesse dia, poderá ser lido e debatido com os alunos textos de revistas, jornais, notícias, textos do livro didático de Língua Portuguesa, e ou livro determinado para este fim, etc. É um exercício para as leituras que serão feitas individualmente e estimulação para as ideias que serão colocadas nas fichas de leitura;
- ✓ Confeção de murais sobre o projeto;
- ✓ Organização de uma feira literária ou outro evento em que se concretize a leitura dos alunos;

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e processual, e desta forma, poderá incluir várias alternativas de avaliação, como individual, Autoavaliação, avaliação em grupo, reflexões pessoais, portfólio e ou diário de bordo.

O projeto de leitura deverá desenvolver trabalhos significativos, despertando o interesse, a criatividade e o envolvimento dos alunos.

Referências

1. BENDER, William. *Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI*. Porto Alegre: Penso, 2014.
2. [Base Nacional Comum Curricular](#) (BNCC). Brasília, 20 de dezembro 2017
3. GAROFALO, Débora. [Como avaliar o ensino criativo e inovador](#). Nova Escola, 2018

COMITÊ DO PPP

ANEXO V

MEMBROS DO COMITÊ DO PPP DA ESCOLA MUNICIPAL GERAÇÃO DO FUTURO 2022

MEMBROS NATOS

- Direção - VIRGÍNIA CAIRES COELHO LUZ
- Vice direção- ELENICE RODOLFO CAIRES PIRES
- Coordenadora - NEUSELANGE FREITAS SOARES SILES

REPRESENTANTES DOS PAIS

- MICAELA PIRES CAJAZEIRA RAMOS
- MARIA DO CARMO FREITAS SOARES

REPRESENTANTES APOIO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA

- PATRÍCIA SANTANA SIZÍLIO PEREIRA

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES

- 5º anos- ELAINE CAIRES LUZ DA SILVA
- 4º anos - IEDA LUZ SOUZA
- 3º anos - JAQUELINE RIBEIRO CAIRES
- 2º anos - RICARDA SILVA FERREIRA
- 1º anos - ALBA LEITE LEDO

ANEXO VI**CRONOGRAMA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO****PEDAGÓGICO 2022**

AÇÕES	MÊS
<ul style="list-style-type: none">✓ REUNIÃO COMO CORPO DOCENTE✓ MONTAR GRUPO COM OS MULTIPLICADORES DO COMITÊ✓ REUNIÃO COM O CONSELHO ESCOLAR✓ MOTIVAÇÃO E DIVISÃO DOS TEMAS PARA CADA GRUPO	JULHO
<ul style="list-style-type: none">✓ MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR✓ MOMENTO DE ESCUTA COM ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE QUESTIONÁRIOS PRESENCIAIS E ONLINE✓ ASSEMBLEIA MIRIM✓ ABORDAR EXTRATEGIAS PEDAGÓGICA PARA CONHECER A HISTÓRIA DA ESCOLA E CONSTRUIR SUA IDENTIDADE.✓ DIA “D” ENCONTRO COM A COMUNIDADE ESCOLAR – 05 DE AGOSTO- (PREVISTO)✓ ESCOLHA DE REPRESENTANTES PARA O GRUPO DE ESTUDOS	AGOSTO
<ul style="list-style-type: none">✓ APRECIÇÃO E ANALIZE COM OS GRUPOS FORMADORES✓ MOBILIZAÇÃO EM CONJUTO COM O COMITÊ✓ PRODUÇÃO DO MATERIAL ESTUDADO✓ ENTREGA DO MATERIAL PRODUZIDO ATÉ O DIA 30/09/2022✓ DIA “D” ENCONTRO DE FORMAÇÃO E ANALISE – 09 DE SETEMBRO- PREVISTO	SETEMBRO
<ul style="list-style-type: none">✓ APRECIÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS EQUIPES (COMITÊ) COM OS RESULTADOS CONSTRUIDOS PARA A COMUNIDADE ESCOLAR EM FORMA DE SEMINÁRIO.✓ DIA “D” – MOMENTO DE ESCUTA COM A COMUNIDADE ESCOLAR -14 DE OUTUBRO – PREVISTO✓ SISTEMATIZAÇÃO DE TODO MATERIAL PRODUZIDO ATÉ O DIA 30/10/22	OUTUBRO
<ul style="list-style-type: none">✓ ENTREGA DO DOCUMENTO PARA A SECRETARIA PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO.	NOVEMBRO

ANEXO VII

ROTEIRO DE TEMAS PARA ANÁLISE

ROTEIRO TEMAS	RESPONSÁVEL
<p>1. INTRODUÇÃO</p> <p>2. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL Função social/ Princípios/ Características e finalidades/ Objetivos</p> <p>2.2 MARCAS NO TEMPO : A HISTÓRIA INSTITUCIONAL</p> <p>2.3 DIAGNÓSTICO ATUAL DA REDE / INSTITUIÇÃO Avaliação Institucional</p>	DIREÇÃO
<p style="text-align: center;">ATO CONCEITUAL</p> <p>3. CONCEPÇÃO PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS</p> <p>3.1 CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE, CULTURA, CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO INTEGRAL</p>	EQUIPE ARTICULADORA
<p>3.2 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO Fundamentos do currículo/ Princípios do currículo</p>	DIREÇÃO
<p>3.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA</p>	DIREÇÃO
<p>3.3 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA A pesquisa como princípio pedagógico / O trabalho como princípio educativo / O respeito à diversidade (crenças, etnia...)</p>	EQUIPE ARTICULADORA
<p style="text-align: center;">ATO OPERACIONAL</p> <p>4. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA O planejamento pedagógico/ A avaliação da aprendizagem/ Os projetos integradores (concepção, objetivos e aspectos metodológicos)/ As atividades complementares/ Os perfis esperados do professor e do aluno</p>	EQUIPE ARTICULADORA

5. ETAPAS DE ENSINO ANOS INICIAIS ORGANIZADOR CURRICULAR MODOS DE TRANSIÇÃO	DIREÇÃO
6. POLITICAS E MODALIDADES DE ENSINO Concepção da Educação /Princípios orientadores da educação / Diretrizes e indicadores metodológicos da educação 6.1 POLITICA DA EDUCACAO INCLUSIVA 6.2 POLITICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 6.3 POLITICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL 6.7 POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO ESCOLAR (ESCOLA/ FAMILIA/COMUNIDADE)	EQUIPE ARTICULADORA
7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP	COORDENAÇÃO
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	COORDENAÇÃO
MOTIVAÇÃO COM A COMINIDADE ESCOLAR	DIREÇÃO
MOTIVAÇÃO DOS GRUPOS ARTICULADORES PEDAGOGICOS	COORDENAÇÃO
MOTIVAÇÃO PRÁTICA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS DIAS “D” (ESPAÇO /ACOLHIDA)	APOIO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA
CADA GRUPO ARTICULADOR TERÁ:	01 PROFESSOR ARTICULADOR PROFESSORES AUXILIARES REPRESENTANTE DE APOIO ADMINISTRATIVO REPRESENTANTE DE PAIS
AÇÃO INICIAL	Analisar o PPP e comparar o que irá deixar e o que irá conservar com o Referencial Curricular de Barra da Estiva. Acrescentar o que falta.

	<p>Avaliação institucional / diagnóstico da escola</p> <p>Motivação familiar</p> <p>Motivação dos alunos</p> <p>Motivação dos funcionários</p>
<p>AÇÃO INTERMEDIARIA</p>	<p>Construção dos textos para compor o PPP e complementação do que está faltando.</p> <p>Acrescentar tópicos que abordam diversidade/ sexualidade / educação ambiental / temas integradores / educação para o trânsito/ educação ambiental (encontra -se no Referencial)</p> <p>Dividir a estrutura de acordo os marcos:</p> <p>MARCO CONCEITUAL- (filosófico) diz respeito aos conceitos gerais, a sociedade como um todo.</p> <p>MARCO OPERACIONAL- são da escola. Refere-se ao que ela pensa, o que ela faz, o que ela acredita.</p>
<p>AÇÃO FINAL</p>	<p>Apresentação do documento para a comunidade Escolar</p>

ANEXO VIII FICHAS DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COM OS ALUNOS DA ESCOLA

Cada pergunta será discutida pelo grupo e receberá uma cor: verde, amarelo ou vermelho.

COR VERDE, indicando que o processo de melhoria da qualidade já está num bom caminho. Referente a 80% a 100%

COR AMARELA, tratar-se de uma situação que merece mais cuidado e atenção. Referente a 50% a 70%

COR VERMELHA, a intervenção precisa ser imediata. Referente abaixo 50%

PERGUNTA	Verde	amarelo	vermelho
Minha escola me incentiva a melhorar.			
Meu professor me ajuda a organizar minhas coisas e meu tempo para eu aprender.			
Meu professor dá tempo para eu fazer minhas tarefas.			
Meu professor passa lição de casa.			
A minha família me ajuda com a lição de casa.			
Meu professor corrige a lição de casa.			
Gosto de ir para a escola			
Quando não entendo alguma coisa, pergunto ao meu professor e ele me ajuda.			
Meu professor conversa comigo.			
Eu gosto das atividades que faço na classe.			
Os alunos de minha classe fazem barulho.			
Quando estou na minha classe, gosto de:			
conversar com meus colegas.			
conversar com meu professor.			
arrumar minha carteira e manter minhas coisas em ordem			
olhar pela janela e ver a rua.			
ler os livros de histórias sozinho.			
ler histórias para meus colegas.			

resolver problemas			
Quando estou em casa, gosto de:			
jogar com meus amigos (futebol, vôlei, basquete etc.).			
ouvir música.			
assistir à televisão.			
brincar sozinho com meus jogos e brinquedos.			
ler (livros de histórias, gibis, revistinhas).			
ficar na Internet			
ajudar na casa.			
arrumar minhas coisas			
estudar (fazer a lição, pesquisar etc.)			
conversar com as pessoas da minha família.			
ouvir histórias da família.			
Jogar no celular e vídeo games			
Os motivos da sua falta na escola			
Quem te ajuda no dever de casa			
Você gosta da escola?			
O que você mais gosta na escola?			
O que você não gosta na escola?			
O que você mais gosta da merenda?			
O que você não			

gosta da merenda?					
O que você mais gosta de brincar no recreio da escola?					
O que você gostaria que tivesse na sua escola?					
Quando você começou a estudar na escola ?	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO

QUESTIONÁRIO PARA A FAMÍLIA

Ano: 2022

Raça/Etnia _____ do _____ (a) _____ aluno(a)?

Escolaridade do responsável:

	COMPLETO	INCOMPLETO
Ensino Fundamental I		
Ensino Fundamental II		
Ensino Médio		
Ensino Superior		
Pós-graduação		
Sem escolaridade		

1. Você mora:

() SEDE

() ZONA RURAL

2. Você mora:

() PERTO DA ESCOLA

() LONGE DA ESCOLA

3. Com quem o (a) aluno (a) mora?

PAIS:(MÃ E E PAI)	SOMENT E MÃE	SOMENT E PAI	COM OS AVÓ S	OUTRO S

4. O (a) aluno (a) tem irmãos?

Sim () Não () quantos ? _____

5. A residência onde o (a) aluno (a) mora é:

Própria ()

Alugada ()

Cedida ()

6. Com quem fica o (a) aluno (a) durante o trabalho dos responsáveis?

7. Com quem o (a) aluno (a) vai para escola e volta para casa?

8. Como o aluno chega à escola: () A pé () moto () carro () ônibus () outros

9. O (a) aluno (a) é possui alguma necessidade especial?

_____ Qual? _____

10. Qual a profissão do responsável?

Pai _____

Mãe _____

Responsável _____

11. Qual a crença religiosa da criança e dos responsáveis?

12. Os responsáveis se sentem respeitados na instituição de ensino?

() Sim () Não

13. O responsável participa das reuniões da escola?

Sim () Nunca () Às vezes ()

14. O aluno é bem acolhido na escola?

() Sim Não () Precisa melhorar ()

Comente: _____

15. O que você acha do espaço físico da escola?

Ótimo () Bom () Precisa melhorar ()

Comente: _____

16. A sala que a criança estuda é?

Ótima () Boa () Precisa melhorar ()

Comente: _____

17. Como é a interação entre a família /escola?

Ótima () Boa () Precisa melhorar ()

Comente: _____

18. Sua remuneração:

() MENOS DE 01 SALÁRIO MÍNIMO

() 01 SALÁRIO MÍNIMO

() DE 02 A 03 SALÁRIO MÍNIMO

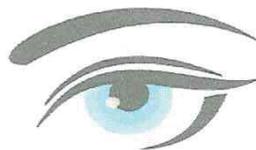
() MAIS QUE 04 SALÁRIO MÍNIMO

19. A família recebe algum benefício?

() Não () BPC () Auxílio Brasil () Outros

O QUE VOCÊ ESPERA DA ESCOLA?	
QUAL A MAIOR DIFICULDADE QUE VOCÊ TEM COM A ESCOLA?	

Escola e família Juntos escrevemos um futuro melhor!



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 012, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Extraordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, do Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME


Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 18 de setembro de 2024.

Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Documento assinado digitalmente
 MARIZANE LIMA MARTINS
Data: 18/09/2024 11:53:01-0300
Verifique em <https://validar.lti.gov.br>



CEJSP – Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira
Povoado de Placa – s/n Zona Rural - CEP - 46650-000 Barra da Estiva - Bahia.
C.N.P.J nº. 04.694.738/0001-57 INEP - 29374057

“Onde a Educação brilha com intensidade”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Barra da Estiva - BA
2024



CEJSP – Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira
Povoado de Placa – s/n Zona Rural - CEP - 46650-000 Barra da Estiva - Bahia.
C.N.P.J nº. 04.694.738/0001-57 INEP - 29374057

“Onde a Educação brilha com intensidade”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Instrumento norteador das diretrizes pedagógicas do Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira, construído coletivamente, com o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar.

Diretor/professor: Márcio Pereira Santos

Barra da Estiva - BA
2024

APRESENTAÇÃO

Cientes da nossa responsabilidade enquanto instituição garantidora de direitos, formadora e transformadora de vidas em prol de uma sociedade mais justa e desenvolvida, apresentamos este Projeto Político Pedagógico, que tem a intenção de demonstrar toda dinâmica do Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira, mostrando sua identidade e seu processo educacional na busca do ensino e a aprendizagem. E para a elaboração deste conta-se com a participação dos professores, dos auxiliares administrativos educacionais, dos pais ou responsáveis, de alunos, da secretária, da coordenação e da direção.

Buscando comprometimento de todos com o trabalho que será realizado no intuito de melhor conceber e trabalhar às características sociais e culturais da realidade em que a escola se insere. Desta maneira, os objetivos, os conteúdos, critérios de avaliação, de recuperação, o currículo, entre outros, que serão organizados neste documento terão como base a realidade local discutida e analisada pelos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, os Atos Normativos do Conselho Municipal de Educação de Barra da Estiva na Bahia e obedecerá a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96 LDBEN). É, portanto, contínua a realização deste projeto visto que deve ser entendido como processo que inclui a formulação de metas e meios segundo a particularidade desta Unidade de Ensino por meio de criação e valorização de rotinas de trabalho pedagógico em grupo e da corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar, para além do planejamento de início de ano ou dos períodos de capacitação.

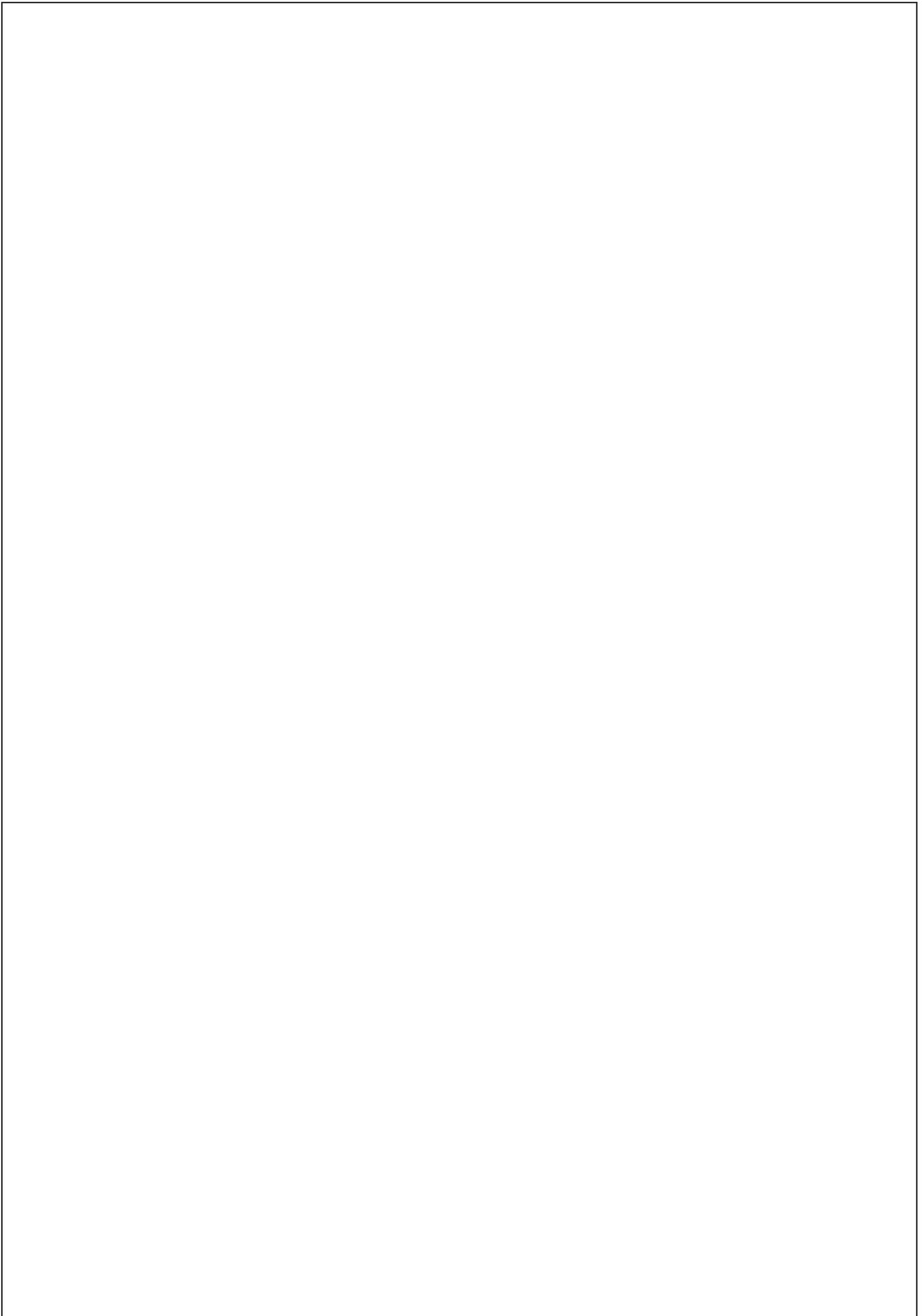
Este documento é resultado de experiência acumulada pelos profissionais, que é base de reflexão e constantes indagações não sendo, pois, atingida de uma hora para outra, pois a comunidade escolar possui uma realidade complexa e não é possível tratar tais questões referentes a ele como algo simples de se resolver.

SUMÁRIO

Introdução	7
Marco Situacional.....	8
Histórico da Escola.....	8
Diagnóstico da Escola	9
Caracterização do atendimento	12
Dimensão Física.....	13
Dimensão Humana	13
Corpo Docente/Funcionário/Direção/Equipe Pedagógica	13
Corpo Discente.....	15
Matrícula.....	16
Cálculo Anual dos Índices da Escola	16
Identificação	23
Organização Escolar.....	25
Constituição das Turmas.....	25
Matriz Curricular da Educação Básica - Hora Atividade	28
Recursos	31
Espaços e Instalações	31
Acessibilidade.....	32
Recursos Financeiros.....	32
Equipamentos Pedagógicos	32
Recursos Didáticos	32
Situação Socioeconômica da Comunidade	33
Convivência na Escola	34
Marco Situacional.....	34
Visão.....	34
Missão.....	34
Valores	35
Objetivos.....	35
Objetivo Geral.....	35
Objetivos Específicos.....	35
Marco Conceitual	36
Concepção de Sociedade	36
Concepção de Educação	37
Concepção de Infância.....	38
Transversalidades Fundantes e as Transversalidades das Competências da BNCC... 39	
Competências Gerais da Educação Básica.....	40

Organização da Ação Educativa da Educação Básica	41
A Política de Assistência Estudantil	41
Princípios Orientadores da Assistência Estudantil.....	41
Diretrizes da Assistência Estudantil.....	42
Gestão Democrática	43
Metodologia	45
Conselho de Classe	45
Princípios e Fundamentos da Educação	46
Conhecimento: Currículo, Espaço e Tempo na Escola	46
Inclusão, Diversidade e Igualdade	50
Educação Ambiental e Sustentabilidade	52
Modalidades de Ensino Oferecidas pela Escola	52
Educação Infantil.....	52
Campos de Experiência no Currículo da Educação Infantil	53
Avaliação na Educação Infantil.....	56
Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental	57
Ações que a Escola poderá realizar	58
Ensino Fundamental.....	59
Avaliação no Ensino Fundamental.....	62
Orientações para Avaliação	64
Transição do Ensino Fundamental Anos finais para anos Finais e para o Ensino Médio	65
Estratégias de Transição	66
Educação do Campo	68
Propostas da Educação do Campo	69
Educação Escolar Quilombola	74
Educação em Tempo Integral	75
Educação Antirracista	80
Ações contra o bullying	82
Ações contra o preconceito	90
Atendimento Educacional Especializado	93
Política de Inovação Tecnológica	95
Concepção de Inovação Tecnológica.....	95
Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica	96
Diretrizes da Inovação Tecnológica	98
Os Usos das Inovações Tecnológicas na Educação	99
Inovações Tecnológicas e o princípio da Equidade na Educação.....	100
Marco Operacional	101
Plano de Suporte Estratégico	101

Plano de Ação.....	103
Avaliação Institucional	112
Objetivo da Avaliação Institucional	112
Abrangência da Avaliação Institucional.....	112
Plano de Suporte Estratégico	112
Ações de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores (Gestores, Professores, Funcionários)	113
Princípios Orientadores da Formação Continuada	114
Aspectos Importantes na Formação do Professor.....	114
Diretrizes da Formação Continuada	114
Estratégias da Escola para articulação com a Família e a Comunidade	116
Avaliação e Recuperação de Estudos	118
Recomposição da Aprendizagem	119
Propostas de Prevenção e Combate à Evasão Escolar	121
Propostas de Transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental	121
Bases legais que regem o PPP	122
Avaliação do Projeto Político Pedagógico	123
Considerações Finais	123
Referências	125
Anexo	128



1. INTRODUÇÃO

Ao elaborar o Projeto pensamos atingir todas as particularidades que influenciam direta ou indiretamente para a aprendizagem dos alunos, sendo assim, visamos alcançar os objetivos propostos, isso indica que a metodologia usada deve dar bons resultados, pois, esta, tem se baseado no respeito aos momentos específicos de cada aluno, e das diversas identidades existentes no nosso contexto escolar, ou seja, uma metodologia que visa auxiliar o desenvolvimento cognitivo do aluno, portanto parte sempre das suas experiências dentro da sua realidade.

Outra questão importante perceptível neste projeto diz respeito à vontade e a necessidade dos professores e auxiliares administrativos que anseiam por cursos de capacitação sobre todo aspecto pedagógico, emocional, administrativo e de segurança o que refletiria em todo contexto escolar. Outra solicitação dos professores está centrada na questão material didático disponível que é o meio de auxílio de grande importância na construção dos conhecimentos dos alunos.

O projeto traz, ainda, questões que caracterizam a Unidade de Ensino, como a quantidade de alunos, índice de aprovação, reprovação e evasão dos três últimos anos, as matrizes curriculares de todas as disciplinas, o currículo escolar, habilidades e conteúdo, plano de ação, entre outros.

O PPP é baseado na teoria libertadora de Paulo Freire e no sociointeracionismo de Vygotsky e Piaget.

Nesse sentido, o objetivo principal deste documento para a Instituição Educativa não está ligado apenas às exigências legais ou aos aspectos ligados ao cumprimento de sua formalização textual, mas sim, à qualidade conseguida ao longo do processo de sua elaboração, uma vez que o PPP é referência para as ações educativas, pois os sujeitos da comunidade escolar se reconhecem nela, e referenciam-na como tal e por isso faz-se necessário trabalhar a identidade dos sujeitos que vivem e trabalham no campo, e das cultura quilombola dos discentes que aqui estudam, visto que essa identidade necessita ser reconhecida, valorizando os aspectos socioculturais no sentido de pertencimento nos diversos espaços sociais que habitam, promovendo uma educação de qualidade para todos os alunos, levando-os

a construir sua história com responsabilidade, dignidade e autonomia, contribuindo para uma sociedade mais justa, fraterna e feliz.

2. MARCO SITUACIONAL

2.1. Histórico da Escola

O Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira está localizado no Povoado Placa, zona rural do município de Barra da Estiva – Bahia, o qual tem como órgão orientador a Secretaria Municipal de Educação e órgão mantenedor a Prefeitura Municipal.

Foi fundado no dia 11 de janeiro de 1998, com o CNPJ Nº 04.694.738/0001-57 e INEP Nº 29374057.

O Colégio recebeu este nome em homenagem ao Senhor Jerosmiro dos Santos Pereira, propulsor da educação na comunidade onde, junto com o ex-prefeito Rochael Alves da Silva implantou a escola primária no começo dos anos 70, em um local na casa de Dona Firmina em 1974, na administração do prefeito Carlos Gumes Fernandes, construiu-se o primeiro prédio escolar da Região na Fazenda Mata, terreno doado na época por Rodrigo dos Santos Pereira e Maria dos Santos Pereira, local onde se localiza Unidade de Saúde da Família (USF) João da Silva Freitas do povoado da Placa.

A comunidade tem dado apoio nos eventos escolares quando solicitados, frequentando constantemente as reuniões e participando dos eventos que escola realiza.

Em 1997 o vereador Valter da Silva Pereira juntamente com o prefeito Dante Gutemberg Xavier de Castro, viu a necessidade de implantar o ensino fundamental II na comunidade da Placa. O vereador Valter reuniu com o senhor Antônio Pereira de Almeida e o professor Janiedes Almeida Caires, onde foi discutido sobre o assunto. Então ficou decidido que o senhor Antônio faria o levantamento na comunidade de Placa e circunvizinha para verificar a quantidade de alunos que concluíram a 4ª série. O senhor Antônio visitou várias comunidades, conversando com os pais dos alunos para que dessem continuidade aos estudos dos seus filhos, onde conseguiu convencê-los, formando uma turma com 45 alunos.

Com uma grande quantidade de alunos o prefeito implantou o ensino fundamental II, tendo início das aulas no mês de março de 1998, professores regentes da época, Janiedes Almeida Caires e Wellington Santos (in-memória) e nomeado como Diretor o senhor Antônio Pereira de Almeida. A escola começou a funcionar no período vespertino, no prédio escolar Firmino dos Santos Pereira. No ano seguinte o senhor João Joaquim de Caires, pai do professor Janiedes, doou o terreno para a construção do atual colégio Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira (CEJSP), este terreno fazia parte do campo de futebol também doado pelo mesmo. O Colégio começou a ser construído no ano 2000, com grande apoio da comunidade e um ótimo desempenho dos alunos, a escola teve um aumento expressivo de alunos e professores, é um orgulho para a comunidade.

O Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira se preocupa em educar e promover o desenvolvimento integral de crianças e dos adolescentes, com especial atenção aos seus aspectos físicos, psicológicos e sociais. Nosso maior objetivo é propiciar um ambiente saudável e estimulante que repercuta na melhoria de qualidade de vida das crianças, adolescentes e de suas famílias. Temos como intuito, acordar a consciência do aluno para que ele seja capaz de exercer seu papel de cidadão e se habilitar a revolucionar a sociedade, tornar a sala de aula em um espaço de vivências coletivas promovendo diferentes tipos de aprendizagem, assim como a liberdade de escolha e autonomia.

2.2. Diagnóstico da Escola

O Diagnóstico tem fim de atuar, através de métodos que deve levar em conta o homem ou o modelo de sociedade que desejamos e o campo educacional em que nos movemos. Diagnosticar as fontes dos problemas a serem superadas. Isto significa que o indicador sócio, econômico, educacional e cultural deve ser previamente conhecido para que o planejamento educacional se baseie em uma análise mais precisa possível do sistema educacional da escola.

Nossa comunidade escola é afetada pelos fatores das consequências da crise global que interferem na situação brasileira: pais desempregados, baixo poder aquisitivo, famílias desestruturadas, violência, drogas, alcoolismo, fome, abusos e insegurança, dentro e fora de casa.

Quanto à educação, nossa instituição tem a missão de compartilhar o conhecimento e estimular o educando a permanecer na escolar, desenvolvendo consciência crítica, de forma que seja capaz de analisar as realidades urbanas e rurais, a fim de procurar novas formas de subsistência, de respeito ao meio ambiente, em busca de uma vida saudável e de uma ecologia autossustentável.

Nossa escola está inserida num contexto rural, do campo, no Povoado de Placa, na cidade de Barra da Estiva - BA, a maioria das famílias retiram seu sustento da agricultura familiar e os autores que compõe nosso cenário educacional está inserido nele.

Ultimamente a educação e escola do campo, assumem um importante papel para o desenvolvimento das comunidades rurais, pois é através de sua ação-construção educativa que as comunidades escolares do campo buscam uma maior integração social, cultural e econômica além de ser um veículo difusor de conhecimentos.

A localidade conta com Praça, Unidade de Saúde da Família, Escola de Educação Infantil e Cras. Predominantemente residencial, o bairro conta com comércios, serviços e pequenas empresas.

A comunidade tem uma imagem positiva da escola, observada através dos comentários das famílias e da Avaliação Institucional realizada anualmente. A comunidade escolar também considera importantes os conteúdos desenvolvidos pela escola com seus filhos, entendendo que eles são importantes para o crescimento pessoal individual e para “a vida e o futuro”. Quando os filhos apresentam dificuldades de aprendizagem na escola, os pais tentam resolver com conversas e “ajudando a fazer as tarefas”. Caso não se resolva, é muito natural procurar a escola e os professores, pois são sempre bem atendidos. As famílias entendem que todos são respeitados dentro de suas necessidades específicas, mesmo que sejam pequenas, e percebem um envolvimento especial com os alunos que têm necessidades especiais: carinho, atenção, acolhimento.

A respeito da participação da família na escola, percebemos que a comunidade é participativa em todos os aspectos, em reuniões, entrega de boletins, conversa com os professores, participação em eventos., em decisões que devem ser tomadas no currículo, ou na avaliação.

As famílias se constituem de diversas maneiras e com diversos graus de instrução. A maior parte dos alunos têm grandes necessidades sócio-econômicas e dificuldades de aprendizagem, é preciso olhar para os estudantes de forma individual, percebendo com mais clareza o potencial de cada um e entendendo a necessidade de propostas de intervenção cada vez mais individualizadas, utilizando todos os espaços de aprendizagem que a escola oferece de maneira integrada. Todos os professores possuem curso superior e pós-graduação.

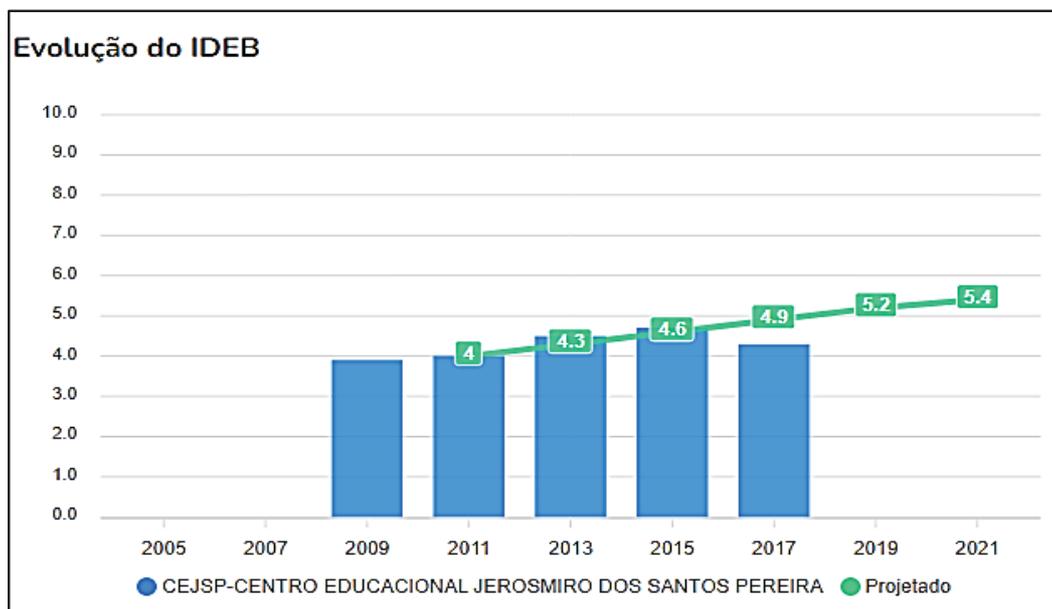
Em relação aos indicadores de qualidade, a escola vem obtendo crescimento nos índices do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), a escola vem mantendo a meta exigida, apesar de não ter conseguido atingir a meta para 2021, reflexos deixados pela pandemia de covid-19.

Observe os gráficos abaixo:

ANOS INICIAS



ANOS FINAIS



Ainda temos muitos desafios para vencer, muitas situações, como: a infrequência, que pode levar a evasão, a falta de comprometimento na realização das tarefas tanto de sala de aula quanto de casa e os impactos trazidos pela pandemia da covid-19, tudo isso ainda comprometem o desempenho de muitos estudantes. É necessário todo o empenho da equipe escolar e das famílias para superar os desafios e manter uma educação de qualidade.

2.3. Caracterização do Atendimento

A escola atende a 229 estudantes do nível da Educação Básica, organizado da seguinte forma:

MODALIDADE	ANO	Nº DE ALUNOS	TURNOS
Educação Infantil	Pré-escola I e II	36	Vespertino
Ensino Fundamental Anos Iniciais	1º,2º,3º,4º e 5º	113	Vespertino
Ensino Fundamental Anos Finais	6º,7º,8º e 9º	80	Matutino

Todos os estudantes que moram distantes da escola usam o transporte escolar municipal.

2.4 Dimensão Física

Possui 09 salas de aula, 01 corredor, 01 sala para secretaria, 01 sala para a direção, 01 sala para os professores, 01 sala para computação, 02 banheiros para os estudantes, 03 almoxarifados, 01 cantina com depósito, 01 videoteca, 01 guarita e 01 quadra poliesportiva.

A merenda escolar é acompanhada por nutricionista e os alimentos na sua maioria são comprados na sua forma natural de pequenos produtores da região (agricultura familiar).

A comunidade tem dado apoio nos eventos escolares quando solicitados, frequentando constantemente as reuniões e participando dos eventos que a escola realiza.

2.4. Dimensão Humana

2.4.1. Corpo Docente/Funcionário/Direção/Equipe Pedagógica

A dimensão humana do Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira, é formado por:

QUADRO PESSOAL/CARGA HORARIA		
Adelson Souza Braga	Professor	25h
Adriana Rosa da Silva	Auxiliar Administrativo	40h
Antônio Carlos Meneses de Jesus	Auxiliar Administrativo	40h
Antônio Pereira de Almeida	Professor	40h
Cássio Santos Caires	Professor	25h
Dielson Lima Ribeiro	Auxiliar Administrativo	40h
Erasmoo Carlos Almeida Caires	Auxiliar Administrativo	40h
Euler Jackson Jardim Santos	Professor	20h
Floraci Soares de Carvalho	Auxiliar Administrativo	40h
Gerliane Freitas dos Santos	Merendeira	40h
Hélio Gonçalves Santana	Professor	20h

Irani Xavier da Silva	Auxiliar Administrativo	40h
Ivanilda da Silva Gonçalves	Cuidadora	40h
Janete Sousa Luz	Auxiliar Administrativo	40h
Janiedes Almeida Caires	Professor	20h
Sara Pereira Silva Novais	Professora	20h
Leiliane da Silva Melo	Monitora	40h
Lucelma Oliveira Souza Almeida	Professora	25h
Márcio Pereira Santos	Direção	40h
Marinêz Caires Felix	Professora	25h
Meire Pereira Caires dos Santos	Professora	25h
Michele Karla dos Santos Alves	Cuidadora	20h
Natler Pina Silva	Professora	20h
Rita de Cássia da Silva Queiroz Caires	Professora	25h
Roseleide Caires de Carvalho Silva	Professora	25h
Rosileide Rosa da Silva Caires	Auxiliar Administrativo	40h
Shirley Sousa Silva	Cuidadora	40h
Susimari Silva Pereira	Professora	25h
Vera Lúcia Rosa Luz Dias	Auxiliar Administrativo	40h

O corpo docente procura a todo o momento se relacionar com postura de educadores, buscando o aperfeiçoamento da prática pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, a avaliação é sempre processual e contínua, com a preocupação de manter os aspetos qualitativos sobre os quantitativos, utilizam-se métodos diversificados, como: observações do desempenho nas devolutivas orais e escritas, pratica de pesquisa, assiduidade, interesse e participação, sempre com o olhar atento para solucionar as dificuldades dos alunos. É notável que a [tecnologia na educação](#) vem progredindo cada vez mais e provocando mudanças no processo de ensino-aprendizagem. Isso ocorre devido às alterações do mercado de trabalho e, por consequência, no perfil do aluno, que também vêm sofrendo transformações ao longo dos anos em decorrência da transformação digital. E, para se adequar a tudo isso, eis que surge a **metodologia ativa**, diante desse novo cenário vemos a necessidade de buscar formação para a implementação de uma metodologia baseada nessas novas

metodologias. Ao utilizar metodologias ativas, **o educador entra como facilitador** no incentivo às discussões, às pesquisas e à troca de aprendizagem, seja dentro, seja fora da sala de aula. Isso torna o processo mais interessante e aumenta a [concentração nos estudos](#) já que o aluno é estimulado pela autonomia, se tornando focado e participativo, além de tornar o aluno protagonista do seu próprio aprendizado.

Os planejamentos são realizados na escola em reuniões de A/C (Atividade Complementar), onde há troca de experiências entre os profissionais que se relacionam de forma respeitosa entre si. Contar com um bom planejamento escolar é o caminho mais indicado para que a escola consiga atingir os seus objetivos educacionais. Dessa forma, é possível aperfeiçoar os processos de ensino-aprendizagem e proporcionar uma experiência pedagógica focada na qualidade de ensino.

2.4.2. Corpo Discente

O corpo discente do Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira é formado por 250 estudantes entre 04 e 18 anos de idade, entre esses, há alunos divididos entre alunos do campo e quilombolas, residentes das seguintes comunidades circunvizinhas como: Comunidade do Peru, Baixa Grande, Riacho da Lagoa, Recanto, Riacho Fundo, Juazeiro, Caribé, Lagedinho, Bom Jardim, Cachoeira Grande, Barragem, Bambu, Fazenda Mateiro, Fazenda Capão do Curral, Fazenda Tamandaré, Fazenda Olho D`água, Fazenda Chapadinha e Comunidade Quilombola da Moitinha.

As condições socioeconômicas dos alunos são numa grande maioria de classe baixa e uma pequena minoria de classe média. Alguns alunos têm um bom desempenho escolar, porém, há aqueles com dificuldade de aprendizagem trazidas pelas consequências do afastamento da escola por conta da pandemia do covid-19, alguns ainda não se interessam muito pelos estudos e outros não recebem apoio dos pais nos estudos de casa, percebe-se uma carência emocional muito grande nos nossos discentes, reflexos trazidos pelo distanciamento social provocado pela covid-19.

Os alunos no geral são disciplinados, tem bom relacionamento entre si, e mantém respeito e carinho com o corpo docente e demais funcionários. Há uma boa relação entre família/escola/comunidade.

2.4.3. Matrícula

ANO	EDUC INFANTIL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
2019	48	111	106
2020	45	113	101
2021	45	115	113
2022	38	111	101
2023	41	110	85
2024	37	113	81

2.4.4. Cálculo Anual dos Índices da Escola

QUANTIDADE DE ESTUDANTES NO ANO DE 2019

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS													
ANO / SÉRIE / TURNO	PRÉ I	PRÉ II	1º	2º	3º	4º	5º	6º "A"	6º "B"	7º	8º	9º	TOTAL
MATUTINO								18	20	28	26	14	106
VESPERTINO	26	22	10	28	25	30	18						159
TOTAL	26	22	10	28	25	30	18	18	20	28	26	14	265

TOTAL DE ALUNOS: 265

ÍNDICES DE APROVAÇÃO EM 2019

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS INICIAIS									
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
10	100	28	100	22	88	25	83,32	16	88,88

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS FINAIS				
6º ANO "A"	6º ANO "B"	7º	8º	9º

				ANO		ANO		ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
14	77,78	20	100	24	85,72	19	73,08	13	92,86

MÉDIA DE APROVAÇÃO: **88,85%**

ÍNDICES DE REPROVAÇÃO EM 2019

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS FINAIS									
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	0	03	12	04	13,34	02	11,12

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS FINAIS									
6º ANO "A"		6º ANO "B"		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
04	22,22	0	0	03	10,72	06	23,08	0	0

MÉDIA DE REPROVAÇÃO: 9,25%

ÍNDICES DE EVASÃO EM 2019

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS																			
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		6º ANO "A"		6º ANO "B"		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	0	0	0	01	3,34	0	0	0	0	0	0	01	3,6	01	3,85	01	7,14

MÉDIA DE EVASÃO: 1,80%

QUANTIDADE DE ESTUDANTES NO ANO DE 2020

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS														
ANO / SÉRIE / TURNO	PRÉ I	PRÉ II	1º	2º	3º "A"	3º "B"	4º	5º	6º	7º "A"	7º "B"	8º	9º	TOTAL
MATUTINO									23	17	17	26	18	101
VESPERTINO	20	25	21	10	16	17	24	25						158

TOTAL	20	25	21	10	16	17	24	25	23	17	17	26	18	259
TOTAL DE ALUNOS: 259														

ÍNDICES DE APROVAÇÃO EM 2020

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS INICIAIS											
1º ANO		2º ANO		3º ANO “A”		3º ANO “B”		4º ANO		5º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
21	100	10	100	16	100	17	100	24	100	25	100

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS FINAIS									
6º ANO		7º ANO “A”		7º ANO “B”		8º ANO		9º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
23	100	17	100	17	100	26	100	18	100

MÉDIA DE APROVAÇÃO: 100%

ÍNDICES DE REPROVAÇÃO EM 2020

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS INICIAIS											
1º ANO		2º ANO		3º ANO “A”		3º ANO “B”		4º ANO		5º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS FINAIS									
6º ANO		7º ANO “A”		7º ANO “B”		8º ANO		9º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MÉDIA DE APROVAÇÃO: 0%

ÍNDICES DE EVASÃO EM 2020

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS																					
1º ANO		2º ANO		3º ANO “A”		3º ANO “B”		4º ANO		5º ANO		6º ANO		7º ANO “A”		7º ANO “B”		8º ANO		9º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MÉDIA DE EVASÃO: **0%**

QUANTIDADE DE ESTUDANTES NO ANO DE 2021

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS														
ANO / SÉRIE / TURNO	PRÉ I	PRÉ II	1º	2º	3º	4º "A"	4º "B"	5º	6º	7º	8º "A"	8º "B"	9º	TOTAL
MATUTINO									31	20	17	18	27	113
VESPERTINO	24	21	25	21	11	16	16	26						160
TOTAL	24	21	25	21	11	16	16	26	31	20	17	18	27	273

TOTAL DE ALUNOS: **273**

ÍNDICES DE APROVAÇÃO EM 2021

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS INICIAIS											
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO "A"		4º ANO "B"		5º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
25	100	21	100	11	100	16	100	16	100	26	100

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS FINAIS									
6º ANO		7º ANO		8º ANO "A"		8º ANO "B"		9º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
31	100	20	100	17	100	18	100	27	100

MÉDIA DE APROVAÇÃO: **100%**

ÍNDICES DE REPROVAÇÃO EM 2021

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS																					
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO "A"		4º ANO "B"		5º ANO		6º ANO		7º ANO		8º ANO "A"		8º ANO "B"		9º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MÉDIA DE REPROVAÇÃO: **0%**

ÍNDICES DE EVASÃO EM 2021

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS																							
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO "A"		4º ANO "B"		5º ANO		6º ANO		7º ANO		8º ANO "A"		8º ANO "B"		9º ANO			
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MÉDIA DE EVASÃO: 0%

QUANTIDADE DE ESTUDANTES NO ANO (2022)

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS														
ANO / SÉRIE / TURNO	PRÉ I	PRÉ II	1º	2º	3º	4º	5º "A"	5º "B"	6º	7º	8º	9º "A"	9º "B"	TOTAL
MATUTINO									26	28	15	17	15	101
VESPERTINO	15	23	26	25	22	11	15	13						150
TOTAL	15	23	26	25	22	11	15	13	26	28	15	17	15	251

TOTAL DE ALUNOS: 251

APROVAÇÃO EM 2022

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS																									
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO "A"		5º ANO "B"		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO "A"		9º ANO "B"					
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
26	100%	25	100%	22	95,4%	11	100%	15	93,3%	13	92,3%	26	69,3%	28	85,7%	15	80%	17	94,2%	15	100%				

MÉDIA DE APROVAÇÃO: 91,84%

REPROVAÇÃO EM 2022

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS																									
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO "A"		5º ANO "B"		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO "A"		9º ANO "B"					
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
0	0%	0	0	1	4,6%	0	0	1	6,7%	1	7,7%	8	30,7%	4	14,3%	3	20%	1	5,8%	0	0	0	0		

MÉDIA DE REPROVAÇÃO: 8,16%

EVASÃO EM 2022

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS																					
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO "A"		5º ANO "B"		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO "A"		9º ANO "B"	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MÉDIA DE EVASÃO: 0%

DISTORÇÃO IDADE /SÉRIE EM 2022

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS INICIAIS											
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO "A"		4º ANO "B"		5º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
01	4,17	0	0	0	0	0	0	0	0	01	6,67

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS – ANOS FINAIS									
6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO "A"		9º ANO "B"	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
04	15,39	05	17,25	04	26,67	07	41,18	01	6,67

MÉDIA DE DISTORÇÃO: 10,72%

QUANTIDADE DE ESTUDANTES NO ANO DE 2023

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS												
ANO / SÉRIE / TURNO	PRÉ I	PRÉ II	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	TOTAL
MATUTINO								27	22	22	25	96
VESPERTINO	25	16	22	24	25	25	14					151
TOTAL	25	16	22	24	25	25	14	27	22	22	25	247

TOTAL DE ALUNOS: 247

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS

1º ANO		2º ANO "A"		2º ANO "B"		3º ANO		4º ANO		5º ANO		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO			
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
22	100%	14	100%	10	100%	25	80%	25	84%	14	85,7%	27	88,9%	22	100%	25	92%	11	90,9%		

APROVAÇÃO EM 2023

MÉDIA DE APROVAÇÃO: 92,15%

REPROVAÇÃO EM 2023

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS

1º ANO		2º ANO "A"		2º ANO "B"		3º ANO		4º ANO		5º ANO		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO			
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0%	0	0%	0	0%	05	20%	04	16%	02	14,3%	03	11,1%	0	0%	01	0,4%	0	0%		

MÉDIA DE REPROVAÇÃO: 6,18%

EVASÃO EM 2023

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS

1º ANO		2º ANO "A"		2º ANO "B"		3º ANO		4º ANO		5º ANO		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO			
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	01	0,4%	01	9,1%

MÉDIA DE EVASÃO: 0,95%

DISTORÇÃO IDADE /SÉRIE EM 2023

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS

1º ANO		2º ANO "A"		2º ANO "B"		3º ANO		4º ANO		5º ANO		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO			
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	01	4,17%	01	7,15%	06	22,23%	07	31,82%	03	12,00%	01	9,10%		

MÉDIA DE DISTORÇÃO: 8,65%

QUANTIDADE DE ESTUDANTES NO ANO DE 2024

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS												
ANO / SÉRIE / TURNO	PRÉ I	PRÉ II	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	TOTAL
MATUTINO								15	23	22	21	81
VESPERTINO	11	26	17	21	30	23	22					150
TOTAL	11	26	17	21	30	23	22	15	23	22	21	231

TOTAL DE ALUNOS: 231

DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE EM 2024

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS																			
1º ANO		2º ANO		3º ANO "A"		3º ANO "B"		4º ANO		5º ANO		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0%	0	0%	01	5,27%	05	41,67%	03	12,50%	03	13,64%	03	20,00%	06	25,00%	07	31,82%	01	4,7%

MÉDIA DE DISTORÇÃO: 15,45%

2.5. Identificação

UNIDADE ESCOLAR: Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira
ENDEREÇO: Povoado de Placa, Barra da Estiva – Bahia
TELEFONE: (77) 9830 1376
E-MAIL: cejspecola@gmail.com

EQUIPE DE DIRIGENTE

DIRETOR: Márcio Pereira Santos
SECRETÁRIA: Adriana Rosa da Silva
COORDENADORA PEDAGÓGICA:

FORMAÇÃO DOS DIRIGENTES

Márcio Pereira Santos – Licenciado em História, Pós Graduado Em Metodologia do Ensino de Geografia e História

Adriana Rosa da Silva – Licenciada em Pedagogia, Pós Graduada em Gestão Escolar.

AUXILIARES ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS E APOIO / FORMAÇÃO

Antônio Carlos Meneses de Jesus	2º grau completo
Dielson Lima Ribeiro	2º grau completo
Erasmoo Carlos Almeida Caires	1º grau completo
Irani Xavier da Silva	1º grau incompleto
Rosileide Rosa da Silva Caires	2º grau completo
Floraci Soares de Carvalho	Alfabetizada – séries iniciais
Janete Sousa Luz	2º grau completo
Michelle Karla dos Santos Alves	2º grau completo
Vera Lúcia Rosa Luz Dias	1º grau completo
Ivanilda da Silva Gonçalves	2º grau completo
Shirley Sousa Silva	2º grau completo
Leiliane da Silva Melo	2º grau completo

CONSELHO ESCOLAR

CONSELHEIROS(AS)	REPRESENTATIVIDADE
Juliana Caires Luz	Segmento / Pais ou Responsáveis
Valdelino dos Reis Posnucena	Segmento / Pais ou Responsáveis
Romário Caires dos Santos	Segmento / Pais ou Responsáveis
Edneia Santos Carvalho Sena	Segmento / Pais ou Responsáveis
Meire Pereira Caires dos Santos	Segmento / Professores

Euler Jackson Jardim Santos	Segmento / Professores
Hélio Gonçalves Santana	Segmento / Professores
Marinêz Caires Félix	Segmento / Professores
Antônio Carlos Meneses de Jesus	Segmento / Aux. Adm. Educacionais
Dielson Lima Ribeiro	Segmento / Aux. Adm. Educacionais
Irani Xavier da Silva	Segmento / Aux. Adm. Educacionais
Rebeca Fantiny Caires Santos	Segmento / Estudantes
Allana Pereira Lima	Segmento / Estudantes
Wesley Novais Pina	Segmento / Estudantes
Felippe e Silva Caires Silva	Segmento / Estudantes
Márcio Pereira Santos	Segmento / Direção

3. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A Escola de Educação básica atende crianças e adolescentes de 04 a 14 anos de idade, nas seguintes etapas de ensino:

3.1. Constituição das turmas

ENSINO INFANTIL

PRÉ I
PROFESSORA: MARINEZ CAIRES FÉLIX
FORMAÇÃO: LICENCIADA EM PEDAGOGIA
QTD. DE ALUNOS: 11
PRÉ II
PROFESSORA: LUCELMA OLIVEIRA SOUSA ALMEIDA
FORMAÇÃO: LICENCIADA EM PEDAGOGIA, PÓS GRADUADA EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E CLÍNICA
QTD. DE ALUNOS: 14
PRÉ II
PROFESSORA: ADELSON SOUSA BRAGA
FORMAÇÃO: LICENCIADO EM PEDAGOGIA
QTD. DE ALUNOS: 11

ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO

1º ANO
PROFESSORA: RITA DE CÁSSIA DA SILVA QUEIRÓZ CAIRES
FORMAÇÃO: LICENCIADA EM PEDAGOGIA, PÓS GRADUADA EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E CLÍNICA
QTD. DE ALUNOS: 17
2º ANO
PROFESSORA: ROSELEIDE CAIRES DE CARVALHO SILVA
FORMAÇÃO: LICENCIADA EM NORMAL SUPERIOR, PÓS GRADUADA EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E CLÍNICA
QTD. DE ALUNOS: 21
3º ANO “A”
PROFESSOR: ANTÔNIO PEREIRA DE ALMEIDA
FORMAÇÃO: LICENCIADO EM NORMAL SUPERIOR, PÓS GRADUADO EM GESTÃO ESCOLAR
QTD. DE ALUNOS: 18
3º ANO “B”
PROFESSOR(A): SUSIMARI SILVA PEREIRA
FORMAÇÃO: LICENCIADA EM PEDAGOGIA E PÓS GRADUADA EM NEUROPSICOLOGIA
QTD. DE ALUNOS: 12
4º ANO
PROFESSOR: MEIRE PEREIRA CAIRES DOS SANTOS
FORMAÇÃO: LICENCIADA EM PEDAGOGIA, PÓS GRADUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.
QTD. DE ALUNOS: 23
5º ANO
PROFESSOR: CÁSSIO SANTOS CAIRES
FORMAÇÃO: LICENCIADO EM PEDAGOGIA, PÓS GRADUADO EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E CLÍNICA, E M PROJETOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.
QTD. DE ALUNOS: 22

ENSINO FUNDAMENTAL DO 6º AO 9º ANO

PROFESSOR(A)	DISCIPLINA(S)	ANO	FORMAÇÃO
Antônio Pereira de Almeida	Educação Física História Geografia	6º ano	Licenciado Em Normal Superior, Pós Graduado Em Gestão Escolar
		7º ano	
		8º ano	
		9º ano	
Euler Jackson Jardim Santos	Língua Portuguesa	6º ano	Licenciado em Letras Modernas e Pós Graduado em
		7º ano	

		8º ano 9º ano	Língua, Linguística e Literatura
Hélio Gonçalves Santana	Ciências Projeto de Vida Ensino Religioso	6º ano 7º ano 8º ano 9º ano	Licenciado em Biologia e Pós Graduado em Educação e Gestão Ambiental
Janiedes Almeida Caires	Matemática Educação Física	6º ano 7º ano 8º ano 9º ano	Licenciado em Matemática e Física, Pós Graduado em Metodologia da Matemática e Física
Natler Pina Silva	História Inglês Redação	6º ano 7º ano 8º ano 9º ano	Licenciada em Pedagogia
Sara Pereira Silva Novais	Arte Geografia Ciências Projeto de Vida	6º ano 7º ano 8º ano 9º ano	Licenciada em História e Pós em Metodologia da História

3.2. Matriz Curricular da Educação Básica – Hora Atividade

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS REGULAR

ADAPTAÇÃO À LEI Nº 9.394/96.

DURAÇÃO: 09(NOVE) ANOS.

Dias letivos: 200.	Semanas letivas: 40.	Dias Semanais: 05.	Nº de Horas/Dias: 04
---------------------------	-----------------------------	---------------------------	-----------------------------

TEMAS INTEGRADORES	COMPONENTES CURRICULARES							
	BASE NACIONAL COMUM							
	LINGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ENSINO RELIGIOSO	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA
Educação em Direitos Humanos	X			X	X	X		
Educação para as relações étnico-raciais	X				X	X		
Educação para o trânsito	X	X	X				X	
Saúde na escola	X	X	X				X	X
Educação Ambiental	X		X	X			X	
Educação Financeira e para o consumo	X	X		X	X			
Educação Digital	X	X	X					
Educação Fiscal	X	X		X				

CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTO									C.H. <u>TOTAL</u>
ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ENSINO RELIGIOSO	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	
1º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
2º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
3º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
4º Ano	240	200	80	80	80	40	40	40	800
5º Ano	240	200	80	80	80	40	40	40	800
Total Geral	1.440	1.000	400	280	280	200	200	200	4.000

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS							
ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	AULAS SEMANAIS					CARGA HORÁRIA
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	C.H.
							TOTAL
Área de Linguagens	Língua Portuguesa	08	08	08	06	06	1.440
	Arte	01	01	01	01	01	200
	Educação Física	01	01	01	01	01	200
Área da Matemática	Matemática	05	05	05	05	05	1000
Área de Ciências da Natureza	Ciências	02	02	02	02	02	400
Área de Ciências Humanas	História	01	01	01	02	02	280
	Geografia	01	01	01	02	02	280
Área de Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	01	01	01	01	200
TOTAL DE AULAS/SEMANTAL		20	20	20	20	20	4.000

GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Dias letivos: 200.	Semanas letivas: 40.	Dias Semanais: 05.	Horas/Aula: 45min
--------------------	----------------------	--------------------	-------------------

TEMAS INTEGRADORES	COMPONENTES CURRICULARES										
	BASE NACIONAL COMUM									PARTE DIVERSIFICADA	
	Língua Portuguesa	Arte	Educação Física	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	Matemática	História	Geografia	Ciências	Ensino Religioso	Projeto de Vida	Redação
Educação em Direitos Humanos	X					X	X		X	X	X
Educação para as relações étnico-raciais	X					X	X		X	X	X
Educação para o trânsito	X	X	X	X	X			X			X
Saúde na escola			X					X		X	X
Educação Ambiental		X	X				X	X		X	X
Educação Financeira e para o consumo				X	X		X			X	
Educação Digital	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação Fiscal		X			X	X	X				
Educação Alimentar e nutricional			X					X		X	X

GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

ÁREA DE CONHECIMENTO		COMPONENTE CURRICULAR	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
			Q.A	C.H.	Q.A	C.H.	Q. A	C.H.	Q.A	C.H.
BASE COMUM	Área de Linguagens	Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80
		Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área da Matemática	Matemática	05	200	05	200	04	160	04	160
	Área de Ciências Humanas	História	02	80	02	80	02	80	02	80
		Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área de Ciências da Natureza	Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120
	Área Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40
	PARTE DIVERSIFICADA	Projeto de Vida	01	40	01	40	01	40	01	40
Redação		**	**	**	**	01	40	01	40	
CARGA HORÁRIA TOTAL			25	1000	25	1000	25	1000	25	1000

4. RECURSOS

4.1. Espaço e Instalações

Na nossa instituição contém um espaço amplo, contando oito salas de aulas, uma sala para os professores, uma sala de informática, dois banheiros, uma cozinha, uma sala de vídeo que também serve como biblioteca, três depósitos para armazenar materiais e uma quadra poliesportiva.

4.2. Acessibilidade

A nossa escola possui pouca estrutura para pessoas deficientes física e visual. Necessitando de ampliação e melhoramentos no piso, nas portas e nos banheiros.

4.3. Recursos Financeiros

Para a sua manutenção, a escola recebe anualmente recursos financeiros do PDDE (Programa Dinheiro Direto da Escola), onde o valor é atualizado pelo número de alunos informados no Censo Escolar. Esta verba é liberada anualmente e tem seus gastos divididos entre custeio e capital. O valor é depositado em conta corrente no Banco do Brasil em duas parcelas, no início e no meio de cada ano letivo.

Também recebe valores oriundos da Mantenedora – Verba de Descentralização Financeira, onde é disponibilizado um valor calculado por aluno e, é a escola recebe três quantias iguais durante cada ano letivo.

4.4. Equipamentos Disponíveis

A escola relativamente é composta de acervos para leituras, livros didáticos, internet, materiais didáticos e concretos, sala de informática sem funcionamento dos computadores e impressora.

4.5. Recursos Didáticos

A escola conta com uma pequena biblioteca, que funciona junto à sala de vídeo, com acervo de livros didáticos e paradidáticos para atender a faixa etária de seus alunos. Além de brinquedos e jogos e pedagógicos variados que são utilizados por todos os alunos. Além disso, também possui impressora multifuncional de acesso aos professores, Data show, entre outros equipamentos necessários para o desenvolvimento das ações pedagógicas nas diferentes turmas da escola.

5. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE

A maior parte da comunidade sobrevive da agricultura cafeeira e parte da lavoura na região ainda usa o trabalho manual. Além do café em nossa região produz-se feijão, milho, maracujá, hortaliças, amora, banana, morango e mandioca, porém sendo o café o carro chefe da nossa produção.

Podemos encontrar em nosso contexto pessoas que se mantem através do serviço braçal, aposentado, pensionista e funcionário público. Muitas pessoas trabalham 8 horas por dia e quase sempre sem um material de segurança adequado. Quase todas as casas possuem energia elétrica, internet, televisão e sofá. Quanto ao nível de alfabetização, pode-se dizer que maior parte da melhor idade não são alfabetizados, já a maioria dos adultos tem o primário “1ª a 4ª série” concluído. Já a nossa juventude, maior parte concluiu o ensino fundamental, e estão ingressados no ensino médio, apesar de termos ainda uma pequena quantidade de pessoas que não continuou na escola após o fundamental. Atualmente na comunidade não há criança fora da escola.

Percebe-se também que o feijão, o arroz e a farinha são indispensáveis na alimentação da comunidade, até mesmo pelo fato de termos uma comunidade que não tem ainda uma rentabilidade satisfatória e estes alimentos são mais acessíveis a todos. Vale ressaltar ainda que o futebol é o esporte mais praticado por todos em nossa comunidade, alguns moradores, devido à falta de oportunidade e por ingressarem muito cedo no mercado de trabalho em busca do sustento e aumento da renda familiar, possui baixa escolaridade. Mas o desenvolvimento local e melhorias no acesso à educação, esta situação está sendo reconsiderada. Culturalmente, a comunidade é rica, pois carrega tradições culturais que ainda são muito fortes entre os moradores: Festa Junina, reisado, entre outras. São atividades tradicionais não só da comunidade, como também da cidade em geral.

Nessa região, em relação ao aspecto religioso, os moradores encontram-se divididos em duas principais religiões: católica e evangélica, embora exista em sua minoria outras religiões como o candomblé e o espiritismo. Em sua maioria, os alunos são católicos.

A metodologia de nossa instituição estará pautada não só no pedagógico, mas pretende também oferecer um suporte social às famílias por meio de parcerias com a ação social e Secretarias de Saúde, entre outras, resgatar a educação do campo

através de um currículo que concebe a aprendizagem como parte do processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos articulados com as dimensões empíricas da vida e da cultura dos sujeitos do campo.

6. CONVIVÊNCIA NA ESCOLA

Nossa escola é um ambiente muito acolhedor e harmonioso, tanto entre os funcionários quanto entre alunos, por ser uma instituição que possui um grande número de estudantes, inclusive adolescentes, às vezes acontecem algumas desavenças entre os alunos, mas nada além do natural, são intrigas que os professores e a direção resolvem usando o diálogo como forma de educação. As famílias são presentes, participam das reuniões, alguns opinam nas decisões que a escola precisa tomar, o Conselho Escolar é atuante, o que democratiza a gestão escolar.

7. MARCO SITUACIONAL

7.1. Visão

Ser referência como escola de excelência, oferecendo uma educação de qualidade e garantia dos direitos de aprendizagem.

7.2. Missão

Contribuir com uma formação educacional integral, proporcionando as bases iniciais para a caminhada escolar e de vida das crianças e dos adolescentes que são atendidas nesta instituição escolar, oferecendo uma educação de qualidade e promovendo a construção de um pensamento reflexivo e o exercício da criticidade, visando ao pleno uso da cidadania. Dessa forma, a escola funcionará como um dos pilares para transformação da realidade local, em prol do conhecimento e valorização da educação, incentivando a permanência do educando na escola, bem como a melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

7.3. Valores

- Valorização da família como parceira no processo educacional de seus filhos;
- Respeito pelas diversidades culturais;
- Transparência e ética nas relações;
- Humanização/solidariedade/inação;
- Ambiente acolhedor e estimulador;
- Profissionais com boa formação e capacitação contínua.

8. OBJETIVOS

8.1. Objetivo Geral

Elaborar um documento que sirva como subsídio para todos os seguimentos que compõem a Unidade Escolar. Seja para os estudantes verificarem o currículo, objetos de conhecimentos, competências e habilidades que serão trabalhados durante o ano letivo, seja aos pais ou responsáveis para saberem as metas e o que a escola propõe no âmbito pedagógico, no intuito de elevar o nível intelectual de seus filhos, seja para os coordenadores e a direção acompanharem o trabalho dos professores com os planos e os projetos, seja para os professores elaborarem seus planos anuais e determinarem metas, bem como recorrer a pedagogia adotada pela escola para cada vez mais, elevar o nível de aprendizagem dos estudantes, com foco e atenção na identidade da educação do campo e quilombola que compõe o cenário educacional desta instituição, promovendo um espaço educativo no qual toda a comunidade escolar seja desafiada a construir suas aprendizagens e conhecimentos, orientada pelos princípios da gestão democrática, reforçando valores e atitudes de respeito, tolerância e solidariedade.

8.2. Objetivos Específicos

- ❖ Demonstrar a história da escola;
- ❖ Relatar o currículo, as matrizes, competências, habilidades e objetos de conhecimentos do ano letivo;
- ❖ Demonstrar a situação socioeconômica da comunidade;

- ❖ Fazer um levantamento dos índices de matrícula, aprovação, reprovação, distorção idade/série e evasão dos últimos três anos;
- ❖ Estipular o plano de ação da escola com metas e ações;
- ❖ Expor os critérios de avaliação;
- ❖ Estipular os valores, a visão e a missão da Unidade Escolar.
- ❖ Oferecer formação continuada em parceria com a SEMEC (Secretaria Municipal de Educação) aos professores e demais profissionais que atuam na instituição, sobre a proposta pedagógica da escola;
- ❖ Discutir concepções, prioridades, ações, metodologia e formas operacionais;
- ❖ Estimular a família para que participe do processo educativo e filosófico da escola;
- ❖ Suscitar no educando um profundo respeito pela ética e pelo outro independente de suas condições sociais, culturais, econômicas, religiosas e outras, exigindo para si o mesmo respeito;
- ❖ Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de alta realização e prepara para o exercício consciente da cidadania;
- ❖ Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista;
- ❖ Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- ❖ Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da personalidade do aluno e sua participação na sociedade.

9. MARCO CONCEITUAL

9.1. Concepção de Sociedade

A sociedade como um coletivo, de interações humanas, interligação entre indivíduos, os quais dependem uns dos outros na execução de suas funções. Partindo desse ponto almejamos construir uma sociedade mais justa, que tenha uma organização participativa, livre, que respeite todas as diferenças e que garantam o cumprimento

dos direitos humanos para formar cidadãos mais conscientes e que conheçam sua realidade.

9.2. Concepção de Educação

Da mesma forma que estabelece a LDB, compreendemos que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania. A educação deve acontecer pautada nos princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; do respeito à liberdade e apreço à tolerância; da valorização do profissional da educação escolar; da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrões de qualidade; da valorização da experiência da infância; e da vinculação entre a educação escolar e as práticas sociais. Todos esses princípios também são orientadores da BNCC, do RCB e dos Documentos Orientadores da Rede Municipal de Ensino.

É importante frisar que entendemos a educação com direito inalienável das crianças e que a escola está em função delas e não ao contrário. Sendo assim, a educação deve ser pensada a partir da necessidade real dos estudantes, suas capacidades e seu cotidiano, a fim de garantir esse direito.

Na obra *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (1996) acrescenta que, “[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo.” Em outro texto, Freire (2003) afirmou que a “[...] educação [...] é um fator fundamental na reinvenção do mundo.” Entre intervir e reinventar percebemos que a educação ultrapassa o que dizem as leis, é uma experiência ímpar que se constrói no interior das comunidades. Cada experiência é única, mesmo que seja regida pelas mesmas leis, a educação toma o significado germinado naquele lugar.

Acreditamos em uma educação que valorize as diferenças humanas, em todas as dimensões, assegurando e contribuindo com as múltiplas linguagens, valorizando sentimentos, pensamentos, falas e ações e relações entre sujeitos e o meio social, mantendo suas relações de afeto e de aprendizagem, com espaços coletivos privilegiados para a vivência e experiências dos alunos com direito ao lúdico, à imaginação, à criação, ao acolhimento, à curiosidade, à brincadeira, à democracia, à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à convivência e à interação com seus pares para a produção de culturas. Quando o cuidar e o educar

são dimensões presentes e indissociáveis em todos os momentos do cotidiano da criança e do adolescente, sua formação física, emocional e social se torna mais forte em seu processo de formação.

Podemos considerar, então, a educação como a base sólida de uma estrutura maior, que representaria o indivíduo como um todo, um ser ativo social e politicamente. Entender e propor soluções para os principais dilemas enfrentados pela educação brasileira básica é uma forma de lidarmos com problemas que vivenciamos. Assim, pode-se buscar uma melhoria no nível de vida de todos os cidadãos e cidadãs.

9.3. Concepção de Infância

Ser criança e viver a infância são direitos conquistados, que precisam ser preservados no âmbito das diferentes instituições sociais: família, escola e comunidade, entre outros espaços e tempos.

Para conceber a infância é necessário compreendê-la de maneira histórica, sendo necessário refletir, problematizar e desvelar o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças e suas famílias, porque esse permeia a visão de sociedade, de educação e de mundo que sustenta toda e qualquer ação. A proposta curricular para a Educação Infantil, portanto, precisa ser compreendida a partir dos pressupostos filosóficos, psicológicos e pedagógicos.

Inicialmente, o homem não surge como um ser pronto e acabado, mas como um ser que é produzido pelo meio, pela própria natureza e que, à medida que vai sendo produzido, vai se sensibilizando em relação ao meio, vai conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas e transmitidas de uns aos outros, possibilitando a adaptação do meio às suas necessidades. Ou seja, o homem é um produto do meio que, em sendo produzido, passa a produzir o meio que o produz e em que se produz.

Em segundo lugar, o trabalho se constitui na marca do homem, de tal forma que não dá para entendê-lo dissociado da noção de trabalho, bem como não é possível compreender o trabalho sem relacioná-lo ao homem.

Terceiro, para agir coletivamente, criou-se um sistema de signos que permitiu a troca de informações e a ação conjunta sobre o mundo. A linguagem é constituída da atividade mental. Portanto, não é apenas adquirida por nós no curso do desenvolvimento; ela constitui, transforma-nos e é mediadora de todo o processo de

apropriação de mundo e de nós mesmos, acompanhando os jogos, as brincadeiras e as nossas ações ao longo da vida.

Quarto, no processo de hominização ocorre o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, entre elas, a memória, a atenção voluntária, a percepção, o raciocínio, o pensamento, a abstração, portanto, o desenvolvimento da atividade mental. Esse desenvolvimento pressupõe a internalização das operações externas, mediadas pelos instrumentos e pelos signos.

Quinto, a internalização não é uma condição dada a priori ao sujeito. Para efetivar-se, necessita de ações de intervenção em nível de mediação para que aquilo que acontece, inicialmente, no nível interpessoal, possa ocorrer, posteriormente, no nível intrapessoal.

À luz desses pressupostos, a função social das Instituições de Educação Infantil é redimensionada, a fim de se tornar acessível a todas as crianças que as frequentam, os elementos culturais construídos pela humanidade, os quais contribuem para o seu desenvolvimento. Dessa forma, a Instituição de Educação Infantil e a família são corresponsáveis pela educação da criança e, por isso, precisam estabelecer entre si um vínculo relevante e permanente, por meio de trocas de informações sobre o seu dia a dia nesses espaços educativos (família e escola), conferindo-lhes um elo de proximidade, afetividade e segurança emocional, indispensáveis ao processo de desenvolvimento e aprendizagem infantis.

9.4. Transversalidades Fundantes e as Transversalidades das Competências da BNCC.

As transversalidades fundantes que devem ser exploradas para elaboração do currículo são: Concepção de infância, cuidado, interação, ludicidade e formação.

Temos que, para a concepção de infância deva-se pôr em prática não só o etapismo da fase em que as crianças se encontram que, na maioria das vezes, visa apenas o “amadurecimento” adulto como meta, porém, devem ser analisados todos os passos infantis em sua inteireza, atuando-os como atores e atrizes circulantes, acrescentando-os, portanto, ao currículo que vivenciam.

O cuidado é uma transversalidade insubstituível para a qualificação de um currículo em educação infantil, pois, o mesmo define o cuidado ao educar, seja na

mediação das aprendizagens ou nas interações cognitivas, afetivas, artísticas e linguísticas.

Já as interações fazem referência a necessidade de se saber acolher, compreender, orientar e reorientar as experiências desenvolvidas pelas crianças frente o currículo e seus atos. Nessa fase, vale ressaltar a importância de se respeitar as individualidades surgidas a partir de interações que constituem toda a vida da criança, em relação não só aos saberes, como também, às suas aprendizagens. Nessa transversalidade fundante deve-se buscar compreender a singularidade de cada criança. Só assim será construída uma formação com qualificação em seus fundamentos.

No campo da ludicidade é explícito a necessidade da criança aprender brincando, logo, deve ser levado em consideração o desejo da construção de um currículo brincante, devido às condições do qual está sendo elaborado, ou seja, para crianças (seres brincantes). Partindo de tal pressuposto, deve-se pôr em prática a adoção de brincadeiras como caráter de preparo, e não apenas como caráter recreativo. O que deve ser posto em prática é a não destituição de atividades lúdicas e de seu devido valor, pois as mesmas, muitas vezes, são consideradas, apenas como uma mera atividade de descanso em virtude de um excesso de energia. Tonando-se um estigma para a vivência do lúdico.

Por fim, a inserção das transversalidades fundantes para a construção do currículo de educação infantil na cidade de Barra da Estiva, acarretará a legitimação do mesmo, pois, este se qualificará perante a formação das crianças em todos os níveis de integralidade, levando em consideração vários campos dos saberes e experiências: éticas, estéticas, culturais, políticas e espirituais.

A BNCC também define “dez competências” de base, que devem ser mencionadas/seguidas, sendo elas: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e recreativo; Repertório cultural; Comunicação; Cultura digital; Trabalho e projeto de vida; Argumentação; Autoconhecimento e cuidado; Empatia e cooperação; Responsabilidade e cidadania.

9.5. Competências Gerais da Educação Básica

A BNCC traz seguinte competência do tópico **COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA** “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas

práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.”

10. ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação básica é regida a Lei no 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela Constituição da República Federativa do Brasil. Também são orientadores do nosso trabalho: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o DCRB (Documento Curricular Referencial da Bahia), o RCBA (Referencial Curricular de Barra da Estiva) e ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente.

10.1. A política de assistência estudantil

A assistência estudantil configura-se num conjunto de princípios e diretrizes que orientam o desenvolvimento de ações capazes de democratizar o acesso e a permanência dos estudantes na educação pública municipal. Tem como objetivos:

- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais e favorecer a permanência dos estudantes na escola, até a conclusão do respectivo curso;
- Diminuir a evasão e o desempenho escolar insatisfatório por razões socioeconômicas;
- Reduzir o tempo médio de permanência dos estudantes entre o ingresso e a conclusão do ano letivo;
- Inserir os alunos em atividades culturais e esportivas como complemento de suas atividades escolares; e
- Contribuir para a inclusão social pela educação.

10.1.1. Princípios orientadores da assistência estudantil

- Direito à educação pública, gratuita e de qualidade;
- Equidade e justiça social no processo de formação integral do estudante;
- Igualdade de direito de condições para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Democratização dos benefícios e serviços oferecidos pela Assistência Estudantil;
- Liberdade para aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, como valor ético central;
- Eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, respeitando as diversidades étnicas, culturais, sociais, sexuais, geracionais e religiosas;
- Interdisciplinaridade das ações de Assistência Estudantil e respeito ao pluralismo de ideias;
- Irredutibilidade dos benefícios da Assistência Estudantil.

10.1.2. Diretrizes da Assistência Estudantil

- Atendimento às necessidades socioeconômicas, culturais e pedagógicas dos estudantes;
- Ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos da
- Assistência Estudantil, bem como dos recursos oferecidos pela Instituição e dos critérios para seu acesso;
- Descentralização das ações da Assistência Estudantil desenvolvidas respeitando a autonomia da escola;
- Estímulo à participação de todos os segmentos da comunidade escolar, no que diz respeito às questões relativas à Assistência Estudantil, nos espaços deliberativos da escola.

11. Gestão Democrática

Os documentos que regem a escola no plano micro organizacional deve ser elaborado coletivamente, seguindo o princípio da gestão democrática, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, inciso VI, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), como segue:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei (BRASIL, 1988, p. 123);

Art. 141. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, p. 12).

A gestão democrática é uma exigência às escolas públicas brasileiras, devendo ser desenvolvida a partir dos princípios de participação, pluralidade, autonomia e transparência. O PPP das escolas é o documento em que consta o planejamento pedagógico, político e administrativo escolar. Nele são estabelecidos os objetivos e as estratégias para alcançá-los, partindo dos princípios da gestão democrática, a começar pela sua elaboração. É importante que a construção do PPP se alinhe a uma discussão e análise crítica do seu papel na organização da escola do campo.

No que se refere à gestão democrática para a especificidade da escola do campo, a resolução sobre as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo (Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002) afirma o seguinte:

Art. 11. Os mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Carta Magna, contribuirão diretamente:

I - para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade;

II - para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino (BRASIL, 2002, p. 02).

Nesse sentido, é objetivo da gestão escolar da escola do campo, dentro dos princípios da gestão democrática, consolidar a autonomia dos povos do campo, para que se possa viver no campo com dignidade, fortalecendo sempre a coletividade.

Proposta na qual todos os segmentos que compõem a comunidade escolar participam das decisões de dimensões pedagógico-administrativas, que envolvem estudo, planejamento, proposições para o contexto escolar.

Para que isso realmente aconteça, é necessário que se organize uma estrutura escolar, com momentos criados para a discussão das ideias, que favoreça a participação de todos, pois, a mesma não se estabelece se não forem oferecidos meios para tal.

“Uma escola democrática, porém, entende a participação como um envolvimento baseado no exercício da palavra e no compromisso da ação. Quer dizer uma participação baseada simultaneamente no diálogo e na realização dos acordos e dos projetos coletivos. A participação escola autêntica une o esforço para entender com o esforço para intervir.” (Puig, 2000)

A valorização de todos os segmentos da escola também deve ser meta da Gestão Escolar. A valorização compreende além dos processos de ensino e aprendizagem, as relações de trabalho, de convivência e o respeito às legislações vigentes.

As ações a serem realizadas a cada ano letivo serão estabelecidas através da jornada pedagógica, a qual acontece anualmente conforme o calendário escolar.

A escolha da direção e vice-direção da escola é feita através de eleição direta, a cada quatro anos, conforme Lei Municipal, nova redação ao § 2º do art. 29 no 010/2011, que “dispõe sobre a regulamentação da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Barra da Estiva. O processo ocorre por meio da votação dos segmentos de professores, funcionários de apoio, pais e alunos a partir de 12 anos ou que curse a 6ª série do ensino fundamental em diante.

Gestão democrática deve ser entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

12. METODOLOGIA

Considerando que aceitamos como princípio o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e acreditamos na competência dos profissionais que compõem o quadro da escola, não seguimos uma metodologia única de trabalho, com o avanço tecnológico é preciso adotar metodologias mais dinâmicas e atraentes, capaz de seduzir e despertar o interesse de nossos alunos.

Os profissionais podem e devem desenvolver seu trabalho utilizando-se da metodologia mais eficaz para atingir os alunos que atendem, com auxílio e orientação da Equipe Pedagógica. Por outro lado, entendemos que as metodologias utilizadas pelos professores estão sujeitas a discussão coletiva e que devem ser ajustadas e reorganizadas a partir das decisões tomadas em reuniões, assembleias e atendimentos, visando sempre o melhor aproveitamento dos alunos. Assim, a construção coletiva de uma escola fundada na democracia das relações se sobrepõe ao interesse individual.

A metodologia de trabalho está sempre sendo construída a partir de pesquisas, leituras e discussões realizadas durante o ano letivo.

13. CONSELHO DE CLASSE

Constitui-se em um espaço pedagógico que objetiva acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, oportunizando condições de avaliar os planos de estudo, a partir dos dados que subsidiem o redimensionamento constante de prática pedagógica. Os Conselhos acontecem por turma, com base em conceitos qualitativos e quantitativos do educando e avaliação da prática pedagógica aplicada no trimestre pelo professor. Participam do conselho os professores responsáveis pelas turmas, a coordenação pedagógica e a direção.

O conselho de classe é o órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didáticos-pedagógicos, constituindo-se como espaço soberano para consolidação dos resultados da avaliação. Ocorre trimestralmente, sob a coordenação da equipe pedagógica da escola, com registros de relatórios de turma e individual.

O acompanhamento do desenvolvimento dos alunos é constante, e acontece antes e depois dos Conselhos de classe, através de encontros entre a Coordenação Pedagógica, professores e a Direção. Estes encontros são registrados através de relatórios e estão disponíveis para análise no Conselho de Classe. Também estão

previstas reuniões trimestrais em todas as turmas, com a presença de pais e alunos em forma de assembleia onde os participantes discutem, refletem e agem para o bem estar de todos, montando estratégias e planos individuais, da turma e da escola, contemplando diversos assuntos referentes à aprendizagem, convivência, comportamentos, espaço físico, uso de materiais entre outros.

Todos os professores da turma participam dos Conselho de Classe trimestral apresentando os registros pertinentes ao processo de aprendizagem do estudante, de acordo com suas atribuições em relação às turmas, avaliação dos métodos utilizados e plano de ação para resolução dos problemas apresentados.

Na avaliação final, os professores reúnem-se em Conselho Coletivo, a fim de conhecer a avaliação final de cada turma e discutir a situação dos alunos que não obtiveram rendimento satisfatório para progressão ou não do mesmo para série seguinte, ao termino, tudo fica registrado em ata e arquivado na escola.

14. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS

14.1. Conhecimento: Currículo, Tempos e Espaços na Escola

Entendemos que conhecimento é a organização de saberes constituídos historicamente e perpassados por relações de poder. Desta forma, conhecimento é poder político-social. Que poder é este que nós professores temos, enquanto portadores de conhecimento, e nossos alunos não têm? E que conhecimento é esse que nossos alunos têm, que nós professores não compreendemos e que dá a eles um poder na comunidade, na qual não conseguimos, muitas vezes, nos inserir? Quando é que estes conhecimentos diversos se tocam e deveriam formar aquilo que amplamente discutimos como sendo currículo?

Currículo é, além dos conhecimentos/conteúdos, também o planejamento e a articulação de toda intencionalidade pedagógica da instituição escolar. O Currículo do Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira é organizado a partir das necessidades dos alunos, inferidas a partir das avaliações frequentes que se realizam na escola e das discussões dos grupos de planejamento, tendo como documentos orientadores as Diretrizes Curriculares da Educação Básica e da Educação Infantil, a

BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o RCRB (Documento Referencial Curricular da Bahia) e o RCB (Referencial Curricular de Barra da Estiva).

Sabendo que a aprendizagem preconiza tempo e espaço diferenciados para os sujeitos constituírem-se socialmente, buscamos trabalhar com as diferentes formas possíveis e necessárias de aprender e ensinar para atingirmos nossos objetivos enquanto instituição escolar. É necessário levar em conta o contexto na articulação dos saberes, visto que “O conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido.” (MORIN, 2000, p. 36).

No intuito de transformar o tempo, o espaço e os conteúdos, em consonância com o artigo 26 da LDB/96, que preconiza que o currículo

“deve ter uma base comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.” (Lei no 9394/1996)

Para que ocorra tal articulação de conhecimentos, anualmente são realizados os projetos trimestrais e os projetos integrados propostos pela Secretaria Municipal de Educação, o qual é trabalhado em rede, propondo a aprendizagem compartilhada e a convivência, além de oferecer alternativa metodológica para incentivar o desejo e a busca pelo conhecimento entre alunos e professores.

Os Planos de curso de cada ano escolar são definidos a partir do diagnóstico inicial de cada turma, em encontros de planejamento, respeitando documentos orientadores as Diretrizes Curriculares da Educação Básica e da Educação Infantil, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o DCRB (Documento Referencial Curricular da Bahia) e o RCB (Referencial Curricular de Barra da Estiva). Um dos maiores objetivos da escola é formar leitores competentes, porque a compreensão do mundo se dá a partir da leitura. Entendemos a leitura da forma como se entende na BNCC.

“O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas

sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades. Leitura no contexto da BNCC é tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais.”(BNCC, 2016)

Dentro desta definição, compreendemos que nenhuma proposta da escola acontece sem que a leitura esteja envolvida, mas mesmo assim é preciso definir claramente estratégias para o desenvolvimento da competência leitora em todo o Ensino Fundamental e na Educação Infantil e não entender que ela já está desenvolvida porque os alunos estão alfabetizados.

Entendemos que a interação das crianças e dos jovens com as tecnologias digitais está cada vez mais intensa, é preciso levar em conta o tempo de distanciamento provocado pela covid-19, um cenário que provocou mudanças drásticas e repentina na educação, onde tivemos que nos adequar e obrigatoriamente lidar com as novas formas de ensinar, tendo como aliada as TICs. Não é possível que a escola fique desconectada, uma vez que esta interação está desenvolvendo uma nova inteligência nas gerações que crescem incluídas na cultura digital.

A UNESCO acredita que as TIC podem contribuir com o acesso universal da educação, a equidade na educação, a qualidade de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento profissional de professores, bem como melhorar a gestão, a governança e a administração educacional ao fornecer a mistura certa e organizada de políticas, tecnologias e capacidades. (UNESCO, 2016)

Mas, ao mesmo tempo em que existem alunos e professores totalmente conectados, existem também, professores que ainda não se incluíram totalmente na era digital e alunos que não tem acesso a nenhum tipo de tecnologia fora da escola.

A proposta é não apenas reproduzir as mesmas atividades de uma forma digital e, sim, explorá-las, professores e alunos, buscando soluções originais para representar os conhecimentos que estão sendo construídos, de modo a interagir, cooperar e ser mais útil e criativo, através das metodologias ativas e do ensino híbrido. Os alunos e professores interagindo não só como usuários, mas como produtores de conteúdo e de tecnologia, é uma possibilidade advinda de propostas maker que

envolvem programação, robótica, pesquisa, ciência e também, marcenaria, elétrica e eletrônica.

Consideramos a educação pela pesquisa como determinante na construção da nossa proposta pedagógica, instigando o aluno e incentivando-o a participar do processo de reconstrução do conhecimento que leva à aprendizagem. Dessa forma, professor e aluno devem ver a pesquisa como uma atividade rotineira. O estudante deve ser o agente de sua própria pesquisa tornando-o um sujeito no processo de construção do conhecimento. De acordo com Demo (1997, p.21) “significa habituar o aluno a ter iniciativa em termos de procurar livros, textos, fontes, dados, informações. Visa-se superar a regra comum de receber as coisas prontas.” Sendo assim, a educação pela pesquisa propiciará a formação de novas gerações mais questionadoras.

O CEJSP também traz um currículo pautado no sociointeracionismo de Vygotsky e construtivista de Jean Piaget. Vygotsky ressalta a importância da interação do sujeito com o meio em que vive. O indivíduo forma o conhecimento por meio da interação com outras pessoas, em processo histórico, cultural e social pelo qual passa durante toda a vida. Essa concepção prioriza a relação social e cultural da pessoa com o meio em que está inserida, estimulando uma aprendizagem ativa. Ou seja, a interação com o meio em que vive e com outras pessoas é de extrema importância e é por intermédio dela que se dá o aprendizado.

No construtivismo traz o pensamento de Jean Piaget (1896-1980) que estudou como o pensamento humano se desenvolve desde o nascimento até a adolescência. O resultado de seus estudos mostra que o desenvolvimento do pensamento da criança acontece em estágios, sendo cada um importante e necessário para o alcance do seu sucessivo. Isto significa que a criança deve atravessar todos os estágios para que o aprendizado aconteça. Assim, nessa teoria, o desenvolvimento é uma construção que se dá por etapas, resultado do amadurecimento do sistema nervoso da criança e do contato com o mundo físico e social já que a criança é vista como um ser dinâmico que a todo o momento interage com a realidade. É por meio dessas interações com o ambiente que a criança constrói suas estruturas mentais e as faz funcionar.

Como escola do campo precisamos pensar e trazemos como proposta, uma Educação que permita uma integração entre os conhecimentos científicos e os

saberes populares, entre as experiências educativas vivenciadas nas escolas com as práticas sócioeducativas vivenciadas pelos alunos. Uma concepção de escola no e do campo, isto é, de uma educação que seja pensada para a realidade dos povos do campo brasileiro. Assim, além do dever de garantir o acesso ao processo de escolarização e aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, a escola do campo mostra-se fundamental para a manutenção e para o avanço da luta pela terra, para compreensão da identidade do sujeito coletivo do campo e para a construção de um projeto de escola que se integre a um projeto de transformação social.

15. INCLUSÃO, DIVERSIDADE E IGUALDADE

A constituição da República Federativa do Brasil estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). As leis 10639/2003 e 11645/2008 garantem que as temáticas da diversidade étnico-cultural estejam contempladas na escola.

Cabe ressaltar que a educação ao ser entendida a partir de uma instituição em evolução necessita do outro para se constituir, que "desde o início da história da humanidade, os indivíduos e grupos travavam relações recíprocas diante da necessidade de trabalharem conjuntamente para garantir sua sobrevivência" (Libâneo, 1994, p.21). Pensando assim, com o passar dos anos muitos foram os decretos, resoluções, declarações, estatutos, leis que foram criados a fim de garantir a educação como bem comum e destinada a todos. Então, como promover a educação que atenda a todos sem discriminação e, além de atender, garantir a aprendizagem? Beyer (2006, p.9) diz que a superação gradual da exclusão ocorrerá, mas:

[...] sem a mobilização dos grupos envolvidos, isto é, família, professores, especialistas, enfim, todos os sujeitos que se vinculam no cotidiano escolar, pouco se poderá esperar em termos de aplicação do projeto da educação inclusiva através de práticas efetivas de inclusão escolar. Sem tal mobilização, podemos esperar que este projeto continuará apenas como visão de alguns e como retórica de lei.

Entendemos que é preciso ter um olhar atento para todos os alunos, tanto para os com deficiência ou dificuldade de aprendizagem como para aqueles que com altas habilidades ou aqueles que têm dificuldades de relacionamento ou ainda se sentem de alguma forma excluídos. Para isso, é necessário que essa discussão ocorra paralelamente a discussão do Currículo ou da Avaliação, pois uma sem a outra não se justifica. A partir das discussões feitas no grupo, percebemos que a questão da diversidade e da igualdade tem de ser também um tema transversal, um tema que perpassa todo o planejamento, toda a avaliação e toda a discussão que tivermos nas salas de aula, nos corredores, nas rodas de conversa, e não pode, de maneira nenhuma, ser um tema tabu restrito apenas a questões pontuais de casos de deficiências de um ou outro aluno.

O enfoque da diversidade cultural deve impregnar-se nas atividades da escola na perspectiva crítica. Questionar os mecanismos de construção da identidade étnica nacional, estimulando os alunos a valorizarem as diversas culturas que contribuíram na formação do povo brasileiro, é reconhecer na discriminação uma violência a cidadania. Devemos pensar essas temáticas na escola como algo que nos remeta ao desafio de aceitar a possibilidade de convivência simultânea e harmônica com os diferentes grupos culturais. Trabalhar de uma maneira crítica para que os estudantes se aproximem das culturas diferentes da sua, compreendendo sua especificidade, suas diferenças, seus valores e sua religiosidade, é uma forma de ampliar nosso olhar de percepção das características que nos constituem a todos.

16. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A Educação Ambiental é um importante instrumento na conservação do Meio Ambiente, que deve ser utilizada nas temáticas escolares. Na lei no 151, de 15/12/98, Art. 6º, inciso VII, consta a Educação Ambiental como um dos instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente de Novo Hamburgo. Dessa forma, entende-se que todos os segmentos da Comunidade Escolar são responsáveis pela construção dos conhecimentos a respeito do Meio Ambiente. Devemos analisar dados levantados por meio de observações, identificando focos de problemas ambientais na comunidade escolar, a fim de criar planos de ação sustentáveis que envolvam todos os segmentos escolares. Faz parte da Educação Ambiental também a fiscalização, a identificação e a denúncia dos estragos feitos ao Meio Ambiente, por isso é necessário sensibilizar os alunos e suas famílias, a sociedade e os poderes públicos, a fim de conscientizar sobre os riscos de assumir uma postura consumista e de produção excessiva de resíduos, mostrando que o uso indiscriminado de produtos industrializados aumenta a produção de resíduos e afeta diretamente a preservação do meio ambiente. A escola repensa as ações ambientais do cotidiano, partindo do pressuposto de que precisamos reduzir o consumo, reciclar e reaproveitar os materiais, aplicando os 5Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar, reciclar). Dentro deste contexto, desenvolvemos o Projeto Escola Sustentável que visa incorporar no cotidiano escolar atitudes voltadas à preservação do meio ambiente, bem como desenvolver ações que levem a comunidade a refletir sobre suas práticas diárias, apostando num desenvolvimento que não desrespeite o planeta e satisfaça as necessidades humanas sem comprometer o futuro da Terra e das próximas gerações.

17. MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS PELA ESCOLA

17.1. Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade, segundo o artigo 29 da LDB, o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da

família e da comunidade. Nossa escola oferece turmas de Faixa Etária 4 e 5 anos, no turno vespertino. Todas as crianças são da zona rural das comunidades vizinhas da escola.

Uma das preocupações está na transição entre a Educação Infantil para o Ensino Fundamental, pois pode vir acarretar mudanças para a criança criando situações de ansiedades e inseguranças. Garantir a adaptação dos alunos é uma tarefa complexa, mas que se torna mais fácil quando se procuram entender o contexto de onde eles vieram, seja de casa ou de outra etapa de ensino. É necessário assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização (Brasil, 2004b, p.22).

A rotina da Educação Infantil é bem diversificada, temos como eixo estruturante a interação e a brincadeira e ao ingressar nas séries iniciais do Ensino Fundamental os alunos encontram uma rotina um pouco diferenciada. É por isso que esse período merece toda a atenção da escola para que as crianças se adaptem a tantas transformações, os professores devem preparar um ambiente acolhedor que permita a continuidade do aprendizado.

17.1.1. Campos de Experiência no Currículo da Educação Infantil

Os campos de experiência trazem transformações significativas para a qualificação dos processos de formação, que evitam o figurativismo e o isolamento da tradição disciplinar. No que se tange à Educação Infantil, a aprendizagem da criança e seu processo formacional são centralizados, sendo compreendidos como experiências singulares. Os processos de autonomização e de autorização por parte da criança implicam em aprender e desenvolver saberes que envolvem exprimir sentimentos e elaborar estratégias, expressar pontos de vista e aventurar-se honestamente em definições de situação na construção da afirmação atitudinal. Para construir um processo educativo que considere as trocas entre as crianças e entre adultos e crianças, faz-se necessário uma reflexão acerca dos campos de experiência no contexto da educação infantil, buscando contribuir para um processo educativo que tem na criança a sua centralidade. Tal abordagem considera a experiência da criança

como sujeito que age, cria e produz cultura, visão que supera a lógica da criança como mera receptora dos conhecimentos. As crianças, ao brincarem, ao exercitarem sua curiosidade, ao questionarem, ao explorarem, ao narrarem, ao escutarem, aumentam sua capacidade de discussão e análise, sua inteligência e sistematicidade, compreendidas como competências que as ajudam a questionar e criar hipóteses sobre o mundo e seus sistemas simbólicos, de uma forma sempre ativa, mesmo que nessas situações produzam erros.

Trabalhar com os campos de experiências na educação infantil, visa um encontro experiencial transversalizado, por intenções pedagógicas compromissadas com aprendizagens formacionais, portanto, qualificadas. Implicar nos processos pedagógicos as explorações infantis, suas curiosidades, proposições e descobertas, não significa o educador se ausentar propositadamente do processo de qualificação pleiteada pelo Currículo. Jogos e brincadeiras, como centralidades lúdicas, constroem e oportunizam descobertas e aprendizagens. Cada campo de experiência oferece um conjunto de objetos, situações, imagens e linguagens, relacionados aos sistemas simbólicos da nossa cultura, capazes de evocar, estimular, acompanhar progressivamente aprendizagens. É com as experiências cotidianas que as crianças buscam e constroem suas políticas de sentido, fazem opções, compreendem o mundo e tomam decisões. Por outro lado, o encontro entre a experiência docente e da criança em formação, intercriticizar seus sentidos para que se possa valorizar e valorar seus conteúdos formacionais.

São objetivos esperados em cada campo de experiência:

O eu, o outro e o nós

Expressar e respeitar sentimentos e emoções;

Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações;

Respeitar a diversidade e se solidarizar com o outro;

Conhecer e respeitar regras de convívio social.

Corpo, gestos e movimentos

Reconhecer a importância de situações do cotidiano para cuidado da saúde;

Ter autonomia nas práticas de higiene, alimentação e cuidado com o corpo;

Utilizar o corpo como instrumento de interação com o outro e o meio;

Coordenar suas habilidades manuais.

Traços, sons, cores e formas

Discriminar diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música;
Expressar-se por meio das artes visuais;
Relacionar-se com o outro por meio de gestos, palavras, brincadeiras, jogos, imitações, observações e expressões corporais.

Escuta, fala, pensamento e imaginação

Expressar ideias, desejos e sentimentos por diferentes meios;
Argumentar e relatar fatos oralmente em sequência temporal e casual;
Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas;
Conhecer diferentes gêneros de escrita e entender a função social da escrita.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Identificar e comparar as propriedades dos objetos;
Interagir com o meio, reconhecendo fenômenos naturais e artificiais;
Utilizar o vocabulário relativo à noção de grandeza (maior e menor), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido e curto);
Identificar quantidades por meio de diferentes formas.

As especificidades dos campos de experiências derivam da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ela define em seu Art. 9.º as práticas pedagógicas que compõe a proposta curricular da Educação Infantil as quais devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras garantindo experiências que:

I promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

V ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

17.2. Avaliação na Educação Infantil

A avaliação das crianças na educação Infantil processa-se por meio de observação sistemática e dos registros das aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. acompanhando o crescimento harmonioso da criança nos aspectos de ordem física, afetiva e cognitiva, estética, de relação interpessoal e inserção social. Faz-se mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. É realizada continuamente, por meio do acompanhamento de seu crescimento e desenvolvimento, observando as áreas socioafetiva, cognitiva e psicomotora. Tem como finalidade acompanhar e repensar as práticas realizadas no ambiente escolar. Compreender como a criança se apropria de modos de agir, sentir e pensar, como interage com seus pares, como brinca individual e coletivamente, suas preferências e suas narrativas.

O parecer descritivo é entregue trimestralmente aos pais ou responsáveis, que recebem relatório de avaliação, no qual, o processo de aprendizagem é descrito detalhadamente, objetivando um claro posicionamento do desenvolvimento de cada criança. A forma utilizada para esta avaliação usa recursos como desenhos, pinturas, modelagem, colagens e recortes individuais e coletivos dos alunos. O uso de tecnologias também se faz presente nos momentos em que os alunos utilizam o Laboratório de Informática e registram, através de fotos e filmagens, o uso dos diferentes espaços da escola e nos passeios.

Um momento para a autoavaliação, ao final de cada semestre proporciona um momento de reflexão sobre a aprendizagem e o desenvolvimento de cada aluno até aquele momento.

A avaliação dessa forma contribui para a continuidade do processo educativo, na transição para o Ensino Fundamental.

17.3. Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

O Ensino Aprendizagem ocorre de forma contínua e permanente, onde diferentes conhecimentos são construídos ao longo da história, e por meio de um processo de observação, estudo, vivências e experiências são sistematizados, adaptados, respeitando a singularidade de cada criança para promoção de sua adaptação no ambiente escolar de forma tranquila sem prejuízos a aprendizagem. Para Kramer (2007, p. 20) a inserção da criança no Ensino Fundamental exige diálogo entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, diálogo esse institucional e pedagógico, dentro da escola, entre as escolas e na sala de aula, e com objetivos claros.

Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. O cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E, com as práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos. Na educação infantil, o objetivo é garantir o acesso, de todos que assim o desejarem, a vagas em creches e pré-escolas, assegurando o direito da criança de brincar, criar, aprender. Nos dois, temos grandes desafios: o de pensar a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais (KRAMER, 2007, p. 20).

Ou seja, não se refere a etapas, mas sim, no compromisso com a infância em todos os seus aspectos, constituindo a escolaridade como prioridade na vida das crianças, oportunizando-os a construção social, cultural e cognitiva com respeito as singularidades e direitos. Entendemos assim que a transição da educação infantil para o ensino fundamental deve ocorrer de maneira que se considere as necessidades das crianças e o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento.

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (BNCC, p.53).

De acordo com as Diretrizes Curriculares há um distanciamento entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, uma lacuna entre um nível de aprendizagem de um e do outro, e para minimizar e até sanar esta fragmentação indica-se que os direitos da criança sejam garantidos sem interrupções, que o ensino seja entendido como um processo contínuo e diagnóstico, onde os encaminhamentos pedagógicos façam relações e interações entre as diversas áreas do conhecimento e perceba que a criança está em permanente construção social.

A ideia é oferecer uma ponte entre uma etapa e outra, assegurando a continuidade do aprendizado e considerando a individualidade de cada criança em ambas as etapas.

17.4. Ações que a escola poderá realizar

- Realizar reunião de pais (presenciais e/ou online) já no início do ano letivo para esclarecer e tirar as dúvidas;
- Realizar palestras e orientações com os pais e ou responsáveis referente ao processo de transição;
- Proporcionar momentos com dinâmicas e interação entre as crianças, a família e os professores, como brincadeiras, gincanas e semanas esportivas com o objetivo de mostrar para a criança que ali é um lugar seguro, prazeroso, de muita brincadeira e onde a ludicidade irá ter continuidade.
- Promover momento de diálogo com a equipe docente para refletir sobre a etapa de transição;
- Manter a escuta ativa, para as famílias, crianças e educadores;
- Realizar projetos que envolva a comunidade escolar;

- Promover a socialização entre escola e família, trazendo-os para mais perto, dando-lhes oportunidades de contribuírem com algo a mais no âmbito escolar;
- Encaminhar vídeos orientativos para os pais sobre a transição para o 1º ano;
- Realizar reuniões com os professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental para alinhar as ações de ambas as etapas (quando atender os dois segmentos);
- Proporcionar encontros entre os educadores do 1º ano e do Infantil, para que conheçam as especificidades de cada etapa, como forma de sensibilizá-las para a recepção das crianças;
- Promover estudos com os educadores do 1º ano para refletirem sobre as necessidades e interesses das crianças, possibilitando as interações e brincadeiras como eixos norteadores das práticas;
- Levar as crianças da Educação Infantil para realizar visitas na escola do fundamental, explicar que no próximo ano irão para aquela escola;
- A escola se organizar para receber a visita dos alunos da Educação Infantil, levá-los para conhecer os espaços da escola e os professores.

O educador é o agente direto para favorecer a transição, é ele que faz o acolhimento diário da criança podendo passar confiança para ela e para as famílias. Uma transição saudável depende desse acolhimento, que leva em consideração toda a jornada da criança até então. O objetivo é fazer uma conexão entre uma fase e outra, dando progressiva continuidade na aprendizagem. O principal é que os educadores tenham clareza sobre a concepção de criança e que essa criança do 1º ano do Fundamental é a mesma da Educação Infantil. É importante o seu papel de intermediar a adaptação da criança a essa nova rotina e aos poucos, garantir sua autonomia, o educador deve estar atento a esta questão, pois, para que a transição aconteça de forma natural é preciso que esteja capacitado para atender as necessidades da criança, uma vez que, é uma etapa significativa da vida dos pequenos.

17.5. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, segunda etapa da Educação Básica, com duração de 9 (nove) anos, conforme definição da Lei Federal nº 11.274, de 2006, resulta da alteração da Lei Federal nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Os Municípios, Estados e Distrito Federal tiveram de se adequar

à norma até o ano de 2010. O propósito da ampliação do Ensino Fundamental a partir desta Lei é:

Assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade. Essa é a proposta do MEC com a implantação do ensino fundamental de nove anos. A intenção é fazer com que aos seis anos de idade a criança esteja no primeiro ano do ensino fundamental e termine esta etapa de escolarização aos 14 anos. A ampliação do ensino fundamental começou a ser discutida no Brasil em 2004, mas o programa só teve início em algumas regiões a partir de 2005. (BRASIL, 2006. Acesso em: 28.nov. 2018)

Com a Lei Federal nº 11.274 de 2006 essa etapa abrange a população na faixa etária dos 6 aos 14 anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade apropriada, foram privados da escolarização.

É importante considerar o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais, momento esse que requer muita atenção para que tenha o equilíbrio entre as mudanças introduzidas. Isto implica em garantir a integração e a continuidade dos processos de aprendizagens das crianças/adolescentes. Nesse momento, torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e de adaptação tanto para as crianças/adolescentes quanto para os professores, de modo que a nova etapa, os anos iniciais, construa-se com base no que a criança já sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo e de continuidade do trabalho pedagógico.

Conforme o artigo 32 da LDB 9394/96: desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; compreender o ambiente natural e social, o sistema político, tecnologia, as artes e os valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; fortalecer os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. Também é finalidade desta etapa escolar desenvolver as competências gerais da BNCC e as habilidades e competências de cada ano escolar de uma forma coletiva e de parceria, que promova a autonomia e a autoria dos estudantes.

Diante do exposto, esse documento segue as orientações do currículo de Barra da Estiva que em consonância com a BNCC e com a DCRB, no Ensino Fundamental, estrutura-se em Áreas do Conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, a saber:

I Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Inglesa;
- c) Arte;
- d) Educação Física.

II Ciências Exatas:

Matemática.

III Ciências da Natureza:

Ciências.

IV) Ciências Humanas:

- a) Geografia;
- b) História.
- c) Ensino Religioso.

Temos a Área de conhecimento e os componentes curriculares onde traz uma parte introdutória que explicita sua constituição enquanto conhecimento científico, suas relações e concepções. Ressalta-se que são definidas as competências específicas a serem desenvolvidas ao longo do percurso.

Após a parte introdutória, é apresentado o quadro denominado Organizador Curricular em que se organizam as habilidades ano a ano e possibilita-se a visualização da progressão das aprendizagens, a fim de auxiliar professores e equipes pedagógicas em suas práticas educativas. e colaborar para uma educação pertinente e equitativa. Práticas educativas essas que, com base nos teóricos, L. S. Vigotski e do filósofo Baruch de Espinosa, compreende-se como práticas educativas bem-sucedidas aquelas que, além de gerar aprendizagem e desenvolvimento, possibilitam a expansão de afetos alegres que potencializam mentes e corpos humanos. (CARVALHO & MARQUES, 2017, p.01).

e constituem a especificidade do conhecimento em Arte no contexto escolar (BRASIL, 2016, p. 113).

17.6. Avaliação no Ensino Fundamental

O processo de aprendizagem e a frequência escolar integram a avaliação do estudante que é realizada pelos professores, com o apoio da equipe diretiva da escola, em conselho de classe. Os professores têm planilhas de acompanhamento dos alunos, nas quais registram seu desenvolvimento ao longo do trimestre e utilizam para justificar o resultado de cada avaliação. Também a coordenação pedagógica faz registros em planilhas individuais compartilhadas dos estudantes ao longo de todas as etapas de todos os ciclos a fim de acompanhar o desenvolvimento de cada um ao longo de sua trajetória escolar e assim junto com os professores desenvolver ações para melhorar as habilidades que não foram adquiridas.

Os estudantes, fazem as validações propostas pelo MEC através do CAED/DIGITAL, que serve como subsídios para o processo de avaliação das competências e habilidades que devem ser trabalhadas com os estudantes.

Todos estes documentos são utilizados para definir os pareceres das avaliações. A avaliação está relacionada às concepções e às práticas que norteiam o processo educativo, às metodologias adotadas e intenções pedagógicas, expressando o desenvolvimento de habilidades, a partir do currículo.

Os resultados da avaliação são expressos ao final de cada trimestre em que o ciclo está organizado. A comunicação é feita aos estudantes ou responsáveis por meio da entrega de boletim avaliativo, ao final de cada trimestre. O Conceito final é o resultado da análise do rendimento escolar do ciclo, considerando os conceitos do conjunto das habilidades avaliadas em cada trimestre.

Para pensar a **avaliação**, cuja importância é decisiva no processo de ensino-aprendizagem, lançamos mão das reflexões de César Coll e dos referenciais curriculares. Para César Coll, a avaliação pode ser definida como uma série de atuações que devem cumprir duas **funções** básicas:

- **Diagnosticar** _ identificar o tipo de ajuda pedagógica que será oferecida aos alunos e ajustá-la progressivamente às características e às necessidades deles.
- **Controlar** _ verificar se os objetivos foram ou não alcançados (ou até que ponto o foram). Para diagnosticar e controlar o processo educativo, César Coll recomenda o uso de três tipos de avaliações:

	Avaliação inicial	Avaliação formativa	Avaliação somativa
O que avaliar?	Os esquemas de conhecimento relevantes para o novo material ou situação de aprendizagem.	Os progressos, as dificuldades, os bloqueios etc. que marcam o processo de aprendizagem.	Os tipos e graus de aprendizagem que estipulam os objetivos (finais, de nível ou didáticos) dos conteúdos selecionados.
Quando avaliar?	No início de uma nova fase de aprendizagem.	Durante o processo de aprendizagem.	Ao final de uma etapa de aprendizagem.
Como avaliar?	Consulta e interpretação do histórico escolar do aluno. Registro e interpretação das respostas e dos comportamentos dos alunos ante perguntas e situações relativas ao novo material de aprendizagem.	Observação sistemática e pautada do processo de aprendizagem. Registro das observações em planilhas de acompanhamento. Interpretação das observações.	Observação, registro e interpretação das respostas e comportamentos dos alunos a perguntas e situações que exigem a utilização dos conteúdos aprendidos.

COLL, César. Psicologia e currículo. São Paulo: Ática, 1999. P. 151. (Fundamentos).

A **avaliação inicial** busca verificar os conhecimentos prévios dos alunos e possibilita a eles a tomada de consciência de suas limitações (imprecisões e contradições dos seus esquemas de conhecimento) e da necessidade de superá-las.

A **avaliação formativa** visa avaliar o processo de aprendizagem. Essa avaliação formativa pode ser feita por meio da observação sistemática do aluno com a ajuda de planilhas de acompanhamento (ficha ou instrumento equivalente, em que se registram informações úteis ao acompanhamento do processo). Cada professor(a) deve adequar a planilha de acompanhamento às suas necessidades.

A **avaliação somatória** procura medir os resultados da aprendizagem dos alunos confrontando-os com os objetivos que estão na origem da intervenção pedagógica, a fim de verificar se estes foram ou não alcançados, ou até que ponto o foram.

Note-se que os três tipos de avaliação estão interligados e são complementares. Por meio delas, o(a) **professor(a)** colhe elementos para planejar; o **aluno** toma consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades; a **escola** identifica os aspectos das ações educacionais que necessitam de maior apoio. A avaliação, portanto, deve visar o processo educativo como um todo, e não o êxito ou o fracasso dos alunos.

17.6.1. Orientações para a Avaliação

- **Observação sistemática:** visa trabalhar as atitudes dos alunos. Para isso, pode-se utilizar o diário de classe ou instrumento semelhante para fazer anotações. Exemplo: você pediu aos alunos que trouxessem material sobre a questão do meio ambiente, e um aluno, cujo rendimento na prova escrita não havia sido satisfatório, teve grande participação na execução dessa tarefa; isso deverá ser levado em consideração na avaliação do bimestre.
- **Análise das produções dos alunos:** busca estimular a competência do aluno na produção, leitura e interpretação de textos e imagens. Sugerimos levar em conta toda a produção, e não apenas o resultado de uma prova, e avaliar o desempenho em todos os trabalhos (pesquisa, relatório, história em

quadrinhos, releitura de obras clássicas, prova etc.). Note-se que, para o aluno escrever ou desenhar bem, é necessário que ele desenvolva o hábito.

- **Atividades específicas:** visam estimular, sobretudo, a objetividade do aluno ao responder a um questionário ou expor um tema. Exemplo de pergunta: pode-se dizer que no dia 22 de abril de 1500 o Brasil foi descoberto? Resposta: Não, pois as terras onde é hoje o Brasil eram habitadas por milhões de indígenas quando a esquadra de Cabral aqui chegou. Complemento da resposta: 22 de abril foi o dia em que Cabral tomou posse das terras brasileiras para o rei de Portugal.
- **Autoavaliação:** visa ajudar o aluno a ganhar autonomia e a desenvolver a autocrítica. O aluno avalia suas produções, bem como os critérios usados nas avaliações. Sugestões de perguntas para a autoavaliação:
 - Você considerou o trabalho realizado interessante?
 - Você possuía conhecimentos anteriores que o auxiliaram na realização do trabalho?
 - A execução do trabalho foi fácil ou difícil? Se foi difícil, saberia dizer por quê?
 - Como você avaliaria sua participação no grupo? (Realizou tarefas que contribuíram para o trabalho? Surgiu formas de organizá-lo? Colaborou com seus colegas na realização de suas tarefas?)

17.7. Transição do Ensino Fundamental Anos finais para anos Finais e para o Ensino Médio

O apoio à travessia entre o 5º para o 6º e do 9º ano para o ensino médio precisa ultrapassar as paredes da sala de aula e considerar espaços, tempos, atores escolares mais diversos, o entorno escolar e a relação da escola com a comunidade

Pesquisadores e profissionais da educação observam a existência de fases de transição no fluxo escolar que oferecem maiores desafios aos estudantes, o que pode resultar em reprovações e retenções. Tais transições entre etapas não são processos espontâneos. O estudante em transição precisa construir seu pertencimento à nova fase, de maneira institucional e acadêmica, para que a permanência e a aprendizagem se tornem significativas. Quase sempre essas transições coincidem com mudanças

na trajetória de formação do sujeito, que se identifica como criança, passa para adolescência e daí para juventude, o que resulta em novos esforços para lidar com os desafios emergentes em cada fase. Assim, o apoio à transição deve ser dirigido para o aluno real, (re) conhecido, e não para um aluno idealizado.

17.7.1. Estratégias de Transição

❖ ESCOLHA DO(A)S PROFISSIONAIS PARA O 6º ANO

As redes e as escolas devem observar o perfil do profissional que lida com o estudante em transição. Dentre outros aspectos, esses atores precisam ter experiência com os Anos Iniciais, estarem abertos ao diálogo e buscarem conhecer seus alunos, em termos pedagógicos e sociais.

❖ ESTRATÉGIAS DE ENTURMAÇÃO

Isoladamente, a enturmação é a ação escolar que mais pode afetar a permanência. Em especial, a enturmação para o 6º ano precisa manter, em uma mesma sala, as redes sociais e afetivas do aluno, formadas em turmas/escolas anteriores.

❖ POLÍTICA DE PLURIDOCÊNCIA PARA OS ÚLTIMOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

O processo de apoio à transição começa antes do 6º ano. Neste sentido, a gestão escolar e da rede municipal devem considerar a pluridocência, mesmo que não plena, inserida pelo menos nos 4º e 5º anos.

❖ MAPEAMENTO DA REDE INTERSETORIAL DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A escola precisa entender que não está só no apoio às crianças e adolescentes sob seus cuidados. Assim, é importante que, para cada escola, seja constituída uma rede intersetorial de proteção, que inclua os equipamentos (CRAS, CREAS, Unidades de Saúde, dentre outros) em seu território e naqueles de origem dos estudantes.

❖ INTERAÇÃO ENTRE ESCOLAS E PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS

Pedagogos e licenciados têm uma linguagem e percepção sobre os diferentes processos de aprendizagem. Para aproximá-los se recomenda que a gestão escolar e da rede educacional considerem incluir, especialmente durante as semanas pedagógicas, um encontro entre os professores de 5º e 6º ano – para que debatam expectativas e realidades sobre o aluno em transição.

❖ AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS ESCOLAS PARA O ACOLHIMENTO DOS ALUNOS E FAVORECIMENTO DA AFILIAÇÃO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A forma de acolhimento de estudantes e familiares, principalmente na primeira semana de aula, mas também durante todo o ano letivo, é outro aspecto crucial para que o estudante em transição crie métodos baseados em sua vivência que o levem à permanência e aprendizagem. Dentre as sugestões, indica o envolvimento de alunos “veteranos” neste acolhimento, ações que extrapolem as salas de aula ou que reúnam toda a comunidade escolar.

❖ ESTRATÉGIA COMPLEMENTAR- ACOMPANHAMENTO DO(S) PROFESSOR(A)S E TROCA ENTRE PARES.

Os professores, por meio do contato cotidiano com os alunos, ocupam um lugar privilegiado na identificação das necessidades de cada estudante. Contudo, esse mesmo privilégio pode trazer ansiedade, angústia e sofrimento ao docente. Recomenda encontros a cada dois meses, com moderação específica, no qual os professores possam compartilhar suas experiências e buscar coletivamente estratégias de enfrentamento.

Longe de ser um formato fechado, o modelo incentiva adaptações, exclusões e complementações. Como pode ser observado nas estratégias, o apoio à travessia entre o 5º, 6º e 9º ano precisa ultrapassar as paredes da sala de aula e considerar os espaços, tempos, atores escolares mais diversos, o entorno escolar e a relação da escola com a comunidade.

18. EDUCAÇÃO DO CAMPO

A proposta de Educação do Campo surge, como contrapartida para o modelo tradicional de educação na tentativa de estabelecer um modelo particular de ensino para a população do campo. É através de políticas públicas, pesquisas, redes de ensino, dentre outros fatores, que se estabelece um vínculo maior entre os produtores rurais e as escolas, buscando uma forma de ensino-aprendizagem condizente com os valores e práticas tradicionais do campo.

Enquanto anteriormente os modelos educativos eram pensados exclusivamente pelos educadores tradicionais, isto é, pessoas com formações para isso (sendo a formação algo privilegiado e inacessível), as novas propostas compreendem a importância da inclusão da população nas discussões sobre educação. Por meio do diálogo entre educadores e produtores se estabelecem diretrizes que passam a aproximar a realidade camponesa da proposta escolar e seu modelo de ensino.

A educação do campo é uma modalidade educacional relevante para os povos que vivem no ambiente rural, pois a nossa legislação afirma que todos têm direito à educação, e esse direito pertence a todos, assim, os povos do campo também devem ser contemplados. É preciso respeitar a diversidade e peculiaridade de cada local, mantendo o propósito maior de igualdade para todos, independente de religião, etnia, cultura e promovendo a educação como um bem comum a todos, no qual rege a harmonia e o respeito entre os povos. Vale ainda ressaltar o respeito à diversidade e particularidades locais, de acordo com a Constituição, cabe ao Estado a responsabilidade por promovê-la, assegurando a sua qualidade, sem fins ideológicos, a oferecendo como um direito que torna as pessoas mais humanas, incentivando o respeito ao próximo e promovendo a tolerância em todos os sentidos. Além disso, defendemos que, além de um direito humano, a educação também promove o desenvolvimento social para a população que vive no campo, pois eles têm uma maior dificuldade de acesso e permanência na escola devido à inúmeros fatores como o deslocamento, climáticos e geográficos, disponibilidade de tempo, entre outros que dificultam não só o acesso como a permanência desses povos na escola.

18.1. As Propostas da Educação do Campo

Assim, já como proposta particular de ensino, as discussões da Educação do Campo vão elaborar proposições e diretrizes para a atuação no contexto rural. As principais características são:

- Participação familiar no processo educativo: valorização da comunidade rural como pessoas construtoras de conhecimento, em especial o prático e produtivo;
- Pedagogia da alternância, ou seja, o respeito ao calendário produtivo local: adequação e organização das atividades escolares e educativas ao planejamento dos produtores locais, buscando promover experiências práticas e teóricas de aprendizagem.
- Vínculo dos saberes locais com a proposta pedagógica formal: estabelecimento de instrumentos didáticos e práticas pedagógicas que promovam o diálogo entre o local-específico e o científico.
- Valorização dos valores e tradições rurais: contemplar no projeto pedagógico a identidade rural e fomentar ações de valorização cultural do contexto campestre.
- Vínculo dos saberes locais com a proposta pedagógica formal: estabelecimento de instrumentos didáticos e práticas pedagógicas que promovam o diálogo entre o local-específico e o científico.
- Valorização dos valores e tradições rurais: contemplar no projeto pedagógico a identidade rural e fomentar ações de valorização cultural do contexto campestre.

Diante de um contexto historicamente complexo para a população rural e de desigualdades na educação, emergem propostas de educação específicas que buscam romper com esta dinâmica pela valorização local. A Educação do Campo não se reduz a uma proposta pedagógica, mas a um conjunto de ações com impactos educacionais, culturais e produtivos, sendo a valorização tradicional o principal eixo de atuação.

Porém, novos desafios (ou oportunidades) aparecem conforme se desenvolve a sociedade. Outras reflexões devem estar presentes a partir de então: qual é a interferência das novas tecnologias de comunicação em populações tradicionais do

campo? Como promover formação específica para a população? Como lidar com a expansão dos latifúndios em detrimento das pequenas propriedades? Como desenvolver uma educação do campo que contemple a realidade local de nossos estudantes?

São perguntas que vão suscitando cada vez mais reflexões sobre as propostas de Educação do Campo e instigando estes conhecimentos complexos para relacionar com as demandas da realidade rural. Pensando em responder a estes questionamentos, o Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira vem através de formações, buscar desenvolver um currículo que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda comunidade, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável.

A educação do campo é uma proposta ampla que visa à formação do homem do campo no que se refere a uma educação que considera a vida, aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de etnia. Se baseia no estudo associado com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra, estimulando a participação da comunidade, promovendo uma educação adequada para que o sujeito possa lidar com a sua realidade, na busca de sua emancipação como ser agente, fazendo parte da construção da proposta de educação, criando um modelo de currículo que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, faz-se importante o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade.

As especificidades dos sujeitos do campo na área educacional estão garantidas no LDB nº 9.394/96, como se observa:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Ainda assim, percebe-se que a Educação do Campo objetiva a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo, cria possibilidades do acesso à educação por milhares de pessoas que vivem em regiões muito distantes do meio urbano. Esta política pública trouxe uma revolução para a educação brasileira, uma vez que diminuiu o analfabetismo e trouxe independência para a população.

Este modelo de educação está presente em todas as outras modalidades, pois possibilita um trabalho mais diversificado e com sentido para a vida das pessoas, tendo contato com conteúdo que abrangem as experiências pessoais e o contexto em que vivem.

Está amparada nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB n° 1/2002 e Resolução CNE/CEB n° 2/2008. Parecer CNE/CEB n° 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância; Resolução CNE/CEB n° 4/2010 que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo; Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

É notório que todas as políticas educacionais obtidas por meio da luta da Educação do Campo são de extrema importância. Entretanto, destaca-se o Decreto 7.352/2010 elevou a Educação do Campo à condição de política de Estado, conforme explicita o seu Art. 1º:

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010).

O referido Decreto recupera o que traz no texto das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, além de elevar a Educação do Campo como modalidade de ensino a ser oferecida, não somente no campo, mas onde tenham pessoas do campo, mesmo que seja no perímetro urbano, demonstrando, assim, o reconhecimento das

especificidades sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas do modo de produzir a vida no campo.

Entre as características da educação do campo que se pretende construir, estão:

a) *Concepção de mundo:* o ser humano é sujeito da história, não está “colocado” no mundo, mas ele é o mundo, faz o mundo, faz cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso; antes, possui um jeito de ser peculiar; pode desenvolver suas atividades pelo controle do relógio mecânico ou do relógio “observado” no movimento da Terra, manifesto no posicionamento do Sol. Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou atuar de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens;

b) *Concepção de escola:* local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada. O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola;

c) *Concepção de conteúdos e metodologias de ensino:* conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar. Tal seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que possa determinar quais conteúdos contribuem nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educandos. Estratégias metodológicas dialógicas, nas quais a indagação seja frequente, exigem do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para a sala de aula;

d) *Concepção de avaliação:* processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico, seja bimestral, semestral ou anual. Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos

de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

Quando se fala em avaliação, é importante compreender que para a educação que se quer construir, um procedimento essencial é a escuta: *escutar* os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas; *escutar* os educandos e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola e à sala de aula; *escutar* as carências expostas pelos professores das escolas do campo. Enfim, ouvir cada um dos sujeitos que fazem o processo educativo: comunidade escolar, professores e governos, nas esferas municipal, estadual e federal. Por meio da escuta, será gerado o diálogo e nele serão explicitadas as propostas políticas e pedagógicas necessárias à escola pública.

Busca-se uma educação que seja crítica, cuja característica central é a problematização dos conhecimentos. Problematizar implica discutir os conteúdos de forma a gerar indagações e não de forma enciclopédica e mecânica. Para tanto, na educação do campo, o tema questão agrária é essencial para compreender os determinantes que levaram a educação do campo a estar historicamente marginalizada nas políticas educacionais.

Diante de todas estas considerações podemos afirmar que o Centro Educacional Jerônimo dos Santos Pereira se classifica como escola do campo e oferece educação do campo, pois além de estar localizada no campo, também atende outras comunidades camponesas como os remanescentes quilombolas e por isso oferece aos seus educandos uma educação voltada para as realidades do povo camponês, utilizando o meio natural, para mostrar na prática, a importância do campo para a vida da sociedade de forma emancipatória, saudável e sustentável, incluindo em seu fazer pedagógico, ações voltadas para o homem e a vida no campo, adere e realiza projetos que venham a priorizar o seu público-alvo no que se refere à preservação da natureza tanto fauna, quanto flora; a apropriação de técnicas de manejo adequado do solo; ao cuidado com a saúde pessoal e coletiva. Enfim, ao uso

sustentável dos recursos naturais, à valorização da vida, dos aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de etnia.

19. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A Educação Escolar Quilombola requer uma pedagogia própria que atenda e respeite a especificidade étnico-cultural de cada comunidade/povo. As escolas devem ser organizadas de modo a valorizar esse contexto sociocultural de cada grupo afrodescendente e modos como cada comunidade organiza os tempos e os espaços escolares e suas formas de conceber e consolidar conhecimentos, uma vez que nesses processos estão sendo construídas identidades. O Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira, possui alunos matriculados oriundos da comunidade quilombola da Moitinha, pensando nesse contexto cultural, trabalha os saberes e a história de cada povo, inclusive sua memória oral, articulando-os aos demais saberes produzidos por outras sociedades humanas. Cabe a tal projeto articular esses pontos com o disposto na legislação nacional em relação ao currículo, no caso, as Diretrizes Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares do Estado da Bahia e a BNCC, sem que eles percam suas especificidades.

É papel das escolas que atendem a modalidade da Educação Escolar Quilombola, ajustar o currículo às especificidades de cada quilombo, atentando às diferenças econômicas, culturais, comemorando datas consideradas importantes para a história da comunidade, sendo relevante o protagonismo e a história das lutas do movimento quilombola e do movimento negro. O currículo pode ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matrizes conceituais, que discutam os conteúdos das diversas disciplinas de modo interdisciplinar.

Quanto aos planos de ensino, é necessário assegurar:

- o estudo da memória, da ancestralidade, da oralidade, da corporeidade, da estética e do etnodesenvolvimento, entendidos como conhecimentos e parte da cosmovisão produzidos pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural;
- os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;

- as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade nacional;
- a questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas como ponto de orientação para todo o processo educativo definido no projeto político-pedagógico.

A Resolução CNE/CEB n. 8/2012 estabelece que a avaliação do processo de ensino e aprendizagem na Educação Escolar Quilombola deverá considerar o direito de aprender, os aspectos qualitativos, diagnósticos, processuais, formativos, dialógicos e participativos do processo educacional, as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das comunidades quilombolas e as dimensões cognitiva, afetiva, emocional e lúdica. Essa resolução, em seu artigo 14, define que “a Educação Escolar Quilombola deve ser acompanhada pela prática constante de produção e publicação de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos nas diversas áreas de conhecimento”, que valorizem e respeitem a história e a cultura local das comunidades quilombolas, “mediante ações colaborativas entre os sistemas de ensino” (BRASIL, 2012b).

20. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em Tempo Integral no Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira está funcionando no turno oposto com uma turma de 29 alunos, turma essa que tem o almoço na própria escola e que tem como um dos principais objetivos propostos e promovidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é a ampliação qualitativa da jornada escolar dos alunos (SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010; GONÇALVES, 2006). Nesse sentido, a BNCC e pesquisas que se propõem a discutir a implementação da Educação Escolar no país partem em defesa de que a ampliação da jornada escolar apenas fará sentido se houver, na mesma medida, a ampliação de oportunidades para que os alunos estejam em contato, ao longo dessas horas, com as atividades das mais diversas áreas do conhecimento. É preciso, ainda, que esses alunos sejam expostos a situações adequadas para que explorem as suas habilidades. É um

processo fundamental para que a Educação em Tempo Integral seja qualitativa e não, apenas, quantitativa (GONÇALVES, 2006; ZANARDI, 2016).

Em âmbito nacional, a temática da escolarização em tempo integral é retomada a partir da década de 1990, quando o termo “integral” começa a se fazer mais presente na legislação educacional brasileira, como é o caso do princípio de “proteção integral” defendido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O Estatuto considera a educação um direito fundamental da criança e do adolescente e afirma que a garantia da proteção integral, associada às metas de educar e cuidar, como a principal finalidade da educação, tem em vista a construção da cidadania (BRASIL, 1990). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – segue essa orientação e articula os fins da educação à ampliação progressiva da jornada escolar, com ênfase na formação integral dos estudantes (BRASIL, 1996) (BITTENCOURT, 2019, pp. 1761-1762).

A BNCC defende, ainda, que a parte comum do currículo (aquelas disciplinas que são ensinadas em horário regular) deve caminhar de forma interligada, ou seja, integrada com a parte diversificada do currículo (aquelas atividades e disciplinas que não fazem parte do currículo comum). É preciso, também, desmistificar o estigma de que as duas partes que formam o currículo caminham de forma diferente. Em muitas das vezes há uma hierarquia entre essas duas partes, sendo, a parte diversificada, compreendida, por muitos professores e pela própria direção, como atividades complementares. É preciso que alunos e professores entendam que essas atividades são obrigatórias, visto que a BNCC defende a integração entre a parte comum e a diversificada. Não deve haver hierarquia entre elas (SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010).

A partir do momento em que houver a integração entre ambas as partes, os alunos conseguirão aprimorar e aperfeiçoar as suas habilidades, e, dessa forma, o aprendizado será mais significativo e eficiente, e, finalmente, a Educação em Tempo Integral será bem aceita por uma quantidade maior de pessoas (SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010). Assim sendo, por meio de um currículo único, ou seja, que integra a parte comum e a diversificada bem como a partir de uma jornada escolar diária no turno oposto, atividades mais atrativas, dinâmicas, versáteis e inovadoras devem ser apresentadas aos alunos para que

eles aprendam, de forma menos mecânica, os conteúdos das mais diversas disciplinas. Com o aumento qualitativo dessa jornada escolar diária, os alunos não se sentirão tão exaustos e estarão mais receptivos a este tipo de escola.

Defende-se que os currículos voltados a Educação em Tempo Integral não se tratam, apenas, de um processo de aumento de conteúdos e disciplinas que já são ofertados no horário regular. Agindo dessa forma os alunos estarão cada vez menos receptivos e dispostos a aprender, sobretudo em razão do esgotamento físico e mental (SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010). É nesse sentido que se enfatiza, neste trabalho, a necessidade de haver um aumento qualitativo da jornada escolar diária desses alunos. Contudo, não basta, apenas, esse aumento qualitativo. Sem instrumentos adequados, ou, ainda, sem a especialização dos professores para lidar com essa modalidade de educação, novamente, essas horas a mais na escola podem não obter resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem.

Com os instrumentos necessários, com espaços apropriados, com o entendimento dessas horas a mais na escola como regulares e não complementares e com a especialização dos professores a Educação em Tempo Integral poderá ser mais eficiente em todo o país. Entretanto, deve-se frisar que ela apenas atingirá resultados positivos se atividades diversas, sejam elas da parte comum ou da diversificada, forem dispostas ao longo do turno oposto. Nesse sentido, os alunos, ao longo dessa jornada, precisam ser expostos a situações e espaços diversos para que esses favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. Assim, o principal desafio é fazer com que esses alunos, a partir dessas horas a mais na escola, sejam providos de senso crítico e de um caráter exploratório para que as suas vivências sejam ressignificadas. As atividades devem potencializar essas novas experiências.

É preciso, portanto, que as propostas de aprendizagem voltadas à construção do conhecimento ao longo dessas horas no turno oposto na escola sejam capazes de promover o desenvolvimento de múltiplos conhecimentos e saberes das mais diversas dimensões da vida humana (social, cultural, física, química, comunicativa, linguística, matemática, etc) (MENEZES, 2012). Esse desenvolvimento deve tomar forma a partir de atividades promovidas tanto pela parte comum (disciplinas ofertadas em horário regular) quanto pela diversificada

(SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010). É papel da escola elaborar e executar ações pedagógicas para que essas atividades possam ser colocadas em prática pelos docentes. Assim, deve-se considerar as mais diversas características desses alunos, visto que experienciam situações distintas em sua infância, pré-adolescência, adolescência e juventude.

No que tange ao direito à educação, a Constituição Federal de 1988, além de apresentá-lo como o primeiro direito social (art. 6º), explicita que, na condição de “direito de todos e dever do Estado e da família”, visa o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205), conduzindo à compreensão de que esse direito está associado a uma Educação Integral (MENEZES, 2012, p. 139).

É preciso aludir, ainda, que além das especificidades relacionadas ao contexto no qual a escola se encontra situada é preciso considerar, também, os processos que envolvem o desenvolvimento humano, visto que esses são centrais para que os currículos sejam projetados, e, principalmente, colocados em prática (SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010; MENEZES, 2012). Dessa forma, é responsabilidade do MEC a garantia das condições necessárias para que o aprendizado de conhecimentos múltiplos na modalidade da Educação em Tempo Integral seja possível sem se recair, novamente, no entendimento de que essas horas a mais, na escola, são suplementares e não regulares. É preciso considerar as etapas da escolarização e não o que será aprendido a cada ano. Esse processo pode ser favorecido por meio do estabelecimento de um pacto federativo entre estados e municípios para que esses coloquem em prática essa modalidade de educação nas mais diversas regiões.

O principal objetivo da Educação em Tempo Integral compreende a necessidade de transformar esses alunos em cidadãos responsáveis e sensíveis a si, aos outros e ao mundo que o circunda (SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010). É fundamental que conhecimentos múltiplos sejam apresentados a esses alunos para que este tipo de educação cumpra o seu objetivo mais primário bem como para que o processo de ensino-aprendizagem seja mais atrativo e dinâmico. É preciso entender, ainda, que o processo de aprender e ensinar, a cada dia, precisa ser reconstruído, visto que cada aluno é único. Ambas as dimensões (ensino e aprendizagem) precisam caminhar de forma

simultânea para que os alunos sejam capazes de aperfeiçoar as mais diversas esferas que o constroem enquanto ser humano.

Para que tal objetivo possa ser cumprido é preciso que haja uma seleção de conhecimentos múltiplos a serem ensinados pelos professores (SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010). Tal seleção, por sua vez, deve ser feita a partir da reflexão sobre múltiplos pontos de vista e características de cada turma. Assim sendo, deve-se caminhar em busca de um currículo que não seja fragmentado, ou seja, deve-se desprender da ideia de que as horas nas quais esses alunos permanecem a mais na escola são complementares e não regulares. É o primeiro caminho para se evitar a fragmentação do currículo. Ao se chegar a esse objetivo, as habilidades dos alunos serão potencializadas, pelos docentes, de forma mais dinâmica, flexível, versátil e atrativa. Saberes advindos de comunidades próximas a escola também devem ser bem-vindos.

A escola em sua configuração, deve permitir que outras pessoas aos arredores possam contribuir neste processo de construção do conhecimento. Não se trata de escolher voluntários para trabalhar nas escolas para a viabilização dessas horas a mais. Objetiva-se, com este intercâmbio entre diferentes agentes, potencializar o uso do espaço escolar, considerando, para tanto, as experiências e contribuições daqueles que estão próximos a essa escola. Nesse sentido, entende-se, nesse estudo, que a proposta da Educação Integral deve viabilizar as políticas públicas educacionais gerais que promovem, sobretudo, o desenvolvimento das múltiplas dimensões do conhecimento de forma qualitativa (SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010; MENEZES, 2012; COSTA; SILVA, 2019). É nessa perspectiva que este estudo buscou contribuir.

Dentre os diversos assuntos que a educação invoca, a reflexão a propósito da educação integral e de tempo integral faz-se imperativa diante das transformações estruturais que calham na sociedade. Rever a escola e abonar que o conhecimento assim como o saber sistematizado signifique a justificação da sua existência incide pela discussão do que deriva a ser educação integral e, por conseguinte qual a função da escola de tempo integral ao longo da história. De maneira geral, podemos afirmar que a educação integral denota uma ação educativa que envolve volumes variados e abarcantes da formação dos sujeitos. Os vínculos entre instrução escolar, índole, cultura e valores sociais, instauração

de cidadania e concepção para o trabalho, constituíram, em determinadas ocasiões insatisfatórias e induziram ao desenvolvimento de sugestões de educação integral.

21. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Educação Antirracista

Qual o lugar que o negro e os povos indígenas ocupam em nossa sociedade brasileira? A eles qual espaço é reservado nesse contexto? Nosso passado não é muito animador sob a ótica dos povos negros e indígenas. Desde as invasões dos europeus em território hoje considerado brasileiro foi-se colocado em prática um plano de dominação que segregou os indivíduos e posicionou o povo branco num lugar de superioridade em relação a outros povos. Aos indígenas foi atrelada a condição de seres sem alma, sub-humanos, não civilizados que necessitavam ser conduzidos, condicionados para o trabalho, para a religião europeia, e aculturados. Já os povos negros trazidos para cá por meio do uso da força no período denominado Escravidão também sofreram devido ao pensamento da hierarquização entre pessoas, conseqüentemente, entre culturas e subjetividades. A eles foi reservado o lugar mais baixo em todos os aspectos da vida humana. Essa estratégia de dominação sempre encontrou resistências, como as fugas dos escravizados, formações quilombolas, levantes, entre outros. Porém ainda podemos observar uma forte influência desse passado triste nos dias atuais, nos desdobramentos da cultura do nosso país, no comportamento e nas falas dos brasileiros, na institucionalização do racismo, e conseqüente normalização do inaceitável. As diferenças sociais são nítidas, além do aspecto econômico, no qual pessoas pretas, pardas, indígenas são maioria entre as que possuem rendimentos mais baixos, a persistência de situações de maior vulnerabilidade indicada por evidências nos campos da educação, saúde, moradia, entre outros, mostram o desequilíbrio. No Brasil, ser negro e indígena significa ser mais pobre do que o branco, ter menos escolaridade, receber salário menor, ser mais rejeitado pelo mercado de trabalho, ter menos oportunidades de ascensão profissional e social, dificilmente chegar à cúpula do poder público e aos postos de comando da iniciativa privada, ter pouca ou nenhuma representatividade em diversos setores da sociedade, estar entre os principais ocupantes dos subempregos, ter menos acesso

aos serviços de saúde, ser vítima preferencial da violência urbana, no caso dos negros, ter mais chances de ir para a prisão, morrer mais cedo. Para enfrentar essa dura realidade, ao longo da história, pessoas negras e indígenas organizaram movimentos de resistência e luta contra os absurdos a que são expostos por causa de sua origem e sua ancestralidade. Esses culminaram em ações afirmativas visando o bem estar, as igualdades de oportunidades e o reparo social possível para os descendentes desses povos. Movimentos esses ainda hoje atuais que cobram dos governos as atitudes necessárias para diminuir o abismo social entre brancos, negros e indígenas. Essa luta se fez necessária para que hoje todos possam entender que uma sociedade que hierarquiza pessoas tende a ruir, e que, mesmo que não fosse a maior parte da população de nosso país, devem-se haver pessoas negras e indígenas nos espaços de poder e decisão, nos espaços de educar e aprender e nos espaços de ser para demonstrarem o quanto o racismo afeta, adocece, mata e limita toda essa população que sofre há décadas. E não apenas, como também para representar a diversidade e riqueza cultural desses povos, para valorizar suas potências, dar espaço para suas habilidades, voz e escuta para suas falas e subjetividades. Se realmente queremos construir uma sociedade igualitária, é necessário compreender qual o papel que cada estrutura socioeconômica desempenha na reprodução do racismo, a fim de desenhar estratégias eficazes para o seu enfrentamento. Isso se dá por meio de estudos feitos por teóricos engajados no movimento negro e indígena, da abertura para que esses povos possam se posicionar afirmativamente diante da sociedade, representando bem seus pares. Na Educação, o combate à desigualdade racial é essencial enquanto elemento indispensável para qualquer mudança, de modo que sem uma educação antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária. É importante que os professores trabalhem questões raciais, culturais e de representatividade, além de abordar a diversidade como um valor para toda a comunidade escolar.

A lei 10.639/03 (a RESOLUÇÃO Nº 1, de 17 de junho 2004, do Conselho Nacional de Educação institui as Diretrizes e o seu cumprimento por parte das instituições de ensino como elemento considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana é outro documento importante para a eficaz promoção da igualdade na escola. Ele tem como objetivo colaborar e construir

políticas públicas e processos pedagógicos para a implementação das Leis 10639/03 e 11645/08).

Seu conteúdo detalha os direitos e obrigações dos entes federados frente à lei, assim como amplifica temas tratados no texto das Diretrizes). _e, posteriormente, a lei 11.645 pautou o que muitos livros didáticos deixavam de fora nas escolas: a história da África, dos africanos e indígenas, a luta dos negros e dos povos originários no Brasil, as culturas e o papel desses povos na formação da sociedade nacional, mostrando que é necessário trabalhar uma Educação Antirracista ao longo de todo o ano letivo e não apenas em datas como Consciência Negra e Dia dos Povos Indígenas.

“A escola é um dos piores lugares para a criança negra: quando ela começa a aprender sobre história, descobre que os negros chegaram ao Brasil como seres infelizes, cativos, que vieram para servir aos brancos”, diz a professora Sherol dos Santos, professora de História da rede estadual do Rio Grande do Sul e doutoranda na mesma disciplina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para Sherol, a Educação antirracista ajuda na valorização da identidade e da trajetória dos diferentes povos que formam um país, em vez de tomar a visão do colonizador como a dominante. Além disso, a prática auxilia no sentimento de pertencimento dos negros no espaço escolar e acadêmico. “É uma valorização da diversidade, daquilo que distingue os grupos raciais, mas não os hierarquiza”, diz Sherol.

No entanto, até hoje há dificuldades de essa legislação integrar de fato os currículos escolares. Muitos apontam a necessidade de mais materiais específicos e a ausência dessas temáticas em cursos de formação de professores.

“Uma Educação Antirracista é aquela que entende que vivemos em uma sociedade racista, em que as relações entre as pessoas são pautadas também a partir do lugar social e racial que elas ocupam, e se preocupa em preparar indivíduos que possam se colocar contra esse sistema, gerador de maior desigualdade”. De acordo com ela, isso requer a adoção de currículo decolonial, mas não só. É preciso mudar discursos, raciocínios, lógicas, posturas e os modos de tratar as pessoas negras.

22. AÇÕES CONTRA O BULLYING

A palavra *bullying* tem origem na língua inglesa e contém o radical *bully*, que significa valentão. O sufixo *-ing* (acrescido ao prefixo *bully-*) denota continuidade,

constância, o que nos ajuda a entender com maior precisão o significado do termo referido.

Tal prática é caracterizada por constantes agressões, que podem ser de ordem física, verbal e psicológica (geralmente ocorrem as três juntas), em que um indivíduo ou um grupo humilha, xinga, expõe e agride um outro indivíduo. Só podemos chamar de bullying o comportamento sistemático e constante, de modo que episódios isolados de agressão física ou verbal não são caracterizados dessa forma. Classificamos como bullying um comportamento desenvolvido por crianças e adolescentes, sendo que, entre os adultos, a prática similar a isso é chamada de assédio moral.

O bullying acontece de diversas maneiras: pode ser expresso por apelidos vexatórios e sistematicamente utilizados, pela perseguição à vítima, pela humilhação da vítima diante de um público, pela exposição da vítima por suas características físicas ou psicológicas, chegando, em muitos casos, a agressões físicas que podem provocar lesões corporais.

Cleo Fante, estudiosa do assunto, afirma, em matéria publicada na revista Super Interessante, que, até a década de 1970, a sociedade não via o bullying como um problema, mas como uma fase normal do desenvolvimento infantil. Infelizmente, algumas pessoas ainda mantêm a mentalidade retrógrada de encarar o bullying como uma brincadeira ou um comportamento social normal, em que uns são dominados por serem mais fracos e outros são dominantes por serem mais fortes. Esse comportamento negligente de algumas famílias e, às vezes, até de profissionais da educação pode provocar na vítima a sensação de impotência e a crença de que o erro está nela, que não consegue defender-se sozinha.

O bullying acontece de diversas maneiras: pode ser expresso por apelidos vexatórios e sistematicamente utilizados, pela perseguição à vítima, pela humilhação da vítima diante de um público, pela exposição da vítima por suas características físicas ou psicológicas, chegando, em muitos casos, a agressões físicas que podem provocar lesões corporais.

Cleo Fante, estudiosa do assunto, afirma, em matéria publicada na revista Super Interessante, que, até a década de 1970, a sociedade não via o bullying como um problema, mas como uma fase normal do desenvolvimento infantil. Infelizmente, algumas pessoas ainda mantêm a mentalidade retrógrada de encarar o bullying como

uma brincadeira ou um comportamento social normal, em que uns são dominados por serem mais fracos e outros são dominantes por serem mais fortes. Esse comportamento negligente de algumas famílias e, às vezes, até de profissionais da educação pode provocar na vítima a sensação de impotência e a crença de que o erro está nela, que não consegue defender-se sozinha.

TIPOS DE *BULLYING*

O *bullying* pode ser classificado em diferentes tipos de acordo com a forma como é praticado, sendo as principais:

1. *Bullying* verbal

O *bullying* verbal é o tipo mais comum de *bullying* praticado nas escolas e que começa com um apelido maldoso, normalmente relacionado com alguma característica da pessoa.

Além dos apelidos, esse tipo de *bullying* é caracterizado por xingamentos e humilhações constantes, o que pode fazer com que aquela criança que sofreu *bullying* verbal cresça sem acreditar nas suas competências e tenham medo de se relacionar com outras pessoas.

1. *Bullying* físico

O *bullying* físico é caracterizado por violência física, ou seja, nesse tipo de *bullying* a vítima leva chutes, socos, pontapés ou tem a passagem bloqueada pelo simples fato de usar óculos, aparelho ou estar um pouco acima do peso, por exemplo.

Esse tipo de *bullying* é comum, mas passa muitas vezes despercebido pois é pode ser interpretado como brincadeira de amigos, por exemplo.

3. *Bullying* psicológico

No *bullying* psicológico, a vítima sofre constantemente intimidações ou chantagens, além de ser frequentemente vítima de calúnias e boatos, além de perseguições no que diz respeito à orientação sexual, religião ou peso.

O *bullying* psicológico pode levar à depressão e ansiedade.

4. *Bullying* virtual

O *bullying* virtual, também conhecido como *cyberbullying*, é caracterizado por ataques verbais e psicológicos pelas redes sociais.

Nesse tipo de *bullying* a internet é a principal ferramenta de divulgação de fotos, vídeos ou comentários maldosos sobre a pessoa.

5. *Bullying* social

No *bullying* social, a pessoa é constantemente isolada das atividades e do convívio diário com os colegas de trabalho ou da escola.

É difícil que apenas um tipo de *bullying* seja praticado, normalmente nas escolas podem ser percebidos *bullying* físico, psicológico, verbal e social.

Apesar de ser algo relativamente comum nas escolas, o *bullying* pode acontecer em qualquer idade e em qualquer ambiente, pois qualquer comentário feito sobre outra pessoa e que possa interferir na sua vida pode ser considerado *bullying*.

6. *Bullying* escolar

O ambiente em que os casos de *bullying* mais se manifestam é a escola, e há uma razão sociológica para isso: a escola é o ambiente em que as crianças e os adolescentes passam grande parte do seu dia e convivem diariamente uns com os outros.

Como ocorre na sociedade extraescolar, o ambiente escolar comporta a formação de grupos sociais e, muitas vezes, cria, entre os estudantes, situações de hierarquia com base na força ou na aceitação que um indivíduo tem do grupo. Isso não isenta outros ambientes da prática do *bullying*, como na comunidade ou na vizinhança.

Na comunidade escolar em que grupos dominantes cristalizam-se como padrões de aceitação, os grupos que não se enquadram nesses padrões acabam excluídos e podem conter vítimas de *bullying*. Normalmente, os padrões estabelecidos nas relações sociais escolares, sobretudo entre adolescentes, são formados com base nas características físicas e no grau de popularidade e aceitação que os indivíduos têm dentro do grupo.

Aquelas pessoas consideradas mais populares ou “descoladas” tornam-se a referência para o comportamento social, e aqueles que não se enquadram nesse padrão são considerados “estranhos” ao grupo. Daí surge o comportamento

humilhante e vexatório por parte dos que se consideram normais ou populares contra os que eles mesmos consideram estranhos por não se enquadrarem nos parâmetros estabelecidos.

Além da violência psicológica, o bullying pode chegar à violência física, em que alguns indivíduos agredem suas vítimas, normalmente crianças ou adolescentes menores e mais indefesos. Em todos os casos, cabe aos profissionais da educação coibir qualquer prática violenta que ocorra dentro do ambiente escolar.

Alguns casos emblemáticos e extremos fazem-nos refletir sobre o papel da escola em relação à prática do bullying. Mencionaremos aqui ao menos três casos em que essa prática pode entrar como um elemento causador de atos extremos de violência em ambientes escolares.

Importante destacar que o bullying é um problema de todos, e que atinge escolas públicas e privadas, centrais e periféricas, rígidas ou liberais, de grande ou pequenas cidades.

É fundamental manter uma conversa franca e acolhedora com nossos estudantes, estar atentos a sinais de recusa ou sofrimento físico e emocional relacionados com a escola e manter um diálogo aberto com a com os pais e a instituição escolar. Por outro lado, as escolas precisam ter programas de prevenção de forma continuada.

O papel das instituições de ensino no combate e prevenção do bullying é crucial para a formação de cidadãos que prezam o respeito às diferenças, o convívio em sociedade e a vivência de uma cidadania plena.

CONSEQUÊNCIAS DO BULLYING

O bullying pode trazer diversas consequências em suas vítimas. Normalmente, as agressões e a exclusão do grupo levam o indivíduo que sofre a um quadro de isolamento social. Devido aos maus tratos e ao sentimento de não pertencimento ao grupo, a vítima vê-se como alguém estranho, diferente e que não pertence àquele local. A partir daí, inicia-se um quadro de isolamento que a faz querer sair daquele lugar para escapar de seus problemas.

Ao não conseguir escapar e não encontrar apoio entre os amigos (muitas vezes as vítimas não conseguem desenvolver laços afetivos no seu ambiente social por conta das agressões) e os familiares (normalmente elas não comentam o que se

passa com a família por medo), o quadro de isolamento começa a causar danos psicológicos que podem levar à depressão, ao transtorno de ansiedade, à síndrome do pânico e a outros distúrbios psiquiátricos, além de gerar traumas que acompanharão a vítima por toda a sua vida se não tratados adequadamente.

Algumas vítimas do bullying que desenvolvem distúrbios psiquiátricos ou que se encontram momentaneamente abaladas psicologicamente podem procurar válvulas de escape, como as drogas e o álcool, na fase em que as agressões estão ocorrendo ou na fase adulta para lidar com os traumas deixados. Também pode acontecer de o indivíduo desenvolver um comportamento violento e repetir as agressões que sofreu com outras pessoas. Nos casos extremos, a vítima encontra no suicídio a única saída momentânea para lidar com o seu sofrimento.

COMO SOLUCIONAR ESSE PROBLEMA SOCIAL?

Os melhores meios de combate ao bullying são a conscientização e o diálogo. Conversas dos pais e das mães com seus filhos e filhas, campanhas de conscientização nas escolas e diálogo dos profissionais da educação com os estudantes são as melhores formas para acabar com essa prática.

Quando identificado o bullying, é necessário que se converse com as vítimas para oferecê-las apoio emocional, e também com os agressores, a fim de descobrir o motivo das agressões e conscientizá-los dos danos que eles podem causar ao outro.

A família dos agressores também deve agir para que o quadro de agressão não se repita e, em hipótese alguma, deve-se utilizar da violência para coibir a prática do bullying, pois o efeito pode ser oposto ao desejado. Ciomara Schneider, psicanalista de crianças e adolescentes, afirma que os pais devem estar atentos aos jovens e sempre manter o diálogo e a comunicação com eles para evitar que ocorra qualquer tipo de situação de agressão sistemática.

LEI SOBRE O BULLYING ESCOLAR

A fim de coibir a prática do bullying, que se tornou um problema do cotidiano escolar, a Lei 13.185, de 6 de novembro de 2015, foi sancionada pela então presidente Dilma Roussef e entrou em vigor em fevereiro de 2016.

Essa lei institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying), que preza pela conscientização e pelo diálogo para acabar com a prática do bullying,

criando campanhas, oferecendo apoio às famílias e evitando punições aos agressores, pois a lei entende que a conscientização é o meio mais efetivo para acabar com as agressões.

A lei estabelece o que é bullying (práticas recorrentes de perseguição, intimidação, ridicularização e agressões físicas ou verbais em ambientes físicos ou virtuais) e impõe uma série de medidas, que, além das campanhas de conscientização, visam criar uma complexa rede de apoio que envolve o poder público (por meio do Ministério da Educação e das secretarias estaduais e municipais de educação), a classe docente, os gestores escolares e as famílias.

Essa rede visa capacitar os agentes da educação e os pais para lidarem com o assunto, além de oferecer apoio psicológico, educativo e judicial aos jovens que praticam e sofrem bullying, em conjunto com as suas famílias.

AÇÕES PARA REDUZIR O BULLYING NAS ESCOLAS

1. Trabalhe de forma constante dentro da escola a importância do respeito às diferenças entre as pessoas, incentivando sempre uma cultura de empatia.
2. Mantenha canais de comunicação abertos entre a comunidade escolar, deixando todos confortáveis para falar sobre assuntos variados (desde os mais corriqueiros até temas delicados).
3. Incentive que os pais mantenham também um canal de diálogo aberto com seus filhos em casa e que eles imponham limites aos seus filhos, não sendo permissivos e não acobertando suas más ações.
4. Incentive que as famílias participem de perto da vida escolar de seus filhos e tenham contato com professores e diretores.
5. Crie atividades que abordem o tema *bullying* de forma preventiva, como debates, palestras, exibição de vídeos, campanhas de conscientização.
6. Organize simulações para que os alunos desenvolvam maneiras de lidar com conflitos dentro da escola.
7. Ofereça capacitação para o corpo docente e funcionários, para que saibam lidar com o problema.
8. Reconheça que o *bullying* acontece em 100% das escolas (em maior ou menor grau) e não negue isso, dizendo ser uma exceção à regra.

9. Divulgue informações sobre o problema, conscientizando toda a comunidade escolar das graves consequências da prática de violência de qualquer tipo dentro da escola.
10. Deixe claro que o *bullying* não se trata de uma brincadeira sem consequência e fale sobre seus possíveis desdobramentos.
11. Defina uma política de ação em casos de *bullying*, estando preparado para lidar com as situações de risco à integridade física e emocional dos alunos. Você pode criar um comitê de segurança, formado por todos interessados em combater o problema, desde funcionários até alunos e seus responsáveis.
12. Não minimize ações e investigue logo que houver uma suspeita, antes de que a situação saia de controle. E, confirmada a violência, não demore a tomar providências.
13. Identifique os alunos que são mais propensos a ser alvos de *bullying* e esteja atento a eles e às mudanças bruscas em seu comportamento.
14. Oriente todos os funcionários de como agir para identificar e intervir em situações de *bullying* ou mesmo suspeitas.
15. Estimule que estudantes informem os professores ou pais sobre casos de *bullying*.
16. Oriente que alunos apoiem quem sofre *bullying* dentro da escola, lembrando que o apoio moral dos colegas é essencial nessas horas.
17. Ao descobrir um caso de *bullying*, a escola e a família precisam se unir para entender o que está acontecendo e tomar providências para solucionar o tema.
18. Dê apoio à vítima, trabalhando para fortalecê-la, demonstrando solidariedade e estando sempre aberto a escutá-la, com acompanhamento individualizado. Ofereça ou indique psicoterapeutas que podem ajudar a reparar as consequências do *bullying*.
19. Tome medidas educativas em relação ao agressor, com a clareza de que violência não é a melhor forma de combater a violência, pensando bem sobre as punições e analisando o motivo que levou o aluno a realizar uma agressão (ele também pode estar sendo vítima em casa, por exemplo).
20. Tenha em conta que não existem somente os agressores e os agredidos; existem ainda os espectadores, que também são parte do problema.

21. Mostre que a atitude do agressor não é “legal”, “cool”, ou uma característica de uma pessoa forte; pelo contrário, dissemine o conhecimento e a percepção de que comportamentos agressivos contra as vítimas são crimes ou infrações passíveis de punição, de acordo com a Lei.

22. AÇÕES CONTRA O PRECONCEITO

O preconceito é mais do que uma ideia preconcebida. O preconceito é uma atitude cultural, positiva ou negativa, dirigida a membros de um grupo ou categoria social. O preconceito combina crenças e juízos de valor com predisposições emocionais. Por exemplo, o preconceito racial que brancos dirigem a negros e outras pessoas de cor inclui crenças estereotipadas sobre diferenças raciais em áreas como inteligência, motivação, caráter moral e habilidades diversas.

A origem do preconceito está profundamente enraizada em fatores históricos, culturais e sociais. Historicamente, o preconceito pode ser rastreado até a Antiguidade, quando diferenças culturais e religiosas eram frequentemente usadas para justificar a discriminação e a subjugação de grupos considerados “inferiores” ou “bárbaros”.

O preconceito também se desenvolve por meio da socialização, começando no ambiente familiar e escolar, onde crianças aprendem e imitam comportamentos preconceituosos observados nos adultos e na sociedade ao seu redor. Além disso, estereótipos e generalizações simplistas sobre grupos sociais são perpetuados por meios de comunicação e normas culturais, criando imagens distorcidas que alimentam atitudes preconceituosas. Esses fatores, combinados, formam um ciclo que perpetua o preconceito, tornando-o um desafio contínuo para a sociedade moderna.

Entre as causas do preconceito, está o fato de que ele é frequentemente transmitido de geração a geração por meio de normas culturais e sociais. Valores, crenças e estereótipos são ensinados e reforçados no ambiente familiar, escolar e comunitário, perpetuando atitudes preconceituosas sem questionamento crítico.

Além de ser ensinado às crianças, o preconceito é causado pelo medo do desconhecido ou do que é diferente. Quando as pessoas não têm informações suficientes sobre outras culturas, etnias ou estilos de vida, elas podem se sentir ameaçadas e desenvolver atitudes preconceituosas como mecanismo de defesa.

O preconceito pode ser causado por mecanismos de defesa psicológica. O sistema de representações de um sujeito preconceituoso defende-se de conflitos internos. Quando uma informação contraditória se choca com o preconceito, ao invés de mudar o sistema de crenças, o sujeito reinterpreta a informação contraditória, de modo a reforçar ideias preconcebidas e não as modificar.

Desse modo, pessoas com inseguranças e medos podem projetar essas emoções em grupos externos, utilizando o preconceito como uma forma de lidar com suas próprias ansiedades.

Outra causa do preconceito é a desigualdade social e econômica, que pode fomentá-lo com grupos dominantes usando estereótipos para justificar a manutenção de privilégios e a exclusão de grupos marginalizados. A luta por recursos limitados também pode intensificar atitudes preconceituosas.

Nesse caso, os meios de comunicação desempenham um papel significativo na formação de atitudes preconceituosas, defendendo os interesses dos grupos dominantes e, muitas vezes, reforçando estereótipos e perpetuando imagens negativas de grupos sociais oprimidos. Isso pode moldar percepções públicas e influenciar comportamentos.

Por fim, a ausência de educação crítica e reflexiva pode contribuir para o preconceito, pois impede que os indivíduos questionem e desafiem suas próprias crenças e as normas sociais predominantes. A educação pode ser uma ferramenta poderosa para desconstruir preconceitos e promover a tolerância.

Combater o preconceito requer uma abordagem multifacetada que envolve educação, conscientização e políticas públicas. A educação desempenha um papel crucial na desconstrução de estereótipos e na promoção da empatia. Instituições educacionais podem implementar currículos que incluam a história e a cultura de diversos grupos, promovendo a compreensão e o respeito pelas diferenças. Além disso, programas de treinamento em diversidade para professores e alunos podem ajudar a criar ambientes escolares inclusivos.

Fora das escolas, campanhas de conscientização pública podem desafiar normas culturais prejudiciais e incentivar o diálogo aberto sobre preconceito e discriminação. Essas campanhas podem ser amplificadas por meio de parcerias com meios de comunicação, que têm o poder de moldar percepções e atitudes sociais.

Além da educação e conscientização, é fundamental implementar e reforçar políticas públicas que promovam a igualdade e a inclusão.

Os governos e organizações devem adotar medidas que garantam a igualdade de oportunidades em áreas como emprego, educação e saúde, combatendo a discriminação institucional. A aplicação rigorosa de leis antidiscriminatórias é essencial para proteger os direitos dos grupos marginalizados.

Para isso, a Lei 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito racial, foi criada no Brasil. A legislação determina a pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Além disso, a promoção de espaços de diálogo e da participação comunitária pode empoderar indivíduos a desafiar o preconceito em suas comunidades. A combinação dessas estratégias pode criar uma sociedade mais justa e equitativa, em que a diversidade é valorizada e o preconceito é ativamente combatido.

No entanto, a erradicação do preconceito requer esforços contínuos e coordenados, tanto em nível local quanto global, para promover uma cultura de respeito e inclusão.

Estas expressões, nutrem historicamente tão bem o imaginário social, que “naturalizam” o preconceito racial, reforçando os privilégios da branquitude e colocando as demais etnias em espaço de exclusão e de inferiorização social, promovendo o atraso de uma sociedade que é formada por maioria de população negra e indígena. Então, estamos desvalorizando o outro e a beleza da diversidade? Ou a nós mesmos? De quem é esta causa? Com certeza, esta causa é nossa! Esta injustiça, só será sanada, quando houver busca de informações históricas reais e o apoio às políticas educacionais afirmativas forem realidade, quando as manifestações culturais e religiosas dos povos outrora escravizados, forem respeitadas e valorizadas, quando as dores alheias não forem desmerecidas, quando o acesso à educação e saúde forem igualitários, quando houver indignação e ação, inclusive legal, diante de uma atitude racista, e, principalmente quando a luta antirracista seja vista como um dever de todos. O preconceito explicitado nas expressões é uma marca, uma mácula. Queremos mudar nosso olhar e atitudes, nos expressando na perspectiva do respeito e da valorização das culturas africanas e indígenas, potencializando-as em nossa identidade de povo brasileiro.

Não bastam só leis e campanhas educacionais. Combater o preconceito e a discriminação demanda, antes de tudo, uma admissão interior de cada um de nós: a de que todos nascemos com a capacidade de classificar, por isso, de criar estereótipos. Mas estereotipar é só isso, classificar por semelhanças. O preconceito se refere aos juízos de valor que colocamos nestes estereótipos. Tomar consciência disso nos permite escolher se agimos ou não seguindo os nossos juízos de valor, e ainda nos faz entender o mecanismo por trás do preconceito do outro. Isso faz toda a diferença em nosso posicionamento individual e também na elaboração de políticas públicas de estímulo à inclusão e à diversidade.

23. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas comuns de ensino regular ampara-se na Constituição Federal/88 que define em seu artigo 205 “a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, garantindo, no art. 208, o direito ao “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”. Ainda em seu artigo 209, a Constituição Federal estabelece que: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”.

O Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira, tem como proposta ser uma escola inclusiva. Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, busca-se reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e a garantia do acesso e permanência do aluno na escola. Acredita-se, para tanto, que os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade. Conforme CARVALHO (2000, p. 17):

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve

assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Como esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado.

Tal conceito nos remete a mudanças significativas no contexto escolar no que se refere às questões pedagógicas, relacionais, administrativas e institucionais, garantindo a aprendizagem de todos os alunos, tendo em vista o respeito pela diferença. Nessa assertiva, CARVALHO (2000, p. 17) “[...] a diferença não é uma peculiaridade das pessoas com deficiências ou das superdotadas. Todos somos absolutamente diferentes uns dos outros e de nós mesmos, à medida que crescemos e nós desenvolvemos. Somos todos especiais.”

A inclusão de alunos/as com necessidades educacionais especiais implica redimensionamento curricular dos processos de ensino-aprendizagem, bem como do acesso aos diferentes espaços físicos da Instituição. Segundo Werneck (1999, p. 12-13),

Partindo da premissa de que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mais ela adquire o genuíno conhecimento, fica fácil entender porque a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência. A segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios. Sem bons desafios, como evoluir.

Dessa forma, a Escola busca organizar a prática pedagógica, possibilitando a personalização do ensino de acordo com as particularidades de todos os alunos. Pressupõe, sobretudo um trabalho de planejamento centrando-se no contexto do grupo, atendendo não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas também as eventuais especificidades dos demais alunos, contribuindo, dessa forma, com o processo de inclusão escolar. As adaptações curriculares, tanto no que se refere às adaptações dos objetivos, dos métodos, como também da avaliação, ocorrem como uma das formas mais específicas de contemplar as necessidades individuais do aluno.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula. Este atendimento é realizado no turno inverso ao da classe comum no Núcleo de Psicologia Integrada – (NUPI), com sala de Recursos Multifuncional, SRM. Conforme o documento “Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, PNEE-EI, do MEC (BRASIL, 2007 p.10) define a função do AEE como “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos com NEE, considerando suas necessidades específicas.”

24. A POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

24.1. Concepção da inovação tecnológica

De acordo com André M. Coelho inovações tecnológicas são recursos que facilita a vida das pessoas, tendo uma demanda clara do mercado, ou o aprimoramento ou automatização de processos já existentes. São as melhorias que temos no cotidiano para produtos e procedimentos. Podemos verificar essas inovações como no Uber que inovou a forma como vemos o transporte público; O Airbnb inovou na forma e nos custos para obter estadia em diversos lugares ao redor do globo; Os smartphones revolucionaram a forma como nos comunicamos; O computador possibilitou a melhoria exponencial da produtividade nos ambientes empresariais, entre outros.

Diante disso faz necessário que os educadores apropriem dos recursos tecnológicos para enriquecer suas aulas e enriqueçam o currículo. São muitas plataformas podemos citar o Google e das diversas metodologia com as metodologias ativas. Focar uma curadoria de ferramentas digitais que permitam aos professores desenvolver atividades, como trilhas, formulários gamificados e outras propostas online e offline.

Os processos de ensino e aprendizagem tradicionais não respondem mais às demandas do mundo contemporâneo, muito menos ao perfil do aluno do século XXI. O modelo atual de escola foi desenvolvido para atender às necessidades de uma sociedade que se industrializava e precisava treinar os trabalhadores para realizar tarefas menos artesanais em ambientes mais complexos. Salas de aula com muitos alunos, carteiras enfileiradas, foco em conteúdo, ensino massificado.

Em meio aos avanços tecnológicos veio a internet e as mídias sociais digitais ampliam as possibilidades de participação direta das pessoas nas decisões que afetam sua vida cotidiana e seu entorno. Apesar de toda essa transformação, a escola pouco mudou. A lousa digital toma o lugar da lousa tradicional, o livro em papel vira

livro digital, os buscadores na internet substituem as enciclopédias, mas a dinâmica da sala de aula permanece a mesma. Há ainda um descolamento entre a realidade vivida pelo aluno, pois já nascem imersos na realidade digital e virtual, intensamente mediada pelas tecnologias o que altera as formas de aprender, bem como, de se relacionar com o mundo com aquela que ele encontra na escola, o que gera desinteresse, desmotivação e, conseqüentemente, altos índices de evasão.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs), por exemplo, permitiram mudanças sociais profundas e influenciaram a configuração das chamadas “sociedades do conhecimento” e “economias baseadas no conhecimento”, facilitando a comunicação, o compartilhamento de dados e o surgimento das redes virtuais. Porém, essas tecnologias não são neutras.

Precisamos ressignificar a proposta educacional em meio ao uso dos recursos tecnológicos em sala de aula e intensificar o debate sobre as potencialidades das TIC em meios educacionais e formativos.

24.2. Princípios orientadores da inovação tecnológica

É necessário que a escola planeje o uso de inovações tecnológicas para promover a qualidade e equidade dos seus processos de ensino e aprendizagem, formulando propostas claras e factíveis, que definam os objetivos. O primeiro passo desse planejamento é a realização de um diagnóstico capaz de identificar:

- (1) como as tecnologias educacionais já vem sendo utilizadas pela escola e com que resultados;
- (2) quais as limitações e possíveis soluções em termos de infraestrutura e manutenção;
- (3) quais as principais dificuldades enfrentadas pelos professores em relação ao uso de tecnologias;
- (4) qual a percepção de todos os envolvidos (alunos, professores, gestores e famílias) quanto ao uso desses recursos;

Confira abaixo sugestões de alguns modelos de gestão do ensino com o uso de tecnologias:

A) Rotação: Alguns grupos de alunos usam dispositivos eletrônicos, enquanto outros fazem atividades sem essas ferramentas, em sistema de rodízio. Além de otimizar o uso dos recursos tecnológicos, esse arranjo permite que o professor trabalhe atividades analógicas com grupos menores de alunos, podendo dar mais atenção a eles, enquanto outros estudam de forma individual ou em grupos, com apoio dos dispositivos eletrônicos. É possível dividir as turmas por interesse ou habilidade, deixar os alunos mais avançados trabalharem de forma independente ou formar grupos heterogêneos, em que os próprios alunos se ajudam e avançam juntos. Com a maioria dos alunos trabalhando de forma autônoma, o professor pode focar em ajudar aqueles que precisam de mais atenção e em pesquisar e criar inovações em suas práticas.

B) Ensino Invertido: Se os alunos tiverem a possibilidade de usar dispositivos eletrônicos fora do horário de aula, na própria escola, em lanhouses ou em suas casas, os professores também podem sugerir que parte do trabalho on-line seja feito nesses outros ambientes. Nesse modelo, o interessante é que os alunos assistam às aulas expositivas por meio de vídeos ou utilizem outros objetos digitais de aprendizagem e que o tempo em sala possa ser mais usado para discussões e trabalhos em grupo, desenvolvendo projetos com foco na resolução significativa de problemas. Com isso, busca-se valorizar e potencializar os momentos de interação presencial entre os alunos e destes com o professor.

C) Modelo Flex: Boa parte do aprendizado regular se dá por meio de plataformas on-line. Os alunos aprendem de forma mais autônoma, pelo computador, com a supervisão de professores, que oferecem apoio individualizado, realizam atividades em pequenos grupos ou oferecem aulas expositivas sempre que necessário.

D) Comunidades de Aprendizagem: Comunidades virtuais podem ser usadas para que ideias de alunos e professores se tornem visíveis, sejam compartilhadas e gerem novas propostas, ainda mais sólidas e complexas. Também permitem a construção de conhecimentos coletivos, em que o resultado se torna maior que a soma das partes. *Os ambientes virtuais de aprendizagem podem ser utilizados para apoiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e de trabalhos em equipe, entre muitas outras possibilidades.*

E) Plataformas de Gestão da Aprendizagem: Essas tecnologias permitem uma coleta diversificada de informações a respeito do desempenho dos alunos e uma sistematização mais eficiente desses como promover o uso na escola.

A adoção de tecnologias na educação funciona melhor quando profissionais da área tecnológica se envolvem no planejamento pedagógico, em parceria com o corpo docente e a coordenação pedagógica. Esse colaborador pode ser um técnico de informática da escola, um aluno monitor ou o representante de um núcleo de apoio regional, por exemplo. Quanto mais o planejamento técnico estiver integrado ao pedagógico, mais fácil será conjugar as possibilidades de infraestrutura com as práticas educativas e maior será o potencial de contribuição para a aprendizagem dos alunos.

24.3. Diretrizes da inovação tecnológica

As inovações podem se dar de forma incremental, agregando melhorias a processos ou produtos já existentes, ou de maneira disruptiva, rompendo com o que existe e propondo novos paradigmas. Assim também acontece no mundo da educação, em que muitas das tendências apontam para inovações baseadas no uso de tecnologias que, inicialmente, propõem melhorias incrementais, as quais, gradualmente, vão provocando rupturas mais profundas. Muito além de possíveis modismos, torna-se cada vez mais claro o impacto que essas inovações podem ter na promoção da qualidade e equidade na educação brasileira, ainda profundamente marcada pela desigualdade e pelo baixo nível de desempenho dos alunos, evidenciado pelos resultados das avaliações oficiais. Destacam-se abaixo alguns dos avanços educacionais que o uso consequente das tecnologias pode gerar. As inovações tecnológicas promovem a QUALIDADE da educação, quando:

- Expandem o acesso à informação, permitindo que professores e alunos acionem diferentes fontes e aprofundem sua pesquisa e seu repertório. *Ex: Os buscadores, as redes sociais digitais e as comunidades de aprendizagem são recursos que podem ser amplamente utilizados na preparação de aulas e em pesquisas para projetos escolares ou lições de casa;*

- Aproximam a experiência escolar da linguagem (cultura digital) do aluno. *ex: o uso de simuladores, realidade aumentada e laboratórios virtuais, entre outros recursos, facilitam o entendimento de conteúdo do currículo;*
- Despertam o interesse do aluno, que redescobre o prazer de aprender ao lidar com novas ferramentas de aprendizagem, mais dinâmicas e interativas aos processos educativos que ocorrem dentro e fora da sala de aula. *Ex: Os objetos digitais de aprendizagem, incluindo os games, têm oferecido novas maneiras de professores e alunos abordarem os temas tratados em sala de aula;*
- ampliam as possibilidades de expressão, experimentação e autoria do aluno, *Ex: O protagonismo dos estudantes em processos de educomunicação, em que utilizam as tecnologias para produzir jornais, sites, blogs, vídeos e programas de rádio, entre outros, fortalece o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais;*
- facilitam o relacionamento e a troca de informações e conhecimentos entre alunos, professores e outros agentes educacionais, viabilizando a criação de amplas comunidades de aprendizagem. *Ex: Os ambientes virtuais de aprendizagem, muitos dos quais incorporam mecanismos de redes sociais, permitem o aprendizado colaborativo entre professores, alunos e outros agentes educacionais;*
- promovem a personalização do aprendizado, permitindo que cada aluno aprenda no seu ritmo e do seu jeito. *Ex: As plataformas adaptativas têm oferecido ambientes virtuais de aprendizagem que consideram as características individuais de cada aluno e promovem trabalhos diferenciados em grupos.*

24.4. O uso das inovações tecnológicas na educação:

- facilitam e incrementam o acompanhamento do processo e dos resultados de aprendizagem dos estudantes, assim como o monitoramento das interações e colaborações entre alunos e educadores. *Ex: Sistemas de gestão da aprendizagem coletam, organizam e disseminam informações sobre como cada aluno aprende, interage e colabora, funcionando como uma espécie de mapa e indicando quando algo não está funcionando;*

- permitem que gestores e professores tenham mais tempo para se dedicar ao planejamento de projetos e práticas pedagógicas. *Ex: Ferramentas como simulados online e corretores automáticos de prova automatizam procedimentos;*
- permitem que o professor rearranje seu tempo em sala de aula para atuar de forma mais intensa como orientador do percurso formativo dos alunos e mediador do seu processo de aprendizagem. *Ex: Ambientes e objetos digitais de aprendizagem cumprem parte da função de expor os conteúdos das aulas, oferecendo mais tempo para o professor conduzir processos de ensino e aprendizagem mais interativos.*

24.5. Inovação Tecnológica e o Princípio de Equidade na Educação

As inovações tecnológicas promovem a equidade na educação, quando:

- Democratizam o acesso à informação, viabilizando o uso gratuito de fontes de dados e oportunidades educacionais antes só acessíveis a quem podia pagar. *Ex: Recursos educacionais abertos (que podem ser usados de forma gratuita, modificados ou adaptados), cursos on-lin, livros e museus digitais, entre outros, têm propiciado o acesso em massa ao conhecimento produzido pela humanidade;*
- Possibilitam ampliação de redes e capital social. *Ex: Comentários e posts em blogs, páginas pessoais, e-mails e outros ampliam o acesso de professores e alunos a pesquisadores, gestores e pares;*
- Ampliam o acesso a materiais pedagógicos de qualidade para escolas com menos recursos. *Ex: Diversos objetos digitais de aprendizagem têm sido oferecidos de forma gratuita e aberta, inclusive para que professores e alunos possam remixá-los e adaptá-los ao seu contexto e a suas necessidades;*
- Apoiam professores, tanto na sua formação, quanto na preparação de suas aulas, oferecendo informações adicionais sobre conteúdos e práticas pedagógicas. *Ex: Videoaulas, aulas digitais e aulas a distância podem complementar a aula dos professores e ajudar a preencher lacunas;*

- Permitem que alunos com mais dificuldade possam aprender em seu ritmo, revisitando assuntos de diferentes maneiras até que tenham sido compreendidos. *Ex: Plataformas adaptativas oferecem alternativas mais envolventes e eficientes para os alunos que precisam de reforço escolar;*
- Viabilizam que cada aluno seja acompanhado individualmente, de forma que ninguém seja deixado para trás. *Ex: Sistemas de gestão da aprendizagem permitem o acompanhamento de cada aluno e facilitam o planejamento do professor, para que as necessidades dos alunos sejam contempladas e devidamente atendidas.*
- “Reescrevem” os papéis dos agentes educacionais ao colocar alunos e professores como parceiros nas construções das aulas. *Ex: Alunos auxiliam no uso da tecnologia e professores redimensionam suas metodologias para uma didática ampla no sentido da cooperação.*
- Abrem espaço para a inclusão de alunos deficientes, promovendo o ensino para todos. *Ex: Alunos cegos que utilizam softwares para a escrita em braille e alunos surdos que têm a possibilidade de estudar através dos softwares que utilizam avatares para a linguagem de sinais.*

São muitas as possibilidades que as tecnologias digitais trazem para a educação. Entretanto, para que sejam efetivas, é preciso planejar o seu uso com foco na aprendizagem dos alunos. O uso inovador das tecnologias precisa estar integrado a metodologias de ensino eficazes, que tenham o aluno como o centro do processo de ensino e aprendizagem, desenvolvam competências importantes para o século XXI e provoquem reflexões sobre o papel do professor, dos estudantes, das avaliações e da própria escola.

25. MARCO OPERACIONAL

25.1. Plano de Suporte Estratégico

Com a avaliação diagnóstica da realidade escolar e considerando os desejos manifestados pela comunidade escolar, traçamos agora o plano que dará sustentação às transformações da visão estratégica do Centro Educacional Jerosmiro dos Santos

Pereira e suas ações práticas. Esse Plano Estratégico será composto de Objetivos Estratégicos, Estratégias e Metas, sendo que cada meta gerará um Plano de Ação.



CEJSP – Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira
Povoado de Placa – s/n Zona Rural - CEP - 46650-000 Barra da Estiva - Bahia.
INEP - 29374057
“Onde a Educação brilha com intensidade”

PLANO DE AÇÃO 2024

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Instituição: Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira.
- 1.2 Autoria: Direção, Coordenação, Professores e Funcionários da Instituição.

2. DIAGNÓSTICO

A comunidade escolar constituída da Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira atende cerca de 242 alunos aproximadamente do infantil ao 9º ano, onde nota-se por parte da comunidade a valorização do trabalho, para sobrevivência do que para formação acadêmica, o que então destacamos a falta de participação nos processos transformadores da escola, nesta interação escola família. Para Paulo Freire (2000) o processo ensino aprendizagem inicia-se quando o educador está vivendo na comunidade dos educandos, observando suas vidas e pesquisando sobre a comunidade, deixando de ser educador para ser educador-educado. Partindo desta reflexão consideramos que a aprendizagem é uma somatória entre a realidade social, e o aprendizado, é a leitura crítica da realidade para nela atuar e transformá-la. A escola nos dias de hoje, tem sido palco da confirmação da desigualdade, pelos diversos instrumentos contidos no seu interior, como o acompanhamento familiar precário, a falta de interesse pelos assuntos escolares, a necessidade da sobrevivência, a destituição da família, a violência entre outros fazendo com que a mesma muitas vezes se sinta sozinha e com a responsabilidade sobre seus alunos não garantindo efetivamente sua conclusão precisa nos estudos. Partindo desta problemática apresentamos nosso direcionamento para o plano de ação descrito abaixo, a catência da comunidade escolar no cuidado e acompanhamento do aprendizado de seus filhos, a falta de envolvimento familiar nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento escolar.

3. JUSTIFICATIVA

A parceria Família e Escola sempre foi um elo importantíssimo no desenvolvimento da aprendizagem de qualquer criança ou jovem adolescente. É preciso, portanto, que a família, seja ela que composição tiver, cumpra os seus deveres e que a Escola faça valer sua proposta pedagógica como meta, para que ambos possam atingir seus objetivos na formação das crianças. O primeiro passo para que isso aconteça é estabelecer regras que fortalecerão essa parceria permitindo que a aprendizagem dos filhos e alunos, tanto no lar quanto na escola. Muitos especialistas são taxativos quando dizem ser a família a base de toda educação e formação, mesmo estando ela enfrentando mudanças em seu contexto social, econômico e de composição. A família de hoje não é mais considerada a célula mater da sociedade, pois ela sofreu as transformações da sociedade moderna, mas, não deve ser retirada dela sua responsabilidade no ato de educar. "A mim me dá pena e preocupação quando convivo com famílias que experimentam a "tirania da liberdade" em que as crianças podem tudo: gritam, riscam as paredes, ameaçam as visitas em face da autoridade complacente dos pais que se pensam ainda campeões da liberdade. (PAULO FREIRE, 2000: 29)". A verdade é que a Escola sozinha não conseguirá levar a diante a responsabilidade de educar e ensinar, já que a responsabilidade maior da escola está em ensinar e a da família está em educar. A especificidade da Escola não pode ser desviada para funções que não é sua e o ensino deve ser aplicado

para o crescimento intelectual, social e econômico de cada aluno, individualmente. Aos pais cabe todo o empenho de acompanhar a formação de seu filho desde o nascimento até a maioridade para que sua educação moral, de caráter e escolar sejam positivas, pois, a família é o fator que mais tem influência na educação. É de suma importância o comparecimento dos pais frequentemente na escola, para saber como o(s) filho(s) estão indo nos estudos, conversando com os professores e verificando a interação dos filhos com os colegas. Não basta apenas olhar cadernos e perguntar como estão, é preciso participar, se fazer presente neste acompanhamento. Através dessas ações se efetiva a parceria que a escola precisa para ensinar com qualidade. De acordo com Içami Tiba, a educação é um projeto, é algo que tem um caminho, que não pode ser simplesmente de qualquer forma. “Deve ser muito elaborada, pois é o futuro do filho e da família que estão em jogo...” Por isso, a ação de educar e ensinar devem ser compartilhados entre as duas instituições: família e escola. Ambas devem preparar nossos jovens para o exercício pleno da cidadania com dignidade e respeito, para serem pessoas que alcancem a felicidade e autonomia, de forma competente. Nesta máxima salientamos que: “toda aprendizagem é boa à medida que supera o desenvolvimento atual”. De acordo com a teoria dialética do conhecimento, considera-se que o aluno aprende, se apropria dos conteúdos históricos, e que por meio deste se integra da perspectiva histórica, transformando seu ensino em ato emancipatório, reconhecendo-se como sujeito de sua própria história. Por isso então a insistência para que os saberes nas escolas sejam significativos, porque são imprescindíveis para viver. Expõe-se a necessidade para a experiência e o conhecimento existente fora do contexto escolar(...) quando fazem sentidos, os conhecimentos parecem que nasceram com a gente. Então partindo da problemática da inserção mais efetiva da família na escola trabalhe-se para que tudo seja direcionado para a construção de resultados mais positivos, por meio da ação educativa em conjunto e que busque viabilizar melhores resultados, através de uma reflexão que envolva todo o coletivo dos profissionais e família no processo educacional.

4. DIMENSÃO INFRAESTRUTURA

Objetivo Estratégico: 1. Melhorar as estruturas das dependências internas e externas da escola.

Estratégia: 1.2. Solicitar melhorias estruturais junto aos órgãos competentes, assim como o uso de recursos financeiros da escola.

Meta: 1.3. Proporcionar aos estudantes um ambiente físico mais seguro, climatizado e agradável.

Gerente do Plano de Ação:

Nº	Ações	Período de Realização		Responsáveis	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Construir ou adaptar dois banheiros para os funcionários e alunos com necessidades especiais na escola.	Março de 2024	Indeterminado	DIREÇÃO	Banheiros construídos e adaptados.
02	Instalar chuveiro quente nos banheiros dos estudantes.	Março de 2024	Indeterminado	Direção	Chuveiros instalados.
03	Colocar areia no parque infantil da escola	Março de 2024	Dezembro de 2024	Direção	Areia colocada
04	Trocar o telhado de amianto da escola por telha de cerâmica.	Março de 2024	Indeterminado	Direção	Telhado trocado com sucesso
05	Fazer uma cobertura de uma área já estabelecida para colocar as motos.	Março de 2024	Indeterminado	Todos os profissionais	Área construída

4.1 DIMENSÃO GESTÃO PEDAGÓGICA

Objetivo Estratégico: 3.1. Ampliar o nível acadêmico dos alunos.

Estratégia: 3.2 Realizar o Plantão para Pais.

Meta: 3.3 Intensificar o acompanhamento pedagógico para os alunos com baixo rendimento escolar.

Gerente do Plano de Ação: INDEFINIDO

Nº	Ações	Período de Realização		Responsáveis	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Identificar os alunos com dificuldades na aprendizagem e elaborar relatórios e estratégias de aprendizagem mais eficazes.	Março	Maio	Professores do ano (série) ou da disciplina	Relatórios elaborados e melhoria nas aprendizagens.
02	Marcar reunião com pais da criança com baixo rendimento para um conhecimento mais profundo sobre a vida da mesma.	Março	Dezembro	Coordenador Pedagógico, professores e Diretor.	Reuniões marcadas.
03	Traçar estratégias com os pais para serem desenvolvidas com as crianças na escola e em casa.	Março	Dezembro	Coordenador Pedagógico, Diretor e Professores.	Estratégias traçadas.
04	Avaliar os resultados das avaliações diagnósticas e externas no final de cada trimestre.	Março	Dezembro	Coordenador Pedagógico, Diretor e professores	Resultados avaliados.

05	Organizar projeto de monitoria pelos próprios alunos ou grupo de estudos pelo WhatsApp.	Março	Dezembro	Professor do ano (série) ou da disciplina.	Grupo de monitoria formado
06	Formações pedagógicas sobre avaliações, práticas socioemocionais, líder em mim e outras a depender das necessidades apresentadas.	Maio	Dezembro	SEMEC e Coordenação Pedagógica	Profissionais mais preparados profissionalmente/emocionalmente, e assim contribuir melhor para consolidação das aprendizagens intelectual e emocional dos alunos.
07	Realizar Reunião estratégicas com a equipe pedagógica no início de cada mês (primeiro AC do mês) para organização dos projetos pedagógicos por segmento e avaliação desse plano de ação.	Março	Dezembro	Coordenador Pedagógico, Diretor e professores	Melhor organização no processo de ensino.

4.2 DIMENSÃO DE GESTÃO PARTICIPATIVA

Objetivo Estratégico: 4.1 Proporcionar a comunidade escolar conhecimentos essenciais para uma vida saudável, econômica e sustentável.

Estratégia: 4.2 Buscar parcerias junto aos órgãos públicos e patrocínios da iniciativa privada.

Meta: 4.3 Capacitar a comunidade escolar com novos conhecimentos e tornar a gestão mais participativa.

Gerente do Plano de Ação: INDEFINIDO

Nº	Ações	Período de Realização		Responsáveis	Resultado Esperado
		Início	Término		

01	Aplicar o programa "EDUCAÇÃO E FAMÍLIA" como forma de aproximar as famílias da escola, inovar a agricultura familiar e conhecer novas formas de empreendimento.	Março de 2024	Dezembro	Direção e coordenação.	Fortalecer os laços entre família e escola e encontrar novas formas de subsistência.
02	Organizar palestras em parceria com a Secretaria de Saúde sobre saúde física e mental da comunidade escolar.	Março de 2024	Dezembro.	Direção e coordenação.	Consolidar a relação de forma construtiva.
03	Realizar formações para os integrantes do grêmio estudantil com intuito de incentivar a participação mais ativa dos estudantes no ambiente escolar.	Março de 2024	Agosto	Direção, Coordenação, professores e SEMEC.	Grêmio atuante
04	Firmar parceria com a SEMEC para treinamento de primeiros socorros com toda equipe escolar.	Março de 2024	Dezembro	Direção SEMEC	Profissionais preparados para eventuais urgências.

4.3 DIMENSÃO DE GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA

Objetivo Estratégico: 5.1 Escolher de forma democrática líderes para colaborar com a gestão de pessoas na escola.

Estratégia: 5.2 Escolher os líderes para fortalecer a gestão democrática na escola.

Meta: 5.3 Dividir as funções de lideranças.

Gerente do Plano de Ação: INDEFINIDO

Nº	Ações	Período de Realização		Responsáveis	Resultado Esperado
		Início	Término		

01	Escolher professores representantes das turmas para acompanhá-las nas disciplinas, grupos de estudo e avanços.	Março de 2024	Dezembro de 2024	Coordenadora.	Professores escolhidos.
02	Eleger estudantes como líder e vice-líder das turmas para representá-las.	Março de 2024	Dezembro de 2024	Professor.	Líderes escolhidos.
03	Eleger um líder (pais ou responsáveis) de cada comunidade atendida pela escola para representá-las.	Março de 2024	Dezembro de 2024	Direção.	Líderes escolhidos.

4.6 DIMENSÃO GESTÃO DE PESSOAS

Objetivo Estratégico: 8.1 Melhorar as relações interpessoais entre os funcionários da escola

Estratégia: 8.2 Criar momento de interação que amplie as relações interpessoais.

Meta: 8.3 Proporcionar momentos de confraternização, visando à integração e melhorias na afetividade do grupo

Gerente do Plano de Ação: INDEFINIDO

Nº	Ações	Período de Realização		Responsáveis	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Realizar passeios e encontros para socialização.	Junho de todos os anos	Dezembro de todos os anos	Direção, professores e funcionários.	Encontros realizados.

	<p>Criar o um mural cujo nome será "EU CUIDO DE VOCÊ, VOCÊ CUIDA DE MIM", para todos os funcionários da escola, como forma de fortalecer os laços de amizade e ajudar na parte socioemocional de cada um.</p>	Abril	Dezembro	Direção, professores e funcionários.	Fortalecer o vínculo profissional, emocional e afetivo da equipe.
02					

26. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional tornou-se preocupação essencial para a melhoria dos serviços das escolas e para a conquista de maior autonomia. Mas não se pode afirmar que essa seja uma preocupação apenas recente. Ela já vem de longe. “Desde muito, educadores e administradores educacionais vem se dedicando ao debate desta questão, especialmente quando aos aspectos relacionados com a expansão do atendimento, a articulação entre a educação e o processo de desenvolvimento do país, a qualidade do ensino e mais recentemente, os impactos dos custos da educação sobre os orçamentos públicos” (LAPA/NEIVA, 1996: 214).

26.1. Objetivo da Avaliação Institucional

Analisar e refletir o desempenho dos profissionais da escola, alunos e seus espaços, a fim de buscar soluções ou melhorias.

26.2. Abrangência da Avaliação Institucional

➤ DIMENSÃO INTERNA E EXTERNA

Foram avaliadas as seguintes dimensões:

Dimensão 1: prática educativa

Dimensão 2: formação e condição de trabalho dos profissionais da escola

Dimensão 3: gestão escolar democrática

Dimensão 4: condições físicas e materiais

Dimensão 5: acompanhamento do desenvolvimento da escola.

Dimensão 6: ambiente educativo

Dimensão 7: avaliação

Abrangência:

- Processo ensino aprendizagem
- Professores
- Alunos
- Gestores
- Estrutura administrativa e pedagógica

- Impactos sociais

Periodicidade:

A avaliação institucional é realizada bianualmente na escola.

27. Ações de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores (Gestores, Professores, Funcionários)

O processo de formação continuada, trata-se efetivamente de um processo contínuo que toma como partida o saber experiencial dos profissionais da educação, os problemas e desafios da prática escolar. A escola representa um lugar em constante movimentação e transformação, em que os atores sociais envolvidos no processo educativo são agentes da dinâmica social que ocorre no interior do espaço escolar, em um processo de saberes. Dessa forma, faz-se necessário que os profissionais envolvidos estejam atualizados através de um processo de formação continuada para que possam acompanhar o processo de evolução educacional. Ainda assim, o profissional da educação precisa praticar a autoformação, procurando melhorar sua prática.

O gestor, coordenador pedagógico e secretário escolar, assim precisam estar atualizados, pois a formação continuada não só dará condições para a realização de um trabalho de qualidade como também contribuirá para um ambiente escolar cada vez mais democrático e mais dinâmico, onde cada um fará o seu papel de forma natural, se sentindo parte do processo.

No contexto da prática pedagógica estará sempre nesse processo contínuo em busca da construção do saber, o que significa a constituição de uma conduta de vida profissional. Tal conduta era conduzir o processo educativo dos níveis da prática reflexiva e significativa. A importância dessa mudança implica a releitura da função do professor como profissional reflexivo e da escola como organização promotora do desenvolvimento do processo educativo.

Os demais profissionais da educação responsáveis pela portaria, higienização do ambiente e do setor de alimentação devem se enquadrar no mesmo processo, pois a excelência do trabalho só será possível através do conhecimento e aperfeiçoamento do ofício, uma vez que todos os profissionais necessitam estar acompanhando as mudanças do mundo, o que não é diferente no ambiente escolar.

Não podemos esquecer que todo profissional deseja ser valorizado no que se refere a uma melhor condição de trabalho, segurança, remuneração adequada, respeito e progressão na sua carreira. Munido desses elementos, o ambiente dentro e fora da escola dará bons frutos. Essa caminhada em busca de renovação de conhecimento o implica e se processa durante toda a vida profissional. Esse processo partiu de pressupostos de que o ensino de um nível estreita correlação com outros níveis que complete o outro.

Portanto, com a aquisição desses saberes elementares, os frutos serão colhidos tanto por parte do a escola, do corpo docente que estará alcançando seus objetivos quanto pelo discente, construindo juntos um fazer educativo com responsabilidade, qualidade, significância e democracia.

27.1. Princípios Orientadores da Formação Continuada

Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

27.2. Aspectos importantes na formação do professor:

Processo de aprendizagem: processo em que as competências, habilidades, valores e conhecimentos são adquiridos ou modificados.

Avaliação da aprendizagem: tarefa didática atribuída ao professor usada para acompanhar os resultados do aluno.

27.3. Diretrizes da Formação Continuada

Aspectos Legais:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96: Destaque para os arts. 61 e seguintes, que tratam formação dos profissionais da educação;

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010;

Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, com destaque para a Meta 16, Lei nº 13005/14;

Base Nacional Comum Curricular, Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017;

Lei nº 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, no que se refere à Educação Infantil, Anos iniciais e Anos finais do Ensino Fundamental;

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019;

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020;

Aspectos Epistemológicos e Pedagógicos:

A estruturação da formação continuada tem como referência os fundamentos epistemológicos e pedagógicos da Educação para o desenvolvimento humano, anunciados na BNCC, cuja observância tem pautado o desenvolvimento dos projetos em andamento na Rede SESI de Educação e possibilitará a composição de novos projetos e ações de formação a serem implementados, interna e externamente.

Diretrizes para Formação Continuada de Profissionais da Educação:

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018), as aprendizagens essenciais nela definidas devem assegurar aos estudantes o desenvolvimento das dez competências gerais, que consolidam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, no âmbito pedagógico.

O conceito de competência da BNCC significa mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver problemas e enfrentar demandas do cotidiano, previstas e imprevistas, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Trata-se de um novo conceito de currículo por competências que busca integrar os conhecimentos disciplinares, interdisciplinares, epistêmicos e procedimentais com habilidades cognitivas, metacognitivas, socioemocionais, atitudes e valores de modo entrelaçado para promover o desenvolvimento de competências para a vida. A interdisciplinaridade, a contextualização e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem devem estar no centro da ação pedagógica.

A definição das competências gerais na BNCC é a de que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), alinhando-se à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015).

28. ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

A comunicação entre a escola e as famílias constitui o ingrediente básico para o envolvimento parental na escola. Quando esta comunicação é eficaz, os pais tendem, com maior probabilidade, a confiar e a cooperar com os Professores e com a escola, a melhorar as interações com a escola, a perceber a escola e os Professores de modo mais positivo, a compreender melhor as políticas da escola e as ações dos Professores e a acompanhar melhor os progressos da criança.

São realizadas reuniões de pais no início de cada ano letivo com informes gerais e pedagógicos, além de reuniões e palestras com os pais organizadas pela direção e coordenação pedagógica com profissionais da Secretária de Educação e profissionais das áreas de psicologia, assistência social, saúde, enfatizando os temas de acordo com a demanda da escola e realidade da localidade.

A escola deve promover a comunicação com as famílias, disponibilizando **canais de comunicação diversos**, de modo a alcançar todas as famílias (ex. reuniões com encarregados de educação, telefonemas, caderneta, e-mail) e a garantir tempo de interação entre os Pais e os profissionais da escola. Deve inclusive promover o **desenvolvimento das famílias**, através de oportunidades de **formação e programas de educação parental**, que tenham em conta as necessidades particulares dos alunos e das suas famílias e a realidade sociocultural em que estão inseridas, proporcionadas por técnicos especializados, onde se incluem os **Psicólogos**.

A escola deve garantir que **as famílias compreendem os objetivos, o currículo e os objetivos sociais da escolarização**

A escola deve envolver os Pais e facilitar a sua **participação nos processos de tomada de decisão** da escola (por exemplo, assegurar a participação de representantes dos pais nas reuniões, constituir equipas de pais para transformação da escola numa **Escola Saudavelmente**).

Os pais são fundamentais na aprendizagem e no progresso académico dos seus filhos. Neste sentido, **é essencial que o professor informe os pais sobre as competências que a criança deve adquirir nos vários momentos da aprendizagem** e de como se podem envolver em ações de aprendizagem articuladas com o trabalho do Professor na sala de aula. O professor pode por exemplo, semanalmente, comunicar aos

pais os seus objetivos de aprendizagem, apoiando-os a monitorizar e a encorajar trabalhos para casa, por exemplo, de interação positiva com os pais.

Um dos pressupostos da concepção de Escola Cidadã e Popular, defendida por Paulo Freire, corresponde ao ideal de que todos aqueles e aquelas que compõem a comunidade escolar – gestores, professores, funcionários de apoio, estudantes, familiares e comunidade do entorno – participem de forma democrática dos processos de elaboração e de tomada de decisão em relação aos rumos da gestão administrativa e pedagógica da escola. Tal pressuposto é coerente com outra ideia defendida pelo educador, qual seja: a educação, embora não seja a única responsável, é fundamental na criação de condições para que as pessoas se tornem sujeitos de sua própria história.

A escola deve possuir uma gestão democrática, capaz de incentivar a participação constante dos pais no ambiente escolar. Essa relação deve ir além dos encontros para discussão de questões burocrática, como reclamações, boletins, reuniões, etc. É importante estar à disposição em horários mais acessíveis e demonstrar que a escola está aberta para o diálogo e novas sugestões.

A Relação Família e Escola surgiu da necessidade de querer conhecer a realidade da participação da família dentro da escola e como se desenvolve, haja vista que ambas as instituições são muito importantes na vida da criança, pois é nela o motivo maior de sustentação da personalidade da criança, propondo algo que estimula o seu crescimento físico e psíquico.

Para isso, a escola precisa incentivar a comunicação constante com os familiares.

Para incentivar a participação da família na escola, uma dica é mostrar o quão importante é essa presença deles na vida escolar dos filhos. Além disso, mantenha-os informados sobre os acontecimentos da escola e dos estudantes.

Assim, mais uma vez, Barra da Estiva constrói um currículo que valoriza, em diálogo com a comunidade educativa e com a sociedade, a identidade social, cultural, política e econômica de seu povo, como também os princípios éticos e humanos, contribuindo, dessa maneira, para a formação de sujeitos autônomos, criativos e críticos que exerçam plenamente sua cidadania ativa.

29. AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A avaliação tem a finalidade de acompanhar o desempenho dos estudantes e subsidiar as defasagens de aprendizagem, a partir dos dados da aprendizagem apresentados pelos estudantes, bem como do trabalho pedagógico que realiza em sala. Para tanto, a avaliação deverá utilizar diversas técnicas e instrumentos avaliativos (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outros).

A avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade. Devem ser considerados os resultados ao longo de cada período avaliativo, expressando o desenvolvimento escolar do estudante, seus avanços bem como as necessidades identificadas, para que se constituíam num novo ponto de partida.

A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem pelo qual o professor pode refletir sobre sua metodologia e reorganizá-la em função dos resultados de aprendizagem apresentados. A mesma deve acontecer de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, assegurando aos estudantes novas oportunidades de aprendizagem.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e tem como objetivos a efetivação da apropriação dos conteúdos básicos, devendo ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independentemente de seu rendimento.

A recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, a ser realizada no final do último trimestre.

Se no processo de recuperação, o educando obter um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa seu melhor momento em relação à aprendizagem dos conteúdos e devem ser registrados no Livro Registro de Classe.

O processo de avaliação e as estratégias de recuperação de estudos devem estar explícitos no planejamento do professor.

30. RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM

É sabido por todos, especialmente os sujeitos da área educacional, dos desafios que existiam na educação no Brasil, de modo geral. Contudo, com a pandemia do Covid-19 esses desafios foram intensificados, obrigando as redes de educação de todo país articularem ações para a reordenação e estímulo as aprendizagens.

Em Barra da Estiva não é diferente, muitas crianças não tiveram acesso ao ensino remoto e híbrido, nesse contexto, espera-se que com o retorno 100% presencial possamos garantir que cada criança e adolescente esteja na escola, tendo a oportunidade de aprender de onde parou.

Nesse sentido, a partir da indicação atual dos especialistas, torna-se indispensável a organização desse Plano Norteador em torno da recomposição de aprendizagens, na perspectiva, que o foco no protagonismo e no desenvolvimento dos alunos, para além da 'recuperação de aprendizagem' devido às dificuldades trazidas pela pandemia, sejam observados em cada escola, segmento(s) que as mesmas atendem, de modo que equipes gestoras e de apoio, docentes e discentes se sintam apoiados a partir das orientações e dicas para um planejamento mais humanizado, considerando diferentes frentes, desde a busca ativa dos estudantes até as ações de mão na massa referentes a estruturação do processo de recomposição de aprendizagem. Esse movimento é o ponto de partida para assegurarmos espaços e ações de formação continuada com apoio dos coordenadores pedagógicos, nos momentos de planejamento (que já constam em carga horária) para essa ação, cujo foco será o processo de ensino e aprendizagem na escola, observando a priorização e a flexibilização do currículo, partindo dos resultados da avaliação institucional e de processo realizada por cada professor, de modo que possam fazer o replanejamento com base em evidências e não em inferências como dizem alguns pensadores da educação. Imperativo informar que a seguir apresentaremos experiências de outras redes para fomentar ideias e possibilidades, mas cada equipe pode escolher o arranjo mais adequado a realidade da comunidade escolar.

Objetivos:

Organizar os alunos em agrupamentos produtivos de acordo com os níveis de escrita e os níveis de matemática;

Trabalhar com atividades de relevância cognitiva, social e afetiva, que sejam adequadas aos alunos dos anos iniciais e finais;

Desenvolver a escrita e a leitura dos alunos, a partir de atividades estruturantes diversificadas, de acordo com os níveis de escrita dos agrupamentos produtivos;

Desenvolver o pensamento matemático dos alunos, a partir de atividades contextualizadas diversificadas, de acordo com os níveis matemáticos dos agrupamentos produtivos.

Assim, espera-se que na nossa rede educativa, para além dos educadores e os gestores, que toda comunidade do entorno escolar esteja envolvida no processo de e reinventar a partir dos dilemas que se descortinam no cotidiano de modo que possamos remediar os impactos na aprendizagem causados pelo contexto pandêmico e o ensino remoto.

Por fim, cabe destacar que para facilitar o planeamento de modo articulado inicialmente com as equipas gestoras, por conseguinte destas com os professores, algumas premissas devem ser asseguradas. São elas:

1. Busca Ativa, organização de esforço multidisciplinar e de acolhida diária dos estudantes são duas ações essenciais para realizar este trabalho e combater a evasão e o desenvolvimento dos estudantes;
2. A avaliação Processual, que compreende vários aspectos, desde o contexto social que o estudante está inserido, bem como as suas características; sua participação nas atividades; seu grau de autonomia; suas habilidades e dificuldades; seu comportamento e relações com professor(a) e colegas nas aulas, entre outros, deve ser a base para a correção de rotas e avanços nas aprendizagens;
3. Os arranjos didáticos, que se relacionam com os agrupamentos que a escola vai organizar visando a melhoria dos resultados;
4. Formação Continuada, que deve favorecer o Planeamento com foco na diferenciação/personalização pedagógica a partir dos combinados em cada Escola.
5. Acompanhamento, dar feedback ao trabalho docente planeado com o apoio da equipa gestora e apoiar seu aprimoramento. Na observação da sala de aula não perder de vistas a interação entre os alunos e o conteúdo(adequação/desafios), a interação entre aluno/a e professor(a), bem como as intervenções/mediações realizadas, ainda observar a interação entre os colegas em arranjos diversificados: duplas ou outro tipo de agrupamento.
6. Produto final: Organizar um portfólio pedagógico, contendo: planeamento das ações de formação na escola, frequência, material bibliográfico utilizado, produções dos professores e dos estudantes (relatos de experiências individuais e\ou coletivos, trocas de experiências) indicando o nível de aprendizagem dos alunos diante da proposta de ensino

apresentada, relatório reflexivo (CP) desde o processo das ações de formação na escola, avaliações, registros fotográficos e/ou vídeos feitos.

31. PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é caracteriza-se quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o ano letivo e não retorna a matricular-se no ano seguinte.

Discutir a proposta de prevenção e combate à evasão escolar requer discutir ações e traçar estratégias com objetivo de prevenir casos de infrequência, detectando suas causas, evitando que a evasão escolar ocorra.

Embora não ocorra evasão escolar nas Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental na instituição de ensino em questão, regularmente os professores e demais funcionários da escola são sensibilizados quanto a importância do acompanhamento da frequência do estudante, destacando procedimentos concretos no cotidiano como:

- Informar a secretaria e equipe gestora na primeira falta do estudante;
- Na segunda falta consecutiva e injustificada é realizado o contato telefônico com os pais e/ou responsáveis para questionamentos sobre o motivo das faltas ou se há atestado médico para amparo legal dessas faltas;
- A partir da terceira falta consecutiva e injustificada, é realizado o encaminhamento para a equipe do Busca Ativa Escolar;

32. PROPOSTA DE TRANSIÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL

O presente documento apresenta orientações referentes aos encaminhamentos pedagógicos na transição dos estudantes da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e do Ensino Fundamental para os Anos Finais e Ensino Médio a serem desenvolvidos na Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira.

O acolhimento afetivo deve garantir segurança e pertencimento a nova organização escolar e constitui-se como tarefa que deve ser desenvolvida por toda a equipe escolar.

Outro aspecto importante diz respeito a continuidade do trabalho pedagógico, promovendo ações que minimizem a ruptura que pode ser causada.

33.BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 11 DE MARÇO DE 2024, “Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação institucional nas Unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 16 DE MAIO DE 2024, “Dispõe sobre Plano Ensino Individualizado, da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e dá outras providências”

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, em seu artigo 2º, § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

34. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Dentre todos os momentos vivenciados na operacionalização deste Projeto Político Pedagógico, acreditamos que um dos mais importantes é o da sua avaliação. Estamos convictos de que sua aplicabilidade está diretamente ligada ao seu processo avaliativo. De acordo com Veiga (2003)

[...] acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas. Avaliadores, que conjugam as ideias de uma visão global, analisam o projeto político-pedagógico, não como sendo algo estanque, desvinculado dos aspectos políticos e sociais. Não rejeitam as contradições e os conflitos. (Veiga, 1995).

Considerando a avaliação dessa forma, é possível salientar, de acordo com Veiga (2003), dois pontos importantes: Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político pedagógico; segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira será contínua e processualmente avaliado, sendo formalizada ordinariamente essa avaliação em dois momentos anual: A cada semestre.

35. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos esforços teóricos e práticos constituíram-se num projeto informativo de como vemos as medidas relacionadas à temática de todas as etapas que constituem uma unidade de ensino. Procuramos reter informações e opiniões de todos os segmentos fortalecendo e redescobrimos nossa Escola. A participação da comunidade escolar foi eficiente e os professores nos deram suporte necessário para desenvolver nossas ações e foram, também, imprescindíveis para a construção deste projeto.

Esperamos que mais este instrumento possa servir de apoio tanto para a direção e coordenação, quanto aos professores, alunos e comunidade escolar, em geral, pois

acreditamos nas ideologias que respaldam nossa proposta, no sonho real do plano de ação e na capacidade de toda a equipe do Centro Educacional Jerosmiro dos Santos Pereira em lutar para alcançar os objetivos propostos.

Ao final deste trabalho o que fica é a certeza de que precisamos conhecer mais nossa escola e nossos estudantes e que contamos com uma equipe preparada para enfrentar esses desafios, vislumbrando sempre o sucesso a cada etapa executada.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, Marilda Aparecida. O Paradigma emergente e a prática pedagógica. 4a Edição, Curitiba, PR: Editora Universitária Champagnat. 2005.

BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 32. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>..

_____ Ministério da Educação e Cultura. CNE/CEB Resolução no 4/2009: Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC, 2009.

_____ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto no 6.175, de 17 de setembro de 2008.

_____ Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007.

_____ Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual. Brasília: MEC, SEF, 1997. p. 5-46.

_____, LEI No 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>, acesso em 07 nov.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALACIOS, Jesús. & Colaboradores.

AZEREDO, José Carlos de. Ensino de português: fundamentos, percursos, objetos. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAHIA. Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2005.

SOARES, M. Português na Escola: História de uma disciplina curricular. Material de divulgação da obra português através de textos. SP: Moderna, 1996.

BARBOSA, A. M.. As mutações do conceito e da prática. In: BARBOSA, A. M. (Org.) Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002b.

BRASIL. Lei no 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 10 e 20 graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1971.

BRASIL. Lei nº 13.278/2016, de 02 de maio de 2016. Altera o § 6o. do art. 26 da Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da Arte. Diário Oficial da União. Brasília, 2016.

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

DEWEY, J. Experiência e educação. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RICHTER, I. M. Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais. Campinas: Mercado de Letras, 2003

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Versão homologada. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: out. 2019

<https://www.ufrgs.br/profhist/wp-content/uploads/2017/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Sherol-dos-Santos-ProfHist%C3%B3ria-UFRGS-2016.pdf>

https://restory.ceert.org.br/programas/educacao/lei?gad_source=1&gclid=EAlalQobChMIh-6ZwpqpiAMVKw6tBh1TzDKnEAAYASAAEgJFTvD_BwE

<http://escolsexponenciais.com.br/desafios-contemporaneos/21-acoes-praticas-para-reduzir-o-bullying-nas-escolas/>

<http://escolaeducacao.com.br/o-que-fazer-para-combater-e-evitar-a-pratica-de-bullying/>

<http://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-preconceito.htm>

<http://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/preconceito.htm>

ANEXO

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 11 DE MARÇO DE 2024

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 16 DE MAIO DE 2024

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023